Estudos Feministas e de Gênero:
ArticulAÇÕES e Perspectivas

Organização

Cristina Stevens
Susane Rodrigues de Oliveira
Valeska Zanello









ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO:

ARTICULAÇÕES E PERSPECTIVAS

ORGANIZAÇÃO

Cristina Stevens
Susane Rodrigues de Oliveira
Valeska Zanello

Ilha de Santa Catarina
Mulheres
2014

Série Ensaios

Coordenação editorial
Zahidé Lupinacci Muzart

Capa
Cartaz do II Colóquio de Estudos Feministas e de Gênero
Sobre óleo de Zeila Navarro Swain

Revisão e Editoração
Gislene Barral

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Leny Helena Brunel CRB 10/442

E82 Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas
[livro eletrônico] / organizadoras Cristina Stevens,
Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello.
Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.
5,45 MB PDF

620 p.
ISBN 978-85-8047-056-7

1. Feminismo. 2. Estudos de Gênero. I. Stevens, Cristina.
II. Oliveira, Susane Rodrigues de. III. Zanello, Valeska.

CDU 305



EDITORA MULHERES

Rua Joe Collaço, 430
88035-200 Florianópolis, SC
Fone/Fax: (048) 233-2164
e-mail: *editoramulheres@floripa.com.br*
www.editoramulheres.com.br

SUMÁRIO

Apresentação

Com alegria disponibilizamos para tod@s este livro que reúne os trabalhos apresentados em sessões de conferência e mesas redondas do II Colóquio de Estudos Feministas e de Gênero: Articul*ações* e Perspectivas, realizado na Universidade de Brasília (UnB), no período de 28 a 30 de maio de 2014.

Ao organizar o referido Colóquio, bem como este livro, constatamos, com entusiasmo, que a tendência de expansão dos Estudos Feministas e de Gênero é uma realidade inegável e tem se revelado indiscutivelmente significativa desde meados dos anos 1980, quando começaram a se firmar nas universidades brasileiras. As colaborações nos processos de promoção e difusão desses estudos têm aumentado significativamente, e isto também nos alegra. Havíamos pensado inicialmente em reunir neste Colóquio apenas professor@s e pesquisador@s da região Centro-Oeste; entretanto, a boa acolhida ao evento, o qual contou com a presença de mais de 300 participantes, resultou neste livro, que inclui textos de pesquisador@s de vários estados brasileiros. Sabemos que as investigações em torno de questões relativas às mulheres, aos feminismos e aos estudos de gênero são ainda pouco privilegiadas nos meios acadêmicos brasileiros. Percebemos, entretanto, que este campo de estudos, pesquisa e militância tem se tornado, gradual e crescentemente, vigoroso. Como resultado, o livro apresenta estudos transnacionais e interdisciplinares nesta área, com surpreendentes interfaces, além de uma rica variedade de geografias e discursos.

A surpreendente conclusão que podemos tirar a partir da leitura desses textos multifacetados é a de que as perspectivas feministas e de gênero nas produções acadêmico-culturais são bastante diversas em suas articulações com questões de raça, etnia, geração, sexualidade, religião, classe, dentre outras. Os textos que integram este livro incorporam novos idiomas críticos, visões políticas e ferramentas teórico-metodológicas na abordagem do binômio Feminismos-Gênero em áreas diversas como Antropologia, Artes, Cinema, Direito, Educação, Filosofia, Física, História, Literatura, Psicologia, Publicidade e Sociologia. Sem dúvida, os trabalhos são testemunhos positivos do dinamismo promissor desta relativamente recente área de estudos, experiências e práticas acadêmico-culturais.

Agradecemos a tod@s que contribuíram para a presente publicação, o que certamente representa um avanço na produção acadêmica em Estudos Feministas e de Gênero em nosso país.

As organizadoras.

1. Perspectivas Feministas na Pesquisa Acadêmica

Perspectivas e articul*ações* de uma pesquisa feminista

Debora Diniz[1]

A Eva despede-se e deixa-me só com a minha tristeza...

(CHIZIANE, 2004, p. 218)

1. Perspectivas

O título desta conversa foi generosamente amplo para que ela se construísse no tempo. Estou aqui para animar o que já sabemos e pelo que certamente nos aproxima como um grupo: isso que chamamos de pesquisa feminista. Mas serei tímida sobre o que precisa ser dito. Quem sabe, conseguirei arrumar conceitos, ou simplesmente provocá-los. Definirei *gênero* como um regime político, e não como papéis, identidades, posições ou relações. Quero aproximar gênero de feminismo mostrando que, ao entender o gênero como um regime político e o patriarcado como uma tecnologia moral do regime, toda pesquisa sobre gênero será feminista. Não precisamos ser apenas especialistas em relações de gênero, mas pesquisadoras, autoras, leitoras e ouvidoras feministas.

2. Patriarcado e gênero

Falamos de relações de gênero, posições de gênero, identidades de gênero, variações que nos marcam e demarcam entre campos, teorias e conceitos. Falamos até mesmo no plural – os gêneros. Não quero discutir a sabedoria dessas escolhas – e até mesmo seus sentidos históricos, disciplinares e estratégicos para a argumentação –, mas pensar gênero como um regime político[2]. Gênero é um regime político, cuja instituição fundamental é a família

---

[1] Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do Anis (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero).

[2] Monique Wittig diz que entende a "heterossexualidade não como uma instituição, mas como um regime político que se baseia na submissão e na apropriação das mulheres" (1992, p. 15). Entendo a heterossexualidade como uma das tecnologias de poder – talvez, a mais central delas – da moral patriarcal.

reprodutora e cuidadora, e o patriarcado, uma tecnologia moral[3]. O patriarcado nos antecede e nos acompanha: sua principal atualização é isso que chamamos de pedagogias do gênero. As pedagogias do gênero garantem a reprodução do poder patriarcal. As instituições o oficializam como regra de governo. As leis são o registro de sua legalidade e de sua potência para o uso da força perante as insubordinadas. Não sei dizer se o patriarcado é universal nem mesmo se desde sempre existiu: não sou capaz de falar em absolutos, mas de nós e do agora[4]. Nesta conversa, o *nós* será sempre biografado – ele terá o nome do corpo ou da lei.

A classificação das pedagogias do gênero entre pacíficas ou violentas é frágil, pois adota como critério de julgamento as próprias táticas do poder patriarcal que as movimentam[5]. A encarnação do gênero é desde sempre agressiva e nos torna isso que somos – superfícies naturalizadas pela ilusão ontológica do binarismo sexual com finalidades reprodutivas. Esse é um dos artifícios mais poderosos já criados no campo moral: o de que somos natureza anterior aos artifícios, e não matéria ao acaso. Mas há um equívoco na insistência do binarismo *natureza* e *cultura* – natureza e cultura são artifícios com apelos de moralidade distintos. O que há não é uma dicotomia, mas uma trilogia ontológica (ROSSET, 1989) – *acaso*, *natureza* e *artifício*. É ao acaso que nossos sentidos de natureza e cultura se confrontam: não há sexo e gênero, mas como gênero sempre foi sexo, ou sexo sempre foi gênero, sexo e gênero são categorias políticas que ressignificam o acaso da matéria. O gesto de sexagem dos corpos é o primeiro que instaura a ordem lexical entre sexo e gênero, fazendo-se crer que há uma anterioridade do sexo[6]. A ilusão naturalista da sexagem é um dos pilares da moral patriarcal. Há uma cumplicidade entre a ilusão da natureza sexual e a ordem do patriarcado.

---

[3] Judith Butler revisa as teorias feministas e justifica o abandono do conceito de patriarcado por "seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe" (2003, p. 20). Sua própria teoria – centrada na performatividade de gênero –, porém, carrega a mesma potência de fracasso etnográfico. Acredito ser possível reclamar o retorno do conceito de patriarcado e ser sensível às expressões locais de sua governança pelo presente histórico.

[4] Lia Zanotta (2000) sustenta que há um tom absolutizante no conceito de patriarcado e que, por isso, prefere "relações de gênero"; no entanto, não acredita ser preciso pensá-los de maneira excludente, como "patriarcado ou relações de gênero".

[5] Aqui sigo a compreensão foucaultiana de poder – "o que há de essencial em todo poder é que seu ponto de aplicação é sempre, em última instância, o corpo. O poder é físico e, por isso mesmo, violento, no sentido de que é perfeitamente irregular, não no sentido de que é desenfreado, mas, ao contrário, no sentido de que obedece a todas as disposições de uma espécie de microfísica dos corpos" (FOUCAULT, 2006, p. 18-19).

[6] Butler (1989) definiu este gesto como o da metafísica da substância.

3. Identificações do gênero

Rami é a personagem central do romance *Niketche*: uma história de poligamia, de Paulina Chiziane. Rami é uma mulher triste que vive em Maputo, Moçambique. Aos 40 anos, com quatro filhos, decide enfrentar o que já sobrevivia há duas décadas de casamento: que o "meu Toni" era um turista de marido. Ao peregrinar por outras quatro casas onde Toni também é pai e chefe, Rami instaura a tradição patriarcal em sua família – a poligamia será a regra oficial de seu casamento –, mas também a desafia – mesmo como mulher do Sul, conhece os ritos do amor do Norte e descobre os prazeres da carne com outros homens. É a iniciadora do sexo quem a sentencia: "então não és mulher... és ainda criança". Rami mira desconfiada aquela mulher e se recorda de que "*ninguém nasce mulher, torna-se mulher*. Onde terei ouvido esta frase?", pergunta-se em um meio giro sobre si mesma (CHIZIANE, 2004, p. 35, com grifos no original). Nesse percurso trágico sobre o gênero que a oprime, Rami acompanha o luto do marido ainda vivo. Ao fazê-lo, engravida de outro homem. É ainda uma mulher lobolada, uma refugiada pelo nome e pelas terras do marido, mas é uma mulher que sobreviveu à identificação do gênero[7]. Não deixou de ser melancólica e triste, mas atualizou as regras do patriarcado em seu corpo de uma maneira singular[8].

As identificações do gênero são melancólicas e tristes, pois a instalação do poder em nossos corpos vem carregada de sentidos: para Rami, é ser mãe, parideira, cuidadora das meias e cuecas do "meu Toni", é dormir em uma cama vazia enquanto o marido se delicia com mulheres mais jovens e bonitas que ela. O registro do patriarcado na carne não é sutil, mas se protege pela retórica da naturalidade da sexagem – "em cada passo há uma mulher que se dá, para vida à vida", diz Rami (CHIZIANE, 2004, p. 218). A alegoria da natureza da substância reprodutora nos confunde e, muitas vezes, nos faz crer que nossos desejos são instintos, que nossas conformações são vontades. Rami lutou e uniu-se às rivais, foi presa, depois despossuída como viúva, aprendeu a ser mulher, mas foi também na carne que descobriu que não era natural ser oprimida. Quem a sacudiu para os desvarios do gênero foi

---

[7] O glossário ao final da obra traduz "lobolo" como "dote".

[8] Butler, em uma exegese de Sigmund Freud, diferencia a tristeza da melancolia de gênero: a identificação heterossexual produz tristeza; a homossexual produziria melancolia pela perda do objetivo e do objeto (BUTLER, 2003 [1990]). Em ensaio posterior, Butler (1997) explora como o gênero é um dos efeitos da melancolia. Freud (2013) se movimenta pelas fronteiras entre o luto e a melancolia, mas em um de seus ensaios sugere ser a "baixa autoestima" um dos demarcadores entre as experiências. Rami é uma mulher humilhada em busca de reconhecimento pelo corpo, por isso, a descrevo, além de triste, como melancólica em sua vivência do feminino.

sua própria imagem em um espelho, uma fantasia sobre si mesma, refletida em quem só pode ser ela: a sua própria superfície. É com essa interpelação à própria imagem refletida que Rami se investiga: “ah, meu espelho confidente. Ah, meu espelho estranho. Espelho revelador. Vivemos juntos desde que me casei. Por que só hoje me revelas o teu poder?” (CHIZIANE, 2004, p. 17).

O poder que Rami reconhece como seu é resultado do trabalho de tristeza que experimentou ao confrontar-se com a poligamia do marido. Talvez fosse melhor descrevê-lo como a potência do trágico – os breves momentos de nossa existência em que o dobramento das ilusões perde sua aura de essência ou de natureza e nos mostra que as crenças são práticas repetidas e, algumas delas, inclusive legitimadas pela força. É dessas fissuras que se formam nossas resistências à moral do patriarcado: são elas que nos mostram que o modelo não é o de um molde em que seríamos o gesso para a fabricação de corpos reprodutores funcionais à família – é um contínuo fazer e refazer, moldar e fissurar em uma economia do poder que permanentemente nos interpela sobre o gênero que demarca nossos corpos[9]. Se a cada atualização da norma há variações na sua ordem de sentido, isso não é o mesmo que afirmar nossa capacidade de ignorar o poder normalizador dos corpos que nos interpela como gênero. Se o gênero é sempre melancólico ou triste, sobrevivemos incorporando a subalternização da ordem patriarcal que nos antecede. Rami termina sua história sendo ainda uma mulher lobolada. Sozinha, não é capaz de subverter o regime político que a fez descrever-se como refugiada do mundo – “na terra do meu marido sou estrangeira. Na terra dos meus pais sou passageira. Não sou de lugar nenhum. Não tenho registo, no mapa da vida não tenho nome” (CHIZIANE, 2004, p. 90).

4. Sobrevivências no gênero

No mapa da vida, na trilha da sobrevivência no gênero, alguns corpos são sexados como mulheres. Uma vez mulheres-sexadas, somos interpeladas como reprodutoras da ordem social e biológica, pois a interpelação do gênero nos promete identidades (BUTLER, 1997)[10]. As teorias feministas recentes ampliaram nosso horizonte de preocupações – mostraram-nos outras formas de entender os *problemas do gênero*, e passamos a falar de sexualidades,

[9] Wittig descreve a marca do gênero na linguagem como um ato criminoso dos homens contra as mulheres: apropriaram-se do universal como masculino (1992, p. 107).

[10] A sexagem como mulher não é um destino. A vivência *trans* a desafia.

substâncias, performances, identificações ou identidades[11]. Não quero ignorar a diversidade de interpelações da moral patriarcal aos corpos pelos problemas do gênero – o sexismo é um deles, a homofobia e suas variações lesbofóbicas ou transfóbicas são outros. Nessa multiplicidade de interpelações, uma delas parece ocupar a centralidade do regime político: a figura da potencial reprodutora asilada em uma família. Na falta de uma terminologia melhor, utilizo a ordem linguística do gênero – mulheres são os corpos cuja matéria sexada tem a potência reprodutora do útero[12]. Além da potência reprodutora, é preciso que esse corpo seja interpelado como mulher. É no corpo que as ilusões de natureza e cultura se atualizam.

Há violências da moral patriarcal que instauram a solidão, como é a história de Rami; outras marcam a lei no corpo das mulheres – assim sobrevive Maria da Penha; outras aniquilam a vida, como é a história de mulheres assassinadas pela fúria do gênero. Entre 2006 e 2011, o Instituto Médico Legal do Distrito Federal foi o destino de 81 mulheres mortas pelo gênero[13]. Muitas delas saíram do espaço da casa como asilo ("lugar onde ficam isentos da execução das leis os que a ele se recolhem") para o necrotério. Essas mulheres, as verdadeiras testemunhas de como a moral patriarcal inscreve nos corpos a sentença de subordinação, são anônimas e não nos contam suas histórias em primeira pessoa. Acredita-se poder biografá-las por diferentes gêneros de discurso – um deles é o texto penal. As mulheres mortas pelo gênero não retornarão pela instauração de uma nova ordem punitiva, o *feminicídio*, mas acredita-se que a nominação de seu desaparecimento é uma operação de resistência: o nome facilitaria a esfera de aparição da mulher como vítima. Tenho dúvidas sobre esse meio giro em torno do trágico – somente a subversão da ordem política do gênero é que verdadeiramente protegerá as mulheres –, mas entendo-o como uma resignação ao presente histórico do regime político que mata as mulheres asiladas[14].

---

[11] Butler fala de "gênero", no singular, em grande parte de sua obra. Há momentos que o utiliza no plural para se referir às posições e relações entre as identificações.

[12] Mas nem todo corpo com útero é interpelado como sendo de uma mulher. Um transhomem é um desses exemplos. Uma transmulher pode performar-se de tal forma como mulher que seja interpelada pela ordem do gênero para o projeto reprodutivo.

[13] Foram 337 mortes violentas de mulheres que chegaram ao IML.Dessas, somente 180 processos judiciais foram localizados, dos quais 81 eram de violência doméstica (GUMIERI, 2013).

[14] Wittig diz que as mulheres só existirão se houver a destruição da categoria sexo, pois "a categoria de sexo é uma categoria totalitária que para provar sua existência têm seus inquisidores, sua justiça, seus tribunais, seu conjunto de lei, seus terrores, suas torturas, suas mutilações, suas execuções, sua polícia... por esta razão, devemos destruí-la e começar a pensar mais além dela se queremos começar a pensar realmente, da mesma forma que devemos destruir os sexos como realidade sociológica se queremos começar a existir" (WITTIG, 1992, p. 28).

Mas permitam-me explorar a ambiguidade dessa nova classificação penal: os homens já são descritos e nominados se vítimas de homicídio, cuja categoria penal não descreveria a matança de homens como humanos, mas apenas de humanos-sexados-machos. Reclama-se, então, um novo nome para uma matéria inexistente à lei penal – o homicídio de humanos-sexados-fêmeas, por isso o ”feminicídio”. Mas é preciso que o matador seja um humano-macho. Feminicídio: um crime que descreverá os extremos da soberania do patriarcado pelo gesto da sexagem – homens como matadores e mulheres como vítimas –, mas também uma forma de realizar vidas que não são reconhecidas como vidas enlutáveis, pois inominadas (BUTLER, 2009)[15]. O resultado dessa ambiguidade é que o ato criminoso não é só da vida, mas da linguagem (WITTIG, 1992). A mulher anônima e não testemunhável não será reconhecida por uma concessão vocabular punitiva, pois é o patriarcado que a mata e ele mesmo que irá nominar seu feminicídio. Mas, sem nominá-la, sua vida ininteligível no asilo corre perigo.

As mortas pelo gênero são as verdadeiras anônimas, mas Rami reclama não ter “registo” – tem nome, mas este não é reconhecido como o de alguém. Rami é uma despossuída de si mesma pelo patriarcado que a demarca como propriedade do marido: “fecho os olhos e escalo o monte para dentro de mim. Procuro-me. Não me encontro. Em cada canto do meu ser encontro apenas a imagem dele. Solto um suspiro e só me sai o nome dele” (CHIZIANE, 2004, p. 14). Aquela que verdadeiramente conheceu o artifício do gênero não é capaz de testemunhar sua história – é como as muçulmanas dos campos concentracionários, afogaram-se e não nos contam suas histórias como as sobreviventes (LEVI, 2004)[16]. Rami e Maria da Penha testemunham suas histórias, desafiando a polaridade entre o niilismo e o decisionismo. Nem uma coisa nem outra – “é o simples fato da própria existência como possibilidade ou potência” que as torna personagens incômodas ao patriarcado (AGAMBEN, 2013, p. 45). O testemunho da sobrevivência no gênero é um ato político de resistência à ilusão de natureza na sexagem. As aparições – na ficção ou no corpo – desafiam a

[15] A família é um reduto do poder soberano, diz Foucault (2006). O patriarcado é a moral que regula o poder soberano sobre os corpos das mulheres na casa.

[16] “Muçulmanos” é uma expressão dos campos concentracionários referente aos prisioneiros que perderam a condição de homens e se transformaram em cadáveres ambulantes. Por isso a pergunta de Primo Levi – “é isto um homem? (LEVI, 2013). As muçulmanas seriam as verdadeiras testemunhas: “repito, não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas... nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo; mas são eles, os ‘muçulmanos’, os que submergiram – são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria significado geral” (2004, p. 72). Há uma conotação discriminatória na expressão, mas ela foi incorporada à história dos campos.

precarização da vivência do gênero (BUTLER, 2009), por isso a ética da existência como possibilidade ou potência deve ser a ética feminista da subversão ao gênero.

5. Úteros e castigos

Elas são três mulheres – Rami, Maria da Penha e a anônima. As regras da vida no gênero, Rami as contou; Maria da Penha as teve registradas na carne; a anônima é um corpo congelado à espera do luto. As formas de realização no gênero foram diferentemente vivenciadas por cada uma dessas mulheres, pois o poder e a moral não se reproduzem sem novas e permanentes subjetivações. Algumas das regras do patriarcado não são anunciadas, só vividas e presumidas pela autoridade do artifício da natureza, semelhantes à sentença da colônia penal: "seria inútil anunciá-la. Ele [o condenado] vai experimentá-la na própria carne" (KAFKA, 1998, p. 36)[17]. De fato, as mulheres não precisam da face agressiva das pedagogias do gênero para conhecerem na carne a sentença, como foi com Maria Penha – a sutileza da atualização do poder patriarcal está nas pedagogias silenciosas, naquelas que se reproduzem e se movimentam pela necessidade e pelo desejo da repetição.

A astúcia do poder é expressar-se sem anunciar cotidianamente sua potência repressora. Isso não quer dizer que o patriarcado abdique da repressão. O uso da mão punitiva ou da política social focalizada são duas das várias faces da governança do gênero. A mesma mão punitiva que ameaça as mulheres de prisão pelo aborto é a que garante protegê-las com a mão punitiva contra os agressores de mulheres. Ficamos confusas – são as mulheres que essa ordem protege ou o quê? A mesma mão das políticas sociais que garante centralidade à maternagem pelas lógicas de focalização é a que anuncia a bolsa-estupro[18]. Novamente: são as mulheres mesmo? A mesma mão que anuncia guerra às drogas é a que inflaciona as cadeias femininas. De que estão falando: de propriedades ou mulheres? De famílias ou mulheres?

Eu queria arriscar uma resposta: o regime político do gênero e a moral do patriarcado têm como sua unidade de governança a família heterossexual e os corpos das mulheres são a

[17] Um soldado vai ser punido pela lei reminiscente da colônia penal – uma máquina de morte que inscreve na carne a sentença não aprendida pela disciplina. A novela é breve e se encerra com a destruição da máquina do mundo no dorso de seu último representante. O soldado anônimo é libertado.

[18] "Bolsa-estupro" é um termo do movimento feminista para se referir ao projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional que institui o estatuto do nascituro e oferece benefícios de transferência de renda para as mulheres estupradas que não abortarem (DINIZ, 2013).

propriedade a ser assegurada[19]. Sinto melancolia pelo gênero que professo – no sentido freudiano de baixa autoestima – quando passo pela sombra dessas punições (FREUD, 2013). A governança patriarcal persegue nossos corpos; se não eles, ao menos a potência de nossos úteros. É de nossos úteros que os filhos serão gerados, é de nossos úteros que a metafísica do instinto da maternagem será nutrido[20]. Nossos úteros são um território alienado de nossas entranhas: "<*tota mulier in utero*: é uma matriz>, diz alguém" (BEAUVOIR, 2009, p. 13).

Rami também conhece a famosa frase de Simone Beauvoir – nascemos e nos transformamos. Mas eu arriscaria redescrever essa fórmula binária de matérias e vivências, pois não me parece possível descorporificar-me para pensar os efeitos das pedagogias patriarcais para me atualizar na existência. Não nascemos fêmeas: ao nos materializarmos para a moral, já somos sexadas como reprodutoras potenciais, mulheres com potência para a produção de famílias. Mas famílias heterossexuais, não podemos esquecer. O útero como metonímia da sexagem é apenas um ponto no radar para o deslocamento da pedagogia de gênero sobre o meu corpo[21]. Mas ela antecedeu meu nascimento; apenas se moveu para atualizar-se e fissurar-se a cada novo corpo.

Acredito que o mesmo poder patriarcal que controla as mulheres e odeia os fora da norma sexual se move pela sobreposição entre a reprodução biológica e social: precisamos da propriedade da copulação heterossexual para a produção de filhos (ou de sua imitação em laboratório pelo gesto medicalizante e do mercado) e somente as mulheres de famílias binárias são naturalizadas para o cuidado das crianças. Para esse modelo de copulação e cuidado, as mulheres são propriedade do patriarcado (GUILLAUMIN, 2005). É da obsessão com as famílias que nos atualizamos como os corpos sob controle – nossos úteros, esse lugar tão misterioso de geração da vida, nos transformam em propriedades do regime do gênero e nos amedrontam pela lei penal se ousarmos desafiá-lo. Abortamos, mas somos punidas com o castigo da prisão. Controlamos a reprodução, mas ainda somos execradas como pecadoras.

Mas a despossessão é um dos artifícios do regime político do patriarcado – nossos úteros não nos pertencem, pois são propriedade do regime. Essa lógica que descrevo não é cínica, acreditem, talvez apenas antiquada. Mas é a que me permite entender a insistente

[19] Feministas materialistas descreveram esse regime de posse como propriedade – as mulheres são propriedade de outra classe, a dos homens (GUILLAUMIN, 2005).

[20] "Nossos" = corpos sexados mulheres e interpelados como mulheres.

[21] A insistência no útero também permite pensar o horror aos corpos *trans*: corpos sexados como mulheres que desejam suspender a potência reprodutora ou mesmo mutilar-se para fazer desaparecer as inscrições da sexagem.

perseguição às mulheres que abortam. Por isso, talvez, agora cinicamente, eu duvide da compaixão do regime do gênero pelas mulheres que morrem ou pelas mulheres cujas famílias têm fome, para as quais se oferece a mão penal contra os agressores ou as políticas focalizadas de distribuição de renda. A precariedade da vida das mulheres não é parte de nossa ontologia do abandono: é resultado da economia de precarização do regime político do gênero[22]. Morremos pelo aborto ou pelo asilo na casa, somos pobres pelo capitalismo e compassionadas pelas políticas humanitárias – todas estas formas conformadas pela precarização da sexagem de nossos corpos.

É, sinto inquietações pelo apelo penal, pois se o gênero for mesmo um regime político, o patriarcado, uma de suas tecnologias de poder, e a família, uma de suas instituições de governança, o complexo penal é uma de suas táticas de segurança. A soberania do gênero se esconde pela ilusão da natureza, ao mesmo tempo em que permanentemente se inaugura, mas o patriarcado se expressa na linguagem, na estética e na lei. Falamos, sentimos e sobrevivemos em uma ordem familista patriarcal, onde nossos corpos sexados como mulheres ocupam um lugar vital à reprodução. Se essa parece uma matriz de dominação de mulheres com longa duração, as configurações do regime político do gênero, da moral patriarcal e da governança pela família têm permanentes atualizações históricas e sociais que nos cabe compreender e desafiar.

E aqui chego ao que considero a peça central desse jogo conceitual entre regime político, moral e governança – gênero assim entendido faz com que toda pesquisa seja feminista. Uma pesquisa feminista parte do acaso da matéria, reconhece a sexagem como um gesto inaugural do regime político do gênero, investiga a moral patriarcal na vida e sobrevida das mulheres, desconfia das instituições que movem a governança das mulheres no asilo, na esquina, no convento ou na prisão. E não esquece que é da potência da existência, do testemunho que nos realiza e que desafia a matriz de inteligibilidade do gênero, que se anima a ética feminista.

6. Articulações

As pedagogias do gênero são conformações dos sujeitos para a vivência da sexagem. Formamos e conformamos os corpos pela moral patriarcal: a subalternização de mulheres a

[22] Abandono é a forma como Jean Luc-Nancy (1993) descreve o acaso da existência. Somos seres abandonadas e no abandono. A sexagem não é parte de nossa ontologia no abandono.

homens é uma de suas leis; outra é a abjeção aos fora da norma heterossexual. Há práticas de veridição sobre a sexagem que nos inaugura para garantir a estabilidade da ordem do gênero – e para desafiá-las nos falta muita coisa, mas uma delas é fundamental: a linguagem. Sem ela, nos fragilizamos para o enfrentamento. Rodamos em torno da herança patriarcal que nos oferece os marcos de identificação: falamos em homoafetividade, casamento *gay*, leis de proteção à violência com o nome da vítima, e não sabemos como subverter a hegemonia da gramática pelo masculino universal sem perturbar outros regimes de discurso, como a estética ou a clareza. Usamos essa excrescência tecnológica e pouco sensível às ledoras cegas que é a arroba, ou inventamos uma letra sem som para as vogais que nos aterrorizam, o xis. Falamos no feminino – como faço – em um giro que só pode ser considerado incômodo para os que se acostumaram ao homem-humano, mas que talvez não tenha nada de subversivo: o feminino é o que me foi designado pela sexagem.

Talvez como Rami, a personagem triste, melancólica e abusada de Chiziane, eu também tenha estado "a falar de mais. A pretender dizer que as mulheres são órfãs. Têm pai mas não têm mãe. Têm Deus mas não têm Deusa. Estão sozinhas no mundo no meio do fogo. Ah, se nós tivéssemos uma deusa celestial!" (CHIZIANE, 2004, p. 93). Me confortem se falei demais, se fui também abusada e se, ao final, não apresentei nenhuma deusa celestial que nos socorra na insubordinação política. Talvez só tenha compartilhado o que descobri sobre a potência mundana do conhecimento feminista para desafiar o gênero. É dessa potência da existência que se anima a ética feminista.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. "Ética". *In*: ______. *A comunidade que vem*. Trad. de Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 45-46.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Trad. de Sergio Millet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

______.*The psychic life of power*: theories in subjection. California: Stanford University Press, 1997.

BUTLER, Judith. *Frames of war*: when is life grievable? London: Verso, 2009.

______. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. [Edição original: 1990].

CHIZIANE, Paulina. Niketche: uma história de poligamia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DINIZ, Debora. “O estatuto do nascituro e o terror”. *Correio Braziliense*, 8 maio 2013, p. 15.

FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*: curso dado no Collège de France (1973-1974). Edição: Jacques Lagrange. Direção: François Ewald e Alessandro Fontana. Trad. de Eduardo Brandão. Revisão técnica: Salma Tannus Muchail e Márcio Alves da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. Trad. de Marilene Carone. 2. reimp. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

GUILLAUMIN, Colette. “Práctica del poder e idea de Naturaleza”. *In*: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules (Org.). *El patriarcado al desnudo*: tres feministas materialistas. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. p. 19-56.

GUMIERI, Sinara. *Discursos judiciais sobre homicídios de mulheres em situação de violência doméstica e familiar*: ambiguidades do direito como tecnologia de gênero. 65 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/4743>. Acesso em: 14 maio 2014.

KAFKA, Franz. *Na colônia penal*. Trad. de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEVI, Primo. *Afogados e sobreviventes*: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. Trad. de Luiz Sérgio Henriques. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

______. *É isto um homem*? Trad. de Luigi del Re. 2. ed. São Paulo: Rocco, 2013.

LUC-NANCY, Jean. “Abandoned being”. *In*: ______.*The birth to presence*. Ed. de Werner Hamarcher e David Wellbery. Trad. de Brian Holmes e cols.. California: Stanford University Press, 1993. p. 36-48.

ROSSET, Clément. *Lógica do pior*. Trad. de Fernando J. F. Ribeiro e Ivana Bentes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

ZANOTTA, Lia. *Perspectivas em confronto*: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Série Antropologia, n. 284, 2000. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília (UnB).

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Trad. de Javier Sáez e Paco Vidarte. Barcelona: Egales, 1992.

Desafios atuais dos feminismos

Susana Bornéo Funck[1]

Agradeço o convite que me foi feito pela organização deste evento, em especial à colega Cristina Stevens, companheira de lutas no campo da política literária. Confesso que falar dos desafios atuais dos feminismos é um desafio pessoal e muito particular para mim. Quando tirei minha "carteirinha de feminista" como estudante universitária nos anos de 1960, nunca imaginei que 50 anos mais tarde, o feminismo ainda teria obstáculos para transpor. Éramos uma geração que pretendia mudar o mundo de repente, começando pela valorização da mulher e das minorias, e achávamos que, assim como as feministas do início do século (da primeira onda) tinham conseguido o direito ao voto e à participação política, também nós chegaríamos ao final da jornada em uma ou duas décadas. Triste ilusão. Para sentir o quanto ainda há para fazer, basta abrir a revista *Veja* de 5 de abril deste ano e ler a entrevista de Camile Paglia, que afirma, entre outras barbaridades, que a felicidade suprema para as mulheres consiste em produzir grandes famílias e que "a prevalência dos valores femininos nas casas, nas escolas e nos governos 'apagou' a masculinidade do mapa e deixou os homens perdidos" (PAGLIA, 2014, p. 13). Aliás, nem é preciso abrir a revista, pois a chamada de capa já diz tudo: "As mulheres sufocam os homens".

Quero me deter um minuto nestas cinco palavras, já que elas ilustram dois dos grandes desafios que vou abordar mais tarde: a generalização essencializada de mulheres e homens em grupos homogêneos marcados tão somente pela diferença sexual, sem considerar fatores culturais, sociais e econômicos, entre tantos outros; e a extrema polarização entre os dois sexos, ignorando que temos muito mais em comum, mesmo biologicamente, do que a diferença entre nossos órgãos genitais. E fico muito tentada a concluir minha fala aqui mesmo, dizendo resumidamente que o maior desafio dos feminismos é calar a Camille Paglia. E ponto final. Mas isto seria, além de descortês de minha parte, altamente inócuo, já que existe um grande número de Camiles (e Camilos) Paglia por aí. Além disso, os problemas são bem mais complexos. Ao mesmo tempo em que nos alegramos em ver o número de mulheres

[1] Doutora em Humanidades/Literatura pela Universidade do Texas em Arlington. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

brasileiras com diplomas universitários superar o dos homens (12% contra 10%, conforme dados da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) (ORSI, 2012), nos revoltamos com as notícias de que na Nigéria, o grupo islâmico Boko Haram sequestra 276 alunas de uma escola secundária e ameaça vendê-las como escravas. São muitas as contradições, das quais este é apenas um exemplo.

Com efeito, como todo movimento intelectual e político de amplo espectro que busca questionar estruturas e crenças naturalizadas pelo senso comum e adotadas pelo *status quo*, os vários feminismos surgidos, ou ressurgidos, na década de 1960 na cultura ocidental têm enfrentado grandes paradoxos e constantes desafios de várias ordens, alguns parcialmente superados, outros ainda merecendo cuidadosa atenção. Embora muitas das agendas feministas já estejam incluídas nos estudos acadêmicos e nos movimentos sociais de grande parte das nações contemporâneas, suas metas de igualdade na diversidade ainda estão longe de serem alcançadas.

Um dos maiores desafios talvez seja o de desmistificar a prática feminista como uma unanimidade monolítica e fazer valer as várias facetas da categoria *gênero*, perpassadas como são por vetores de raça, classe, nacionalidade, sexualidade, faixa etária e tantas outras "diferenças". Daí a escolha, no plural, do título *Desafios atuais dos feminismos*, tema que norteou a 10ª edição do *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, realizado na UFSC, em Florianópolis, entre 16 e 20 de setembro de 2013 e que suscitou o convite para que eu estivesse aqui. Busco, então, na primeira parte desta apresentação, identificar alguns dos desafios apontados durante o evento, para depois apresentar algumas de minhas considerações pessoais sobre o tema.

No meu entender, a grande tônica do encontro foi o reconhecimento da necessidade de um *deslocamento epistemológico*. Se considerarmos que, desde suas primeiras articulações, a teoria feminista já apontava para a importância de se pensar sobre a forma como pensamos, temos que admitir que nosso pensamento feminista é bastante hegemônico, originado como foi no contexto intelectual e político das culturas ocidentais do hemisfério norte. O que um grupo de pensadoras e ativistas latino-americanas está propondo – e de forma bastante veemente – é que passemos a pensar a partir do hemisfério sul, de nossas experiências nativas e colonizadas.

Na sua fala "El feminismo descolonial como epistemología contra-hegemónica"[2], Yuderkys Espinosa Miñoso argumenta sobre a necessidade de oposição ao que Maria Lugones (2008) chama de *sistema moderno colonial de gênero*, e à heterossexualidade como regime político. Ao feminismo clássico (mulheres brancas, heterossexuais, de classe média), contrapõe o feminismo descolonial, ou seja, uma genealogia do pensamento produzido a partir das margens e comprometido com o desmantelamento da matriz de opressão múltipla, assumindo um ponto de vista que não seja eurocentrado. Endossando a proposta de Anibal Quijano (2000), reconhece uma dupla proposta do feminismo descolonial: (1) revisar a base teórico-conceitual produzida pelo feminismo ocidental branco e burguês; e (2) avançar na produção de novas interpretações que expliquem a atuação do poder a partir de posições que assumam um ponto de vista subalterno, buscando uma interpretação diferenciada do mundo.

Propõe, dessa forma, recuperar o legado crítico das mulheres afrodescendentes e indígenas que, a partir da América Latina, têm lutado contra a invisibilidade de seus movimentos dentro do próprio feminismo, iniciando um trabalho de revisão do papel e da importância na criação e na resistência de suas comunidades. Para Espinosa, muitos dos feminismos latino-americanos se encontram na dependência ideológica e econômica das políticas desenvolvimentistas dos países do terceiro mundo, assim como do processo de institucionalização e tecnologização dos movimentos sociais, que impõem uma agenda global de direitos voltados aos interesses neocoloniais. Este argumento é semelhante ao de Clara Schulman, como veremos mais tarde, ao alertar para a forma como movimentos sociais específicos podem ser cooptados por políticas hegemônicas mais amplas.

Mesmo reconhecendo a validade do trabalho de algumas teóricas feministas no sentido de desconstruir o viés universalista e a objetividade do pensamento científico, critica o modo como o conceito de gênero é utilizado de forma generalizada, apagando o lugar da enunciação privilegiada das produtoras de conhecimento sobre as mulheres. Endossando a "virada descolonial", a partir da qual se empreende uma análise da modernidade ocidental como produto do processo de conquista e colonização da América e suas implicações para os povos colonizados, vê a necessidade de uma nova epistemologia que legitime um saber situado que parta da experiência concreta de grupos específicos. E, nesse sentido, menciona o movimento contra-hegemônico Abya Yala (encontro multicultural que busca integrar os povos indígenas

[2] Os trabalhos do *Fazendo Gênero 10* referidos neste texto serão incluídos em uma coletânea em três volumes, que está sendo organizada por Luzinete Simões Minella, Gláucia de Oliveira Assis e Susana Bornéo Funck, com publicação prevista para 2014.

das Américas) como importante para o desenvolvimento de uma análise da colonialidade e do racismo como um episteme intrínseco à modernidade e seus projetos liberatórios, que acaba por construir um sentido de unidade na opressão das mulheres.

À Yuderkis se juntam ativistas como Julieta Paredes, do feminismo comunitário da Bolívia (Mulheres Criando Comunidade), e Karina Bidaseca, que fala sobre o que denomina Terceiro Feminismo, com ênfase nos conceitos de nomadismo identitário, mestiçagem e travestismo colonial. Conforme Bidaseca, "o *Terceiro Feminismo* propõe como tese central que, ao colonizar as mulheres como 'as outras', a 'retórica salvacionista' do feminismo do Norte [...] quebra a unidade da luta", sendo necessária uma nova cartografia do feminismo no Sul, inscrito na genealogia de nosso passado (pós) colonial. Colocar a raça como centro estruturante da modernidade/colonialidade implica uma virada na reflexão sobre as condições de nossa emancipação.

Ao discutir colonialidade, gênero e raça, e interseccionalidade, Bidaseca se vale de representações artísticas das culturas indígenas da América Latina para demonstrar como, por exemplo, noções hegemônicas de sexualidade foram impostas sobre os corpos já aqui existentes. Refere-se especificamente ao *Museo Travesti del Perú*, obra do filósofo-performer Giuseppe Campuzano, que registra as imposições do colonizador sobre as diversas formas de sexualidade que encontrou na cultura Inca, imposições que passaram a caracterizar a memória epistêmica das matrizes do feminismo no continente americano, em uma armadilha caracterizada pelo binarismo e falogocentrismo do pensamento ocidental. Ou seja, o processo de aculturação procurou segmentar o continuum de gênero indígena em "masculino" e "feminino", sem a possibilidade de um dualismo. Desse encontro, segundo ela, resultou não propriamente uma mestiçagem, mas um "travestismo cultural", definido por Campuzano (2008, p. 12) não como "a irrupção de uma nova presença, mas a emergência de algo sempre existente, mas subterrâneo e obscurecido".

Muitas outras propostas de deslocamentos epistemológicos, ou modos de ver/pensar diferentemente, foram apresentadas nos mais variados campos do conhecimento. Destaco apenas mais uma: a de Ana Gabriela Macedo nas artes visuais. Para Macedo ("Enquadrar, desenquadrar, reenquadrar/resistir: mulheres, arte e feminismos, modos de ver diferentemente"), a arte feminista contemporânea se afirma como uma estética de apropriação e questionamento da tradição que exibe a tensão dialógica entre três grandes momentos que são contíguos e coesos: "registrar", "reenquadrar", "resistir". A partir da análise do recurso formal de moldura e "enquadramento" (desenquadrar e reenquadrar como formas de

resistência), examina obras de arte de mulheres do Oriente Médio, a arte no exílio e as comunidades migrantes (estudos de caso de Shadi Ghadirian – iraniana – e Raeda Saadeh – palestina) em que são apresentadas novas corpografias do feminino. Instiga "um renovado estranhamento crítico no espectador e uma alargada reflexão em torno das políticas de localização dos Feminismos hoje e do significado da *diferença* na conjuntura pós-moderna e pós-colonial do mundo globalizado". O que se percebe bastante claramente, como ocorre também no trabalho apresentado por Simone Schmidt ("Os corpos das mulheres e a memória colonial") sobre o romance *O alegre canto da perdiz,* da escritora moçambicana Paulina Chiziane, é que a América Latina, o Oriente Médio e a África passam a receber o *status* de lugares de resistência do feminismo ao próprio feminismo.

Um segundo grupo de desafios para os feminismos na contemporaneidade pode ser localizado em torno das *políticas públicas,* especialmente daquelas que tratam de sexualidades não hegemônicas e de direitos reprodutivos, e da *cidadania e justiça*. No terreno das lutas LGBT, tivemos no *Fazendo Gênero 10* uma conferência muito instigante, intitulada "Desafios do Feminismo: Amigos diante da Família, Sociedade diante do Governo". Na contramão do que se possa superficialmente pensar sobre políticas de inclusão, Sarah Schulman – escritora, ativista lésbica e investigadora pioneira no campo da história da AIDS – sintetizou o que denomina de "transformações dramáticas" nas relações entre os movimentos LGBT e o movimento feminista. A autora argumenta que, ao ser incorporado a políticas públicas e, assim, passar ao domínio da política governamental, os movimentos LGBT perderam sua força desestabilizadora, afastando-se do feminismo e acomodando-se à estrutura social hegemônica. Ao deslocar-se em direção ao nacionalismo e ao "aparelho de estado", a política *queer* pró-família e a cidadania *queer* podem ter como efeito práticas que reforçam exclusões. Reconhecendo o que denomina "deslocamentos desiguais em direção à igualdade", ela diz: "Enquanto muitas pessoas *queer* – em todos os lugares – continuam ainda hoje a enfrentar graves perigos – de parte de seus governos, de suas famílias, dos sistemas de lazer/mídia/propaganda – temos ainda um *novo* fenômeno simultâneo no qual alguns elementos da comunidade *queer* global ganham direitos suficientes para se colocar em situações de igualdade com pessoas heterossexuais de sua mesma raça e classe social". Temos novamente um chamado contra a normalização de práticas culturais hegemônicas que mascaram ou apagam desigualdades, ignorando outros eixos de discriminação.

Esse apelo foi reforçado por Camilo Braz em sua apresentação sobre as políticas culturais LGBT no Brasil. Com base nos pressupostos teóricos de Teresa de Lauretis (2010) e

Judith Butler (2003), Braz indaga-se "se o apelo ao Estado pela legitimidade do casamento homossexual, apesar da necessidade de apoiarmos estrategicamente reivindicações por sua inteligibilidade e reconhecimento, não traria implícito o risco de tornar mais difícil a defesa da viabilidade de arranjos alternativos de parentesco". Da mesma forma, alerta sobre a higienização das práticas culturalmente associadas à homossexualidade, que silenciam as chamadas "culturas eróticas" que envolvem experimentações sexuais, usos/cuidados do corpo, estéticas da existência particulares e diversas.

No que diz respeito à evolução das políticas públicas para as mulheres no Brasil, Albertina Costa faz um resumo das conquistas, ressaltando a permanência de dois desafios: aborto e trabalho doméstico não pago. Reconhecendo inegáveis ganhos feministas no que concerne à cidadania plena das mulheres na última década, especialmente após a criação da SPM em 2003, declara, entretanto, que "é no mínimo intrigante constatar a tenacidade com que dois temas, a injusta distribuição do trabalho doméstico entre os sexos e a descriminalização do aborto continuam a desafiar a agenda das feministas brasileiras". Quanto ao aborto, reconhece a dificuldade de avanços por razões de governabilidade no contexto de um presidencialismo de coalizão com forças políticas ainda conservadoras. Quanto ao trabalho doméstico, apresenta dados surpreendentes (ou talvez nem tanto). Conforme ela, na última década, o tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado por homens e mulheres permaneceu intocado. Dados do IBGE de 2009 indicam que as mulheres gastam 25 horas por semana em atividades de cuidado com a casa (limpeza, cozinhar, lavar, passar roupa), cuidado com as crianças, atenção aos idosos ou doentes (em 2002 eram 27 horas; ganhamos duas horas, portanto), enquanto os homens despendem 10 horas, o mesmo tempo que gastavam anteriormente. Mais surpreendente ainda é o que dizem as mulheres sobre isso. Conforme resultados de uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, mulheres entrevistadas não identificam essa divisão desequilibrada como um dos obstáculos prioritários para a melhoria das suas vidas. No entanto, resultados de outra pesquisa (*Trabalho remunerado e trabalho doméstico*: uma tensão permanente), realizada em 2012 pelo Instituto Data Popular, SOS Corpo e Instituto Patricia Galvão para conhecer o cotidiano das brasileiras, evidenciam que a principal aspiração das mulheres é dispor de tempo para cuidar de si.

Ao abordar questões de cidadania e justiça, Teresa Kleba critica a falsa universalidade construída sobre a particularidade masculina, argumentando que existe uma distância muito grande entre os direitos preconizados pelas leis em nosso país e as reais necessidades e desejos das mulheres. A Lei Maria da Penha, por exemplo, que garante às mulheres o direito a

uma vida livre de violência, não evitou que entre 2009 e 2011 ocorressem no Brasil 13.071 mortes violentas de mulheres, o que equivale a uma taxa bruta de mortalidade de 4,48 mortes por cada 100.000 mulheres, sendo que somente 10% dos agressores foram julgados e, destes, somente 1% punido (IPEA, 2013). O que ocorre, segundo a pesquisadora, é que o *habitus* (2010), ou seja, as estruturas cognoscitivas inscritas nos corpos e nas mentes, faz com que não se alterem os padrões socioculturais discriminatórios e, consequentemente, as atitudes das pessoas envolvidas nos processos judiciais. Kleba propõe, como metas ou desafios, caracterizar o crime de *feminicídio* (quando a mulher é assassinada "por ser mulher") e incluir nos Cursos de Direito, temas como relações de gênero e violência de gênero, já que nem mesmo a Lei Maria da Penha é discutida na maioria deles.

Com relação ao Programa Rede Cegonha, que visa garantir às mulheres brasileiras o acesso ao Sistema Único de Saúde desde a confirmação da gestação até os dois primeiros anos da criança, Kleba considera que embora reconhecidamente importante para o enfrentamento da mortalidade materna, o Programa elege, reforça e enobrece o ato de reprodução e a maternidade como centralidade na política da saúde da mulher. Ignora, contudo, as metas propostas pela Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que incluem, além de pré-natal e parto, questões como o puerpério, o tratamento da infertilidade e inúmeras ações indispensáveis ao longo de todo o ciclo vital da mulher.

Esse problema é retomado especificamente em outro trabalho – "Gênero, gerações e velhice: omissões e discriminações" – em que Alda Britto da Motta critica o que chama de "política etarista de estado", pela qual pessoas idosas, cuja vida reprodutiva já estaria encerrada, não recebem a devida atenção nos programas de saúde. E, mesmo dentro desse grupo, conforme pesquisas realizadas por Márcia Andrade e Mônica Franch (2012), os homens recebem um melhor acolhimento – pelo menos no que tange à sexualidade. Ao contrário da expectativa de "encerramento reprodutivo" em relação às mulheres, "[o]s profissionais alimentam uma expectativa de que os homens prolonguem mais tempo sua vida sexual, e que o façam com parceiras mais novas" (ANDRADE; FRANCH, 2012, p. 53).

Os desafios para Teresa Kleba incluem, ainda, a Criminalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (que se opõe ao direito a escolha) e o polêmico Estatuto do Nascituro, já em tramitação no Congresso Nacional, que obriga a mulher a permanecer com uma gestação fruto de estupro ou violência sexual (apelidado pelas feministas como "Bolsa Estupro", garante direitos de cidadão ao feto e o pagamento de um salário mínimo, por 18 anos, à mulher que for estuprada, engravidar e concordar em ter a criança). São questões

muito polêmicas e complexas, mas que se colocam como grandes desafios tanto para os movimentos sociais feministas quanto para os feminismos acadêmicos.

Entre outros importantes temas discutidos no *Fazendo Gênero 10*, destacamos ainda os de mobilidades, migrações e feminismos transnacionais; gênero e ativismo em contextos rurais; gênero e subjetividade no campo da psicologia, e gênero e diversidade na escola. Embora muitos outros desafios tenham sido colocados em pauta no evento, que reuniu mais de 4.000 participantes, em 114 simpósios temáticos e 28 mesas-redondas, espero ter cumprido minha missão e conseguido caracterizar aqueles que mais se destacaram. Mas quero ainda aproveitar este lugar privilegiado em que me encontro para compartilhar com vocês o que eu particularmente considero o grande desafio dos feminismos contemporâneos – a palavra.

Estou falando aqui da prática discursiva, especialmente da linguagem verbal, um campo que perpassa todos os outros e que vai além deles, sendo inclusive bem mais insidioso porque suas consequências são geralmente invisíveis. Refiro-me às ideologias embutidas na linguagem, pois a ideologia é cognitiva, adquirida, e os esquemas que nos fazem conhecer e interpretar o mundo são transmitidos pelas palavras. Se não nascemos mulheres (ou homens), nos tornamos marcadas pelo gênero mediante a interação, em que a linguagem é absolutamente vital.

Permitam-se ilustrar isso bastante informalmente por meio de uma cena familiar que me descreveram um dia desses, em que uma menina de seus quatro ou cinco anos deu um "pum" enquanto brincava na sala perto do pai, que lia o jornal. O pai imediatamente a interpelou: "o que é isso, minha filha? Menina não peida". Surpresa, a menina foi perguntar à mãe se era verdade e, ao receber a confirmação, concluiu sem piscar: "mãe, então eu sou homem".

Para mim, esta pequena narrativa ilustra, de forma bastante clara, o que Simone de Beauvoir levou dois volumes para explicar e que Judith Butler levou pelo menos mais dois livros para complicar: a questão da performatividade de gênero. Somos bombardeadas, desde a infância, com receitas de feminilidade e de masculinidade que acabam por transformar o mundo em uma verdadeira loja de brinquedos – rosa de um lado e todas as outras cores do outro. Há *scripts* para mulheres e *scripts* para homens, verdadeiras receitas de comportamentos polarizados que retiram tanto de homens quanto de mulheres metade de sua humanidade. E não devemos nos esquecer de que toda dicotomia envolve uma hierarquia – ricos e pobres, brancos e negros, Romeu e Julieta – em que a alteridade geralmente recai sobre o segundo termo.

O foco na representação discursiva de gênero é, portanto, um grande desafio para os feminismos, desafio que a crítica literária feminista vem enfrentando desde seu surgimento na década de 1970, quando passou a questionar a forma como as mulheres vinham sendo tradicionalmente representadas na literatura. E temos sido relativamente bem sucedidas no sentido de colocar em circulação novos e mais positivos *scripts* narrativos para as mulheres. As loucas e as suicidas que povoaram a literatura ocidental até meados do século XX vêm dando lugar a uma nova e inspiradora feminilidade (como nos romances da canadense Margaret Atwood, por exemplo); formas e atitudes grotescas têm desconstruído os corpos higienizados e bem comportados das mulheres patriarcais (como nas obras da inglesa Angela Carter e da brasileira Lya Luft); o contrato heterossexual e a própria polaridade de gênero têm sido problematizados e questionados (como nas narrativas de Jeanette Winterson). Fantasias e utopias feministas vêm explorando mundos alternativos em que são exploradas novas possibilidades de organização social com interessantes e inusitados arranjos familiares e de gênero. E isso não é pouco, pois nós somos as histórias que nos contam. O discurso não é transparente, ou seja, não há uma realidade anterior ao discurso. É por meio dele que se constrói a realidade.

E aqui vale lembrar o importante artigo de Teresa de Lauretis sobre o conceito de "tecnologias de gênero" (1994, p. 206-242), que embora originalmente escrito em 1987, e publicado no Brasil em 1994, ainda tem muito a nos dizer. Para ela não só é gênero uma representação, como a representação de gênero é também a sua construção, construção essa que continua a ocorrer na família, na escola, nos tribunais, enfim, no que Althusser denominou "aparelhos ideológicos do Estado". Mas também é possível, segundo Lauretis, construir o gênero por meio de sua desconstrução, ao reconhecê-lo, em qualquer discurso, como uma representação ideológica falsa. Diz ela: "O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação" (*Id., ibid.*, p. 209).

É aqui que reside, em meu entender, um dos maiores desafios para nós feministas: o de reconhecer e desestabilizar as representações de gênero, em especial as do feminino, que circulam sem qualquer questionamento no mais importante aparelho ideológico da contemporaneidade: *a mídia*. Eu realmente acredito que esta deva ser a nossa próxima e mais importante fronteira. Mas também a mais difícil. E explico.

Tanto o jornalismo quanto a publicidade estão convencidos de seu compromisso com a realidade: no jornalismo, retratar os fatos objetivamente, mostrar a verdade (o que em si já é impossível); na publicidade, identificar e estimular desejos que já circulam no inconsciente coletivo. Trabalham em cima de crenças naturalizadas pelo senso comum, como as de que mulheres e homens são marcados por diferenças incompatíveis, reiterando o que Pierre Bourdieu tão bem explorou como a "eternização do arbitrário" em *A dominação masculina* (2010). Não passa um dia sem que na televisão, por exemplo, se oponha o feminino ao masculino: quem gasta mais no *shopping*, o homem ou a mulher? Quem é mais feliz na terceira idade, o homem ou a mulher? Quem sofre mais por amor, o homem ou a mulher? Nunca essas duas categorias são pensadas em sua variedade e diversidade. Que homens? Quais mulheres? E as conclusões, sempre essencializadas, acabam por reiterar a dicotomia entre razão e emoção, transcendência e imanência. Enfim, o homem faz, a mulher é – como já argumentava Simone de Beauvoir em meados do século passado. Lembro-me de quando a deputada federal, e depois senadora, Benedita da Silva fez sua primeira apresentação em plenário, juntamente com outro novato homem. Dele se informava o teor do pronunciamento; dela, que trajava um elegante *tailleur* cor-de-rosa.

Essa assimetria na representação do feminino e do masculino pode ser observada em quase todos os tipos de discursos. Em minhas pesquisas sobre a mídia impressa, encontrei exemplos dos mais variados, desde revistas de decoração de quartos infantis até notícias e propagandas. Para ilustrar meu argumento, retomo duas análises já incluídas em um trabalho anterior (2009, p. 103-120) sobre situações em que o masculino e o feminino são colocados lado a lado, permitindo que possamos perceber as assimetrias de gênero implicadas (e perpetuadas) pelo discurso. O primeiro são dois obituários publicados em um jornal local de Florianópolis. O segundo é uma propaganda veiculada em revistas semanais de circulação nacional.

Os textos dos dois obituários selecionados podem propiciar uma interessante reflexão. Trata-se de pessoas com praticamente a mesma idade – um homem e uma mulher. Ele, 62 anos; ela, 58. Para ele, 57 linhas e uma foto; para ela, 19 linhas. Mas é na qualidade e na forma das informações, lembrando que estamos falando aqui de textos e não de vidas, que a diferença é discursivamente marcada. Pois quando falamos sobre textos devemos sempre nos perguntar por que, de todas as coisas que poderiam ter sido ditas, estas foram ditas, mesmo que a escolha tenha sido inconsciente.

Em seu obituário, o homem, apresentado desde o início como “professor”, ocupa a posição gramatical de sujeito em 12 das 14 frases do texto, sendo referido duas vezes pelo prenome e uma pelo nome completo. A não ser pela frase na voz passiva “Sempre será lembrado por sua sabedoria”, é apresentado como sujeito ativo de verbos no pretérito perfeito (despontou, se formou, atuou, ocupou, lecionou, percorreu, narrou etc.), o que lhe confere um alto grau de agenciamento em processos transitivos, ou de ação. Já a mulher, mesmo sendo sujeito de 7 das 9 frases do texto, não é nomeada uma só vez nessa posição. Seu primeiro nome aparece apenas em posição atributiva, na frase de abertura do texto: “A bondade de Fulana não se restringia [...]”. Aqui, o emprego de uma nominalização (bondade) faz de uma qualidade (Fulana era bondosa) o sujeito da frase, deslocando o ator social (Fulana) para uma posição secundária.

Destaca-se, ainda, o fato de ela ser referida como “empresária da construção civil” apenas em posição não marcada, entre as informações “Além da solidariedade” e “também era brincalhona e alegre”. Os verbos (fazia o que podia, ficou conhecida [por recolher cachorros de rua], era, gostava, não resistiu, morreu, deixou, morava) lhe conferem, por meio do emprego do pretérito imperfeito, da voz passiva, da intransitividade e da negativa, um baixo índice de agenciamento. A frase de fechamento na voz passiva, com ênfase na condição pós-vida do ser humano (“O corpo foi cremado”), contrasta com a do obituário anterior (“Fulano de Tal e Tal deixa”), em que o nome completo e o verbo no presente do indicativo insinuam uma continuidade. Há, portanto, nos dois obituários analisados, uma nítida diferença entre a precisão de detalhes sobre o que ele efetivamente fez e uma ênfase no que ela era e no que (geralmente) fazia.

Com efeito, se examinarmos outros obituários publicados no jornal impresso, podemos concluir que existe um modelo discursivo para narrar as vidas de homens e de mulheres que polariza o fazer e o ser, o público e o privado. Além disso, se examinarmos a narrativa da morte propriamente dita, vemos que os homens geralmente são representados como tendo “lutado” e resistido heroicamente contra a doença, com as mulheres sendo representadas, na maioria das vezes, como vítimas ou como tendo sido “vencidas” pela doença, em uma clara oposição entre atividade e passividade. Não acredito que se trate de uma representação intencional do jornal, pois conforme indicado na seção, as notas são solicitadas por telefone ou enviadas por e-mail, embora provavelmente sejam redigidas por um editor em sua forma final. Não se trata também, estritamente, de uma questão de valor. Pode-se inclusive pensar que uma vida dedicada a distribuir bichinhos sem dono tenha um valor humano muito maior

do que lecionar antropologia em uma universidade, escrever livros, produzir documentários. Trata-se, isto sim, de uma polarização ideológica de gênero, determinada pela ênfase dicotômica atribuída a diferentes esferas da atividade humana. Será que o professor também não era “bondoso, brincalhão e alegre”? Não seria Fulana de Tal, e faço questão de usar nome e sobrenome, uma empresária “influente e respeitada”? Enfim, o que fica de uma vida nas páginas de um jornal é uma espécie de pedagogia cultural, um discurso que, ao representar, também constrói modelos de conhecimento do mundo.

O grande desafio é tornar esses implícitos visíveis, pois essa assimetria de gênero é raramente perceptível. Há uma interessante propaganda do Cartão de Crédito Fidelidade TAM BCN[3], veiculada em revistas semanais brasileiras, que parece absolutamente inócua e igualitária. Trata-se de dois anúncios, de página inteira, com exatamente o mesmo *layout*, um apresentando uma figura masculina e outro uma feminina. Tudo é idêntico, exceto pelo tipo de cartão, que determina as cores de fundo (o dele Mastercard Platinum e o dela Visa Gold), e pelo texto que encabeça a página. Para ele, os dizeres são: “Otimizamos os dois maiores prazeres que o dinheiro pode proporcionar: fazer compras e viajar”. Frase declarativa, não deixa dúvidas. O núcleo semântico – o duplo prazer de viajar e fazer compras – pode ser conquistado pelo dinheiro que ele certamente tem. Afinal, como se pode constatar na página do BCN na Internet, a renda mínima mensal para se ter um cartão Platinum é de 10 mil reais. Para ela, o texto é: “Na dúvida entre fazer compras e viajar, solicite um cartão TAM BCN”. Aqui, o presente do indicativo de “otimizamos” dá lugar ao imperativo de “solicite”, indicando talvez que a mulher precisa ser orientada ou aconselhada. O núcleo semântico agora é “dúvida”, pois com a renda mensal exigida para um cartão Gold (menos de 3 mil reais), ela teria mesmo que optar entre fazer compras e viajar.

Para concluir, reitero, então, a importância das lutas sociais feministas e das discussões acadêmicas sobre epistemologias e relações de gênero nos diferentes campos de conhecimento. Mas acredito que, além disso, precisamos nos conscientizar sobre os efeitos que o uso cotidiano da linguagem tem sobre nós, ficando atentas para formas mais sutis de discriminação. A representação não é inócua e, se não tivermos uma consciência linguística ou um mínimo conhecimento do funcionamento do discurso, não percebemos os condicionamentos ideológicos que nos afetam.

[3] Tomo emprestada esta análise de minha orientanda Ana Lídia Bisol (2004).

De qualquer forma, espero que todas estejamos desafiadas, ou melhor, afiadas para enfrentar esses desafios.

Obrigada.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Márcia A. Rodrigues; FRANCH, Mónica. "'Eles não estão mais pra nada': sexualidade e processos de envelhecimento na dinâmica do Programa Saúde da Família". Dossiê "O final da vida no século XXI". *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 17, n. 2, p. 41-56, 2012.

BISOL, Ana Lídia. *Representações de gênero na propaganda turística*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas. 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kühner. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUTLER, Judith. "O parentesco é sempre tido como heterossexual?" *Cadernos Pagu*, v. 21, p. 219-260, 2003.

CAMPUZANO, Giuseppe (Org.). Museo Travesti del Perú. Lima: Institute of Development Studies, 2008.

DE LAURETIS, Teresa. "Teoria Queer: sexualidades lesbiana y gay". *In*: REYES, Mauricio; LÓPEZ, Alberto. *Florilegio de deseos.* México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2010.

FUNCK, Susana. "Discurso e violência de gênero, ou a 'diferença' revisitada". *In*: TORNQUIST, C. S.; COELHO, C. C.; LAGO, M. C. S.; LISBOA, T. K. (Org.). *Leituras de resistência*: corpo, violência e poder. v. 1. Florianópolis: Mulheres, 2009. p. 103-120.

LAURETIS, Teresa de. "A tecnologia do gênero". *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LUGONES, María. "Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial". *In*: MIGNOLO, Walter (Org.). *Género y descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2008.

ORSI, Carlos. "Mulheres são maioria com nível superior, mas homens dominam mercado de trabalho". *Ensino Superior Unicamp*: revista trimestral da Universidade Estadual de Campinas 11 set. 2012. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/>. Acesso em: 19 maio 2014.

PAGLIA, Camille. "Nós sufocamos os homens". *Veja*, São Paulo, ano 47, n. 10, p. 13-17, 5 mar. 2014. Entrevista concedida a Mariana Barros.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina.* 2000. p. 225-242. Disponível em: <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/10.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

Por falar em liberdade...

Tania Navarro Swain[1]

Os feminismos contemporâneos têm sido uma mescla de aportes teóricos e movimentos que levam às ruas as reivindicações, das mulheres, de igualdade, cidadania e participação na construção política da sociedade. Temos visto com enorme prazer o crescimento dos movimentos feministas no Brasil, mas, ao mesmo tempo, constatamos a propagação de violência masculina e da manifestação de grupos que intentam frear, calar, domesticar as mulheres que escapam às teias do poder patriarcal, pois é a perda de poder sobre as mulheres que assombra o patriarcado.

Porém, nenhuma reivindicação de igualdade subsiste se não é acompanhada de liberdade. Liberdade não apenas material, que hoje nos países ocidentais é assegurada pelas leis, mas a liberdade que supõe uma modificação estrutural da produção do sujeito "mulheres", de seu próprio devir, transformador de seu meio social. Sujeitos de linguagem, de ação, de invenção de si mesmas, eixo de criação de novas imagens e representações sociais do humano, estes são os caminhos da liberdade, pois não há liberdade fora de práticas de liberdade.

A liberdade, porém, é ameaçada e controlada pelas instituições patriarcais. Nos anos 1980, as feministas desvelaram na categoria *patriarcado* todo um sistema de dominação e convencimento instalado para criar a diferença e a desigualdade, com a instituição binária da sociedade e sua dessimetria. Esta noção de sistema implica sua extensão e aparelhagem social fundada em poderes arbitrários e discriminadores, na arquitetura das representações do humano em mulher e homem, diferentes por "natureza".

Segundo Geneviève Fraisse (2013), "demonstrar o funcionamento da dominação é considerado como uma necessidade, para permitir em seguida a ação, a resistência, a subversão. Analisar e transformar, desvelar para refazer, tais seriam as lógicas de uma prática feminista. Teoria, em seguida prática, em suma".

---

[1] Doutora em Sociétés Latino-Américaines pela Université Sorbonne Nouvelle (Paris 3), França. Professora (aposentada) da Universidade de Brasília (UnB).

Nesta perspectiva, em minha opinião, tem-se falado muito de gênero e pouco de patriarcado, e é sobre esta categoria que pretendo me estender aqui.

Gostaria de pensar a funcionalidade do “patriarcado” como um dispositivo, noção que mostra claramente seu alcance, material e simbólico. Segundo descreve Foucault, o dispositivo se refere a um conjunto de

> [...] discursos, instituições organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (1988, p. 244).

Este dispositivo, em sua função estratégica, engendra e multiplica poderes cuja substância e definição é a ação sobre a ação humana, como explicita Foucault (*op. cit.*, p. 258), ou seja, as tramas do poder que criam e controlam os indivíduos.

No caso do patriarcado, a ação sobre o humano é a invenção de corpos e papéis sociais em função da genitália que passa a defini-los, em um esquema de dominação e subordinação. É de fato um tecido, que de forma anônima ou não, mantém a clausura das mulheres em seus corpos sob a violência material ou representacional.

Nesta perspectiva, enunciados históricos tornam-se verdades incontornáveis, como a hierarquia baseada na “natureza” dos sexos, a heterossexualidade e a procriação como base primária do social, a predominância do masculino como norma e como representação do humano. As estratégias engendradas passam assim a organizar o social e definir o humano.

Dentre as verdades deste modo instituídas, a universalização do patriarcado, como agenciamento a-histórico, ou seja, universal, desde a origem do humano, torna-se um dado indiscutível para todos os tempos e lugares, parte essencial de sua tática de dominação, manifestada em tradições, religiões e sobretudo, no caso da ciência, suposições. De fato, o dispositivo patriarcal é, como todo agenciamento humano, histórico, ou seja, manifestamente dinâmico e plástico. A não ser que se invoquem deus e seus asseclas para justificar sua origem e necessidade, em grandes narrativas ficcionais.

Ora, nada, e sublinho, nada, pode atestar a existência a-temporal do patriarcado, a não ser ilações ou a negação de uma realidade incontornável: o fundamental abismo no conhecimento sobre humano e suas multiplicidades, ao longo de milênios.

A história, ela mesmo produzida pelo imaginário patriarcal, fornece subsídios irrelevantes para se universalizarem as práticas de poder masculinas e a implantação de um sistema binário social, baseado apenas no sexo.

Entretanto, o dispositivo patriarcal se erige em dado natural e esconde, em suas dobras discursivas, as possibilidades de outro tipo de relação social. O próprio imaginário é acorrentado às formas de sociedades assimétricas, ocultando as significações presentes nas atividades atribuídas ao feminino. Por que a antropologia se interessa apenas às atividades masculinas, interpretando-as como as mais importantes em sociedades ditas “primitivas”? É o molde patriarcal que obscurece os sentidos e a articulação social na divisão de trabalho observada nestas sociedades.

A diferença sexual é instituída como evidência na correlação de forças sociais e é pedra fundamental na instalação representacional e na criação material do patriarcado e seu imaginário.

É claro que as genitálias masculina e feminina são diferentes, que o sistema hormonal tem suas especificidades; mas se as singularidades são relevantes, nenhum indivíduo é igual ao outro. O que dá nascimento à noção de diferença sexual como categoria absoluta na divisão de poderes no social e na implantação de uma hierarquia é a IMPORTÂNCIA que é dada à genitália masculina como fator de proeminência e poder.

Um exemplo disto foi a atividade colonial em todos os países onde se desenvolveu, que impôs sua visão hierárquica e sexuada da ordem social, dando ao masculino a importância própria às representações dos colonizadores. Ou seja, na ordem colonial, as sociedades dominadas absorveram a articulação social que lhes foi imposta, modificando seus valores; e suas características específicas desaparecem das narrativas que as descrevem. É assim que o patriarcado se tornou uma ideia universal: quando algo é repetido incansavelmente acaba se tornando verdade.

A ordem patriarcal

Em termos materiais e simbólicos, a ordem patriarcal e a construção da diferença sexual apresentam-se como um tripé: a materialidade genital, no caso, o pênis; a figura simbólica do pai; e o resultado final, o poder.

No pênis e sua expressão, o masculino, localizam-se todas as virtudes sociais, todos os atributos intelectuais, criativos, produtivos, artísticos, inventivos. A racionalidade é seu apanágio; a força seu sinônimo; a coragem, a capacidade de conhecer, criar, desvendar, julgar, compõem sua significação social.

Entretanto, o pênis é apenas um detalhe anatômico e em si não vale nada. O valor que lhe é atribuído é puramente imaginário, é uma representação social que serve para instaurar

uma diferença e assentar sobre ela uma desmedida importância social. Assim, torna-se inquestionável, evidente, um dado da natureza, aquilo que torna os homens sujeitos políticos, cidadãos, aquilo que lhes dá um lugar de fala, uma autoridade, e que ao nascer, lhes concede a possibilidade de dominar a metade da humanidade. Desta forma, o sexo masculino é representado como fonte de poder sobre o mundo e sobretudo sobre os corpos desprovidos de pênis**.**

Foucault (*op. cit*., p. 259) se interroga: “[...] no fundo, será que o sexo, que parece ser uma instância dotada de leis, coações, a partir de que se definem tanto o sexo masculino quanto o feminino, não seria ao contrário algo que poderia ter sido produzido pelo dispositivo da sexualidade?”.

Em sua vertente discursiva, que o instala no fundo dos tempos, o patriarcado universal seria o suposto ordenador do desenvolvimento social, ancorado como tal no imaginário social contra o fantasma de um matriarcado caótico. Na análise, porém, o que se descortina é todo um conjunto histórico de regras, discursos, proposições, invenções, efetivadas pela violência da lei ou dos costumes, cuja única validade é sua própria afirmação e sua imposição arbitrária. A ideia de um “patriarcado universal” não passa de um dispositivo de controle e de poder. Um engodo, uma ficção, uma farsa, cujos efeitos, porém, são devastadores**.**

Nesta perspectiva, as práticas criam o objeto dos quais descrevem o funcionamento ou os contornos, em um processo contínuo. É efetivamente a diferença sexual e a ação do dispositivo patriarcal que constroem os sexos e suas delimitações, seus princípios de exclusão, suas formas e expressões, a heterossexualidade como norma e referência, a sexualidade como fundamento do ser, como identidade e inteligibilidade social.

Mulheres nos social, fêmeas no biológico, os corpos-em-mulher fixam uma identidade fictícia na qual se imbricam as injunções do amor e da sexualidade. Assim se urde a trama onde se tece e se produz o feminino – a objetivação bloqueadora do processo de subjetivação autônomo, pela produção do sujeito de um saber e a produção do saber sobre um sujeito por meio de práticas controladoras, discursivas e não discursivas diversas. O patriarcado não cessa de discorrer sobre as mulheres, seus corpos, suas mentes, destilando “verdades” absolutas a seu respeito.

Desse modo, na noção de diferença sexual se instauram a dominação e a inferiorização das mulheres: já que não possuem o atributo essencial, o pênis, sede de ligação com o divino, essência da força e da razão, são transformadas em corpo, em imanência. São representadas

na submissão e na docilidade, corpos disponíveis para o prazer e para a reprodução de outros machos que darão continuidade à dominação sobre o mundo.

O sexo é masculino, diz Colette Guillaumin (1992). As mulheres não tem sexo, elas *são* um sexo a ser desfrutado. As mulheres são desprovidas do apêndice principal e seus atributos sociais, portanto, sua qualificação, é nula.

A diferença sexual criou os homens e as mulheres em significações sociais tão diversas, em hierarquia tão arraigada que anos e anos de militância feminista não conseguiram ainda destruir. Isto porque a reivindicação pela igualdade, cuja importância é inegável, não elimina a raiz da posição inferior das mulheres no social, ou seja, a diferença sexual, nem sua dimensão naturalizada.

A filósofa francesa Geneviève Fraisse (2013), também deputada europeia, explica sua posição:

> É como se os sexos não pertencessem à questão histórica. A razão pode ser compreendida simplesmente: pertencer à história, é imaginar sua possível transformação, um amanhã diferente de hoje. É assim que minha única ambição filosófica é de convencer da historicidade dos sexos. E a subversão, toda subversão é sua consequência lógica.

Os dispositivos

Nesta perspectiva, três outros dispositivos se colocam em ação, para sustentar a diferença sexual, subsistemas constitutivos do patriarcado. Sua separação é apenas heurística, pois são imbricados à instituição patriarcal. São eles: a) o dispositivo amoroso, que é a rede social de convencimento das mulheres em relação aos papéis que lhes são atribuídos tradicionalmente; b) o dispositivo da sexualidade, que faz das mulheres um corpo sexuado; e c) dispositivo da violência, que atua materialmente com a ameaça, o estupro, o sequestro, o assassinato, o incesto, a pedofilia e toda forma de intimidação àquelas que ousam desafiar seu controle.

É bom lembrar que ao instituir corpos sexuados, criam-se coerções e normas de comportamento. E para isto é preciso acompanhá-las de um aprendizado, de uma domesticação constante em relação às normas valorativas, de forma violenta ou pelo convencimento (FOUCAULT, *op. cit.,* p. 246).

O assujeitamento pelo dispositivo amoroso é aquela arma mais insidiosa, já que atua silenciosamente, que coloca, em nome do amor, todas as responsabilidades da manutenção da família, dos doentes e dos idosos sobre os ombros das mulheres.

O dispositivo amoroso, nome que dei a este sistema de persuasão das mulheres em relação às suas obrigações “por natureza”, torna tão arraigadas essas tarefas que mal são questionadas. Naturalmente, os feminismos vêm denunciando esta injusta divisão de trabalho que resulta em triplas ou quádruplas jornadas de trabalho para as mulheres.

Entretanto, sua raiz, aquela que mantém as mulheres atreladas à domesticidade, é a mesma e sempre diferença sexual. Tudo se passa como se lavar roupa, louça, cuidar de crianças, da casa, fossem tarefas absolutamente incompatíveis com a dignidade do homem, digo, do pênis. E as mulheres aceitam isto como um dado, como se fosse impossível mudar as relações entre os seres, fundar uma nova articulação social onde todos fossem responsáveis por todas as tarefas. Que assujeitamento cego é este que aceita uma divisão de trabalho iníqua, em nome de quê? A resposta é simples: em nome da ordem do pai, do pênis, do patriarcado.

O dispositivo amoroso se solidifica na imagem da “mulher verdadeira”, daquela que cimenta os laços familiares, que educa os meninos para serem verdadeiros patriarcas e as meninas suas servas. Poder-se-ia seguir sua genealogia nos discursos – filosóficos, religiosos, científicos, das tradições, do senso comum – que instituem a imagem da “verdadeira mulher”, e repetem incansavelmente suas qualidades e deveres: doce, amável, devotada (ou incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e sobretudo amorosa. Amorosa de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo limite, de toda expressão de si. Apropriação do tempo, do trabalho e dos corpos das mulheres é considerado natural.

O amor está para as mulheres como o sexo está para os homens: necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário. O dispositivo amoroso investe e constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem. Esta é a matriz de inteligibilidade das mulheres sob a égide patriarcal.

As profissões ditas femininas partilham estas características “amorosas”: enfermeira, professora primária, doméstica, babá etc. São atividades ou profissões para as quais as meninas são cuidadosamente conduzidas, convencidas de que este é seu papel e sua razão de existir. Assim, o assujeitamento se faz localizando uma “natureza” nos corpos das mulheres e sua materialidade, sempre em relação às necessidades cotidianas e ao olhar masculino, no desejo expresso pela beleza, pelas formas perfeitas, por todo um *glamour* que se concentra no ser “*sexy*”.

Sempre me perguntei o que é ser *sexy*. É ser objeto de desejo? Apenas um sexo, um orifício a ser preenchido? Como pode ser considerado um elogio? Para ser *sexy*, as mulheres se submetem a formas codificadas de tortura, como os saltos altíssimos, que deformam a

coluna e o andar, ou os regimes draconianos, cuja expressão máxima é a anorexia, passando pelos gastos exponenciais com a moda em nome da beleza; isto é também o assujeitamento à ordem do desejo masculino, do poder patriarcal. Beleza, feiura são apenas parte de seu aparato para melhor controlar os corpos das mulheres. Estes parâmetros não são aplicáveis aos homens, pois eles não são bonitos ou feios, eles são, apenas.

Por outro lado, o dispositivo amoroso as conduz diretamente para uma heterossexualidade incontornável, coercitiva, sem equívocos, já que a procriação é sua recompensa. Mesmo se o prazer é raro ou ausente, é uma sexualidade sem questões, sem desvios, é assim, ponto. No discurso feminino, “ser mãe” é condição de autoridade, é o lugar de fala inteligível para as mulheres.

Adrienne Rich (1981) insiste que “(...) a heterossexualidade, como a maternidade, deve ser reconhecida e analisada como instituição política – mesmo e mais especialmente por aquelas que se sentem em sua experiência pessoal como as precursoras de uma nova relação entre os sexos”.

O dispositivo amoroso, assim, cria mulheres dóceis e, além disto, dobra seus corpos às injunções da beleza e da sedução, guia seus pensamentos, seus comportamentos na busca de um amor ideal, que seria feito de trocas e emoções, de partilha e cumplicidade. É a busca do príncipe, a multiplicação dos casamentos e consequentemente dos divórcios, pois o príncipe é com frequência, apenas um sapo. E isto apenas nos países em que o divórcio é aceito.

As tecnologias sociais do gênero investem desta maneira os corpos-sexuados-em-mulher em redes discursivas que propõe como axioma a “natureza” feminina, um pré-conceito ancorado no senso comum, propagado e instituído por um conjunto de discursos verdadeiros. Este é o dispositivo amoroso que muitas vezes motiva mulheres a repudiar os feminismos.

As tecnologias do dispositivo patriarcal e sua vertente amorosa têm assim uma dupla face, externa e interna: na primeira, a produção do sujeito feminino em quadros de valores para os quais é e cria referência. A segunda é ação do feminino sobre si que utiliza técnicas de acomodação, de adaptação, de assujeitamentos aos códigos, aos limites, às normas de gênero e de sexualidade,

O dispositivo amoroso se afirma nas práticas que se desdobram de forma exponencial para a construção do feminino: a educação formal, a pedagogia sexual, a disciplina dos corpos – *magralinda* –, a domesticação dos sentidos e dos desejos para seguir a imagem ideal DA mulher. Isto é o assujeitamento, em sua plenitude. Restam as brechas, o formigamento do desejo de liberdade, para além da sexualidade e do sexo...

O outro dispositivo, subsistema do dispositivo patriarcal e dele parte indissociável, é o da sexualidade, tão bem analisado por Foucault, que cria na importância dada ao sexo o próprio sexo, sua necessidade absoluta. Este dispositivo se refere principalmente à instituição do masculino, já que sua força e importância residem em seu sexo biológico, cuja expressão material é a sexualidade como expressão de vida.

O dispositivo da sexualidade é orgânico, constitutivo do ser homem, de ser dotado de um pênis, seu maior ponto de apoio na materialidade do social. Uma sexualidade desabrida, incontrolada, pronta a tomar e possuir o que quer que esteja à disposição. Quer seja sobre mulheres, ou todo tipo de fêmea dos animais não humanos, a sexualidade masculina não tem e não se impõe limites. Entretanto, a “sedução” é crime das mulheres, que devem ter seus corpos cobertos, suas idas e vindas controladas, pois qualquer deslize as torna presas da sexualidade masculina.

A tão discutida pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014) mostra níveis assustadores de repressão e de agressividade social em relação a mulheres que se mostrem livres em sua forma de se vestir, de se portar. Elas “merecem” ser atacadas, ou seja, as vítimas são as culpadas do estupro ou abuso sexual, punição natural àquelas que não seguem as normas. E a esfera doméstica é considerada pela maioria como particular, não devendo sofrer interferência externa, mesmo em casos de violência. Continua, portanto, em vigor o protesto feminista: “o privado é político”!

Uma outra estratégia do dispositivo patriarcal que plasticamente incorpora a busca da liberdade das mulheres para melhor utilizá-las é a hipersexualização, que estimula, incentiva, através da mídia em geral, a busca constante do sexo como garantia de uma vida saudável e plena. “Sexo é vida”, continua a escandir a publicidade.

A sexualidade como fator imprescindível da vida social e de expressão de ser faz de sua urgência uma quase obrigação de aderir às suas práticas, em idades cada vez mais precoces. Não é a liberdade que aqui se exerce, mas a submissão aos ditames imperativos do patriarcado que, em sua dinâmica tentacular, transforma em liberdade sexual para as mulheres seu desejo de apropriação e a afirmação de sua virilidade e poder.

Aliás, o único que desfruta desta nova liberdade é aquele que possui, que domina, que penetra, que se instala na irônica liberação dos desejos femininos. Assim, uma aparência de liberdade é outorgada às mulheres pelos poderes instituídos e controlados pelo masculino, para melhor dominá-las.

Uma outra distorção da nova “liberdade” supostamente conquistada pelas mulheres é a da pretensa escolha da prostituição como profissão. Ora, a prostituição é o assujeitamento absoluto e completo à ordem patriarcal, é um ser humano transformado em orifícios, mercadoria viva a ser barganhada, carne exposta a ser consumida. Assegurar a “liberdade” das mulheres na prostituição como uma conquista é um insulto à inteligência feminista, é uma cumplicidade ultrajante com aqueles que as exploram de forma vil.

A prostituição é, na realidade crua das ruas e do tráfico de meninas e mulheres, a mais indigna forma de exploração das mulheres, compradas e usadas, penetradas, maltratadas, escravidão explícita que alguns querem transfigurar em “liberdade” de escolha ou “trabalho”. Uma coisa é assegurar a proteção de mulheres em estado de prostituição, outra é arvorar a bandeira da liberdade no despojamento da humanidade de outrem.

As pretensas feministas que se empenham em assegurar a “agentividade” das mulheres prostituídas, que afirmam sua liberdade em escolher esta “profissão”, que insistem em afiançar sua “liberdade” estão, por um lado, assegurando o “direito” dos homens de usarem os corpos das mulheres como bem entendem. Afirmam a “liberdade” das mulheres de melhor servir o desejo sexual e simbólico de posse e de dominação dos homens, ignorando as condições pungentes que as levaram a isto. Ignoram as coerções, as pressões, os estupros repetidos que as levaram a desprezar seus corpos e alugá-los por um dinheiro sórdido, fruto de amplexos abjetos. O aspecto psicológico das mulheres prostituídas é totalmente ignorado, já que elas são “livres” para exercer este “trabalho”. É evidente que algumas entrevistadas podem afirmar sua “livre” decisão de se prostituírem, pois, de alguma forma, precisam valorizar o que fazem, para ter um mínimo de autoestima. Isto também é ignorado nas “pesquisas de campo”.

Por outro lado, insistem em colocar indivíduos e seus depoimentos como porta-vozes de milhões de mulheres prostituídas, vendidas, alugadas, mercantilizadas, traficadas, exploradas. Estou aqui falando de SISTEMA e não de pessoas que podem expressar suas singularidades; o SISTEMA prostitucional é *pedra fundamental* da subsistência do patriarcado: enquanto existir uma só mulher cujo corpo é transformado em mercadoria, todas as mulheres continuam a ser corpos disponíveis para a apropriação e o desprezo masculino. De fato, a prostituição é uma instituição patriarcal, cujos benefícios são exclusivos aos homens. É um mercado mundial, que realiza lucros incalculáveis também para proveito dos cafetões e traficantes e dos “consumidores” que exigem meninas cada vez mais jovens.

Esta defesa da "liberdade" das mulheres se prostituírem como uma profissão é um terrível desserviço prestado aos feminismos, já que estimulam as meninas a adotarem esse "trabalho", sem questionamentos. Tudo se passa como se fosse "natural" as mulheres se prostituírem, ainda mais porque "feministas" o dizem.

Tudo se passa como se essas "feministas" não conseguissem perceber o alcance do assujeitamento simbólico e ideológico que sofrem ao defender como "liberdade" a dominação paroxística dos corpos das mulheres, cuja existência é determinada pelas necessidades do pênis/patriarcado. O patriarcado não necessita defender o mercado de mulheres, as "feministas" o fazem em seu lugar.

Esta perspectiva é particularmente imbricada ao terceiro subsistema de imposição do patriarcado, o dispositivo da violência.

O desejo de liberdade das mulheres no mundo atual tem levado a reações extremas de um patriarcado que se sente ameaçado. A violência doméstica, os espancamentos que se contam no Brasil por minuto, os estupros coletivos ou não, o uso do ácido, do fogo para desfigurar as mulheres são expressão do receio da perda inimaginável de alguma ou toda parcela de poder patriarcal. As formas de violência contra as mulheres são inesgotáveis.

Arma de guerra, o estupro atingiu milhares de mulheres nas guerras africanas recentes: em Ruanda, na República Democrática do Congo, o estupro era acompanhado da mutilação dos órgãos genitais femininos com facas, paus, rifles. Atualmente[2], na Nigéria, permanecem em destino desconhecido mais de 200 meninas sequestradas na escola. Não ousamos imaginar os ultrajes a que devem estar sendo submetidas, e isto é um crime inominável. Há alguns dias, um policial algemou e matou na rua sua namorada em Curitiba, e a reação dos passantes foi filmar o acontecimento. A banalidade da violência a tornou aceitável, pelo visto.

Violência sem limites, sem horizontes, tudo é possível no ódio que impele os homens a atacar as mulheres, meninas e crianças, para penetrá-las com seu sexo e mostrar assim como são poderosos e viris. Seres desprezíveis e repugnantes, os estupradores são, porém, uma das faces do patriarcado, uma de suas garantias da domesticação e submissão das mulheres pelo medo.

Rosi Braidotti (2014) considera que no biopoder exercido sobre os corpos, a morte está implícita: "As implicações desta perspectiva bio/necropoder é radical: não diz respeito à racionalidade da Lei e do universalismo dos valores da moral para estruturar o exercício do

[2] 17 de maio de 2014. Quase 300 meninas foram raptadas por radicais islâmicos e permanecem em destino desconhecido, há mais de um mês.

poder; e sim de liberar o irrestrito direito soberano de matar, mutilar, violar e destruir a vida de outrem".

Por que não vemos manifestações maciças dos homens contra o estupro, os maus tratos, o espancamento de mulheres, práticas já endêmicas na sociedade? O estupro está longe de ser apenas sexo, é um ato de posse, de apropriação; e a excitação/ereção é garantida pela própria violência.

O estupro e a violência centrados no sexo exprimem o temor da quebra do "contrato sexual", como o denomina Carole Pateman (1988), um contrato simbólico, que garante aos homens, enquanto machos, a apropriação social e individual das mulheres. Monique Wittig (1980) afirma, nesta ótica, que assim como o casamento, a prostituição, estupro, posse, propriedade, emprego da força, uso da violência são instituições patriarcais, partes constitutivas de sua implantação e manutenção.

Entre o dispositivo da sexualidade, o dispositivo amoroso e o da violência, as mulheres-construídas em corpos sexuados têm sido levadas ou obrigadas a seguir os ditames do patriarcado. Mas os feminismos estão vivos e atuantes para erradicar do imaginário e das práticas sociais estes abusos.

E por falar em liberdade...

Adrienne Rich (1981) afirma que o temor maior dos homens em relação aos feminismos e suas ações e análises é que as mulheres não se interessem mais por eles, ou que escapem à sua dominação. Temem a liberdade. Temem que a diferença sexual se torne a in-diferença das mulheres em relação ao masculino.

Entretanto, as militâncias feministas, tão significativas, tão belas em suas expressões afirmativas mantêm suas reivindicações no âmbito da prisão em que as mulheres foram colocadas: seus corpos. "O pessoal é político", "meu corpo me pertence", "eu decido sobre meu corpo" são aforismos e manifestações claras de uma afirmação de subjetividade, mas centrada ainda no corpo.

É neste corpo que se exercem as pressões e as violências patriarcais, mas é nele também que os feminismos percebem o ponto nodal da dominação. Ou seja, a liberdade do corpo ainda é uma liberdade atravessada pelas normas, já que esse corpo define as mulheres como seres incapazes de gerir seu próprio ventre, sua própria maneira de se transformar em sujeito político.

Considero da maior importância a Marcha das Vadias, os movimentos pró-aborto, o desafio político da Riot Pussy, que provocaram o poder patriarcal de decidir como devem as mulheres se comportar, como devem sentir, se vestir, como devem se colocar no mundo.

A contracepção foi conseguida a duras penas pelas mulheres, livrando-as de uma gravidez indesejada. Entretanto, o direito ao aborto, o direito a decidir sobre seu próprio corpo é um ponto crucial da demarcação que define os limites entre ser livre e ser apenas um ventre. Entre ser humano ou apenas mulher.

Mas por que não lhes retirar o poder de controle ao exigir a contracepção em qualquer relacionamento heterossexual? Esta é uma prática de liberdade.

Quando se realizam movimentos de afirmação homossexual (mulheres e homens), transgênero, bissexual, a diversidade é exposta claramente e a instituição do sexo assimétrico e estereotipado é desafiada; porém, o referente ainda é o corpo, ainda é o sexo, ainda é binário.

Se a base é o sexo e a sexualidade, outros modelos redesenham a mesma face. A norma não se desfaz, ela apenas se desloca na diversidade e mantém o fundamento da diferença sexual.

Judith Revel (2014) observa:

> em lugar da diferenciação por sexo, a diferença se faz agora segundo a sexualidade, como se esta não fosse igualmente uma categorização objetivada pelo poder, um objeto de veridição, que diria o que é o indivíduo, que contaria seu segredo mais íntimo: não pertencemos a uma civilização onde se exige dos indivíduos de dizer a verdade sobre sua sexualidade para poder dizer a verdade sobre si mesmo?

A diferença sexual preside toda articulação de gênero, pois, na base, está a exaltação do pênis e a implantação da heterossexualidade, domínio específico de dominação patriarcal. A resistência, com a diversidade explícita, se localiza dentro das malhas do poder e ao sacudi-las, reforça seus nós e seus liames. Ao resistir dentro do espaço do corpo, de fato, se reafirma a norma enquanto divisor de águas e de humores. A diferença então, se refere, tanto na sexualidade quanto no corpo sexuado, a uma identidade, esta fixada pelos dispositivos patriarcais.

Reclama-se identidade em todas as posições, e o trocadilho sexual é inevitável. Mas em práticas de resistência, que reivindicação é esta que não ultrapassa os limites do corpo?

A afirmação de uma identidade sexual é o inverso da liberdade. Durante décadas, as teorias feministas indagaram, criticaram, refletiram sobre o "ser mulher" como sujeito sócio-político, para finalmente verificar a impossível tarefa de reduzir a multiplicidade do feminino

a uma só categoria, oriunda do patriarcado. Assim, o processo de subjetivação do feminino só pode ser transformador na medida em que a própria categoria "mulher" perder sua substância e significação social. Pois só se é mulher em uma oposição assimétrica com o masculino referente/dominante.

Onde se encontra, enfim, a liberdade? No processo de in-diferenciação dos sexos, pois como vimos, na base do biopoder patriarcal está a diferença sexual. Deslocando-se do sexo a ordenação social, prepara-se a emergência de um novo sujeito. Para Rosi Brauditti (2014),

> precisamos aprender a pensar diferentemente sobre nossa condição histórica; precisamos reinventar nós mesmas. Este projeto transformador começa com o abandono do historicamente estabelecido, hábitos de pensamento que, até hoje, tem fornecido a visão "standard" da subjetividade humana. Seria melhor repudiar tudo isto em favor de uma visão descentrada em camadas múltiplas do sujeito como uma entidade em transformação, em um contexto de eterno movimento.

De fato, centrar o desejo de transformação social sobre o sexo e a sexualidade não faz senão tornar inútil a contestação, pois seu alcance é solapado por um dado "natural".

Diz Geneviève Fraisse (2013):

> Ora, há uma assexuação do pensamento filosófico e científico – o homem universal- ao mesmo tempo em que a diferença sexual e sua assimetria é afirmada. O neutro científico não oferece nenhuma perspectiva heurística pois é uma maneira de escapar à questão da assexuação do social/filosófico e da sexuação do político/econômico. É como se houvesse uma fascinação pelo que é preciso destruir: a heterossexualidade e a dualidade oposta dos sexos.

Como subtrair o sujeito feminino às coerções dos dispositivos? Como quebrar, romper no imaginário a naturalização de papéis, a força do assujeitamento, da persuasão, o imenso *tsunami* de violência que ameaça submergir as mulheres?

Já nos anos 1970/1980, as teorias feministas pensavam a invenção de si como um deslocamento conceitual e pessoal, *space off* (DE LAURETIS, 1990, p. 115-150) da ordem patriarcal, ou como a mímesis, assim denominado por Luce Irigaray (1977), um movimento em que o sujeito se coloca dentro e fora das representações sociais e suas constrições.

Neste espaço de oscilação, a materialidade do ser mulher no social se desfaz aos poucos, guardando os pontos incontornáveis de posicionamento, sem se dobrar às injunções das normas e dos estereótipos. A solidariedade aí encontra seu lugar, ações conjuntas de transformação de si e de outrem.

À sexualidade, desmistificar seu valor, que se apoia em todo um aparato de urgência, de necessidade incontornável, apenas um artifício do poder patriarcal. Ninguém morre por não ter sexualidade ativa, mas mulheres morrem por não aceitarem a imposição sexual.

Quanto ao amor, libertar-se de sua necessidade substantiva, da sua obsessão inerente ao “ser mulher”, representação que ao fazer de mim realidade apenas no olhar e no desejo de outrem, aplica mais uma astúcia do poder.

Em contraponto à violência, criar uma outra imagem do feminino, que nada tem da passividade e da ideia da fragilidade atribuídas ao ser mulher na diferença sexual. Implantar neste novo sujeito feminista a ideia da defesa, do revide, da força que habita os corpos femininos. Afinal, existem muitos meios de se combater o emprego da força, basta acioná-los. O exemplo da “gangue rosa”, na Índia, congregando centenas de mulheres, comandada por Sampat Pal Devi, mostra a força das mulheres em sua solidariedade, contendo a violência e a injustiça implantada pelo patriarcado naquele país. Isto é uma transformação do real, é uma utilização do *space off* (ARRAES, 2014).

Inventar-se, construir-se como a outra de si mesma, cuja imagem no espelho reflete movimento, energia, ultrapassando toda coerção patriarcal, isto é o apelo da liberdade. Construção não só como reação às imposições da diferença sexual, mas caminhando para além do sexo, da sexualidade, como subtração aos dispositivos de seus poderes de domesticação e de opressão.

A in-diferença é um dos caminhos para eliminar a diferença. Se o poder passa pelos corpos, reinventar o corpo em um imaginário criador de realidades, fora da ordem do pai, do julgamento de outrem, fora das injunções da beleza, da moda, da passividade, da dependência amorosa ou financeira, é liberdade.

Do dispositivo amoroso, reter o amor de si mesma, o afeto, a sensibilidade, a compaixão para o humano e o não humano, para a natureza; abrir novos espaços, romper cadeias, recusar contornos, jogar fora as balanças, as fitas métricas e os sapatos deformadores. Recusar toda tarefa imposta pelo “ser mulher” em um mundo humano que seria de partilha justa de obrigações. Inventar a cada instante um ser novo, não mulher, paródia do humano, mas feminista, assertiva, dona de si, novo humano.

Mudar a significação das palavras, transformar insultos em elogios, pensar um universo onde mulheres, animais, natureza não sejam objetos de uso, abuso, exploração, cobiça, isto constitui liberdade. Destruir as evidências, dizia Foucault (1971), na transformação de regimes de verdade, pois tudo que é construído pode ser desconstruído.

Radicais? Sem dúvida, mais do que nunca. Uma vez identificados as raízes e os limites da apropriação fazer delas objeto de derrisão, de ironia. Afinal, o pênis, arma do masculino, é

um indigente fundamento de poder. Tolerância zero com qualquer tipo de naturalização, contra a injustiça, contra a crueldade. A indignação é um motor de ação.

Sexo e sexualidade? Dar a estes a importância que realmente têm: função corporal e não matriz identitária. Mudar o regime de verdade significa criar uma nova percepção do mundo e de si mesma, sem esquecer que a produção de representações institui, neste caso, novas realidades.

Conflitos?

Para Judith Revel (2014),

> [...] a dessimetria parece-nos passar, ao contrário, pela possibilidade de valorizar a liberdade intransitiva [...] nas malhas mesmo do próprio poder, como força de invenção, como matriz constituinte, como processo criativo. Isto não exclui que seja preciso valorizar também as necessidades de lutas de liberação. Mas isto significa que não há liberação sem prática da liberdade. Se não somos capazes de inventar – lá onde o poder se limita a gerir o existente – não podermos jamais nos desfazer de sua sombra onipresente.

Feministas em ação são aquelas cuja diferença só se verifica do translado de si para si, na reinvenção contínua da subjetividade e na ação transformadora desta realidade estabelecida sobre o conflito, o poder, a dor e a morte. Feministas, sujeitos de transformação, arautos de liberdade. Vocês são o futuro.

Referências bibiliográficas

ARRAES, Jarid. *Gulabi Gang, um exemplo a ser seguido*. Disponível em: <http://blogueiras feministas.com/2012/11/gulabi-gang-um-exemplo-a-ser-seguido>. Acesso em: 6 maio 2014.

BRAIDOTTI, Rosi. *Difference, diversity and nomadic subjetivity*. Disponível em: <http://digilander.libero.it/ilcircolo/rosilecture.htm>. Acesso em: 6 maio *2014.*

______. *Nomadic feminist theory in a global era*. Disponível em: <http://*www.* tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys23/filosofia/rosibraidotti.htm>. Acesso em: 5 maio 2014.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. *O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)*: Tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf>. Acesso em: *6 maio 2014.*

DE LAURETIS, Teresa. "Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness". *Feminist Studies*, v. 16, n. 1, p. 115-150, Spring 1990.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

______. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

FRAISSE, Geneviève. "Voir et savoir la contradiction des égalités". *Labrys, études féministes/estudos feministas*, jan.-jun. 2013. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys23/filosofia/gfraisse.htm>. Acesso em: *6 abr. 2014.*

GUILAUMIN, Colette. *Sexe, race et pratique du pouvoir*: l'idée de Nature. Paris: Côté-femmes, 1992.

IRIGARAY, Lucy. *Ce sexe qui n'en est pas un*. Paris: Editions de Minuit, 1977.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Trad. de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

REVEL, Judith. *Construire le commun*: une ontologie. Disponível em: <http://eipcp.net/transversal/0811/revel/fr>. Acesso em: 6 maio 2014.

RICH, Adrienne. "La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne". *Questions Féministes*, Paris, Ed. Tierce, n. 1, p. 15-43, mars 1981.

WITTIG, Monique. "La pensée straight". *Questions féministes*, Paris, n. 7, fév. 1980.

A perspectiva ecoanimalista feminista antiespecista

Sônia Teresinha Felipe[1]

As diferentes perspectivas feministas e a ecofeminista

Em um artigo publicado em 1990, *The Power and Promise of Ecological Feminism*, Karen Warren classifica as críticas feministas em quatro correntes, a saber: 1) a liberal, que visa à igualdade na autonomia para prover a própria felicidade, possibilita a inclusão da natureza e dos animais pelas mesmas razões pelas quais os negros e as mulheres reivindicam seu reconhecimento; 2) a marxista, que advoga que o trabalho compulsório e a exclusão dos melhores cargos, funções e remunerações oprime as mulheres; 3) a radical, que admite a tese de que a maternidade e o cuidado dos filhos mantêm o vínculo das mulheres com a natureza, enquanto liberam os homens desse tipo de encargo, facilitando sua desvinculação da natureza; 4) a socialista, que deriva da crítica à dominação de classe (capitalismo), identifica o patriarcado (gênero) como instituições que sustentam a opressão das mulheres pelos homens.

Para corrigir os limites das propostas feministas disseminadas ao redor do mundo até o final da década de 80 do século XX, Warren (1987, p. 4-5) elabora uma quinta, a ecofeminista ou a que ela chama de feminista transformativa, enfatizando as diferentes conexões entre a opressão exercida pelos homens sobre a natureza (naturismo) e a opressão exercida pelos homens sobre as mulheres (machismo). Warren introduz a perspectiva ecológica na feminista e a feminista na ecológica. Uma vez erradicada a opressão machista, a opressão sobre a natureza igualmente seria erradicada, crê Warren.

Historicamente, a concepção feminista socialista foi a primeira a vincular as três formas sociais de discriminação geradoras de opressão sobre diferentes grupos: o racismo, o machismo e o classismo, formas intraespecíficas de opressão, estruturadas no mesmo padrão conceitual que dá origem e sustenta o poder patriarcal como monopólio de uns – homens brancos aristocratas, clericais e burgueses, sobre todo o resto e cada uma das pessoas subordinadas social, política, econômica e moralmente a esse poder – mulheres de todas as

[1] Doutora em Filosofia pela Universität Konstanz (Alemanha). Professora (aposentada) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

classes, raças e identidades sexuais, consideradas sob o que se entende por vontades não "domadas", ou, "natureza" bruta.

Sem conseguir livrar-se da radical, a perspectiva feminista liberal desafia as mulheres a buscarem a igualdade, a autonomia e a livre expressão de sua sexualidade (ideais originalmente masculinos), levantando esta bandeira, a de sua condição oprimida como o resto da natureza e dos animais silvestres. A concepção liberal feminista da igualdade, entretanto, não foge ao modelo institucionalizado pelos homens para ordenar e assegurar seu poder no mundo capitalista. Pode estar aí a razão pela qual a perspectiva feminista liberal não trouxe a emancipação (e-man-cip-ação, ação de mover-se impulsionada pelos homens) almejada.

Com relação à perspectiva feminista radical e sua tese de que as mulheres, por conta dos processos da reprodução, inevitavelmente se mantêm próximas à natureza, é preciso entrever que as mulheres não estão mais tão conectadas à natureza quanto se apregoa. Elas podem seguir tão afastadas dela quanto os homens. Esse afastamento pode ser constatado no modo como as mulheres comem, ou, em outras palavras, nos processos mentais que as levam a crer que o tipo de dieta patriarcal (padrão) imposta a elas ao redor do mundo está além da necessidade de qualquer crítica feminista. Assim, homens e mulheres comem no mesmo padrão imposto pelo agronegócio biocida há mais de 50 anos.

A perspectiva feminista socialista elabora a tese de que o capitalismo, em seu afã de expropriar mais-valia das classes e trabalhadores impotentes, imprimiu a marca da racionalidade instrumental em todos os processos extrativos e produtivos, introduzindo as mulheres na forma de expressão masculina no mundo do trabalho e no processo de extração de matérias para transformação em mercadorias. A luta feminista socialista pela emancipação das mulheres acaba por engessar-se nos moldes impostos pelo padrão masculino de autoprovimento de si e das instituições e práticas que garantem a hegemonia da masculinidade (instrumentalização de tudo para acúmulo de mais-valia) nos processos extrativos, produtivos, distributivos, de consumo e descarte.

As mulheres, ao assumirem os cargos e funções antes exercidos apenas pelos homens, assumem o modo masculino de alimentar-se dentro e fora de casa, terceirando cada vez mais o serviço e não questionando a origem do alimento que levam da gôndola do supermercado para casa, do *freezer* para o micro-ondas, desse para o prato, de onde segue para o interior do próprio corpo. O que é oferecido pela propaganda alimentar é servido e engolido sem pestanejar.

Ecofeminismo especista

Ao reconhecer as três formas de discriminação e opressão patriarcais como passíveis de serem erradicadas através da libertação das mulheres – racismo, machismo e classismo, Warren não chega a referir, em momento algum, à opressão exercida por racistas, machistas, capitalistas e feministas de todos os matizes, sobre 56 bilhões de seres sencientes levados à morte ao redor do planeta todos os anos, ou 154 milhões por dia: os animais fabricados, escravizados e mortos, para consumo humano.

Assim, o *oikós* (do grego, casa ou morada), que dá origem a *eco*, tanto em ecofeminismo quanto em ecologia, abrange em seu mobiliário, no mesmo padrão ou pelas razões do mesmo patrão, ecossistemas, animais selvagens, silvestres, exóticos ou ameaçados de extinção e outros objetos naturais. Enquanto isso, exclui cada um dos animais, forçados a nascer no sistema de produção de carnes, leites e ovos, no qual suas progenitoras são exterminadas. Vimos, pela história da escravização de humanos que, tornados objetos de propriedade, os animais de quaisquer espécies são tratados pelo senhor como não dignos do direito à vida, à liberdade e ao bem próprio de sua natureza animal específica.

Entretanto, uma vaca, uma galinha, uma porca, uma égua, uma ovelha, entre outros, não são objetos naturais. Elas não são utensílios alocados na paisagem natural, nem meras peças que garantem equilíbrio aos ecossistemas. Elas são indivíduos singulares que se movem no ambiente buscando atender às próprias necessidades e às de seus filhos. Animais de todas as espécies não são apenas quimicamente sensíveis às variações de temperatura, umidade, luz, ar e nutrientes, como o são as plantas (CHAMOVITZ, 2012). Os estímulos que os afetam atingem seu cérebro exatamente do mesmo modo como atingem os nossos. Animais são seres sencientes. Eles existem biopsiquicamente da mesma forma como viemos nós, humanos, a existir e sobrevivem por conta de sua mente inteligente, sensível, consciente e capaz de aprendizado (LOW *et al*., 2012).

A concepção ecofeminista transformista, proposta por Warren, pretende libertar os seres humanos de todas as formas de dominação, ao libertar as mulheres dos conceitos que as mantêm subjugadas à dominação dos homens. Entretanto, Warren continua a tratar de modo masculinizado o que chama natureza, a ser libertada junto com a libertação das mulheres. Não sabemos, nesse texto da autora, de que modo a libertação das mulheres acarretará automaticamente a da natureza. Como alcançar a libertação de todas as formas de dominação machista, amarras que impedem as mulheres de se tornarem senhoras de si, se não se levar em conta outra forma de opressão e discriminação, a especista?

Especismo

A crítica à opressão especista exercida pelos seres humanos contra animais não humanos existe desde o último quartel do século XVIII, na Inglaterra. Foi elaborada em Aberdeem, por Humphry Primatt[2]). O ano de publicação de seu livro, *The duty of mercy*, 1776, é o da independência norte-americana, quando foram proclamados os direitos iguais e a liberdade individual para a busca da própria felicidade para todos os homens, ideais incorporados pelas feministas liberais e socialistas da primeira geração, a começar pelo livro de Mary Wollstonecraft, *The vindication of rights of women*, publicado em 1792, um ano após a Proclamação francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Homens e mulheres, com as duas revoluções do final do século XVIII, a americana e a francesa, tiveram abertos os portais para construírem um mundo e se posicionarem nele com autonomia, liberdade, igualdade e direitos fundamentais assegurados por leis. Aos animais nenhum direito foi concedido, a não ser em meados do século XIX (RYDER, 1991, p. 40). Portanto, a mesma matriz moral que rege o domínio patriarcal dos homens sobre as mulheres e a natureza continuou a ser alimentada pelo domínio senhoril dos homens e mulheres sobre todos os animais sencientes.

No terceiro quartel do século XX, o conceito que elabora criticamente a discriminação praticada pelos humanos contra os animais de todas as outras espécies foi finalmente batizado por Sir Richard D. Ryder, cientista psicólogo e filósofo inglês, autor do termo *especismo*[3]. Ryder cria o termo especismo fazendo par com os já conhecidos, racismo e machismo (Cf. DARWIN, 2000). Para o autor, usar, abusar, explorar e matar animais para consumo e divertimento humano é uma forma de posicionar os seres humanos acima de todos os animais e de alimentar o padrão machista e racista que rege as relações de poder entre os humanos. Tais relações discriminadoras opressoras não podem ser abolidas enquanto se mantiver os animais no estatuto de objetos passíveis de extração de mais-valia na forma de carnes, leites, ovos, lã, seda, mel etc.

As teorias ecofeministas, incluindo a de Warren, costumam abarcar os animais no conceito de “natureza” ou de “meio ambiente”, solapando-lhes o estatuto de seres sencientes, sujeitos-de-suas-vidas individuais, que jamais deveriam ter sido impedidos de gozar

---

[2] Para uma introdução à concepção de Primatt, ver Felipe (2006).

[3] Sobre o conceito de especismo, ver: Felipe (2013).

plenamente. Nossa dieta é o retrato silencioso e invisível dessa matriz cognitiva e moral machista.

Os animais sempre foram seres sencientes, sentiram dor, prazer e todas as emoções bem conhecidas dos humanos: medo, ciúme, contentamento, preocupação, desejo sexual, ternura, luto. Desde Darwin sabe-se disso (WARREN, 2000b, p. 213-223). Mas a capacidade de sofrer lhes foi negada pela teoria filosófica e científica desde Descartes em meados do século XVII até recentemente, quando os neurocientistas, reunidos em julho de 2012 em Cambridge na Inglaterra para um Congresso sobre a consciência em humanos e outros animais, reconheceram que todos os animais de todas as outras espécies além da humana são constituídos do mesmo aparato neuromental que nos constitui, humanos, para a experiência da dor e do prazer e para todas as emoções positivas e negativas, prazerosas e dolorosas que quaisquer experiências evocam em nossa e em suas mentes específicas. Se todos os animais são iguais em sua vulnerabilidade e têm consciência dos impactos dolorosos causados por quaisquer estímulos ameaçadores da integridade de seus corpos, não há como negar-lhes o direito de viver em paz: sem ameaças, sem manejo, sem tormentos e sem o abate.

A estrutura da argumentação de Warren assenta sobre o conceito de *dominação*, cujas entranhas, se colocadas à mostra, escancaram pressupostos filosóficos pautados por *valores* hierárquicos incapazes de serem concebidos, a menos que se conceba a natureza de forma *dual* e hierárquica (KHEEL, 2008, p. 2).

Tal dualismo, insistentemente denunciado por filósofas feministas, segue o padrão binário que concebe e finalmente trata a “natureza” como se ela fosse desenhada nitidamente com dois estiletes, cujas características se repetiriam em cada indivíduo conforme um, o masculino e tudo o que o representa, ou o outro, o feminino e tudo o que não representa.

Ao incorporarmos o conceito de especismo e todas as hipóteses éticas que evoca, não é difícil reconhecer que para além das duas valas comuns, cavadas para separar homens de mulheres, associando-as a tudo o que aparenta ter apenas valor instrumental, destituído de espírito, ecossistemas naturais e animais de todas as espécies foram tidos, inclusive pelas feministas, como passíveis de serem alocados na vala das mulheres, porque a natureza e os animais são passíveis de uso, extração de mais-valia (reprodução e secreções), escravização e extermínio (carnes), por sua condição de matéria reprodutora, algo que as mulheres não admitem que seja pensado delas, mas pensam sem pestanejar dos outros animais.

Desconsiderando a tragédia de nascer na condição de um animal, passível de exploração e da morte infligida pela mão humana, as feministas radicais e as ecofeministas se

abstêm de criticar o holocausto animal. As feministas e ecofeministas, freguesas contumazes do mercado de carnes, leites e ovos, escamoteiam a realidade de sua opressão sobre os animais não humanos, mas insistem em se colocarem junto com as espécies animais e ecossistemas naturais, na vala das sofredoras da opressão e dominação machista. É preciso que fiquem claras três diferenças: a primeira, que animais não são ecossistemas, são indivíduos, como cada mulher o é. Segunda, que as mulheres são parte ativa, como consumidoras de produtos e alimentos animalizados, do sistema de opressão, escravização e descarte de animais. Terceira, que a vaca, a porca, a ovelha e a galinha, no galpão de manejo e na esteira da morte, não são espécies de animais. São indivíduos sencientes, como cada uma de nós. O que se faz a cada uma delas é sofrido por ela, não por uma entidade abstrata chamada espécie suína, ovina, caprina, avina ou bovina.

O machismo na dieta padrão

O ideal viril, com traços sempre louváveis, conforme resumido por Marti Kheel, sintetiza os valores do espírito e da civilidade, configurados para padronizar (gravar o padrão do pai) o homem culto e refinado (KHEEL, 2008). Em um nível abaixo do viril, temos o que seria o *ethos* ou caráter masculino, que mistura traços que podem ter, ou não, um valor positivo: agressividade, força física e atividade sexual errante. Poder-se-ia dizer que o homem viril, no conceito tradicional, é justamente o homem educado para não deixar que suas característas apareçam na forma negativa. Há, pois, um modo positivo de “usar a força”, de empregar a “agressividade” e de “favorecer o processo reprodutivo”. Quando essa educação (*edulcere*, adoçamento do que é bruto) não ocorre, esse homem torna-se um sujeito violento, destruidor, exterminador.

Desde os anos 30 do século XX, a concepção feminista foi estruturada na contrarreferência desses valores masculinos viris. Os homens são tipificados como fazendo parte de um grupo empenhado em separar-se da natureza (através do processo de virilização de suas características brutas), enquanto as mulheres são consideradas como vinculadas a ela, especialmente pelo encargo da reprodução biológica, mas também porque das mulheres se pensava uma natureza incapaz da brutalidade. Com a emancipação das mulheres, essa tese caiu por terra. Em sua dieta, as mulheres podem ser e são tão predadoras quanto os homens.

Na abordagem ecofeminista de Warren (2000a), Vandana Shiva e Maria Mies (2003), os animais não têm qualquer destaque, são referidos e tidos como partes da paisagem natural, destituída de subjetividade. A defesa ambiental é ponto forte na teoria de Warren. A defesa

dos animais em sua trágica condição de matéria para ser morta, insignificante. Ela segue Aldo Leopold, um dos primeiros ambientalistas, defensor da caça. Warren não faz referência sequer à própria dieta[4].

Por um lado, temos os chamados animais silvestres e selvagens, embutidos pelo ecofeminismo no espaço natural como espécies. Por outro, temos os animais arrancados de sua condição natural pela doma ou domesticação. Prosseguindo no padrão machista de transformação da natureza em mais-valia e maquinaria, na segunda metade do século XX, os animais outrora domesticados, vacas, bois, cabras, ovelhas, galinhas, porcas, foram arrancados de seu ambiente doméstico e jogados em ambientes industriais de produção e abate.

A transformação anual de 56 bilhões de vidas domesticadas em vidas industrializadas para consumo de homens e mulheres não é um fato banal que possa deixar de ser abordado por uma feminista. Esse fato não está além da esfera dos interesses das mulheres. Não. Ele formata a mente e a consciência das mulheres no mesmo padrão instrumental com o qual a mente, a consciência e os interesses dos homens são formatados para usar e matar animais: o do macho dominador, escravizador, extrator de mais-valia e exterminador da vida.

Para obtenção de carnes, laticínios e ovos, consumidos pelas mulheres e dados a seus filhos e maridos, todo o sistema patriarcal bélico é posto em movimento, arrastando quem os consome para o mesmo patamar dos senhores primordiais, que detinham a posse e a propriedade do solo, do qual arrancavam os alimentos. Mas vacas, cabras, porcas, ovelhas, galinhas não são “solos férteis” onde se possam cultivar e de onde se possam colher alimentos. São animais sencientes, como o são as mulheres, de quem não se pode tirar o leite para vender ou oferecer a quem quer que seja sem seu consentimento, não se pode arrancar o bebê para enviar à indústria de carnes tenras (carne de vitela), não se pode estuprar com o objetivo de obter a reprodução em massa (vacas, cabras, ovelhas etc.). Fazemos tudo isso a todas as fêmeas de todas as espécies usadas em nossa alimentação diária. E o fazemos com tamanha inconsciência que seria possível comparar nossa dieta padronizada à mais espetacular vitória do modelo de dominação especista do patrão chamado *agronegócio* sobre todas as mulheres. Comemos de forma machista e especista. E o fazemos, até o presente momento, violando todos os interesses dos animais, de forma *in*-consciente e *in*-consistente com tudo o que apregoamos que não queremos que os homens façam a nós, mulheres.

[4] Sobre a concepção de Warren, ver Rosendo (2012).

A perspectiva ecoanimalista feminista

Falar da comida, mostrar o cenário de onde um alimento é extraído e as implicações dolorosas para os animais forçados a nascer e a viver em dor e agonia até a hora do abate, ainda é considerado de mau gosto por muitas pessoas, incluindo as do meio acadêmico, onde esses temas deveriam ser abordados criticamente.

As ecoanimalistas feministas abolicionistas deixaram de encarar com naturalidade a ingestão de alimentos produzidos à custa da dor, do sofrimento e da morte de animais. Mas no Brasil isso mal completou uma década de história. E a primeira conferência pronunciada em nosso país é exatamente a deste texto, inaugurando uma nova etapa da atividade feminista brasileira, na qual o preconceito especista é abordado com o mesmo vigor com o qual abordamos o racismo e o machismo.

A perspectiva ecoanimalista traz para a concepção feminista a contribuição ética que faltava até agora nas concepções feministas. A racionalidade humana só é fértil se for expansiva, inclusiva[5]. Os machistas tratam as mulheres de forma especista: como animais. E as mulheres, incorporando e emulando o mesmo especismo, tratam os animais como matéria destituída de espírito, portanto, inferiores. Como reivindicar para si a libertação de todas as formas de violência, sofridas na condição subordinada ao poder dos homens, social, política, emocional e sexualmente e, ao mesmo tempo, praticar contra as fêmeas de todas as espécies criadas para abate, formas de violências tais quais a do nascimento forçado, separação da mãe ao nascer, isolamento físico, convivência massificada, estupro, gestação em série, alimentação projetada para formar massa muscular em curto tempo, agonias respiratórias, imundícies e dezenas de outros tormentos pelos quais passa cada um dos animais, enquanto homens e mulheres só esperam dessas vidas as carnes mortas, o leite e os ovos?

O especismo, fazendo par com o racismo e o machismo, é a forma de preconceito mais enraizada e generalizada na mente humana. Ela afeta igualmente homens e mulheres, em hábitos tidos como sagradas tradições: alimentação, moda, medicamentos e lazer, justamente porque dessa forma patriarcal de nutrir-se ninguém ousa falar. E o que não tem nome, não existe para a consciência humana. Mas as práticas não denominadas são fonte de dor e tormento para os animais sencientes.

---

[5] Para compreender a história da expansão da perspectiva ética não racista, não machista e não especista, ver Singer (1981).

Os animais de outras espécies não são considerados dignos de direitos fundamentais, como o direito de viver de acordo com sua espécie, o direito à liberdade para autoprover-se e prover os seus, o direito à defesa em caso de ameaça, o direito à reprodução seguindo o padrão evoluído para a reposição de sua espécie, o direito de nutrir-se usando sua mente para selecionar o alimento e os nutrientes de acordo com as necessidades metabólicas diárias, o direito ao envelhecimento e à morte naturais[6].

Concebidos milenarmente como objetos de propriedade e domínio dos homens, os animais são tratados no sistema de produção masculinizado como matéria, como o eram os escravos. A diferença entre os escravos humanos e os escravos animais é que esses não estão, assim como as crianças, os idosos e os doentes não estão, e as mulheres, até há um século atrás não estavam, em condições de se insurgirem contra o regime de escravidão ao qual estão submetidos pela força da maquinaria que os alimenta para os exterminar da vida. Os animais são sustentados pelos humanos para serem mortos, não para viverem.

Dieta machista

Na modernidade, escreve a feminista Marti Kheel, os traços mais identificados com a masculinidade são a racionalidade, a universalidade e a autonomia. Quanto às mulheres, a emocionalidade, a particularidade, a relação e a dependência são os traços reunidos para configurar sua expressão feminina (KHEEL, *op. cit.*, p. 3). O masculino detém os meios para instrumentalizar e por a seu favor o feminino, acercando-se dos e abarcando todos os indivíduos tidos como femininos.

A dominação é bem sucedida, do ponto de vista instrumental, quando se alcança o lote inteiro, quando se generaliza. Ela extermina a hipótese de respeito à singularidade, marca do indivíduo. No sistema industrial de produção de alimentos animalizados não se leva em conta cada indivíduo forçado a nascer, manejado e abatido mecanicamente para consumo humano.

As ecofeministas que falam de um *ethos* da natureza, jogando nesse conceito genérico e difuso ecossistemas e animais de todo tipo e deixando invisíveis os 56 bilhões de animais mortos para consumo humano a cada ano, cometem o mesmo erro dos machistas que falam da mulher como se existisse um padrão que pudesse firmar o *ethos* feminino, configurando uma

---

[6] Para uma crítica à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, elaborada na concepção antropocêntrica especista, ver Felipe (2006, p. 53-96).

mulher exatamente como outra qualquer. Ao seguirem a dieta padrão machista, as mulheres conseguem realizar o sonho da dominação masculina.

Ao não levar em conta a dor, o sofrimento, o tormento e a desdita de cada uma das fêmeas escravizadas pelo sistema bélico de produção de alimentos, o ecofeminismo transformista de Warren está longe de completar a tarefa de revolver o solo no qual são cultivados os preconceitos machistas. Em outras palavras, como predadoras, as mulheres identificam-se com o padrão masculino de nutrir-se do espólio de suas vítimas. Em seu modo de comer, elas ainda estão a emular ou representar qualquer homem, simplesmente, porque sua dieta é fruto da predação. Uma predação que o aparato industrial bélico consegue dissimular, despersonalizar, generalizar.

Mas os judeus, os comunistas e os homossexuais mortos nas câmaras de gás durante o nazismo, não eram carnes massificadas, eram, um a um, um espírito em pânico, sofrendo o terror do genocídio. Nossa dieta não difere em nada do holocausto, a não ser no detalhe de que as carnes dos mortos nas câmaras de gás não foram devoradas pelos matadores. Foram usadas para fazer sabão, e os ossos usados para fazer botão, isso se sabe (GOLDHAGEN, 1996).

Enquanto não se libertarem dessa dieta, as ecofeministas não têm como enfrentar a predação da dominação masculina sobre seus corpos e mentes, pois elas mantêm com seus hábitos alimentares o padrão da dominação antropocêntrica, androcêntrica, machista e especista. Enquanto fizerem aos animais o que lutam para não deixar que os homens façam consigo, as mulheres não terão se desapegado do modo machista de interagir com o que chamam natureza.

O especismo não é um preconceito dos homens contra animais de outras espécies, é um preconceito de quem considera que os seres de uma espécie têm mais valor do que os de outra e, por isso, exclui de toda consideração ética e política os direitos fundamentais dos animais sencientes. Isso porque eles não nascem no formato e configuração dos seres da espécie humana, como se para sentir dor, sofrer e ter pavor da morte violenta o formato externo do corpo e não a configuração do cérebro importasse.

O especismo tem sua origem na noção de que os animais não humanos são inferiores aos humanos porque são passíveis de uso, exploração, caça e morte de forma racional, quer dizer, pacientes morais de atos premeditados que visam certos resultados, exatamente o que fizemos com os negros e o que foi feito conosco. Nesse sentido, o especismo é uma forma machista de discriminar os animais, porque a virilidade ou masculinidade foram mentalmente

construídas como conceitos a partir da ideia de que para ser um homem formado, viril, é preciso saber abater um animal e esquartejá-lo, e ser dotado da capacidade racional que inclui planejar essas ações, definir metas e executar o que for necessário para alcançá-las. Aliado ao conceito capitalista de mais-valia, o machismo, na área da produção de alimentos animalizados, torna mais valiosa do que em qualquer outra, a capacidade de instrumentalizar tudo o que existe em favor dos interesses do agronegócio. O sistema de produção de carnes, leites e ovos não fugiu à regra da dominação.

Primitivamente, a virilidade alcançada com o abate de um animal é esforço coletivo de homens, introduzidos no mundo masculino, usando animais não humanos como moeda para ingresso. Theodore Roosevelt, Aldo Leopold e Holmes Holston III são três ambientalistas defensores da caça.

Enfrentando esses três grandes ambientalistas, a ecofeminista Marti Kheel[7] entra em cena para defender os animais para além de sua espécie em extinção, de sua espécie preciosa, de sua espécie rara, ou seja lá qual adjetivo seja atribuído à espécie de animal na qual alguém não humano nasce. A ética ecofeminista animalista é a defesa "da integridade de indivíduos outros que não os humanos", afirma Kheel (*op. cit.*, p. 15), a defesa da integridade do corpo, da liberdade e da mente de animais não humanos, sem negar que a morte natural é componente da trajetória da vida de qualquer animal. Sendo natural, a morte, está excluída a hipótese de que possa ser justificada a morte infligida a qualquer animal pela mão humana, nas práticas institucionalizadas da caça, do confinamento e abate industriais, da experimentação, da medicalização, do divertimento e de outras formas de manejo, zoos e aquários, que privam o animal de sua saúde e do bem próprio de sua espécie. Fechamos os olhos para o trágico desfecho da vida dos animais abatidos para compor nosso prato, ignorando sua dor e sofrimento individual. Para as ecofeministas foi confortável tratar os animais na categoria genérica "espécies".

Entretanto, a morte de cada um dos 56 bilhões de animais, abatidos no mundo para atender à demanda anual do consumo de alimentos animalizados, não ameaça de extinção

[7] Quando Marti Kheel esteve no Brasil, em 2010, fez questão de visitar nosso grupo de estudos ecoanimalistas feministas, na UFSC, pois seu livro estava entre os das demais feministas que investigávamos. Tivemos sua presença por três dias, nos quais participou de uma de nossas reuniões internas e fez uma palestra no Auditório da Filosofia. Planejamos, Marti e eu, finalizarmos a quatro mãos e duas mentes feministas outro projeto de investigação sobre a mente e a consciência dos animais, cujas pesquisas foram iniciadas por mim em 2006, estabelecendo assim um vínculo internacional para avançar a proposta ecoanimalista feminista. Lamentavelmente, aos 62 anos de idade, Marti Kheel faleceu em dezembro de 2011, de leucemia. O projeto que estou desenvolvendo desde 2006, sobre a consciência animal, segue, outra vez, sem a parceria sonhada em 2010.

quaisquer das espécies usadas no sistema industrial de produção de carnes, leites e ovos. Defender genericamente a natureza e as espécies animais ameaçadas de extinção é uma forma de escamotear o extermínio de bilhões de animais (se incluirmos os animais dos rios, mares e oceanos chega à casa dos trilhões anuais) levado a efeito para consumo humano, cujas espécies não estão ameaçadas de extinção. A generalização poupa-nos da consciência crítica que aponta para a necessidade da abolição de certas escolhas alimentares, se, de fato, temos pelos animais, não apenas pelas espécies exóticas ou raras, mas por indivíduos afetados por nosso consumo, algum respeito e consideração. É fato que, ao comermos presunto, não comemos a espécie suína. As espécies nunca são consumidas em nossa mesa. O que ali é consumido é o resto mortal do corpo de um indivíduo que nasceu em uma determinada espécie.

Usamos generalizações ao designar os animais como espécies e voltamos a fazer isso quando nos referimos aos alimentos animalizados sem referir os animais que serão comidos. Morto o animal, termos que ausentam o referente são usados para designar as comidas feitas com seus restos mortais ou suas secreções: queijo, creme, manteiga, hambúrguer, presunto, linguiça, salsicha, salame, mortadela, estrogonofe, pizza quatro queijos, bisteca, espeto corrido e todos os nomes de alimentos que contêm matérias oriundas dos animais mortos, mas não nos dizem seus nomes animais (ADAMS, 1990, p. 67).

Na esteira do abate é cada indivíduo que sofre o pavor da morte, assim como no galpão de criação e nos caminhões de transporte foi cada indivíduo quem sofreu as dores das quedas, das fraturas, da fome, do calor, da sede, e o medo do que fizeram a ele até ser abatido. A química mental não é produzida na espécie, ela é individual. Ali, no momento do pânico, quando o animal está absolutamente ciente do horror ao qual o submetem, nossos conceitos genéricos, tais quais os de “animais”, “bovinos”, “suínos”, “ovinos”, “avinos” não os poupam da cena final.

Quanto mais genérico e abstrato o conceito que temos dos animais em nossa dieta, mais distantes estão todos eles de nossa consciência. Ao tratarmos dos animais genericamente, nada mais fazemos do que dar a eles o mesmo tratamento massificado oferecido pelo sistema de criação para o abate. Reproduzimos o padrão conceitual machista de dominação do indivíduo pela dominação de seu coletivo, que tanto nos fez ficar na invisibilidade social, política, ética e espiritual, quando falava da mulher e não deixava cada uma de nós, falar, individualmente.

O consumo de carnes, leites e ovos não ameaça de extinção as espécies manejadas. Assim, a ética ambientalista pautada sobre a defesa da não extinção das espécies, seja lá por qual for o valor atribuído a elas, em momento algum despertou ambientalistas e feministas para o fato de que os indivíduos mortos para consumo humano são sujeitos sencientes de suas vidas, tanto quanto o são os animais selvagens não usados para consumo humano.

A única diferença entre um animal selvagem, protegido pelos ambientalistas por pertencer a alguma espécie ameaçada de extinção, e outro, completamente manejado pelas práticas humanas, é que o primeiro ainda detém sua vontade natural, enquanto do último a vontade foi quebrada, atrofiada, conspurcada por todo tipo de privação à qual um animal manejado é submetido.

Animais cujas vontades são quebradas pela doma, animais domesticados, são animais com espírito atrofiado. Em português não temos uma palavra tão precisa, para designar a natureza dos animais não domesticados, quanto a têm os ingleses: *wild*. *Wild* vem de vontade. Um animal que ainda goza a vida de acordo com sua vontade tem seu espírito específico preservado. Um animal manejado, cuja vida está submetida à vontade dos humanos que o manejam e o detêm sob sua guarda, perde o valor mais precioso, sua mente específica singularizada. Submetido pela doma, seu espírito deixa de guiar-se pela vontade típica de sua espécie. Aprisionado em galpões, gaiolas e baias, cada animal é destituído não apenas de sua vontade, mas de sua mente. Tudo o que acontece ao corpo dele é produzido pela ação dos patrões que impõem seus padrões e, literalmente, fabricam suas carnes e secreções. Para o senhor, dono do corpo do animal, sua vida não tem valor algum. O que importa é formar músculos, para que rendam boas as vendas das carnes desse corpo abatido, ou a gordura se acumule, para que o leite extraído seja abundante.

Ao dirigir o olhar para a tragédia do indivíduo animal na câmara de sangria, vemos que a morte, a de cada indivíduo, nunca é natural. Ela ocorre por conta do nosso consumo pessoal. A forma genuína de respeito por todos os animais é a abolição do consumo de todos os produtos obtidos à custa de seus corpos (KHEEL, *op. cit.*, p. 208). Por via da dieta abolicionista vegana, libertamos todas as fêmeas. Não há criação de animais para o abate se não houver manejo deles. Não há confinamento de animais se não houver reprodução em série. Não há reprodução de animais em série sem estupro sistemático das fêmeas. Não havendo mais consumo, nada disso será praticado.

Os conceitos binários, tais quais os de superior/inferior, forte/fraco, espírito/matéria, razão/emoção, dominante/subordinado, homem/mulher e homem/animal criam estruturas

mentais favoráveis ao sistema de dominação. Foram inventados pelos dominadores para acumular benefícios para si à custa da expropriação de mais-valia das mulheres, em um tempo em que essas não estão conscientes das estruturações mentais e emocionais que as subordinam.

Se, por um lado, queremos cultivar a ideia da interconexão de todos os seres vivos, incluindo-nos nessa vinculação abrangente, então é preciso trazer à tona as contradições que nos afetam e impedem de estabelecermos o vínculo amoroso com todos os seres vivos. O desejo de libertar-se de todas as formas de domínio impostas sobre o próprio corpo, ao mesmo tempo em que se admite qualquer forma de domínio sobre o corpo dos animais mortos para nosso consumo, é uma dessas contradições.

Enquanto cultivarmos conceitos universais ou categorias genéricas como a de "espécies" para nos referirmos aos animais, fugindo de nomear o que comemos, vestimos, usamos para higiene e adorno, diversão e medicação, não teremos superado o padrão mental machista, fundado sobre o conceito de superior e inferior, dominador e dominado, digno de respeito e digno de abate, homem e animal. Todas as formas de violência contra os animais estão fundadas nessa matriz cognitiva e moral binária hierárquica, patriarcal.

A decisão abolicionista animalista leva-nos à adoção da dieta e de uma forma de vida veganas que elimina práticas maléficas para os animais. Por essa via, cada mulher enfrenta em sua própria mente e se liberta dos padrões machistas nos quais foi formatada e as emoções e conceitos especistas relativos aos animais outros que não os da espécie humana.

Somos o que comemos

Com o aprofundamento da ciência genética, temos hoje o ramo mais avançado desses estudos, a epigenética, afirmando que somos o que comemos, no sentido de que o que comemos é tão forte que chega a alterar nossos genes. As novas descobertas confirmam que as práticas alimentares às quais submetemos as células do nosso corpo marcam e imprimem mudanças que podem trazer saúde e longevidade, ou doença e morte (Cf. WATTERS, 2014).

O médico de animais, Dr. Virgil Hulse, funcionário Departamento de Agricultura do governo estadunidense por 15 anos e encarregado da fiscalização do leite comercializado, em seu livro *Mad cows and milk gates* (*Vacas loucas e portais do leite*) afirma que 10% de nossos genes estão alterados e por isso vulneráveis aos retrovírus, "vírus que vêm dos animais" dos quais ingerimos carnes, laticínios e ovos (HULSE, 1996). Nossos organismos sofrem ataques de patógenos que antes afetavam apenas os organismos dos animais mortos

para consumo humano, tais quais os vírus da gripe suína e da gripe aviária, além do vírus da leucemia bovina, HIV, tuberculose e outros. Esses patógenos, ao entrarem em nossos organismos, sofrem mutações que a ciência não controla e nos adoecem e matam, pois não há antibióticos que os elimine. Na tentativa de impedir que isso ocorra, as carnes são irradiadas, em vão (EISNITZ, 1997). E a radiação, sabemos, é cancerígena.

Originalmente, a dominação masculina impôs-se à natureza como forma de os homens se distinguirem, separando-se dela, como se dela não tivessem qualquer dependência e como se ela não fosse capaz de retomar o vínculo cortado unilateralmente por eles. Hoje, achar-se distinto da natureza, alçando-se acima e além dela, por cercar-se de aparatos eletroeletrônicos que aceleram todo tipo de processo, não protege nenhum homem e nenhuma mulher do retorno da natureza sobre suas vontades, por vias que a racionalidade não consegue prever. O efeito é de bumerangue.

Reconhecer que somos animais não é um rebaixamento de nosso estatuto moral. É um ato de libertação. Somos animais mentais, racionais, emocionais, sensíveis, conscientes de nós e das consequências sobre os outros de tudo o que empreendemos para favorecer nossos interesses. Como qualquer outro animal, nossa vida não existe a serviço de nenhuma outra. Nenhum animal nasce escravo. Pode nascer na condição de escravizado. Mas isso não é ardil da natureza, é obra da dominância de uma espécie sobre todas as outras.

Abolir o consumo de animais e de seus derivados da dieta, incluindo as proteínas animais feminilizadas, leite e ovos (Cf. ADAMS, *op. cit.* P, 61), é a forma de realizar a transformação feminista idealizada por Warren, mas por esta via que ela sequer aventou: a abolicionista vegana. Essa dieta pouparia da morte cinco bilhões de animais por ano, somente no Brasil, da ordem de 14 milhões a cada dia. Segundo dados estadunidenses, cada pessoa que adota a dieta abolicionista vegana poupa da morte 22 mil animais (Cf. MASSON, 2009, p. 101). Um indivíduo humano pode então colocar-se em um dos pratos da balança, enquanto coloca 22 mil indivíduos não humanos no outro prato. Enquanto ainda há quem pense no padrão mental especista machista, que sua vida vale mais do que a vida de outros 22 mil animais, há quem já tenha se libertado dele e pense, na perspectiva ecoanimalista feminista, que a vida era tão valiosa para cada um dos animais mortos para virar comida humana, quanto a própria vida o é para quem os come.

Assim, em vez de exigir que os animais não humanos tenham características tidas como valiosas pela tradição moral machista – racionalidade, espírito, força física, capacidade de dominar outros, de impor sua vontade sobre a alheia –, para que suas vidas, liberdade,

integridade física e emocional sejam respeitadas – valores plantados em nossa moralidade pela dominação mental e moral machista que desenha nossos conceitos morais e nosso espírito –, podemos mergulhar ao fundo do lago da vida e nadar em meio a todos os demais seres. Levando, assim, nossa respiração até a base desse lago, de onde podemos olhar para cima e ver que todos partilham o mesmo reino, o da vida, sem inferioridade ou superioridade, cada um com um *design* e uma mente singular. Nesse mergulho, que desinfeta nossa mente dos padrões machistas que hierarquizam vidas absolutamente diferentes, repletas de mistérios insondáveis para nossos conceitos especistas, percebemos que a coisa mais valiosa para cada indivíduo vivo é estar no domínio de seu próprio viver. É sem sentido cobiçar o domínio do impulso de viver alheio, e violento coibir sua expressão específica singular. Nisso somos todos iguais, animais de todas as espécies, e, quiçá, no que toca à sensibilidade biofisicoquímica, todas as plantas também. Mas a diferença é que elas não possuem o sistema nervoso central organizado que as tornaria vulneráveis à dor e ao pavor, peculiares apenas aos animais sencientes[8].

A dieta padrão, do grego *díaita*, que significa modo de viver, nos formata na concepção machista, pela qual, sem jamais questionarmos, acabamos por julgar natural comer os cadáveres de outros animais que pulsavam em vida e conduziam seu existir com a espécie de autonomia prática que sua espécie animal, seu sexo animal, sua experiência animal e sua mente singular possibilitavam. Hoje, estamos em condições de fazer a transformação de nossa dieta masculinizada, devoradora de animais, em uma dieta abolicionista vegana, reconhecida como saudável pela Organização Mundial de Saúde, a Associação de Nutrição, a Associação do Câncer, a Associação do Coração e pelo Comitê dos Médicos por uma Medicina Responsável, que congrega 150 mil profissionais atuando na prevenção e cura de todas as doenças com a dieta vegana integral não processada. E, ao desanimalizar nosso prato, fazemos as pazes, finalmente, com todos os animais, vivos. Deixamos de nos identificar com as carnes mortas.

A transformação ética da dieta animalizada, centrada na morte, para uma dieta viva, é a mais profunda transformação ao alcance de nossas mãos, mentes e corações. A dieta abolicionista vegana é transformadora. Todos os conceitos machistas caem por terra quando a adotamos. Em vez de comer os cadáveres abatidos pela força bruta em sua forma sofisticada pelo maquinário bélico de contenção, abate de animais e corte de carnes, comemos alimentos

---

[8] Para estudar a natureza sensível não senciente das plantas, ver Chamovitz (2012).

vivos, alimentos ricos em nutrientes e energizados pela luz do sol. Comemos de forma diversificada, pois nos alimentamos do que dá no alto das árvores, nos arbustos e no solo em todos os tons, não apenas nos tons cadavéricos.

Nossa consciência se expande com a luz ingerida através das matérias vivas. Deixamos de lado a ambição de dominar, de tiranizar, de manejar a existência do outro. Fazemos a ligação da nossa vida com a de todos os seres, deixando-os vivos. Não nos identificamos com restos mortais, com secreções que carreiam para nosso cérebro a química da dor, do tormento e do luto, produzida pelo sistema de manejo dos corpos dos animais dos quais essas matérias são extraídas.

Durante décadas fomos formatadas por uma dieta padronizada pelos homens, para nos transformar em mulheres passivas à violência. Primitivamente, os homens matavam os animais. As mulheres preparavam suas carnes. Sem perceber, ao fazerem isso, as mulheres ainda se submetem à ideia de que os mais fortes têm direito de abater da vida os mais fracos. Um treino moral exercido todos os dias, na própria cozinha, nas lanchonetes e restaurantes não veganos. Um treino emocional pelo qual nos separamos do mundo dos animais mortos e comidos, como se estarmos vivas depois de tê-los tirado da vida nos tornasse algo mais do que eles.

Ao adotarmos a dieta que não discrimina espécies, não hierarquiza os animais, não elege certos animais para estima e outros para a degola – a dieta não especista, abolicionista e vegana –, rompemos com o padrão machista dominante que impregna a dieta imposta ao mundo ocidental pelo agronegócio, especialmente nos últimos 50 anos. Rompemos de modo homeopático, uma a uma, gotinha por gotinha, pois cada comedora ou comedor que toma essa decisão deixa de ser um consumidor desses produtos animalizados. A transformação não é alcançada de fora para dentro. Ela é de dentro para fora e assim surte efeito. Ecologia genuína e ética ecoanimalista feminista genuína se fazem da boca para dentro. Se a dieta imposta nos formata nos padrões machistas, a dieta abolicionista nos liberta deles até o núcleo de nossa última célula. Há feministas de última geração que aboliram a dieta patriarcal à qual foram submetidas desde antes de nascer.

Se as mulheres continuam submetidas política, social, cultural, econômica e emocionalmente ao padrão machista que as atormenta e subordina, oprime e atrofia seu espírito, não há, vimos pelas últimas décadas de luta, como abolir esse padrão externamente, pois as motivações conscientes e inconscientes que elas sustentam com sua dieta continuam forjadas na lógica machista.

O sistema que impôs a dieta à qual todas nós fomos submetidas é configurado de alto a baixo nos padrões machistas que vão do estupro das fêmeas de todas as espécies usadas para reprodução em série, ao aparato ultrabélico com o qual são cultivados os alimentos dados aos animais e ao qual eles são submetidos na hora do abate. Igualmente bélico é o sistema de processamento das carnes, leites e ovos. Os animais são desfigurados a tal ponto que, ao se consumir esses produtos, não se tem contato visual algum, nem conceito real algum, da origem animal deles e da violência que sofreram no curto tempo de vida e na hora do abate. Ingerimos, literalmente, sem nos darmos conta, o que nos foi enfiado goela abaixo pela propaganda medicinal de alimentos animalizados, patrocinada pelo agronegócio. Se ainda nos alimentamos assim, como esperar que sejamos nós, as mulheres, a fazer a transformação desse mundo bélico machista em um mundo de paz?

A dieta animalizada está a imprimir em cada célula do nosso corpo a violência do manejo e da morte aos quais os animais foram submetidos. Nosso sangue segue levando a carga química presente nos tecidos do animal. Com a morte do tecido a química não desaparece. O manejo que manteve o animal submetido foi fonte contínua de dor, tormento, agonia e nervosismo para cada um deles, sem distinção de sexo ou espécie. O pânico na esteira da morte injeta em seu sangue adrenalina, pois todos os animais que comemos são seres sencientes, tanto quanto nós o somos. Eles estão vendo o que se passa. Eles sentem pavor da degola. Esse pavor imprime em suas células uma marca química. E essa é sua última mensagem para nós. Ao ingerirmos suas carnes e leite, enviamos para nossas células o que ali veio gravado. Como queremos ter paz e saúde, ingerindo esses alimentos carregados da dor e da morte violenta?

Ecofeminismo abolicionista animalista

Não esperemos, entretanto, que os homens erradiquem da face da terra o sistema de produção e abate de animais. Eles jamais o farão por bem. Quanto mais elevado o padrão aquisitivo, maior o consumo de carnes, leites e ovos e, portanto, maior a devastação de alimentos, dados de comer aos animais abatidos[9]. Tudo o que os animais comem e toda a água que bebem é transformado em excrementos no mesmo dia. O planeta sofre a impressão violenta do que é forçado a ingerir sem que possa digerir ou assimilar. Os oceanos estão

[9] Para os dados do consumo de grãos, cereais e água na extração e produção de leite e laticínios, e o montante de excrementos deixados como pegada pelo hábito de ingerir laticínios, ver Felipe (2012).

acidificados pela criação e abate de 56 bilhões de animais a cada ano para consumo humano. O planeta terra não aguenta mais a enxurrada de sangue, urina e excrementos que lhe enfiamos goela abaixo ao alimentarmos 154 milhões de animais abatidos a cada dia. Todos esses animais foram abarrotados de alimentos e de água. Todos excretaram abundantemente: frangos, porcos, bois, vacas, ovelhas, cabras etc. E, diariamente, o sangue desses 154 bilhões de animais escorreu para os rios e para o oceano. Não é pouco sangue. Não é pouca urina. Não são poucas as fezes. E tudo isso é o que nós empurramos para o solo, para as águas e para o ar, depois de termos exaurido 70% do solo mundial, cultivando com biocidas os alimentos fornecidos a esses 56 bilhões de animais mortos por ano para encher nossos pratos. Enfim, a dieta machista especista é absolutamente irracional.

O relatório mais recente da ONU alerta para a catástrofe planetária que se abaterá sobre os bebês que estão nascendo agora, quando mal tiverem completado 30 anos, caso não mudemos para a dieta vegana (CARUS, 2010). Não há mais espaço para cultivo de grãos e cereais destinados a dar de comer aos animais. Não há administração possível do volume de gás metano, sangue, fezes, urina e outros resíduos descartados no abate. A criação e abate de animais terrestres respondem pela morte dos animais aquáticos e responderão pela extinção da vida no planeta terra.

Acidificamos tudo com a produção de cadáveres para atender à dieta adotada sem pestanejar. E achamos que defendemos os interesses das mulheres somente quando criticamos a supremacia do poder masculino na política, nas empresas, na religião, no direito e na filosofia. Os homens impõem em nossos genes a marca da dieta biocida que adotamos. Mas não ouço ecofeministas falando da dieta abolicionista. Quem cala, consente, ou somente ignora o que deveria saber?

A dominação do modelo dietético masculino perde sustentação no momento em que não engolimos mais a dieta violenta, carregada de proteínas animalizadas que nos impuseram. Falo em sentido amplo. Libertadas da dieta machista, as mulheres podem afinal redefinir não apenas o que querem de verdade comer. Elas voltam seus olhos para o conteúdo do prato, não na condição de passivas cozinheiras de matérias alimentares impostas pela propaganda dietética machista. Voltam seus olhos para alimentos vivos e nutritivos, que renovam cada uma de suas células, hoje exauridas pela dieta da morte. Qualquer outra forma de dominação masculina ou machista sobre seus corpos e suas mentes não terá mais lugar, porque seus corpos e suas mentes terão se libertado das mensagens de violência e morte impressas epigeneticamente neles.

A adoção da dieta abolicionista vegana devolve às mulheres a condição de agentes de sua saúde, formatadoras de sua mente, fomentadoras dos conceitos básicos que orientam suas escolhas. E esse estatuto, o de consumidora, deixa de ser identificado com o consumo da morte e da violência animalizadas. Por milênios, as mulheres têm sido predadas pelos homens como se nelas não houvesse espírito, consciência ou sensibilidade. Como se fossem meras carnes. Por milênios, as mulheres se submeteram à ingestão de carnes animais, como se neles não houvesse um espírito, uma mente, uma consciência, sensibilidade e inteligência.

Somos, igualmente, animais. Se é violência sermos invadidas em nossos corpos pelo corpo de outro, se é violência sermos assassinadas pela força bruta, se é violência sermos confinadas em cárceres privados, ou privadas de nossas mentes e de nossa forma singular de expressão, mudando a espécie animal do sujeito sofrente de toda essa violência não se muda em acerto o erro de praticá-las. A diferença entre uma ovelha, uma vaca, uma porca, uma galinha e nós, está apenas na aparência exterior, no formato dos nossos corpos. Lá dentro, na intimidade da mente, sentimos igualmente o que nos fazem quando nos violentam, e tal experiência é singular.

A perspectiva ética ecoanimalista feminista é a voz dissonante que vem para anunciar a condição animal de todas as mulheres, não para devolvê-las àquele estatuto no qual suas vidas não têm valor a não ser se forem instrumentalizadas para atender aos interesses masculinos. Devolvendo a todas as mulheres a consciência de sua condição animal, mostrando que seu sentir, seu pensar e seu agir têm implicações trágicas para os animais não humanos, colocamos nas mãos das mulheres um instrumento poderoso de libertação das impressões machistas às quais seu corpo foi submetido pela dieta padrão masculinizada.

Não haverá libertação das mulheres, enquanto seguirmos a dieta que dá aos homens tamanho poder sobre nós. Não há libertação de ecossistemas, enquanto mantivermos uma dieta animalizada. Não há possibilidade de viver integramente, enquanto somos uma minoria de 7 bilhões de seres que oprime e extermina da vida 56 bilhões por ano, para saciar a gula consumista. A violência especista não combina com a dieta ecoanimalista feminista abolicionista, a dieta (do grego *díaita* ou modo de vida) vegana.

Referências bibliográficas

ADAMS, Carol J. The sexual politics of meat: a feminist-vegetarian critical theory. New York: Continuum, 1990.

CARUS, Felicity. *ONU recomenda mudança global para dieta sem carne e sem laticínios*. 2 jun. 2010. Disponível em: <http://www.brasiliaempauta.com.br/artigo/ver/categoria/meio_ambiente/id/3497/nome/ONU_recomenda_mudanca_global_para_dieta_sem_carne_e_sem_laticinios>. Acesso em: 21 maio 2014.

CHAMOVITZ, Daniel. *What a plant knows?*: a field guide to the senses. New York: Scientific American and Farrar, Straus and Giroux, 2012.

DARWIN, Charles. *A expressão das emoções no homem e nos animais.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000. [Edição original: 1872].

EISNITZ, Gail A. *Slaughterhouse*: the shocking story of greed, neglect, and inhumane treatment inside the U.S. meat industry. New York: Prometheus Books, 1997.

FELIPE. Sônia T. Especismo: conceito e história. *Labrys, estudos feministas*, jul.-dez. 2013. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys24/antispecisme/sonia.htm>. Acesso em: 31 maio 2014.

_______. *Galactolatria*: mau deleite. Implicações éticas, ambientais e nutricionais do consumo de leite bovino. São José: Ecoânima; Edição da Autora, 2012.

_______. "Alcance e limites da Declaração Universal dos Direitos Humanos". *In*: AGUIAR, Odílio Alves; PINHEIRO, Celso de Moraes; FRANKLIN, Karen (orgs.). *Filosofia e Direitos Humanos*. Fortaleza: Editora da UFC, 2006. p. 53-96.

_______. "Fundamentação ética dos direitos animais: o legado de Humphry Primatt". *In*: *Revista Brasileira de Direito Animal*. Salvador, Instituto Abolicionista, v. 1, n. 1, jan. 2006, p. 207-230.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os carrascos voluntários de Hitler*: o povo alemão e o holocausto. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HULSE, Virgil. *Mad cows and milk gate*: prions. Phoenix: Marble Mountain Publishing, 1996.

KHEEL, Marti. *Nature ethics:* an ecofeminist perspective. New York: Rowman & Littlefield Publisher, 2008.

LOW, Philip *et al*. The Cambridge Declaration on Consciousness. Cambridge, 2012. Disponível em: <http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2012.

MASSON, Jeffrey Moussaieff. *The face on your plate.* New York: W. W. Norton & Company, 2009.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminism*. London: Zed Books, 2003.

PRIMATT, Humphry. *The duty of mercy*: and the sin of cruelty to brute animals. Fontwell: Centaur Press, 1992. [Edição original: 1776].

ROSENDO, Daniela. *Ética sensível ao cuidado*: alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren. 2012. Dissertação (Mestrado em Ética e Filosofia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RYDER, Richard D. “Speciesism”. *In*: BAIRD, Robert M.; ROSENBAUM, Stuart E. (Eds.) *Animal experimentation*: the moral issues. New York: Amherst, 1991.

SINGER, Peter. *The expanding circle*: ethics & sociobiology. New York: Farrar, Straus & Giroux, 1981.

WARREN, Karen J. *Ecofeminist philosophy*: a western perspective on what it is and why it matters. New York: Rowman & Littlefield, 2000a.

______. “The power and the promise of ecological feminism”. *In*: STERBA, James P. *Earth ethics*: introductory readings on animal rights and environmental ethics. 2. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2000b, p. 213-223.

______. “Feminism and ecology: making connections”. *Environmental Ethics*, v. 9, n. 1, p. 4-5, Spring 1987.

WATTERS, Ethan. *DNA is not destiny*. Disponível em: <https://www.byliner.com/read/ethan-watters/dna-is-not-destiny>. Acesso em: 31 maio 2014.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *A vindication of the rights of woman*. New York: Dover Publications, 1996. [Edição original: 1792].

O que é mesmo uma perspectiva feminista de gênero?

Sandra Azerêdo[1]

... eu acho que discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue.

Judith Butler

Gênero e raça nunca existiram separadamente e nunca se referiram a sujeitos pré-formados dotados com genitais esquisitos e cores curiosas. Raça e gênero dizem respeito a categorias relacionais, altamente protéicas, mal separáveis analiticamente. Formações (não essências) raciais, de classe, sexuais e de gênero foram, desde o começo, máquinas perigosas e frágeis de guardar as principais ficções e o poder da virilidade civil europeia. Ser efeminado é ser incivil, ser escuro é ser desregrado: essas metáforas tiveram enorme importância na constituição do que se considera como saber.

Donna Haraway

Neste ensaio pretendo voltar a uma questão que tem perpassado meu trabalho desde 1981, quando fui para a Universidade da Califórnia fazer meu doutorado e me encontrei com Donna Haraway, que veio a ser minha orientadora: a questão de que raça e classe devem simultânea e necessariamente ser consideradas quando nos referimos a gênero. Essa questão se colocou pra mim ao me dar conta de minha própria submissão à ideologia da democracia racial no Brasil, respondendo a uma pergunta de Donna sobre meu projeto, que pretendia estudar gênero como uma questão que dizia respeito simplesmente à diferença sexual e, o que era mais grave, à heterossexualidade. Tendo lido meu projeto, Donna estranhou que eu não falasse do racismo nas relações de gênero no Brasil. E eu disse a ela que no Brasil raça não se constituía como um problema, pois aqui não havia segregação como nos Estados Unidos. Nosso problema dizia respeito apenas à classe social.

---

[1] Doutora em History of Consciousness pela University of California at Santa Cruz. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Para começar a situar essa resposta absolutamente acrítica de uma feminista brasileira chegando aos Estados Unidos para estudar gênero no início da década de 1980, recorro aqui ao estudo de Antônio Sérgio Guimarães sobre "racismo e antirracismo no Brasil". Guimarães chama a atenção para a forma como um "ideário antirracialista entranhou-se na maneira de ser brasileira. De certo modo, tornou-se lugar comum entre os brasileiros, a afirmação de que as raças não existem, e de que o que importa, no Brasil, em termos de oportunidades de vida, é a classe social de alguém" (GUIMARÃES, 1999, p. 39). E argumenta que

> qualquer estudo sobre o racismo no Brasil deve começar por notar que, aqui, o racismo foi, até recentemente, um tabu. De fato, os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional, e serve, no nosso confronto e comparação com outras nações, como prova inconteste de nosso *status* de povo civilizado (*Id., ibid.*, p. 43).

Um editorial da revista *Veja* mostra bem esse nosso "orgulho nacional", que de certa forma tinha me seduzido também.

> Por razões históricas que continuam sendo estudadas, o Brasil é a única grande nação do mundo em que a questão racial não cria tensões ou conflitos sociais perturbadores. O problema racial, no entanto, está longe de ter uma solução satisfatória no Brasil. (...) Pela convivência pacífica das etnias, talvez nenhuma outra sociedade reúna melhores condições que a brasileira para enfrentar o desafio da igualdade de oportunidades para todos os seus cidadãos. O Brasil foi vanguardista na evolução do pensamento teórico sobre a questão racial. Quando reputadas universidades europeias ainda pregavam, no fim dos anos 40, a existência de raças inferiores e superiores, um mestre brasileiro, Gilberto Freyre (1900-1987), já havia demolido essa noção fazia uma década, passando a explicar as diferenças por aspectos culturais e não pela cor da pele. Uma reportagem da presente edição de VEJA mostra, com base num estudo do IPEA, que no topo da pirâmide social, o grupo do 1,7 milhão de pessoas mais ricas do país, há nove brancos para cada negro. Segundo o mesmo estudo, a remuneração média dos negros brasileiros é pouco mais da metade da dos brancos. É mais uma barreira a ser vencida para que a paz racial no Brasil não seja apenas a face resignada do preconceito (2002, p. 9).

Esse discurso omite dois fatos importantes. Primeiro o fato de que aqui no Brasil desde o século XIX estava sim sendo produzida uma literatura com base na inferioridade e superioridade das raças, inspirada em Nina Rodrigues. E segundo, o fato de que a idealização e mistificação do Brasil como "paraíso racial", conforme mostra Guimarães, foi forjada pelo próprio antirracismo anglo-americano de pós-guerra[2]. Além disso, não se usa a palavra

[2] O esquecimento de como respondi ao rapaz que confundiu minha mãe com uma empregada doméstica indica certa dimensão traumática do acontecimento, que pode ser entendida através do trabalho de Veena Das com mulheres, que são as "testemunhas silenciosas" da cultura punjabi no contexto da partição da Índia em 1949, que levou à criação do Paquistão. Na resenha do livro de Das, *Life and words*: violence and the descent into the ordinary, publicado em 2007, Pedro Paulo Pereira vê essas testemunhas silenciosas atuando sobre os relacionamentos familiares, num processo contínuo de reescrita, valendo-se do "trabalho do tempo" (PEREIRA, 2010, p. 361). Das argumenta que parte da responsabilidade de seu livro "é oferecer outras maneiras de olhar a

"racismo" em nenhum momento e nega-se que haja "tensões e conflitos perturbadores" relacionados à questão racial, afirmando a existência de uma "convivência pacífica das etnias" e se recusando a ver as tensões e conflitos permanentes da população pobre. Além disso, a proposta de se vencer as barreiras impostas pela desigualdade não se preocupa com o bem-estar dessa população, mas com a "paz racial", que pode ser entendida como a não perturbação da elite branca que busca manter seus privilégios a todo custo.

Aos poucos, comecei então a perceber, ainda que muito sutilmente, como eu mesma estava falando o discurso racialista que no Brasil mantém as mentes colonizadas a dois poderosos mitos – o embranquecimento e a democracia racial. Comecei a pensar como eu tinha sido seduzida por esse discurso. Embora tendo sido criada por uma mãe mulata e um pai branco, não se falava em raça em minha casa – apenas indiretamente e em tom de brincadeira. Uma cena, especialmente, ficou marcada quando aos 7-8 anos, minha mãe me esperava no portão, como sempre fazia quando eu voltava dos lugares, e no carro que me trazia da casa de uma colega de colégio, o rapaz que dirigia o carro quis saber se minha casa era aquela em que estava uma empregada. Não me lembro absolutamente qual foi minha resposta – se simplesmente concordei com ele que aquela era minha casa, sem corrigir a pergunta errada, ou se corrigi – não! Aquela é minha mãe! Gostaria muito que essa última tivesse sido a minha resposta, mas muito provavelmente não foi assim, pois durante muito tempo me passei por branca, negando que o racismo existisse no Brasil, negação que só foi rompida quando foi questionado o seu lugar no meu projeto de doutorado (HARAWAY, 2004, p. 206).

Desde que a pergunta da Donna me pegou de surpresa, tenho buscado corrigir a pergunta impertinente do rapaz, procurando ver a estreita relação entre gênero e raça. Porém, como a própria Donna assinala em seu excelente artigo "Gênero para um dicionário marxista", publicado em 1987 e traduzido em 2004, "[m]uito raramente a teoria feminista juntou analiticamente raça, sexo/gênero e classe – apesar das melhores intenções, das palavras de ordem dos autores e das observações nos prefácios de livros" (GUIMARÃES, 1999, p. 41). Essa dificuldade da teoria feminista em lidar com raça em suas análises pode estar associada ao modo como as ciências sociais percebiam as relações raciais nos Estados Unidos, no Brasil e na Europa. Segundo Guimarães, o padrão de relações raciais nos Estados Unidos –"violento, conflitivo, segregacionista" – foi tomado "como modelo para comparar, contrastar e entender

experiência da violação, do dano e do trauma" (DAS, 2011, p. 22). O elemento da sedução precisa também ser levado em conta nesse entendimento.

a construção social das 'raças' em outras sociedades, especialmente no Brasil" (*Id., ibid.*, p. 41), cujo modelo

> mostrava uma refinada etiqueta de distanciamento social e uma diferenciação aguda de *status* e de possibilidades econômicas, convivendo com equidade jurídica e indiferenciação formal; um sistema muito complexo e ambíguo de diferenciação racial, baseado sobretudo em diferenças fenotípicas, e cristalizado num vocabulário cromático (*Id., ibid.*, p. 41).

Para Guimarães, as semelhanças entre o modelo norte-americano e o brasileiro só começaram a aparecer com o Movimento dos Direitos Civis, que desmantelou a segregação racial nos Estados Unidos. Como ele escreve,

> foi aí que as desigualdades raciais passaram a ser claramente atribuídas à operação de mecanismos sociais mais sutis – a educação escolar, a seletividade do mercado de trabalho, a pobreza, a organização familiar, etc. (...) Desde então, a denúncia das desigualdades raciais, mascaradas em termos de classe social ou de *status*, passou a ser um item importante na pauta anti-racista. Os racismos brasileiro e norte-americano tornaram-se, portanto, muito mais parecidos entre si (*Id., ibid.*, p. 43).

Guimarães (1999, p. 49) considera que o próprio movimento feminista dos anos 1970 na Europa e nos Estados Unidos também contribuiu para uma nova percepção das relações raciais[3]. Talvez no Brasil tenhamos resistido a essa nova percepção pela própria complexidade das relações raciais aqui, onde a cor escura está associada ao trabalho físico dos escravos e onde "[a] condição de pobreza dos pretos e mestiços, assim como, anteriormente, a condição servil dos escravos, [é] tomada como marca de inferioridade" (*Id., ibid.*, p. 41). Aqui no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, o emprego doméstico – realizado em sua grande maioria por mulheres negras e pardas – continua sendo parte do nosso cotidiano. Portanto, considero que isso tem que ser levado em conta no modo como nós, feministas, enfrentamos o fato – mostrado por inúmeras pesquisas – que o trabalho doméstico no Brasil continua sendo injustamente dividido entre homens e mulheres, ficando estas últimas quase inteiramente responsáveis por ele. Na verdade, precisamos ver que nós mulheres de classe média continuamos basicamente responsáveis pela *administração* do trabalho doméstico, inclusive o cuidado com as crianças, e quem realmente realiza o trabalho são nossas empregadas.

No entanto, não apenas no Brasil, permanece a dificuldade de juntar raça nas teorizações feministas, talvez pela intensidade de nossa implicação afetiva com questões

[3] Vamos ver abaixo vários exemplos da cor escura associada a empregadas domésticas e marca de inferioridade, associação que foi central na minha experiência de infância narrada acima.

raciais desde muito cedo em nossa vida na própria constituição de quem somos nós. Como escreve Haraway,

> raça é um trauma que produz fraturas no corpo político (*body politic*) da nação – e nos corpos mortais de seu povo. Raça mata liberal e desigualmente; e raça privilegia indizível e abundantemente. (...) Raça, assim como a natureza, é o coração de estórias sobre as origens e propósitos da nação. Raça, ao mesmo tempo uma quimera fantástica e uma presença inevitável, me assusta; e não estou sozinha nessa patologia histórica paralisante do corpo e da alma. Assim como a natureza, raça é o tipo de categoria sobre a qual ninguém é neutro, ninguém é ileso, ninguém está certo de seu chão, se é que existe um chão. (...) Nos Estados Unidos, raça imediatamente evoca as gramáticas da pureza e mistura, combinação e diferenciação, segregação e ligação, linchamento e casamento. Raça, assim como natureza e sexo, são repletos de todos os rituais de culpa e inocência nas estórias da nação, família, e espécies. (...) Acredito que, assim como a natureza, raça assombra a nós que nos chamamos Americanos/as. Todas nossas negações racionais apenas aprofundam o corte na ferida supurada de uma história racializada do passado e do presente.[1]

Também Bell Hooks no livro com o sugestivo título *Killing Rage*, escreve que

> de modo a perpetuar e manter a supremacia branca, as pessoas brancas colonizaram os americanos negros, e uma parte desse processo de colonização foi nos ensinar a reprimir nossa raiva, nunca fazê-los alvo de qualquer raiva que a gente sentisse sobre o racismo. A maioria das pessoas negras internalizou bem essa mensagem. E, embora muitos de nós tenhamos sido ensinados que a repressão de nossa raiva era necessária para ficarmos vivos nos dias antes da integração racial, nós agora sabemos que podemos ser exilados para sempre da promessa de bem-estar econômico se essa raiva não for permanentemente silenciada (HOOKS, 1995, p. 14. Tradução minha).

Por outro lado, a raiva (ódio) contra a adolescente negra que fazia parte do grupo de 9 adolescentes negros, selecionados para cumprir a ordem judicial de integração racial no país no dia 04 de setembro de 1957 na escola média de Little Rock, em Arkansas, Estados Unidos, está estampada na cara da adolescente branca, na fotografia publicada em muitos jornais do país na época. Segundo a reportagem de Dorrit Harazim, na revista *Piauí*,

> os pais dos nove pioneiros foram instruídos a não acompanharem os filhos naquele 4 de setembro de 1957, pois as autoridades temiam que a presença de negros adultos inflamasse ainda mais os ânimos. Por isso, os escolhidos agruparem-se na casa de uma ativista dos direitos civis e de lá seguiram juntos para o grande teste de suas vidas. Menos Elizabeth, que não recebera o aviso para se encontrar com os demais e partiu sozinha rumo a seu destino.
>
> De longe ela avistou a massa de alunos brancos passando desimpedidos pelo cordão de isolamento montado pela Guarda Nacional do Arkansas. Ao tentar fazer o mesmo, foi barrada por três soldados que ergueram seus rifles. Elizabeth recuou, procurou passar pela barreira de soldados em outro lugar da caminhada e a cena se repetiu. Alguém, de longe, gritou “Não a deixem entrar” e uma pequena multidão começou a se formar às suas costas. Foi quando Elizabeth se lembra de ter começado a tremer...
>
> Como pano de fundo, começou a ouvir invectivas de “Vamos linchá-la!”, “Dá o fora, macaca”, “Volta pro teu lugar”, frases proferidas por vozes adultas e jovens.

> Atordoada, dirigiu-se a uma senhorinha branca – a mãe lhe ensinara que em caso de apuro era melhor procurar ajuda entre idosos. A senhorinha, porém, lhe cuspiu no rosto (HARAZIM, 2011).

Hannah Arendt escreveu um artigo sobre essa foto[4], que foi publicado mais de um ano depois do acontecimento[5], devido “à natureza controversa” de suas reflexões, como ela coloca em suas “observações preliminares”. Nessas observações, ela se posiciona como “estrangeira” [6], que evita até viagens ocasionais ao sul dos Estados Unidos, pois, como para a maioria das pessoas de origem europeia, é difícil para ela aceitar os preconceitos dos americanos nessa região do país. E também quer deixar claro que, como judia, ela simpatiza com a causa dos Negros assim como a de todos os povos oprimidos (ARENDT, 1959, p. 56).

Arendt se coloca contra a decisão do Estado de começar a integração nas escolas públicas porque, segundo ela, são as crianças – negras e brancas – que vão se encarregar de resolver um problema que os adultos durante gerações se confessaram incapazes de resolver. Ela vê a adolescente negra como sendo uma heroína e a adolescente branca, juntamente com outros/as adolescentes, se encarregando de dar conta da vergonha de sua delinquência ao assumir um comportamento de gangue atacando a pobre adolescente. Arendt recorre à sua já conhecida separação entre o corpo político, a sociedade e a esfera doméstica, reafirmando que apenas no primeiro somos iguais. Para ela, a sociedade se caracteriza pela discriminação, na medida em que o que conta na esfera social são as diferenças entre pessoas que se associam com quem se sentem bem e discriminam as outras pessoas. Assim, na esfera social, o direito à discriminação tem mais validade que o princípio da igualdade. Finalmente, na esfera doméstica, Arendt considera que o lar é o lugar em que todas as pessoas têm o direito de fazer o que bem entender. Para ela, o governo não pode tomar nenhuma providência contra a discriminação social porque ele só pode agir em nome da igualdade – um princípio que não se aplica à esfera social. Vejamos as palavras da própria Arendt sobre o que aconteceu em Little Rock:

---

[4] Agradeço a Sandra Machado a informação sobre esse artigo, que eu desconhecia. Assim como desconhecia a foto e o artigo da *Piauí* sobre Little Rock, sobre os quais fui informada na disciplina “O enfrentamento da violência de gênero-raça”, na UFMG, neste semestre, por um grupo de estudantes, a quem também agradeço.

[5] Antecedendo essas observações de Arendt, há uma nota da edição da revista explicando que estão publicando o artigo “não porque concordamos com ele – muito ao contrário – mas porque acreditamos na liberdade de expressão mesmo para pontos de vista que nos parecem inteiramente equivocados” (ARENDT, 1959, p. 45).

[6] Guimarães inclui entre as mutações de percepção do racismo na década de 1970, “a imigração massiva de povos do terceiro-mundo... em direção a uma Europa que se imaginava anti-racista e que se confrontava agora com ‘estrangeiros’ inassimiláveis: povos de cor que apresentavam e, orgulhosamente, cultivavam nítidas diferenças religiosas, linguísticas e culturais” (GUIMARÃES, 1999, p. 44).

> Forçar os pais a mandarem seus filhos a uma escola integrada contra sua vontade significa privá-los de direitos que claramente pertencem a eles em todas as sociedades livres – o direito privado sobre seus filhos e o direito social de associação livre. Quanto às crianças, a integração forçada significa um conflito muito sério entre a casa e a escola, entre sua vida privada e sua vida social, e, embora tais conflitos sejam comuns na vida adulta, não se pode esperar que as crianças lidem com eles e, portanto, elas não devem ser expostas a eles. Tem sido frequentemente observado que é na infância que o homem se mostra o mais conformista – isto é, um ser puramente social. A razão disso é que toda criança instintivamente busca autoridades para guiá-la num mundo em que ela é ainda uma estranha, em que ela não pode se orientar por seu próprio julgamento. Na medida em que pais e professores não assumem a autoridade para ela, a criança vai se conformar mais fortemente a seu grupo, e sob algumas circunstâncias, o grupo de pares vai se tornar sua autoridade suprema. O resultado só pode ser sublevar-se a regra da massa e da gangue, como a fotografia publicada na mídia... tão eloquentemente demonstra. O conflito entre uma casa segregada e uma escola dessegregada, entre o preconceito da família e as demandas da escola, abole num só gesto tanto a autoridade dos pais como a dos professores, substituindo-a pela regra da opinião pública entre crianças, que não têm nem a capacidade nem o direito de estabelecer uma opinião pública própria.
>
> ... Portanto, parece muito questionável se foi sensato começar a fazer cumprir os direitos civis num domínio em que não estão em jogo nem o direito humano nem o direito político básicos, e em que outros direitos – social e privado – cuja proteção é não menos vital, podem tão facilmente serem feridos.

Contrastando com a análise de Arendt – que ignora os afetos[7] escancarados do racismo, especialmente o ódio e o sofrimento na fotografia de Little Rock, se preocupando apenas com a falta de autoridade dos adultos sobre as crianças, vistas como seres incapazes e irresponsáveis, a quem, no entanto, os adultos delegam o encargo de resolverem o “problema racial”, promovendo comportamentos delinquentes de gangues, Toni Morrison, em seu belíssimo livro *O olho mais azul*, vai buscar entender as relações raciais e o racismo a partir justamente do olhar das crianças, mais especificamente, de três meninas negras. Assim ela escreve:

[7] Essa “nociva internalização de pressupostos de inferioridade imutável, originados de um olhar externo” sobre a qual escreve Morrison, pode mesmo ser fatal, levando à morte psíquica, como no caso da personagem do romance, ou à morte física, como foi o caso de Neusa Santos Souza, psicanalista que suicidou em dezembro de 2008 no Rio de Janeiro. Em 1983, Neusa havia publicado o livro *Tornar-se Negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro* Brasileiro *em Ascensão*, em que estuda justamente as consequências dessa internalização perversa. Pouco antes de morrer, no dia 13 de maio de 2008, Neusa escreveu um texto sobre os 120 anos da abolição da escravatura negra, em que pergunta: Mas será que acabamos mesmo com a injustiça, com a humilhação e com o desrespeito com que o conjunto da sociedade brasileira ainda nos trata? Será que acabamos com a falta de amor-próprio que nos foi transmitido desde muito cedo nas nossas vidas? Será que já nos libertamos do sentimento de que somos menores, cidadãos de segunda categoria? Será que gostamos mesmo da nossa pele, do nosso cabelo, do nosso nariz, da nossa boca, do nosso corpo, do nosso jeito de ser? Será que nesses 120 anos de abolição conquistamos o direito de entrar e sair dos lugares como qualquer cidadão digno que somos? Ou estamos quase sempre preocupados com o olhar de desconfiança e reprovação que vem dos outros? (SOUZA, 2008).

> O resgate da beleza racial nos anos 60... levou-me a pensar na necessidade da reivindicação. Por que, embora insultada por outros, essa beleza não podia ser considerada válida dentro da comunidade? Por que precisava ser explicada e divulgada ao grande público para existir? Essas perguntas não são inteligentes. Mas em 1962, quando iniciei esta história, e em 1965, quando ela começou a ser um livro, as respostas não eram tão óbvias para mim como logo se tornaram e agora são. A afirmação de beleza racial não foi uma reação contra a autocrítica trocista e bem-humorada de fraquezas culturais/raciais, comuns em todos os grupos, mas contra a nociva internalização de pressupostos de inferioridade imutável, originados de um olhar externo. Concentrei-me, então, em como algo tão grotesco quanto a demonização de uma raça inteira podia criar raízes dentro do membro mais delicado da sociedade: uma criança; do membro mais vulnerável: uma mulher (MORRISON, 2003, p. 210).

No link em que se acha a foto de Little Rock estão várias outras fotos de raiva (ódio) de brancos contra negros[8], inclusive a foto das médicas brancas xingando o médico cubano negro que fazia parte do programa de "mais médicos para o Brasil", promovido pelo governo federal. Uma médica branca chegou a declarar que as médicas cubanas tinham "cara de empregada doméstica" e isso a fazia duvidar que pudessem ser boas médicas. Essa raiva mortífera que associa a cor escura ao emprego doméstico e à inferioridade tem sustentado inúmeros atos de violência no Brasil.

E então, é preciso perguntar: é este o país em que a questão racial não cria tensões ou conflitos sociais perturbadores como declara o editorial da revista *Veja*? Hooks associa a necessidade de expressar raiva diante de manifestações racistas como essas ao trabalho de Malcolm X, sugerindo que seu compromisso ético apaixonado serviu como catalizador para sua raiva. No entanto, ela reconhece que a raiva não é bem aceita nos movimentos políticos e muito menos na Academia (HOOKS, 1995, p. 13).

Volto-me, agora para as relações entre nós mulheres nos movimentos feminista e negro no Brasil, analisando a entrevista de Sonia Alvarez, ativista feminista, professora de política da Universidade de Massachusetts, nos Estados Unidos, com Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), publicada na *REF* (ALVAREZ; BAIRROS, 2012, p. 840). Luiza diz, em determinado momento, que "se você

---

[8] Em reportagem recente de *Carta Capital* (28/05/2014), "Casa-grande e senzala", Maurício Dias escreve sobre a conta no Twitter chamada "a minha empregada", onde os participantes falam da própria empregada. Seguem-se algumas das "flores mal-cheirosas do preconceito", como Dias se expressa sobre as falas, mantendo a forma exata como aparecem escritas: **@maribstein:***minha empregada ta precisando de brombril em casa, n querer me da um pouco do teu cabelo não?***@juhmills:** *minha empregada é uma mula* **@olhosnus:***como vou assistir joão e Maria se aquela arrombada da minha empregada perdeu o cabo da minha caixa de som? VO MATAR ESSA VADIA ORDINÁRIA* **@marcellalops:** *minha empregada n chega, disse q tá sem ônibus, minha casa tá imunda vadia vem andando!!***@wepridebieber:***minha mãe fala que eu tenho que acordar 10h só que a anta da minha empregada não me acorda e depois eu tenho que escutar minha mãe* **@drewboceta:***minha empregada é muito burra às vezes tenho vontade de tirar essas banhas dela com uma faca de cozinha* **@dopedoardo:***minha empregada abriu a janela do meu quarto a luz do sol entrou quase fiquei cego 100 chicotadas nessa preta*.

especifica o racismo, tem uma possibilidade maior de dar conta das questões das mulheres negras mais do que quando você especifica o sexismo. Nesse sentido, para nós Durban é mais definitivo do que Beijing, não tenho dúvida". Por outro lado, ela reconhece que

> o grau de tensão e de enfrentamento entre mulheres negras e mulheres brancas era pesado demais. Hoje há um certo esfriamento dessa tensão que, fazendo uma análise, digamos, otimista, é dado por pelo menos dois fatores. Por um lado, o fato de que as feministas finalmente concordam que as mulheres não são todas brancas e que, portanto, o espaço político vai ter que ser compartilhado entre muitas mulheres diferentes entre si. E, por outro lado, acho que há uma segurança maior das mulheres negras de que o fato de você trabalhar numa organização que não se define como negra não elimina as suas possibilidades de expressão a partir do seu lugar racial (*Id., ibid.*, p. 842).

Sonia traz a questão de as mulheres jovens serem mais receptivas à questão racial, nem imaginando um feminismo sem um componente antirracista. E pergunta "até que ponto a agenda antirracista que se assume enquanto tal no feminismo se aproxima da agenda antirracista do movimento negro?" E a resposta de Luiza é bastante significativa:

> Essas questões são tão complexas, absolutamente complexas! Essas coisas só acontecem se você respeita as possibilidades, se respeita o que cada uma tem de específico na sua própria experiência como mulher. A gente parou de brigar. As feministas pararam, por exemplo, de dizer que a gente não é feminista. Pode ser que continuem achando, mas pararam de dizer. Isso já ajudou a distensionar um monte, já se admite que existe um feminismo negro. Agora, esses feminismos mantêm distâncias e diferenças muito marcadas. As mulheres negras, qualquer uma, por mais feminista que seja, muito dificilmente vai ter uma leitura da sociedade a partir e para as mulheres negras. Nos outros feminismos isso é possível, mas aqui é um ponto de vista da mulher negra em relação à sociedade e à população negra. (...) vamos reconhecendo nossas diferenças. Porque se a gente for querer achar que existe uma forma única de ser, não vai dar certo. Por exemplo, a questão da mortalidade da juventude negra no Brasil, hoje, é uma pauta perfeitamente aceitável nas organizações de mulheres negras, mas muito dificilmente vai ser levada pelo movimento feminista, entendeu? (...) E você não pode, pelo fato de ser mulher, dizer que não lhe diz respeito porque "é homem que está morrendo". Isso não existe! E você não vai impor uma agenda dessas para o movimento de mulheres, não vai (*Id., ibid.,* p. 843-844).

Como? Não vai? Não se trata de uma questão de "impor" a mortalidade de jovens negros como uma questão feminista, mas de considerar que uma perspectiva feminista de gênero tem que se preocupar com essa questão, assim como todas as questões relacionadas à nossa sobrevivência como espécie e nossa relação com outras espécies, em um mundo que se torna cada vez mais violento. Em entrevista sobre "as lutas científicas em torno do bem-estar do animal dentro da barriga do monstro", Haraway considera essas lutas como sendo limitadas demais. Segundo ela,

> cientistas (e muitas outras pessoas) em outras ecologias de saberes fazem exigências muito maiores em relação aos desenhos experimentais e às boas questões a serem

> colocadas aos e com os animais, pessoas, terra, plantas, micróbios e tecnologias. Enquanto os tardios seres humanos industriais vadiam mesquinhamente rumo ao encontro de corpo e alma com os animais trabalhadores contemporâneos no complexo animal industrial, quantas leitoas grávidas e parindo passarão suas vidas em reprodução forçada com quase nenhuma habilidade, sem poder mover até seus próprios corpos? Quantos filhotes machos serão castrados e terão seus rabos cortados sem anestesia e serão criados sem que seus pés jamais toquem o solo ou suas mentes jamais se estiquem para resolver uma questão suína interessante colocada por pessoas ou outras criaturas? O que importa se os porcos estejam na China, nos Estados Unidos, no Brasil, ou em qualquer outro lugar, visto que em qualquer lugar os investimentos mais baratos e a ecologia moral-emocional-legal-política favorecem o maior "sucesso" do mercado tecnocapitalista? Importa porque nenhum desses locais está desligado dos outros; os porcos são viajantes globais sócio-materiais em todos os sentidos da palavra. Como isso pode deixar de ser uma questão feminista urgente, bem como uma questão de florescimento de multiespécies para quase todo mundo? (HARAWAY; AZERÊDO, 2011, p. 395).

Tenho tentado desenvolver uma prática seguindo essa perspectiva em minhas aulas no Departamento de Psicologia da UFMG, adotando um enfoque de grupo, buscando inspiração em Paulo Freire, Pichon-Rivière, e Félix Guattari. Este último, especialmente, tem sido precioso pelas noções que tem desenvolvido juntamente com Gilles Deleuze – devir (mulher, animal), grupo sujeito/sujeitado, *nonsense*. Trata-se de uma metodologia que busca valorizar o conhecimento e o afeto e, inspirando-nos em trabalhos de Hooks, Hazel Carby, Haraway, Gloria Anzaldúa, Judith Butler, Homi Bhabha, James Clifford e muitos outros, usamos a ficção como uma arma importante da teorização feminista, estudando a literatura produzida por mulheres negras – Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Toni Morrison, Nella Larsen, Ana Maria Gonçalves.

A pergunta do título de minha fala é, portanto, retórica, pois quero argumentar neste ensaio que uma perspectiva feminista de gênero deve necessariamente levar em conta os significados compartilhados das categorias de sexo/gênero, raça e classe, o que, para nós, feministas na Academia, em países colonizados pela Europa, e que tiveram experiência de escravidão de povos vindos da África, implica "desaprender nossos privilégios", como argumenta Gayatri Spivak em seu artigo de 1989, "Pode a subalterna falar?", traduzido como livro em 2010. Essa desaprendizagem é extremamente complicada, especialmente dentro da Academia, onde as relações de poder têm se alastrado como erva daninha.

No prefácio para a edição americana do *Anti-Édipo*, Michel Foucault nos alerta para um dos perigos contra o qual o livro de Gilles Deleuze e Félix Guattari se coloca: o perigo do fascismo – não apenas o fascismo histórico de Hitler e Mussolini, mas "o fascismo em todas/os nós, em nossas mentes e nosso comportamento cotidiano, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar a própria coisa que nos domina e nos explora" (FOUCAULT, 1983, p. XIII. Tradução minha). Para enfrentar esse perigo, Foucault sugere como fundamental o

princípio de não nos apaixonarmos pelo poder. Acho que uma perspectiva feminista deve sempre ter em mente esse princípio em suas práticas. Na verdade, considero que este seja o principal desafio que a emancipação coloca para nós. Emancipação no sentido que usa Jacques Rancière em seu livro *O mestre ignorante* – o sentido de partir da igualdade, forçando "uma capacidade que se ignora ou se denega a se reconhecer e a desenvolver todas as consequências desse reconhecimento" (RANCIÈRE, 2002, p. 11).

Trata-se de uma questão política, que implica posicionamento e significa também humildade "sem o truque da certeza de quem finge ser deus", como escreve Donna em seu artigo sobre a partilha do sofrimento (HARAWAY, 2011, p. 52). Significa também respeito, que, como ela nos lembra, "é *respecere* – olhar de volta, manter em consideração, compreender que encontrar o olhar do outro é uma condição de também ter um rosto" (*Id., ibid.*, p. 53). Significa, finalmente, cultivarmos a amizade entre nós, humanos e não humanos, especialmente nós mulheres – bruxas, negras, brancas, mestiças, mães, filhas, indígenas, estrangeiras, nativas, prostitutas, empregadas domésticas, do campo, da cidade, donas de casa, pobres, ricas, lésbicas, heterossexuais, bissexuais, professoras, estudantes, policiais, artistas – enfim, entre todas as mulheres do mundo – valorizando nossas diferenças para lutarmos contra a violência que muitas de nós sofremos pelo simples fato de sermos as fêmeas da espécie. Cultivarmos a amizade assim como cultivamos nossas plantas e não as ervas daninhas.

Termino com um trecho da bela reflexão de Barbara Smuts sobre as palestras da personagem Elizabeth Costello no livro de J. M. Coetzee, *A vida dos animais*, em que ela traz um elemento importante das relações de amizade:

> A possibilidade de render-se mútua e voluntariamente aos ditames da inter-subjetividade constitui a base do que Tomas de Aquino e Thomas O'Hearne ignoram quando afirmam que animais e humanos não podem ser amigos. Uso a palavra "render-se" intencionalmente, pois relacionar-se com os outros (humanos e não humanos) dessa forma requer desistir do controle sobre eles e sobre seu modo de relacionar-se conosco. Tememos essa perda de controle, mas as dádivas que recebemos em troca torna o preço muito pequeno (COETZEE, 1999, p. 118. Tradução minha).

Em suma, para mim, uma perspectiva feminista de gênero significa partir da igualdade, nos abrindo para o encontro com as outras pessoas (inclusive os animais não humanos), com respeito, nos rendendo, mútua e voluntariamente, aos ditames da intersubjetividade.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia; BAIRROS, Luiza. “Feminismos e antirracismo: entraves e intersecções”. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 3, p. 833-850, 2012. Entrevista com Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

ARENDT, Hannah. “Reflections on Little Rock”. *Dissent*, v. 6, n. 1, p. 45-56, jan. 1959.

COETZEE, J. M. *The lives of animals*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

DAS, Veena. “O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade”. Trad. de Plínio Dentzien. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 9-41, 2011.

FOUCAULT, Michel. “Preface”. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Edipus*: capitalism and schizophrenia. Trad. de Robert Hurley *et al*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

HARAWAY, Donna. “Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”. Trad. de Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, n. 22, pp. 201-246, 2004.

______. “Race: Universal Donors in a Vampire Culture”. *In*: ______. *Modest_Witness@ Second_Millennium.FemaleMan©_Meets_OncoMouse*™: feminism and technoscience. New York, London: Routledge, 1997.

______. “A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 27-64, 2011.

______; AZERÊDO, Sandra. “Companhias multiespécies nas naturezaculturas: uma conversa entre Donna Haraway e Sandra Azeredo”. *In*: MACIEL, Maria Esther. *Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. p. 389-417.

HARAZIM, Dorrit. “Ódio revisitado”. *Piauí*, ed. 62, nov. 2011. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-62/anais-da-fotografia/odio-revisitado>. Acesso em: 25 maio 2014.

HOOKS, Bell. *Killing Rage: ending racism*. New York: Henry Holt and Company, 1995.

MORRISON, Toni. *O olho mais azul*. Trad. de Manoel Paulo Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PEREIRA, Pedro Paulo. “Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das”. *Cadernos Pagu*, n. 35, 2010, p. 357-369.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante*: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Trad. de Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

2. Corpo, Violência e Saúde Mental

Gênero e loucura: o caso das mulheres que cumprem medida de segurança no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Érica Quinaglia Silva[1]

Introdução

Na Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, são atendidas pessoas que cumprem medida de segurança, uma sentença judicial que as define como inimputáveis e/ou semi-imputáveis.

De acordo com o artigo 26 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), inimputável é "(...) o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento" (Art. 26). Essa pessoa fica isenta de pena. Semi-imputável é "(...) o agente [que], em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento" (Art.26, Parágrafo único). Essa pessoa pode ter sua sanção reduzida de um a dois terços.

Uma vez no contexto judiciário, há duas trajetórias a serem percorridas pelo vulgarmente conhecido como louco infrator: a internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, ou, à falta, em outro estabelecimento correspondente e o tratamento ambulatorial. No Distrito Federal, a internação ocorre na Ala de Tratamento Psiquiátrico, localizada na Penitenciária Feminina do Gama. Já o tratamento ambulatorial acontece na rede pública e, eventualmente, privada de saúde.

Um terceiro caminho possível é a desvinculação da justiça. O Código Penal prevê um prazo mínimo para o cumprimento da medida e a (re)avaliação do sentenciado de um a três anos.

Este artigo busca investigar o caso das mulheres no âmbito da medida de segurança. Quem são elas? Que crimes cometeram? Que diagnósticos receberam? Quais têm sido os

[1] Doutora em Antropologia, Sociologia e Demografia pela Université Paris Descartes, Paris V, Sorbonne e UFSC. Professora da Universidade de Brasília (UnB).

itinerários por elas percorridos? Que políticas públicas de atenção à saúde têm sido criadas e implementadas? Trata-se de um estudo sobre gênero e loucura. O objetivo é verificar as interlocuções e os desafios entre o direito e a psicologia na Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Metodologia

Para tanto, foi realizada uma análise documental de todos os processos judiciais e prontuários das chamadas loucas infratoras entre os meses de outubro de 2013 e março de 2014. Essa análise ainda está em processo de andamento. Foram verificados aspectos concernentes à identificação, idade, estado civil e situação conjugal, cor, escolaridade e profissão, e à situação processual das mulheres, incidência penal e diagnóstico recebido.

Todos os aspectos éticos preconizados pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, foram observados. Não há quaisquer marcas de identificação dos sujeitos de pesquisa ou informações que possam provocar constrangimento a eles e a seus familiares.

Este artigo é um dos resultados da pesquisa em saúde mental, direito e psicologia no âmbito da medida de segurança. Essa pesquisa, que faz parte do projeto *Estudos em bioética, direitos humanos e gênero*, vinculado à Faculdade de Ceilândia da Universidade de Brasília (UnB), foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH) dessa universidade.

Resultados

Cumprem atualmente medida de segurança no Distrito Federal 153 indivíduos. Desses, 65 estão na internação, 56 estão no tratamento ambulatorial e 32 estão na desinternação condicional, uma das formas de desvinculação da justiça.

As mulheres somam 21. São 6 na internação, 13 no tratamento ambulatorial e 2 na desinternação condicional. Há 5 processos e prontuários, 2 de internação e 3 de tratamento ambulatorial, cuja coleta de dados ainda estava em realização no momento da redação deste artigo. Assim, as informações aqui contidas são concernentes a 16 mulheres de um total de 21.

As idades variam de 25 a 59 anos. Na internação, 3 mulheres têm entre 25 e 29 anos e 1 tem entre 30 e 34 anos. No tratamento ambulatorial, 1 mulher tem entre 25 e 29 anos, 2 têm

entre 30 e 34 anos, 1 tem entre 35 e 39 anos, 2 têm entre 40 e 44 anos, 2 têm entre 45 e 49 anos e 2 têm entre 50 e 59 anos. Na desinternação condicional, 2 mulheres têm entre 35 e 39 anos. Ao se considerar todas as modalidades de medida de segurança, a maioria tem, portanto, entre 25 e 29 anos.

Quanto ao estado civil e à situação conjugal, 1 mulher é viúva e 3 são solteiras na internação. No tratamento ambulatorial, o estado civil de 2 é casada, embora a situação conjugal de uma delas seja separada. Ademais, 1 é divorciada, 1 é separada, 5 são solteiras e 1 é amasiada. Uma das mulheres cujo estado civil é solteira é separada se considerada sua situação conjugal: viveu com o pai de seus filhos por 18 anos. Finalmente, entre as mulheres que cumprem desinternação condicional, 1 é casada, embora a situação conjugal seja separada, e outra é solteira. Se consideradas todas as modalidades de medida de segurança, a maioria das mulheres é solteira.

Em relação à cor, a maioria das mulheres é considerada parda e preta. Todas aquelas que estão internadas são tidas como pardas. Entre aquelas que estão no tratamento ambulatorial, 2 são brancas, 7 são pardas e 1 é preta. Já as que cumprem desinternação condicional são pardas, sendo que 1 delas aparece como parda em cinco laudos e preta em outra fonte do processo.

É necessário destacar que tanto em relação ao estado civil e à situação conjugal quanto em relação à cor, há informações diversificadas, por vezes discrepantes, ao longo dos processos. A depender da fonte (interrogatório, laudo do Instituto Médico Legal, relatório da Seção Psicossocial da VEP do TJDFT, entre outras), o dado pode ser variável, como no último exemplo concernente à cor, ora parda ora preta, de uma das mulheres que está na modalidade de desinternação condicional.

Na internação, todas as mulheres têm o ensino fundamental incompleto. No tratamento ambulatorial, 2 têm o ensino fundamental incompleto, 3 têm o ensino fundamental completo, 4 têm o ensino médio e 1 tem o ensino superior. Na desinternação condicional, 1 é analfabeta e 1 tem o ensino médio. Se consideradas todas as modalidades de medida de segurança, a maioria tem o ensino fundamental incompleto.

Já as profissões variam entre manicure (2), garota de programa e desempregada na internação; estudante, empresária, aposentada, costureira, auxiliar de serviços gerais, vendedora, comerciante e cabeleireira e cozinheira no tratamento ambulatorial; e doméstica, vendedora em loja de conveniência e operadora de caixa de supermercado na desinternação condicional. Há processos e prontuários de 2 mulheres que cumprem tratamento ambulatorial

que não contêm informações a respeito da profissão por elas realizada. Também em relação a esse item, é importante citar que as informações variam ao longo dos processos, a depender da fonte de dados.

A incidência penal é variegada. Há, contudo, uma prevalência da condenação por furto e roubo. Na internação, das 4 mulheres, 2 foram condenadas por roubo. Uma delas, além da condenação por roubo, foi condenada por furto qualificado. Outra foi condenada por tentativa de homicídio da própria mãe. Finalmente, a última da lista das mulheres que cumprem medida na modalidade de internação foi condenada por lesão corporal culposa, praticada também contra um parente.

No tratamento ambulatorial, são 4 mulheres condenadas por furto. Dessas, 1, além da condenação por furto, foi condenada por ameaça e desacato. Outra foi condenada por furto qualificado. Uma terceira, além de cometer furto, recebeu condenação por roubo. Além dessas 4, uma quinta foi condenada por tentativa de furto. Outra mulher, que também está em tratamento ambulatorial, foi condenada por tráfico de drogas e corrupção de menor. Outra foi condenada por estelionato continuado e falsificação de documento público. Finalmente, a última da lista das mulheres que estão em tratamento ambulatorial foi condenada por ameaça e porte de arma sem licença da autoridade. Em dois casos, as informações concernentes à incidência penal precisam ser verificadas.

Quanto à desinternação condicional, uma das mulheres foi condenada por homicídio simples e a outra por tentativa de roubo.

Finalmente, em relação ao diagnóstico dessas mulheres, prevalecem, nas três modalidades de medida de segurança, os transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool e outras drogas. Na internação, são 3 casos. A outra mulher tem um diagnóstico de psicose não orgânica não especificada. No tratamento ambulatorial, são 2 casos de transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool e outras drogas. Um deles está associado a transtornos afetivos uni ou bipolares. Aparecem também 3 casos de esquizofrenia, diagnóstico preponderante nessa modalidade de medida de segurança. Um deles está associado a transtornos de personalidade (Transtorno de Personalidade Borderline – TPB). Há, ainda, 1 caso de transtorno afetivo bipolar, 1 caso de transtornos mentais orgânicos, 1 caso de psicose não orgânica não especificada, 1 caso de transtorno obsessivo-compulsivo e 1 caso de cleptomania. Na desinternação condicional, há 1 caso de transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool e outras drogas e outro de psicose epiléptica (epilepsia), associada a retardo mental moderado.

Desses resultados, pode-se concluir que, no âmbito da medida de segurança, as mulheres, em sua maioria, têm entre 25 e 29 anos, são solteiras, são pardas e pretas, têm baixa escolaridade e possuem profissões que exigem pouca qualificação. Há uma prevalência da condenação por furto e roubo. Quanto ao diagnóstico, predominam entre essas mulheres os transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool e outras drogas.

Discussão

A loucura se inscreve em um plano de realidade: ela não está apenas localizada no indivíduo, como também revela algo do contexto em que emerge. A loucura não é uma entidade independente, com características próprias, separada da normalidade. A concepção de loucura depende do entendimento correspondente de normalidade socialmente estipulado (FOUCAULT, 1961; FRAYZE-PEREIRA, 1982). Trata-se, em um sentido metafórico, de duas facetas de uma mesma moeda. Assim, para compreender o que é loucura, é necessário conhecer os padrões de normalidade da sociedade a que pertence.

Historicamente, foram considerados loucos (e/ou loucas) aqueles que se desviaram desse modelo ideal, portanto não natural, de normalidade socialmente compartilhado. No século XVII, momento em que a distância entra a razão e a não razão efetivamente se estabeleceu, foram os pobres, e não os doentes, que preencheram as casas de internamento. Para o pensamento moderno, burguês, protestante e mesmo católico, o trabalho era moralmente obrigatório. Um dos sentidos da exclusão social nesse momento era, portanto, ético: não havia qualquer preocupação de cura, mas de culpabilização, correição, vigilância e punição da pobreza (FOUCAULT, 1961; FRAYZE-PEREIRA, 1982).

Qualquer semelhança com nossa realidade não é mera coincidência. Embora a legislação atual no Brasil tenha como finalidade permanente o tratamento e a reinserção social (BRASIL, 2001), o que se observa histórica e socialmente é uma cumplicidade da medicina e da justiça com a moral (FOUCAULT, 1961; FRAYZE-PEREIRA, 1982). Ora, não é negligenciável que as mulheres que cumprem medida de segurança no Distrito Federal sejam, em sua maioria, pardas e pretas, tenham baixa escolaridade e possuam profissões que exigem pouca qualificação. Sobre elas recai, ainda, outra marca, além de serem consideradas loucas: a de serem criminosas. Duplamente estigmatizadas, loucas e infratoras, esse é o perfil das mulheres usualmente esquecidas e silenciadas em nossa sociedade.

E não somente a loucura é relacional, interior à razão, e relativa, ligada ao contexto social e ético no qual é elaborada, como também suas manifestações são socialmente

localizadas. Há modelos sociais de loucura, ou seja, as coletividades humanas elaboram seus próprios modelos de loucura (FRAYZE-PEREIRA, 1982).

Para exemplificar essas afirmações, João Frayze-Pereira (1982) cita a ocorrência de uma crise chamada "amok" entre os homens na região da Malásia. Um indivíduo, habitualmente dócil e pacífico, ao ser acometido por ela, repentinamente corre no meio da rua, de posse de um facão, e mata as pessoas que encontra em seu percurso. Trata-se de atos previsíveis apenas entre homens, como anteposto, cujas razões, como a opressão e a humilhação, são culturalmente demarcadas.

Nesse sentido, é possível analisar não somente a identificação, como também a situação processual das mulheres no âmbito da medida de segurança. Por que não aparecem mulheres brancas, com escolaridade superior e profissões qualificadas entre aquelas encontradas na Seção Psicossocial da VEP do TJDFT? Não existem mulheres brancas, estudadas, loucas e criminosas? Ou a essas mulheres não cabe como destino o que Debora Diniz designou, em seu filme, como a casa dos mortos (DINIZ, 2009)?

Para ilustrar as perguntas retóricas aventadas, tanto no livro *Bling Ring - A gangue de Hollywood* quanto no filme homônimo, é relatada a história, baseada em fatos reais, de um grupo de oito jovens norte-americanos ricos que assaltavam famosos. A tentativa de "roubar a fama alheia" aconteceu entre outubro de 2008 e agosto de 2009. Foi pilhado o equivalente a US$ 3 milhões em artigos de grife, dinheiro vivo e uma arma. A turma surgia em público e publicava fotos nas redes sociais trajando as roupas e os acessórios roubados. Ao serem presos, os membros da gangue Bling Ring já tinham se tornado, eles mesmos, famosos. Se se tratava de loucura, mero capricho ou ostentação, o fato é que, atualmente, estão todos soltos (*Época*, 2013).

Ademais, ao se considerar, além da classe social, o gênero, um dos dados encontrados no Censo realizado em 2011 sobre *A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil* revela que, apesar de as mulheres serem uma minoria no âmbito da medida de segurança (há uma mulher para cada doze homens), elas cometem mais homicídios que os homens, e suas principais vítimas são os filhos (24% das vítimas dos homicídios cometidos por mulheres). Dessa afirmação, é pertinente inquirir se as mulheres matam efetivamente mais que os homens ou se aquelas que o fazem são tachadas de loucas. Se nos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico do país não se encontram homens que tenham cometido um crime similar, isso significa que não existem homens que matem seus filhos ou suas filhas? Ou, nesses casos, os homens não são considerados loucos, mas sim assassinos ou homicidas?

Da mesma forma, observamos uma prevalência do furto e do roubo como incidência penal entre as mulheres com transtorno mental em conflito com a lei no Distrito Federal. Pode-se questionar se em nossa sociedade, com suas divisões e desigualdades de gênero, além daquelas referentes à classe social e à raça, a medida de segurança não tenha sido concedida a esse grupo específico como tutela travestida de benefício. A mulher que rouba ou furta, assim como a que mata, só pode ser considerada louca.

O efeito perverso do caráter de inimputabilidade e/ou semi-imputabilidade concedido a ela é a perda de responsabilidade. Se havia culpabilização da loucura no Ocidente no século XVII, como anteposto, ela deixa de existir no Brasil dos séculos XX e XXI. A noção de culpa, que é associada a uma ação praticada no passado e que prevê uma pena para essa ação por tempo determinado, é substituída pela de periculosidade, que lança um juízo para o futuro. Isso quer dizer que uma sentença de medida de segurança pode significar uma reclusão *ad aeternum* (BRASIL, 2011). Afinal, o transtorno mental pode cessar ou permanece apenas sob controle?

Caberia um aprofundamento do estudo da incidência penal, dos diagnósticos e dos sintomas que aparecem nos processos das mulheres no âmbito da medida de segurança para um entendimento da classificação como louca infratora, bem como para uma reapropriação de tal concepção.

Associada a essa questão há outra igualmente pertinente. Para essas mulheres, a saída torna-se amiúde longínqua porque são, em sua maioria, solteiras. Há três critérios para a desvinculação da justiça: o tempo de reclusão; a avaliação do estado de sanidade mental para a verificação da cessação de periculosidade, mediante a realização de exames psiquiátricos e psicológicos pelo IML e pela Seção Psicossocial da VEP do TJDFT, respectivamente; e a existência de parente que as acolha. Em relação ao terceiro critério, é mister questionar se as mulheres, que são tidas habitualmente como cuidadoras, também contam, no âmbito da medida de segurança, com a presença de alguém que por elas se responsabilize. Além de solteiras, algumas dessas mulheres cometeram crime contra um familiar. Nesses casos, há parentes que tomam o papel de assumi-las?

Nesse sentido, trata-se, legalmente, de papel do Estado suprir tais lacunas. De acordo com a Lei 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, o tratamento deve visar, como finalidade permanente, a reinserção social. Especificamente o artigo 5º prevê que

> o paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário.

Foram, para tanto, criadas portarias para a desinstitucionalização e a humanização do tratamento dispensado a pessoas com transtorno mental em conflito com a lei. As portarias 246, de 17 de fevereiro de 2005, 1.220, de 7 de novembro de 2000, e 106, de 11 de fevereiro de 2000, visam à criação de residências terapêuticas, destinadas a abrigar essas pessoas e a servir de suporte para a prestação de serviços de atenção à saúde mental substitutivos à internação em hospitais-presídios, tais como centros de atenção psicossocial (CAPS) e de convivência e cultura (BRASIL, 2011). Não obstante, essa proposta legal ainda não ganhou contrapartida real: no Distrito Federal, por exemplo, não há nenhuma residência terapêutica.

Nesse universo de anônimos que é a medida de segurança, as mulheres configuram, assim, um grupo que merece ser nomeado e conhecido. A estigmatização e a negligência a que estão submetidas precisam ser reveladas. É fundamental (re)formular e implementar políticas públicas que atentem para elas, sobretudo em um contexto em que os distúrbios são tantos, embora aglomerados sob uma decisão única da justiça. Espera-se, destarte, que, entre o direito e a psicologia na Seção Psicossocial da VEP do TJDFT, as interlocuções tornem-se possíveis e os desafios sejam assumidos como ensejo para a efetivação de mudanças.

Referências bibliográficas

BRASIL. “Código Penal” (Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940). *Diário Oficial da União*, 7 dez. 1940.

______. “Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001”. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*, 6 abr. 2001.

______. Ministério Público Federal (MPF); Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). *Parecer sobre medidas de segurança e Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico sob a perspectiva da Lei nº 10.216/2001*. Brasília, 2011.

______. “Portaria nº 246 de 17 de fevereiro de 2005”. Destina incentivo financeiro para implantação de serviços residenciais terapêuticos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 17 fev. 2005.

______. “Portaria/GM nº 1.220 de 7 de novembro de 2000”. Dispõe sobre a criação do serviço residencial terapêutico em saúde mental, da atividade profissional de cuidador em saúde, do grupo de procedimentos de acompanhamento de pacientes e do subgrupo de

acompanhamento de pacientes psiquiátricos, do procedimento de residência terapêutica em saúde mental, dentre outros. *Diário Oficial da União*, 7 nov. 2000.

______. "Portaria/GM nº 106 de 11 de fevereiro de 2000. Institui os serviços residenciais terapêuticos". *Diário Oficial da União*, 11 fev. 2000.

______. "Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde". *Diário Oficial da União*, 12 dez. 2012.

DINIZ, Debora. *A casa dos mortos*. Documentário. Brasília: Imagens Livres, 2009. 23 min.

______. *A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil*: Censo 2011. Brasília: Letras Livres; Editora Universidade de Brasília (UnB), 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1961.

FRAYZE-PEREIRA, João Augusto. *O que é loucura*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GIRON, Luís Antônio: FINCO, Nina. "Livro e filme contam a história de jovens ricos que assaltavam famosos: ideia era roubar um pouco da fama dos atores de Hollywood". *Revista Época*, 2 ago. 2013. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2013/08/livro-e-filme-contam-historia-de-bjovens-ricos-que-assaltavam-famososb.html>. Acesso em: 30 mar. 2014.

Stela do Patrocínio e autorrepresentação: uma poética da loucura

Gislene Maria Barral Lima Felipe da Silva[1]

Eu sou Stela do Patrocínio/
Bem patrocinada

(*RBA*[2], p. 66)

Stela do Patrocínio importa-se apenas em falar. Contudo, em todos os capítulos de sua obra *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*, publicada em 2001, prevalece uma preocupação com a detenção da palavra e de um eu, fundamental para a preservação da subjetividade. Com isso, a obra é composta a partir do que ela própria chama de "falatório". Sua fala poética, contínua e rica, desperta na psicanalista Viviane Mosé a certeza da importância desse discurso e o desejo de recolhimento de seus textos, por meio da gravação, e sua transposição para a escrita. Resulta disso uma obra preocupada, segundo ela, em "encontrar a sonoridade dos textos", já que Stela "usava sempre o mesmo ritmo, possibilitando esta configuração equilibrada que adquirem seus textos quando escritos" (MOSÉ, 2001, p. 27).

Embora na condição de interna em regime fechado (e também por isso), a fala de Stela chama a atenção por ser capaz de criar uma tensão em que seu discurso, que se inicia ordenado, fragmenta-se e constrói-se sempre dentro de uma lógica particular, mergulhada no delírio. Também é curiosa a forma de Stela pensar sua condição e articular esses pensamentos em um discurso que contém indagações ontológicas, no qual sua origem humana, o ser e o estar no mundo, e o estranhamento diante da complexidade da existência constituem seus temas centrais. Nascidos no seio da loucura, seus textos fascinam pelo que possuem de "neurose necessária para a sedução de seus leitores", pois "esses textos terríveis são apesar de tudo textos coquetes", utilizando palavras de Roland Barthes (1971, p. 10), e podem ser lidos como tão transgressores quanto os da lírica moderna.

---

[1] Doutora em Literatura e Práticas Sociais pela Universidade Brasília (UnB) e pesquisadora do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea (GELBC-TEL-IL-UnB). Professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

[2] Ao se fazer referências à obra *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome* será utilizada a sigla *RBA*, seguida do número de página.

Percebendo que os textos falados por Stela do Patrocínio se desdobravam em diferentes temáticas, Viviane Mosé procurou organizá-los classificando os fragmentos de acordo com seu conteúdo e distribuindo-os em sete capítulos. No primeiro capítulo, intitulado "Um homem chamado cavalo", Stela fala de sua vivência no hospício; já no segundo, "Eu sou Stela do Patrocínio, bem patrocinada", ela fala de si e de sua história, fora do contexto hospitalar. No terceiro ("Nos gases eu me formei, eu tomei cor") e no quarto ("Eu enxergo o mundo") capítulos, a organizadora percebe o eixo dessa poética. Eles dão a ver a fala de Stela como um olhar, como uma configuração de formas que não se fixam, como se essas estivessem encarnadas em um fluxo incessante. Voltando à história de Stela, o quinto capítulo, "A parede ainda não era pintada de azul", explora os temas da alimentação, do sexo e da maternidade; o sexto capítulo, "Reino dos bichos e animais é o meu nome", volta ao contexto do hospital, com a metáfora dos animais, enquanto o sétimo capítulo, "Botando o mundo para gozar e sem gozo nenhum", fala de sua família e de sua tristeza em saber que continuará isolada, mesmo com todo seu falatório. A obra se fecha com a reprodução de uma entrevista com Stela, na qual ela discorre sobre sua vida, sua condição de interna e o dia a dia no hospital.

Seduzida pela palavra, Stela não escrevia, mas cria uma obra cujo suporte é sua própria voz. A palavra, signo visual, desafia a forma audível, porquanto, frágil, precisa ser cunhada na escrita para que faça sentido, inclusive com sua permanência. O falatório de Stela – percebe-se no que se "ouve" dele – é sobretudo sua condição de sobrevivência: falar é elaborar simbolicamente sua experiência de vida. Em uma preocupação constante de colocar sua realidade em palavras, ela não fala a linguagem do pensamento nem a linguagem corrente, ordinária. Construindo um objeto de linguagem que nasce de onde seria impossível criar mais alguma coisa, ela persegue a fala poética. Não aquela que Blanchot atribui a Mallarmé, aquela que "deixa de ser fala de uma pessoa", onde "somente a fala 'se fala'" e que se apresenta como obra de pura linguagem (BLANCHOT, 1987, p. 55). De sua fala emerge um sujeito fortalecido, imponente, que promove uma reviravolta diante de sua ruína:

> Eu sou Stela do Patrocínio
> Bem patrocinada (*RBA*, p. 66).

Mas sua obra também conhece o fundo do poço, o estado de autodissolução a que chegou o sujeito:

> Perdi o gosto o desejo a vontade o querer;
> [...]
> Eu sou mundial podre
> Tudo pra mim é merda durinha à vontade
> Até ser contaminada e contaminada até ser merda pura
> E é merda fezes excremento bosta cocô
> Bicha lombriga verme pus ferida vômito escarro
> porra
> Diarreia disenteria água de bosta e caganeira (*RBA*, p. 123).

Esse, porém, não anula sua experiência existencial; apossando-se de seu desespero, fixa sua história em um falatório que é a própria poética da loucura.

Pode-se considerar, para a construção da obra, a existência de uma coautoria na participação fundamental da organizadora para que os textos orais ganhassem corpo, estrutura e publicação. Isso especialmente se, dada a importância da forma nesse gênero, os textos puderem ser considerados poemas, como aparentam ser. Se a produção de Stela consiste em um jorro contínuo e criativo de enunciados, aprisionados em uma lógica que diz respeito à sua vivência da loucura, a armação desse material e sua disposição na página também estão atreladas a critérios normatizadores da linguagem literária. Supondo a inexistência de prefácio e apresentação tão esclarecedores do contexto de sua produção, e que trazem também dados sobre a autora e a arqueologia da instituição psiquiátrica, poder-se-ia tomar a obra como um livro de poemas pela configuração visual das frases.

Junte-se a isso a lembrança de que a poesia nasceu ligada à transmissão oral, por isso as repetições e a musicalidade são recursos que tinham como intenção primeira a memorização. A própria ausência de títulos e de pontuação nos textos dessa obra faz lembrar poemas modernistas. Um exame na estrutura da linguagem dos textos fortalece ainda mais a argumentação de que a obra de Stela situa-se para além de uma fala em estado bruto, mas provavelmente se localiza nas adjacências da poesia em prosa e da prosa poética: a construção de imagens por meio de figuras de linguagem objetiva construir o distanciamento próprio da poesia, mas também traduz uma visão íntima e particular do poeta a respeito dos temas. Tais características estão presentes, por exemplo, no fragmento abaixo:

> A realidade é esta folha
> Este banco esta árvore
> Esta terra
> É este prédio de dois andares
> Estas roupas estendidas na muralha (*RBA*, p. 112).

O eu-poético define sua realidade como aquilo que o delimita, que está bem perto (o uso dos demonstrativos induz a isto) e tem existência física e palpável, em oposição aos

delírios e alucinações, mas demarcado pela cerca, à qual não há como fugir, porque, após tantos anos de reclusão, a impressão é de estar

> Cumprindo a prisão perpétua
> Correndo um processo
> Sendo processada (*RBA*, p. 97).

O repetido emprego do verbo no gerúndio torna ainda mais vivo o sentimento de uma vida arrastada, uma permanência morosa. Já no trecho a seguir, processos estilísticos como a repetição e a enumeração quase caótica, mas não apenas esses, investem esses textos de um caráter poético:

> É quadrilha exército povoado
> Bloco médico escoteiros e bandeirantes
> Isso é família porque é família é família
> Tudo é família
> Você não é família?
> [...]
> Família é quadrilha exército povoado
> Bloco médico escoteiros bandeirantes
> Corpo de bombeiros quadrilha exército
> Povoado bloco médico corpo de bombeiros (*RBA*, p. 130).

Embora a composição aparente um caráter aleatório, há uma rígida ordem interna nessa literatura do inconsciente, que pode se afirmar como uma proposta literária. Mas ao mesmo tempo em que o texto se molda em uma linguagem lírica, entrevê-se um tecido narrativo no qual a narradora-personagem reconstitui, a partir de sua experiência cotidiana, o enredo de uma história vivida. Trata-se de obra instigante desde sua composição, porque fugindo às fórmulas literárias pré-estabelecidas ou às já existentes, vai além delas, mas dialogando com elementos dessas formas. É desse modo que a literatura subverte a si mesma, o que vem confirmar o pensamento de Foucault, para quem a experiência literária da linguagem,

> se é uma experiência trágica, radical, é transgressora com relação à obra: subverte, contesta, ameaça a obra, fazendo-a ir além dos limites estabelecidos. Mas, por outro lado, não pode deixar de ser obra. Daí o estatuto paradoxal da obra literária moderna: ela é obra que põe em questão seus limites como obra, que enuncia sua própria impossibilidade, que nega a ideia de obra; é uma experiência negativa, uma experiência de negação, que, ao mesmo tempo, é sua própria realização como obra (MACHADO, 1991, p. 42.).

Não se pode negar que embora o eu-poético registre sentimentos e vivências bem particulares, sua expressão condensa traços da experiência comum àqueles que passam

períodos de suas vidas fechados nas "instituições totais", para usar os termos de Erving Goffman (1990, p. 31.). Nesse sentido, essa voz constrói uma autorrepresentação que pode estar representando também uma categoria de indivíduos em condição similar à sua. Isso se tomarmos aqui a ideia de Íris Marion Young de que entre representante e representados não é preciso haver obrigatoriamente opiniões e interesses comuns, mas ao menos a perspectiva que é compartilhada, entendendo-se "perspectiva" como o ponto de vista dos membros de um grupo sobre os processos sociais, em decorrência do seu posicionamento neles (YOUNG, 1990, p. 136).

Neste aspecto, em *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome* está representado literariamente o processo de construção de identidade do louco, que se dá a partir da admissão no manicômio, definido por Goffman como "mortificação do eu" (*op. cit.*, p. 31). Isso se explica pelo fato de essa autora ter produzido sua obra no período em que se encontrava reclusa em hospital psiquiátrico. Mais marcante em indivíduos que passam um longo período de suas vidas nas instituições fechadas, e no caso de Stela foram exatos 30 anos (AQUINO, 2001, p. 13), esse processo consiste na introjeção dos mecanismos de sobrevivência no hospício e na adoção de táticas de ajustamento às relações no local. Passa a ser construída uma nova identidade, em cuja composição vão entrando elementos do universo manicomial, percebidos por Stela como sendo alimento para essa reconfiguração identitária:

> a alimentação era eletrochoque, injeção e remédio
> E era um banho de chuveiro, uma bandeja de alimentação
> E viagem sem eu saber para onde ia (*RBA*, p. 53).

Na construção dessa nova identidade, o eu lírico encontra na própria sociedade a origem de sua loucura, para cuja cronificação o hospício tem importância crucial:

> Estava com muita saúde
> Me adoeceram
> Me internaram no hospital
> E me deixaram internada
> E agora eu vivo no hospital como doente (*RBA*, p. 51).

De modo muito particular e lúcido de sua condição, o eu-poético representa vários aspectos do modo de vida ultrajante – chamado por Goffman de violação dos "territórios do eu" (*op. cit.*, p. 31), marcada por atividades diárias repetitivas, estabelecidas para os mesmos horários, e sob atenta vigilância aos mínimos movimentos dos internos – que se vive no hospício. Essa invasão da individualidade é exercida através de medidas coercitivas: apesar dos remédios e injeções serem indesejados, a interna é forçada a ingeri-los:

O remédio que eu tomo me faz passar mal
E eu não gosto de tomar remédio para ficar
passando mal
Eu ando um pouquinho, cambaleio, fico
Cambaleando
Quase levo um tombo (*RBA*, p. 54).

Já confinada, ela revela as proibições de se manifestar livremente, circular com naturalidade pelos espaços e o constrangimento da privação de liberdade, expressando-se como condenada a cumprir uma sentença penal:

Estar internada é ficar todo dia presa
Eu não posso sair, não deixam eu passar pelo
portão
Maria do Socorro não deixa eu passar pelo portão
Seu Nelson também não deixa eu passar pelo
portão
Eu estou aqui há vinte e cinco anos ou mais (*RBA*, p. 55),

em que a repetição ("não deixa eu") só vem acentuar essa ideia de opressão. Contudo, falar de dentro do espaço da reclusão é se libertar, de algum modo, da prisão internalizada no sujeito. E mesmo já integrada ao espaço asilar, ela não se resigna com sua condição cerceada, humilhada, em que a falta de liberdade lhe adverte, a todo momento, de sua incapacidade de agir com autonomia e de responder por seus atos:

Eu sou seguida acompanhada imitada
Assemelhada
Tomada conta fiscalizada examinada revistada... (*RBA*, p. 63)

O sofrimento crônico não leva o eu à resignação; ao contrário, conduz a uma consciência lancinante de sua situação fazendo com que a palavra extrapole os muros da insanidade e se infiltre na razão para provocá-la e mostrar sua precariedade, sua insuficiência diante do humano:

Tem esses que são igualzinhos a mim
Tem esses que se vestem e se calçam igual a mim
Mas que são diferentes da diferença entre nós
É tudo bom e nada presta (*RBA*, p. 63).

Ao lidar com o sentimento de desamparo e abandono, o eu lírico posiciona-se de forma ambivalente, dando a ver o abismo que há entre seus desejos e sua situação real. Capaz de suplantar a solidão ao forjar seu pertencimento a uma comunidade ainda maior: "Tô na família do cientista" (*RBA*, p. 129) ou "Uma família pra mim é uma reunião de médicos e

cientistas” (*RBA*, p. 130), em outras ocasiões se expressa como uma voz que se ergue de um depósito de seres humanos rebaixados a uma condição primitiva, animalizada:

> Meu nome verdadeiro é caixão enterro
> Cemitério defunto cadáver
> Esqueleto humano asilo de velhos
> Hospital de tudo quanto é doença
> Hospício
> Mundo dos bichos e dos animais (*RBA*, p. 118).

A metáfora do “cemitério” metaforiza a condição do louco, agora reiterada pelo recurso do paralelismo com outros vocábulos do mesmo campo lexical: caixão, enterro, defunto, cadáver. Na loucura, o eu-lírico vê-se desprezado, desamparado e alijado da vida em sociedade. Mas a alusão ao “mundo dos bichos e dos animais” também resgata a ideia da morte do humano no louco e a consequente passagem à condição de animalidade, na qual se ancoram algumas representações sociais que apareceram em obras analisadas nos capítulos anteriores.

A aparência física não é motivo de orgulho para Stela do Patrocínio. Quando se refere a ela, representa-se de forma negativa, sob o reconhecimento do Outro, como “nega preta e feia/Que a Ana me disse” (*RBA*, p. 66). O desprezo e até mesmo repulsa pela própria existência vem junto a um desejo de autoaniquilamento, ou apenas de não ser, como o que está presente na fala abaixo:

> Eu não queria me formar
> Não queria nascer
> Não queria tomar forma humana
> Carne humana e matéria humana
> Não queria saber de viver
> Não queria saber da vida
>
> Eu não tive querer
> Nem vontade pra essas coisas
> E até hoje eu não tenho querer
> Nem vontade pra essas coisas (*RBA*, p. 118).

Imersa na experiência existencial, a palavra de Stela parece querer guardar os mínimos resquícios da cultura. A natureza primitiva – o reino dos bichos e dos animais – materializa-se em sua linguagem instintiva, em que forma e conteúdo se irmanam. Assim, em seu discurso telúrico, meio selvagem, infantil e primitivo, os temas mais caros são alimentação, sexo, maternidade, animais, instintos, natureza. Em uma dicção em que são raras as referências aos elementos da cultura, chama a atenção a alusão a *Um homem chamado cavalo*, filme dirigido

pelo norte-americano Elliot Silverstein, por ser um dos raros momentos em que a cultura entra na construção de seus textos, quando se define como quem fica "pastando no pasto à vontade" (*RBA*, p. 50), uma metáfora de seu modo de vida alienado. Ainda que sua linguagem esteja intimamente associada a um movimento natural, instintivo, assim como o próprio conteúdo de sua fala, ao se libertar de sua interioridade pela palavra, Stela se situa como indivíduo, canalizando objetivamente a sua necessidade devastadora de autoexpressão para uma representação de sentido cultural.

Dessa maneira, o falatório de Stela dá forma à gama de sentimentos que constroem a subjetividade de uma reclusa no sistema psiquiátrico, há tanto tempo segregada do convívio social. Expressando-se como condenada ao encarceramento em um mundo adverso, mesquinho e indesejado, reclama da convivência inevitável com outros indivíduos psicologicamente arruinados. Ela representa seus pares como seres que

> vivem sem pensar,
> Comem bebem fumam [...]
> Mas não tem ninguém que pense (*RBA*, p. 62).

Mesmo não se assumindo como intelectual, Stela se reconhece como uma consciência que sobressai em uma multidão e pode contemplar as dolorosas circunstâncias em que sobrevive:

> Não trabalho com a inteligência
> Nem com o pensamento
> Mas também não uso a ignorância (*RBA*, p. 62).

Seu discurso apresenta a perspectiva da mulher louca marginalizada até pelo sistema psiquiátrico, microcosmo e metáfora do sistema sócio-político. Em sua fala Stela representa a si mesma de forma depreciativa. Em raros momentos ela tenta mostrar uma posição socialmente privilegiada na pirâmide social, mas quando isso acontece, fica a impressão de desconfiança, já que construída com dubiedade e contradições. Por isso, quando fala de sua origem em uma

> importante família
> família de cientistas, aviadores
> De criança precoce, prodígio, poderes
> Milagres mistério (*RBA*, p. 67),

o leitor é levado a pensar que ela faz referência à família com a qual a autora morava, desempenhando a função de empregada doméstica.

Ao fim das gravações, um profundo cansaço parece ter minado as forças do eu-lírico, que se reconhece fraco, impotente, vazio, pois o despojamento do que ainda lhe resta – o falatório – mostra a inconsequência de sua fala. Stela sabe que não poderá mudar sua condição, mesmo porque falar significa reivindicar, e reivindicando ela é logo atendida em suas necessidades mais imediatas, o que acaba por fazê-la calar. Isso confirma apenas que a loucura, que é sua libertação, é ao mesmo tempo o aprisionamento e o silenciamento de sua voz:

> Eu já não tenho mais voz
> Porque já falei tudo o que tinha que falar
> Falo, falo, falo, falo o tempo todo
> E é como se eu não tivesse falado nada
> Eu sinto fome matam minha fome
> Eu sinto sede matam minha sede
> Fico cansada falo que tô cansada
> Matam meu cansaço
> Eu fico com preguiça matam minha preguiça
> Fico com sono matam meu sono
> Quando eu reclamo (*RBA*, p. 142).

E assim, criar, falar, resulta-lhe em feiúra, porque é assim que seu olhar percebe o mundo que representa:

> E transformei com esse falatório todinho
> Num homem feio/Mas tão feio
> Que não me aguento mais de tanta feiúra
> Porque quem vence o belo é o belo (*RBA*, p. 143).

Esse sentimento também motivou Bertolt Brecht a escrever os seguintes versos: “Também o ódio à baixeza/Deforma as feições./Também a ira pela injustiça/Torna a voz rouca” (BRECHT, 1990, p. 216).

Então a metalinguagem acena para o esgotamento de um projeto com a linguagem, no qual as palavras, dentro de suas reconhecidas limitações, já expressaram o que podiam fazê-lo e o próprio enunciado só tem a verbalizar o seu oco:

> Eu já falei em excesso em acesso muito e demais
> Declarei expliquei esclareci tudo
> Falei tudo que tinha que falar
> Não tenho mais assunto para conversa fiada
> Já falei tudo
> Não tenho mais voz pra cantar também

> Porque eu já cantei tudo que tinha que cantar
> Eu cresci engordei tô forte
> [...]
> Sô mais velha que todos da família (*RBA*, p. 141);
>
> Já falei de mundo de casa
> De prédio de família
> De que mais eu vou falar?
> Então eu já vou... (*RBA*, p. 144).

Falar, falar, falar... não se calar diante de experiência tão dramática é retirar da dor o gozo possível. É transformar a pena que parece estar cumprindo no prazer inerente ao ato de criar. O falatório parece mero produto desse deleite, porém a voz lírica mostra conhecer o destino de suas palavras, desconfiando de que, com seu objeto de linguagem, estará "botando o mundo inteiro pra gozar e sem gozo nenhum" (*RBA*, p. 125).

Mas é nesse reconhecimento que está a força do discurso de Stela do Patrocínio. Reconhecer-se como uma consciência que fala da margem da sociedade, do ponto de vista do ser recluso, abandonado e destituído de qualquer privilégio é o primeiro passo para fazer valer um discurso que possa ser significativo no sistema literário.

Permeada pelas crises existenciais, pelos conflitos psicológicos, pelos dramas pessoais e familiares, a experiência com a linguagem possibilita ao louco encontrar um modo singular de expressão. De emissão esvaziada, sua linguagem transforma-se em possibilidade de encontro com o próximo. Pela criação, o indivíduo materializa suas ilusões, interpretando-as e construindo um sentido para elas. Nesse aspecto, o falatório de Stela teria mais a representar de suas "viagens" pelo inconsciente que aquilo que se poderia encontrar no diagnóstico psiquiátrico, ao conceituar e classificar os dramas humanos subjacentes aos delírios. Em tais manifestações,

> a liberdade criadora aparece [...] efectivamente sem limites, não deixando a unicidade de cada doente de se reafirmar em produções que não buscam nenhuma satisfação da ordem do reconhecimento social, mas que respondem unicamente a uma necessidade interior que a expressão determina. A perspectiva na qual se efectuavam os juízos estéticos está totalmente invertida: o modelo já não é a obra do "grande pintor" oficializada pela história, deve-se antes procurar nos artistas indiferentes ao mundo tal como ele é e apenas sensíveis ao mundo tal como eles o desejam ou sonham (DUROZOI; LECHERBONNIER, 1972, p. 234).

E nessa capacidade de dar forma ao desejo e à imaginação reside a força libertadora da arte, uma vez que a liberdade da loucura reduz-se ao aprisionar o indivíduo na ausência de uma razão que possa compartilhar com o outro. Articulando sua linguagem com a linguagem artística, a loucura passa de prisão moral a espaço de criatividade, prazer e denúncia. Com

esse tratamento, o olhar que incide sobre o indivíduo louco, ao invés de reduzi-lo à animalidade, pode valorizar sua capacidade de se expressar e se impor no mundo, dignificando-o. A palavra artística é, como a loucura, ameaça e dissidência, na medida em que põe em xeque as concepções hegemônicas e homogeneizantes da ordem científico-racional, "que funciona pelo princípio da equivalência abstrata entre seres que não têm denominador comum" (FRAYZE-PEREIRA, 1985, p. 102).

Reino dos bichos e dos animais é o meu nome apresenta a perspectiva da mulher sobre a insanidade e encontra-se à margem do padrão literário oficial. Essa autorrepresentação tem mais a nos dizer sobre a experiência da loucura da mulher que o clássico discurso psiquiátrico masculino-universal que tendia a considerá-la como efeito da hereditariedade e da degeneração. Insistindo na insanidade como decorrência de uma causa física, o aparelho reprodutivo era apontado como principal fonte da loucura da mulher. Os textos de Stela do Patrocínio confirmam que o conceito da loucura da mulher, tantas vezes romanticamente estereotipada, está bem próximo daquilo que propõe Michel Foucault: é mais cultural e histórico, que propriamente médico (FOUCAULT, 1991, *passim*).

Em relação ao que manifesta o eu-lírico de *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*, entretanto, já não há mais distinção entre os planos da realidade e imaginação. Tendo ultrapassado as fronteiras, Stela do Patrocínio percebe o mundo como aquilo "que gira bem íntimo e oculto, uma coisa nevoenta, turbulosa" (*HD*, 223).

A fala fragmentada, repetitiva, descentrada de Stela do Patrocínio pode ser tomada como representativa da linguagem da loucura. Se Stela não detém a escrita – que é a palavra que fica –, por outro lado, ela pode falar do interior da loucura, atualizando a linguagem do caos, marcada por tentar se organizar mas que ao mesmo tempo se desestabiliza, como é a própria fala do louco.

Tais textos trazem renovações do ponto de vista ético e estético: como falar de dentro do hospício, na condição de um louco institucionalizado, se não for através da escrita angustiada de um diário, ou de um falatório aparentemente desordenado de quem grita aos quatro cantos, sem saber a quem se queixar? Assim, o grande mérito dessa obra é questionar, problematizar ideias, valores e atitudes predominantes, confrontando situações e posições que constituem barreiras impostas aos indivíduos cuja lógica destoa daquela convencionada como normal.

Referências bibliográficas

AQUINO, Ricardo. "Estrela". *In*: PATROCÍNIO, Stela do. *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001. p. 13-7.

BARTHES, Roland *et al*. *Análise estrutural do romance*. Trad. de Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis: Vozes, 1971.

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRECHT, Bertolt. "Aos que vão nascer". *In*: ______. *Poemas*: 1913-1956. Trad. de Paulo César Souza. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 216.

DUROZOI, Gérard; LECHERBONNIER, Bernard. *O Surrealismo*: teorias, temas, técnicas. Trad. de Eugênia Maria Madeira Aguiar e Silva. Coimbra: Almedina, 1972.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. Trad. de José Teixeira Coelho Netto. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FRAYZE-PEREIRA, João Augusto. *O que é loucura*. São Paulo: Brasiliense/Abril Cultural, 1985.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. de Dante Moreira Leite. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

JODELET, Denise. "A alteridade como produto e processo psicossocial". *In*: Arruda, Ângela (Org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 47-67.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

MOSÉ, Viviane. "Stela do Patrocínio: uma trajetória poética em uma instituição psiquiátrica". *In*: PATROCÍNIO,

PATROCÍNIO, Stela do. *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Saúde mental, mulheres e conjugalidade

Valeska Zanello[1]

O estudo das relações de gênero como viés para compreender o campo da saúde mental ainda é incipiente. Autores como Phillips e First (2008), Wisner e Dolan-Sewell (2008), Widiger (2008), entre outros, apontam que a consideração deste viés levará a uma releitura da classificação diagnóstica de diversos quadros e, talvez, a uma mudança dos índices epidemiológicos que conhecemos.

Trata-se, neste caso, de apontar o caráter gendrado dos sintomas (modo como este se manifesta), isto é, que os sintomas não são signos motivados e imediatos (como seriam os sintomas médicos), mas antes dependem de uma semiótica própria, na qual as relações de gênero são fatores fundamentais, presentes em seu aspecto patoplástico (ZANELLO, 2014). Em outras palavras, sublinha-se o fato de que homens e mulheres (em uma sociedade marcada pelo binarismo) podem apresentar expressões sintomáticas diferentes. Um exemplo seria o choro, aceito desde criança no comportamento das mulheres, mas profundamente reprimido dentre os homens como um sinal de fraqueza, o qual os colocaria em xeque como "verdadeiros homens". Isso quer dizer que o choro pode ser a manifestação de tristeza em uma mulher, mas, ainda que um homem não chore, isto não indica que ele não esteja triste.

O que se aponta, portanto, através de um viés de gênero, é a necessidade de se adequar a descrição dos transtornos mentais a uma forma gendrada, para não se hiperdiagnosticar certos transtornos em mulheres, por exemplo, a depressão, e subdiagnosticá-los em homens (WIDIGER; FIRST, 2008; ZANELLO, 2014). Um ponto fundamental para a realização deste projeto é resgatar a fala do sujeito, não apenas em seu sofrimento individual, mas como fala gendrada, marcada pelo lugar social desde o qual se fala (SANTOS, 2009).

Em pesquisa recente (ZANELLO; SILVA, 2012), realizada em dois grandes hospitais psiquiátricos de Brasília, fez-se um levantamento estatístico da incidência de sintomas e diagnósticos em 72 prontuários masculinos e 165 femininos, usuários e ex-usuários desses hospitais. Não apenas a frequência se mostrou bastante diferenciada (mais psicose -44%;

[1] Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), com período sanduíche no Instituto Superior de Filosofia na Universithe Catholique de Louvain, Bélgica. Professora da Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Psicologia Clínica-UnB.

transtorno de humor -19%; transtorno de ansiedade -8,5%, dentre homens; e entre mulheres: mais transtornos de humor -38,3%; psicose -23,4%; transtornos de ansiedade -15%; transtornos de personalidade neurótica/histriônica -11%; transtornos mistos de depressão e ansiedade -6,3%), mas houve o aparecimento significativo – sobretudo no caso das mulheres – de “sintomas” específicos a elas. Dentre vários, tais como “desapego das tarefas domésticas”, ser “manipuladora”, “histérica” e coisas afins, gostaríamos de destacar um que se mostrou bastante frequente e é, também, bastante revelador: trata-se do dito “choro imotivado”.

Destaca-se o fato de que a palavra “choroso” apareceu em apenas um dos prontuários masculinos. Nos femininos não só apareceu em 25% dos prontuários, como também, se apresentou quase sempre acompanhado do adjetivo “imotivado”.

A primeira pergunta que nos vem à cabeça é: o que é um choro imotivado? E isso por duas razões. A primeira, e talvez mais evidente, é acerca de quem decide se o motivo de um choro é suficiente ou não, é a figura do médico? E a segunda, menos evidente, mas de uma violência simbólica gigantesca diz acerca do tempo médio de escuta dessas pacientes: algo em torno de um minuto em cada avaliação, podendo se estender, nas exceções, a 3 minutos.

O choro é imotivado ou a motivação na melhor das hipóteses escapa ao médico, e na pior, simplesmente não lhe interessa? É o que refletiremos a seguir a partir de um caso clínico, ali observado.

Mayara: o choro “imotivado” pelo estupro suportado durante 7 anos no casamento

Mayara, 32 anos, encontrava-se hospitalizada há mais de duas semanas. Em todas as vezes em que estivemos no hospital, ela estava chorando. Nas raras vezes em que não estava, bastava cumprimentá-la que ela desatava a chorar. Pudemos ler no prontuário que seu marido havia lhe levado para lá, julgando que a mesma se enquadrava em um quadro de depressão. Nos sintomas descritos pelo médico, havia “choro imotivado”. Depois de um mês internada, em uma de nossas visitas, pudemos encontrar a paciente sem chorar e abordá-la em uma conversa diante da qual aparentemente ela se mostrou interessada e aberta. Mayara nos contou então que durante os sete anos de seu casamento, manteve relações sexuais forçadas com o marido, sem sentir qualquer tipo de prazer.

Ela nos disse: “ele me tratava como uma prostituta. Como é que um marido trata a esposa como uma prostituta, vai manter relação sexual, abre as pernas e faz... Levanta o pescoço e fecha os olhos lentamente... querem fazer fácil, oral, anal... Animalesco...

animalesco. Me tratava como prostituta mesmo, eu não aceitei, pelejei sete anos, porque ele é meu primo, iria criar uma situação chata na família, como criou". E continuou: "A questão dele era sexo todo dia e sexo de tudo quanto é jeito, e eu em momento nenhum durante sete anos, eu não deixei fazer o sexo que ele queria". Perguntamos então: "O que você fazia?". Ela nos respondeu: "(se emociona) esse ano ele me jurou... 'ou você muda ou eu vou te largar, porque você está uma mulher acabada, feia, horrorosa e eu mereço coisa melhor'". Perguntamos novamente: "O que você fazia quando ele queria fazer um sexo que você não queria?". Mayara: "Não fazia nada, só (gesto de quem simplesmente deixava ele fazer)...só isso que eu fazia. E pense em sete anos, que pra mim foram setecentos anos".

Mayara nos contou então que viveu esta relação como um "corpo amolecido" feito uma "boneca de pano" (*sic*). Descreveu detalhadamente como ela ficava "ausente" daquele momento em que "deixava" (para se ver livre) o marido a penetrar. Sentia-se, como vimos no excerto acima, tratada como uma prostituta. Além disso, apareceram na sua fala maus tratos morais evidenciados, sobretudo através de xingamentos que a paciente recebia do parceiro (e que dava prosseguimento a uma história marcada pelo *bulliyng* relacionado ao sobrepeso), tais como: "tartaruga ninja", "rolha de poço", "Free Willy". Em estudo realizado recentemente (ZANELLO, BUKOWITZ, COELHO, 2011; ZANELLO, BUKOWITZ, 2012), destacou-se o quanto os xingamentos relacionados ao corpo, especialmente ao excesso de peso, são considerados ofensivos, tanto por homens quanto por mulheres, quando relacionados a elas, pois ferem o ideal de beleza, típico de nossa cultura atual, lipofóbica (NOVAES, 2006). Em outras palavras, a violência não era apenas sexual, mas moral... Quando Mayara decidiu se separar, arrumou um emprego para se libertar de qualquer dependência econômica que o marido poderia usar para subjugá-la.

Ao contar sobre sua primeira internação, a paciente relata que "surtou" depois de uma das milhares de vezes em que seu marido a segurou pelos braços e manteve relação sexual com ela, sem seu consentimento. O curioso é que Mayara percebe esta situação como estupro, mas as outras não. Ela nos disse: "*Durante sete anos ele me estuprou duas vezes*". Perguntamos: "*As outras vezes não foi nem contra você, você deixou?*". Ela respondeu: "*Liberal... não... eu deixei... só tava assim mente fora do corpo... tá entendendo?!*". Mente fora do corpo foi a dissociação usada pela paciente para suportar a violência à qual ela era submetida e da qual, pelo menos imediatamente, não via saída.

Ao perguntarmos se Mayara dividiu isto com alguém, ela afirmou ter contado para a mãe e para o pai, que lhe aconselharam a não denunciar nada, pois o tempo já havia passado.

Quando perguntamos se havia contado isto ao psiquiatra, ela nos disse que sim. "*E o que eles lhe falaram*?", perguntamos. Ela: "*Eles não falam nada, eles não falam nada*...". E continuou: "*Eu sei que a Dra. Lúcia (nome fictício) que vai me acompanhar agora no... aqui na consulta rotineira, ela falou que eu tenho que ir pro psicólogo, fazer um acompanhamento psicológico e lá tem tudo*".

Uma das coisas que a paciente nos relatou é que, apesar de a família se preocupar com seu silêncio depressivo, ela mesma (a família) se ressentia quando a paciente falava demais.

Ela nos disse: "Era a gente passivo em tudo. A questão que a minha família estava reclamando de mim, é porque eu apresentando a depressão, eu ficava mais incomunicável, depressiva é incomunicável, uma pessoa que se tranca, se reserva, se enclausura, entra numa... entra dentro de uma conchinha e fica lá dentro. Aí meus pais não aceitam", mas quando falava demais, eles diziam: "'Para de falar demais, você vai ficar sem fala'... sentem falta de quando eu ficava muda". Mas o que a paciente falava? É o que interrogamos. Ela nos disse: "Tá incomodando a minha família. Qualquer coisa, qualquer coisa que eu fale...'não fale demais, você tá falando demais, você vai ficar rouca, você vai perder a voz, você vai prejudicar as suas cordas vocais' (...) A recomendação do meu pai foi: 'fique calada, não fale com ninguém, porque senão você vai ficar mais rouca'". E o exemplo que Mayara nos deu foi uma situação na qual se sentiu muito irritada e ao se expressar, o pai lhe disse a frase acima. E concluiu, falando acerca do que o pai lhe disse: "'Pra que que você fica falando isso, você não precisa disso, pra que Mayara, espera, tenha paciência, seja mais humilde', a questão do meu pai é que eu que tenho que ser humilde, falar menos, não falar com ninguém. Quer que eu seja a abestada que eu era...depressiva...que eu sempre fui".

Depressão e silêncio: o sofrimento feminino invisibilizado

Como aponta Garcia (1994), "ser mulher em uma sociedade profundamente patriarcal leva a um número desproporcional delas a entrar em colapso" (p. 115). O distúrbio psíquico configura-se "como a exasperação das condições de vida da mulher, pois, na loucura, ela deixa de procurar a razão de seu mal-estar nas suas condições de existência e mostra, através do sofrimento que é a situação de surto, a opressão interior e a perda de qualquer poder sobre si mesma" (p. 119).

Segundo essa autora, a depressão seria um dado constante na condição da mulher, pois "a falta de alternativas para a vida aprisiona a mulher num estado de impotência lamuriosa" (p. 117). Phyllis Chesler (2005) aponta, também neste sentido, que mergulhar em uma

profunda depressão é a forma como muitas mulheres encontram para reagir a uma situação que percebem como dificilmente passível de ser mudada.

O sintoma "choro imotivado", tão constante nos prontuários femininos, aponta, no caso de Mayara, como se pode perceber, para uma forma de violência, tocando um tabu importante em nossa cultura: a violência sexual dentro do matrimônio. O nome "choro imotivado" é a invisibilização do sofrimento dessa mulher e de suas condições. O silêncio de seus sintomas se coaduna com o silêncio do diagnóstico "depressão", que dá um perfil psiquiátrico para questões existenciais e sociais, nas quais as relações de gênero se mostram fundamentais. Como aponta Porto (2006), há a convivência das mulheres com as violências e a invisibilidade dessa questão para os profissionais que as atendem, bem como para os gestores de saúde.

Em relação à violência sexual, dentro do casamento, Saffioti (1994) aponta: "a violação sexual só é considerada um ato violento quando praticada por estranhos ao contrato matrimonial, sendo aceita como normal quando ocorre no selo do casamento" (p. 443). Segundo essa autora, há uma legitimação social da violência masculina, a qual faz crer que é "dever matrimonial" da mulher, se ela se casa, satisfazer o marido. Trata-se de uma obrigação dela e de um direito dele, de poder usufruir, quando queira, de seu corpo. Mathieu (1985) sublinha que, nesses casos, trata-se de ceder por parte da mulher, muito mais do que consentir.

Dantas-Berger e Giffin (2005) ressaltam os sentidos que a coerção marital toma na vivência das mulheres. Pelo fato de ser vivenciado como débito conjugal, algo da intimidade que não deve ser aberto nem compartilhado, vivenciam com sentimentos antagônicos de servidão, nojo e repulsa, o que se constitui como uma forma de autoviolência. Segundos esses autores, "a violência sexual, especialmente coerção e/ou violência sexual praticada por parceiro íntimo no âmbito privado, está pouco evidenciada ou inexistente nas estatísticas disponíveis" (DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005, p. 4). O que se aponta é que inexiste um vocabulário possível para nomear este tipo de violência que, como vimos, é legitimado em nossa cultura.

A coerção sexual, naturalizada, invalida socialmente seu caráter de violência, de maneira que a própria mulher, violentada e se autoviolentando, não denomina esse ato desta forma. Como vimos, Mayara diz ter sido estuprada apenas duas vezes pelo marido! Como sublinha Vilhena e Zamora (2004), trata-se de uma sujeição de gênero, a qual, no caso do estupro (ainda que instituído pelo casamento) é perversa, pois anula o desejo e a subjetividade das mulheres: "As mulheres são também assimiladas à propriedade do homem (em especial as

mais próximas) e desconsideradas como seres humanos no (micro) exercício de poder" (p. 122).

Acreditamos aqui haver duas questões fundamentais para compreendermos o silenciamento que a palavra "imotivado" aponta em diagnósticos pretensamente neutros, prescritos pela psiquiatria. A primeira questão trata-se dos motivos que tangem ao sofrimento que eclode nestas mulheres e que dizem respeito ao âmbito privado, este que não deve ser abordado em uma ciência que se quer imparcial. Mas mais que isto, trata-se de não mexer em uma casa de marimbondos, onde sair daí sem ser picado torna-se quase que uma tarefa impossível. Trata-se de confrontar-se com o instituído, com os valores vigentes e com aquilo que deve permanecer não nomeado, invisível. Como ressaltam Timm, Pereira e Gontijo (2011), quando se olha através das relações de gênero, torna-se impossível não qualificar uma ação clínica como ação política... "A violência praticada na esfera privada, longe de ser um fenômeno meramente psicológico a ser mantido escondido nos confins da esfera íntima, é um dos efeitos da hierarquia através do qual os gêneros estão organizados na cultura patriarcal" (TIMM; PEREIRA; GONTIJO, 2011, p. 249). É necessário, portanto, "violar" o segredo do privado, pois, como nos diz Vilhena e Zamora (2004), "também o lar, com seus sentimentos privatizantes, pode gerar segredos e silêncios destruidores" (p. 118).

Por outro lado, a "imotivação" aponta, quase sempre, para aspectos da vida amorosa das pacientes, indicando o quanto o dispositivo amoroso é uma construção histórica importante para a compreensão da constituição das subjetividades das mulheres, em nossa cultura.

Em pesquisa realizada no mesmo hospital onde a paciente estava internada (ZANELLO; BUKOWITZ, 2012), foram levantados temas recorrentes nas falas de pacientes psiquiatrizados, homens e mulheres. Chegou-se ao resultado de haver uma prevalência de queixas relacionais (77%) entre as mulheres e de um discurso marcado pela virilidade (71%) entre os homens. Dentre as mulheres, as categorias que mais apareceram nas queixas relacionais foram: amorosas (27%), paternas (muitos casos de violência física e sexual -15%), maternas (10%) e filiais (15%).

Se o principal sofrimento trazido pelas mulheres diz respeito às suas relações e, sobretudo, à sua vida amorosa, faz-se fundamental entender que peso é este que o amor ocupa em suas vidas, como fato histórico, e como elas passaram a se validar enquanto mulheres por valores gendrados baseados no casamento e na maternidade. É só desta forma que se pode compreender o peso que a conjugalidade ocupa como fator de risco ou proteção à saúde

mental das mulheres. Neste sentido, Shearm *et al.* (2008) sublinham que o estado civil, o cuidado com os filhos, o emprego e a renda contribuem para o risco de depressão. No entanto, os autores destacam: "estudos sugerem que o casamento pode afetar homens e mulheres de forma diferente. Especificamente, parece que o homem casado tem taxas mais baixas de depressão menor do que seus pares não casados, ao passo que o oposto é verdadeiro para as mulheres" (BEBBINGTON *et al.*, 1981, p. 64). Segundo esses estudiosos, uma possível razão seria que os desentendimentos parecem afetar mais as mulheres do que os homens. Da mesma maneira, mesmo pesquisas relacionadas à saúde física demonstram haver uma correlação alta entre satisfação conjugal para as mulheres e não para os homens.

Segundo nossa perspectiva, isto aponta para a importância que o amor e a conjugalidade (bem como a maternidade) assumem cada vez mais como valores "femininos", ou seja, altamente associados aos papéis das mulheres e através dos quais elas se autovaloram. Como já demonstramos em outro estudo (ZANELLO; BUKOWITZ, 2012), o narcisismo é gendrado e os valores culturais (de gênero) são os ideais pelos quais o sujeito toma a si mesmo como objeto de julgamento e valoração.

Timm, Pereira e Gontijo (2011) apontam, neste mesmo sentido, que

> a universalização e a naturalização dos papéis de gênero na cultura ocidental atribuíram às mulheres um lugar simbólico de resignação, responsabilidade sobre as estruturas ideais de família, incluindo a filiação e a maternidade, e de investimento permanente para se fazerem perceptíveis e atraentes ao olhar de um homem. *A mulher, nessa cultura patriarcal ocidental, constitui-se pelo olhar do homem*, sentindo-se profundamente desamparada quando não é notada e muitas vezes se conformando com a cena familiar ou conjugal violenta para "não ficar sozinha" (p. 254 – grifo nosso).

Isso dá sentido, por outro lado, a pesquisas que demonstram o quanto o fator "apoio no trabalho" está correlacionado a um menor índice de mortalidade ou morbidade entre os homens, mas não apresenta correlação significativa nenhuma dentre as mulheres (SHEARM *et al.*, 2008, p. 64).

Mais do que um dado "natural", isto aponta para um dispositivo de poder, constituído historicamente, que confere às mulheres um lugar privilegiado (ou excludente?) na relação com o "amor".

Segundo Deleuze (1990), um dispositivo deve ser compreendido como uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. Foucault (1996) o define da seguinte maneira:

> um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o

> dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1996, p. 244).

Foucault distingue três dimensões em um dispositivo: saber, poder e subjetividade. Na dimensão do saber, encontramos as curvas de visibilidade e de enunciação. Os dispositivos configuram-se assim em máquinas de fazer ver e de fazer falar. Em relação ao poder, os dispositivos implicam linhas de força, distribuição e tensão de forças. E, por último, há um processo de subjetivação, uma produção de subjetividades, em um dispositivo: "ela está para se fazer, na medida em que o dispositivo o deixe ou faça possível" (DELEUZE, 1990).

Segundo Marcello (2009), as linhas de subjetivação são responsáveis pela produção pedagógica do sujeito por si mesmo. Trata-se de um posicionamento dos sujeitos não como objetos passivos, mas sujeitos confessantes, não de uma verdade produzida sobre eles, mas antes, de uma verdade sobre si mesmos em que eles mesmos devem contribuir ativamente para produzir. Portanto, os dispositivos não são apenas normativos, mas constituintes.

No caso das mulheres, Swain (2011) destaca o papel, historicamente constituído e constitutivo, do dispositivo amoroso. Como nos diz a autora, o amor está para as mulheres, como o sexo está para os homens:

> Nas fendas do dispositivo da sexualidade, as mulheres são "diferentes", isto é, sua construção em práticas e representações sociais sofre a interferência de um outro dispositivo: dispositivo amoroso. Poder-se-ia seguir sua genealogia nos discursos – filosóficos, religiosos, científicos, das tradições, do senso comum – que instituem a imagem da "verdadeira mulher", e repetem incansavelmente suas qualidades e deveres: doce, amável, devotada (incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e, sobretudo, amorosa. Amorosa de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo limite, de toda expressão de si (SWAIN, 2011).

Swain aponta, assim, que o dispositivo amoroso constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificarem por amor a outrem. Só se compreende o discurso de uma "verdadeira" mulher, dentro desta lógica a qual o dispositivo torna enunciável e, principalmente, constituinte das mulheres na sua relação com "ser mulher": "É a reprodução de antigas fórmulas que caracteriza as mulheres: doces, devotadas, amáveis e, sobretudo, amantes. O amor as atualiza na expressão identitária de 'mulheres': é sua razão de ser e viver. Elas estão dispostas ao sacrifício e ao esquecimento de si por 'amor'" (SWAIN, 2012, p. 11). Neste sentido, a "verdadeira mulher" seria a esposa, mãe, bela, amorosa e disponível sexualmente.

Não é à toa, sob este prisma, que grande parte das queixas femininas ocorra na esfera conjugal, demonstrando por esta ênfase, a importância que é dada à mesma pelas mulheres em suas vidas. Segundo Swain (2012), mesmo mulheres que têm vários parceiros, acabam por viver sob a égide da busca de um parceiro ideal, de encontrar o amor, de se casar. Há uma

autocompreensão/valoração por este viés, o que torna inteligível a submissão de muitas mulheres a relações sofridas (paguem o preço que for) e o papel que a relação assume em sua valoração narcísica. Além disso, pode-se compreender a afirmação dos dispositivos *amor* e *maternidade* como relacionados à esfera do privado, local identitário do feminino e espaço privilegiado, na nossa cultura, das mulheres.

Conclusões

A invisibilidade da especificidade do sofrimento feminino se encontra em uma encruzilhada na qual questões de gênero se apresentam em suas múltiplas facetas: de um lado, o dispositivo amoroso que constitui as mulheres, dando a elas, a possibilidade de seu valor pessoal confirmado pelo amor de outrem, cujo selo do casamento seria uma espécie de ordenamento e confirmação social delas como "verdadeiras" mulheres. É por esta via que podemos entender a ferida que uma vida conjugal insatisfatória desfere no narcisismo de uma mulher e sua insistência em manter-se e manter este tipo de relação. Por outro lado, a invisibilidade diz acerca da escuta deste sofrimento por uma suposta ciência neutra que se exime de "meter a colher" em questões da intimidade que colocam em xeque as relações de poder. Que colocam em xeque, muitas vezes, as próprias crenças gendradas do médico ou da médica.

O viés de gênero provoca assim um grande desconforto para a área de saúde mental, e isto sob vários aspectos, pois destitui o instituído, abala as certezas de uma suposta neutralidade, traz o íntimo para o político e questiona as próprias relações de poder nesse campo, bem como seus valores.

Sofrer de amor, sofrer por amar, aguentar calada coisas de amor, aguentar em silêncio para manter um casamento, os filhos, uma família são temas recorrentes nas falas dessas mulheres, das quais Mayara era apenas um exemplo. Quando escutada, sob um viés de gênero, o sintoma "choro imotivado" ganhou uma "motivação" e deu sentido e corpo àquele sofrimento que necessitava ali ser nomeado e acolhido. Mas nomear e acolhê-lo tem consequências, pois, como aponta Narvaz e Koller (2006), os pressupostos epistemológicos, ontológicos e éticos da pesquisa, bem como da clínica, têm implicações políticas, podendo estar a serviço de interesses diversos. Trata-se então de refletir acerca das consequências que a adoção de um pressuposto epistemológico feminista pode aportar para o campo da saúde mental. A nosso ver, isso implica em profundas mudanças que vão desde a escuta e do acolhimento ao diagnóstico e o tratamento.

Referências bibliográficas

BEBBINGTON, P. E.; HURRY, J.; TENNANT, C.; STURT, E.; WING, J. K. “Epidemiology of mental disorders in Camberwell”. *Psychological Medicine*, v. 11, p. 561-580, 1981.

CHESLER, P. *Women and madness*. Hampshire: Palgrave, 2005.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. “A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?”. *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, mar.-abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em: *13 jul. 2012.*

DELEUZE, G. “O que é um dispositivo?”. *In*: ______. *Michel Foucault, filósofo*. Trad. de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996

GARCIA, C. C. *Ovelhas na névoa*: um estudo sobre as mulheres e a loucura. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

MARCELLO, F. A. “Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura – o conceito de dispositivo em questão”. *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 2, p. 226-241, 2009.

MATHIEU, N. C. “Quand ceder n’est pas consentir”. *In*: MATHIEU, N. C. (Org.). *L’arraisonement des femmes*. Paris: Editions de l’Ecole dês Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1985. p.169-245.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. “Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política”. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 3, set.-dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf em 13/07/2012>. Acesso em: 13 jul 2012.

NOVAES, J. V.*O intolerável peso da feiúra – sobre as mulheres e seus corpos*. Rio de Janeiro: PUC; Garamond, 2006.

PHILLIPS, K. A.; FIRST, M. B. “Introdução”. *In*: NARROW, W. E. *et al.*(Orgs.). *Gênero e idade. Considerações no diagnóstico psiquiátrico. Agenda de pesquisa para DSMV*. São Paulo: Roca, 2008. p. 2-17.

PORTO, M. “Violência contra a mulher e atendimento psicológico: o que pensam os/as gestores/as municipais do SUS”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 26, n. 3, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf em 13/07/2012>. Acesso em: 13 jul. 2012.

SAFFIOTI, H. Violência de gênero no Brasil atual. 1994. Disponível em: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16177/14728>. Acesso em: 13 maio 2012.

SANTOS, A. M. C. C. “Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados”. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1177-1182, ago. 2009.

SHEARM, K. *et al*. “Gênero e fatores socioculturais”. *In*: NARROW, W. E. *et al.* (Orgs.). *Gênero e idade. Considerações no diagnóstico psiquiátrico. Agenda de pesquisa para DSM-V*. São Paulo: Roca, 2008, p. 63-77.

SWAIN, T. N. “Diferença sexual: uma questão de poder”. (Texto apresentado no I Simpósio de Gênero e Literatura da Universidade Federal do Ceará – agosto, 2011). Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/diferenca%20sexual.htm>. Acesso em: 18 ago. 2012.

SWAIN, T. N. *La construction des femmes*: le renouveau du patriarcat. (Texto inédito apresentado em Lausanne, França), 2012.

TIMM, F.; PEREIRA, O.; GONTIJO, D. “Psicologia, Violência contra Mulheres e Feminismo: em defesa de uma clínica política”. *Psicologia Política*, v. 11, n. 22, p. 247-259, 2011.

VILHENA, J.; ZAMORA, M. H. “Além do ato: os transbordamentos do estupro”. *Revista Rio de Janeiro*, n. 12, jan.-abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em: 13 jul. 2012.

WIDIGER, T. “Abordagem ao Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders quanto ao gênero – história e controvérsias”. *In*: NARROW, W. E. *et al.* (Orgs.). *Gênero e idade. Considerações no diagnóstico psiquiátrico. Agenda de pesquisa para DSM-V*. São Paulo: Roca, 2008. p. 18-28.

WIDIGER, T.; FIRST, M. “Gênero e critérios diagnósticos”. *In*: NARROW, W. *et al.*(Orgs.). *Gênero e idade no diagnóstico psiquiátrico*: agenda de pesquisa para DSM-V. São Paulo: Roca, 2008. p. 124-134.

WISNER, K.; DOLAN-SEWELL, R. “Por que o gênero importa”. *In*: NARROW, W. *et al.*(Orgs.). *Gênero e idade no diagnóstico psiquiátrico*: agenda de pesquisa para DSM-V. São Paulo: Roca, 2008. p. 6-17.

ZANELLO, V. “A saúde mental sob o viés de gênero: uma leitura gendrada da epidemiologia, da semiologia e do diagnóstico psiquiátrico”. *In*: ZANELLO, V.; MÜLLER, A. P. A. (Orgs.). *Saúde mental e gênero*: diálogos, reflexões e interdisciplinaridade. Curitiba: Appris, 2014.

ZANELLO, V., BUKOWITZ, B.; COELHO, E. “Xingamentos entre adolescentes em Brasília: linguagem, gênero e poder”. *Interacções*, v. 7, p. 151-69, 2011.

ZANELLO, V.; BUKOWITZ, B. “Insanity and culture: an approach to the gender relations in the speeches of psychiatrized patients”. *Labrys, estudos feministas*, v. 20-21, 2012. Edition française, online. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys20/bresil/valeska.htm>. Acesso em: 22 maio 2012.

ZANELLO, V.; SILVA, R. M. C. “Saúde mental, gênero e violência estrutural”. *Revista de Bioética*, Conselho Federal de Medicina, v. 20, n. 2, p. 267-279, 2012.

Intervenções psicológicas em contextos humanitários: reflexões sobre metodologias para atendimento em saúde mental, sob enfoque de gênero

Ionara Vieira Moura Rabelo[1]

A atenção humanitária refere-se a qualquer ação que contribua de forma imediata e eficaz para minimizar os efeitos de diferentes catástrofes, junto das populações diretamente afetadas: desastres naturais, conflitos armados, fluxos migratórios, epidemias, fome ou doenças negligenciadas (IASC, 2006). Nos últimos anos, temos visto um número expressivo de situações/catástrofes que atingem grandes grupos populacionais, tanto no Brasil quanto no exterior. Tais situações não impactam da mesma forma todas as pessoas; as diferenças tanto no impacto quanto na forma de ajuda a estes grupos têm sido matéria de discussão nas grandes agências humanitárias que colaboram com ações a Organização das Nações Unidas (ONU) (WHO, 2002). Porém, esta discussão ainda é incipiente tanto nas políticas públicas quanto dentro das organizações não governamentais (ONG) que atuam em situações de emergência. Sendo assim, pouco tem sido debatido sobre as questões de gênero, raça/etnia, idade, classe socioeconômica quando se fala de ajuda humanitária, principalmente quando tais questões se referem às metodologias de atenção em saúde mental prestadas nesses contextos.

Dentre as organizações humanitárias que proporcionam atendimento de saúde às populações em situações de catástrofe, muito é discutido sobre as missões de cada instituição, porém há um consenso na admissão do Código Internacional de Doenças (CID 10) como base para as avaliações diagnósticas (OMS) nos atendimentos da área de saúde, e, portanto, na área de saúde mental. Este consenso termina por inviabilizar questões de gênero tanto na avaliação da população atendida, na escolha do tratamento e nos relatórios sobre impacto das ações. Por exemplo, número de pessoas atendidas e tempo de atendimento.

Somam-se a este contexto as próprias teorias psicológicas e psiquiátricas, que embasam os atendimentos em saúde mental, e apresentam uma perspectiva reducionista e positivista, não levando em consideração fatores culturais, econômicos e sociais na produção de sofrimento mental (FERRAZ; ARAÚJO, 2004; ROSA; CAMPOS, 2012). A hegemonia do modelo biomédico no campo da saúde mental propõe a eliminação do sintoma para promover

---

[1] Doutora em Psicologia pela UNESP. Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG).

a diminuição do sofrimento mental e promoção do bem-estar, com pouca ou nenhum enlace com as questões de gênero (RABELO; ARAÚJO, 2013; SANTOS, 2012).

Tendo esse contexto como pano de fundo, este texto pretende discutir, sob o enfoque de gênero, as metodologias para atendimentos em saúde mental com vítimas do conflito armado Israel-Palestina. Esta análise foi possível porque nos anos de 2010 e 2011 fui psicóloga de uma ONG internacional que presta atendimentos de saúde mental na cidade de Hebron, Cisjordânia. Será objeto desta reflexão apenas os atendimentos prestados a meninos e meninas palestinos(as) que buscaram por apoio psicológico no projeto.

Este texto não pretende fazer pontuações políticas sobre este conflito ou mesmo considerações acerca das implicações do mesmo, pois isso não faz parte do recorte adotado para a análise. Porém, faz-se necessário contextualizar a ocupação de territórios palestinos. De acordo com o Relatório da ONU de 2011, estima-se que vivem nesta região 4.2 milhões de palestinos, sendo 2.5 milhões na Cisjordânia ou West Bank e 1.6 milhão na Faixa de Gaza ou Gaza Strip. Aproximadamente 44% destes palestinos são refugiados e dependem da ONU para garantir o mínimo de condições de vida, e 50% dessa população têm menos de 18 anos, ou seja, são crianças e adolescentes. Existem 500.000 judeus assentados em território palestinos, são aproximadamente 150 assentamentos, sendo 100 deles dentro da Cisjordânia, violando leis internacionais (UNITED NATIONS, 2011). Dentre a população palestina, 33% não conseguem garantir quantidade suficiente de alimentação, têm altos índices de desemprego e pouco acesso a água potável, sendo que em Gaza o acesso à água está abaixo dos padrões estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (UNITED NATIONS, 2011).

A cidade de Hebron, na Cisjordânia, onde o projeto de saúde mental atuava, possui aproximadamente 500.000 palestinos. A cidade é dividida em duas áreas: H1 e H2. A área nomeada como H1 está sob o controle da Autoridade Palestina e H2 é controlada por Israel, onde vivem 20.000 palestinos, 500 colonos judeus e 2000 soldados israelenses. H2 é exatamente o centro histórico e espiritual da cidade, também conhecida como cidade antiga e onde se localiza o Túmulo dos Patriarcas (para judeus) ou Mesquita de Ibrahim (para muçulmanos), templo que foi dividido ao meio, e assim, metade pertence à fé judaica e a outra metade à fé muçulmana. Em H2 ocorrem conflitos diariamente, e as famílias palestinas e dos assentamentos judaicos, que lá vivem, estão sob constante ameaça. Ao sul da cidade de Hebron fica o campo de refugiados Al Aroub e em todo o Distrito de Hebron existem muitas vilas e famílias beduínas vivendo próximo a assentamentos judaicos onde também há conflitos diários (UNITED NATIONS, 2011; UNITED NATIONS, 2013).

A presença israelense provoca confrontos, fechamentos permanentes e temporários de rodovias, bairros e ruas, invasão de casas e prisão de palestinos. Com isto, agravou-se a situação socioeconômica dos palestinos, aumentando o clima de insegurança, violência e humilhação. As barreiras militares e o muro que corta grande parte do território palestino impedem a liberdade de movimento e dificulta o acesso de palestinos aos serviços públicos existentes.

Toda esta situação vivenciada cronicamente tem provocado sofrimento psíquico em ambos os grupos, palestinos e israelenses; e impactado negativamente a saúde mental da população. Porém, é interessante notar como os sintomas serão destacados e tratados de forma distinta entre meninos, meninas, homens e mulheres.

Atendimentos de saúde mental em situações de conflito

O projeto de saúde mental na cidade de Hebron promovia a assistência psicológica, médica e social para: vítimas do conflito Israel-Palestina; vítimas do conflito intrapalestino (Hamas X Fatah); trabalhadores ilegais e vítimas de violência doméstica. A equipe era composta por profissionais da psicologia, medicina, serviço social e tradutoras.

Quando as equipes chegavam ao projeto, era feita uma explanação sobre as principais situações que desencadeariam o sofrimento psíquico, destacando-se: famílias presenciaram violentas incursões em casa por parte do exército israelense ou da autoridade palestina; famílias com parentes em prisões israelenses ou palestinas; ex-prisioneiros vítimas de abordagens violentas nas prisões; palestinos que vivem próximos às barreiras militares ou aos assentamentos judeus; trabalhadores ilegais; e mulheres vítimas de violência doméstica.

Após cinco meses de trabalho foi possível começar a detectar as diferenças entre o que mais afetava homens e mulheres, crianças e adultos. Destaco que esta análise foi feita apenas no decorrer do meu trabalho como psicóloga, sendo que a instituição não problematizava tais situações.

Enquanto as incursões violentas e morar próximo a bloqueios israelenses afetaram da mesma forma meninos e meninas, todas as demais violências se apresentaram de forma distinta. Para os meninos, há um processo contínuo de impedimento no desenvolvimento escolar e capacidade de qualificação para o trabalho, ou seja, as constantes situações de violências impediam que meninos construíssem laços na sociedade. Sendo assim, estas vivências interferiam nas ações da escola, que talvez pudessem apoiá-los a se fortalecer em uma comunidade com poucas chances de empregos formais. O que mais ocorria entre

meninos é que eles passavam a ser presos a partir dos 12 anos, ficando na cadeia de um a três meses ao ano, todos os anos. Esta situação fragiliza as crianças e adolescentes, pois quando retornam para casa e não conseguem se concentrar para estudar, passam a ser estigmatizados e isolados socialmente por terem sido presos, pois a comunidade palestina passa a desconfiar que ex-prisioneiros podem ter se tornado espiões de Israel. Outra estratégia é prender os meninos próximo ao exame nomeado como Tawijihi, que é a avaliação que permite, ou não, o ingresso na Universidade.

Raramente os meninos chegavam ao projeto com queixas sobre violência familiar. Esta queixa era predominante entre meninas, seguida dos espancamentos a que eram submetidas na passagem da infância para adolescência caso se recusassem a usar o *hijab* (lenço que cobre os cabelos). É importante destacar, então, que grande parte das situações violentas que desencadearam sofrimento psíquico em meninas e jovens que foram atendidas por mim, nesse projeto, advém da própria cultura muçulmana, atravessada por um conflito armado. Deve-se pontuar que meninos e adolescentes também eram castigados com violência física em casa, mas isso nunca chegou ao projeto como uma queixa elaborada pela família, nem pelas crianças.

De forma pontual, também acompanhei meninas que sofriam violência física e sexual intrafamiliar. Muito frequentemente as meninas eram proibidas de frequentar escolas mistas, para meninos e meninas. As famílias mais tradicionais não permitem que meninos e meninas tenham contatos sociais e grande parte dos casamentos é tradicional, ou seja, os pais ou avós fazem um acordo de casamento e só depois os noivos são apresentados. Tais situações já são indicativas de como o corpo da mulher é objeto de controle, e, desde menina, essa mensagem é transmitida por todos à sua volta.

Os sintomas que mais desencadeavam o pedido por atendimentos de saúde mental para crianças eram a enurese noturna e dificuldade de aprendizagem, que se iniciavam logo após incursões militares durante a noite, geralmente com o objetivo de prender pais e irmãos mais velhos.

Destaca-se que as queixas de irritabilidade e agressividade apareceram tanto em meninos como em meninas, porém os familiares queixavam que a agressividade dos meninos aparecia tanto em casa como na escola, enquanto as meninas se tornavam agressivas apenas em casa. A demonstração da agressividade em espaços sociais diferentes entre meninos e meninas enuncia onde e como os corpos podem se relacionar, viver e adoecer.

Em um país em conflito, é possível visualizar como famílias vivem sob constante ameaça, compartilhando sentimentos de medo e insegurança. Crianças e adolescentes palestinas e israelenses têm sido feridas neste conflito, sendo a grande maioria de nacionalidade palestina (UNITED NATIONS, 2013). Com isto, mães procuravam atendimento para seus filhos com a queixa de estarem apresentando comportamentos inadequados, mas nomeio nesta análise como comportamentos de risco. Quando esses comportamentos de risco ocorriam com meninos, os relatos eram de que eles estavam fugindo para participar de demonstrações/passeatas contra a ocupação israelense, ou mesmo, se juntavam a grupos para jogar pedras em soldados de Israel, nas barreiras, ou que faziam a segurança dos assentamentos judaicos. Vale destacar que crianças a partir de 12 anos são presas pelo exército de Israel, com a alegação de crimes contra a segurança e julgadas em tribunais juvenis militares (UNITED NATIONS, 2013).

Com relação às meninas, as queixas ligadas ao que chamo de comportamento de risco se distinguiam completamente ao que ocorria com os meninos. As meninas raramente se envolviam nos confrontos nas ruas, e a maior preocupação de seus pais dizia respeito à desobediência das mesmas em não usar o hijab, ou mesmo, estarem se comportando de forma rebelde com familiares e professoras. Este quadro aponta como a violência de gênero afeta meninos que são estimulados a participarem de espaços públicos/políticos e meninas que são criadas para obedecer sem argumentar.

Ao analisar os sintomas/queixas trazidos por pais, mães e avós pode-se refletir como a nomeação do que era visto como anormal passa por um critério cultural e do cruzamento dos dispositivos de poder que contornam condutas (FOUCAULT, 2008). Para este autor, há uma política de moldura onde não se faz necessário estipular leis para se definir as técnicas de conduta. De forma muito mais eficaz, a política de moldura propicia intervenções sutis que influenciam as condutas indiretamente. Segundo Foucault, "(...) a crítica que lhes proponho consiste em determinar em que condições e com quais efeitos se exerce uma veridição, isto é, mais uma vez, um tipo de formulação de âmbito de certas regras de verificação e de falsificação" (2008, p. 50).

É interessante destacar que não foram encontradas muitas crianças com diagnóstico de Transtorno de Estresse Pós-traumático, sendo que a maior parte de estudos acerca dos efeitos da guerra em crianças está ligada a esse transtorno. O estudo de MASSAD *et al*. (2011) considera que o Transtorno de Estresse Pós-Traumático diz respeito apenas a alguns aspectos mais complexos de uma série de possibilidades de respostas a um evento traumático. Por isso,

esses autores propuseram expandir o conhecimento a respeito do bem-estar de crianças expostas a violência ao considerar que a conceptualização de bem-estar deve avaliar a qualidade de vida e saúde relativas. Seu estudo revelou que 65% de mães entrevistadas, na Faixa de Gaza, relataram severa incapacidade psicossocial e comprometimento do funcionamento emocional entre seus filhos. As crianças em idade pré-escolar apresentaram baixa qualidade de vida, apenas comparável às crianças com doenças crônicas severas. A baixa qualidade de vida relativa se agravava com crianças mais velhas, entre meninos e crianças expostas a eventos traumáticos.

Desafios da atenção em saúde mental com recorte de gênero

Ao se observar a especificidade deste conflito armado e ocupação dos territórios palestinos, que já dura décadas, pode-se destacar uma pertinente análise feita pelo psicólogo social Ignácio Martín-Baró. Esse psicólogo e sacerdote trabalhou importantes questões sobre a des-ideologização da psicologia tradicional, e sua inadequação para lidar com as situações geradas pela violência estrutural em El Salvador, América Central, nas décadas de setenta e oitenta. Importante registrar que Martín-Baró foi assassinado, em 1989, pelas forças armadas de El Salvador junto a outros sacerdotes. Sua vivência e crítica a uma psicologia que trata sintomas desconectados da realidade social ainda é muito atual, ele afirma que... "*Desde esta perspectiva, por ejemplo, bien puede ser que un trastorno psíquico constituya un modo anormal de reaccionar frente a una situación normal; pero bien puede ocurrir también que se trate de una reacción normal frente a una situación anormal*" (MARTÍN-BARÓ, 1984, p. 2).

A reflexão trazida por Martin-Baró foi crucial para compreender as queixas trazidas por pais, mães e responsáveis por crianças palestinas. A situação crônica de violência, considerada como anormal provoca reações normais para lidar com estes estressores. Sendo assim, grande parte da atenção em saúde mental às crianças era direcionada à orientação aos pais e mães. A proposta de falar mais com as crianças para lhes explicar o que estava acontecendo, e, principalmente, ajudar familiares a ouvir os medos infantis ao invés de simplesmente impor que sejam fortes, foi extremamente difícil. A cultura muçulmana preza a obediência extrema, e os castigos corporais são amplamente utilizados. Foi um trabalho delicado respeitar a cultura e tentar trazer mais estratégias comunicacionais que pudessem criar espaços acolhedores para crianças em sofrimento psíquico.

No trabalho em Hebron, grande parte dos atendimentos era feita através de visitas domiciliares, em função das restrições de movimento aplicadas aos palestinos, e o estresse,

humilhação ou mesmo detenções, que podem ocorrer a eles ao passar por barreiras militares israelenses para acessar o centro da cidade, onde se localizava o escritório da ONG. As visitas domiciliares são comuns nos atendimentos em saúde pública quando atuamos, no Brasil, em Centros de Atenção Psicossocial e apoiamos as Equipes de Saúde da Família (BRASIL, 2004), mas raramente utilizávamos a Psicoterapia Breve nas equipes brasileiras. O desafio neste projeto, no Oriente Médio, foi de propor sessões psicoterápicas às crianças, em casa, com o apoio de tradutoras e levando em consideração a cultura muçulmana, com desenhos de família ampliados. Nomeio aqui *desenhos de famílias ampliadas*, a situação de em uma mesma casa, ou bairro, morarem os parentes sempre preservando como referência a linhagem paterna. Sendo assim, ao casar, a filha passa a fazer parte da família do marido e todos os seus filhos pertencem a ele. O casamento com várias esposas era permitido.

O cenário que se abria, nas primeiras sessões, era de iniciarmos o atendimento com aproximadamente 10 pessoas dentro da sala. Nos primeiros encontros há muita curiosidade sobre quem eu era, de onde eu vinha, se era casada, se tinha filhos; e muito normalmente as avós me questionavam sobre quem estava cuidando dos meus filhos ou mesmo como meu marido havia permitido minha viagem por tanto tempo.

Estes primeiros encontros funcionavam como uma sondagem da família sobre até onde podiam permitir que uma estrangeira ocidental se aproximasse dos dramas vivenciados, e na maior parte das vezes, sinto que a aceitação do meu trabalho passou pelas categorias *ser mulher*, *ser mãe*, *estar casada*, e principalmente por *ser brasileira*. Este último critério foi uma surpresa, visto que nunca havia me dado conta sobre o quanto somos considerados como um povo solidário, e que principalmente, na perspectiva deles, não iniciamos guerras ou invadimos outros países. Estas foram as justificativas que me foram dadas por já terem uma simpatia generalizada por brasileiros/brasileiras.

A partir desses critérios de gênero em que fui avaliada, iniciava-se a permissão para que eu pudesse ter sessões lúdicas com as crianças, mães e, algumas vezes, os pais. A saída de avôs/avós, tias/tios/, irmãos/irmãs, primos/primas da mesma sala ocorria gradualmente, na medida em que diminuía a curiosidade a meu respeito. Mas era frequente a participação de avós, principalmente paternas, pois cabia a elas decidir como as noras deveriam agir como mães. A autoridade de avós era inquestionável, e, às vezes, era difícil trazer para a sessão a voz de crianças e das mães.

No atendimento aos adultos, a orientação para a psicoterapia com apoio de tradutora era para que eu me sentasse frente a frente com o/a paciente e explicasse que a voz da

tradutora seria a minha voz. Eu só deveria dirigir meu olhar para a tradutora se eu tivesse que discutir alguma palavra ou trecho, mas mesmo assim, o/a paciente deveria ser avisado sobre o teor do meu comentário. É impressionante perceber como nas sessões psicoterápicas, na medida em que estabelecíamos o vinculo, a presença da tradutora já nem era percebida por parte de pacientes, que às vezes falavam incessantemente e se esqueciam de pausar a fala para a tradução. Foi necessária uma adaptação no atendimento psicoterápico com tradutora, com as crianças menores de sete anos, porque se percebeu que elas não conseguem compreender o papel da tradução. Sendo assim, eu pedia que ao invés da tradução ser feita na primeira pessoa, a tradutora teria que apontar para mim e dizer “ela está perguntando...”.

Como os papéis de gênero são extremamente rígidos entre as famílias que visitei, percebi que minha presença gerava várias fissuras na percepção de mundo tanto das crianças como em suas famílias. Primeiro, eu não me encaixava em nenhuma categoria de adultos que eles/elas poderiam me reconhecer, pois eu não era uma familiar, não era de uma família da vizinhança, tampouco era a professora, que geralmente seguia padrões de autoridade tradicionais, e podia bater na criança caso ela não a obedecesse quando estivesse na escola. Geralmente eu me sentava no chão com eles/elas, e levava alguns brinquedos ou material de desenho para sessões de ludoterapia. Eu perguntava o que eles/elas queriam fazer, como se sentiam, fazia jogos de papéis, ou seja, não agia como os adultos agiam. Sendo assim, criava uma nova possibilidade de encontro onde um adulto respeita crianças e conversa de forma respeitosa e lúdica com as mesmas, ouve e apoia seu ponto de vista e as ajuda a expressar o que precisam para com os pais e demais familiares.

O segundo ponto que provocava estranhamento, e ajudava as famílias a provocarem deslocamentos na ordem extremamente rígida que tinham sobre os papéis e funções de homens e mulheres na sociedade, dizia respeito às minhas escolhas. A surpresa era algo constante entre crianças e familiares quando me questionavam e percebiam que eu estava longe da minha família e trabalhando como voluntária, ou seja, eu estava lá porque eu escolhi e não porque precisava alimentar ou salvar minha família. Este conceito de escolha, criar prioridades que eram minhas e não da minha família, causava muito espanto, olhares e sorrisos imaginando como seria uma casa onde a esposa/mãe escolheu viajar sem eles/elas. Sendo assim, avalio como questões de gênero podem vir à tona, no trabalho psicoterápico, quando nós psicoterapeutas podemos utilizar como material de sessão os aspectos da surpresa e espanto, como, por exemplo, pela situação em que mulheres podem fazer escolhas. Neste

exemplo, percebe-se que as fissuras aparecem quando as escolhas não seguem o padrão de normatização e ordenação em um contexto que segue, fortemente, a ordem patriarcal.

Com relação à ordem patriarcal, um aspecto muito difícil foi fazer contatos com escolas. Tais instituições seguem o modelo tradicional da educação, com currículos rígidos e cobrança sobre disciplina e obediência a todas as normas sociais, e principalmente às religiosas e culturais. Com isto, em todos os casos em que foi preciso visitar as escolas, tive pouca receptividade ao tentar debater estratégias novas que pudessem acolher melhor as demandas das crianças.

A dificuldade que encontrei com escolas também se repetiu quando tentava fazer o encaminhamento de crianças para a rede de saúde. Por ser um país muito pobre, vivendo uma ocupação militar, eram poucos os equipamentos públicos implantados, a maioria apenas no centro da cidade, e tendo o apoio de ONGs internacionais. Sendo assim, o protocolo de atendimento mais presente era o uso de diagnósticos já estabelecidos pelo Código Internacional de Doenças (CID 10) (WHO, 1993), e a terapêutica mais utilizada se baseava na remissão de sintomas via psicoterapia cognitivo-comportamental ou Dessensibilização e Reprocessamento através de Movimentos Oculares, reconhecida pela sigla em inglês EMDR. Na ONG em que eu trabalhava também havia o predomínio de material teórico da psicologia cognitiva comportamental, era-nos dado como uma possibilidade de trabalho, que poderia ser seguida, ou não. Mas chama a atenção que mesmo a sugestão de técnicas ou possíveis abordagens no atendimento se reduziam apenas à abordagem cognitiva-comportamental, invisibilizando demais linhas psicoterápicas. De acordo com Giacaman (2010), desde a primeira intifada, levante palestino contra Israel, que ocorreu na década de 1980, houve uma cobertura maior da mídia internacional a respeito das ações militares de Israel, e, a partir de então, um aumento na ênfase sobre temas como trauma psicológico, tendo como consequência iniciativas internacionais preocupadas com as questões de saúde mental entre palestinos. Houve então uma transposição de tecnologia de cuidado do Ocidente, buscando a medicalização do estresse e aumento de terapias psicológicas nas ações humanitárias.

Os encaminhamentos para serviços de saúde mental também eram problemáticos pela falta de profissionais da psicologia, pois não existe esse tipo de graduação na Palestina. Havia pessoas com graduação em Aconselhamento (*Counselling*), mas não realizavam psicoterapia. Algumas psicólogas que lá atendiam haviam feito a graduação em psicologia na Jordânia, ou mesmo a graduação em Aconselhamento e especialização em Saúde Mental. Porém, aspectos

religiosos e culturais conduzem tais tipos de atendimentos, e, portanto, a lógica patriarcal e vertical de obediência às normas ditava o tom nessas relações psicoterápicas.

Nas sessões com crianças, as tentativas de usar a fantasia, como forma de instrumento terapêutico, foram extremamente complicadas. O contar ou ler livros de histórias era pouco estimulado nas famílias, quase não viam televisões, e mesmo eu não tinha acesso ao tipo de desenho animado pelo qual talvez se interessassem. Quando eu trazia livros e pedia que inventassem histórias a partir das figuras só surgiam imagens e estórias de guerra e da ocupação. Mesmo nos jogos de dramatização, quando eu pedia que me dessem uma situação-problema, para que pudéssemos dramatizar, a situação da ocupação militar israelense era o primeiro tópico lembrado.

O grito de socorro dessas crianças, no primeiro momento, era exatamente sobre a violência política estrutural que estavam vivendo. Os sentimentos de ódio, revolta, revanche e busca por resgatar o poder político eram presentes em meninos e meninas, mas na medida em que ficavam mais velhos, os meninos aprimoravam tais sentimentos e se empoderavam para exercer comportamentos políticos, enquanto as meninas passavam a ser orientadas para se prepararem para o casamento. Na brincadeira de uma mãe, percebi que o enfrentamento político das mulheres se constituía na resistência para não desistir da vida, e continuar a casar e ter filhos para se apossar da própria pátria. A mãe me disse: “eles matam um e nós parimos mais quatro”, em uma alusão aos enfrentamentos contínuos entre palestinos e israelenses.

Esse quadro revela o quanto o sofrimento e estratégias para lidar com o mesmo estão entrelaçados pelas questões políticas e culturais, e, portanto, com questões de gênero. No atendimento de crianças, houve a necessidade de criarmos grupos psicoterápicos, pois tínhamos uma demanda maior que a capacidade de prover atendimentos domiciliares. Ao mesmo tempo, considerávamos, a partir da experiência em saúde mental no Brasil, que o grupo propicia espaços psicoterápicos onde as relações sociais se mostram instantaneamente e podem ser trabalhadas mais prontamente (RABELO; TAVARES, 2008).

Foram vários os desafios que tivemos que enfrentar na constituição do grupo para crianças. Primeiro, isso nunca havia sido feito e a ONG precisava avaliar minha proposta escrita para criar o grupo. Na verdade, apenas propusemos que duas psicólogas pudessem atender, em grupo, crianças de 7 a 9 anos, ambos os sexos, em sessões semanais, durante 12 semanas; e ao mesmo tempo; a terceira psicóloga atenderia as mães, visto que nenhum pai levava as crianças para esse tipo de atendimento grupal.

O primeiro impacto foi perceber que o atendimento em grupo para crianças jamais havia sido utilizado em quase 10 anos de projeto nessa cidade. Sendo assim, reflete-se como um projeto termina por carregar o viés de tratamento individualista, típico da psicoterapia tradicional. O segundo impacto foi descobrir que a proibição de meninos e meninas ficarem no mesmo espaço também se estendia para o trabalho psicoterápico em grupo, e foram as tradutoras que nos alertaram que possivelmente as mães não trariam as crianças para grupos mistos. Insistimos em ao menos tentar iniciar o grupo, e foi interessante perceber como as mães, mesmo aquelas de família muito tradicionais, abriram mão da proibição em prol da psicoterapia em grupo.

O atendimento em grupo mostrou-se rico e angustiante, pois na medida em que as crianças formaram vínculo, já falavam o tempo todo e era quase impossível que a tradutora pudesse me traduzir tudo. Nos momentos em que fazíamos dramatizações, essa situação tornava-se mais angustiante para mim, pois não conseguia entender grande parte dos diálogos. A metodologia possível foi que as crianças aceitavam fazer pequenas pausas e a tradutora tentava resumir o diálogo. A segunda psicóloga era palestina, estava em treinamento, mas foi possível apoiá-la para acompanhar o grupo, pois assim ela não só entendia tudo que falavam, e ao mesmo tempo era supervisionada para aprender a observar o movimento do grupo.

As crianças avaliaram ao final do atendimento em grupo que se sentiam melhor quando podiam participar de jogos diferentes, que não existiam na escola. Diziam que as mães estavam mudando e não brigavam mais como antes. Conseguiam se perceber com menos raiva e atacando menos os próprios irmãos. Destaca-se que em alguns jogos em que pedíamos que criassem uma situação problema para dramatizar, as crianças quase sempre assumiam papéis autoritários e extremamente violentos de pais, mães, avós e professores, bem como dos soldados israelenses. Quando o poder advinha de relações familiares e na escola, as crianças tentavam legitimá-lo e garantir a subserviência dos mais fracos. De forma oposta agiam quando se tratava do exército de Israel, pois nessas situações já permitiam que mais fracos também fossem violentos para derrubar o mais forte. Foi interessante perceber como pudemos problematizar com as crianças o contínuo uso da violência, tanto da parte do Estado, quanto das famílias, e como ambos geravam apenas mais violência e sofrimento.

Ao fim dos atendimentos com crianças e mães, a equipe se reunia para discutir a evolução dos pacientes. Foi interessante perceber como as mães também se vincularam com a equipe, não faltavam aos atendimentos, começavam a conversar entre si já na sala de espera e rapidamente se solidarizavam com as famílias que tinham mais problemas financeiros.

Mesmo sem nunca termos falado que não podiam bater em seus filhos, visto que fazia parte da cultura daquele local, as inúmeras reflexões em grupo propiciaram novas formas de comunicação em família e arranjos menos violentos, na convivência familiar. Até mesmo a equipe de tradutoras, que há muitos anos estava no projeto, se mostrou motivada a trabalhar em grupo, mesmo que a princípio isto tenha provocado desconforto entre as mesmas.

Considerações finais

Pode ser difícil avaliar a eficácia da psicoterapia breve diante de uma situação de violência estrutural. A decisão de prestar acolhimento aos pais ou mesmo apenas realizar orientações sobre manejo com as crianças deveria ser uma decisão da equipe, através dos estudos de caso. Percebemos que a opção por estas estratégias possibilitou uma metodologia que não priorizasse a eliminação do sintoma, e sim, a compreensão do sofrimento psíquico atravessado pela violência política e violência de gênero.

Nos casos de violência doméstica, onde a violência de gênero é preponderante, acredito que a metodologia a ser pensada não pode se sujeitar ao modelo de psicoterapia breve. A complexidade do tema, somada à falta de aparatos institucionais que formem uma rede de atenção prejudicam o atendimento destes casos, ao mesmo tempo que localiza apenas na criança a responsabilidade por apagar as marcas da violência, e, por conseguinte, inviabilizar os sintomas.

As metodologias adotadas nos atendimentos de saúde mental das organizações humanitárias primam por embasar-se na busca por sintomas e diagnóstico dos manuais ocidentais como CID 10. Esse procedimento pode desencadear uma armadilha para psicólogas(os) que trabalhem com abordagens existencialistas ou analíticas. Há um cerceamento das demandas quando as ferramentas disponibilizadas pelas organizações se embasam apenas na remissão de sintomas. Este cerceamento já se dá quando questões de gênero e raça-etnia são inviabilizadas ao se proporem diagnósticos psiquiátricos. Por fim, destaca-se que uma situação de violência crônica, uma cultura patriarcal forte e a patologização do sofrimento são desafios enfrentados cotidianamente por organizações humanitárias que prestam atendimento de saúde mental em zonas de conflito armado.

Giacaman *et al*.(2010) propõem que reconhecer sofrimento social como um problema de saúde mental requer uma mudança na ênfase, saindo de uma estreita forma de trabalhar indicadores médicos, ferimentos e síndromes para a falta de segurança humana e violação de direitos humanos experenciados por palestinos. Esta mudança na perspectiva requer uma

mudança paralela na politica de saúde mental, de emergência humanitária em um curto período de tempo para cuidado no desenvolvimento de um sistema público de saúde mental sustentável.

A presença de várias organizações humanitárias tem modificado o cenário das regiões em conflito, e uma nova concepção de sofrimento mental tem sido construída, juntamente comdemandas para uso de medicamentos psicotrópicos. Desta forma, consideram-se fundamentais novas reflexões sobre a metodologia de atenção em saúde mental nesses países, e para isso seria importante se pensarem as experiências construídas a partir da Psiquiatria Democrática Italiana, e Reforma Psiquiátrica no Brasil (AMARANTE, 1996).

Por fim, considera-se importante pensar a categoria gênero não como a lente que pode nos auxiliar a ver um fenômeno, mas também como ela nos atravessa enquanto psicoterapeutas. Com certeza, esta reflexão goteja com o que Sandra Azerêdo (2010) chama de “encrenca de gênero”. Utilizar nossos corpos, escolhas e posturas diante da vida provocam deslocamentos fundamentais para o trabalho terapêutico que se compromete com as transformações individuais e societais.

Referências bibliográficas

AMARANTE, Paulo. *O homem e a serpente*: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

AZERÊDO, Sandra. “Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 175-188, jan.-abr. 2010.

BRASIL. *Saúde mental no SUS*: os centros de atenção psicossocial. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Série F Comunicação e Educação em Saúde, Brasília, DF, 2004.

FERRAZ, D. A. de S.; ARAÚJO, M. F. “Gênero e saúde mental: desigualdade e iniquidades”. *In*: ARAÚJO, M. F.; MATTIOLI, O. C. (Org.). *Gênero e violência*. São Paulo: Arte e Ciência, 2004. p. 53-67.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collége de France (1978-1979). Coleção tópicos. Edição estabelecida por Michel Senellart; sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Trad. de Eduardo Galvão, revisão de tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIACAMAN, Rita *et al*. “Mental health, social distress and political oppression: The case of the occupied Palestinian territory”.*Global Public Health*, first published on: 23 November 2010 (iFirst). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17441692.2010.528443>. Acesso em: 10 out. 2013.

INTER-AGENCY STANDING COMMITTEE (IASC). *Gender Handbook in Humanitarian Action*: Women, Girls, Boys and men different needs – equal opportunities, 2006.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Guerra y salud mental*. Conferência pronunciada en San Salvador el 22 de junio de 1984, en la inauguración de la "I Jornada de Profesionales de laSalud Mental", y publicada en "Estudios Centroamericanos", n. 429-430, p. 1-7, 1984.

MASSAD, Salwa G. *et al*. Health-related quality of life of Palestinian preschoolers in the Gaza Strip: a cross-sectional study. *BMC Public Health*, v. 11, p. 253, 2011. Disponível em: http://www.biomedcentral.com/1471-2458/11/253. Acesso em: 15 nov. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10*. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>. Acesso em: 12 dez. 2013.

RABELO, Ionara Vieira Moura; ARAÚJO, Maria de Fátima. "Reflexões sobre gênero na saúde coletiva e saúde mental". *In*: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. F.; RESENDE, V. R. (Org.). *Violência e relações de gênero*: o desafio das práticas institucionais. Curitiba: CRV, 2013. p. 31-46.

RABELO, Ionara Vieira Moura; TAVARES, Rosana Carneiro. "Homens-carrapatos e suas mulheres: relato de experiência em saúde mental na Estratégia Saúde da Família". *Saúde em Debate – Revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde*, v. 32, n. 78-79-80, p. 133-142, jan.-dez. 2008.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; CAMPOS, Rosana Teresa Onocko. "Etnia e gênero como variáveis sombra na saúde mental". *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 648-656, out.-dez. 2012.

SANTOS, CRISTINA VIANNA MOREIRA DOS. *Gênero e Psicologia Clínica*: risco e proteção na saúde mental de mulheres. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2012.

UNITED NATIONS (UN). Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. *Occupied Palestinian Territory*. Dec. 2011. Disponível em: <http://www.ochaopt.org/documents/ochaopt_atlas_opt_general_december2011.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.

UNITED NATIONS (UN). Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflicts. *Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and Israel*. The information below is based on the Report of the Secretary-General to the Security Council (A/67/845–S/2013/245) issued on 15 May 2013. Disponível em: <http://childrenandarmedconflict.un.org/countries/occupied-palestinian-territory-and-israel/>. Acesso em: 20 dez. 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Integrating Gender Perspectives in the work of WHO*. Geneva: World Health Organization Gender Policy, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *The International Classification of Diseases – ICD-10*: Classification of Mental and Behavioural Disorders. Diagnostic criteria for research. Geneva: World Health Organization Gender Policy, 1993.

Culto ao corpo e estilo de vida: práticas estéticas e magreza entre mulheres

Marcela Amaral[1]

Os estudos do corpo vêm ganhando cada vez mais espaço no âmbito das ciências sociais, sobretudo em razão da centralidade que o "corpo" ocupa no contexto das relações sociais. A exaltação da imagem do corpo e da beleza, a preocupação excessiva com os sinais de envelhecimento ou de gordura, a obrigação de se exercitar e se submeter a intervenções médicas e cirurgias plásticas retratam a dimensão de tal centralidade. Estudar o corpo requer não tomá-lo como dado, mas ter consciência de como foi construído e definido pelos diferentes discursos que o tomam como objeto, tal qual a medicina, a religião, a política, a ciência ou a mídia. Ao estendermos nosso olhar para o corpo não apenas na dimensão de sua materialidade, mas alcançando também as práticas corporais, as roupas, os gestos e suas linguagens, chegamos ao entendimento do corpo constituído subjetiva e socialmente, concepção esta que norteou este estudo.

O corpo apresenta-se como um dos principais indicadores de posição social e por isso é constantemente submetido à minuciosa manipulação em razão do tipo de conotação que se pretende transmitir. As práticas de culto ao corpo são cada vez mais impostas como verdades sobre a construção dos sujeitos, seja fundamentando-se no discurso médico que argumenta sobre os benefícios de uma vida saudável e as estratégias possíveis para a maior longevidade, no discurso estético – comumente mesclado com o anterior – que preza pela valorização das formas e da aparência, imprimindo um padrão de beleza a ser perseguido pelas mulheres. Como um aglutinador das verdades sobre o corpo, o discurso midiático é o grande divulgador das "certezas" sobre como gerir as corporeidades com vistas à saúde, à beleza, ao bem-estar e à felicidade, preservando, como ponto comum, a magreza. Através de imagens e discursos verbais e não verbais, a exaltada preocupação com o corpo, como uma obrigação para as mulheres, se tornou também um estilo de vida contemporâneo.

Ao longo da história, a corporeidade feminina esteve submetida a diferentes formas de controle. Os mecanismos de poder que atuam sobre os corpos foram alvos de reflexão de

[1] Doutora em Sociologia pela Universidade Brasília (UnB). Professora na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Perrot (2005), que salientou o lugar central do corpo nestas relações, sobretudo o corpo feminino como “objetos de perpétua suspeita” (PERROT, 2005, p. 447). Foucault (1989), ao analisar a emergência dos discursos de verdade a partir da modernidade, demonstrou a forma em que o corpo foi transformado em objeto dos novos saberes, como a constituição da medicina social que, além de pretender instituir uma nova moral social, incutiu sobre a corporeidade feminina o caminho para a compreensão e normatização da sexualidade.

Estas breves reflexões nos conduzem, inevitavelmente, a questões relativas ao lugar do corpo na construção das identidades de gênero. Os dados que fundamentam o presente estudo foram resultantes da tese de doutorado *Culto ao corpo e estilo de vida entre mulheres* (2011), defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Na citada pesquisa, além de toda a revisão bibliográfica pertinente à construção do corpo e práticas corporais como objeto de estudo em ciências sociais, foi realizada pesquisa de campo em uma academia exclusivamente feminina, em que foram entrevistadas 34 mulheres, entre alunas e professoras de academias situadas em diferentes regiões do Distrito Federal.

Considerando a pretensão maior de conhecer as práticas de culto ao corpo associadas à busca por magreza partindo dos discursos de mulheres frequentadoras de academias de ginástica femininas, além da reflexão sobre o culto ao corpo na sociedade contemporânea, nos interessou, também, aprofundar nossa compreensão acerca da centralidade do corpo nas relações entre indivíduo e sociedade mantendo a perspectiva crítica feminista e de gênero.

O corpo no pensamento feminista

No desenvolvimento do pensamento feminista, seja no contexto acadêmico ou da política, os estudos sobre o corpo mantiveram-se presentes sob os mais diferentes enfoques, questionando a perspectiva biologizante das mulheres, reivindicando a desnaturalização dos corpos ou inseridas em outras discussões. Resguardadas as diferenças características de cada abordagem, um aspecto que pode ser notado como elemento de interseção entre elas é a crítica à compreensão das mulheres restrita ao seu corpo do ponto de vista biológico e que as posiciona em uma condição desprivilegiada com relação aos homens, reproduzindo perspectivas dualistas sobre corpo e mente, natureza e cultura.

As mulheres estiveram e ainda estão intensamente atreladas ao corpo, na medida em que são comumente definidas a partir de um binômio entre imanência e transcendência que determina o que é ser homem ou mulher. Enquanto a imanência é relativa ao que é material e corpóreo, opostamente, a transcendência vincula-se ao que é incorpóreo e restrito à esfera da

razão. A imposição de tal divisão binária e a representação da mulher como o sexo, atrela o sentido de "ser mulher" ao corpo, que é, também, transformado em sexo. Este pode ser considerado um dos elementos essenciais na composição dos discursos normativos sobre os corpos das mulheres. O pensamento feminista, por sua vez, intenta contribuir para que sejam criados outros modos de vida e novos sentidos para o "ser mulher", como salientado por Rago (2006, p. 166), referindo-se às críticas das feministas acerca da definição da mulher intimamente associada ao útero, "da maternidade obrigatória e da mistificação da esfera privada do lar, elas têm lutado para que outras formas de invenção de si se tornem possíveis para as próprias mulheres".

A produção do discurso científico foi amplamente influenciada por concepções que, além de situar a mente em uma posição superior à natureza e ao corpo, estabeleceu a impessoalidade e a objetividade como pilares da epistemologia ocidental. Entre outras críticas lançadas ao dualismo, o pensamento feminista contemporâneo se destaca ao apontar a falta de neutralidade do próprio cartesianismo do ponto de vista de gênero, buscar explorar abordagens alternativas às formas tradicionais de construção do conhecimento e questionar a perspectiva dualista que produz o antagonismo corpo e mente projetado também na oposição entre mulher e homem.

Faz-se necessário observar, no entanto, que não se pode pensar singularmente no feminismo e desconsiderar a heterogeneidade que lhe é peculiar. Pode-se afirmar que a reflexão sobre o corpo foi quase que uma constante nas diferentes linhas de abordagem do pensamento feminista. Todavia, é preciso ressaltar que cada autora ou linha de pensamento o fez de maneira particular, ainda que guardem aproximações em relação à visão crítica do pensamento misógino que "confina as mulheres às exigências biológicas da reprodução na suposição de que, dadas certas transformações biológicas, fisiológicas e endocrinológicas específicas, as mulheres são [...] mais biológicas, mais corporais e mais naturais do que os homens" (GROSZ, 2000, p. 68).

Há perspectivas que identificam no corpo uma limitação para que as mulheres pudessem alcançar a igualdade e outras que percebem o corpo das mulheres dotado de um caráter especial, celebrando as experiências corporais "femininas". A compreensão das características físicas como limitações que restringiam a participação política da mulher foi apresentada por Beauvoir, na França, mas também por outras feministas, como Firestone, que também aponta a relação entre a subordinação feminina e o processo reprodutivo. Beauvoir

apontou a função reprodutora da mulher como responsável pela escravização do corpo das mulheres.

Em direção oposta a esses posicionamentos, chega-se a um ponto em que a maternidade passa a ser representada como um “poder insubstituível” das mulheres e que as reflexões feministas sobre o corpo e a maternidade mantêm uma interlocução com diferentes áreas das ciências humanas e sociais, bem como da psicanálise, resgatando a experiência da maternidade como constituinte da identidade feminina e do poder da mulher (SCAVONE, 2001).

Objetivando o rompimento com a lógica que atribui os sentidos de feminilidade e masculinidade a partir de características anatômicas é que surge o sistema sexo/gênero, no qual *sexo* está vinculado à natureza, como um dado biológico, e *gênero* à cultura. Nestas condições, a oposição corpo e mente parece se manter na medida em que o corpo permanece associado ao que é dado, ao que é biológico, contrariamente ao que é social ou ideológico. Por essa razão, como já foi mencionado, muitas críticas foram dirigidas à formulação original do sistema sexo/gênero, seja pelo universalismo que o orienta, seja pela reprodução de dualismos outros ou pela concepção “equivocada” de que sexo é uma categoria dada e portanto mais “natural” que gênero. Apesar das críticas, a difusão do conceito de gênero tem grande importância no desenvolvimento do pensamento feminista sobre o corpo e das novas políticas voltadas para as mulheres em diferentes países, inclusive no Brasil.

Com as mudanças no cenário social e político do país a partir da década de 1980, localizamos um redirecionamento tanto nas representações do feminismo em si, como da mulher. Mantendo uma visão crítica sobre os ideais de beleza e as imposições estéticas da mídia sobre a corporeidade feminina, reflexões sobre a “estética, o cuidado de si, a saúde e a beleza do corpo” foram, gradativamente, incorporadas pelas abordagens feministas em determinadas linhas de análise (RAGO, 2006).

Inserido nesta problemática está o trabalho de Naomi Wolf, *O mito da beleza*: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres, publicado em 1990. O mito da beleza imposto às mulheres, na perspectiva da autora, seria o grande responsável por uma série de doenças que atingem as mulheres na contemporaneidade, como a anorexia, a bulimia, a depressão, o estresse e a falta de autoestima, motivadas, principalmente, pelas imagens idealizadas de mulheres veiculadas na mídia. As mulheres passariam tanto tempo de suas vidas preocupadas com o corpo, investindo no seu controle, disciplinamento e servindo-se dos mais variados tratamentos e tecnologias disponíveis para a manutenção da beleza, da

juventude e da magreza, que não lhes sobrariam tempo e disposição para a participação na vida pública.

A exaltada preocupação com a beleza e com o corpo integrou a crítica ao consumismo moderno e foi representada pelo discurso feminista como uma forma de alienação. A imposição dos padrões de beleza, magreza e juventude às mulheres está relacionada com os papéis sociais também instituídos e, consequentemente, com as identidades femininas de gênero. Tal constatação pode ser associada aos estudos feministas mais recentes que produziram abordagens sobre o corpo e as relações de poder, enfocando os discursos de verdade que se impõem sobre os sujeitos e os seus corpos, sem considerar, no entanto, o gênero como categoria fixa e o sexo como elemento pré-discursivo. É o caso de Butler (2010), para quem sexo e gênero são igualmente construídos.

Butler, conjuntamente com outras autoras como Luce Irigaray e Monique Wittig, defende o corpo como elemento fundamental para a "compreensão da existência psíquica e social das mulheres" (GROSZ, 2000, p. 75), sem percebê-lo, no entanto, como objeto a-histórico e não cultural. Com uma interpretação distinta das feministas que as precedem, tratam o corpo como objeto político, social e cultural, salientando a necessidade de que sejam reconhecidas as diferenças sexuais que não poderão ser superadas por qualquer inovação tecnológica ou ideologia de equidade (GROSZ, 2000).

Ainda no que se refere às reflexões de Butler, ao questionar a relação entre a materialidade do corpo e as performatividades de gênero, a filósofa afirma que as diferenças sexuais tradicionalmente vinculadas às diferenças materiais não podem ser limitadas a tal relação, por serem "simultaneamente marcadas e formadas pelas práticas discursivas" (2010, p. 151). Apoiando-se no que Foucault denominou como "ideal regulatório", aponta a normatividade da categoria sexo, como "parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir [...] os corpos que ela controla" (2010, p. 151).

Nesta perspectiva, Butler (2010) não nega a materialidade do corpo, mas reforça que sua condição material deve ser pensada como efeito do poder. O corpo como matéria também é um entendimento compartilhado por Foucault (1989), que o descreve como uma superfície que persiste ao longo do tempo, porém é suscetível às transformações provocadas por técnicas disciplinares e de biopolítica. Enquanto o sujeito é constituído discursivamente e pelas relações de poder, o corpo como superfície moldável é anterior ao discurso.

Culto ao corpo e práticas bioascéticas

O culto ao corpo figura como uma das principais preocupações da sociedade contemporânea. No Brasil, o conceito de culto ao corpo vem sendo objeto de reflexão de vários/as pesquisadores/as que geralmente o tomam a partir do entendimento de uma cultura de atitudes com relação ao corpo, que envolve tanto o consumo de produtos diversos, como um sentido de adoração diante das possibilidades modernas de construção da aparência.

O sentido do termo *culto*, sobretudo em uma interpretação antropológica, está muito ligado às práticas de veneração e cerimônias religiosas. Em linha semelhante se dá o entendimento filosófico do termo, com origem no latim *cultus*, como "[...] todo um conjunto de ritos e práticas de veneração ou de propiciação de divindades, de ancestrais, de seres sobrenaturais ou de certos símbolos" (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 61). Entre outros sentidos possíveis, ao tomá-lo para pensar o culto ao corpo, é preciso considerar todo o conjunto de práticas higiênicas, de lazer e bem-estar que, associadas, constituíram uma cultura do corpo, em que este é posicionado como "objeto" de adoração a partir de diferentes motivações. Nesta perspectiva, o culto ao corpo não se refere apenas à prática de atividades físicas, esportes e academias de ginásticas, mas a uma série de outras práticas de consumo, como a de cosméticos, fármacos, vestuário e alimentação, além do estabelecimento de novos padrões de higiene fisiológica.

A prática do culto ao corpo faz-se presente hoje entre as diferentes sociedades, faixas etárias e grupos sociais. Ainda que se possa relacioná-la principalmente à sociedade ocidental e ao capitalismo, também é possível perceber como o culto ao corpo foi incorporado no mundo oriental. O Japão, por exemplo, tem grande destaque no faturamento da indústria de cosméticos[2], com um público bem diversificado não só entre as mulheres, mas também entre os homens. No que tange aos diferentes grupos sociais, é certo que o culto ao corpo é um fenômeno predominantemente urbano, mas no que se refere às classes sociais, embora alguns serviços e produtos sejam regalias das classes mais privilegiadas, o que se vê é uma ampla difusão das práticas de culto ao corpo também em setores menos favorecidos economicamente, sobretudo entre as mulheres.

[2] No ano de 2009, estimava-se que a indústria da beleza no Japão faturava cerca de US$ 4 bilhões ao ano, com destaque para o alto consumo do público masculino no que se refere aos salões de beleza e à venda de produtos para a pele masculina, que somaram US$ 194 milhões no ano de 2008 (REVISTA ÉPOCA, 2009).

A disseminação da ideia de que o corpo físico é parte essencial na constituição das subjetividades é provocada, principalmente, pelos instrumentos midiáticos que divulgam distintas possibilidades de aperfeiçoamento corporal através de cosméticos, fármacos, alimentos específicos, programas alimentares etc. Ademais, divulga-se a teoria de que determinados predicados corporais são atributos necessários para o sucesso social, fazendo com que a massa dos indivíduos seja "[...] levada a admirar e a querer imitar o estilo de vida dos ricos, poderosos e famosos" (COSTA, 2005, p. 166).

Infere-se, portanto, que o culto ao corpo ora se apresenta através do discurso da preservação da saúde, da manutenção de um corpo saudável, ora pelo discurso da estética, da juventude e da beleza. Independentemente da forma e do instrumento, está sempre presente a noção de que são os cuidados com o corpo que, em grande medida, revelam a essência dos indivíduos. Quanto maior o "sucesso" nos cuidados com o corpo, mais a pessoa é reconhecida por seus pares. Por outro lado, aqueles/as que não se disponibilizam a "cuidar de si", a se vigiar e controlar, são vistos como desviantes (ORTEGA, 2008). Conforme observado por Bourdieu (2008), as práticas corporais são marcadoras de distinção social. Além disso, as práticas de consumo associadas ao culto do corpo podem revelar as estruturas estruturadas e estruturantes do *habitus.*

O corpo é a mais irrecusável objetivação do gosto de classe, que manifesta de diversas formas. Em primeiro lugar, no que tem de mais natural em aparência, isto é, nas dimensões (volume, estatura, peso) e nas formas (redondas ou quadradas, rígidas e flexíveis, retas ou curvas etc.) de sua conformação visível, mas que se expressa de mil maneiras toda uma relação com o corpo, isto é, toda uma maneira de tratar o corpo, de cuidá-lo, de nutri-lo, de mantê-lo, que é reveladora das disposições mais profundas do *habitus* (p. 188).

Na interpretação de Featherstone (1995, p. 128). "[...] o corpo é a materialização do gosto de classe: o gosto de classe está 'corporificado'. Cada grupo, classe e fração de classe tem um *habitus* diferente [...]". Ao abordar os critérios de distinção social da classe burguesa, Bourdieu (2008) vai apontar tanto as maneiras de falar, como as posturas corporais na constituição da distinção. Trazendo para a discussão as dimensões do culto ao corpo e relacionando aos critérios de distinção de Bourdieu, práticas corporais como as restrições alimentares/dietas, por exemplo, são apresentadas pelo autor como elementos de distinção de classe.

Ainda que sejam resguardadas as notáveis diferenças entre as práticas possíveis em grupos mais ou menos privilegiados economicamente – o tipo de academia ou esporte que

cada grupo tem acesso, a possibilidade de consultas médicas em determinadas especialidades e o consumo de alimentos *diet* ou *light* são práticas que dependem da detenção de certo capital econômico –, a grande população "sofre" a imposição de um mesmo padrão corporal que associa saúde, beleza, magreza e juventude, amplamente difundido pelo discurso midiático e que recai, principalmente sobre as mulheres. As referências às "celebridades" e suas histórias de sucesso com a perda de peso foram frequentes nas entrevistas. Em todas as academias em que foram realizadas entrevistas, dos setores mais "nobres" às áreas mais periféricas, as falas evidenciaram o mesmo anseio das mulheres em percorrer o trinômio da saúde, beleza e juventude, tal como é divulgado pela mídia a respeito das ditas "celebridades".

Mais do que a simples imitação ou reprodução da aparência de pessoas famosas e ricas, busca-se um estilo de vida, um ideal de felicidade, sucesso e reconhecimento que está intimamente relacionado ao poder que se tem sobre o corpo e ao autocontrole. A reprodução ou imitação de práticas corporais ou comportamentos não são exclusivas das sociedades modernas. Ao contrário, historicamente, a imitação tem um papel preponderante na socialização e na construção dos comportamentos aceitos pela coletividade, em diferentes contextos históricos e sociais. A nova ética do consumo insurgente no último século, sobretudo no final da década de 1920, foi apropriada pela indústria da publicidade que passou a difundir novos valores, tais como a celebração da vida presente, o hedonismo, a liberdade perante obrigações sociais, o exotismo dos lugares distantes e, ainda, a beleza do corpo, associada à construção de novos estilos de vida (FEATHERSTONE, 1995).

Neste sentido, o culto ao corpo "em forma", jovem e saudável, é algo próprio da condição do indivíduo moderno. O início do século XX representa um marco para a construção de um novo ideal de corpo, fortemente influenciado pela expansão da indústria do cinema, de cosméticos, de moda e de publicidade (CASTRO, 2003). Neste período, o corpo magro se impôs como padrão de beleza, em decorrência da entrada das mulheres no esporte que passaram a exibir um corpo mais leve e esbelto.

É preciso observar, contudo, que a configuração atual do culto ao corpo deu-se a partir de um processo gradativo, influenciado por determinados fatos históricos e novas práticas corporais. A expansão do lazer, emergente na década de 1950, assim como a valorização do esporte, a revolução sexual e a valorização do estilo jovem, os movimentos *hippie* e *punk*, são marcos que evidenciam as reconfigurações da corporeidade, que, a partir da década de 1980, passa a exercer um papel central no espaço social, com o aumento da prática de atividades

físicas e o aparecimento da geração saúde, com a "proliferação das academias de ginástica por todos os centros urbanos" (CASTRO, 2003, p. 24).

A moda também é responsável pela relação construída entre o corpo ideal magro e as roupas da moda que o valorizam, tendo sido alvo de várias críticas feministas. Em estudo clássico sobre a moda, Simmel evidencia o quanto a moda expressa, simultaneamente, tanto o impulso para igualização como para a individualização. Para o autor, a moda combina ambos os polos: "[...] por um lado um recinto de imitação geral, um nadar tranquilamente nos amplos canais da sociedade, um alívio do indivíduo em face da responsabilidade pelo seu gosto e pelo seu fazer – por outro, no entanto, uma caracterização, um realce, um adorno individual da personalidade" (SIMMEL, 2008, p. 38-39).

Em *A metrópole e a vida mental,* Simmel (1987, p. 583), refletindo sobre o individualismo moderno, demonstrou que a possibilidade de se exercer autonomia, liberdade e criatividade é viabilizada pela metrópole. Na perspectiva simmeliana, a moda seria uma das estratégias de diferenciação social, frente à busca de particularização na qual o indivíduo se empenha nas grandes cidades, representando o compromisso contraditório do indivíduo que tende ao geral, celebrando sua dedicação ao todo social, mas também ao específico, o que implica na construção de sua singularidade "apartada do todo social" (SOUZA, 2008, p. 18).

Esta "contradição" entre o cuidado de si para si e o cuidado de si para o outro também se coloca quando se pensa no culto ao corpo e à magreza entre as mulheres. Observa-se com frequência o modo como as mulheres entrevistadas posicionam o culto ao corpo em suas experiências, ora em função de um bem-estar pessoal, ora em função da preocupação de como se mostrar para o outro ou para a outra.

O imperativo do cuidado que para as mulheres se traduz no imperativo da beleza está presente em toda a teia de discursos das mulheres que participaram da pesquisa. Ao serem perguntadas sobre beleza, saúde ou motivações para a escolha de suas atividades físicas em academias ou sobre as opções alimentares, frequentemente repetiam a frase "*a gente tem que se cuidar*" ou "*é importante se cuidar*" ou "*a mulher tem que se cuidar*". O cuidado que se referem tanto é o cuidado com a saúde, a partir do que é ditado pelo discurso médico, como é o cuidado com a aparência. Sua função é satisfazer, ao mesmo tempo, aos anseios pessoais e às expectativas do grupo social.

Tomando o imperativo dos cuidados corporais como objeto de reflexão, Ortega (2008) retoma os estudos de Foucault sobre as formas clássicas de ascese para pensar as modernas asceses corporais que denomina como bioasceses. Comparando as práticas ascéticas da

Antiguidade, com as modernas bioasceses, Ortega (2008, p. 46) afirma que as primeiras visavam à liberdade da vontade, ao passo que as práticas bioascéticas contemporâneas representam "[...] uma vontade ressentida, serva da ciência, da causalidade, da previsão e da necessidade, que constrange a liberdade de criação e anula a espontaneidade".

Segundo a análise do filósofo, as práticas bioascéticas estão relacionadas com a ideologia do *healthism*, na qual a saúde deixou de ser apenas uma preocupação para se tornar um valor absoluto. A construção das bioidentidades é mediada por um conjunto de recursos reflexivos associados às práticas bioascéticas, tais como os cuidados corporais, médicos, higiênicos, estéticos, a perseguição de manuais, as terapias e o *fitness.* Assim, Ortega (2008) defende que a reflexidade é um processo de cobrança e peritagem contínua sobre nós mesmos, que atua não apenas sobre o *self*, mas principalmente sobre o corpo. Como exemplos significativos desse processo, Ortega (2008) cita a dieta e o *fitness*, que levam a uma seleção reflexiva representando um estilo de vida e um critério de biossociabilidade. Na cultura do corpo é preciso estar vigilante para todos os sinais que evocam a falta de saúde, de beleza ou de magreza e, mais ainda, a falta de cuidado para com o corpo que representa tanto a responsabilidade sobre si, quanto o compromisso de não onerar os outros.

Prosseguindo em sua análise, Ortega (2008) alinha o discurso médico e o discurso feminista sobre a saúde, afirmando que ambos reproduzem a ênfase no risco estabelecendo "[...] os parâmetros de avaliação moral e de distinção entre a mulher 'boa' e a mulher 'má'" (2008, p. 34). Apesar de o autor não aprofundar sua reflexão no que tange ao discurso feminista, ao que parece, sua crítica refere-se à representação da mulher "boa" que "[...] é responsável e vigilante, não quer ser um fardo para a família e para o sistema de saúde e faz da autonomia a sua bandeira política" (2008, p. 34). Na visão do autor, as bioidentidades são construídas partindo da ideologia do indivíduo autônomo e da aversão à dependência. Contudo, pode-se afirmar que há grandes distâncias entre os discursos feministas e médicos no que tange à saúde da mulher e ao exercício de sua autonomia. Os discursos feministas emergem no sentido contrário ao discurso médico, reivindicando a liberdade feminina sobre o corpo. Além disso, a luta feminista pela autonomia das mulheres está relacionada à aversão à dependência característica do individualismo moderno, e sim à independência dos poderes patriarcais e dos discursos de verdade sobre o corpo das mulheres e sobre a feminilidade.

Por uma compreensão de beleza e magreza entre mulheres

A formação do padrão de beleza contemporâneo está estreitamente relacionada ao fenômeno do culto ao corpo e à magreza que se impõe sobre as mulheres. Inicialmente, no que concerne à beleza lembramos as observações de Eco (2004, p. 14) quando se refere à definição de padrões de beleza e afirma que esta "[...] jamais foi algo de absoluto e imutável, mas assumiu faces diversas segundo o período histórico e o país". Wolf (1992) também afirma que a beleza não é universal e critica a tentativa do mundo ocidental de vincular a origem de um ideal de beleza feminina na "Mulher Ideal Platônica".

À corporeidade feminina foram vinculados os sentidos de beleza e erotismo, que desde os discursos bíblicos sobre a gênese da humanidade representaram a mulher – na figura de Eva – como exemplo de beleza, futilidade e traição[3]. Desde então, o discurso cristão descreve a beleza e a sedução características das mulheres como uma ameaça. Ao mesmo tempo, a beleza interior foi exaltada como característica essencial à "boa" mulher. A concepção de que o que vale é a beleza interior é comumente repetida como uma verdade absoluta, de que não se deve julgar pela aparência, de que é preciso estar bem consigo mesma etc. Mas o mesmo discurso que celebra a beleza interior como o que há de mais precioso na pessoa, atribuindo-lhe um valor moral, enaltece o culto à beleza exterior como uma condição para a realização da beleza interior.

Em diferentes momentos durante as entrevistas, sobretudo quando a problemática da beleza se fazia presente, a "beleza interior" era sublimada pelas entrevistadas frente às motivações puramente estéticas para a atividade física ou o "excesso" de preocupação com o corpo que, segundo as mulheres participantes, "é coisa de mulher". Ao serem questionadas sobre o que seria a beleza interior, algumas características foram destacadas, tais como otimismo, bom humor, equilíbrio, segurança e inteligência. Apesar de tal enaltecimento, deixavam transparecer o "peso" que a aparência exterior tem em suas vidas:

Várias mulheres, ao serem questionadas sobre o assunto, exaltaram em seus discursos a beleza interior, como se fosse mais ético e aceitável engrandecer o espírito em detrimento do corpo e da beleza física. Embora a beleza interior tenha grande relevância no discurso, na dimensão da prática a beleza exterior é que parece dar o tom.

[3] Diversos relatos bíblicos reforçam o estereótipo da mulher bela e sedutora que leva os homens a sucumbirem à tentação da carne. É o caso do adultério entre o Rei Davi e Bate-Seba, casada com Urias. Ou, ainda mais conhecido, o caso de Sansão e Dalila que evidencia ainda com mais vigor o poder da sedução feminina no enfraquecimento do homem.

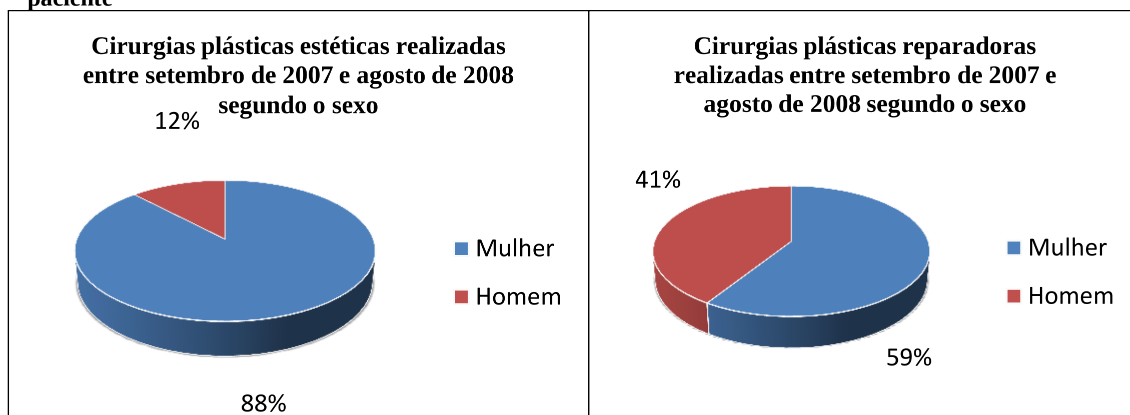
A ideologia do corpo perfeito nascente no século XX fez emergir a crença de que a todos/as é possível alcançar o modelo de beleza padrão. Não só é possível, como é uma obrigação das mulheres estarem sempre nesta busca do emagrecimento, da beleza, da juventude, seja através de dietas, de atividades físicas, maquiagem, tinturas que cobrem os cabelos brancos ou cirurgias plásticas que fazem sumir as rugas reveladoras da idade. A indústria da beleza, associada à indústria cultural, passou a difundir padrões e estilos de vida com grande influência sobre as subjetividades, em que as mulheres foram levadas a acreditar que trilhando o percurso do trinômio saúde/beleza/juventude iriam de encontro à felicidade.

A relação entre o culto ao corpo e a felicidade individual é amplamente divulgada pela academia pesquisada. Entre as profissionais, é comum a fala de que não estão lá para cuidar apenas da “parte física”, mas também da “parte emocional”, o que seria, do ponto de vista delas, um dos diferenciais da academia. Também entre as alunas, essa articulação entre beleza e felicidade é predominante Na mesma lógica em que se insere a busca incessante pela satisfação através do consumo, para ser feliz, na cultura do corpo, não basta ser bonita, é preciso se esforçar constantemente em busca desse objetivo. Há uma ideia de sofrimento e recompensa implícita no desejo de emagrecer.

Hoje é possível afirmar que vivemos o que pode ser denominado como “medicalização da beleza”, o que é perceptível, por exemplo, frente ao aumento e à popularização das cirurgias plásticas com fins estéticos. Em pesquisa realizada pelo Instituto Data Folha no ano de 2008, sob iniciativa da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, estimou-se que no Brasil são realizadas aproximadamente 629 mil cirurgias plásticas por ano, e destas 73% são intervenções estéticas e apenas 27% são reparadoras.

Considerando que o procedimento mais realizado anualmente no Brasil é o aumento de mama, pode-se estimar a significativa representatividade das mulheres como pacientes de cirurgia plástica no Brasil. O que não é diferente em relação às demais especialidades. No total de cirurgias plásticas estéticas realizadas no período da pesquisa, aproximadamente 90% são mulheres. Se comparados os números de cirurgias plásticas estéticas e reparadoras permanece uma diferença significativa entre pacientes homens e mulheres.

Gráficos 1 e 2 - Cirurgias Plásticas Estéticas e Reparadoras realizadas no Brasil 2007/2008 segundo o sexo do/da paciente



Fonte: Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica/Instituto Data Folha, São Paulo, SP, janeiro de 2009

Quando se trata de cirurgias plásticas reparadoras, a diferença entre homens e mulheres é reduzida para 18%, enquanto que no total das cirurgias plásticas estéticas, a diferença gira em torno de 76%, evidenciando o quanto é significativa a procura das mulheres por procedimentos cirúrgicos estéticos[4]. Ainda de acordo com os dados levantados pelo Datafolha, 72% das mulheres que se submeteram a cirurgias plásticas estéticas no período da pesquisa estão na faixa etária entre 19 e 50 anos. Este intervalo de idade coincide com a faixa etária da maior parte das mulheres que participaram desta pesquisa.

A partir dos dados apresentados, é possível identificar como, nas cirurgias plásticas, o imperativo da beleza é um marcador importante para determinar que as mulheres busquem estes procedimentos. Ainda de acordo com as informações levantadas na pesquisa do Instituto Data Folha, a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) contava em 2008 com 3.533 profissionais associados/as, dos quais 82% são homens. Este é um dado interessante, na medida em que o campo das cirurgias, em geral, é privilegiado na área médica. No caso das cirurgias estéticas, o número de cirurgiões filiados à SBCP é praticamente proporcional ao número de mulheres que se submetem às intervenções estéticas, ou seja, no campo da medicalização da beleza ainda são homens que "gerem" o modelo de perfeição corporal para as mulheres e detêm o saber sobre a beleza feminina.

Entre as entrevistadas, ao serem estimuladas a descrever uma mulher bonita, as referências de beleza foram ora relacionadas às partes do corpo que sinalizam um ideal estético, ora a características de segurança, felicidade, poder e aceitação do corpo, denotando

[4] Vale lembrar que nem todos os procedimentos estéticos realizados por profissionais desta área são necessariamente cirúrgicos. Entre os procedimentos não cirúrgicos destacam-se o preenchimento, o uso de toxina botulínica, o peeling, entre outros.

uma relação com um ideal de beleza interior, como já foi explicitado aqui. Em algumas respostas, para se encorajarem a relacionar beleza com ideais físicos e não espirituais ou psicológicos, parte das mulheres atribuiu o modelo descrito como um padrão imposto pela mídia ou pela sociedade, e não necessariamente o que elas acreditavam ser referências de beleza feminina.

O envelhecimento não foi abordado de forma explícita pelas entrevistadas que falaram mais de juventude e de como manter a aparência jovem é importante. A ideia apresentada pelas entrevistadas, de um modo geral, sinaliza para a necessidade de ocultar os sinais de idade, levando a crer que este seria um sinal de fealdade. Wolf (1992) relaciona de modo muito esclarecedor a relação construída entre o mito da beleza e o pânico pelo envelhecimento vivenciado pelas mulheres. Segundo pesquisas que cita em sua obra *O mito da beleza* (1992), nos EUA mesmo as mulheres realizadas profissionalmente e consideradas atraentes não vivem sua liberdade de forma plena, pois continuam presas ao imperativo da beleza.

Um outro referencial que teve presença significativa na fala das mulheres foi a ideia de cuidado, evidenciando o imperativo da beleza que se impõe sobre as mulheres que devem constantemente gerir a aparência. O dever de ser bela está intimamente relacionado aos papéis de gênero tradicionalmente atribuídos à mulher e à construção social da corporeidade feminina.

Ao tratar da cultura da magreza vivida como obsessão na sociedade contemporânea, Baudrillard (2007) argumenta que o culto ao corpo que se manifesta como dever e direito está "indissociável da magreza". Afirmando que o mundo da moda, como parte essencial da esfera do consumo, é marcado por combinações muitas vezes inversas que trazem o "belo" e o "feio" ou o "velho" e o "novo", mas que não consegue articular o "gordo" e o "magro" ou a "gorda" e a "magra", que representam quase que polos extremos referenciados no mundo da moda[5]. A partir daí, lança uma questão: "Será porque, na sociedade do superconsumo [...] a esbelteza se torna em si mesma signo distintivo?" (2007, p. 150).

A resposta que o autor apresenta refere-se à ascese pelas dietas alimentares que refletem a "pulsão agressiva em relação ao corpo" (2007, p. 151) e determinam, ainda mais que a moda, a forma em que se associaram a beleza e a magreza, como um álibi para o

[5] Cabe ressaltar que bem recentemente o universo das modelos *plus size* vem ganhando espaço gradualmente no mercado da moda, trazendo, de certa forma, outras possibilidades de beleza, ainda que o interesse maior seja alcançar um mercado não atingido por outros segmentos.

exercício disciplinar. A magreza constituiu-se como signo de beleza, distinção, sobretudo para as mulheres, mas também de saúde. Para as mulheres entrevistadas, ser magra é um referencial de beleza significativo, que indica também uma alimentação balanceada, um sinal de equilíbrio e saúde. Não apenas isso. As mulheres magras são percebidas como poderosas, controladas, felizes, como pessoas que conquistaram o sucesso nas diferentes dimensões de sua vida. As revistas e programas televisivos apresentaram-se, nos discursos das mulheres, como o espaço em que são, constantemente, lançadas as suas referências de beleza, magreza e sucesso. É a mídia que, segundo elas, têm um importante papel na introjeção desses marcadores.

Enfim, percebemos uma crescente e exaltada preocupação com o corpo influenciada pelo discurso médico e higienista, pela maior visibilidade das mulheres com a prática de atividades físicas, mas também pela crescente influência da moda, do cinema e da indústria da beleza. O corpo passa a ser construído como território de liberdade, de escolhas, isto é, de reflexividade do eu, mas também como espaço de aprisionamento, na medida em que se busca a construção de uma imagem corporal, coerente com os padrões emergentes nesta nova ordem social. O culto ao corpo se configura como uma marca do século XX, em radicalização na atualidade, que opera sobre as mulheres, impondo-lhes a magreza como ideal de saúde, beleza e felicidade, evidenciando o paradoxo entre a liberdade e o aprisionamento que ainda permeia as corporeidades femininas.

Referências bibliográficas

AMARAL, Marcela C. M. *Culto ao corpo e estilo de vida entre mulheres*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2011.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTRO, Ana Lúcia de. *Culto ao corpo e sociedade*: mídia, estilos de vida e cultura de consumo. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2003.

COSTA, Jurandir F. *O vestígio e a aura*: corpo e consumismo na moral do espetáculo. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ECO, Umberto. *História da beleza*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

GROSZ, Elizabeth. "Corpos reconfigurados". *Cadernos Pagu*, n. 14, p. 45-86, 2000.

INSTITUTO DATA FOLHA DE PESQUISAS. Cirurgia plástica no Brasil, jan. 2009. Disponível em: <http://www2.cirurgiaplastica.org.br/index.php? option=com_jforms&view= form&id=1&Itemid=212>. Acesso em: 14 jul. 2009.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto*: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

RAGO, Margareth. "Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global". *Labrys, estudos feministas*, n. 3, jan.-jul., 2003.

REVISTA ÉPOCA. "Homens vaidosos movimentam a indústria de cosméticos no Japão". Época NEGÓCIOS Online, 21 out. 2009 Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI99521-16353,00-HOMENS+VAIDOSOS+MOVIMENTAM+INDUSTRIA+DE+COSMETICOS+NO+JAPAO.html>. Acesso em: 22 out. 2009.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 137-150, 2001.

SIMMEL, Georg. "A metrópole a vida mental". *In*: VELHO, Otávio G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

______. *Filosofia da moda e outros escritos*. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2008.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza*: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

“Louca, eu?”: tensionamentos e subversões da/na política pública de saúde mental

Ana Paula Müller de Andrade[1]

A política de saúde mental brasileira tem demandado respostas para vários desafios cotidianos, resultantes dos tensionamentos, questionamentos, embates e entraves para o desenvolvimento de suas propostas, bem como por sua complexidade. Situa-se no campo da saúde mental, reconhecido como de maior discordância no âmbito da saúde, especialmente no que se refere ao próprio conceito de “saúde mental”, alvo de muitas críticas.

Na discussão que faz em *A outra saúde*: mental, psicossocial, físico moral?, Luiz Fernando Duarte (1994) argumenta que o conceito “saúde mental”, assim como os de “doença mental” e “distúrbio psicossocial” além de culturalmente específicos, representam uma dinâmica eminentemente psicológica, própria das sociedades modernas. A proposta de Duarte (1994) traz à tona elementos que ajudam a entender algumas concepções – muitas vezes pouco relativizadas – presentes no processo dinâmico e inventivo da política de saúde mental no país.

Não é demasiado dizer que a Política Nacional de Saúde Mental apresenta um atravessamento marcante de gênero, como discutido em trabalhos como os de Sônia Maluf (2010), Sônia Maluf e Carmen Tornquist (2010) e Ana Paula Andrade (2010; 2012). Cabe dizer que o gênero é entendido aqui “como uma forma de constituição de sujeitos, que estabelece lugares de poder, tal como tem sido proposto por Judith Butler, Joan Scott e Teresa de Lauretis” (ANDRADE, 2012). Pensado nestes termos, é possível perceber que ele tem atravessado de maneira significativa a política pública de saúde mental e afetado de distintas maneiras o processo da reforma psiquiátrica brasileira, no que diz respeito às práticas assistenciais e as experiências singulares dos sujeitos.

Considerando a necessidade de relativização desses conceitos como eixo central deste trabalho, tomei as experiências sociais de alguns sujeitos, entendidos como o público alvo da política pública de saúde mental – homens e mulheres “usuárias/os” dos serviços de saúde

[1] Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, com doutorado-sanduíche na Università degli Studi di Torino – Itália. Pós-Doutorado na Universidade Federal de Pelotas.

mental substitutivos ao hospital psiquiátrico, tal como prevê a Lei 10216 – como ponto de apoio para as reflexões aqui desenvolvidas.

Experiências de subversão e tensionamentos da/na política

"Louca, eu?", disse Marília, uma mulher, branca, pertencente às classes populares, "usuária" de um serviço de saúde mental. Prosseguiu: "agora eu vou é te contar, isso [a irritação daquele momento] não é de ser louca não, eu não gosto é de ver tudo errado e ficar quieta, não sou [louca] não. Se disseram que eu tinha que vim, eu vim... agora vão ter que resolver. Agora me diz: Louca, eu? Ah, tá!" (fragmento do diário de campo).

No dia em que conversamos, Marília estava bastante incomodada por ter sido chamada ao serviço de saúde mental que frequentava, já que não via motivo razoável para tal. Mais do que isso, em sua fala expressava uma boa dose de indignação e fazia questão de salientar que a mesma não era resultante de sua suposta "loucura", tampouco de sua condição precária de vida, mas da falta de resolutividade para seus problemas, naquele momento, por parte do serviço e dos profissionais.

Ela, assim como tantas outras mulheres que buscam os serviços de saúde mental para alívio de suas angústias, era afetada por uma determinada configuração de gênero presente em nossa sociedade que marca, de forma significativa, as práticas assistenciais no campo da saúde mental, tal como discutido em Maria Lucia Silveira (2000) e Maluf (2010). Tais autoras argumentam, dentre outras coisas, que o gênero tem motivado o atendimento diferenciado na assistência, pelos preconceitos, estereótipos e até mesmo por uma concepção que relaciona as mulheres a algo que seria de sua natureza, geralmente relacionados ou ao útero ou ao cérebro das mesmas.

Entretanto, se sobre as mulheres pesam os desdobramentos destas concepções relacionadas a um suposto "sofrimento feminino", são elas que estabelecem em suas experiências sociais movimentos de ruptura e resistência que subvertem esses regimes hegemônicos que tendem a capturá-las, ou como mulheres, ou como loucas, ou como mulheres loucas. Isso sem falar em outras categorias bastante significativas como as de raça/etnia e classe presentes no contexto contemporâneo. Pesa também sobre os homens, sobre os quais se declinam diversas práticas marcadas por tais categorias, como veremos nas discussões aqui apresentadas.

Tais subversões dizem respeito ao caráter relacional destas categorias sobre as quais são articulados saberes/modelos interpretativos diversos por parte dos sujeitos que fazem

parte dessa realidade. Assim, mesmo em um contexto que tende a naturalizar/hormonizar/(hiper)medicalizar o sofrimento das mulheres, é possível perceber que as mesmas criam linhas de fuga (DELEUZE; GUATTARI) por onde conseguem escapar aos regimes hegemônicos de subjetivação e criar novas possibilidades tal como expressado na fala de Marília e em outras situações vividas em campo. Alguns relatos são bastante significativos dessa articulação e subversão dos quais destacaremos aqui aqueles que se referem a "saúde-doença mental".

Tal como argumentam Paulo Alves e Iara Souza (1999), é no domínio das redes sociais constituídas pelos sujeitos que é possível reconhecer como se articulam várias estratégias sobre aquilo que entendem fazer parte de seus sofrimentos e tratamentos. Nele, o modelo biomédico passa a ser apenas mais uma possibilidade de interpretação dentre outras como o modelo religioso e o modelo dos nervos.

Tal como apresentado por Duarte (1988) o modelo dos nervos abarca uma série de perturbações físico-morais e abrange diferentes dimensões da vida dos sujeitos, especialmente entre as classes populares urbanas do Brasil. Tal modelo estaria atravessado pelos valores e concepções próprios desta cultura, pelas ideias que tem de "perturbação", "normalidade", que não podem ser considerados culturalmente apenas como físico ou apenas como moral (no sentido amplo do termo), como diz o autor.

"Estar nervoso", "com o nervo", "assim com essa coisa assim" cujo gestual geralmente aponta para um correlato corporal, apareceu no contexto pesquisado como uma maneira frequente de falar de si, cujas referências apontam para o modelo descrito por Duarte (1988). Adélia, outra interlocutora, que aparentava ter em torno de 60 anos, branca, viúva e avó de três netas, me disse: "*eu não posso fazer nada disso aí* (fazendo referência a atividade de costura que ela apenas acompanhava, sentada à mesa com as demais mulheres que participavam), *por causa que tenho assim, esse nervoso assim, nas mãos* (me mostrando as mãos trêmulas, aspecto bem comum entre os experientes com quem convivi)".

Ao articular esses diferentes saberes e modelos interpretativos, tais sujeitos e suas experiências nos ajudam a relativizar as concepções e teorias que atravessam a política pública de saúde mental, como veremos a seguir.

Concepções em tensão

"*Isso que não aparece em raio-x, não aparece em exame de sangue, que que pode ser?*", disse Mateus, um interlocutor, ao discutir em um grupo quais os motivos que os reunia

naquele momento. Questionava também que tipo de adoecimento era esse, nominado como "doença mental".

Quando Franco Basaglia (1985) sugeriu colocar a "doença mental" entre parênteses para pensar as instituições psiquiátricas, referia-se ao fato de colocar "entre parênteses todos os esquemas, para ter a possibilidade de agir em um território ainda não codificado ou definido" (*id*., p. 29). Respondendo a pergunta de Nino Vascon sobre o fato de ele e seu grupo prescindirem da doença, como se ela não existisse, Basaglia (*Id., ibid.*) respondeu:

> Não, nós não prescindimos da doença, mas pensamos que, para estabelecer uma relação com um indivíduo, é necessário considerá-lo independentemente daquilo que pode ser o rótulo que o define. (...) O diagnóstico tem um juízo discriminatório, o que não significa que procuremos negar o fato de que o doente seja, de alguma forma, um doente. É este o sentido de colocarmos o mal entre parênteses, ou seja, colocar entre parênteses a definição e o rótulo (*id*., *ibid*, p. 28).

A questão da "doença mental" foi discutida por Paulo Amarante (1996; 2007) a partir das concepções de Basaglia, mostrando como a colocação da mesma entre parênteses significava uma importante inversão para o processo da reforma psiquiátrica. Para o autor,

> (...) a necessidade de colocar a doença entre parênteses significa a negação, isto sim, da aceitação da elaboração teórica da psiquiatria em dar conta do fenômeno da loucura e da experiência do sofrimento; significa realizar uma operação prático-teórica de afastar as incrustações, as superestruturas, produzidas tanto no interior da instituição manicomial, em decorrência da condição do estar institucionalizado, quanto no mundo externo, em consequência da rotulação social que é fortemente autorizada pelo saber psiquiátrico (AMARANTE, 1996, p. 80).

É sobre o argumento de que não é preciso negar a existência da doença, mas de compreender como a experiência de sentir-se "doente" é significada pelos sujeitos que entendo ser necessária a discussão. Nesse sentido, penso que ao invés de colocá-la entre parênteses, seria mais adequado colocá-la entre aspas, como se faz com aquelas palavras ou expressões que precisam ser relativizadas e questionadas incessantemente.

Uma conversa que ouvi durante o trabalho de campo, assim como o questionamento que abre esta seção, feita por Fabrício, um interlocutor sobre o que seria essa doença que não aparece em raio-x ou exame de sangue, mostra como a experiência do "adoecimento" circula entre as pessoas. Segue o fragmento de meu diário de campo com parte da conversa: "*Durante uma conversa entre alguns 'usuários' um deles diz: Antes as pessoas diziam que era nervos. Outro lhe responde: Antes era é depressão... eu, eles disseram que era depressão e agora, depois, que não, que era esquizofrenia e aí melhorou...*" (Fragmento do Diário de Campo).

Podem ser os “nervos”, a “depressão”, a “esquizofrenia”, e outras possíveis interpretações do estado de desconforto que tais experiências provocam. O que dizem estas pessoas está relacionado ao fato da psiquiatria, ou seja, “eles” terem o poder de nominar, decifrar e remediar (literalmente) tal situação. Diz respeito também ao fato de terem sido “eles” que, ao separarem esse “objeto fictício”, como disse Basaglia, da experiência dos sujeitos, se apropriaram dessa experiência, criando um objeto obscuro, ou seja, transformando-a em “doença mental”.

No campo da “saúde mental”, e aqui especificamente da reforma psiquiátrica, a forma como tais experiências são nominadas, narradas e significadas estão intimamente relacionadas com o contexto cultural dos indivíduos e suas interpretações sobre as mesmas.

Todas as pessoas com quem conversei tinham tido alguma experiência que as levou a buscar algum serviço de saúde mental no qual haviam recebido algum diagnóstico psiquiátrico ao qual faziam referência em nossas conversas. Falavam de um momento de ruptura, em que se viam acometidas por alguma espécie de sofrimento que abalavam suas condições no mundo.

As maneiras de reconhecer tais rupturas também variavam, como é possível perceber em dois relatos que ouvi. Um deles ouvi de Pedro, um homem branco, de aproximadamente 50 anos, casado e pai de duas filhas, que, contando sua experiência, me disse: “*Comigo foi assim, diferente. Meu problema é mais leve. Eu não fui lá na ala, fui direto pro CAD. Eu peguei ansiedade e depressão. Foi assim, eu tava em casa e aí peguei... assim, de repente*”. Na sua concepção, depressão e ansiedade se pegava assim, de repente, como se pega uma gripe ou um vírus. Para ele, que tinha precisado se afastar das atividades de trabalho e reorganizar sua vida em torno de seu tratamento psiquiátrico, não entendia que seu problema era grave uma vez que não tinha sido internado nem na ala psiquiátrica nem em um hospital psiquiátrico.

O outro relato ouvi de S. Armando, um homem, negro, com história de longas e sucessivas internações psiquiátricas e que aparentava ter aproximadamente 65 anos. Enquanto conversávamos sobre sua história e experiências nos serviços de saúde mental, em um tom simples mas convincente, me explicou sobre os motivos que o levaram pela primeira vez para um hospital psiquiátrico e o que entendia como sendo seu problema. Disse: “*(...) o meu probleminha é assim, eu fico muito alegre, é... muito alegre... eu tive uma visão, uma pessoa assim, de branco, aí fiquei muito contente... eu era muito triste antes dessa visão.(...) Chega um tempo e dá aquela alegria, aí eu tenho que ir para o hospital*”. Acho importante contar

que durante nossa conversa, S. Armando me presenteou com um santinho com uma imagem da "comunhão da menina", cuja imagem mostrava uma pessoa de branco.

S. Armando, diante de toda sua experiência de internações e tratamentos psiquiátricos, havia concluído que seu problema era que sua alegria não cabia nele, extrapolava os limites do permitido socialmente. Sua religiosidade, acionada não apenas na visão que teve e que o fez sair da tristeza e ficar contente, também compunha sua narrativa e sua interpretação de tal visão. Não foi uma alucinação visual, como pressuporia o modelo biomédico de interpretação, mas sim Jesus, como ele fez questão de esclarecer quando me presenteou com o santinho.

Quando então seria possível transformar tais experiências de sofrimento em adoecimento e/ou em um diagnóstico psiquiátrico? Como é possível definir tais limites? Discutindo os limites entre o normal e o patológico, ou seja, desses momentos em que as pessoas sentem que algo está diferente, Georges Canguilhem (2006[1966]) diz que

> (...) se o normal não tem a rigidez de um fato coercitivo coletivo, e sim a flexibilidade de uma norma que se transforma em sua relação com condições individuais, é claro que o limite entre o normal e o patológico torna-se impreciso. (...) A fronteira entre o normal e o patológico é imprecisa para diversos indivíduos considerados simultaneamente, mas é perfeitamente precisa para um único e mesmo indivíduo considerado sucessivamente (*id*., p.135).

Apesar dos indivíduos reconhecerem algumas experiências como momentos de intenso sofrimento e adoecimento, receber um diagnóstico psiquiátrico parece ser diferente de receber outro tipo de diagnóstico médico, talvez pelas características da "doença" a que as pessoas se veem acometidas. Ser "doente", tal como pude perceber nos dados da pesquisa, é algo que parece não fazer parte da realidade das pessoas com quem conversei que nominam suas experiências como "problemas"; ou estão "nervosas", ou estão "ruim" e, no máximo, usam a palavra "louco" ou "loucura" para se referir mais à experiência dos outros do que as suas. Não se referem a este estado com a palavra "doente", que parece estar relacionada à outra ordem de desconfortos, relacionados somente ao corpo. Como disse S. Adão: "*Doente é quem tem Aids, diabetes, essas coisas assim...essas coisa assim da cabeça não são de doença...*".

Em nenhum momento ouvi dizer que a pessoa estava "doente", seja da cabeça, dos nervos ou qualquer outra coisa, as pessoas sempre se referiam a suas experiências através de "noções menos duras" (MALUF, 1999). Tinham problemas, estavam ruins, ficavam nervosas, dentre outras expressões. Como argumentou S. Adão: "*Diz que a gente não tem que dizer que é doente porque as pessoas têm muita preocupação... Eu pensei em me matar, mas depois*

passou. Foi uma só vez. Agora quando eu tenho essas ideias assim na minha cabeça, eu falo para a minha mãe”.

Ainda assim, é a objetificação de tais experiências que as transforma em diagnósticos psiquiátricos e assim são subjetivados, não sem resistências. Apesar dos diagnósticos psiquiátricos terem caráter prescritivo e normatizador, as maneiras através das quais as pessoas se relacionam com eles dizem respeito ao contexto no qual eles são enunciados.

No trabalho em que discute a experiência com a doença mental como um momento de ruptura, laceração e geradora de uma transição biográfica, Mario Cardano (2008) argumenta que ela é capaz de provocar transformações, destruição e reconstrução das pessoas que experimentam a passagem de um estado de bem-estar para um estado de mal-estar. Em seu estudo, desenvolvido na Itália, baseado na história de vida de quatro pessoas que passaram por esse momento, o autor mostra como a experiência do sofrimento psíquico provoca uma ruptura biográfica e, logo, a recomposição. Tal recomposição, segundo o autor, ocorre de diversas maneiras e varia conforme o contexto em que tais pessoas estão inseridas.

Para Cardano (2008), o contexto, bem como as trajetórias de vida de tais pessoas e o modo como experimentam estes momentos de ruptura interferem no processo de reconstrução das mesmas e na forma de confrontá-las. A partir da amostra dos sujeitos da pesquisa realizada, o autor afirma que aquelas pessoas que escolheram ou a quem foi imposto o tratamento em um serviço público de saúde mental mostram uma maior adesão ao “papel” de paciente psiquiátrico e diz:

> (...) a maior parte deles aceitou delegar ao psiquiatra o controle dos seus distúrbios, mostrando uma boa adesão farmacológica junto com um comportamento substancialmente positivo nos confrontos com as instituições psiquiátricas. Isto se relaciona com uma representação da própria diversidade geralmente relacionada com desabilidades, com danos; uma disposição que se entende só pela diferença, relacionando os relatos recolhidos neste estudo com aqueles que provem de contextos sociais e culturais de outros gêneros (*id*., p. 127 [tradução livre]).

Em sua narração, esses sujeitos confrontados com aquelas pessoas que não escolheram, buscaram ou lhes foi imposto o tratamento em um serviço psiquiátrico, ou seja, que participavam de contextos culturais e sociais diferentes do psiquiátrico – e nesse ponto o autor faz referência aos movimentos dos *Survivors of mental health [Sobreviventes da saúde mental]*, desenvolvido especialmente nos países de língua inglesa, bem como ao Movimento de Ouvidores de Vozes, nascido na Holanda e desenvolvido no Reino Unido, na Itália e outros países – pareciam desenvolver um senso crítico com relação às instituições

psiquiátricas e uma leitura de suas experiências não como desvio, mas como uma forma diferente de habilidade.

No contexto brasileiro, a “adesão ao papel” é precária e ocorre concomitantemente à “adesão” a outros modelos interpretativos, como percebido no contexto pesquisado. Ao mesmo tempo em que a pessoa “adere ao papel de paciente” ou “de louco” nos serviços de saúde mental, onde muitas vezes tal adesão é necessária para as negociações e reivindicações próprias destes espaços, fora dali ela também “adere a outros papéis” necessários aos demais espaços nos quais circula e, em muitos dos quais, também busca alívio em seus momentos de ruptura.

Não quero dizer aqui que tais pessoas teatralizam situações de sofrimento para terem alguns benefícios, pois acredito, conforme os argumentos de Erving Goffman (1975), que as pessoas fazem uso dos papéis que lhe são atribuídos quando capturadas pelo saber psiquiátrico. O que pretendo evidenciar aqui é que, ainda que recebam diagnósticos psiquiátricos que tendem a uma captura total do sujeito, as pessoas se articulam entre as possibilidades que tal prescrição pode oferecer.

Entendo que a “doença mental” não tem existência fora das interpretações e do contexto que lhe dão origem. É apenas uma das interpretações possíveis sobre uma determinada experiência e, por isso, penso que na realidade da reforma psiquiátrica brasileira ela pode ser entendida como uma definição médico-jurídica, advinda da necessidade de categorizar uma experiência. Como argumentou Goffman (2008 [1961]),

> (...) a interpretação psiquiátrica de uma pessoa só se torna significativa na medida em que essa interpretação altera seu destino social – uma alteração que se torna fundamental em nossa sociedade quando, e apenas quando, a pessoa passa pelo processo de hospitalização [no caso da pesquisa, também pelos serviços de saúde mental] (*id*., p. 112).

Assim, “*antes era nervos*”, mas agora é depressão ou esquizofrenia ou outro diagnóstico possível. Michel Foucault (2000), em seu texto sobre loucura e cultura, afirma que “a doença só tem realidade e valor de doença no interior de uma cultura que a reconhece como tal” (*id*., p.71). A doença, neste sentido, não se resumiria a um evento biológico, nem psicológico, nem a um conjunto de sintomas. Apresenta-se como um momento de ruptura no fluxo das experiências dos sujeitos e faz emergir conflitos próprios do viver humano, exigindo o reconhecimento de que somos passíveis de sofrimento, e que o corpo e a subjetividade são a base onde esse sofrimento opera. Ela faz parte da condição humana, como disse Basaglia (2000), em uma de suas conferências no Brasil:

> Eu disse que não sei que coisa é a loucura. Pode ser tudo ou nada. É uma condição humana. Em nós, a loucura existe e é presente como é a razão. O problema é que a sociedade, para chamar-se civil, deveria aceitar tanto a razão quanto a loucura, e então torna a loucura razão através de uma ciência que se encarrega de eliminá-la (*id.*, p. 34 [tradução livre]).

O sofrimento é entendido aqui não apenas como uma categoria nosográfica, tampouco se resume a um evento biológico ou a um conjunto de sintomas, mas sim como uma experiência subjetiva atravessada pelos modelos e significados do processo de adoecimento e cura atribuídos por cada sujeito e permeada pelas características socioculturais dos contextos em que se desenvolvem.

Na maior parte das conversas que tive durante o trabalho de campo, os comentários sobre os diagnósticos psiquiátricos vieram à tona como um modo de falar de si que elencavam diferentes maneiras de interpretar tais experiências para além do modelo biomédico. As concepções são muitas e variadas, elas trazem elementos de outros contextos de significação, como o religioso, os valores de determinada classe social e, em geral, incorporam o discurso biomédico.

A transformação da loucura, do desvario ou da desrazão em “doença mental” como apontam Foucault (1997[1972], 2000) e Peter Pál Pelbart (2009) é um fenômeno complexo, histórico e culturalmente situado. Tal como disse Pelbart (2009, p.40), “nem sempre aquilo que nós chamamos de loucura significou doença”. Assim como nem sempre o que a biomedicina entende como doença mental é concebida como loucura ou mesmo como doença pelos sujeitos que têm sua experiência com problemas dessa ordem.

Penso que, diante deste objeto obscuro e de difícil definição, é possível reconhecer os atravessamentos de práticas, discursos, interpretações e configurações que compõem as experiências dos sujeitos de maneiras variadas e que precisa não apenas ser deslocada do seu lugar de verdade, quando entre parênteses, mas também relativizada, quando entre aspas e tensionada, como colocado por Marília em seu questionamento.

“*Louca, eu? Ah, tá!*”

Para finalizar as discussões aqui apresentadas, retomo o argumento de Marília de que o/a “louco/a” e a suposta doença mental do qual ele/a é acometido/a não deve ser tomada como um dado natural; ao contrário, deve ser tensionado, relativizado e compreendido na sua relação com o contexto do qual emerge.

Tal como apresentado, apesar de tal enunciado ter muita importância na constituição dos sujeitos e na fixação de seus lugares na hierarquia própria do modelo interpretativo que predomina no contexto dos serviços de saúde mental pesquisados, estes lidam com o mesmo de maneiras as mais variadas, ora se deixando capturar, ora criando resistências e subversões.

Considerando as experiências singulares e os conhecimentos produzidos pelos sujeitos nos serviços de saúde mental, bem como em suas relações com o mundo, é possível perceber que, quando recebem a denominação/prescrição de “doente mental” ou “louco/a”, utilizam estratégias diversas diante das mesmas. Tais estratégias vão desde a utilização da mesma para negociar com o mundo; o uso da mesma para sobreviver economicamente em um mundo marcado por desigualdades de todo tipo e também a relativização do mesmo, ou seja, as pessoas entendem porque foram diagnosticadas desta ou daquela maneira e não acatam passivamente os mesmos.

Questionam, como fez Marília. Fazem pensar que aceitar o diagnóstico não significa sujeitar-se a ele, mas fazer uso dele para negociar e reivindicar uma determinada condição no mundo, bem como para resistir e subverter o poder prescritivo e normativo do mesmo. Ao conferir um estatuto epistemológico ao saber destes sujeitos – pessoas que ocupam um lugar paradoxal de ser o centro das ações das ações das políticas e ao mesmo tempo manterem-se “à margem” porque considerados “loucos/as” – é possível tensionar teorias, concepções e práticas.

Tais experiências fazem pensar no caráter relativo, ambíguo e paradoxal do que hoje tem sido entendido como sujeito na sociedade ocidental – o sujeito da razão – que se configura por modelos que se pretendem absolutos, verdadeiros, como por exemplo, o modelo biomédico. Fazem pensar também em como considerar as possibilidades de resistência dos sujeitos ante tais práticas homogeneizadoras, e também em como pensar o sujeito potência que surge de processos de mortificação, tais como as práticas manicomiais.

Entendo que os efeitos da Política Nacional de Saúde Mental se evidenciam na presença das mulheres no campo da assistência em saúde mental, como “usuárias”, familiares, trabalhadoras e gestoras dos serviços de saúde; na hipermedicalização da experiência delas e sua articulação às assimetrias de gênero. Evidenciam-se também na possibilidade de falar da experiência de mulheres e homens acometidas/os por algum tipo de sofrimento da ordem do mental que por não terem sido asiladas em função de suas diferenças e/ou aflições, podem produzir novos significados para suas experiências, traçando itinerários terapêuticos e articulando saberes diversos.

Tal como discutido aqui, os conceitos e práticas presentes na/da Política Nacional de Saúde Mental são subvertidos, tensionados na articulação de diferentes modelos interpretativos, concepções, estratégias e práticas singulares e sociais. Estratégias singulares que não necessariamente atendem as normativas e as demandas do modelo biomédico. Reclamam seus mandatos. Perguntam: "*Louca, eu?*".

Referências bibliográficas

ALVES, Paulo César B.; SOUZA, Iara Maria A. "Escolha e avaliação de tratamento para problemas de saúde: considerações sobre o itinerário terapêutico". *In*: RABELO, Miriam *et al*. *Experiência da doença e Narrativa*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

AMARANTE, Paulo. *O homem e a serpente*: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

______. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

ANDRADE, Ana Paula M. de. "O gênero no movimento da reforma psiquiátrica brasileira". *In*: MALUF, Sônia W.; TORNQUIST, Carmem S.(Orgs.). *Gênero, saúde e aflição*: abordagens antropológicas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

______. "Sujeitos e(m) movimentos: uma análise crítica da reforma psiquiátrica brasileira na perspectiva dos *experientes*". Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BASAGLIA, Franco (Coord.). *A instituição negada*: relato de um hospital psiquiátrico. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. [Edição original: 1969].

______. *Conferenze Brasiliane*. Milano: Raffaello Cortina, 2000.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. [Edição original: 1966].

CARDANO, Mario. "Il male mentale. Distruzione e ricostruzione del sé". *In*: BONICA, Laura; CARDANO, Mario. *Punti di Svolta*: analisi del mutamento biografico. Bologna: Il Mulino, 2008.

DUARTE, Luiz Fernando D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

______. "A outra saúde: mental, psicossocial, físico-moral?". *In*: ALVES, Paulo Cesar; MINAYO, Maria C. S. *Saúde e doença*: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz,1994.

FOUCAULT, Michel. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

______. *História da loucura*: na idade clássica. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. [Edição original: 1972].

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

______. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. [Edição original: 1961].

MALUF, Sônia Weidner. "Gênero, saúde e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais". *In*: MALUF, Sônia Weidner e TORNQUIST, Carmem Susana (Orgs.). *Gênero, saúde e aflição*: abordagens antropológicas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

______. "Antropologia, narrativas e a busca de sentido". *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 12, p. 69-82, 1999.

______; TORNQUIST, Carmem Susana (Orgs.). *Gênero, saúde e aflição*: abordagens antropológicas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

PELBART, Peter Pál. *Da clausura do fora ao fora da clausura*: loucura e desrazão. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2009.

SILVEIRA, Maria Lucia da. *O nervo cala, o nervo fala*: a linguagem da doença. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

Gênero, conjugalidades e violência: uma proposta de intervenção sistêmica-feminista

Gláucia Ribeiro Starling Diniz[1]
Cláudia Oliveira Alves[2]

Existem muitas formas de ser casal e ser família. Ao longo da história social, no entanto, determinados modos de organização familiar adquiriram caráter de modelo normativo. Goldemberg (2001) retrata bem a questão ao apontar que embora a realidade revele formas de conjugalidades e de vida familiar inimagináveis há até pouco tempo atrás, sobrevive dentro de cada um e uma de nós a ideia da família nuclear composta por pai, mãe e filhos como o modelo "correto" ou ideal.

O fato é que a família, instituição sacralizada socialmente, é muito mais do que um grupo de pessoas que compartilha um mesmo espaço físico. À família foi delegada a função de transmissora de papéis, regras, valores, normas sociais, mitos, ideologias, tradições. A transmissão transgeracional marca, portanto, a experiência individual, relacional e social ao longo do ciclo vital (Ramos, 2011; Praciano, 2011). Afeta a promoção de bem-estar, ou seja, está diretamente ligada à qualidade de vida, às condições de saúde física e mental das pessoas.

O casamento é visto como a base para constituição das famílias. Diniz (2011) aponta que cada união entre duas pessoas produz trajetória única de conjugalidade, entendida como a dinâmica de funcionamento que é própria de cada casal. Essa dinâmica é produto da interação entre fatores pessoais, interpessoais, transgeracionais, econômicos, sociais e culturais. A diversidade de combinações entre esses fatores gera infinitas possibilidades de construção de trajetórias conjugais e familiares.

A definição de conjugalidade de Lederer e Jackson (1968), dois autores importantes do pensamento sistêmico, é adotada aqui pelo fato da mesma incluir uma perspectiva de gênero. Na concepção de Lederer e Jackson, a conjugalidade é um processo que envolve dois conjuntos de comportamentos complexos e em contínua mudança, o que torna impossível vivenciar harmonia perfeita ou permanente. Os papéis de gênero, atribuídos artificialmente a

---

[1] Doutora em *Marriage And Family Therapy Program* pela United States International University, hoje Alliant International University, San Diego, California, EUA. Professora do Instituto de Psicologia, da Universidade de Brasília (UnB).

[2] Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB).

homens e mulheres a partir da Idade Média, impõem lugares e comportamentos a ambos que dificultam a construção de um casamento saudável e funcional. De acordo com esses autores, esses papéis precisam ser descartados e reconstruídos, e a estrutura conjugal e familiar ser pautada pela prerrogativa masculina renovada. Essa mudança é vista como fundamental para que a vida conjugal e familiar possa acompanhar a tendência de valorização da igualdade entre as pessoas, independente de sexo, raça ou credo que passou a regular a vida social no período pós-guerras e após os movimentos contestatórios que emergiram na década de 1960.

Este trabalho problematiza dimensões de um tipo de conjugalidade – aquela marcada pela presença de violência, a partir de uma perspectiva feminista e de gênero. Examina brevemente o lugar e os efeitos dos discursos sobre papéis e atribuições dadas a homens e mulheres, suas semelhanças e diferenças, sob o relacionamento, a família e a sociedade para apontar como esses discursos e atribuições podem causar impactos na saúde mental das pessoas envolvidas. Por fim, apresenta uma proposta de atendimento a esses casais com base em uma perspectiva sistêmica feminista.

Do discurso à experiência: gênero e conjugalidades violentas

O aumento dos conflitos conjugais e das taxas de separação e divórcio tem sido tema de discussão na mídia e objeto de pesquisas. Outra questão que chama atenção é o aumento da presença de várias formas de violência, em especial da violência contra a mulher, no contexto da conjugalidade e da vida familiar. A incidência elevada, a extensão e a gravidade da violência presente no contexto da vida doméstica e familiar geram inquietações e demandam a atenção de diversos campos do conhecimento, entre eles a psicologia e, em especial, a psicologia clínica.

A conduta violenta no contexto das conjugalidades é marcada por parâmetros masculinos de conduta que foram incorporados ao longo da história social por homens e mulheres. Esses parâmetros foram referendados no contexto do patriarcado e preservados através da divisão de papéis e da organização de tarefas que estruturam a vida conjugal e familiar. Resultados de pesquisas realizadas pela equipe do Núcleo de Estudos de Gênero e Psicologia Clínica (NEGENPSIC), do Laboratório de Saúde Mental e Cultura do Departamento de Psicologia Clínica (IP/UnB) deixam claro que a adesão rígida aos papéis de gênero e a uma divisão tradicional de funções desempenha papel importante no desencadeamento e manutenção de dinâmicas relacionais violentas (DINIZ, 2011; 2013).

Pesquisa de Aguiar (2009) com participantes de grupos de homens autores de violência mostrou que a identidade desses homens estava fortemente ligada ao papel de provedor, restrito ao fornecimento das condições mínimas de provimento da alimentação e moradia da família. O cumprimento mínimo desse papel é visto como uma autorização para levar uma vida de solteiro com direito a noitadas para beber com os amigos, jogar sinuca, frequentar bailes de forró e casas de prostituição. Às mulheres cabe ficar em casa, cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos. O não cumprimento desse contrato dá aos homens o direito de agir de forma violenta.

Pondaag (2009) realizou pesquisa com casais encaminhados pela justiça a partir de denúncia de presença de violência formalizada por um dos cônjuges. Nesse contexto também as prescrições de gênero estiveram fortemente presentes. As mulheres viram os homens como grosseiros, nervosos e incapazes de dar carinho e atenção. Os homens, por sua vez, viram as mulheres como descontroladas, lamurientas, frias; elas reclamam demais e perdem o controle com facilidade. Ambos justificaram esses comportamentos como parte do ser homem e ser mulher.

A conduta violenta aparece como produto de um longo processo de aprendizado social que passa a ser atuado no cotidiano das relações. A experiência está interligada a uma teia que resulta da combinação de fatores como a dependência econômica e emocional, a lealdade e a preocupação com o parceiro e com os filhos (DINIZ, 2011, 2013). Ela é marcada, portanto, pela presença de sentimentos ambivalentes, de mensagens contraditórias, de crenças acerca da construção das identidades sociais e das expectativas relacionais que resultam em uma dificuldade de refletir sobre o relacionamento.

O casamento e a família como lócus de intervenção

Casais e famílias enfrentam desafios e precisam receber atenção e ajuda. Pessoas têm sido designadas socialmente para ajudar seus membros a lidarem com esses desafios. André de Carvalho-Barreto, Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke, Paulo César de Almeida e Eros de Souza (2009) apontam que estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) deixam claro que não existe nenhuma comunidade, cidade, nenhum estado ou país imune à presença de violência no mundo contemporâneo. A violência conjugal e outras formas de violência que ocorrem no ambiente doméstico são consideradas por essas organizações como um dos maiores problemas sociais e de saúde pública no mundo e também no Brasil. Profissionais de diversas áreas têm sido,

portanto, designadas socialmente para ajudarem os casais e as famílias a lidarem com esse desafio.

Ao longo da história, essa função de apoio às pessoas foi exercida por diversos atores sociais, tais como chefes do grupo ou tribo, xamãs, curandeiros(as) e líderes religiosos. Vários processos sociais produziram a necessidade do surgimento de atendimento e atenção específicos ao grupo familiar. A revolução burguesa e os movimentos de urbanização e industrialização provocaram mudanças profundas na organização social. Surge nesse contexto o movimento de higienização da família e de educação para a vida familiar.

Mais adiante, as guerras mundiais e a situação de crise social pós-guerras reafirmaram a importância do envolvimento de profissionais tais como médicos, religiosos, advogados, assistentes sociais, psicólogos, e educadores, com problemas conjugais e familiares. Esse contexto de crise levou ao surgimento do campo do aconselhamento conjugal e familiar. Entre 1929 e 1932 apareceram os primeiros Centros de Aconselhamento que ofereciam cursos informativos sobre casamento e vida familiar. Profissionais ligados a tais Centros faziam também intervenções caracterizadas por serem de natureza predominantemente individual e dirigida a uma das partes.

Foi na primeira metade do século XX que surgiu a teoria sistêmica, a terapia familiar e profissionais para lidarem exclusivamente com questões familiares. A Terapia Familiar foi fortemente influenciada pela *Teoria Sistêmica* desenvolvida pelo biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy. O objetivo de Bertalanffy era criar uma teoria que pudesse explicar o funcionamento de todos os sistemas vivos. Seu trabalho foi revolucionário por propor o conceito de totalidade – "o todo é maior do que a soma de suas partes" – assim, nem o todo pode ser entendido a partir do desmembramento de suas partes, nem a parte pode ser compreendida de forma isolada.

A ênfase da teoria sistêmica recai, portanto, sobre a interação entre as partes de um sistema ao afirmar que cada parte simultaneamente afeta e é afetada pelas outras, em um processo de interação complexo e contínuo. A transposição dessas ideias para a compreensão do funcionamento dos sistemas humanos levou a uma mudança de paradigma. Tanto a doença quanto a saúde mental, antes vistas como resultantes prioritariamente de processos internos e individuais, passaram a ser vistas como processos resultantes e afetados por interações familiares funcionais e/ou disfuncionais.

É nesse contexto que surge nos Estados Unidos, no período entre 1950 a 1960, a partir do trabalho de pioneiros independentes, a Terapia Familiar Sistêmica. O Instituto Nacional de

Saúde Mental (NIMH – National Institute of Mental Health) passa a apoiar trabalho intenso de pesquisa com base na inclusão das famílias no atendimento aos pacientes. Tem início o desenvolvimento de teoria a respeito da estrutura e do funcionamento de famílias com membros esquizofrênicos. Simultaneamente, em Palo Alto, na Califórnia, uma equipe de pesquisadores encabeçada por Gregory Bateson funda o Mental Research Institute (MRI), que se tornou conhecido no mundo inteiro. Dentre os trabalhos de maior destaque do grupo está o desenvolvimento da Teoria do Duplo-Vínculo, que tenta entender os padrões comunicacionais nas interações entre membros de famílias esquizofrênicas e que serve de base para o desenvolvimento da Teoria da Comunicação Humana.

A Terapia Familiar ganha espaço ao questionar a centralidade do indivíduo na teoria psicanalítica, ao formular críticas e propor a compreensão dos indivíduos como seres sociais, ou seja, marcados pelo contexto em que vivem. As pesquisas que ocorreram ao longo das décadas de 1950 de 1960 deram origem a estratégias de atendimento que culminaram nas várias abordagens de atendimento sistêmico, conhecidas hoje como *abordagens clássicas* da terapia familiar sistêmica. Essas abordagens da terapia familiar sistêmica foram muito importantes para a consolidação desse campo teórico e de intervenção. Cada uma privilegia elementos distintos da dinâmica e da estrutura familiar, mas todas são eficazes em lidar com dificuldades que surgem ao longo do ciclo de vida e do processo de desenvolvimento das pessoas no contexto de suas relações.

Ao final da década de 1970 e início da década de 1980 começam a surgir críticas que questionavam o arcabouço teórico que fundamentava os pressupostos das abordagens em terapia familiar sistêmica sobre o funcionamento familiar e suas práticas por parte de acadêmicos e acadêmicas que estavam de fora do campo da terapia familiar. Essas pessoas chamavam atenção para a postura da terapia familiar em ignorar as ideologias e os contextos sociais e políticos nos quais as famílias viviam. Sinais de descontentamento e críticas dentro do próprio campo da terapia familiar também passaram a ser formuladas e assumidas. Rachel Hare-Mustin (1978) foi uma das primeiras a chamar atenção para o fato de que a teoria sistêmica ignorava as questões de gênero. Sua voz se somou a de outras autoras para propor um diálogo entre os feminismos e a terapia familiar (Luepnitz, 1988). Essa questão passa a ser o foco de nossa atenção.

Os feminismos e a terapia familiar

O feminismo é um movimento caracterizado pela promoção de reflexões acerca da condição das mulheres na sociedade e pela luta, em diversos momentos históricos, para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres, tanto na esfera pública quanto privada. Existem muitos tipos de feminismo, mas o que eles têm em comum é a luta pela transformação da sociedade, de modo a garantir a plena participação de mulheres de diferentes classes, raças, níveis educacionais, nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais (ALVES, 2013).

Na década de 1960, também nos Estudos Unidos, ganha força a chamada segunda onda do feminismo. Mulheres acadêmicas e profissionais de diversos campos do conhecimento, entre eles a psicologia e a terapia familiar, ingressaram no movimento e passaram a colaborar na construção de seus referenciais teóricos. Fez parte desse processo de construção promover reflexões críticas dentro de cada campo específico do saber (ALVES, 2013).

As terapeutas feministas apontaram que se de um lado a adoção da teoria dos sistemas como modelo explanatório do funcionamento familiar foi revolucionária, de outro suas limitações precisavam também ser reconhecidas. De acordo com essas terapeutas, os principais conceitos da teoria sistêmica adotados de forma acrítica pela terapia familiar tendem a tornar invisíveis as consequências do sexismo e do patriarcado.

As críticas feministas às abordagens clássicas da terapia familiar estão centradas nos questionamentos acerca da adequação teórica das visões de família ao apontar a presença de pressupostos sexistas para ancorar a existência dos papéis familiares e no reconhecimento da visão limitada e romantizada das relações de poder no contexto da conjugalidades e da vida familiar. Rosine J. Perelberg (1994) filósofa, psicanalista e terapeuta familiar ressalta que, durante várias décadas, o campo da terapia familiar ignorou as discussões sobre os sexos e nesse processo privilegiou uma visão de família assexual e sem história. A autora aponta contribuições importantes das reflexões feministas para a terapia familiar:

- opor-se à ideia de existência de uma única forma de família natural e legítima;
- tomar a família como tema de análise social e histórica e dar às categorias sexo/gênero um papel central;
- salientar que os vários membros de uma família a conhece de formas diferentes;
- contestar a glorificação da maternidade como função primordial da mulher.

- trazer a presença do conflito, da violência e da desigualdade para o primeiro plano das discussões sobre família;
- enfatizar consistentemente a ligação entre família, economia e Estado;
- apontar a tendência da terapia familiar de enfatizar as dinâmicas interacionais e de separar essas dinâmicas das circunstâncias históricas e sociais em que a família existe; e
- salientar a importância de considerar que os relacionamentos entre homens e mulheres são sociais e, portanto, não são fixos ou imutáveis.

Narvaz e Koller (2006) apontam para a relevância de darmos visibilidade às contribuições advindas das teorias e práticas feministas. As autoras ressaltam que para além da militância, os feminismos, em função de sua ética e perspectiva crítica, têm muito a contribuir para a academia, a pesquisa e a prática clínica. Segundo as autoras, "outros modos de se pensar e se fazer teoria, pesquisa e terapia são encontrados nas epistemologias, nas metodologias e nas terapias feministas" (p. 648). A perspectiva sistêmica feminista constitui uma estratégia que tem o potencial de potencializar reflexões e oferecer ferramentas para o atendimento clínico.

Pressupostos da Perspectiva Sistêmica Feminista

Terapeutas de família que adotaram uma perspectiva feminista enfrentaram muitos desafios. Um deles foi mostrar que pressupostos e conceitos teóricos são construídos por pessoas que possuem um sexo, uma raça, uma classe que determinam o lugar social que ocupam e o conteúdo das ideias que propagam. Assim sendo, nenhuma teoria é ideologicamente imparcial. Abordagens usadas de forma acrítica podem levar a práticas sexistas.

Marianne Walters, Betty Carter, Peggy Papp, Olga Silverstein, terapeutas de família feministas americanas, ao reconhecerem a importância de a terapia familiar sistêmica lidar com as questões e necessidades das mulheres, fundaram o *Women's Project in Family Therapy* (Projeto das Mulheres na Terapia Familiar). Os objetivos do projeto, criado no final da década de 1970 foram dar visibilidade aos dilemas vividos pelas mulheres no casamento e na família, propor estratégias para lidar com questões de gênero nas famílias e nos atendimentos familiares e introduzir uma perspectiva feminista para a prática da terapia familiar. Walters (1994) sintetiza os parâmetros propostos por essas terapeustas para o exercício de uma prática sistêmica feminista:

- identificação das mensagens de gênero e dos construtos sociais que condicionam o comportamento e os papéis sexuais;
- reconhecimento das limitações reais de acesso das mulheres aos recursos econômicos e sociais;
- reconhecimento e identificação das marcas do sexismo que limitam as opções das mulheres para dirigirem suas próprias vidas. Constituem exemplos de ideias sexistas a crença de que as mulheres precisam dos homens para manter, dirigir e validar suas vidas; a negação do direito da mulher de controlar seu próprio corpo; a crença de que as mulheres são irracionais, ilógicas e excessivamente emotivas; a crença de que posturas e comportamentos autoconfiantes e autodeterminados sejam pouco femininos ou atraentes;
- reconhecimento de que as mulheres são socializadas para assumirem responsabilidade pelas relações familiares;
- reconhecimento das dificuldades, dilemas e conflitos relacionados ao ter filhos e criar filhos em nossa sociedade;
- reconhecimento dos padrões e expectativas que geram divisões e rupturas entre as mulheres de uma família na medida em que elas tentam adquirir poder através da relação com os homens;
- afirmação dos valores e comportamentos característicos das mulheres, tais como a capacidade de conectar, cuidar e nutrir emocionalmente;
- reconhecimento e apoio às possibilidades que existem para as mulheres de obterem realização e de uma terem uma vida plena além do casamento, da maternidade e da vida familiar.

A intenção aqui é afirmar e valorizar o lugar, a experiência e os modos de funcionar de mulheres. Fica patente uma crítica às teorias em psicologia, às ideias sobre individualidade, desenvolvimento, maturidade, autonomia que foram pautadas em modelos masculinos de funcionamento. Walters (1994) argumenta que tal processo de reconhecimento é fundamental para contrapor as várias maneiras com que teorias sociais e psicológicas têm reafirmado a inferioridade do feminino e tornado as mulheres patológicas, em função dos papéis que desempenham na vida conjugal e familiar. A autora afirma: “na prática da terapia de família a própria ausência de uma consciência dos sexos e as diferenças no desenvolvimento de homens e mulheres em uma cultura patriarcal serve ao mesmo fim” (p. 36).

A consciência de que esses processos, crenças e valores afetam a produção, a pesquisa e a prática pode evitar que esses vieses sejam reproduzidos nas intervenções psicológicas (DINIZ, 2003; EVANS, KINCADE, SEEM, 2011; NARVAZ; KOLLER, 2007). Os processos de saúde e de adoecimento psíquico, assim como as práticas profissionais, são influenciados por essas construções sociais e históricas, amplamente relacionadas às diferenças de gênero, poder, classe, etnia/cor da pele (RABELO, 2011). Homens, assim como mulheres são afetados e sofrem as consequências desse sistema social que privilegia e confere poder a uns – homens – e desqualifica e submete outros – mulheres (GIFFIN, 2005). Santos (2009) aponta com propriedade:

> A experiência do sofrimento psíquico é construída socialmente e traz em si a conformação dos valores e normas de uma determinada sociedade e época histórica. Em outras palavras, aquilo que parece ser algo extremamente individual, ou seja, a vivência de um conjunto de mal-estares no âmbito subjetivo, e também a vivência de cada um como mulher ou homem, expressa regularidades que são moldadas por uma dada configuração social (p. 1178).

A presença de violência no casamento e na família impacta a saúde mental de todas as pessoas envolvidas. Diniz (2011) aponta que homens e mulheres em situação de violência vivem em estado de estresse permanente. Intervenções que promovam reflexões sobre as histórias de vida e de violência conjugal são fundamentais. É nesse contexto que mulheres podem receber o apoio necessário para nomear suas experiências de violência, para ressignificá-las e para buscar alternativas para reconstruírem suas vidas. Os homens que maltratam também precisam entender que seu compartamento causa danos à saúde física e mental de suas mulheres e filhos. Os impactos das interações entre gênero, violência e saúde mental devem ser considerados no atendimento às mulheres, homens e casais que vivenciam situações de violência.

A Terapia Sistêmica Feminista no atendimento às Mulheres em Situação de Violência

O ressurgimento do feminismo na década de 1960 trouxe em sua bandeira de luta a afirmação de que o "pessoal é político". Esta afirmação significa que a vida pessoal reflete valores e dimensões da cultura, assim como esses valores e a cultura são impactados pelas vidas pessoais. Questões até então vistas e tratadas como específicas do mundo privado, ou seja, relacionadas à vida doméstica, familiar e sexual e identificadas com o pessoal foram trazidas para o espaço da discussão política. A ideia central era apontar o caráter político da

opressão sofrida pelas mulheres que a vivenciavam de forma isolada e individualizada (COSTA, 2006; EVANS, KINCADE; SEEM, 2011).

Nesse contexto, as situações de violência nos colocam os desafios de ampliar modelos explicativos, ou seja, as teorias que tentam dar conta do fenômeno. É fundamental também resistir à tendência à simplificação e/ou essencialização das experiências de violência. Estatísticas das denuncias recebidas pela Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres revelam que a maior parte das denúncias recebidas ao longo de seus dez anos de funcionamento foram de violência contra a mulher no ambiente doméstico. O cônjuge foi apontado como o agressor na maioria dos casos de agressão; e um grande número de pessoas disse sofrer alguma forma de violência diariamente. Esse quadro deixa evidente que as manifestações de violência são marcadas por parâmetros masculinos de conduta incorporados por homens e mulheres, referendados no contexto do patriarcado, e preservados através da organização, divisão de papéis e estrutura da vida conjugal e familiar (DINIZ, 2011).

Torna-se fundamental, também, que o/a profissional esteja atento/a à experiência vivida e à capacidade de nomeação dessa experiência. Angelim (2010) e Pondaag (2009) chamam a atenção para alguns fatores que fazem com que mulheres minimizem a responsabilidade do parceiro pela violência, tais como a presença de uso da bebida, drogas, desemprego, estresse. A crença em mitos sociais, tais como a visão de que comportamentos de ciúme, posse, controle são demonstrações de amor, é outro fator que contribui para a manutenção da violência.

É importante ressaltar a complexidade da experiência de casais em situação de violência. A conduta violenta é um elemento dentre vários outros. A permanência de mulheres em situações de violência está interligada a uma teia de lealdades, de dependência econômica e emocional. O desejo de permanecerem juntos e a preocupação genuína com os parceiros promove uma tendência nas mulheres de minimizarem a responsabilidade dos autores em função de atribuição de causas externas para a violência – alcoolismo, estresse, desemprego, sofrimento intenso vivido na família de origem. A tendência à autodesvalorização, em função da perpetuação social de mitos e estigmas em relação às mulheres é outro fator que as mantêm presas a seus parceiros (GUIMARÃES, 2009).

Atuar em situações de violência nos colocam os desafios de questionar o atendimento, a prática e rever a nossa postura profissional, ética e nosso compromisso social. Como profissionais, precisamos nos perguntar: 1) A que tipo de interesses estamos servindo quando

adotamos uma determinada teoria, um determinado ponto de vista sobre o comportamento e o funcionamento das pessoas, dos casais, das famílias?; 2) Como a forma que perguntas são formuladas afetam o tipo de resposta por parte de homens e de mulheres?; 3) Qual é o impacto produzido pela intervenção?; e 4) O nosso trabalho se coloca a serviço do que e de quem?

Há princípios em comum para a construção de uma prática feminista. Tais princípios derivam de filosofias feministas e variam de acordo com as autoras e os autores. Evans, Kincade e Seem (2011), assim como Worell e Johnson (2001), apontam alguns princípios gerais: 1) O pessoal é político, ou seja, os contextos socioeconômicos e políticos influenciam os problemas pessoais; 2) Clientes de ambos os sexos devem ser vistas/os como as/os especialistas acerca de suas experiências; e 3) Os sintomas dever ser vistos como habilidades de enfrentamento, uma vez que as/os clientes enfrentam os estressores da melhor maneira que podem.

A postura do e da terapeuta deve ser marcada pelo reconhecimento de que é impossível fazer uma psicoterapia livre de valores e pelo reconhecimento da desigualdade de poder entre homens e mulheres, entre terapeutas e clientes. O foco deve recair sobre a necessidade de buscar relações mais igualitárias dentro e fora da relação terapêutica e os valores feministas relevantes deverão ser compartilhados e problematizados com as/os clientes.

Psicólogas e psicólogos, assim como demais profissionais e pessoas que fazem parte de determinada sociedade, estão inseridas/os na cultura dominante e também são socializadas/os com os valores e crenças dessa cultura (EVANS; KINCADE; SEEM, 2011). As experiências profissionais e de vida acontecem, portanto, em um contexto ainda marcado por características patriarcais onde o masculino é o padrão referencial (WALTERS, 1994). Essa cultura patriarcal prescreve papéis de gênero rígidos e resulta, dentre outros desdobramentos, em relações desiguais de poder entre os sexos que atravessa tanto a vida pessoal, familiar, institucional e social. Afeta a formação acadêmica, a construção de teorias, a pesquisa e o exercício profissional. É fundamental, portanto, incluir uma perspectiva de gênero nesses contextos (DINIZ, 1999; COUTO-OLIVEIRA, 2007).

Evans, Kincade e Seem (2011) afirmam no prefácio de seu livro:

> Tornar-se um ou uma terapeuta feminista requer mais do que pensar sobre conceitos feministas e igualdade de gênero durante o trabalho com clientes. Envolve mais do que usar uma estratégia feminista específica, tal como a análise dos papéis de gênero com clientes. Vai além do ser uma mulher terapeuta que trabalha apenas com clientes do sexo feminino. É mais do que ser uma pessoa que apoia comportamentos

> que não estejam pautados em estereótipos de gênero para homens e mulheres. Terapia feminista é teoria feminista em ação no contexto das profissões de ajuda. Trata-se de trabalhar com clientes de forma que eles e elas possam atingir o seu mais alto potencial possível como indivíduos e como membros de uma sociedade mundial[3].

Ser terapeuta feminista não implica apenas usar técnicas feministas. O fundamental é a postura e a reflexão complexa acerca da realidade no sentido de seguir as filosofias da terapia feminista. É preciso atuar de modo a promover a valorização das experiências das mulheres, o empoderamento e a construção de relações igualitárias. É essencial que a terapeuta e o terapeuta feminista encontrem equilíbrio e integração entre seus valores e crenças e a ética de sua profissão. Por fim, cabe mencionar a importância de adotar postura aberta e que promova a integração de saberes de diversas áreas, uma vez que lidar com situações de violência demanda estar atenta à sua complexidade (RAMPAGE; AVIS, 1998).

A adoção de uma perspectiva feminista no atendimento a casais em situação de violência envolve considerar *gênero* como categoria básica da experiência humana. Implica ampliar as definições de casamento e família para englobar as múltiplas formas de viver as relações e entender que a igualdade e o companheirismo constituem bases saudáveis para as relações. Walters (1994) acredita ser fundamental a ampliação da noção de funcionamento saudável para incluir as necessidades das mulheres e para promover um equilíbrio entre questões familiares e individuais. Tal postura demanda a inclusão consciente na teoria e na prática da experiência da mulher em crescimento, em desenvolvimento, relacionando-se umas com as outras, com os homens e com as instituições sociais, criando filhos, trabalhando, e envelhecendo em uma cultura que ainda é definida pela experiência masculina.

Diniz (2013) chama atenção para uma série de paradoxos presentes nas relações conjugais violentas. Destaca ideias de Jablonski (1991; 1998) e de Giddens (2005) referentes à ação de forças externas que estão provocando mudanças no casamento e na família. Ambos os autores reconhecem que entre essas forças, estão os feminismos e os questionamentos que provocaram em torno dos papéis de gênero e da divisão sexual do trabalho, dos direitos e dos deveres de homens e mulheres no casamento, na família, na vida social. O fato é que as relações conjugais violentas deixam evidente um paradoxo essencial: novos discursos estão

[3] Texto original: “Becoming a feminist therapist is more than thinking about feminist concepts and gender equality while working with clients. It is more than using specific feminist strategies, like gender-role analysis, with clients. It is more than being a woman therapist who works solely with female clients. It is more than being supportive of gender-free behaviors for men and women. Feminist therapy is feminist theory in action in the helping professions. It is about working with our clients so that they can achieve their greatest possible potential as individuals and as members of a world society” (EVANS; KINCADE; SEEM, 2011, “Prefácio”).

presentes na sociedade, enquanto essas relações ainda são pautadas por práticas cotidianas conservadoras, marcadas pelo controle e pelo cerceamento da liberdade de mulheres e ainda pela desvalorização das contribuições das mulheres para a manutenção da vida e da saúde física e mental dos membros da família, independente da idade. Nesse contexto, a ideia de um casamento igualitário e livre de dominações e violências infelizmente ainda está longe de ser realidade.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Luiz. H. (2009). *Gênero e masculinidades*: *follow-up* de uma intervenção com homens autores de violência conjugal. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.

ALVES, Cláudia de O. (2013). *Psicologia e perspectiva feminista*: produção de conhecimentos, prática e programas de prevenção em Saúde Mental. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013.

ANGELIM, Fabio P. (2009). *Mulheres vítimas de violência: dilemas entre a busca da intervenção do Estado e a tomada de consciência*. Tese (Doutorado) – – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.

CARVALHO-BARRETO, André; BUCHER-MALUSCHKE, Julia S. N. F.; ALMEIDA, P. C.; DE SOUZA, E. "Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica". *Psicologia: Reflexão e Crítica*, n. 22, v. 1, p. 86-92, 2009.

COUTO-OLIVEIRA, V. *Vida de mulher*: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2007.

DINIZ, Gláucia R. S. "Até que a vida – ou a morte – os separe: análise de paradoxos das relações violentas". *In*: FÈRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). *Casal e família*: transmissão, conflito e violência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 191-216.

______. "Conjugalidade e violência: reflexões sob uma ótica de gênero". *In*: FÈRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). *Casal e família*: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia, 11-26. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 11-26.

______. "Gênero e psicologia: questões teóricas e práticas"**.** *Psicologia Brasil*, São Paulo, v. 2, p. 24-28, 2003.

______. "Condição feminina – fator de risco para a saúde mental?". *In*: PAZ, M.G. T.; TAMAYO, A. (Orgs.). *Escola, saúde e trabalho*: estudos psicológicos. Brasília: Editora da UnB, 1999. p. 181-197.

______; ANGELIM, Fábio. (2003). "Violência doméstica – Por que é tão difícil lidar com ela?" *Revista de Psicologia da UNESP*, n. 2, v. 1, p. 20-35, 2003.

EVANS, K; M.; KINCADE, E. A.; SEEM, S. R. (2011). *Introduction to feminist therapy*: strategies for social and individual change. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2011.

GOLDENBERG, Miriam (2001). "Sobre a invenção do casal". *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 1, n. 1. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/7693/5707>. Acesso em: 6 abr. 2014.

GIFFIN, Karen. "A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico". *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 10, n. 1, p. 47-57, 2005.

GUIMARÃES, Fabrício. "*Mas ele diz que me ama...*": impacto da história de uma vítima na vivência de violência conjugal de outras mulheres. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.

HARE-MUSTIN, Rachel. "The problem of gender in family therapy theory". *Family Process*, n. 26, p. 15-27, 1987.

LUEPNITZ, Deborah A. *The family interpreted*: feminist theory in clinical practice. New York: Basic Books, 1988.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. "Feminismo e terapia: a terapia feminista da família – por uma psicologia comprometida". *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 117-131, 2007.

______; ______. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

PERELBERG, Rosine Josef. "Igualdade, assimetria e diversidade: sobre as conceitualizações dos sexos". *In*: PERELBERG, Rosine Josef: MILLER, Ann C. (Orgs.). *Os sexos e o poder nas famílias*. Rio de Janeiro: Imago, 1994. p. 47-71.

PONDAAG, Miriam. C. M. *Sentidos da violência conjugal*: a perspectiva de casais. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.

PRACIANO, Maria do Socorro G. *Repercussões transgeracionais nas relações familiares de mulheres de baixa renda de Manaus*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2011.

RAMOS, Danusa Silva. *Gênero e geração*: permanências e mudanças na condição feminina. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2011.

SANTOS, A. M. C. C. "Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados". *Ciência Saúde Coletiva,* v. 1, n. 4, p. 1177-1182, 2009.

VIANNA, C. *Gênero e psicologia clínica*: risco e proteção na saúde mental de mulheres. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2012.

WALTERS, Marianne. “Uma perspectiva feminista para a terapia de família”. *In*: PERELBERG, Rosine Josef; MILLER, Ann C. (Orgs.). *Os sexos e o poder nas famílias*. Rio de Janeiro: Imago, 1994. p. 27-46.

WORELL, J.; JOHNSON, D**. “**Therapy with women: Feminist frameworks”. *In*: UNGER, R. K. (Ed.). *Handbook of the psychology of women and gender*. New York: Wiley, 2001. p. 317-329.

3. Mulheres e Literatura: Do Medievo à Contemporaneidade

Jogo de damas: papéis de gênero em *A dama do Bar Nevada*

Cíntia Schwantes[1]

A dama do Bar Nevada é o conto que dá título ao livro publicado em 1987, e ganhador do premio Galeão Coutinho, na categoria *conto*, no ano seguinte. Sérgio Faraco, natural de Alegrete, costuma situar suas narrativas no Rio Grande do Sul, e especialmente em Porto Alegre. O Bar Nevada que dá nome ao conto situa-se (embora apenas ficcionalmente) na Praça da Alfandega, o que também nos dá uma data aproximada para a narrativa, uma vez que essa denominação foi dada em 1979. Parte do calçadão, ela se situa no centro de Porto Alegre, uma área que, na época, já não era habitacional, embora menos degradada do que é atualmente. A modificação, que implicou a demolição de alguns imóveis tradicionais do centro da cidade, faz parte do conjunto de ações modernizadoras da capital gaúcha que vieram na esteira do milagre econômico, tal como apontado por Carlos Augusto Bissón. Assim, o contraste entre o velho e o novo se dá desde o espaço em que se passa a narrativa.

A praça, nessa época, funcionava, ao menos durante o dia, como área de socialização, como bem aponta o conto: mesinhas com tabuleiros de xadrez acomodavam homens idosos que ali se encontravam para conversar e jogar, ou, mais comumente, para ficarem em solidão compartilhada. O conto inicia-se em um final de tarde, que podemos situar por volta das quatro horas e meia, em que o anoitecer já se anuncia, também uma indicação de temporalidade que pode ser lida metaforicamente, referindo-se a uma época da vida.

Em sua análise do conto, Angélica Lopes considera que ambos os personagens que movem seu enredo são protagonistas, e que a personagem feminina está em uma situação de superioridade, desde o título, que a indica como "dama".

No entanto, o rapaz, que se encontra sentado na praça, matando tempo, é o personagem condutor, e é através de seus olhos que veremos os outros personagens, o que dá a ele uma vantagem inicial. Em primeiro lugar, os velhos, que ele conta como forma de se distrair. A cada contagem, há menos deles na praça. O fim da tarde pode funcionar como uma metáfora para o fim da vida, com a diminuição da população de velhos na praça como

---

[1] Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade de Brasília (UnB).

resultado da ação do tempo. Esses personagens são vistos pelo protagonista como pessoas que desistiram da vida, e a quem ele compara com bois, uma imagem carregada de passividade. Entretanto, alguns deles demonstram sentimentos mais intensos, como o velho que o encara, “ressentido”, o que o dota de uma certa urgência, que irá reverberar na personagem feminina.

Ao longo do conto, as imagens espaço-temporais funcionam como metáforas do envelhecimento: a ação se passa a partir da meia tarde, em uma parte da cidade que já se encontrava degradada, e a que a modernização, se restaurou em alguma medida, também desvirtuou de suas funções anteriores. A personagem condutora, um homem jovem, encontra-se imerso nesse universo, a contragosto, instado por sua pobreza. Na verdade, não sabemos o que ele fazia lá – tentara procurar emprego nos escritórios do centro da cidade? Ou apenas matava o tempo, completamente à deriva, pois não tinha sequer o quarto de pensão para voltar, uma vez que fora despejado por falta de pagamento?

Empurrado pela fome, ele entra no bar para comer a parca refeição que seu dinheiro pode comprar. Que seus recursos são limitados já sabemos, pois ele adiou o momento de entrar no bar uma vez que seria incômodo dormir faminto. E essa informação também será importante na hora em que ele se prontifica a pagar a conta, uma vez que ele não tem dinheiro suficiente. E isso é duplamente desapontador: o sanduiche da casa é pequeno, ainda menor em vista de sua necessidade. Juntamente com a descrição do ambiente, e sua própria localização, isso nos diz que se trata de um estabelecimento de baixa qualidade. Assim, podemos supor que a personagem feminina entra ali ou por uma questão de memória afetiva, posto que o centro da cidade foi, em outras épocas, lugar de estabelecimentos sofisticados, ou por vontade de contato humano – ou ambos.

Ela – não nomeada, como também o personagem masculino não o é – acaba sentando-se na mesma mesa que ele. Apesar do desconforto inicial – a primeira coisa que ele percebe nela é o excesso de maquiagem, uma tentativa mal sucedida de disfarçar a idade, bem como as roupas excessivamente coloridas e, segundo ele, “modernas”; a seguir, o perfume forte, que lhe provoca náuseas provavelmente por causa do estômago vazio – ele começa a conversar com sua companheira circunstancial. Ela relembra a época em que a Rua da Praia tinha várias casas de chá e contrasta com o momento presente, o que também pode ser lido como uma figuração de sua própria situação.

Pouco sabemos sobre ela além de sua idade e sua aparência, no entanto, ela conduz a conversação de formas a deixar seu interlocutor à vontade. Esse fato remete à educação das jovens na primeira metade do século XX no Rio Grande do Sul, a chamada “educação de

prateleira", que consistia, entre outras coisas, em saber conduzir uma conversação de modos a induzir o interlocutor a falar dos assuntos de seu interesse. Essa é uma habilidade necessária em sociedades agrárias, nas quais o contato social é esparso e concentrado em algumas datas específicas (feiras, festejos cívicos), e por isso precisa ser aproveitado ao máximo, entre outras coisas, para estabelecer relações afetivas que, de preferência, redundem em casamento. Esse era o caso da sociedade gaúcha até meados do século XX.

A personagem feminina demonstra domínio dessa habilidade: em breve ele descobre-se fazendo confidências a essa desconhecida com quem em um primeiro momento, nem sequer simpatizara. Ele aceita o convite para tomar um chá com ela menos pelo acompanhamento – torradas – que o ajudaria a não dormir com fome, e mais pelo fato de que ter uma interlocução com quem pudesse dividir seus problemas constituía verdadeiramente um luxo. É da confissão de seu estado de penúria que surge a proposta da interlocutora, uma proposta mais insinuada do que iterada: "– Se fosse fácil explicar eu já teria explicado, mas não imaginei que fosse tão difícil entender" (p. 116). Sua dificuldade de se expressar, e a dele, de entender, derivam de uma mesma razão: a dificuldade que temos de considerar uma mulher de idade como desejante.

O tema já foi explorado por vários profissionais, de diferentes áreas, e conta com uma literatura extensa. Nos limites deste artigo, citaremos apenas alguns autores que se debruçaram sobre a questão da sexualidade na velhice. Todos os autores resenhados aqui concordam que há um interdito social ao exercício da sexualidade na terceira idade. Alguns deles apontam para o fato de que as mulheres idosas enfrentam uma carga maior de interditos. De acordo com Messina, por exemplo, o fato de que a pessoa idosa perde a possibilidade de consumir a desvaloriza socialmente, o que pode ter um impacto negativo na libido, com reflexos não apenas na vida sexual, mas na qualidade de vida em geral.

A falta de perspectivas na velhice pode ter um impacto negativo na sexualidade, tanto de homens como de mulheres. Sobre as mulheres, no entanto, pesa o preconceito de gênero, além do preconceito de idade, que é devido ao consenso de que os idosos são ou bem hipersexualizados, ou, por outra, assexuados. Embora a função sexual se mantenha por toda a vida, inclusive para os idosos, "poucos são os que acreditam na existência de relações afetivo-sexuais na terceira idade e que exista uma continuidade da sexualidade para as mulheres, ou mesmo para os homens, que passaram dos sessenta anos" (ALMEIDA, p. 238).

Segundo Costa (*apud* Mendonça, p. 207), "... a mulher da terceira idade não comprometida psicologicamente é aquela que ainda vive e quer continuar vivendo a vida em

toda a sua plenitude, usufruindo daquilo que ela ainda pode oferecer e para a qual ela pode responder". Apesar de perceber as modificações corporais decorrente do processo de envelhecimento, algumas mulheres mantêm o desejo, entre outros motivos, por poderem usufruir da sexualidade sem temer uma gravidez indesejada.

No terreno da afetividade, por sua vez, a idade impões perdas, mas provê os indivíduos de mecanismos de compensação. Assim, segundo Mendonça (p. 207), para o estabelecimento de relações afetivas na velhice, "... são necessários ajustes e reconfigurações de ordem interna e externa, para serem capazes de amar, serem amadas com o vigor e as limitações, com os encantos e desencantos característicos da idade". A autora afirma, com base em sua pesquisa de campo, que a mulher na terceira idade não perde a capacidade orgástica. Ademais, o sexo como expressão de afeto e de comunicação mantém importância igual na vida dos indivíduos, independentemente da faixa etária.

Teresa Cristina Barbo Siqueira e Alciane Barbosa Macedo Pereira apontam para o fato de que o exercício da sexualidade é elemento constituinte da identidade das pessoas, e as mudanças enfrentadas no processo de envelhecimento impactam o próprio senso de identidade. Acrescentamos que, para as mulheres, esse impacto é ainda maior, uma vez que há de fato uma cessação da possibilidade de reprodução (o que não acontece com os homens). Além disso, uma vez que uma das funções femininas mais incensadas socialmente é a maternidade, o fim da capacidade reprodutiva atinge o cerne da identidade feminina.

A pesquisa conduzida por Doris Vasconcellos *et al.* aponta para os vários componentes da vivência do envelhecimento, que impactam o indivíduo fisicamente, bem como social e psicologicamente. Assim, nem todos os sujeitos da pesquisa, por exemplo, têm uma vida sexual tão ativa quanto desejaria. Afinal, como coloca Negreiros, "a sexualidade em homens e mulheres hígidos não se esgota" (p. 84). No entanto, a falta de oportunidade de manter uma vida sexual satisfatória é também apontada pela autora: "a mulher mais velha perde o status de objeto de desejo e suas oportunidades de intimidade sexual ficam muito limitadas. Além de sobreviverem mais tempo, são poucas as que têm chance de reconstruir uma vida afetivo-sexual" (p. 81).

A dama do Bar Nevada se refere a essa dificuldade: depois de ficar viúva, tivera oportunidades, se não de estabelecer relações, ao menos de exercer a sexualidade; isso não fica claro. No entanto, tivera medo. Ela não explicita o que a assustara, bem como não dá maiores informações sobre seu falecido marido, nem sobre suas circunstancias de vida, exceto por referir-se à pensão, que é seu único rendimento, e é "tão pequena que o senhor não

acreditaria" (p. 115). A falta de informações sobre ela além do estritamente necessário para que ela faça a sua proposta (o fato de que ela tem algumas joias e um pouco de dinheiro no banco), em contraste com as muito mais detalhadas informações que ele acaba fornecendo sobre si mesmo ao logo da conversa, em uma virada do enredo, coloca-a em situação de vantagem (afinal, a educação de prateleira era dada às jovens de boa família por alguma razão). A dama do Bar Nevada está em posições diametralmente opostas a seu interlocutor, que é um homem jovem. Ela é uma mulher velha, e isso a coloca duplamente na margem. No entanto, se a diferença de idade os opõe, a de gênero pode aproximá-los.

A informação mais importante sobre ela, portanto, é dada pelo narrador a partir dessa conversa: ela não havia se rendido, ainda esperava mais da vida que o mero passar dos dias. Isso a diferencia dos outros velhos, que se reúnem e apesar de ocuparem o mesmo espaço, pouco interagem, ficando isolados em sua solidão.

O que é central em seu encontro, entretanto, não é, ou não é apenas, o sexo. Ele a admira, por sua persistência em continuar vivendo, e não apenas sobrevivendo. É dessa forma que ela conquista o respeito dele, após a rejeição inicial, e são esses sentimentos que o movem. É interessante que o conto fecha com a dama deixando o bar, e não sabemos se o personagem masculino vai encontrar-se com ela.

O protagonista é, ele mesmo, um personagem às margens: não tem nenhuma habilidade em particular, não dura nos empregos, a esposa se divorciou dele (provavelmente em consequência de sua inabilidade como provedor), encontra-se sem, literalmente, um tostão. É essa situação que permite, por sua vez, a proposta da dama. Em primeiro lugar, em termos práticos: ele precisa de ajuda financeira, e com alguma urgência. Por outro lado, podemos supor que é essa falta de características masculinas tradicionais que permitem a ela confiar nele, não sentir medo dele, e, portanto, propor um encontro sexual com ele.

Na descrição inicial da personagem, o narrador informa que ela se pintava "como as coristas" (p. 109). O termo corista era aplicado às mulheres que cantavam e, principalmente, dançavam, em espetáculos de variedades, e tinham fama de serem de moral duvidosa. A expressão já permite ao leitor inferir o rumo da ação. No entanto, nos indica também um narrador que é contemporâneo da personagem feminina, uma vez que as coristas eram participantes dos shows de variedades, que já teriam saído de moda quando a personagem masculina tivesse, provavelmente, atingido a idade de frequentá-los. Assim, se o narrador compartilha o gênero da personagem masculina, ele guarda laços de geração com a

personagem feminina – o que pode explicar, ao menos parcialmente, sua simpatia em relação a ela.

Ao propor pagar por sexo, a dama se põe em uma posição masculina, uma vez que na nossa sociedade, essa é uma prerrogativa dos homens. Além disso, em virtude de sua idade, essa atividade sexual, se acontecer, não terá a possibilidade de levar a uma gravidez. Em uma sociedade patriarcal, na qual um dos elementos de controle da sexualidade feminina é a ameaça de uma possível gravidez que exporia o mau comportamento da mulher, a infertilidade implica uma medida de independência.

No entanto, não são esses elementos, na narração, que granjeiam a ela uma situação de superioridade na visão tanto do narrador quanto do protagonista, e sim a coragem demonstrada por ela. Antes da coragem, o que a impulsionara: seu ímpeto de vida: "... com mão trêmula, presa de uma agitação que nem de longe ele suspeitaria naquele corpo que julgara morto..." (p. 117-118), ela escreve um nome e um endereço, instando-o a visitá-la naquele momento. Sua urgência pode indicar o medo de se arrepender e falhar em levar a cabo a aventura à qual ela se dispusera, mas pode indicar também sua ânsia por abraçar a vida.

Tanto em suas características descritas como negativas – o perfume "nauseante", a maquiagem excessiva, as roupas exageradamente coloridas – quanto nas positivas – a vontade de viver expressa tanto na aparência inadequada quanto na proposta de sexo –, a dama do Bar Nevada se apresenta como uma personagem grotesca. Aplicado a personagens femininos, o termo indica, antes de qualquer coisa, a não conformidade com uma feminilidade normativa. Segundo Russo, o grotesco, nos corpos femininos, decorre de forças deformantes exercidas pela sociedade nessa superfície entendida como lugar da alteridade. O grotesco se estabelece necessariamente em relação a uma norma, que ele trai; assim, o corpo grotesco é aquele que desafia as regras impostas socialmente. Por isso, ele chama a atenção e se constitui como um "espetáculo" – afinal, ela se assemelha às coristas, e usa uma maquiagem descabida para sua idade.

A dama do Bar Nevada, em primeiro lugar, é velha: está fora da idade de procriação, portanto, sem propósito dentro de uma economia sexual que demanda, por um lado, produção, e por outro, controle da sexualidade, especialmente a feminina. Exatamente porque não pode produzir – ficar grávida – ela está, ao menos parcialmente, livre do controle exercido sobre os corpos femininos. A infertilidade, no entanto, é encarada como falha, que poderia ser compensada com uma atitude modesta, de recolhimento; entretanto, não é esse o caso aqui,

pois ela não se conforma aos mandados sociais em relação a seu gênero e idade. Sua descrição não deixa dúvidas quanto a isso: ela está inadequadamente vestida, excessivamente perfumada, e principalmente usa uma maquiagem exagerada que é o elemento mais importante da caracterização da personagem como grotesca. Russo aponta a maquiagem como um dos atributos desse corpo grotesco, que se caracteriza tanto pelo excesso, pela falta de equilíbrio, quanto pela inadequação.

No caso, temos um corpo feminino que procura aparentar o que não é, e o faz de forma inábil, acentuando sua "mentira". A personagem feminina é grotesca, pois se situa no terreno do impensável (aqui, um corpo velho que é desejante) e assim rompe com fronteiras que deveriam se manter inalteradas. No entanto, paradoxalmente, ela também o é exatamente porque procura ser adequada, ou seja, procura "ser" jovem e aprazível, como deve ser um corpo feminino, e não mede esforços para cumprir o mandado sobre como deve ser a sua aparência. Em suma, qualquer que seja a opção adotada pelo Outro, ele sempre estará em situação de desvantagem.

Assim, apesar de sua idade, ela demonstra, através de indícios corporais, que ainda abriga desejo por contato sexual. Essas manifestações entram também no terreno do grotesco: o suor, que se mistura à maquiagem, e as mãos trêmulas. As secreções, ao exporem o interior do corpo transladado para a superfície – deslocado, portanto – também provocam o efeito de desvio, de desequilíbrio, próprio do grotesco. Mesmo o sorriso, parte de uma feminilidade domesticada na educação das moças de família, passa a esconder o nervosismo. Além disso, a evidente urgência que ela põe em seu pedido de ajuda contribui para o efeito de grotesco.

Se for essa ânsia de vida que comove o jovem e de fato garante à dama, se não a aventura sexual que deseja (e que não sabemos se acontece ou não) ao menos a admiração dele, ela não deixa de construir a imagem de uma feminilidade que se opõe às regras de uma sociedade patriarcal, que são explicitadas exatamente por meio da inadequação da personagem. Afinal, trata-se de "uma mulher sozinha", ou seja, sua existência não se justifica por atender um homem, visto como seu marido já morreu e não há referência a filhos, de qualquer gênero. Esse é ainda outro componente de sua estranheza. Além, é claro, de sua transgressão maior, central para o andamento do enredo.

A personagem masculina, por sua vez, tampouco é adequada para seu papel de gênero. Talvez seja essa inadequação que permita a ele vê-la sob outro ângulo, e reconhecer nela uma beleza que vai além do utilitário e normativo: "O tempo a maltratara, mas ela não se entregara e era bonita, era muito bonita assim, lutando..." (p. 117). Ele, ao apresentar um corpo

masculino feminizado por suas peculiaridades, também se torna grotesco. Isso permite ao leitor prefigurar um final, afinal das contas, feliz, para essa narrativa deixada em aberto.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Thiago; LOURENÇO, Maria Luísa. Disponível em: <http://www.academia.edu/1020496/Reflexoes_conceitos_estereotipos_e_mitos_acerca_da_velhice>. Acesso em: 26 abr. 2014.

BISSÓN, Carlos Augusto. *Moinhos de Vento*: histórias de um bairro de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FARACO, Sergio. "A dama do Bar Nevada". *In*: ______. *Dançar tango em Porto Alegre e outros contos escolhidos*. Porto Alegre: LP&M, 1998.

LOPES, Maria Angélica. *A coreografia do desejo em* A dama do Bar Nevada. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fabio/ojs/index.php/fale/article/viewArticle/16255>. Acesso em: 26 abr. 2014.

MENDONÇA, Ana Maria Lima. *A sexualidade da mulher na terceira idade*. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26012809020>. Acesso em: 26 abr. 2014.

MESSINA, Monica. *Dimensões do envelhecer na contemporaneidade* Disponível em: <http://egp.dreamhosters.com/arquivo/messina.shtml>. Acesso em: 26 abr. 2014.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro. *Sexualidade e gênero no envelhecimento*. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n9_negreiros.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

RUSSO, Mary. *O grotesco feminino*: risco, excesso e modernidade. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SIQUEIRA, Teresa Cristina Barbo; PEREIRA, Alciane Barbosa Macedo. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/extensao/unati/arqs/UNATI_20.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

VASCONCELLOS, Doris; NOVO, Rosa Ferreira; CASTRO, Odair Perugini; VION-DURY, Kim; RUSCHEL, Ângela; COUTO, Maria Clara Pinheiro de Paula; COLOMBY, Patrick de; GIAMI, Alain. *A sexualidade no processo do envelhecimento*: novas perspectivas – comparação transcultural. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n3/a03v09n3.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

Mulher e violência na literatura: virando o jogo

Cristina Maria Teixeira Stevens[1]

O presente trabalho objetiva fazer um panorama da representação literária da violência contra a mulher. Após uma breve referência a textos da literatura clássica, analisamos algumas obras em que a mulher não é apenas o *objeto* da narrativa de autoria masculina. Focalizamos a mudança radical de tratamento desta temática na contemporaneidade, quando as mulheres, entre outras conquistas, também assumem a posição de *sujeitos* dessas inovadoras construções ficcionais e abordam o tema da violência como consequência da injusta dominação masculina na produção do conhecimento, dos valores religiosos e de paradigmas éticos e socioculturais.

É importante salientar que não optamos por explicações simplistas que construiriam apenas uma narrativa de vitimização das mulheres, colocando de forma maniqueísta os homens e escritores como algozes da nossa história e literatura. Obviamente, não se sustenta a tese de que os escritores estão defendendo as posições nas quais eles colocam as personagens femininas; a análise dessas obras demonstra que muitas vezes a intenção é precisamente a de criticar esses destinos que a sociedade tem historicamente reservado às mulheres. Nosso interesse é salientar as vozes submersas das mulheres na construção discursiva do nosso passado histórico e literário, onde elas aparecem sob uma perspectiva que considero parcial e distorcida, também – mas não apenas – neste aspecto da violência, das quais ainda têm sido vítimas. Na ficção contemporânea, entretanto, essas vozes emergem sem o objetivismo documentário da história, e problematizam esse silêncio milenar das mulheres, propondo novos "enredos" para as mesmas.

O livro *Maneiras trágicas de matar uma mulher*: imaginário na Grécia Antiga (Nicole Loraux) levou-me a refletir sobre a recorrência, na contemporaneidade, da posição de vítima indefesa das forças patriarcais que essa pesquisadora francesa identifica nas tragédias gregas. Após analisar personagens femininas identificadas em seu *corpus* riquíssimo, Loraux não

[1] Doutora em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade de Brasília (UnB).

poderia chegar a uma conclusão diferente: "É pelos homens que as mulheres morrem, é pelos homens que elas se matam com maior frequência" (1988, p. 51).

Nessas obras clássicas, a galeria de mulheres e homens que morrem de forma violenta não é pequena; entretanto, ao comparar vinte e uma personagens femininas com igual número de personagens masculinas, a pesquisadora constata uma enorme diferença de gênero em suas mortes. Enquanto os homens têm quase sempre uma morte gloriosa e heroica, que será perpetuada pela literatura clássica – tanto nessas obras como nos anais da história tradicional, as mulheres têm muitas vezes morte sacrificial, imposta pelas necessidades da cultura (violenta) dos homens. Para que a comunidade androcêntrica viva, muitas mulheres precisam morrer: lembremos o caso de Ifigênia, morta para servir aos fins da supremacia, leis e valores masculinos. Ela é sacrificada por seu pai Agamêmnon, que busca sua vitória na guerra de Troia (Ésquilo, *Agamêmnon*[2]). Essas jovens indefesas muitas vezes não são ouvidas sobre a decisão maior de suas vidas, como não o foram desde o nascimento.

Enquanto a morte ritualizada é destinada apenas às virgens, as mulheres "impuras" após o casamento têm outro destino; alguns dos exemplos analisados por Loraux evidenciam a grande de recorrência de suicídios: Fedra, a esposa de Teseus, apaixonada pelo enteado que a rejeita, enforca-se; Jocasta, a mãe de Édipo, suicida-se ao perceber o incesto que cometera; Leda, a mãe de Helena, enforca-se com vergonha da reputação da filha. Vale lembrar que Helena é fruto do estupro de Leda por Zeus, outra forma comum de violência (ainda) cometida contra as mulheres. Sua outra filha, Clitmenestra, não tem um fim menos trágico: é assassinada por seu filho Orestes, com a ajuda de sua filha Electra, para vingar a morte do pai, assassinado pelo amante de Clitmenestra – que, na verdade, queria vingar-se da morte da filha Ifigênia.

O suicídio, esta solução trágica, reprovada pela moral, é talvez a única forma de autonomia concedida à mulher pelos autores trágicos; não representa, portanto, o fim glorioso para uma vida de glória – esta sim, sempre reservada aos homens, os quais recebem honrarias por morrerem no cumprimento do ideal cívico da guerra.

A morte viril acontece por ferimentos graves, muitas vezes exibidos com orgulho como prova de coragem e de lutas heroicas; esses ferimentos mortais atingem variadas partes do corpo do guerreiro: o pescoço, o baixo ventre, a fronte, as têmporas, o flanco, o peito, os pulmões, a virilha, o umbigo; lembremos o valoroso Aquiles, cuja morte é causada pelo

[2] A autora menciona também a versão de Eurípides, na qual ela é salva por Artemisia e levada para Tauris, onde realiza sacrifícios humanos.

ferimento em seu calcanhar. O homem pode oferecer o peito como sinal de bravura em um conflito que sempre é registrado em proporções épicas; a mulher, ao contrário, teria este gesto interpretado como desnudamento desavergonhado e condenável. Lembra-nos Loraux, não sem ironia, que "a tragédia dá ao homem um corpo incomparavelmente mais diversificado que o da mulher, ao menos no que concerne às vias de acesso à morte" (1988, p. 97).

A morte das mulheres não interessa à *pólis*, e as narrativas destinam sempre um espaço secundário para este acontecimento: isto se dá muitas vezes no aposento conjugal, e sempre no domínio do privado, no domínio da privação, como foi sua vida. E, mesmo mortas, continuam servindo aos homens, ao tornarem-se esposas para Hades. Sendo o suicídio uma morte condenável, essas mulheres recebem a sanção institucional de uma sepultura solitária e esquecida, localizada sempre à margem da cidade. O silêncio sobre essas mortes se perpetua pelo silêncio do anonimato, do negligenciamento nos registros – ficcionais, mitológicos, historiográficos. Não podemos esquecer que a construção da memória, no mito, na história, na história literária, é também construção de esquecimento.

As narrativas épicas fartamente ilustradas no brilhante estudo de Loraux, só levariam a uma constatação irrefutável:

> Seja qual for a liberdade oferecida pelo discurso trágico dos gregos às mulheres, ele lhes recusa a de transgredir até o fim a fronteira que divide e opõe os sexos. Sem dúvida a tragédia transgride, confunde, esta é sua lei, esta é sua ordem. Mas nunca a ponto de subverter irreversivelmente a ordem cívica dos valores (1988, p. 108).

Vozes femininas – quebrando a cultura do silêncio

A literatura produzida por mulheres tem explorado criativamente essas questões, não apenas da violência contra as mulheres, mas a ausência de suas vozes na história para registrar esse e outros aspectos de suas vidas. Na obra metateórica *Um teto todo seu* (1929), Virgínia Woolf busca encontrar um passado das mulheres nos registros históricos tradicionais, sobre como elas viviam em outros séculos. Ela encontra vários livros, todos escritos por homens, sobre os quais comenta ironicamente, para uma plateia de mulheres: "Vocês têm ideia de quantos livros são escritos sobre mulheres no período de um ano? Vocês têm ideia de quantos são escritos por homens? Vocês têm ideia de que vocês são, talvez, o animal mais discutido do universo?" (WOOLF, 2000, p. 24).

Essa obra, que é ao mesmo tempo teórica, poética e narrativa, tem contribuído não apenas para os feminismos, mas também para o processo de problematização da historiografia contemporânea – no caso específico de que trata o livro de Woolf, a historiografia literária.

A literatura tem contribuído para o rico processo transformador que está em curso na história; muitas obras têm problematizado a distinção entre a verdade histórica e a verdade estética, oferecendo uma perspectiva mais crítica com relação à construção inescapavelmente discursiva do que é considerado verdadeiro e também fato histórico digno de registros. Sem querer detalhar-me no complexo debate sobre a função mimética do romance, registramos a contribuição da pesquisadora canadense Linda Hutcheon, que vê a história e a literatura como discursos relacionados. Seus estudos baseiam-se na consciência de que tanto a história como a ficção são discursos e que, portanto, não há uma garantia firme de verdade para o discurso da história. Ela enfatiza a provisionalidade e indeterminação das construções humanas, principalmente as construções discursivas que constituem a natureza intrínseca da história e da literatura. Em seu livro sobre pós-modernismo, Hutcheon cria o termo *metaficção historiográfica*, que ela define como

> romances que são intensamente auto-reflexivos e ao mesmo tempo paradoxalmente também se apropriam de eventos e personagens históricos. [...] A metaficção historiográfica faz indagações epistemológicas e ontológicas. Como conhecemos o passado (ou o presente)? Qual o status ontológico do passado? De seus documentos? De nossas narrativas? (1988, p. 50).

Obras classificadas como tal, possuem uma autorreflexão consciente e uma preocupação com a história, cruzando a barreira entre historiografia e ficção e tornando a distinção entre esses gêneros mais fluida e complexa. Os romances fazem uso dos registros históricos – tanto do que consta neles, quanto do que poderia ter sido omitido, que a literatura (re)constrói.

Não é coincidência que as mulheres estejam em posição de destaque nesse processo de questionamentos e inovações do fazer historiográfico e literário, tendo em vista a importância reduzida que foi dada a elas até um passado recente. O não dito a respeito das mulheres torna-se terreno fértil para a especulação e criação por parte dos autores que, com liberdade poética, "mentem verdadeiramente". Na atmosfera atual de inúmeras formulações teóricas do pós-modernismo, esses romances problematizam a noção de objetividade e transparência da linguagem, expondo assim as limitações e parcialidades do nosso sistema discursivo.

Esta característica metaficcional historiográfica de muitos romances contemporâneos foi antecipada por alguns/mas autor@s, dentre el@s, Virginia Woolf, pois também assim poderíamos caracterizar seu ensaio narrativo *Three Guineas* (1938), um livro de perfil desafiadoramente inovador, um ensaio pacifista, feminista, antifacista, anti-imperialista que explora com mestria a questão da violência. *Guineas* transita com hábil sutileza pela história e

pela ficção, ao trabalhar a relação intrínseca entre gênero e violência – neste caso, a violência da iminente Guerra Mundial. A obra nos fala sobre como as mulheres são afetadas pela violência das guerras, das quais nunca saem vencedoras; elas perdem seus pais, esposos, filhos, familiares, e, sem tê-los provocado, enfrentam as vicissitudes e dolorosas circunstâncias desses episódios penosos e constantes da sociedade patriarcal.

Three Guineas pode também ser considerado um corajoso experimento epistemológico e metaficcional sobre como se produz história com um romance epistolar, gênero bastante utilizado pelas escritoras do passado – uma espécie de estratégia de aceitação, provavelmente porque cartas e diários eram as únicas formas de escrita permitidas às mulheres pela sociedade patriarcal na qual vivíamos.

A inteligente ironia de Woolf permeia todo o livro desde seu início, quando a narradora comenta sobre uma carta que recebe – cuja resposta não envia, apesar de escrever a sua resposta (na verdade, a estratégia para escrever a obra): "Uma carta admirável – uma carta talvez única na história da correspondência humana, pois quando antes um homem educado perguntou a uma mulher a opinião desta sobre como evitar uma guerra?" (2006, p. 3). A distância abismal entre homens e mulheres, observa a narradora, mesmo entre aquel@s que pertencem à classe média, torna a compreensão entre amb@s quase impossível. A falta de acesso das mulheres às universidades, ao mundo das profissões qualificadas, aos vários espaços de poder são aspectos que a narradora expõe, utilizando material não ficcional para fundamentar suas ideias. O livro integra em mais de um terço do seu conteúdo (em forma de notas[3]) material que a autora colecionava em seu *scrapbook* (álbum de recortes), o qual continha fragmentos de cartas, diários, recortes de jornal, fotos, canções de ninar; com esses dados, Woolf exemplifica e registra o tratamento dado às mulheres na igreja, no trabalho, e no limitado acesso à educação, entre outros espaços públicos aos quais à mulher não é dada a oportunidade de ingressar.

Woolf utiliza essas fontes até então não legitimadas pela historiografia, mostrando-nos como a história das mulheres – mártires, educadoras, reformistas, feministas, profissionais, proletárias etc. – pode ser imaginada e recuperada; para isto, precisa recorrer a esses documentos, considerados não confiáveis pelos historiadores, e que a autora resgata com coragem inovadora, sensibilidade e inteligência criativa. São essas as "armas" mais eficazes da autora, no combate à violência ao qual a narradora do livro é convidada a integrar.

[3] Na edição que utilizo, o texto tem 170 páginas, e as notas, 104.

Woolf expõe as injustas diferenças entre homens e mulheres no que concerne ao acesso à educação formal e ao espaço público das profissões e da política, tradicionais espaços de poder sempre ocupados pelos homens. Ao final de sua rica e instigante argumentação sobre estratégias eficazes para prevenir a guerra iminente, Woolf chega à única conclusão possível, ao responder ao pedido de ajuda às mulheres:

> Uma vez que somos diferentes, nossa ajuda deve ser diferente. […] Como consequência, a resposta à sua pergunta deve ser que a melhor forma de ajudá-lo a evitar a guerra não é repetir suas palavras e seguir seus métodos, mas encontrar novas palavras e criar novos métodos. […] O objetivo seria o mesmo para ambos; seria o de "assegurar os direitos de todos – todos os homens e todas as mulheres – aos grandes princípios de Justiça, Igualdade e Liberdade" (2006, p. 170).

History - Herstory

Os romances metaficcionais historiográficos desenvolvem uma reconstrução crítica dos registros históricos tradicionais, sem, no entanto, objetivarem substitui-los, uma vez que revelam sua natureza de construção discursiva, que como tal pode ser indefinidamente desconstruída e reconstruída. Ao compor essa dialética entre ficção e história, essas escritoras expõem seus processos criativos como parte integrante da obra; explicitam claramente, através de suas diferentes estratégias narrativas, que essas verdades histórico-ficcionais são apenas representações – em palavras – de uma realidade que jamais poderá ser captada em sua totalidade. O silenciamento das mulheres no/sobre o passado nos faz lembrar o conceito psicanalítico do "retorno do reprimido", da energia potencialmente transformadora que se concentra nesses buracos negros da historiografia tradicional, os quais estão sendo criativamente explorados pela narrativa ficcional de autoria feminina, como veremos a seguir.

No século V, Socrates Scholasticus, em sua *Ecclesiastical History*, assim descreve uma filósofa grega do Neoplatonismo, logo após a sua morte:

> Havia uma mulher em Alexandria chamada Hipatia, filha do filósofo Theon; ela realizou grandes feitos em literatura e ciência, que superaram aqueles de todos os filósofos de seu tempo. Sucedendo a escola de Platão e Plotinus, ela explicou os princípios da filosofia para os que iam ouvi-la, muitos dos quais viajavam grandes distâncias para receber seus ensinamentos. Em razão de sua autoconfiança e comportamento agradável, que ela havia naturalmente adquirido enquanto cultivava sua mente, ela frequentemente aparecia em público, na presença de magistrados. Também não se sentia envergonhada diante de uma assembleia de homens, pois todos eles, em virtude de sua extraordinária dignidade, a admiravam mais ainda[4].

[4] Disponível em: <http://books.google.com.br/books/about/The_Ecclesiastical_History.html?id=0hDLtLLNoqAC&redir_esc=y>. Acesso em: 30 jan. 2013.

Hipatia viveu no Egito durante a dominação romana, e foi reconhecida como a primeira mulher matemática de que se tem notícia nos registros históricos; ensinava também filosofia e astronomia. A autoria de vários trabalhos de Hipatia pode ser identificada em citações de autores medievais e modernos. Entretanto, nenhum dos seus trabalhos sobreviveu; apenas uma carta de 16 páginas a ela enviada por um de seus inúmeros discípulos e outras evidências fragmentadas[5] posteriormente pesquisadas. Os trabalhos a ela atribuídos foram produzidos em colaboração com seu pai, a quem aparentemente superou ainda bem jovem. Pelas fontes indiretas, sabe-se que ela era bela, independente, dirigia seu barco, sua carruagem, cavalgava por longas distâncias, e tinha uma vida amorosa intensa – lembremos que a castidade no mundo helênico não era importante. O público que a assistia parece ter sido bastante numeroso, podendo chegar a milhares de ouvintes. Essas informações obtidas nessas fontes indiretas, escassas e parciais nos levam a imaginar os demais silêncios que pavimentam não apenas a construção da história, da literatura, mas também da ciência, da fé, das primeiras concepções filosóficas sobre ética.

Não é difícil antecipar o destino dessa mulher. Ela não era cristã, era mais popular que a Igreja, respeitada por todos que participavam de suas aulas: judeus, pagãos, estrangeiros, cristãos. Hipatia foi esquartejada e queimada em local público na cidade de Alexandria, que atravessava um período conturbado por conflitos religiosos no início do século V. Após sua morte, seus trabalhos – que podiam ser encontrados nas bibliotecas do mundo antigo – desapareceram.

Sobre essa personagem, (re)criada no romance *Flow down like silver. Hipatia of Alexandria* (2009), nos fala a autora, a escritora estadunidense Ki Longfellow: "Basicamente, tive que criar quase tudo […]. Se eu fosse aquela mulher, se tivesse vivido naquela época, o que eu teria feito? Eu simplesmente imaginei-me na posição dela. (…)"[6]. Além do romance, foi produzido no mesmo ano o filme *Agora*. Como o romance de Longfellow, o filme também responsabiliza Cyril, o Bispo de Alexandria (canonizado posteriormente), pela sua morte cruel em 415. Existem versões contraditórias sobre isso, apesar de narrativas, como a de Socrates Scholaticus, contemporâneo de Hipatia afirmando a responsabilidade da Igreja. Nunca saberemos.

[5] Cf. extensa bibliografia na área da matemática, na qual a importância de Hipatia é reconhecida, e que Longfellow inclui no romance *Hipatia*. Disponível em: <http://matematicaprofcarla.blogspot.com.br/2010_09_01_archive.html>. Acesso em: 30 jan. 2013.

[6] Disponível em: <http://www.screencast.com/t/NTFkOWNhM>. Acesso em: 30 jan. 2013.

O romance é construído com múltiplos pontos de vista: o da própria Hipatia, o de Cyril – que a considerava seu maior inimigo; o de Minkah, o escravo egípcio que a amava e torna-se seu servo fiel e amante devotado; o de Jone, sua irmã mais nova. Jone é explorada e abusada pelo cristianismo, a quem busca fervorosa e fanaticamente como refúgio para sua extrema ignorância e fragilidade intelectual, que provocavam desprezo do pai; isto provocou nela uma forte inveja transformada em ódio mortal pela brilhante irmã. É através dessas perspectivas múltiplas, (de)formadas por sentimentos múltiplos e contraditórios, que a ficção nos traz Hipatia de volta.

A personagem introduz três dos quatro livros que estruturam a obra, compensando o injusto silenciamento desta admirável pensadora da cultura clássica. Sem preocupações com a exatidão dos fatos históricos, o romance se inicia com o incêndio de uma biblioteca, de onde Hipatia tenta salvar seu precioso conteúdo, os livros, “o sangue da vida” (LONGFELLOW, 2009, p. 1). O leitor é tentado a identificar – erroneamente – esse incêndio com aquele que destruiu a famosa Biblioteca de Alexandria, construída no século III A.C. Não é este o compromisso da ficção, que “transvê”, transmuta a verdade irrecuperável, para criar um mundo possível, não o mundo real que a história tenta captar, como nos lembra Aristóteles em sua *Poética*.

Enquanto os personagens masculinos estão envolvidos em intrigas políticas, em corrupção, jogos de poder e interesses egoístas, além de outras ações e pensamentos violentos e condenáveis, o interesse central dessa brilhante filósofa e cientista é a força do conhecimento, que ela busca incessantemente e também torna acessível a todos que desejam aprender com ela.

Em sua morte, nos eventos narrados na última parte do livro – que mereceu da autora o título simbólico de “A morte da luz” (2009, p. 262), Hipatia reflete com calma que apenas seu corpo grita de dor, não seu espírito. Os detalhes cruéis de sua morte são narrados de forma breve e indireta por Minkah, impotente para ajudá-la, pois também foi mortalmente ferido: “minha amada caminhou em direção a eles e é meu destino assistir Peter golpeá-la, um corte profundo e assustador que atravessa seu seio; então cada vez mais fanáticos criam coragem em seu fervor cego e equivocado, todos querendo compartilhar dessa doença” (2009, p. 94). Entretanto, são de Hipatia as últimas palavras do romance, quando analisa com tranquilidade os desdobramentos desses atos monstruosos; contrariamente ao lamento de dor de seu amado.

A autora transfere para essa personagem o poder de, já morta, imaginar o destino que deve ter sido o de sua contraparte histórica, uma vez que são confusas as narrativas sobre esta.

Essa voz "morta" provoca no leitor reflexões sobre o silêncio da voz feminina em nosso passado. Hipatia analisa com distanciamento – como se não estivesse falando de seu trágico fim, os desdobramentos terríveis do comportamento irracional dos sedentos por poder e fanáticos religiosos dos quais ela é vítima; são palavras confiantes, como foram as palavras faladas por ela no romance e – quem sabe? – na vida real, como testemunham os inúmeros registros posteriormente resgatados[7]:

> Coitado do Cyrill. Seu horror corta meu coração Posso escutar as palavras que passam por sua mente quando eles descerem a boca do Theopilus [onde se encontra o corpo de Hipatia]: *quem mataria alguém como você? Você é uma dádiva de Deus*. Depois, seus ajudantes, escondidos em túnicas escuras queimarão meu corpo mutilado em um local denominado Cynaron. Mais tarde, Orestes fugirá desta cidade que mergulha na loucura. Quanto a Augustine, ele também conhecerá a loucura. Demônios aparecerão para ele. Jone irá perambular sob o sol, até enlouquecer. Um dia ela irá clamar pela morte. Não consigo ver mais longe, mas espero que Deus lhe conceda este desejo. Quanto a Cyrill – que agora chora, pois acredita que o inferno é o seu destino – ele encontrará uma forma de se distanciar de tudo que aconteceu aqui por ordem dele e quando isto acontecer, ele removerá meus livros de todas as bibliotecas e os queimará (2009, p. 295).

E agora, aonde vamos?[8]

A obra não ficcional *O livro negro da condição das mulheres* (2007) nos mostra uma realidade aterrorizadora da sociedade contemporânea que, infelizmente, não habita apenas as páginas das produções ficcionais brevemente resumidas acima. Organizada pela pesquisadora francesa Christina Ockrent, suas 734 páginas registram – com base em textos da Organização das Nações Unidas – a violência contra as mulheres, que não é apenas literária, mas literal. Mais de quarenta colaboradoras apresentam suas pesquisas sobre essas "zonas de sombra" do mundo contemporâneo. O livro nos choca pelos estudos internacionais que revelam o lado mais negro da condição das mulheres, onde religião, costumes e tradições ainda desafiam a lei, colocando as mulheres em total subordinação aos homens, quaisquer que sejam as intenções dos mesmos para com elas.

Apesar da publicação, em 1993, da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, documento da ONU que define a violência sexista, mulheres – sobretudo, mas

---

[7] No final do romance, a autora nos apresenta uma extensa lista de livros nas áreas de matemática, filosofia, ciência e religião, nos quais Hipatia é mencionada.

[8] Dirigido pela libanesa Nadine Labaki, o filme *E agora, aonde vamos*? (*Et maintenant, on va où?*) conta a história de conflitos entre católicos e mulçumanos sob a perspectiva das mulheres de um vilarejo do Líbano. Sempre vítimas da violência que esses conflitos geram, elas utilizam estratégias tipicamente femininas,o que acrescenta um toque ousado de bom humor e até comédia no tratamento de tema tão sério e complexo como a questão religiosa no Oriente Médio.

não apenas, na África e no mundo árabe – continuam sendo assassinadas, queimadas, executadas por apedrejamento, vítimas dos mais diversos tipos de abuso, violência e violação dos direitos mais fundamentais do ser humano, simplesmente porque são mulheres. Além do feminicídio, muitas mulheres que não morrem continuam sendo mutiladas, vendidas, prostituídas, escravizadas, humilhadas. A excisão e infibulação continuam sendo praticadas com certo grau de liberdade, com morte frequente e aniquilamento de sexualidade futura para essas indefesas vítimas de uma sociedade nitidamente misógina.

Os maus tratos conjugais – não apenas de natureza física ou sexual, que também sofrem, não são privilégio dessas mulheres do mundo oriental. As estatísticas brasileiras nos envergonham, pois ainda convivemos com essa realidade inaceitável em nosso país. Violência física e psicológica, assédio sexual, estupros, espancamentos e assassinatos de mulheres, frequentemente cometidos por maridos e companheiros, são analisados no texto das pesquisadoras brasileiras Lana Lage e Maria Beatriz Lage, no capítulo "Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social"[9].

As conclusões das pesquisadoras, a partir dos inúmeros relatos que nos apresentam, não surpreendem: na esmagadora maioria das vezes, a impunidade do agressor é o *grand finale* desses acontecimentos trágicos. A promulgação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 07.07.2006) conceitua a violência doméstica contra a mulher; entretanto, alertam Lage e Nade, a lei tem encontrado obstáculos à sua implementação e até questionamentos sobre sua constitucionalidade. As pesquisadoreas reproduzem o comentário desalentador da procuradora Luiza Nagib Eloi, do Ministério Público do Estado de São Paulo, ao analisar mais um caso de desqualificação de crimes passionais, dos quais as mulheres continuam sendo vitimadas:

> […] É inacreditável que, com tantos avanços conquistados pelas mulheres ao longo do último século, os crimes passionais continuam ocorrendo no País. […] Na conduta do criminoso passional encontra-se embutida uma causa exógena, ou seja, uma pressão social pra que ele não aceite a autodeterminação da mulher. Além do fato em si de ter sido desprezado, o passional preocupa-se em mostrar aos amigos e familiares que ainda continua no comando de sua relação amorosa e castigou com rigor aquela que ousou desafiá-lo (2012, p. 307).

Na literatura brasileira, a escritora cearense Raquel de Queiroz nos presenteia com *Memorial de Maria Moura* (1992), romance inovador que coloca a mulher como agente de comportamentos violentos e desafiadores. Cabe observar que o Memorial não é um gênero narrativo muito utilizado na produção literária mais recente; é sintomático que a autora tenha

[9] PINSKI; PEDRO (2012, p. 286-313).

escolhido este gênero, um registro escrito tradicionalmente utilizado para relatar fatos e pessoas considerados memoráveis, para narrar os feitos desta admirável personagem feminina.

Bravura em corpo de mulher, guerreira em busca de justiça, ainda que segundo sua concepção, que não se coaduna com a visão da sociedade nem com preceitos éticos e morais difundidos em sua época – o século XIX, sobretudo no ambiente do nordeste rural onde as memoráveis aventuras desta audaciosa personagem se desenvolvem. Maria foi criada praticamente pela mãe, já que seu pai havia falecido; entretanto, tem grande apego à memória do pai, de quem guarda não apenas lembranças, mas também papéis relativos à posse de terras que ela decide recuperar quando adulta. Seu pacto é com o pai, cuja presença parece algo constante, preservando seus valores e desejos. Diferente da personagem guerreira de Guimarães Rosa, entretanto, seguir a "lei do pai" lhe oferece vantagens.

Apesar das roupas masculinas, Dona Moura se impõe como mulher, ao contrário de Diadorim, cujas vestimentas de homem adquirem dimensões profundas em sua personalidade e visão de mundo. Ela luta em defesa daquilo que acredita ser seu direito, nem que isto lhe traga a morte. É interessante observar, entretanto, que não há um final trágico narrado de forma definitiva: "– Se tiver que morrer lá, eu morro e pronto. Mas ficando aqui eu morro muito mais. Saí na frente, num trote largo. Só mais adiante segurei as rédeas, diminuí o passo do cavalo, para os homens poderem me acompanhar" (QUEIROZ, 1992, p. 482).

Uma obra aberta, *Maria Moura* deixa para o leitor a decisão sobre o destino final dessa lendária heroína, e as implicações dessa escolha em uma dimensão mais ampla e complexa; acreditar que Maria Moura sobrevive à batalha final pela defesa de suas terras contrasta fortemente com o destino trágico de tantas mulheres fortes que, como Diadorim, são "contempladas" com a morte – um destino que resolve de certa maneira as contradições de gênero desta personagem.

É interessante observar que os caminhos de sua força continuam sendo moldados pelo modelo masculino – o de seu pai, que parece sobreviver dentro dela, orientando-lhe as ações e sentimentos. Isto me faz lembrar o desenvolvimento dos movimentos feministas quando, inicialmente, buscava-se imitar os modelos – masculinos – existentes e atualmente se encontra em processo de busca de caminhos próprios, que (re)pensem a sociedade em outras bases. Nesse processo, é necessário fazer o jogo do simbólico, jogar o jogo que encontramos já estabelecido, mas com o objetivo de subvertê-lo, transformá-lo, questionando os binarismos paradigmáticos e a rigidez dos papéis tradicionais de gênero que nos cerceiam.

"Em busca dos jardins das nossas mães" [10]

Um debate filosófico vem sendo desenvolvido recentemente em torno da questão de ética e feminismo. A partir de uma "ética aplicada" (FRIEDMAN; BOLTE 2007, p. 81), que buscava inicialmente conquistar direitos iguais no trabalho, controle sobre seus corpos, combate à violência contra as mulheres, os feminismos têm pensado a questão ética em sentido mais abstrato. Para as feministas Marilyn Friedman e Angela Bolte, o que se conhece como "a ética dos cuidados" ("*care ethics*"), precisa ser resgatado como algo essencial para a sociedade, e não desvalorizado ou visto de forma pejorativa – porque sempre associado a funções femininas tradicionais. Para elas, convivemos com uma excessiva valorização da racionalidade – herança patriarcal que consolidou a clássica dualidade matéria/espírito, natureza/cultura, imanência/transcendência, na qual os primeiros elementos são sempre associados à mulher e seu oposto ao homem. Esta racionalidade, contudo, tem levado a conflitos violentos e devastadores por milênios, como bem conhecemos.

As autoras manifestam sua preocupação ao constatar que esta associação dicotômica (homens = razão x mulheres = emoção) continua a exercer uma forte influência no pensamento ético contemporâneo. Segundo elas, esta concepção das "teorias morais baseadas na razão" podem obscurecer uma variedade de outras capacidades para uma adequada competência moral, como por exemplo, a sensibilidade, emoção, imaginação, sociabilidade (2007, p. 94) – qualidades que não deveriam estar associadas apenas às mulheres. Afinal, "o que é uma mulher"?[11].

Acredito que a autoridade moral desse pensamento dicotômico precisaria ser transformada radicalmente, para incorporar mais intensamente uma visão relacional da autonomia do indivíduo. Esse movimento, lembram-nos as pesquisadoras, vem surgindo a partir de contribuições filosóficas mais recentes, formuladas por homens e mulheres, cientistas e intelectuais de ambos os sexos. Amar – e não matar, o outro, deveria ser a moral que regularia nossos objetivos maiores.

---

[10] Título do ensaio da escritora afro-americana Alice Walker, uma fecundante reflexão sobre a capacidade das escravas negras e suas descendentes americanas de enfrentar tremendas dificuldades e sofrimento e ainda conservar a sensibilidade artística, que se manifestava como possível. Cruelmente usadas e abusadas como animais de carga e reprodutoras, essas mulheres tinham sensibilidade e criatividade tão fenomenal quanto a resistência dos seus corpos, e conseguiram transmitir essa herança para as futuras gerações (WALKER, p. 675). Disponível em: <http://voices.yahoo.com/alice-walkers-search-our-mothers-gardens-analysis-2606273.html>. Acesso em: 30 jan. 2013.

[11] Para maiores discussões sobre esta questão do masculino x feminino, ver MOI (2008).

Não sei como teria sido nossa civilização, se ela tivesse sido construída de forma parceira, e não competitiva, dominadora. A literatura de autoria feminina, por sua vez, não escreveu romances memoráveis como *Guerra e Paz,* do indubitavelmente memorável Tolstoi. Nem poderiam, pelas inúmeras razões que conhecemos, nem deveriam, como lembra-nos a narradora de *Three Guineas*. Não objetivo "sexualizar" a literatura, nem acredito em uma literatura "andrógina". As mulheres não escrevem como os homens porque têm um útero, mas porque têm experiências de vida diferenciadas, sobretudo quando focalizamos a questão da violência e do silenciamento que sofreram e ainda sofrem.

Como observamos em minha breve análise aqui desenvolvida, uma característica marcante das obras é a ênfase no silêncio[12]. Na historiografia tradicional, na mitologia, na literatura, não se sabe quase nada sobre a vida de muitas dessas mulheres; como então escutar o que elas não puderam dizer, ou que ficou sem registros? Pensamos na "hermenêutica da suspeita", contribuição nietzschiana que consideramos norteadora de nossas análises, buscando entender de forma bastante questionadora o que está escrito e, sobretudo, o que não foi registrado; uma hermenêutica feminista, de leitura "palimpsêstica" tentando imaginar o que foi apagado das mulheres na construção das sociedades, e que precisamos recuperar.

Como recuperar a história dessas mulheres, as inúmeras formas de violência por elas sofridas, sobretudo por aquelas que mais se rebelaram contra as limitações impostas à metade da humanidade que elas constituem? Voltando ao diálogo com a história, que atravessa um rico processo de radicais transformações, pensamos que a contribuição da historiadora feminista brasileira Tania Navarro Swain nos fornece o conceito da "história do possível", com o qual encerraria meu texto; suas ponderações parecem convidar a literatura para contribuir com esta nova visão da história. Os sentidos que se escondem nos esquecimentos da história tradicional, o passado irrecuperavelmente perdido, podem ser (re)criados na polissemia da linguagem literária, uma linguagem polissêmica que nos leva ao infinito:

> O papel d@s historiador@s, em meu entender, não é afirmar tradições, corroborar certezas, expor evidências. É ao contrário, destruí-las para reviver o frescor da multiplicidade, a pluralidade do real. Para encontrar uma história do possível, da diversidade, de um humano que não se conjuga apenas em sexo, sexualidade, dominação, posse, polarização. É criar a inquietação, a interpelação, é suscitar a mudança, é levantar questões e pesquisar incansavelmente a diversidade, para escapar à tirania do unívoco, do homogêneo, da monótona repetição do mesmo, que

[12] Friedman e Bolte (2007, p. 90) comentam sobre uma nova área dos estudos feministas: "*voice theory*" (teoria da voz), que explora precisamente esta questão do silêncio como uma das causas fundamentais para a incapacidade de ações efetivas por parte da maioria das mulheres no mundo moderno.

> nos faz reiterar uma história sem fim de dominação e exclusão entre feminino e masculino (SWAIN, p. 2007).

Referências bibliográficas

FRIEDMAN, Marilyn; BOLTE, Angela. “Ethics and Feminism”. *In*: ALCOFF, Linda Martin; KITTAY, Eva Feder (Eds.). *Feminist Philosophy*. Malden: Blackwell Publishing Ltd. 2007. p. 81-101.

HUTCHEON, Linda. *A poetics of postmodernism*: history, theory, fiction. New York: Routledge, 1988.

LONGFELLOW, Ki. *Hipatia of Alexandria*. Belvedere: Eio Books, 2009.

LORAUX, Nicole. *Maneiras trágicas de matar uma mulher*: imaginário na Grécia antiga. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. [Edição original: 1985].

MOI, Toril. *What is a woman?* 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

OCKRENT, Christina (Org.). *O livro negro da condição das mulheres*. Trad. de Ana Patricia Xavier e Sergio Coelho. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

PINSKY, Carla Bassenezi; PEDRO, Joana Maria. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

QUEIROZ, Rachel de. *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano, 1992.

SWAIN, Tânia. “Os limites discursivos da história, imposição de sentidos”. *Labrys*, ed. 9. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys9/libre/anahita.htm>. Acesso em: 12 jan. 2007.

WOOLF, Virginia. *Three Guineas*. 5. ed. London: Harcourt Inc., 2006.

______. *A room of one's own*. Londres: Penguin Books, 2000.

A maternidade nos romances da escritora inglesa George Eliot

Janaina Gomes Fontes[1]

George Eliot, pseudônimo de Mary Ann(e) Evans, foi uma importante escritora inglesa do século XIX. Atrás de seu pseudônimo masculino, ela produziu sete romances e outros trabalhos, que receberam reconhecimento da crítica literária patriarcal e têm sido, desde então, objeto de diversas análises e críticas.

Ricos em detalhes da sociedade vitoriana (e de outras sociedades europeias), como acontece em *Romola* (1863), retratando a complexidade de relações familiares e sociais, com profundidade nas descrições dos comportamentos e dos aspectos psicológicos dos personagens, os romances de Eliot acabaram sendo objeto de análises literárias feitas também sob perspectivas sociológicas, históricas e até mesmo políticas. A abundância de detalhes e a perspicácia na compreensão do entrelaçamento de interesses e perspectivas trazem para o leitor complexas análises e críticas das relações humanas em diferentes grupos da sociedade inglesa vitoriana.

Com acuidade na descrição das características físicas e psicológicas dos personagens, ricos ou pobres, Eliot interliga em um mesmo enredo, com habilidade e maestria, homens, mulheres e crianças, por mais distantes que estejam em suas classes sociais. No desenrolar e nas peripécias dos enredos, conhecemos o dia a dia de pessoas humildes, de trabalhadores, ao mesmo tempo que convivemos com famílias influentes de Londres e de cidades pequenas, com clérigos, políticos e integrantes do alto escalão da Igreja Católica do século XV, como os representados em *Romola*. Eliot retratou também, de maneira convincente, as condições políticas e sociais do período em que se passa a história de cada romance.

Nessas ricas representações do sujeito em sociedade, fica evidente a constante presença de personagens femininas que, sejam como mães, filhas, esposas etc., assumem grande importância nos enredos dos romances. Algumas dessas personagens de Eliot são construídas de acordo com os padrões tradicionais de comportamento, em consonância com as convenções sociais da época e do lugar onde se encontram; outras refletem pensamentos, desejos e reflexões que se opõem aos valores patriarcais da sociedade vitoriana. Em um

[1] Doutora em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB).

mesmo romance é possível encontrar uma multiplicidade de mulheres de diversas camadas sociais, com personalidades, sonhos e atitudes diferentes. Toda essa gama de personagens femininas acaba trazendo importantes temas para os estudos feministas, como a maternidade, por exemplo, que identifico como uma temática recorrente nos romances da escritora.

Apesar de Eliot ter tido uma relação bastante distante com sua mãe e de não ter tido filhos, a escritora retrata em seus romances personagens que são mães em diversas situações. Apresenta desde aquelas mulheres que exercem o papel de mães que poderíamos chamar de tradicionais, vivendo para cuidar do lar, do marido e dos filhos, até mulheres que se tornam transgressoras dos valores da época, desafiando o papel da mãe convencional. Em Adam Bede, por exemplo, Eliot retrata uma mãe que mata seu bebê. A senhora Transome, de *Felix Holt* (1866), esconde por anos a verdade sobre um filho ilegítimo, com consequências decisivas para o futuro de sua família. Em *Daniel Deronda* (1876), sua mãe o abandona ainda bebê para seguir uma carreira de cantora, fato que ele descobre anos depois. Em *Silas Marner*, de 1860, na ausência da mãe biológica, a escritora investe um homem do papel tradicional da mãe, ao narrar a história de Silas, o qual adota e cuida sozinho de uma menina que perde a mãe pobre, viciada em ópio. Esses são apenas alguns exemplos de comportamentos relacionados à maternidade que podemos encontrar nos romances de Eliot, exemplos esses muitas vezes intrigantes.

Comportamentos como esses, na sociedade inglesa do século XIX, conhecidamente patriarcal e conservadora, se opõem ao ideal familiar e à moralidade sexual defendidos por médicos e pensadores desse período. Segundo Jill L. Matus (1995), não apenas os aspectos biológicos, como também a ética, a moralidade e a higiene eram áreas de preocupação profissional (leia-se, dos homens). Conforme nos mostra Elaine Showalter (1977), as mulheres vitorianas eram ensinadas a manter em silêncio suas experiências físicas e psicológicas, como a maternidade, por exemplo, registrando-as apenas em diários ou compartilhando-as em amizades bem íntimas com mulheres. Havia um grande tabu que as impedia de falar com os homens sobre essas experiências.

Conforme descrito na introdução de *Victorian women*: a documentary account of women's lives in *Nineteenth-Century England, France, And The United States* (1981), a esfera privada passou a ser foco do interesse do Estado, da ciência, da religião, quando médicos, educadores e religiosos se tornaram autoridade em assuntos do domínio privado, como nascimento, sexualidade e criação dos filhos. Criou-se uma obsessão com a vigilância e a regulação das atividades privadas, e toda uma gama de manuais domésticos e livros sobre

criação dos filhos proliferou, enquanto os autores vitorianos tentavam construir discursivamente mães ideais e donas de casa perfeitas, ou seja, tentavam enquadrar as mulheres nos moldes concebidos pela ideologia patriarcal. Comparada à Virgem Maria, as mães deveriam ser "santas", dedicadas, amorosas e se não se encaixassem nesse padrão, poderiam ser consideradas verdadeiras "anomalias".

Na Inglaterra vitoriana, a industrialização e o desenvolvimento do pensamento científico e filosófico tiveram grande influência na maneira como a família lidava com a questão da maternidade. As mulheres tornaram-se o "Anjo do Lar" e "seu poder, exercido apenas no domínio da família, era apenas um poder de ordem moral", nas palavras da pesquisadora brasileira Cristina Stevens (2008, p. 147); seu poder estava circunscrito ao de administrar as tarefas domésticas e cuidar do desenvolvimento moral, espiritual e intelectual dos filhos. Assim, a mulher era responsável por fornecer um refúgio seguro contra a esfera pública impessoal, competitiva, repleta de incertezas em um mundo que se transformava rapidamente. Cientistas sociais sancionaram a separação das esferas "pública" e "privada" e limitaram as mulheres à esfera privada, doméstica, defendendo que, por causa de sua inferioridade, elas deveriam ser subordinadas aos homens.

Como evidenciado pelos documentos apresentados em *Victorian women*, apesar do idealismo desses pensadores, esse mundo doméstico e supostamente harmônico e seguro era, muitas vezes, precário. O "lar, doce lar" não passava de um cômodo muito pequeno, mal ventilado, sem as mínimas condições de higiene, onde uma família inteira dormia e comia e, muitas vezes, trabalhava. Além disso, mulheres operárias passavam até dezoito horas (ou mais) longe de suas casas, trabalhando para sustentar a si e sua família, sem tempo para cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. E mesmo as mulheres que não trabalhavam fora tinham muito trabalho com a casa e com as crianças, o que tornava o ambiente doméstico um lugar estressante e precário, principalmente para as classes mais pobres, que não podiam contratar empregados para ajudar com o trabalho. Diante de tantos empecilhos, muitas mulheres não queriam ter filhos. De acordo com Estelle B. Freedman e Erna Olafson Hellerstein (1981), as mulheres resistiam à maternidade com métodos contraceptivos, abortos e até mesmo infanticídio.

Essa realidade desafia concepções patriarcais que atribuíam à mulher o papel santificado de mãe, como o conceito de instinto materno, problematizado pela filósofa francesa Elisabeth Badinter (1985). Em seu estudo sobre a maternidade na França do século XVI ao XVIII, Badinter questionou esse conceito, demonstrando como ele teve força nas

sociedades europeias dos séculos XVIII e XIX e como, por exemplo, ele serviu de instrumento para a manipulação das mulheres com o objetivo de satisfazer os interesses do Estado. Segundo ela, a partir do século XVIII, além do discurso médico, o filosófico e o econômico passaram a defender de forma enfática que a mãe assumisse a responsabilidade de cuidar dos filhos, agindo de acordo com o que eles identificavam como sendo um instinto maternal da mãe por seu filho, com o objetivo de diminuir a mortalidade infantil no interesse do Estado francês.

Restrições impostas às mulheres em sua vida individual e social também atingiam as escritoras, que deveriam fazer mais um grande esforço se quisessem seguir esse ofício, pois o próprio ato de escrever já significava contrariedade às regras patriarcais. As teóricas feministas americanas Sandra Gilbert e Susan Gubar (1986) mostram, por exemplo, como escritores ingleses e americanos se sentiam ameaçados com a ascensão das mulheres no campo da literatura no final do século XIX e início do século XX, muitas vezes emitindo comentários misóginos e tendo atitudes agressivas em relação a elas e a seus escritos.

As escritoras deveriam enfrentar não apenas as críticas de seus colegas escritores, que consideravam seus trabalhos inferiores, mas, muitas vezes, a hostilidade dentro da própria família. Diante dessa situação, as escritoras deveriam encontrar estratégias para lidar com a hostilidade e a resistência masculinas na sociedade. Teóricas como Showalter (1977), Gilbert e Gubar (*op. cit.*) exemplificam que a estratégia mais recorrente dessas escritoras para escrever era o uso de um pseudônimo masculino. Além de ser uma forma de obter reconhecimento dos críticos literários, o pseudônimo também protegia as mulheres da desaprovação de familiares e da sociedade em geral. George Eliot foi uma das mais conhecidas escritoras que escreveu sob esse disfarce.

É importante ressaltar que Eliot corria um risco ainda maior de rejeição por parte dos críticos literários ou mesmo por parte da própria sociedade, por não levar uma vida convencional para a época. Mulher independente, conseguiu manter-se com seus escritos e viveu com George Henry Lewes (que era casado e já tinha filhos com outra mulher) por 24 anos, até o falecimento dele – depois do qual, casou-se com John W. Cross, muito mais jovem do que ela. Apesar de não ter tido filhos, Eliot ajudava, com o dinheiro que ganhava, a sustentar os filhos do casamento de Lewes. Como companheira de Lewes[2], Eliot colocou-se fora dos limites da respeitabilidade vitoriana. Dessa forma, ela corria o risco de maior

[2] Lewes não podia se divorciar e ficou acordado com Agnes, sua esposa, que ele poderia morar com Eliot.

hostilidade crítica ao revelar-se. Assim, em sua situação familiar atípica, Eliot, com seu pseudônimo masculino, poderia evitar que críticas de sua vida pessoal interferissem nas críticas literárias a seu trabalho.

Em sua situação de mulher que escreve em uma sociedade patriarcal que a hostiliza, Eliot mostra-se, muitas vezes, enigmática na construção de suas narrativas. É possível interpretar uma certa ambiguidade no comportamento das protagonistas de seus romances, no sentido de que, ao mesmo tempo em que parecem não aceitar os padrões e valores patriarcais, elas acabam, muitas vezes, submetendo-se a eles. Ao lermos as reflexões e os conflitos vividos pelas personagens de Eliot, percebemos que seus desejos e vontades se contrapõem a diversos valores da sociedade vitoriana, principalmente os que oprimem as mulheres; entretanto, mesmo tentando, muitas vezes, fugir dessa opressão, elas acabam tendo que se submeter a ela por diferentes motivos. As protagonistas de *The Mill on the Floss*, *Middlemarch* e *Romola*, por exemplo, durante todo o enredo dos romances, vivem um conflito entre seu desejo de independência, liberdade e realização pessoal e as limitações impostas pela sociedade patriarcal. Entretanto, apesar da revolta dessas protagonistas com seus papéis limitados, esse conflito acaba, na maior parte das vezes, resultando em frustração, pois elas terminam submetendo-se às regras das quais tanto discordam, em um sinal de impotência das mulheres diante das forças patriarcais que tanto as oprimem.

Por um lado, é como se Eliot tentasse denunciar, por meio do comportamento de suas personagens, os malefícios de um sistema que subjuga as mulheres, mostrando como elas acabam se submetendo a esse sistema patriarcal, com a pressão exercida pela sociedade sobre elas, como se não tivessem alternativa. Por outro lado, talvez por um posicionamento que poderíamos caracterizar como conservador, a escritora acaba levando suas personagens a se submeterem aos valores vitorianos vigentes, aceitando imposições nitidamente patriarcais, algumas vezes, sem resistência. No entanto, não há como ter certeza sobre seu posicionamento, que às vezes parece ser de crítica e denúncia, e às vezes de concordância.

De acordo com Spencer (1986), a sociedade inglesa dos séculos XVIII e XIX associou as produções literárias das mulheres a noções patriarcais de feminilidade, e para que as escritoras fossem aceitas, suas personagens deveriam incorporar e transmitir concepções de pureza, humildade, devoção religiosa e exaltação do casamento. Como observam Gilbert e Gubar, os sentimentos de insegurança, inadequação e inferioridade provenientes de sua educação limitada em “feminilidade” levaram as escritoras inglesas do século XIX a empreender esforços para revisar, desconstruir e reconstruir imagens negativas das mulheres,

herdadas da literatura de autoria masculina. Segundo essas teóricas, mesmo quando não criticavam abertamente as instituições e as convenções patriarcais, as escritoras inglesas da era vitoriana criavam personagens que denunciavam sua indignação com essas limitações. Com suas produções ficcionais, elas conseguiram executar a difícil tarefa de desenvolver uma literatura de autoria feminina de qualidade, ao mesmo tempo conformando-se e subvertendo os padrões literários patriarcais. Nesse sentido, a presumida ambiguidade na construção de suas personagens tornou possível para Eliot representar complexos aspectos das relações sociais em seus romances de forma inovadora, muitas vezes em contraposição ao pensamento moralista da época, embora com nuances às vezes conservadoras.

Nesse esforço de alcançar os significados existentes nas entrelinhas das narrativas das escritoras, feministas como Showalter (1994), Gilbert e Gubar, dentre outras teóricas, desenvolveram um trabalho de busca da especificidade dos escritos das mulheres e de uma tradição dessa escrita. Segundo Showalter, a crítica feminista mudou seu foco de leituras revisionistas de obras de autoria masculina para uma investigação consistente da literatura feita por mulheres, com ênfase nos seus escritos, na sua história, nos seus estilos, nos seus temas, além de outros. Para definir esse discurso crítico especializado, Showalter criou o termo *ginocrítica* (*gynocritics*). Essas teóricas demonstraram preocupação crescente com a especificidade dos escritos das mulheres e deu a esses escritos sua própria história, iniciando o que essas pesquisadoras caracterizaram como uma tradição própria da literatura produzida por mulheres. Nesse trabalho para identificar uma tradição escrita das mulheres, essas feministas empreenderam uma busca da produção literária de autoria feminina que foi ignorada ou que não recebeu a merecida atenção da crítica literária tradicional.

Além de ter sido uma grande romancista, reconhecida mesmo pela crítica literária patriarcal, Eliot produziu romances com temas considerados inovadores também sob a perspectiva feminista. As experiências das mulheres com a maternidade, o casamento, relacionamentos amorosos, amizades etc., retratadas por Eliot, são valorizadas com as análises dos estudos feministas, que encontram novos significados para essas experiências representadas ficcionalmente. E é esse trabalho de releitura de produções ficcionais escritas por mulheres que proporciona essas novas visões.

Minha pesquisa preliminar para identificar a produção crítica sobre os romances de George Eliot me fez perceber que as experiências das mulheres não têm sido suficientemente exploradas em sua ficção sob a perspectiva feminista e de gênero. Constatei que, de modo geral, a complexidade e a riqueza de suas personagens ficaram, muitas vezes, ofuscadas por

análises de seus romances que seguem os padrões e os valores literários tradicionais. Esses estudos críticos de sua obra, com exceções, deixam obscurecidos aspectos importantes para as análises feministas, como, por exemplo, a representação da maternidade.

Dessa forma, embora reconhecida como uma importante escritora, os romances de George Eliot ainda têm muito a ser explorado, principalmente no que concerne à temática da maternidade, que selecionei para esta discussão. Desenvolver novas leituras dos romances de George Eliot a partir da perspectiva dos estudos feministas e de gênero contribui com novos olhares ao que já foi analisado sobre a obra dessa grande escritora.

Em pesquisa feita durante a pós-graduação em Literatura na Universidade de Brasília (UnB), pude verificar que a produção ficcional de autoria feminina, seja aquela produzida no passado ou a que se desenvolve na contemporaneidade, ainda precisa de maior visibilidade e, muitas vezes, de novas leituras que contribuam para a desconstrução de valores patriarcais que ainda perduram na sociedade. Estando ainda essa articulação "Mulher e Literatura" em processo de (re)descoberta, de desenvolvimento, o tema da maternidade (além de outras experiências das mulheres) acaba merecendo também maior expressão e visibilidade na literatura, não só no Brasil. Como veremos adiante, essa experiência é ainda pouco abordada nas produções ficcionais inglesas e americanas, por exemplo. E quando a maternidade chega a ser representada de alguma forma, isso se dá, muitas vezes, sob um ponto de vista biologizante, essencialista, de acordo com conceitos e valores patriarcais.

Em minhas pesquisas para o Mestrado sobre o tema da maternidade nos romances da escritora inglesa do século XVIII Mary Wollstonecraft (*A maternidade em Mary Wollstonecraft e Michèle Roberts*, 2008), já pude identificar uma certa escassez de informações sobre essa experiência em várias áreas do conhecimento e estudo. Com base em textos teóricos de diferentes áreas, como antropologia, psicologia, psicanálise, história etc., pude constatar que, apesar de sua importância fundamental para a humanidade, ao longo do tempo, a experiência da maternidade tem sido tratada de acordo com sua utilidade na sociedade patriarcal. Não há uma abordagem mais profunda da subjetividade da mãe, das implicações psicológicas, psicanalíticas, religiosas, socioculturais e comportamentais da gravidez. Quando lembrada, a maternidade geralmente é abordada como uma função, um papel, havendo um grande silêncio sobre os sentimentos pelos quais passam as mulheres que experimentam em seus corpos a gestação, o nascimento, a nutrição e os cuidados de uma criança. Na maioria das vezes, o que se descreve é o modo como os homens consideram e interpretam essa capacidade do corpo feminino.

Estudos, como o do psicólogo jungiano alemão Erich Neumann, constataram que já nas primeiras sociedades, os processos que envolvem a maternidade foram investidos de fortes significados, havendo uma identificação mística desses processos com a natureza, tornando o corpo feminino objeto de sentimentos ambivalentes, como fascínio e pavor, amor e inveja etc. para determinados grupos sociais. Contanto que não nos limitemos ao conceito de natureza essencializante definida por Neumann, seu estudo se torna válido até o ponto em que ressalta a importância do feminino e nos fornece elementos para refletir sobre a possível origem de certas distorções do pensamento patriarcal sobre a maternidade, a relação do ser humano com a mãe, que muitos, como Freud, afirmam serem etapas definidoras (embora inconscientes) da formação do *self*.

A identificação das mulheres à natureza acabou levando a uma compreensão limitadora sobre a subjetividade e a sexualidade feminina, entendida apenas em sua função de reprodução na sociedade patriarcal. Essa associação das mulheres apenas à sua capacidade biológica está fortemente presente nos discursos científicos, religiosos, literários, dentre outros, produzindo explicações, representações e preceitos muitas vezes desfavoráveis e contraditórios sobre as mulheres e a maternidade. Desde a Antiguidade, filósofos como Aristóteles afirmam a inferioridade das mulheres e justificam a consequente necessidade de submetê-las e controlá-las.

Na esfera religiosa, a teologia judaico-cristã trouxe consequências danosas para a imagem e o papel das mulheres, ao estabelecer como verdade que a criação feminina foi feita a partir de uma costela do homem e ao criar o mito da desobediência de Eva, que recebeu como castigo, além de outros, a dor do parto e a dominação pelo homem. Essas "verdades", que ainda perduram, tornaram a figura masculina cada vez mais importante, enquanto que a mulher foi relegada a segundo plano, considerada uma figura assustadora, causadora dos males da humanidade.

Além dessa inferiorização da mulher/mãe em relação ao homem/pai, podemos pensar também nos desdobramentos que um conceito como o do instinto materno, que já vimos, trouxe (e ainda traz) para as mulheres. A historiadora brasileira Mary Del Priori (1993) também atentou para a universalidade do conceito de mãe ideal na mentalidade histórica, em seu estudo sobre as condições das mulheres e, especialmente, sobre a maternidade no Brasil Colonial. A autora demonstrou a força do conceito da "santa-mãezinha", ou seja, da mãe bondosa, dedicada e dessexualizada, construído na época colonial brasileira e que se enraizou no imaginário social, atravessando os séculos e chegando aos nossos dias.

Percebe-se, então, que ao longo da história, as mulheres, em função de sua capacidade reprodutiva, têm sido manipuladas para concretizar objetivos da sociedade patriarcal: colonizar territórios, criar soldados, trabalhadores, preservar o patrimônio da família. A teórica americana Adrienne Rich (1981) ressalta que a análise do que temos de informações históricas, sociais, entre outras, nos leva a perceber que o controle masculino da maternidade tem limitado e degradado as potencialidades femininas. Segundo Rich, a sociedade tem se preocupado constantemente em normatizar o comportamento das mães, prescrevendo papéis, exortando as mães a imitarem a serenidade das madonas – elas próprias, criações do imaginário patriarcal. No entanto, "ninguém menciona as crises psíquicas na gestação de uma primeira criança, a excitação de sentimentos enterrados há muito tempo sobre a própria mãe, o senso contraditório de poder e falta de poder" (1981, p. 36).

O que pode ser observado é que baseada no essencialismo e mesmo em mitos de origem remota, a função da mãe está na base da divisão do trabalho entre os sexos, da garantia da legitimidade da autoridade do homem/pai, da sustentação dos ideais patriarcais e de desenvolvimento social e econômico das nações. Conforme ressaltam as pesquisadoras que mencionamos brevemente, as mulheres foram e, muitas vezes continuam sendo, "domesticadas" para a maternidade. Para a historiadora brasileira Tania Navarro-Swain (2007), as mulheres têm sido definidas pela sua capacidade de procriação, sendo a mãe considerada a verdadeira mulher. Assim, reproduzir passou a denominar o feminino e as mulheres deixam de ser mulheres se não podem ou não querem ter filhos. E, se por um lado a mulher é louvada pela sua capacidade de gerar outro ser, por outro é inferiorizada "em sua imanência de destino biológico" (SWAIN, *in* STEVENS, 2007, p. 211).

Badinter, por exemplo, expressou a dificuldade de encontrar registros precisos sobre os nascimentos, a mortalidade infantil, o uso de amas de leite, entre outros fatores relacionados à experiência materna na França, até meados do século XVIII. Mary Del Priori, também, ao pesquisar sobre as vidas das mulheres no Brasil entre os séculos XVI e XVIII, também esbarrou na escassez e dispersão das informações.

O desenvolvimento do movimento feminista trouxe a experiência da maternidade para discussão. Por volta de 1960, percebe-se o aumento da preocupação com a experiência materna e a produção de textos teóricos sobre o assunto. Até aproximadamente esse período, a maternidade era uma questão problemática para as feministas. Baseando-se em contribuições de Simone de Beauvoir, algumas feministas defendiam a ideia de que a mudança nas relações sociais organizadas por meio da hierarquização sexual pressupunha a libertação das mulheres

de suas funções biológicas e dos deveres e cuidados da maternidade. Várias teóricas, assim, consideravam o ato de ser mãe como um empecilho às suas conquistas na esfera pública.

Entretanto, em uma segunda fase do feminismo, algumas feministas, cansadas com a marginalização da maternidade, a partir dos anos 70 do século XX, buscam a reaproximação de sua experiência de mulher e de mãe, o potencial positivo da maternidade, sua problematização em relação à sua vida individual e coletiva, bem como a conscientização das mulheres sobre as distorções da experiência da maternidade criadas pelo patriarcado. Stevens (2007) mostrou em pesquisa, como as produções teóricas sobre a maternidade foram ricas nessa fase, em diversas áreas: psicanálise, sociologia, história, antropologia, dentre outras. Nessa fase podemos identificar teóricas importantes como Nancy Chodorow e Dorothy Dinnerstein, por exemplo, que buscam explicar os processos psicológicos relativos à maternidade engendrados pelas relações entre mães, pais e filhos dentro da estrutura social. Para ambas, o fato de ser a mãe responsável pelos primeiros cuidados com a criança gera uma carga emocional excessiva e prejudicial para todos, principalmente para as mães e as mulheres em geral, que sustenta o papel secundário da mulher na sociedade. Ambas defendem que é preciso mudar a forma como os papéis sexuais estão organizados, e a mudança principal seria fazer com que o homem fosse tão importante no cuidado e criação dos filhos quanto as mulheres.

Nessa fase, além de teóricas como Chodorow, Dinnerstein e Adrienne Rich, destacar-se-iam também os trabalhos de teóricas francesas como Hélène Cixous, Luce Irigaray e Julia Kristeva, que desenvolveram reflexões sobre a relação entre maternidade, escrita e linguagem. Sob influência das contribuições de Lacan e Derrida, essas teóricas apresentaram uma conexão subversiva entre o maternal e a escrita, ressaltando o caráter positivo e revolucionário dessa conexão. Apesar de tratar-se de um avanço em relação ao estudo da experiência da maternidade, há críticas à ênfase dada ao feminino-maternal por essas teóricas francesas. Segundo Francine Descarries, que localiza esse pensamento na década de 80 do século XX, essa atitude sacraliza "um feminino-materno imutável, essencialmente inscrito no corpo" (DESCARRIES, 2000, p. 27), e une todas as mulheres pela única identidade de mãe, definindo, assim, todas as mulheres como mães. Para Jane Flax (1991), essas interpretações do feminino-maternal carregam uma visão redutora da diversidade das experiências vividas pelas mulheres, a partir das dimensões de raça e classe, por exemplo, e podem levar a uma idealização da maternidade, que ignora os conflitos, as tensões, contradições e construções socioculturais dessa experiência e a relação entre as mães, os pais e os filhos. No entanto,

apesar de todas as críticas, essas teóricas contribuíram para novas investigações feministas no campo da linguagem, e sua ligação com a sexualidade e a maternidade.

A terceira fase do feminismo em relação à maternidade estaria ainda em curso, buscando novos olhares e conceitos sobre a maternidade, utilizando e problematizando visões anteriores. Passou-se a perceber a contradição implícita na função maternal, que é ao mesmo tempo fundamental para o patriarcado e parte da identidade feminina.

Como a literatura reflete valores, pensamentos, comportamentos da sociedade onde é produzida, ela pode também representar valores patriarcais, ideias essencialistas, biologizantes e limitadoras sobre a maternidade. Percebemos, também, a relativa ausência dessa experiência e da subjetividade da mãe nas produções ficcionais em geral, conforme constatado por várias teóricas feministas, como Rich (1981), Rita Felski (2003) e Tillie Olsen (1978). Olsen analisa os diversos "silêncios" na literatura, dentre eles, o das mães e mostra que a ausência do ponto de vista das mães na literatura também é resultado das condições impostas a elas em seu dia a dia, quando se espera que elas cuidem dos filhos e dos trabalhos domésticos, o que dificulta ou mesmo impede que mães escritoras desenvolvam seu talento.

E. Ann Kaplan (1992) analisa as representações da mãe em textos literários populares do século XIX nos Estados Unidos, os chamados "melodramas", suas influências europeias e suas versões nos filmes de Hollywood na primeira metade do século XX e mostra que o espaço doméstico e feminino estava excluído da ficção produzida por homens naquela época. Kaplan também comenta que há pouca evidência sobre a natureza real das práticas da maternidade ou sobre a qualidade das relações mãe-filho em qualquer período histórico, e ressalta que muito ainda precisa ser pesquisado nessa área. Além disso, ela enfatiza que, pelo menos até a década de 80 do século XX, poucos estudos foram feitos sobre as mães na produção ficcional. Como outras pesquisadoras, ela percebeu que a mãe é uma personagem sempre presente, mas sempre nas margens, nunca o tópico central dos romances estudados.

O silenciamento da mãe e da maternidade na literatura chegaria ao século XX. Teóricas feministas têm constatado essa situação e examinado as possíveis causas da continuação desse silêncio. Patricia Yaeger (1992) afirma que até muito recentemente, os textos literários perpetuaram o silêncio que envolve o nascimento, a gestação e outros aspectos relacionados à experiência da maternidade, situação que reflete a concepção de nossa cultura sobre a reprodução; já quando exploram essa temática, os textos literários têm apresentado a capacidade reprodutiva das mulheres de forma deturpada, limitada. As feministas Brenda O. Daly e Maureen T. Reddy (1991) argumentam que, apesar de no final

do século XX ter crescido o número de livros sobre as mães, as perspectivas maternas estão, geralmente, ausentes.

Durante pesquisas para o Mestrado mostrei que Mary Wollstonecraft apresentou ideias mais libertárias sobre a maternidade em seus romances e em seu manifesto no final do século XVIII. Entretanto, durante essas pesquisas, encontrei informações que mostravam que George Eliot, aproximadamente 50 anos depois de Wollstonecraft, também havia representado a maternidade em seus romances de uma forma mais libertária, desafiadora dos padrões morais da sociedade inglesa. Assim como aconteceu com Wollstonecraft ainda no final do século XVIII, Eliot também foi criticada, já em meados do século XIX, por ter exposto a mãe de forma aberta em sua obra, por não ter perpetuado a imagem da mãe tradicional como a única possível: submissa, altruísta, desprovida de pensamentos, sentimentos, reflexão, voz – uma ausência da voz da mãe que ainda persiste na literatura do século XX, como vimos.

Eliot escreveu sobre assuntos polêmicos como o infantcídio em um momento em que as experiências das mulheres, em especial a maternidade, eram evitadas como tabus, não só na vida social, como na literatura. Dessa forma, os romances de Eliot, com representações da maternidade tão complexas e intrigantes, nos permite enxergá-la como uma escritora que nos fornece valiosa contribuição para uma "poética da maternidade" mais rica e menos mitificada e patriarcal, conforme se tem buscado nos estudos da teoria e da crítica literária feminista das últimas décadas.

Nos romances de Eliot, é possível encontrar diferentes formas de maternidade. Em *The Mill on the Floss*, *Middlemarch,* e *Romola*, ao acompanhar os conflitos das protaginistas entre seus anseios e as demandas das convenções sociais patriarcais, chama-nos atenção a ausência, seja real ou simbólica, de suas mães nesses romances – embora a ausência materna também possa ser identificada em outros romances de Eliot. Em *The Mill on the Floss,* essa ausência é simbólica, observada no relacionamento conflituoso entre Maggie Tulliver e sua mãe Bessy, quando a filha se distancia da mãe, identificando-se com seu pai e com seu irmão. A mãe de Dorothea, em *Middlemarch*, é totalmente inexistente, e ela própria acaba se tornando mãe, surpreendentemente mais uma mãe sem voz, uma mulher que se cala após a maternidade. E Romola é órfã e tem uma imagem idealizada da mãe. Ela se frustra durante o enredo, mas acaba encontrando a felicidade ao adotar uma família, a amante e os filhos da amante de seu marido, uma atitude nobre, mas também poderíamos dizer bastante revolucionária para seu tempo.

Em *Daniel Deronda*, *Silas Marner* e *Felix Holt*, a ausência materna dá origem a padrões alternativos de estrutura familiar nos quais o homem exerce o papel tradicionalmente atribuído à mãe. Temos as histórias de três homens que adotam crianças e cuidam delas com amor e dedicação. Nesses romances, o papel do homem é problematizado e questionado, porque ele agrega ao papel de provedor, o de pessoa diretamente responsável pelo cuidado com os filhos, papel tradicionalmente destinado às mulheres. Em uma sociedade onde a família patriarcal era considerada por muitos como a base da sociedade civilizada, Eliot constrói, nesses três romances, estruturas familiares que não seguem os padrões da família vitoriana, ou seja, aquela composta necessariamente pela mãe, o pai – unidos pelo casamento – e os filhos, todos legítimos. Desafiando esse modelo de família exemplar, esses romances de Eliot mostram que o amor entre mães, pais e filhos não depende de convenções sociais e nem sempre advém de laços biológicos; mostram, também, que, ao contrário do que é esperado, nem sempre é a mãe ou outra mulher a pessoa principal a cuidar das crianças. Nesses três romances, a maternidade também ganha importância com temas como os de ilegitimidade, com o caso da Senhora Transome, o abandono de um filho pela mãe, com a mãe de Daniel, Leonora etc., dentre outros assuntos. De qualquer forma, ao representar comportamentos de mães distintos dos convencionais e famílias diferentes da chamada família nuclear, Eliot fornece material para se pensar em novas possibilidades sobre a maternidade e as relações familiares, desafiando conceitos tradicionais.

E em Adam Bede, embora ele seja o personagem que dá nome ao romance, a vaidosa Hetty acaba chamando bastante atenção do(a) leitor(a) com sua história de final triste. Nesse romance, a temática da maternidade vem exposta de forma polêmica, chocante – com a questão do infanticídio. Retratada como uma adolescente vaidosa e aparentemente fútil, Hetty, também de família humilde, se apaixona pelo jovem simpático Arthur Donnithorne, futuro herdeiro das terras onde sua família trabalha. No entanto, torna-se noiva do virtuoso carpinteiro Adam Bede, mas descobre que está grávida de Arthur e, em um ato de desespero, mata seu bebê que acabara de nascer. Hetty é julgada e condenada à forca sem se defender.

A história de Hetty acaba sendo transmitida de forma ambígua. A narrativa oscila entre uma posição aparentemente hostil de um(a) narrador(a) que, ao transmitir o ponto de vista de personagens que consideram Hetty extremamente fútil e egoísta, parece ter a mesma opinião sobre a jovem, e uma narração que parece denunciar todo o sofrimento pelo qual ela passa a partir do momento que descobre estar grávida, sofrimento esse causado também pelas injustiças da sociedade patriarcal onde vive. Eliot traz o tema da maternidade em seu

romance, assunto já delicado para a época; e esse tema aparece representado na sua manifestação mais cruel, o infanticídio.

É preciso salientar, ainda, que apesar das ausências das mães de algumas das personagens principais, os romances, em sua riqueza na representação de personagens femininas, apresentam diferentes formas do exercício da maternidade, inclusive por duas das protagonistas. Suas experiências apresentam ao(à) leitor(a) perspectivas variadas sobre a maternidade na sociedade patriarcal, possibilitando ao(à) leitor(a) ver como essas experiências trazem reflexões sobre a maternidade como papel social limitante ou mesmo como forma de resistência dentro dessa sociedade.

Ao narrar as histórias, as alegrias e os problemas do cotidiano, os conflitos internos e externos, os desejos e reflexões de suas personagens – algumas delas mães –, Eliot nos permite conhecer experiências silenciadas, como as de mães, e questionar os mecanismos ideológicos de seleção e registro dos acontecimentos, que muitas vezes prejudicam certos grupos sociais, certos acontecimentos, certos temas, silenciando-os ou representando-os de forma distorcida. Eliot questiona a imparcialidade da história e transforma a literatura também em espaço de questionamento da historiografia tradicional, que tem excluído as mulheres, com suas experiências do cotidiano, incluindo a maternidade. Esse questionamento nos lembra do desenvolvimento do conceito de História Cultural, que questiona a historiografia tradicional e preocupa-se com a biografia das pessoas que estiveram no fundo dos grandes feitos da História, muitas delas humildes, pobres, enfim, com a biografia das pessoas que permaneceram escondidas e silenciadas. Como nos lembra Sandra Jatahy Pesavento (2003), com tanta riqueza de detalhes e informações, a literatura funciona como fonte, tem a função de traço, de vestígio, que se transforma em documento e responde às perguntas do historiador.

A literatura aparece então como uma forma de questionar a imparcialidade da história, já que tanto nos diz sobre uma época, suas ideologias, seus costumes, mesmo que por meio da ficção, trazendo informações que não são encontradas nos registros oficiais. Em seus romances, Eliot mostra que a ficção pode, por exemplo, complementar as lacunas da história. Ao longo dos enredos, os(as) narradores(as) constantemente chamam a atenção para a importância das histórias de vida das pessoas comuns para a historiografia tradicional.

O papel e os deveres atribuídos às mães têm sido modificados, e o discurso literário tem contribuído para a construção de conceitos e práticas mais livres e igualitárias sobre a maternidade, principalmente à medida que contesta imagens tradicionalmente vistas como negativas e cria novas imagens, positivas. Essas novas imagens contribuem para novas

subjetividades e identidades, não apenas para a mulher-mãe, como também para o homem que se torna pai, como se observa nos romances de Eliot. Assim, ao suscitar reflexões sobre a maternidade, seus romances também trazem novas visões, não tradicionais, diversificadas, complexas e mais livres, também sobre a paternidade, esforço empreendido por muitas feministas, esforço para revalorizar a experiência da maternidade, o que trouxe discussões a respeito do sujeito do feminismo.

Reagindo contra as formas anteriores de retratar a maternidade, (de forma parcial, relatando a importância dessa função biológica para o sucesso do patriarcado, ou ignorando-a, por ser considerada algo negativo para a vida das mulheres), o feminismo foi o primeiro movimento realmente interessado pela maternidade em si, sua relação com a vida íntima das mulheres e o seu caráter positivo. Dessa forma, tem contribuído significativamente para uma possível inclusão da experiência materna como foco de novas contribuições teóricas. A teoria e crítica literária feminista tem contribuído para o desenvolvimento de novas perspectivas sobre a temática da maternidade e a subjetividade das mulheres que se tornam mães, e para a desconstrução de mitos patriarcais e ideias deturpadas sobre essa experiência, com a proposição de novas formas de maternidade.

E com relação à literatura, apesar de ainda não muito frequente, há um crescente interesse na literatura do século XX em explorar a temática da maternidade, em especial a relação dessa experiência com a escrita e com a subjetividade da mãe. Teóricas e escritoras vêm produzindo discursos diferentes dos discursos patriarcais, visando à modificação dos conceitos sobre a maternidade e sobre o papel da mãe na família. A partir dos anos 1980, percebe-se o crescimento de obras ficcionais preocupadas não só em retratar a experiência materna em sua plenitude, mas também em dar voz às mães, produzindo narrativas descritas sob a perspectiva da mãe. Nesses livros, as escritoras desafiam concepções tradicionais sobre a maternidade e, ao mesmo tempo, procuram reconciliá-la ao feminismo. Nesse contexto, passa-se a produzir também narrativas diferentes das escritas pelos homens.

Surgem, assim, novas formas de representar e de abordar a experiência da maternidade, e a própria literatura torna-se espaço para o questionamento de noções mitificadas, essencializantes e biologizantes, assim como para o desenvolvimento de novas visões sobre essa experiência. Com o objetivo de dar visibilidade às vozes das mães e suas experiências, Yaeger propõe, por exemplo, uma "poética do nascimento", uma poética, uma filosofia, uma elaboração epistemológica sobre o nascimento, que nos permita recolocar, reelaborar e, portanto, começar a administrar os significados que a reprodução tem nas vidas

das mulheres. É preciso encontrar novos sentidos, novas estruturas, novos códigos e outros modos de expressão simbólica que permitam criar uma história do nascimento, uma história que se preocupe em registrar a experiência da maternidade, com o poder de suplementar as vozes perdidas das mulheres. Uma poética do nascimento ajudaria a desenvolver narrativas sobre o nascimento – ficcionais ou não – capazes de criar novas perspectivas, que recusem perpetuar as deformações e deslocamentos da capacidade reprodutiva das mulheres pela sociedade patriarcal, e que também considerem as diferenças culturais que se articulam na experiência da reprodução.

Espero que essas análises sejam também oportunidades de questionamentos e reflexões; como disse Gayle Rubin, "a literatura sobre as mulheres – seja feminista ou antifeminista – é uma longa reflexão sobre a natureza e a gênese da opressão e da subordinação social das mulheres" (RUBIN, 1975, p. 157). E é essa mesma literatura que abre espaço para transformações e mudanças capazes de contribuir para o combate a essa opressão.

Referências bibliográficas

AGONITO, Rosemary. *History of ideas on women*. New York: Paragon, 1977.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. de Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *The second sex*. Trad. de H. M. Parshley. 3. ed. New York: Vintage Books, 1989. [Edição original: 1949].

CIXOUS, Hélène. *The laugh of the Medusa*. Trad. de Keith Cohen e Paula Cohen. *Signs*, v. 1, n. 4, p. 875-893, 1976. The University of Chicago Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173239>. Acesso em: 10 nov. 2012.

CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender.* California: University of California Press, 1979.

CROSS, John W. *George Eliot's life as related in her letters and journals*. New York: Harper & Brothers, 1885. v. I, II, III. Disponível em: <http://archive.org>. Acesso em: 22 jul. 2012.

DALY, Brenda O.; REDDY, Maureen T. *Narrating mothers: theorizing maternal subjectivities*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1991.

DEL PRIORI, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia.* Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: EdUnB, 1993.

DESCARRIES, Francine. "Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural". *Textos de História*: revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Dossiê: Feminismos: teorias e perspectivas. Org.: Tânia Navarro-Swain. Brasília, UnB, v. 8, n. 1-2, 2000.

DINNERSTEIN, Dorothy. *The Mermaid and the Minotaur: sexual arrangements and human malaise*. New York: Perennial Library, 1976.

ELIOT, George. *Adam Bede*. 2. ed. Hertfordshire: Wordsworth Classics, 1997. [Edição original: 1859].

______. *Daniel Deronda*. 4. ed. London: Everyman's Library, 2000. [Edição original: 1876].

______. *Felix Holt, the Radical*. 2. ed. London: Penguin Books, 1995. [Edição original: 1866].

______. *Middlemarch*. 2. ed. London: Penguin Books, 1994. [Edição original: 1874].

______. *Romola*. 3. ed. London: Penguin Books, 1996. [Edição original: 1863].

______. *Silas Marner*. London: 2. ed. London: Penguin Books, 1994. [Edição original: 1860].

______. *The Mill on the Floss*. 2. ed. London: Penguin Books, 1994. [Edição original: 1861].

FELSKI, Rita. *Literature after feminism*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

FLAX, Jane. "Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista". *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pós-modernismo e política*. Trad. de Carlos A. de C. Moreno. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FREUD, Sigmund. "A feminidade". Trad. de Odilon Gallotti, Isaac Izecksohn e Gladstone Parente. *In*: ______. *Obras completas de Sigmund Freud.* Rio de Janeiro: Delta, s./d. p. 117-141. Tomo X, 1958.

GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. "Infection in the sentence: the woman writer and the anxiety of authorship". *In*: WARHOL, Robyn R.; HERNDL, Diane Prince (Orgs.). *Feminisms*: an anthology of literary theory and criticism. New Brunswick, New Jersey: Rutgers UP, 1997.

______; ______. "Tradition and the female talent". *In*: MILLER, Nancy K. (Org.). *The poetics of gender*. New York: Columbia University Press, 1986.

HELLERSTEIN, Erna Olafson; HUME, Leslie Parker; OFFEN, Karen M. "Victorian women: a documentary account of women's lives". *In*: ______. *Nineteenth-Century England, France, and the United States*. Brighton: The Harvest Press, 1981.

IRIGARAY, Luce. "And the one doesn't stir without the other". Trad. de Hélène Vivienne Wenzel. *Signs*, The University of Chicago, v. 7, n. 1, p. 60-67, 1981. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173507>. Acesso em: 10 nov. 2012.

KAPLAN, E. Ann. *Motherhood and representation*: the mother in popular culture and melodrama. London and New York: Routledge, 1992.

KRISTEVA, Julia. "Stabat Mater". *In*: ______. *Histórias de amor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MATUS, Jill L. *Unstable bodies: Victorian representations of sexuality and maternity*. Manchester: Manchester University Press, 1995.

NAVARRO-SWAIN, Tania. "Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade". *In*: STEVENS, Cristina (Org.). *Maternidade e feminismo*: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

NEUMANN, Erich. *A Grande Mãe*: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente. Trad. de Fernando Pedroza de Mattos e Maria Silvia Mourão Netto. São Paulo: Cultrix, 1999.

OLSEN, Tillie. *Silences*. New York: Delacorte Press; Seymor Lawrence, 1978.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RICH, Adrienne. *Of woman born*: motherhood as experience and Institution. 3. ed. London: Virago, 1981.

RUBIN, Gayle. "The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex". *In*: REITER, Rayna (Org.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

SHOWALTER, Elaine. *A literature of their own*. New Jersey: Princeton University Press, 1977.

______. "A crítica feminista no território selvagem". *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SPENCER, Jane. *The rise of the woman novelist*: from Aphra Behn to Jane Austen. Oxford; New York: Basil Blackwell, 1986.

STEVENS, Cristina. "Maternidade e feminismo: diálogos na literatura contemporânea". *In*: ______ (Org.). *Maternidade e feminismo*: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

______. "Publicar é um ato político' – A inserção da área 'Mulher e literatura' na produção teórico-crítica em estudos feministas e de gênero no Brasil". *In*: STEVENS, Cristina (Org.). *Mulher e literatura – 25 anos*: raízes e rumos. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

______. "'Sociological Poetics': a maternidade em George Eliot". *In*: STEVENS, Cristina (Org.). *A mulher escrita*: a escrita-mulher? Brasília: Departamento de Teoria Literária e Literaturas/UnB, 2008.

YAEGER, Patricia. "The poetics of birth". *In*: STANTON, Donna C. (Org.). *Discourses of sexuality*: from Aristotle to AIDS. Michigan: The University of Michigan Press, 1992.

Pioneirismo, utopia e nacionalismo: a épica-feminista de Christine de Pizan

Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne[1]

1. Crítica e Utopia: a produção literária de autoria feminina no final da Idade Média

A escritora Christine de Pizan (1364-1431) viveu em um período de considerável efusão político-social na França: alguns anos após o início e poucos antes do término da Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Nesse período, observa-se o fortalecimento da monarquia, assim como o recuo do clericalismo, ocasionados de um lado pelo desenvolvimento de um sentimento nacionalista e por outro pela quebra da hegemonia do latim, favorecendo o crescimento das línguas vernáculas e de novas manifestações e movimentos religiosos discordantes da Igreja Católica. Segundo o historiador Hilário Franco (1999, p. 66),

> os problemas dos séculos XIV-XV e as soluções muitas vezes conflitantes encontradas pelos diversos países intensificavam o sentimento patriótico. É significativo que a primeira guerra nacionalista da história europeia – a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) – tenha ocorrido nessa fase da Idade Média.

As crises política, econômica, espiritual desses dois séculos foram movidas por um significativo sentimento de angústia e de pessimismo coletivos devido à constância da guerra, das calamidades, da insegurança. Em meio a esse *ad pessimum* coletivo, surgem algumas manifestações de resistência e figuras emblemáticas dispostas a construírem um imaginário utópico, como alternativa à religiosidade e à estrutura político-social dominantes. Fato notável é a participação das mulheres no seio dessas manifestações, em alguns casos consideradas hereges. Em artigo recente sobre as místicas na Idade Média e a contribuição da historiografia feminista para a descolonização das paisagens medievais, a teóloga feminista Lieve Troch (2013, p. 3) faz a seguinte reflexão:

> As mulheres místicas desempenharam um papel importante neste período em que o poder masculino na igreja foi devastado por conflitos internos e movimentos alternativos emergentes que foram considerados hereges. Nesse contexto conturbado, muitas mulheres levantaram sua voz e, portanto, possuem uma influência político-religiosa importante. Várias destas mulheres postulam-se como

[1] Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

> profetisas e fazem notáveis afirmações teológicas. Curiosamente, entretanto, o que elas proclamam não é geralmente definido como teologia, mas como mística. As mulheres desejam afirmar, com seu estilo próprio de falar, uma maneira distinta da religião proveniente da teologia clássica e querem dar a sua opinião em discussões teológicas. No entanto, os homens – para garantir a sua própria definição teológica – classificam estereotipadamente a teologia das mulheres como "mística". A "mística", tal como é praticada por mulheres, é caracterizada por uma linguagem alegórica, uma linguagem de visões, uma linguagem poética, um modo de vida e espiritualidade, mas também por uma reformulação teológica da divindade.

Troch (2013, p. 10) inclui entre essas místicas, a escritora Christine de Pizan, levando em consideração três elementos:

> – Seus vários escritos se dão a partir de suas próprias experiências e expressam muitos dos seus sentimentos. Ela própria é a fonte de sua escrita. Isto é particularmente evidente nos poemas. Esta é uma característica de todas as místicas;
> – Christine de Pisan escreve em um estilo visionário, um estilo que é muito característico da mística feminina. Ela mesma esclarece a decodificação desse estilo estratégico. Diz ela: "estou sonhando, mas eu estou acordada!";
> – Ela também se aventura em debates explicitamente teológicos [...].

A autorrepresentação, a literatura visionária, as ressignificações teológicas são alguns dos elementos que constituem o conjunto da obra de Pizan e a marca de seu projeto literário. A obra mais significativa desse projeto utópico é a *Cidade das damas* (1405), através da qual, a personagem e narradora Christine recebe a ajuda de três damas alegóricas Razão, Retidão e Justiça, para cumprir a missão de construir um espaço de proteção às mulheres sem limites de idade, de classes sociais, de tempo histórico, em reação aos discursos misóginos intensificados naqueles últimos séculos da Idade Média. Atitude semelhante é observada na obra *Vita Christi* da escritora espanhola, abadessa de um convento de Valença, Isabel de Villena (1430-1490). A obra busca evidenciar a dignidade e o protagonismo das mulheres do Evangelho, como aponta a estudiosa de sua obra no Brasil Cláudia Brochado (2001). Alguns dos elementos de destaque comuns às duas obras referidas são a desconstrução da ideia de fraqueza associada à essência feminina, a reivindicação do acesso feminino ao saber institucionalizado, e a ênfase no protagonismo feminino em vários campos do saber, através de exemplos históricos, bíblicos e mitológicos. Essas são apenas duas de muitas obras de autoria feminina que fizeram parte do movimento literário e político conhecido como *Querelle des femmes*, que durante os séculos XV e XVIII, procuraram defender as mulheres da marca misógina que permeava os discursos oficiais desse período.

2. Christine de Pizan: autora canônica no século XV

Escritora de surpreendente produção literária, tanto pela extensão, quanto pela diversidade de modalidades literárias cultivadas, Christine de Pizan conseguiu conquistar um lugar de destaque na França do século XV, tornando-se uma das figuras mais influentes do seu tempo. A pesquisadora Solente, no estudo sobre a influência literária de Pizan, publicado em 1933, assinala que pouco após sua morte, "ouviu-se falar da ilustre mulher de letras, e muitos autores já no século XV e XVI citaram seu nome com elogios" (SOLENTE, 1933, p. 27, tradução nossa), como Martin Le Franc, Jean Marot, Clément Marot[2]. O reconhecimento do valor literário de suas obras pode ser resumido na balada laudatória que o poeta Eustache Deschamps dedicou à escritora, comparando-a a uma das novas Musas[3].

Autora de um importante número de baladas, rondós, virelais, orações, epístolas, Pizan se dedicou com mais intensidade no início do século XV a obras narrativas de cunho das mais variadas formas discursivas: ora a filosófica, ora a historiográfica, ora a moralista. A mesma variedade de abordagens encontra-se também na temática. Em parte considerável de suas obras, Pizan demonstra conhecimento e domínio acerca de assuntos então monopolizados pelos escritos de autoria masculina, como a arte da guerra, a administração real, abordados em *Livre des fais d'armes et de chevalerie*, e em *Livre du Corps de Police*. Em outras obras, Pizan apresenta-se como incentivadora de um tempo de paz, a exemplo de *Lamentation sur la guerre civile*, *Livre de la paix*, *Epistre de la prison de vie humaine*, *Epistre à la Reine*.

Dentre a variedade de temas abordados, chama-nos atenção na obra de Pizan suas reflexões sobre a condição feminina na sociedade de seu tempo. A defesa da honra e dos direitos das mulheres é, pois, a grande bandeira levantada por Christine de Pizan, o que a torna na Idade Média a precursora do discurso e das reivindicações de um feminismo *avant la lettre*. Os escritos mais emblemáticos dessa discussão de gênero são, certamente, *Epître au Dieu d'Amour* (1399), *La Cité des Dames* (1405) e *Ditié de Jeanne D'Arc* (1429).

---

[2] Texto original : «peu après la mort de Christine de Pisan, il fut parlé de l'illustre femme de lettres, et bien des auteurs déjà au XVE et au XVIE siècle citèrent son nom avec éloge» (Todas as citações traduzidas neste artigo são nossas).

[3] "Muse eloquente entre les IX., Christine, /Nompareille que je saiche au jour d'ui".

3. A construção do *Ditié de Jehanne D'Arc*: elementos circunstanciais e pioneiros da obra de Christine de Pizan

O *Ditié de Jeanne D'Arc* foi escrito nove anos depois do término de uma intensa produção, quando Pizan se recolheu, em 1420, no convento de Poissy, perto de Paris. Trata-se de um poema narrativo motivado pelo feito heroico de uma camponesa, donzela e guerreira, a visionária Joana D'Arc. Pizan retoma nos 488 versos do *Ditié*, os principais temas abordados nas obras anteriores: a política interna e externa na França, reflexões sobre a guerra de Cem anos, que opunham a França e a Inglaterra, o desejo de Paz, a devoção divina, a defesa da união nacional e sobretudo a valorização feminina.

Vale salientar que o poema foi escrito pouco tempo antes da morte de Pizan e dois anos antes da condenação de Joana D'Arc à morte. A última obra da escritora reafirma dois traços marcantes de sua trajetória literária: a ousadia e o pioneirismo. É importante lembrar que o feito heroico homenageado pela autora do *Ditié* não obteve visão unânime entre os escritores que se lançaram a narrá-lo. Sabe-se que a jovem camponesa, de pouca instrução, que, por sua força de vontade conseguiu convencer o rei e concílios clericais a comandar o exército francês na tentativa de libertar a França do domínio inglês, dois anos depois dessa homenagem foi condenada, acusada de bruxaria e jogada viva à fogueira.

Além das referências à Donzela de Orleans, como ficou conhecida, nas crônicas do *Journal d'un Bourgeois de Paris*[4], de acordo com Michaud-Fréjaville (2000, p. 4), entre 1429 e 1456, 18 tratados foram escritos sobre a Donzela, sendo quatro desses anteriores à captura de Joana D'Arc: *De adventu Johanne,* de Jacques Gélu, *De quadam puella,* de Henri de Gorkum, *Opusculum super facto puelle,* de Jean Gerson, e *Breviarum historiale*, de Jean Dupuy. Embora a pesquisadora não inclua a obra de Christine de Pizan na lista dos tratados citados acima, uma estrofe do *Ditié* vem como epígrafe do artigo para destacar a particularidade do poema, que se distingue pelo seu olhar singular em relação à figura da heroína. Segundo Michaud-Fréjaville (2000, p. 191),

> A análise dos tratados, que no conjunto há ainda muito a ser feito, permite constatar que o questionamento acerca do lugar no exército ocupado por Joana D'Arc foi evitado com tal constância que só pode revelar o mal-estar profundo das pessoas de

[4] Compilação anônima de crônicas sobre os reinados de Carlos VI e Carlos VII, entre os anos de 1405-1449.

> Igreja face a uma situação imprevista, inacreditável e que permanece, se imaginamos bem, ainda única na História não legendária[5].

Apesar de dar legitimidade ao ato de heroísmo da guerreira, os quatro tratados dos clérigos citados, todos escritos em latim, apresentam uma certa desconfiança em relação ao papel social desempenhado por Joana D'Arc. O tratado de Gélu, por exemplo, utiliza o termo "pecado de presunção" para designar aquele em que a donzela transgride sua natureza feminina". Em relação ao tratado de Gerson, Michau atenta para o fato de que "o prudente teólogo insiste sobre o caráter circunstancial e portanto único da transgressão dos papéis homem-mulher nas roupas e no corte de cabelo"[6]. Já Henri de Gorkum reconhece a extraordinária habilidade de Joana D'Arc, mas a classifica apenas como "*quasi perita*" no comando do exército. E Jean Dupuy anuncia, em *Breviarum historiale*, que "prefere silenciar acerca da bravura do combate da Donzela, por receio de falar mal ou equivocadamente"[7] (*Ibid*., p. 190-193).

Concordando com Michau-Fréjaville (2000, p.193): "Era difícil não reconhecer em 1429 o papel primordial desempenhado por Joana d'Arc no seio do exército de Carlos, no entanto era uma constatação praticamente impossível a ser exposta de maneira franca"[8].

Além da singularidade na abordagem, o pioneirismo do poema da escritora se apresenta ainda na extensão da obra e no fato de serem os únicos versos sobre Joana D'Arc em francês escritos com ela ainda viva de que se tem conhecimento[9] (HERLUISON, 1856, p. 8).

Após essa contextualização do poema, procederemos adiante à sua análise, enfatizando sua epicidade.

---

[5] Texto original: « L'analyse des traités, qui reste dans l'ensemble largement encore à faire, permet de constater que la mise en question de la place tenue dans l'armée par Jeanne a été évitée avec une constance qui ne peut que révéler le malaise profond des gens d'Église en face d'une situation imprévue, inouïe et qui demeure, si l'on y songe, encore unique dans l'Histoire non légendaire ».

[6] Texto original: « le prudent théologien insiste sur le caractère circonstanciel et donc unique de la transgression des rôles homme-femme dans les vêtements et la coupe des cheveux ».

[7] Texto original: « préfère passer sous silence la bravoure au combat de la Pucelle, de peur d'en parler mal ou faussement ».

[8] Texto original: « Il était difficile de ne pas reconnaître en 1429 le rôle primordial joué par Jeanne d'Arc au sein de l'armée de Charles, néanmoins c'était une constatation pratiquement impossible à exposer sans fard. ».

[9] Texto original: « Ce son au dire de M. Quicherat, les seus vers français du vivant de Jeanne D´Arc qui soient parvenus jusqu´à nous ».

4. *Ditié de Jehanne D'Arc*: um poema épico?

Os estudos publicados sobre o *Ditié de Jehanne D'Arc* nos apontam para a dificuldade de definição dessa obra de Pizan, considerado "um poema estranho", de "caráter polissêmico" (KOSTA-THÉFAINE, p. 122), ou mesmo "curioso" (SOLENTE, 1969, p. 37). Uma das maiores críticas da obra de Christine de Pizan, Liliane Dulac (2007) levanta uma série de modalidades possíveis caracterizadoras do poema: Seria "um canto de *alegresse* para saudar o rei e agradecer a Deus, (...) uma espécie de *Te Deum*"?[10], "Seria uma narrativa histórica?" "Seria um poema político?".

Considerando todas essas indagações, propomos neste trabalho a tese da epicidade, como possibilidade de leitura do *Ditié*, de Pizan. Toma-se como base teórica os estudos da pesquisadora Christina Ramalho, fundamentados na teoria da "semiotização épica do discurso", de Analzido Vasconcelos da Silva. Resumidamente, segundo Ramalho (2013, p. 19), "identifica-se como épico ou epopeia todo poema longo que desenvolva uma matéria épica por meio da dupla instância lírica e narrativa". Na matéria épica, "o plano histórico e o maravilhoso, integrados através da ação heroica, representam, respectivamente, a dimensão real e a mítica (e sua fusão), ambas inerentes à experiência humano-existencial que motiva a criação poemática".

A obra épica apresenta, de acordo com Ramalho (2013, p. 27), as seguintes categorias: "proposição, a invocação, a divisão em cantos, os planos literário, histórico e maravilhoso e o heroísmo épico". Das categorias elencadas pela pesquisadora, apenas a divisão em "cantos" não se aplica ao poema de Pizan. Vejamos a seguir como elas estão inseridas na composição poemática:

O *Ditié de Jehanne D'Arc*, como já mencionado, é um poema lírico–narrativo constituído de 61 oitavas, com versos octossílabos em sua quase totalidade. Com o mesmo esquema rítmico empregado na maioria de suas baladas, ABABBCBC, o *Ditié* é, no entanto, um poema composto para ser declamado e não cantado, como sugere a própria escolha do gênero no título. Segundo o *Dictionnaire des Lettres Françaises* (1964, p. 385), além desse traço que opõe o gênero *Dit* ou *Ditié* da lírica cortês, "nenhuma característica formal ou temática particular parece a priori defini-lo nitidamente". A maioria das peças trata de fatos

[10] Texto original: « Chant d'allégresse pour saluer le roi et remercier Dieu, le Ditié serait-il une sorte de Te Deum ? ».

do cotidiano, podendo assumir um tom didático, satírico, adotando, a partir do século XIV, um caráter mais moral e religioso. A pesquisadora Jacqueline Cerquiglini (1980, p.87) definiu três critérios que se aplicam ao conjunto dos *dits*: a discontinuidade, a enunciação em primeira pessoa, e o emprego do tempo presente. Trata-se de uma prática crescente entre o final da Idade Média e o Humanismo da implicação do/a escritor/a na sua obra literária.

Observa-se, por exemplo, na primeira e última estrofes do poema, a afirmação da voz lírico-narrativa da poetisa.

I
Je,Christine, qui ay plouré
XI ans en abbaye close,
Où j'ay tousjours puis demouré
Que Charles (c'est estrange chose!),
Le filz du roy, se dire l'ose,
S'en fouy de Paris de tire,
Par la traïson là enclose,
Ore à prime me prens à rire

61
Donné ce ditié par Christine,
L'an dessus dit **mil quatre cens**
Et vingt et neuf, le jour où fine
Le mois de juillet. Mais j'entends
Qu'aucuns se tendront mal contens
De ce qu'il contient, car qui chière
A embrunche les yeux pesans,
Ne peut regarder la lumière

Nas estrofes transcritas, o eu-lírico-narrativo refere-se também a um tempo presente, o verão de 1429; momento histórico quando a França é libertada do domínio inglês, graças à liderança do exército francês por Joana D’Ar, e o mês de julho desse ano, quando ocorre a coroação de Carlos VII como rei da França. Dessa forma, é notória nesses versos a inserção do poema em dois planos da criação épica: o histórico e o literário, através da narração de eventos históricos sob um matiz lírico, e do reconhecimento do lugar da fala autoral.

Ao longo do poema, é possível identificar com mais clareza a implicação política dessa voz autoral, a referencialidade histórica, assim como o plano do maravilhoso, inserido dentro de uma tradição cristã. Vejamos, então, como essas categorias aparecem na divisão do poema. Embora não destacado explicitamente, o *Ditié* pode ser dividido em cinco sequências, levando-se em consideração a intencionalidade da voz lírico-narradora:

1ª Sequência – Invocação

A abertura do poema, constituída das seis primeiras estrofes, anuncia a mudança do estado de espírito do eu lírico narrador em consonância com o tempo de renovação trazido pela primavera, estação da esperança (est. 4, v. 5; est. 9, v. 8) que tem o poder de transformação “do tempo seco ao verde” (est.3, v.8), do “choro em canto”(est.2, v. 6). Ao siturar na terceira estrofe, 1429 como o ano da transformação, em que “o sol voltou a brilhar” (est.3, v.2), tornando o luto, a tristeza, o aprisionamento, em um tempo de riso, de canto, de renovação e esperança, o eu lírico narrador justifica, através do emprego de tais termos e do jogo de comparação entre eles, seu contentamento com o coroamento do rei Carlos VII. Na sexta estrofe invoca a população de todas as classes (v. 3) para louvar a intervenção de Deus nesse evento histórico. Desta forma, o percurso heroico da protagonista é descrito por uma formulação mítico-religiosa do plano maravilhoso.

3
L'an mil quatre cens vingt et neuf,
Reprint à luire li soleil
Il ramene le bon temps neuf
Que on [n'jj avoit veu du droit oeil
Puis longtemps dont plusieurs en deuil
Orent vesqui. J'en suis de ceulx
Mais plus de rien je ne me deuil,
Quant ores voy [ce] que je veulx.

6
Or fesons feste à nostre roy
Que très-bien soit-il revenu
Resjoïz de son noble arroy
Alons trestous, grans et menu,
Au devant; nul ne soit tenu**,**
Menant joie le saluer**,**
Louant Dieu, qui l'a maintenu,
Criant Noël en hault huer.

O tom da **invocação** presente nessa sequência inicial do poema parece relacionar-se com dois tipos classificados por Ramalho (2013, p. 63): um “chamamento no sentido de provocar, por exemplo, a aderência do invocado à intenção do texto, criando uma espécie de ‘cumplicidade épica’” e a “autoinvocação, em que a voz épica parece dialogar com sua própria capacidade de criação, em um processo de autoestímulo” (*Ibid.*, p. 64).

2ª sequência - Proposição

Na segunda parte do *Ditié* insere-se a **proposição** que, assim como a **invocação,** é integrada ao corpo do poema. O primeiro verso da sétima estrofe anuncia que o fato a ser narrado é digno de memória e que será objeto de várias crônicas e histórias. A sequência de estrofes que seguem insiste no plano miraculoso do fato, através das expressões: "coisa mais extraordinária em todo mundo" (est. 8, v. 2), "feito pela graça de Deus" (est. 7, v. 2),"Fortune" (est. 8, v. 8; est. 9, v. 6), "divina missão" (est. 10, v. 7), "milagre" (est. 11, v. 1) e na validade da matéria épica a ser narrada: "digno de memória" (est. 11, v. 5; est. 7, v. 6), "fato notável" (est. 8, v. 5), "coisa notória" (est. 11, v. 2).

Das estrofes 7 a 12, essas palavras vão se reiterando e proporcionando um suspense para o/a leitor/a até chegar à proposição do poema. Tal retardamento pode sugerir um recurso do eu lírico narrador para uma maior valorização do feito histórico, revelado apenas na 13ª estrofe do poema, em uma mescla de proposição e invocação:

13
Et tu, Charles roy des François,
Septiesme d'icellui hault nom,
Qui si grant guerre as eue ainçois
Que bien t'en prensist, se peu non
Mais Dieu grâce, or voiz ton renom;
Hault eslevé par la Pucelle,
Que a soubzmis sous ton penon
Tes ennemis; chose est nouvelle.

Outra estratégia de contador/a de história para prender a atenção do leitor/da leitora se revela na narrativa dos fatos que vão se definindo e tornando-se cada vez mais precisos a cada estrofe. No caso do termo *Pucelle* (donzela), por exemplo, a partir da 13ª estrofe aparece o artigo definido "a" para donzela, referida anteriormente como "uma virgem" (est. 11, v. 6).

3ª sequência – Heroísmo de Joana D'Arc

Dirigindo-se a Joana D'Arc, nas estrofes 23 e 24, o eu lírico define a **matéria épica do poema**: o heroísmo da figura de Jeahnne D'Arc. De acordo com as categorias propostas por Ramalho, trata-se de "um heroísmo histórico individual, cuja ação heroica relaciona-se diretamente a feitos bélicos e/ou político" (RAMALHO, *id*., 247). Em relação ao percurso

heroico, observa-se que a fusão do plano histórico com o maravilhoso, na medida em que se narra a trajetória da heroína Joana D'Arc, enfatizando o elemento miraculoso e incomum na grandiosidade de suas façanhas. Inserida em uma tradição cristã, a ação heroica é movida pela intervenção divina, dignificando a heroína por ser escolhida e enviada por Deus. Nessa sequência, o eu lírico preocupa-se em trazer uma série de argumentos na busca pela comprovação da legitimidade da missão da heroína e na valorização da ação heroica alcançada por uma mulher e não por homens, como fica evidenciado no primeiro, quinto e sexto versos da estrofe 34, transcrita abaixo:

Hée **quel honneur au féminin**
Sexe Que [Dieu] l'ayme, il appert.
Quant tout ce grant peuple chenin
Par qui tout le règne ert désert,
Par femme est sours et recouvert,
Ce que pas hommes fait n'eüssent,
Et les traittres mis à désert
A peine devant ne crussent.

.A voz engajada de Pizan pretende assim não apenas colocar em evidência o heroísmo feminino, mas também inserir a heroína Joana D'Arc em uma genealogia de mulheres valorosas, como já havia feito em outras obras, como a *Cidade das damas*, em que Pizan emprega o motivo das "Nove Guerreiras" (*Neuf Preuses*), sendo 3 mulheres da Bíblia, 3 da Mitologia e 3 romanas, bastante em voga na Baixa Idade Média.

Na estrofe 28, por exemplo, o percurso heroico de Joana D'Arc é relacionado ao de outras figuras do evangelho que tiveram uma importante atuação em guerras de libertação nacional, como é caso de Ester, Judith e Débora. Outra filiação da heroína proposta no poema é com figuras visionárias, apresentando poderes especiais, como se observa no primeiro verso da estrofe 31, a referência a Merlin, Sibila e Bede, possuidores do dom da profecia.

28
Hester, Judith et Delbora
Qui furent dames de grant pris,
Par lesqueles Dieu restaura
Son pueple qui fort estoit pris,
Et d'autres plusieurs qu'ay appris
Qui furent **preuses**, n'y ot celle;
Mais miracles en a porpris [?]
Plus a fait par ceste Pucelle.

31
Car Merlin, et Sébile et Bede,

Plus de cinq'cens a la vïrent
En esperit, et pour remède
A France en leurs escriptz la mirent
Et leurs prophécies en firent,
Disans qu'el pourterait banniere
Es guerres françoises et dirent
De son fait toute la manière.

A celebração dos feitos de uma heroína no poema de Pizan não é por acaso, sendo um fator-chave de seu projeto literário protofeminista. Considerando a construção do "herói" nos poemas épicos, talvez o *Ditié* seja realmente exceção até bem pouco tempo. Segundo a estudiosa Christina Ramalho (2005 p. 27-28),

> o papel da mulher na façanha heróica, em geral, era a de ser depositária do referente doméstico, apaziguadora dos sentimentos que pudessem permear a experiência heróica do homem, tais como o medo, a fraqueza, o tédio, a dúvida. Saber que o " lugar sagrado" mantinha-se guardado pela mulher facilitava o cumprimento do percurso cíclico do herói: partida, realização e retorno, além de lhe suavizar a superação das provações. Atuando, pois, como co-sujeito da ação, a mulher não vivia a plenitude do deslocamento nem sequer experimentava o desafio do desconhecido. [...] De natureza física, quando o desafio representa a necessidade de fazer uso de uma força extraordinária, muitas vezes envolvendo o salvamento ou o resgate de vidas; ou de natureza espiritual, quando o desafio consiste na competência para lidar com o "nível superior da vida espiritual humana"(Cambell, 2001, p.13331) e converter a experiência em mensagem a ser divulgada, a proeza heróica, até o século XVIII, exigia um espírito aventureiro explicitamente associado ao masculino. A passividade e a estaticidade da mulher, portanto, negavam a ela a possibilidade de enfrentar as provações heróicas, cabendo-lhe apenas as provações domésticas que, obviamente, não tinham o mesmo status das primeiras. Por outro lado, todas ações de diferentes mulheres em direção à quebra desse condicionamento dicotômico foram histórica e culturalmente veladas.

Concordando com a pesquisadora acerca do apagamento do protagonismo feminino como sujeito social da História, referido acima, ressalto, porém, a importância do estudo de obras de autoria feminina em períodos literários mais remotos, como forma de desconstruir a ideia de ausência da participação das mulheres na História e nas várias áreas de conhecimento das quais seus escritos são testemunhos.

4ª sequência: Invocação orquestrada

A penúltima parte, que se estende da estrofe 39 à 59, é composta de várias sequências de estrofes em que o eu lírico-narrativo, como um chefe de orquestra, se dirige a vários destinatários, com propósitos diferentes; ora aos considerados inimigos da Pátria: os ingleses, os Bourguignons, ora ao conjunto dos franceses, à cidade de Paris e aos parisienses, às cidades rebeldes e aos franceses que renegaram o rei Carlos VII. O propósito do eu lírico é o apelo à coesão nacional e ao restabelecimento da paz.

Os argumentos utilizados pela autora aconselhando os inimigos a desistirem diante da grandeza e força indestrutível do exército francês liderado pela Donzela, como sugere Liliane Dulac (2007, p. 91) constituem "uma amplificação das palavras pelas quais Joana deu um sentido a sua ação ou tentou mudar a do rei". De acordo com a pesquisadora, Pizan "conhecia o conteúdo das cartas que Jehanne dirigiu a grandes chefes de estado da época, em 22 de março de 1429", intitulada *Carta aos ingleses*.

5ª sequência: oração de esperança

A conclusão do poema revela-se como uma oração, em que o eu lírico pede a Deus coragem ao povo da França para que a paz volte a reinar. E termina com a palavra *luz*. A luz do novo tempo trazido pela primavera, pela luz da sabedoria e coragem femininas, a luz da esperança utópica que guiou e sempre motivou Christine de Pizan a escrever suas obras em defesa das mulheres.

Refazendo os fios da memória feminina – considerações finais

A voz épica de Pizan, em *Ditié de Jehanne D'Arc*, coloca-se como um repositório da memória das lutas femininas. É sem dúvida significante a intencionalidade épica do poema que traz uma mulher como heroína naquele contexto da Baixa Idade Média. Joana D'Arc simboliza tanto a ideia de nacionalismo, de luta pela liberdade, de coragem e força femininas, quanto o prenúncio de um Renascimento de trevas para muitas mulheres sábias, guerreiras, visionárias, acusadas de bruxaria. Como lembra a historiadora feminista Navarro-Swain, em seu sugestivo artigo "De deusa à bruxa: uma história de silêncio",

> A "caça às bruxas" corresponde portanto, ao declínio do status político, econômico e social da mulher, atingindo seus direitos de pessoa e de cidadã. Todas as frentes foram investidas na despossessão e desqualificação da mulher, cerceando sua esfera de atividades, limitando o acesso ao saber e à educação, destruindo direitos políticos e de herança e reativando, no imaginário social, medos ancestrais, ligados ao modelo do Mal, da Sombra, da Morte e do Pecado... (SWAIN, 1993-1994).

Por esse poder de denúncia implícito na intencionalidade épica de autoria feminina, não podemos deixar de fazer analogia do *Ditié de Jeanne D'Arc* com o poema épico *A lágrima de uma caeté*, escrito pela escritora oitocentista Nísia Floresta.

Esse poema, de meados do século XIX, no Brasil, escrito também no calor dos acontecimentos, contém, como aponta Constância Duarte (1999, p. 2),

> a conjunção de dois dramas: o do índio brasileiro espoliado pelo colonizador português; e o vivido pelos liberais durante a Revolução Praieira, acontecida em Pernambuco, de novembro de 1848 a fevereiro de 1849. Aparentemente distintos, estes dramas se entrelaçam à medida que o poema se desenvolve, até sua quase identificação.

Nos dois poemas a perspectiva é a mesma: as escritoras colocam-se a favor dos que lutam pela liberdade, construindo heróis ou heroínas representantes de segmentos oprimidos da sociedade. No poema medieval, a heroína é uma mulher, camponesa e transgressora do papel social nas relações de gênero, sendo comandante do exército francês e se vestindo como homem; no poema brasileiro, os heróis são dois vencidos pela ganância do sistema opressor do colonialismo: um revolucionário e um índio, representantes, respectivamente, dos líderes da Revolução Praieira e dos índios Caetés.

O trabalho de escavação dessa produção de autoria feminina, através de edições críticas, reedições, traduções, estudos, como um dos projetos do GT Mulher na Literatura da ANPOLL, busca interferir no preocupante paralelo constatado pela pesquisadora Ria Lemaire (1994, p. 58), "entre a sucessão cronológica de guerreiros heroicos nas sociedades patriarcais e a sucessão de escritores brilhantes, na história literária". Dessa forma, como indício da "História do possível" (Navarro-Swain), acreditamos estar trazendo alguma contribuição ao trabalho de reescrita da Literatura Ocidental proposto por Lemaire (*Ibid*., p. 54):

> 1. A desconstrução da história literária tradicional como parte do discurso das ciências humanas;
>
> 2. A reconstrução das diversas tradições da cultura feminina marginalizadas e/ou silenciadas;
>
> 3. A construção de uma nova história literária, como produto de diversos sistemas socioculturais inter-relacionados, marcados pelas relações de gênero.

Referências bibliográficas

BOSSUAT, Robert; PICHARD, Louis; *DE LAGE, Guy Raynaud. Dictionnaire des lettres françaises*: Le Moyen Âge. Paris: Fayard, 1964.

DUARTE, Constância. "Revendo o indianismo brasileiro: *A lágrima de um Caeté*, de Nísia Floresta". Belo Horizonte: *CESP* (Centro de Estudos Portugueses da Faculdade de Letras)/FALE, UFMG, 1999. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/cesp/textos/(1999)06-revendo.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2014.

DULAC, Liliane. "Un poème de combat: *le Ditié de Jehanne d'Arc*, de Christine de Pizan, juillet 1429". *Synergies-Inde*, n. 2, p. 81-95, 2007.

HERLUISSON, M. (Ed.). *Jeanne d'Arc:* chronique rimée/par Christine de Pisan. Orléans: Herluisson, 1865. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k72586t>. Acesso em: 2 fev. 2014.

KOSTA-THÉFAINE, Jean-François**.** « Le *Ditié de Jehanne d'Arc* de Christine de Pizan », *Cahiers de recherches médiévales* [On line], 3 | 1997, on line desde 2008, consultado em 02 de fevereiro 2014. URL: http://crm.revues.org/2472>. Acesso em: 2 fev. 2014.

______. *La poétesse et la guerrière*: lecture du *Ditié de Jehanne d'Arc* de Christine de Pizan. Lille: TheBookEdition, 2008.

MICHAUD-FRÉJAVILLE, Françoise. "Jeanne d'Arc, *dux*, chef de guerre. Les points de vue des traités en faveur de la Pucelle", dans: PAVIOT, Jacques; VERGER, Jacques (Dir.). *Guerre, pouvoir et noblesse au Moyen Âge. Mélanges en l'honneur de Philippe Contamine*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2000. p. 523-531.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. "De deusa a bruxa: uma história de silêncio". *Revista Humanidades*, v. 9, n. 1, 31. Brasília: Editora da UnB, 1993-1994.

RAMALHO, Christina. "Vozes épicas: história e mito segundo as mulheres". *Revista eletrônica Garrafa*, v. 5, p. 1-4. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

RAMALHO, C. B. *Poemas épicos*: estratégias de leitura. Rio de Janeiro: Uapê, 2013.

RAMALHO, C. B. *Elas escrevem o épico.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SOLANTE, Suzanne. "Deux chapitres de l'influence littéraire de Christine de Pisan". *In*: *Bibliothèque de L'École des Chartes*. Paris: 1933. Tomo 94, p. 27-45. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/bec_0373-6237_1933_num_ 94_1_ 449001>. Acesso em: 2 fev. 2014.

VILLENA, Isabel. *Vita Christi*. Edição e introdução de Josep Enric Estrela Garcia e Vicent Josep Escartí Soriano. S.l.: Bromera, 2011.

Espaço e mascaramento de gênero em contos de Cintia Moscovich

Virgínia Maria Vasconcelos Leal[1]

As discussões a respeito das definições de gênero para marcar um posicionamento feminista, seja na teoria social ou na crítica literária, geram muitos debates e inúmeras páginas escritas a respeito do que seria, afinal, esse "sujeito" do feminismo, e afinal o que seriam as "mulheres" – sem cair em uma definição essencialista ou nos padrões androcêntricos, que a própria política feminista quer questionar e/ou denunciar. Tais questionamentos estão sempre rondando a questão da identidade/alteridade e sua relação com a representação literária em narrativas contemporâneas.

Susan Stanford Friedman, em seu livro *Mappings* (1998), ressalta o duplo significado do conceito de "identidade". Há uma construção relacional pela diferença a partir do outro, sendo que a identificação com um grupo baseado, por exemplo, em gênero, raça e sexualidade, depende de um sistema binário – "nós" versus "eles" –, na qual a definição dos outros também nos define. E, ao mesmo tempo, identidade também pressupõe ser o mesmo, idêntico a si mesmo e aos outros membros de nosso grupo, ou seja, pressupõe também um terreno compartilhado. Susan Friedman tem sugerido, e não só ela, uma ideia de identidade e de alteridade que dialogue com a categoria do espaço e do discurso geográfico, ressaltando as localizações. Identidade pensada como um posicionamento, um ponto de vista, uma rede de relações de conhecimentos situados. Ou seja, um diálogo com a categoria de espaço nessa perspectiva da geografia de identidade, que é polivocal, e frequentemente contraditória.

Para Susan Friedman, as diferentes localizações podem (e devem) ser privilegiadas também em nossas análises literárias como nas narrativas elencadas neste artigo. Um dos sujeitos de quaisquer textos é a posição de autoria. Aqui, o foco de análise é sobre contos de autoria feminina e de uma autora específica, Cintia Moscovich. Escritora brasileira contemporânea que, em seus romances e contos, tem trabalhado questões de memória, em especial ligada à tradição judaica e à expressão para as experiências-limite de suas personagens, marcadas por uma corporalidade e uma sexualidade não hegemônicas.

---

[1] Doutora em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade de Brasília (UnB).

O fato de ser uma escritora já a "serializa" no gênero. Uso aqui o conceito de Iris Young de gênero como "serialidade". Ela problematiza uma das questões mais difíceis das teorias de gênero. Ela discute tanto o problema de se isolar a categoria de gênero de outras (como classe, etnia, idade, sexualidade, nacionalidade etc.), que leva a normatizações e exclusões, quanto o risco de não se considerar as mulheres como um coletivo que, efetivamente, sofre coações e desvantagens por conta de seu gênero. Ou seja, tanto o essencialismo quanto a ideologia individualista trazem dilemas para a categoria das mulheres.

Ela propõe, então, categorizar o gênero como "serialidade": uma espécie de coletividade social, diferenciada dos grupos. Tal conceito

> permite equacionar as mulheres enquanto coletivo social sem ser necessário que todas as mulheres tenham atributos comuns ou uma situação comum. Mais ainda, o gênero como serialidade não se baseia na identidade ou na autoidentidade para a compreensão da produção e do significado sociais de ser membro de um coletivo (YOUNG, 2004, p. 123).

Partindo de uma teoria sartriana, que diferencia os grupos das séries, Iris Young explica que os indivíduos participam de coletividades sociais, unidos, de forma passiva, pelos resultados objetificados das ações dos outros, no sentido histórico e na realidade material cotidiana. Para ela, as estruturas de gênero não definem atributos específicos para as mulheres, mas os fatos sociais e materiais com os quais cada indivíduo deve lidar:

> Portanto, o conceito de serialidade torna-se útil para abordar a questão da relação entre a pessoa individual e a raça, a classe, o gênero e outras estruturas coletivas. Se todas essas estruturas materiais são formas de serialidade, então não definem necessariamente a identidade dos indivíduos, nem nomeiam necessariamente atributos que partilham com outros. São estruturas materiais que emergem das ações e expectativas institucionalizadas e historicamente conservadas, que colocam e limitam os indivíduos em alguns aspectos, com os quais tem de lidar. A posição do indivíduo em cada uma das séries significa que elas diferem em experiências e percepções de outras que estejam situadas de modo diferente; mas a mesma pessoa pode relacionar-se com elas de modo diferentes, em diferentes contextos sociais ou em diferentes momentos da sua vida (YOUNG, 2004, p. 133).

Ou seja, cada pessoa, subjetiva e empiricamente, relaciona-se com as estruturas de gênero de forma variável. Não há como negar que elas existam, como a divisão sexual do trabalho, a heterossexualidade compulsória, as relações com o corpo, as estruturas linguísticas, entre outras. Para algumas mulheres, em contextos sociais e individuais específicos, outras relações de identidade, como a nacionalidade, a classe, a etnia, podem ser mais definidoras de si mesmas. Mas isso não as impede que, em alguns momentos, elas se unam a outras, como um grupo, diante de um objetivo comum e específico. Por outro lado, mesmo que nunca se identifiquem com outras mulheres, o gênero "serializa" a todas, mas de

modo particular. Como sintetiza Iris Young, “nenhuma identidade individual de mulher escapará às marcas de gênero, mas a forma como o gênero marca a sua vida será só dela” (YOUNG, 2004, p. 135).

Voltando às escritoras-mulheres, seria dizer que elas constituem uma série por serem mulheres. De uma forma ou de outra, todas têm que lidar com as marcas de seu gênero, seja pela negação ou apropriação. Marcas que estão na própria história da inserção das mulheres no campo literário: as negociações a serem feitas com as editoras que as publicam, as estratégias de difusão de suas obras, os critérios de avaliação da crítica, acadêmica ou não, bem como o seu texto vai ser lido, por exemplo, em uma análise feminista, e como se dá a mediação, por exemplo, com essa instância de produção – a autoria – em relação à própria narrativa.

Em especial, os dois contos específicos que trato aqui, “À memória das coisas afastadas” e “Mi Buenos Aires querido”, ambos em seu livro *O reino das cebolas,* em primeira edição de 1996 e em segunda, 2002, permitem a reflexão a respeito de algumas questões relevantes às alteridades e identidades de gênero nesta perspectiva, em especial no tocante aos deslocamentos espaciais. Como salienta, ainda, Friedman:

> Alegorização geográfica, em outras palavras, não é apenas uma figura de linguagem, mas um componente central da identidade. Cada situação pressupõe um determinado ajuste de local para a interação de diferentes eixos do poder e de sua falta. Uma situação pode fazer o sexo da pessoa mais significativo; outra, a sua raça; em outra a sexualidade ou religião ou classe. Assim, a identidade pessoal é produto de múltiplas posições de sujeito. [...] Mude o cenário e os componentes mais relevantes de identidade entram em jogo. Os outros eixos de identidade não desaparecem; eles apenas não são tão relevantes neste cenário particular (FRIEDMAN, 1998, p. 23. Tradução nossa)[2].

É o que acontece com as protagonistas dos dois contos da citada autora. Em “À memória das coisas afastadas”, a narrativa em 3ª pessoa acompanha, pela perspectiva de Berta, a história de sua melhor amiga – “mais que irmã” – Marilina. Para quem não conhece, este é o enredo: Marilina, casada e com uma filha, e a “moça” brasileira (assim mesmo, sem nome), encontram-se em Paris durante uma viagem com seus respectivos maridos, apaixonam-se de forma fulminante, com direito a encontros clandestinos no retorno delas ao

[2] Texto original: “Geographic allegorization, in other words, is not merely a figure of speech, but a central constituent of identity. Each situation presumes a certain setting as site for the interplay of different axes of power and powerlessness. One situation might make a person´s gender most significant; another, the person´s race; another, the person´s race; another, sexuality or religion or class. So while the person´s identity is the product of multiple subject positions. [...] Change the scene, and the most relevant constituents of identity come play. The other axes of identity do not disappear; they are just not as salient in this particular scene”.

Brasil, mesmo moradoras de cidades diferentes. Marilina conta tudo à sua amiga Berta. E pede para a amiga contatar a moça caso acontecesse "algo". Esse "algo" acontece: um acidente de carro, que põe Berta em um impasse: manter a promessa de avisar a moça, ou poupar o marido e a filha de Marilina de tal conhecimento.

Para além do enredo, a narrativa constrói-se em alternância espaço-temporal, pois no momento presente Berta já é portadora de um segredo (Marilina a considera uma "cúmplice") e de uma missão solidária, como no trecho:

> Claro que Berta não esqueceria, mesmo achando que aquilo era a coisa mais extravagante que Marilina poderia lhe pedir. Não, não esqueceria, eram amigas de longa data, intimas, quase irmãs, aliás, mais do irmãs. Mas que raio de problema a amiga fora lhe arranjar, onde se tinha visto coisa daquele feitio?" (MOSCOVICH, 2002, p. 100).

E, no auge da dúvida, já com Marilina hospitalizada, acompanha-se a sua digressão:

> E se Marilina se fosse sem ver nem ouvir – se era que ela via ou ouvia – a moça. Como conhecer o que se prende à vida? A paixão de Marilina, a carne chamuscada do amor feito com outra mulher, a alma em brasa. Sim, sim, era um amor esquisito, como é que as duas faziam? Nunca tivera coragem de perguntar. Será que era como? Não importava (MOSCOVICH, 2002, p. 104).

E continua, a pensar no outro lado: "Por que, com que direito, deveria aumentar a dor da filha e do marido? A mãe devotada, a esposa dedicada, tudo o que ela construíra na economia do quieto-manso iria ruir, e às custas de muita mais dor" (MOSCOVICH, 2002, p.105). Realmente, não estava fácil para Berta, ainda mais que a amiga também lhe confidenciara que, depois que a filha terminasse a faculdade, iria ficar definitivamente com a outra. Entre a moça e o marido e a filha – assim sem nomes no conto – a tragédia. Entre todos e todas, Berta – aquela que sabe –, entre a curiosidade, o espanto e, principalmente, a solidariedade entre amigas.

Se pensarmos o espaço na definição de Doreen Massey, como "produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de estórias-até-agora" (MASSEY, 2005, p.28), trata-se de uma categoria que define as identidades. Mais uma vez, os sujeitos nas narrativas posicionam-se e reposicionam-se o tempo todo. Temos Marilina que precisa de um deslocamento espacial de uma viagem ou de um leito de hospital para um encontro amoroso que foge à matriz de inteligibilidade de gênero de Judith Butler. ParaButler,"gêneros 'inteligíveis' são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantém

relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo". (BUTLER, 2003, p. 38). Tais deslocamentos são contraponto à "frágil armação de vida que oscilava" (MOSCOVICH, 2002, p. 105), como a voz narrativa refere-se tanto à vida conjugal quanto à situação de saúde da personagem, prestes a desmoronar. Marilina pode ser vista como uma das personagens que precisam estar distantes do seu espaço cotidiano para vivenciar, pelo menos em um primeiro momento, a possibilidade de uma vivência homossexual[3].

Por sua vez, Berta protagoniza um outro tipo de deslocamento na narrativa: um reajuste de sua própria posição de poder/conhecimento frente à identidade deslocada de gênero de Marilina. Se pensarmos na localização inicial de Berta na narrativa, ela assume uma posição relativamente passiva e conservadora, apenas como a ouvinte solidária das mudanças empreendidas na vida da outra. Ao final, as posições se alteram, quando a decisão sobre o par ocultamento/revelação sobre a saída da matriz de inteligibilidade de gênero fica nas mãos de Berta. A sua decisão diante do corpo inerte e fragilizado da amiga é pela amizade, pelo amor pela amiga, pelo amor de Marilina, pela moça, enfim. Ou seja, revelar o acidente à moça e revelar a própria moça a toda a família. Junto à revelação, uma nova posição de identidade também para si na narrativa.

Por sua vez, no outro conto da autora, há também muitas alteridades. Trata-se de "Mi Buenos Aires querido". Nele, é narrado um encontro erótico-amoroso entre a pessoa que narra – o conto é em primeira pessoa – e uma cantora de tango na capital argentina. O gênero do narrador e/ou narradora, sem nome próprio, fica a cargo da opção da leitura, já que não há nenhuma marca gramatical de gênero no texto, como nomeações, descrições, pronomes e adjetivos. Só temos comportamentos sociais das personagens e suas relações com o espaço urbano. Na instância de leitura, é preciso rever alguns preconceitos em relações aos papéis tradicionais das identidades de gênero, caso queiramos definir o gênero (se isso for considerado importante para a sua chave de compreensão) Como no conto, há um envolvimento com uma mulher, e se a opção for um enredo homoerótico, justamente esse mascaramento de gênero é a sua principal "dica": recurso bastante comum nos relatos afetivos homossexuais não assumidos. Adelaide Calhman de Miranda destaca a problemática do reconhecimento da relação homossexual pelo sujeito que lê:

[3] Em artigo anterior, analisei diversas narrativas contemporâneas de autoria feminina em relação à problematização das relações lésbicas e a necessidade de deslocamentos. Ver Leal, "Deslocar-se para recolocar-se: amores entre mulheres em narrativas de autoria feminina".

> Dentro de uma concepção foucaultiana de sexualidade onde a incitação aos discursos tem efeitos construtores e reguladores, as sexualidades não hegemônicas exercem a função de delimitar o que é normal. Ou seja, falar de homossexualidade já levanta suspeitas sobre uma possível homossexualidade de quem fala. O outro problema de admitir o conhecimento da relação entre as duas personagens de "Mi Buenos Aires querido" é que a omissão do marcador textual rompe com o pressuposto da cognição que marca a distância entre sujeito e objeto, forçando uma identificação entre a leitora e a narradora (MIRANDA, 2012, p. 30).

Para a pesquisadora, a ausência de marcadores de gênero da protagonista "faz do texto em si o maior aspecto crítico do conto, pois a modificação da posição da leitora em virtude da problematização do que é ou não conhecido altera a própria estrutura do preconceito, à medida que traz o outro para dentro de si" (MIRANDA, 2012, p. 30).

Outro aspecto a ser relacionado é a instância de autoria. Trata-se de uma escritora e, por mais que existam certas teses centradas na autoridade imanente do texto literário, esse local de fala é conectado ao próprio texto, por meio das múltiplas posições envolvidas, inclusive o gênero da autora. No conceito de gênero de Iris Young, anteriormente citado, a serialização da escritora também pode ser evocada na chave de leitura e refratada na própria voz narrativa, pensada no feminino. Ou seja, no caso de "Mi Buenos Aires querido", o fato da não nomeação da narradora em primeira pessoa pode provocar tal sobreposição de vozes.

Como na outra narrativa, o espaço é categoria fundamental na construção das subjetividades, compondo as suas geografias intercambiantes. Desde as ruas de Buenos Aires que "se beijam como noivas" (cena repetida pelas protagonistas ao final da narrativa), bem como o portal mágico que se atravessa de táxi para se chegar ao local do show, tudo é relevante na narrativa. O espaço de fronteira é o tempo todo articulado no conto, e não só no gênero. Transitando entre nacionalidades (brasileira ou hispano-americana), entre as ruas tão conhecidas para uma não moradora, arrogante ou solidária, vivendo ora em segredo ora a céu aberto a sua paixão pela cantora (talvez não necessariamente uma mulher), o conto permite muitas situações que conjugam identidades e espacialidades.

Por fim, os dois contos de Cintia Moscovich, "À memoria das coisas afastadas" e "Mi Buenos Aires querido", desde seus títulos, já se referem a localizações – pelo distanciamento, pela aproximação afetiva – revelando que as identidades, marcadas também pelo que é diferente a nós, pelo que é idêntico a nós, são cada vez mais definidas por posições múltiplas de sujeito que se formam à medida dos encontros e das decisões afetivas. No espaço restrito de um conto, que exige recortes de fragmentos da realidade, como acentua Julio Cortázar em sua famosa analogia do gênero literário com a fotografia, a perspectiva deve ser ampliada:

> (...) O fotógrafo ou o *(sic)* contista sentem necessidade de escolher e limitar uma imagem ou um acontecimento que sejam *significativos*, que não só valham por si mesmos, mas também sejam capazes de atuar no espectador ou no leitor *(sic)* como uma espécie de *abertura*, de fermento que projete a inteligência e a sensibilidade em direção a algo que vai muito além do argumento visual ou literário, contido na foto ou no conto (CORTÁZAR, 1993, p. 152).

Nos contos acima analisados, tal ampliação de horizontes acontece, em uma perspectiva múltipla, a abrigar possibilidades de representações literárias que acentuem diversas, contraditórias e legítimas formas de ser.

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORTÁZAR, Julio. “Alguns aspectos do conto”. *In*: ______. *Valise de Cronópio.* Trad. de Davi Arrigucci Jr e João Alexandre Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FRIEDMAN, Susan Stanford. *Mappings*: feminism and the cultural geographies of encounter. Princeton: Princeton University Press, 1998.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. “Deslocar-se para recolocar-se: amores entre mulheres em narrativas de autoria feminina”. *In*: ______. DALCASTAGNÈ, Regina; THOMAZ, Paulo C. (Org.). *Pelas margens*: representação na narrativa brasileira contemporânea. Vinhedo: Horizonte, 2011.

MIRANDA, Adelaide Calhman de. “Espaço literário *Queer* em ‘Triunfo dos Pelos’, de Aretusa Von, e ‘Mi Buenos Aires Querido’, de Cíntia Moscovich”. *Revista Criação & Crítica*, n. 8, p. 20-32, abr. 2012. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlm/criacaoecritica/dmdocuments/CC_N08_ACMiranda.pdf>. Acesso: 16 abr. 2012.

MOSCOVICH, Cintia. “À memória das coisas afastadas”. *In*: ______. *O reino das cebolas*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

______. “Mi Buenos Aires querido”. *In*: ______. *O reino das cebolas.* Porto Alegre: L&PM, 2002.

YOUNG, Iris Marion. “O gênero como serialidade: pensar as mulheres como um coletivo social”. Trad. de Laura Fonseca e Marinela Freitas. *Revista ex aequo*, n. 8. Oeiras, Portugal, p. 113-139, jan. 2004.

William Shakespeare, meu pai

Wiliam Alves Biserra[1]

A figura do pai sempre foi emblemática para os imaginários ocidentais[2]. As principais civilizações que constituíram o mundo de origem indo-europeia e suas ramificações, apesar de sua enorme diversidade, possuem na figura paterna um pilar constituinte e um problema. Desde o pai tirano e devorador que era Chronos até o Abba, o "paizinho" amoroso, que recebe o filho pródigo nos evangelhos cristãos, o pai gerou desconforto, dúvida, amor, saudade e culpa. É impossível traçar todos os aspectos desta questão; do ponto de vista histórico, psicanalítico, jurídico, sociológico, ela é imensa. Dentre as muitas possibilidades, a literatura emerge como fonte imaginativa. O texto literário pode ser criador e recriador dessa imagem paterna, pode servir como lenitivo ou libelo acusatório. O escritor pode, por vezes, atuar como exorcista de si mesmo e também coletivo, pode confrontar a sombra para integrá-la à personalidade, para impedir que ela adoeça ou para tentar aliviar sua dor.

A literatura também é autoconsciente e reconhece sua história e suas cargas, em um processo autoavaliativo constante. A questão de quem se é e de como se tornou o que quer que se seja ressurge constantemente. Assim, na tradição literária, há também as figuras, ora sombrias, ora luminosas, dos "pais". Os problemas advindos dessas presenças-ausentes são enormes e numerosos. A teoria e crítica literária feminista já lidou e ainda lida muito com isso, em um esforço constante de contestação e desconstrução do sexismo e do patriarcalismo presentes na constituição do cânone literário.

Um desses pais fundadores, problemáticos e incontornáveis, é Shakespeare. Além de ser pai no sentido metafórico, ele foi também pai no sentido biológico, e isto nunca foi ignorado, embora nunca tenha sido pacífico. Apenas para citar um exemplo, é celebérrima a passagem de Cila e Caríbidis, no *Ulisses*, de Joyce, em que Stephen Dédalus tenta provar a conexão de uma teoria biografista para Hamlet, na qual nem ele mesmo acredita.

A escritora estadunidense contemporânea Grace Tiffany continua esta tradição de pensar a paternidade shakespeariana, mas fornece uma novidade fundamental quando, pela

---

[1] Doutor em literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da Universidade de Brasília (UnB).

[2] Todas as traduções aqui citadas são de minha autoria.

primeira vez, ela traz a perspectiva de uma das filhas do bardo: Judith Shakespeare. A pergunta que se apresenta é antiga e de respostas sempre controversas: Pode a imaginação resgatar o passado? Todas as noções presentes nesta pergunta são problemáticas, desde as ideias sobre imaginação até as discussões sobre o que seja o passado. A literatura não possui pretensões de verdade histórica, no sentido mais factual e simplista do termo. O discurso literário é ambíguo e sempre-já inacabado. Qualquer Judith ou qualquer Shakespeare que venha a ser criado verbalmente, há de ser sempre apenas mais uma Judith, mais um Shakespeare e não o exemplar definitivo e acabado de algum desses personagens fictícios/pessoas reais.

Grace inicia seu livro com uma clara alusão metaficcional. Ao apontar o nome de sua Heroína, além de estar escolhendo a perspectiva que guiará toda a narrativa e de estar respeitando, por assim dizer, os registros históricos, ela está trazendo a referência de Virgínia Woolf. Em seu famoso ensaio "*um teto todo seu*", a escritora modernista inglesa cria uma personagem emblemática para a teoria e crítica literária feminista: a irmã de Shakespeare. Seu nome? Judith Shakespeare. Ela seria igual ao irmão em tudo: no talento, na imaginação e no amor pelo teatro. A única diferença entre eles seria o sexo biológico. Essa diferença se provaria fatal. Judith desafia os pais e foge de um casamento arranjado que não queria. Ela chega a Londres, mas logo percebe que, sendo mulher, não poderia trabalhar em virtualmente lugar nenhum, nem mesmo no teatro. Ela sequer poderia andar pelas ruas sem um perigo a mais, além do que todos tinham. A jovem insiste e se torna membro de um grupo teatral. Disfarçada, é descoberta, expulsa, casa-se com um homem que tem pena de sua situação, tem filhos e se encaixa no papel de gênero que estava predisposto para ela desde seu nascimento em Stratford. Ela, porém, não resiste a tanta frustração e cerceamento e, desesperada, suicida-se. Seu corpo é enterrado sem os ritos religiosos e esquecido em uma estrada qualquer, onde todos a pisam.

Essa é a Judith Shakespeare de Virgínia Woolf e, até certo ponto, também aquela de Grace Tiffany. A diferença se dá no parentesco com o bardo e no destino, muito mais ameno para a filha do que para a irmã. A Judith de Tiffany retorna a Stratford e segue uma vida normal, de esposa e mãe, tendo realizado, por um breve tempo, seu sonho dos palcos londrinos. Esta amenidade na dor deve-se, não excluindo outros fatores, a uma aproximação dos registros históricos, pois Grace preserva para sua personagem, os poucos dados que se têm em arquivos, coisas como o casamento, endereço, o nome do marido e filhos.

Mas e o pai? O mote principal da história de Judith acaba sendo seu pai, por mais que se tente jogar os holofotes nela, e é isto o que a narrativa faz, não haveria Judith sem William. Tiffany tenta lançar um olhar intimista na rotina dos Shakespeares. Dessacralizando o personagem marmóreo e desfazendo a bardolatria de um dos escritores mais canônicos, i.e., "sagrados" do Ocidente. Eis a primeira cena em que ele é mencionado:

> Eu achei que o tio Gilbert fosse meu pai até que eu fizesse três anos e alguma coisa brotasse na minha cabeça. Eu achei que o rabiscador fosse só um visitante, um amigo da família e, às vezes, um hóspede. Ele sempre pagava, deixava dinheiro na mão da minha mãe assim que entrava. Ele era bonzinho e distraído e tinha o estranho hábito de agir como se fosse dono do lugar. Era a pessoa mais diferente que eu já tinha visto. Eu e Hamnet podíamos sentar perto dele e puxar-lhe os cadarços das botas, ele nem ligava, ficava murmurando e rabiscando e se ele levantava, de repente, era por causa de alguma coisa em sua cabeça que o fazia se agitar e urrar. Quando nós aprendemos a amarrar, dávamos nós nas duas botas. Ele se desequilibrava, mas nem assim nos notava, uma vez foi dando pulinhos da cadeira até a janela, para pegar tinta, e voltou, sem desamarrar nada. Quando nós fizemos a mesma coisa, outro dia, ele caiu (TIFFANY, 2003, p. 2).

Judith era uma criança de três anos e ainda não havia formado a imagem paterna. O fato de que ela demorou a reconhecer o pai, explica-se pelo fato de que William morava em Londres e sua família, em Stratford. Ele os visitava anualmente, nos recessos do teatro. A criança não percebe, embora a narradora mais velha, a autora e o leitor de segunda vez notem com nitidez, mas essa pequena cena traz detalhes reveladores sobre as relações nessa família. Depois de uma longa separação, não há carinho no reencontro entre marido e mulher. William entrega o dinheiro a Anne, a esposa, de maneira mecânica, cumprindo um dever simplesmente. Uma relação que a criança compreende como meramente comercial. A fidelidade da mãe é questionada no romance, o primeiro sinal disso é a criança ter confundido o suposto amante, Gilbert, com seu pai. O casal Shakespeare não era feliz. Apesar disso, as crianças eram saudáveis, se divertiam e cresciam sem grandes traumas. Tiffany resgata a aura do gênio para desconstruí-la com o prosaísmo, tão contrário à grandiloquente ideia romântica. Ao mesmo tempo, faz parte do lugar comum sobre os "grandes" que eles sejam vistos como distraídos, absortos. Semelhante à célebre história contada por Diógenes Laertes sobre Tales de Mileto, o qual teria caído em um poço ao estudar o céu. Assim William é tomado pelo espírito da criação e urra e tropeça e cai por não desamarrar as botas.

O companheiro de brincadeiras de Judith é o único irmão, Hamnet. Em uma dessas brincadeiras, tentando fazer o pai voltar de uma longa ausência, eles vão à floresta, em um misto de teatro, brincadeira, magia e saudade e Hamnet cai no rio Avon, onde morre afogado. O luto é avassalador:

> Eu escutei os passos do meu pai quando ele entrou na cozinha. Eu o vi pela fechadura da despensa. Ele tinha as botas enlameadas, um casaco de viajante e um chapéu de couro achatado. A barba estava desgrenhada e o rosto, queimado do sol. Ele estava ao lado das panelas, olhando para o vazio. Nossa gata pulou do banquinho onde estava, ficou nos seus calcanhares e ele olhou para ela: "Por que um gato tem vida?", ele murmurou. "Por que um gato tem vida?". Barulhos na escada, ele saiu da cozinha. Minha mãe o cumprimentou formalmente. "Anne," ele disse "eu vim assim que recebi a carta. Eu comprei um cavalo". Escutei passos lentos na escada, meu avô entrou: "Ah, rapaz, ah, ah!" O vô atravessou a sala até meu pai e eu ouvi o estranho e assustador barulho de dois homens chorando. Todas as tardes ele sumia por duas horas, ou mais. Eu o via na beira do rio, onde acharam Hamnet. Ele ficou lá muito tempo, depois se abaixou e tocou lentamente a água. Ele escreveu muito pouco nesse tempo. (...) No comecinho da noite ele sentava e ficava com o olhar fosco diante de uma folha de papel, com uma pena na mão (TIFFANY, 2003, p. 53-55).

A chegada fora de hora, o aspecto descuidado, as roupas sujas e a barba longa, tudo denotava o estado de espírito de William. Tiffany realiza um jogo intertextual e faz seu personagem dizer, antes da hora, uma das falas mais famosas sobre pais que perdem filhos, o lamento de Lear na terceira cena do quinto ato: "Não, Não, nenhuma vida! Por que deveria um cão, um cavalo, um rato ter vida e tu respiro algum? Tu não voltará jamais! Nunca, nunca, nunca, nunca, nunca!" (SHAKESPEARE,1991, p. 26). A dor de Shakespeare, personagem, parece anteceder a dor de Lear, que na verdade veio primeiro. Autor e leitor percebem o jogo, bem como a narradora, embora não demonstre. As várias possibilidades de leitura sugeridas a partir de uma intertextualidade aparentemente simples enriquecem esse momento da trama e, além de enfatizar a dor de Shakespeare, ainda adicionam complexidade de sentido ao discurso do próprio Lear. Este tipo de jogo de ideias e ambiguidades é normalmente associado a Shakespeare pela crítica. Quanto ao casal, nada parece humanizar sua relação, nem mesmo a morte do filho. Anne o recebe de maneira formal e eles não parecem se ajudar para superarem o luto juntos; pelo contrário: William mergulha na solidão. A solidariedade vem do pai de Shakespeare. A narradora acha estranho e assustador o barulho de dois homens chorando. O papel reservado ao masculino naquela sociedade não prescrevia as lágrimas; esperava-se isso das mulheres. Acontece, então, uma inversão: Anne fica impassível enquanto os dois Shakespeares, homens, choram. Na sequência, a narradora apenas relata o aspecto exterior de seu pai e, a partir disso, os leitores compreendem a profundidade da dor que ele está enfrentando. O retorno ao lugar da morte e, por fim, o bloqueio criativo gerado pela dor. É interessante contrastar esse Shakespeare enlutado, com o outro, vivaz e entusiasmado da primeira cena. São dois homens distintos, ambos pais, mas um é morto, pois ao morrer o filho, morre também o pai, sendo o filho quem é pai do pai. Será preciso elaborar a perda, isso

leva tempo. Uma das metáforas mais comuns para a criação é a paternidade, assim sendo, William não podia mais criar, gerar nenhuma criatura, o luto o deixara estéril.

Judith acaba descobrindo entre os escritos do pai pedaços do que ela pensa ser uma peça sobre o que aconteceu. São dois irmãos gêmeos, como eram ela e Hamnet; a irmã perde o irmão afogado. Trata-se de *noite de reis*. Ela decide ir para Londres para representar. Como mulheres eram impedidas de atuar, ela se finge de rapaz, para poder interpretar os papéis femininos, inclusive Viola, que, na peça, veste-se de rapaz. Tem-se, então, um *mise-en-abîme* notável: uma moça que se faz de rapaz se fingindo de moça se fingindo de rapaz. Muita coisa acontece, é uma iniciação sexual e social, uma passagem de maturidade. William, por fim, descobre a filha vestida de rapaz entre seus atores e a manda de volta para Stratford. Lá ela se casa e, anos depois, recebe seu pai, quando este se aposenta. William morre nos braços da filha. Eis a cena:

> Toda semana a mão boa do meu pai apontava para a mesinha no centro do quarto. Eu olhava, via papéis espalhados, uma pena e um copo com água. Eu levava a água, ele balançava a cabeça. “Aquela”. Eu voltava e pegava a pena, de novo com a cabeça, ele assentia. “Mas você não pode usá-la”, eu disse. “Eu... seguro”, ele dizia. Eu levava a pena e colocava em sua mão direita e apertava seus dedos em torno dela. Isto parecia agradá-lo. “Pai”, eu disse, ajoelhando. “Você me diz uma coisa? (...) Se nossas vidas são um empréstimo, quer dizer que quando elas nos deixam elas vão de volta pro lugar de onde vieram?”. Seus olhos se fecharam e, por um momento, eu pensei que ele tivesse dormido sem me ouvir. Mas, aí, ele falou. “Eu... vou... descobrir”[3]. Estas foram as últimas palavras de William Shakespeare. Eu brinquei com elas e tentei achar outros sentidos. Talvez fosse “eu vou descobrir”. Ou talvez “Eu, Will, vou descobrir”. (*I, Will, find out!*). Ou talvez que ele, Will, estivesse achando uma saída (*finding an out)* dos palcos do mundo. Mas, sendo ele quem era, ele provavelmente quis dizer as três coisas ao mesmo tempo, e talvez outras mais (TIFFANY, 2003, p. 290).

A cena da morte de Shakespeare o reconcilia com a filha, transformada em sua enfermeira e confidente. Os dois estão mais próximos do que quando a narradora era criança e ela, de certo modo, oferece a ele o cuidado que ele nunca lhe dera. Mas isso não aparece, não há rancores, nem se buscam culpados no passado, ambos se aceitam. William sabe do passado da filha, de sua desobediência e de sua entrada no teatro. Ela, por outro lado, fez tudo motivada por ele, de alguma forma. De maneira não intencional, ele era o motor dos eventos e das decisões que ela acabou tomando. A devoção filial e o culto ao gênio se unem quando ela se ajoelha junto da cama e entrega a pena nas mãos do pai. Símbolo máximo de sua profissão, sua grande vocação, a pena representa a criação literária, mas não se pode também esquecer que é um símbolo fálico. Apesar de suas estratégias de resistência e de sua odisseia pessoal,

[3] No original, “I...will...find...out”.

Judith se ajoelha e entrega a pena na mão do Pai, ou seja, ela, de algum modo, se curva às prescrições sociais, ao voltar para Stratford, se casar e ter filhos. Essa entrega não é total, pois ela guarda a memória do que fez e escreve um livro, prova de autonomia e desafio ao poder patriarcal que lhe negava o direito à escrita literária. Por fim, ela se mostra tão sagaz quanto o pai e percebe o último jogo de linguagem deixado por William. Nisso se uniram pela derradeira vez pai e filha, pela linguagem. Ele deixa algo para que ela se deleite e use para se entreter e lembrar-se dele. Cada qual deixa por herança a maior riqueza que tem. A maior riqueza, a herança última, na casa dos Shakespeare há de ser, como não poderia ser de outro modo, as palavras. Ali se encontram Shakespeare filha e Shakespeare pai.

Referências bibliográficas

JOYCE, James. *Ulysses*. Londres: Penguin, 2001.

LAERTIOS, Diógenes. *Vida e doutrina dos filósofos ilustres*. Brasília: Editora da UnB, 1977.

TIFFANY, Grace. *My father had a daughter*. New York: Berkley Books, 2003.

SHAKESPEARE, William. *The complete works*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

WOOLF, Virginia. *A room of one's own*. Londres: Penguin, 2000.

Os manuais femininos/feministas de Júlia Lopes de Almeida dialogam com "(...) uma alma brasileira" de Nísia Floresta: esboço comparativo

Nadilza Martins de Barros Moreira[1]

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher –, nossa débil voz se levanta, na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres

Nísia Floresta (1989, p. 2)

(...) não tivesse ela capacidade para a luta e ainda as portas das academias não se lhe teriam aberto, nem teria conseguido lecionar em colégios superiores. A esses lugares de responsabilidade ninguém vai por fantasia nem chega sem sacrifícios e coragem.

Júlia Lopes de Almeida (1906, p. 36)

A reflexão que pretendemos desenvolver neste ensaio vai se pautar em um possível diálogo entre duas escritoras brasileiras: Nísia Floresta (1810-1885) e Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), ambas pioneiras na luta pela emancipação feminina. Luta esta que se caracteriza pelo esforço de ambas, Floresta e Almeida, para que a sociedade brasileira oitocentista assumisse a responsabilidade de dar às mulheres o direito a uma educação formal e fomentasse programas educacionais para as meninas os quais as levariam ao desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e práticas que as tornariam cidadãs de primeira classe. Isto é, tanto Floresta quanto Almeida entendiam que só através da educação formal, as mulheres passariam da condição de objeto da comiseração social, em especial as solteiras e as viúvas, para a de sujeito social autônomo. Desse modo, elas seriam capazes de prover a si mesmas e a seus dependentes em qualquer adversidade da existência humana, desde que tivessem acesso a uma educação que as instrumentalizasse para a realidade da vida e para o mercado financeiro.

Nísia Floresta, cujo nome de batismo é Dionísia Gonçalves Pinto, nasceu em 1810 no estado do Rio Grande do Norte, em um sítio chamado Papari. Ela foi uma mulher

---

[1] Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora da Universidade Federal da Paraíba.

excepcional, sem sombra de dúvidas, e deixou-nos uma obra rica em: experiências educacionais; viagens no Brasil e no exterior; amizades com grandes pensadores, a exemplo do filósofo Augusto Comte; reflexões pedagógicas válidas até hoje acerca de experiências educacionais focada nas mulheres oitocentistas, as quais foram levadas a cabo por Floresta na qualidade de educadora, professora e proprietária de estabelecimentos educacionais, tanto no Brasil quanto na França, onde viveu de 1849 até a morte, em 1885. Tão significativo é o legado de Nísia Floresta às gerações que a sucederam, que a história a aponta como uma das mulheres à frente do seu tempo pelo espírito empreendedor, crítico, analítico e observador que ficou registrado na vasta obra deixada à posteridade.

Dentre os temas tratados na obra de Nísia sobre a emancipação feminina, ela deu destaque à educação. Para ela, “(...) a educação das mulheres em todas as nações do mundo foi sempre um dos mais salientes característicos da civilização dos povos” (FLORESTA, 1989, p. 2). Cotejo que nos leva a apresentar uma pequena amostra da obra nisiana sobre a educação das mulheres no Brasil. Partimos do fato de que, na obra de Floresta, o tema da educação é evidente, particularmente a educação feminina. Este tema perpassa a obra nisiana e estabelece amplas discussões acerca de questões concernentes à educação feminina, as quais não se exaurem em poucas linhas, mas são retomadas em livros, ensaios, práticas educacionais, entre outros. Como em uma estratégia de luta consciente, tais discussões reaparecem grafadas em diferentes roupagens, com múltiplos aspectos e em variadas publicações, como uma marca da escritura de Floresta, como acontece particularmente na publicação de *Opúsculo Humanitário*, de 1853. Nesse livro, as vindicações de Floresta não se atêm a um modelo pedagógico; ao contrário, ele faz uma crítica à educação adotada no Brasil: “(...) como pleitear emancipação política se as mulheres ainda precisam ser alfabetizadas? E como pleitear uma educação mais consistente se mesmo a alfabetização superficial esbarra em toda sorte de preconceitos?” (DUARTE, 2005, p. 31).

Para o texto proposto neste evento, vamos nos deter em um ensaio de Floresta, *A mulher*, escrito originalmente em italiano. O ensaio de Nísia Floresta em estudo nos veio às mãos através de uma coletânea intitulada *Nísia Floresta*: a primeira feminista do Brasil, organizado pela Profa. Dra. Constância Lima Duarte, e publicada pela Editora Mulheres, em 2005.

Faço uma pequena, mas necessária digressão, para pontuar que a vasta e instigante produção literária de Nísia Floresta encontra um porto seguro nas pesquisas literárias realizadas pela professora Constância Lima Duarte. O espírito investigativo da professora-

pesquisadora tem dado vida à obra de Nísia Floresta através de um tratamento extraordinário ao legado de Floresta, que inclui, re-edição de vários livros e ensaios críticos sobre a vida e a obra da autora. Os estudos de Duarte dão visibilidade a essa mulher educadora e escritora à frente do seu tempo.

Retornando ao ensaio de Nísia Floresta, *A mulher*, sabemos que ele apareceu em Florença, Itália, em 1859, integrando uma obra maior cujo título traduzido para a língua portuguesa ficou: *Cintilações de uma alma brasileira.* Quando li o referido livro de Floresta veio-me à mente, como um intertexto, os manuais da escritora carioca Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), ambos dirigidos às brasileiras, *Livro das Noivas*, publicado em 1896, e *Livro das Donas e Donzelas*, de 1906, propondo instruir as jovens mulheres sobre a arte de serem mães, esposas, filhas e donas de casa eficientes.

Os manuais de Almeida, sem subterfúgios, dirigem-se de imediato, na abertura dos respectivos livros, às mulheres brancas, escolarizadas e burguesas, conforme segue: “O que eu desejaria, portanto, seria, não um livro que ensinasse a executar este ou aquele trabalho, mas um livro que ensinasse a aprender, chegada a hora em que isso fosse preciso. E esse livro, consolador e amargo, os pais o dariam a sua filha como dote previdente e útil” (ALMEIDA, 1896, p. 16).

Ao lançar *Livro das Noivas*, Júlia Lopes de Almeida usa uma estratégia curiosa, isto é, ela o dedica ao marido, Filinto de Almeida. A dedicatória ao marido funciona para a sociedade carioca patriarcal oitocentista como um tipo de respaldo às palavras da narradora, e, ao mesmo tempo, ela, a dedicatória, materializa a presença de uma testemunha ocular (re) conhecida, o esposo, para referendar os conselhos que a narradora dará as suas leitoras: “Meu Filinto [meu esposo], lês na minha alma como em um livro aberto. (...) Ninguém, pois, melhor que tu, conhecerá a sinceridade destas páginas singelas (...)” (ALMEIDA, 1896, p. 3).

Os manuais de Almeida embora fizessem parceria com os valores da sociedade patriarcal do seu tempo, continham críticas severas à educação pobre, preconceituosa e volúvel que era dada às mulheres burguesas as quais já se mostravam ávidas por mudanças nos padrões educacionais e comportamentais da época. Eles, os manuais, eram alimentados por ensinamentos práticos da vida familiar, porém bastante incisivos quanto à necessidade de se dar uma educação eficiente, prática e crítica às mulheres, ao apagar do século XIX. Vale a pena ilustrar algumas reflexões de Almeida que, sutilmente, ironizam como as mulheres adultas continuavam infantilizadas devido a uma educação superficial e lacrimosa oferecida às mesmas:

> É da cozinha que muitas vezes depende a felicidade do homem! (...) ela é o laboratório da casa, onde um químico desajeitado e ignorante, sob um avental, um boné e a denominação de cozinheiro, pode, à vontade, na maior boa-fé, estragar-nos a alegria, o bom humor, afugentando a nossa dourada saúde (...) pela falta de asseio. Como seria, pois, benéfica a escola que reformasse a nossa mesa, tornando-nos ativos, (...) infelizmente, não a temos nesse gênero e resignamo-nos a ser envenenados consoante o capricho de qualquer mestre ramerraneiro e boçal (ALMEIDA, 1986, p. 97).

Em uma outra parte do manual dedicado às noivas, a narradora relata uma experiência bastante atual: a falta de respeito com que as crianças tratam os criados (os empregados) da família:

> Ela, [a avó] com voz grave interrompe-me: "escuta bem o que vos vou dizer. Cometestes hoje uma feia ação. O que sois, o que comeis, o que tendes, os vestidos que vestis, (...) tudo isso o deveis a um acaso de nascimento. Poderias estar no lugar da criada, e ela estar no teu lugar... e daí, quem sabe o que vos espera! Trate de não vos esquecerdes disso, e de ter na lembrança que é permitido atacar os seus superiores ou os seus iguais, mas nunca os seus inferiores. É uma covardia! Agora ide pedir perdão à cozinheira" (ALMEIDA, 1896, p. 123).

Os exemplos de Almeida acerca da boa educação para as mulheres e as crianças superam em muito os manuais da época, porque, à semelhança das críticas de Nísia floresta em *A mulher*, eles fazem uma leitura social da burguesia brasileira nos oitocentos. Eles, os manuais de Almeida, sugerem mais do que ensinam regras e/ou modos de funcionar socialmente, embora o resultado seja objetivo. Ou seja, a mensagem almeidiana é que a boa educação que se deveria dar às mulheres e às crianças no fim secular passava por valores inquestionáveis, os quais se multiplicam ao longo das narrativas de Almeida e pululam nos manuais dirigidos às leitoras cativas de D. Júlia, como ela era carinhosamente conhecida:

> Partida do berço, a educação da pobreza é mais eficaz para a vida. (...) As mães ricas compete preparar os filhos para as eventualidades do futuro, (...) prevenindo-os para a luta constante da existência, que, não poupa completamente os remediados, os ricos, nem mesmo os opulentos (ALMEIDA, 1896, p. 17).

Os manuais eram livros que, em si, tinham um objetivo doutrinário e/ou didático, como se preferia nomear a escrita oitocentista de autoria feminina, pois ser escritor no Brasil oitocentista ainda era considerado uma prerrogativa masculina. Mesmo assim, nos oitocentos, as mulheres já escreviam livros, davam conferências e publicavam com regularidade não somente em forma de livros didáticos, como os manuais, mas mantinham colunas em jornais, a exemplo de Júlia Lopes de Almeida. Ela escreveu por mais de 30 anos na coluna semanal *Dois dedos de prosa*, no mais aguerrido jornal de então, *O País,* que era propriedade do guardião da República Quintino Bocaiúva. As publicações femininas e feministas nos oitocentos estão espalhados em várias partes do país, a exemplo das de Nísia Floresta e de

Júlia Lopes de Almeida, ambas foram excelentes cronistas, além de escritoras reconhecidas por seus pares, os escritores.

Nos oitocentos ainda havia no Brasil um forte preconceito em relação às mulheres escritoras, o qual era alimentado por uma resistência patriarcal advinda dos homens escritores contra as mulheres escritoras. Entre outras razões, eles, os escritores, tinham medo da concorrência feminina no mercado editorial, conforme bem ilustram as charges publicadas em revistas como *Fon Fon* desqualificando as escritoras; uma outra evidência da raiva masculina dirigida às escritoras foi a campanha da imprensa brasileira oitocentista fazendo mofa das atitudes emancipatórias das escritoras. Um caso emblemático foi quando Júlia Lopes de Almeida decidiu fazer parte dos intelectuais brasileiros que ganhavam parte do sustento dando conferências públicas nos salões dos jornais importantes, a exemplo de Olavo Bilac, Coelho Neto, João do Rio, entre outros. Mesmo com a resistência dos escritores brasileiros às iniciativas femininas no espaço literário, há inúmeros exemplos de mulheres escritoras que romperam as barreiras do preconceito e botaram a “boca no trombone”, como Júlia Lopes de Almeida.

O fato a se registrar é que os ensinamentos da narradora almeidiana venderam de forma espantosa para a época, se considerarmos que o Brasil era uma jovem nação com uma população assombrosamente analfabeta no final do século XIX. Mesmo dentro desse quadro desfavorável para as mulheres escritoras nos oitocentos, os conselhos de Almeida fizeram sucesso entre seus leitores e angariaram novos seguidores. Prova disso é o sucesso dos seus livros, os quais foram consumidos por um fiel público leitor e republicados em tiragens significativas para o contexto brasileiro à época. A cada edição publicavam-se mais de mil exemplares, que eram vendidos em um curto espaço de tempo, conforme registros jornalísticos e de várias edições encontradas em circulação nos sebos cariocas, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, entre outros documentos.

Conforme estudos da Profa. Dra. Constância Lima Duarte, fenômeno análogo ao de Almeida, acerca do sucesso de venda e da reedição dos seus livros, aconteceu com Nísia Floresta. Suas obras tratavam sobre a educação e a condição feminina submissa na qual estava a mulher brasileira nos oitocentos, além de outros temas como as questões dos maus tratos ligadas aos índios brasileiros, tão brilhantemente ilustrada na poesia *A lágrima de um Caeté.*

Creio nunca ser demais dizer que o resgate que vem sendo feito da vida e da obra de Nísia Floresta, de Júlia Lopes de Almeida e de Christine de Pizan pode servir de exemplo e de motivação a outras inúmeras mulheres escritoras que continuam abandonadas e/ou esquecidas

nos sótãos de bibliotecas públicas e/ou privadas. Aguardam por mentes laboriosas, por pesquisadores desafiadores que queiram lhes dar a devida relevância, para colocá-las visíveis nas prateleiras da contemporaneidade, como vêm fazendo as caras professoras Constância Lima Duarte, Luciana Calado, dentre outras.

São mulheres como estas que, certamente, continuam impulsionando outras mulheres a continuarem as lutas emancipatórias dos dias atuais; são elas que, muitas vezes, nos mantêm animadas nas atividades políticas e sociais; nas salas de aula, no cotidiano da docência em tempos tão difíceis como os que atravessamos nos vários espaços, acadêmicos ou não, da sociedade brasileira em mudança contínua. Parece-nos que resistir ao *status quo* é a mensagem ainda atual de Júlia Lopes de Almeida em uma de suas reflexões no *Livro das Noivas*: "Apesar da antipatia do homem pela mulher intelectual, que ele agride e ridiculariza, a brasileira de hoje procura enriquecer a sua inteligência frequentando cursos que lhe ilustrem o espírito e lhe proporcionem um escudo para a vida, tão cheia de mutabilidades (...). (ALMEIDA, 1896, p. 36).

Figura – Vista do salão do Jornal do Comércio durante conferência literária proferida por Julia Lopes de Almeida



AS NOSSAS CONFERENCIAS

D. Julia Lopes de Almeida

Aspecto do salão do *Jornal do Commercio* por occasião da conferencia litteraria por D. Julia Lopes de Almeida, intitulada «Paris e as Parisienses» em beneficio da associação franceza: *Vestiaire des blesses*. No medalhão a festejada conferencista.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das noivas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1896.

______. *Livro das donas e donzelas.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

DUARTE, Constância L. *Nísia Floresta*: a primeira feminista do Brasil. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005. (Série Feministas).

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. Edição atualizada com estudos introdutórios e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez, 1989. (Série 3 – Mulher Tempo).

4. Educação, Ciência e Diferenças de Gênero

Memórias de uma menina bem comportada: sobre a experiência da alfabetização e a modelagem das diferenças

Diva do Couto Gontijo Muniz[1]

Quando se vê, já são seis horas!
Quando se vê, já é sexta-feira
Quando se vê, já terminou o ano
Quando se vê, passaram-se 50 anos!

Mário Quintana

Pois é, quando vi e me vi, quase 60 anos se passaram desde aquele ato inaugural que marcou minha vida, os rumos por ela tomados como profissional indissociada da pessoa que sou: o de meu ingresso na escola primária. Outras escolas vieram, entraram e saíram de minha vida – ainda permaneço em uma delas –, mas a experiência primeira, a da alfabetização, foi, sem dúvida, a mais decisiva.

Como apagar da memória essa vivência primeira com a disciplina escolar cuja operacionalidade resulta na produção de "corpos dóceis" (FOUCAULT, 1987, p. 27), corpos domesticados, corpos modelados segundo a lógica da partilha desigual de gênero? Como esquecer essa experiência primeira com os códigos da escrita e da linguagem, porta de entrada para o mundo dos livros, do conhecimento e da consciência crítica?

Como deixar olvidada essa experiência fundante que opera a mais incisiva revolução na vida de quem a vivencia? Como fazer tábula rasa desse tempo escolar carregado de historicidade, que me ancora como sujeito, que é constitutivo de minha história, da história de minha geração, da história da escola?

Meu primeiro dia de aula

Insegurança e incerteza tomavam conta de mim, nesse dia tão esperado e também tão temido em que aguardava a abertura do portão principal do Grupo Escolar Winston Churchill, para finalmente ter acesso ao seu espaço interno. Espaço, esse, a um só tempo desejado e

---

[1] Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade de Brasília (UnB).

indesejado, que me acolheria por quatro anos, de 1955 a 1958. Se, à época, me parecia tempo demais, hoje vejo que foi tudo tão rápido; um nada e, dialeticamente, um tudo.

Receosa e ansiosa, eu observava tudo e todos, instalada em meu mirante: um pátio interno, pequeno e acanhado, com estreitas jardineiras laterais invadidas pelo mato, que mal comportava aquele enxame de crianças uniformizadas, inquietas e castigadas pelo calor do sol do meio-dia. Estariam sentindo o mesmo desconforto que eu? Os sapatos pretos, fechados, atormentavam meus pés até então acostumados à liberdade da nudez cotidiana, em casa e na rua. O uniforme novo – saia pregueada de algodão azul marinho e blusa branca de rústico algodão – provocava-me mais tormento do que orgulho, sobretudo porque irritava minha pele e apertava minha cintura. Além disso, tornava-me irreconhecível aos meus próprios olhos, embora prontamente identificada, aos olhos dos outros, como aluna do único grupo escolar da cidade. O uso do uniforme escolar – saia para as meninas e calça comprida ou curta para os meninos – era um dentre os inúmeros dispositivos utilizados pela escola em sua ação pedagógica normalizadora de condutas e modeladora das diferenças de gênero, de classe e de raça, dentre as mais visíveis.

Os estranhamentos iniciais

Transformadas agora em alunas e alunos, nós, que até então éramos apenas crianças livres, livres e soltas, compartilhando brincadeiras em casa e na rua com irmãos e amigas, fomos, de imediato, enquadradas na disciplina da fila e na lógica da partilha do gênero – meninas de um lado, meninos de outro. Ao toque da sineta, e sob a ordem de silêncio, fomos agrupadas em filas, organizadas por série, turma, estatura e sexo, com estreitos corredores no meio e professoras à frente, tal como no memorável poema de Carlos Drummond de Andrade (1992).

Em lugar destacado do conjunto humano, no último degrau da escadinha que dava acesso aos corredores e às salas de aula, posicionava-se altivamente a diretora da escola. Sua imagem sisuda, enérgica e distante compunha a representação da autoridade que doravante teríamos que acatar e respeitar. Ela era uma pessoa tão estranha para mim, tal como o nome da escola: Winston Churchill. Quem seria, afinal, esse homem? Não sabia quem era e nunca tinha ouvido falar dele; mas, de cara, me pareceu antipático, pois seu nome tinha letras que eu não conhecia e achava difícil escrever e de pronunciar. Todavia, nenhuma explicação quanto a esse personagem nos foi dada, nem pela diretora, nem por ninguém da escola. Tal omissão ocorreu ao longo do meu percurso escolar, como várias outras que foram praticadas pela

escola, em sua política de silenciamento, desautorização e repreensão. A escola começava a se apresentar a mim bem próxima da imagem construída por meus irmãos mais velhos: o inferno dos mais rebeldes, o purgatório de toda criança e o paraíso dos "c.d.f.", os *nerds* de hoje...

Os primeiros reconhecimentos

Contrapondo-se ao estranhamento inicial, a sensação de conforto advinda de alguns reconhecimentos: minha localização como integrante do Grupo Escolar, da classe do 1º ano "adiantado" da Profª Terezinha, à frente das outras três turmas da mesma série, rotuladas, de antemão, como mais "atrasadas". Nas definições estabelecidas, a imediata identificação como integrante do grupo de crianças "mais capazes", após ter sido aprovada em simplificado teste oral, sem sequer ter cursado o pré-escolar.

O olhar cúmplice e receptivo de algumas novatas, meninas que, como eu, encontravam-se também em seu primeiro dia de aula, engendrou solidariedades quanto à situação que, em comum, compartilhávamos. Passado o susto inicial, identifiquei alguns rostos conhecidos, crianças da vizinhança, companheiras de brincadeiras e de brigas de rua. Nessa profusão de sentimentos, a expectativa, quase convicção, de que seria ali, naquele acanhado espaço, que eu realizaria um de meus mais acalentados sonhos: aprenderia a ler e a escrever... Seria ali naquela escola, representada nos discursos educacionais da época como "risonha e franca", que eu trilharia os primeiros passos em direção aos domínios do saber.

A pastinha de couro ordinário, de segunda mão, cujas alças eu segurava com força, era a evidência material da possibilidade de viabilização de tal sonho. Nela, meu resumido material escolar, meu "tesouro": três cadernos Avante!, finos, pautados, com as letras dos hinos Nacional, da Independência e da Bandeira, impressos nas contracapas, que eu esperava um dia ler e decorar; um caderno para caligrafia, e outro, sem pautas, para desenho; uma caderneta pequena para os desafiantes "cálculos mentais"; uma caixa de lápis de cor; um estojo pequeno, retangular, onde mal cabiam os objetos ali guardados; um lápis preto John Faber, uma borracha, um apontador que nunca funcionava e que era substituído, às escondidas, por metade de uma lâmina de barbear Gillete, objeto de mil utilidades... Uma delas, para apontar o lápis; outra para defender-me de quem me ameaçava com promessa de me dar uma "surra" depois da aula; e também para ameaçar alguma colega que me importunava quebrando a ponta de meu lápis, mastigando minha borracha, ou colocando-me apelidos... A escola revelava-se simbólica e também materialmente, como um campo em litígio...

A caixa de lápis de cor, com seis unidades, trouxe-me pequena frustração, pois meu sonho de consumo era justamente a caixa maior, com doze unidades e uma ampla variedade de cores. Era, esse, um objeto de uso exclusivo das crianças cujas famílias tinham maior poder aquisitivo e que, por conta disso, ocupavam as primeiras carteiras das quatro fileiras que compunham a turma. Também eram essas crianças, com seus uniformes impecáveis de casimira ou tropical, blusas de linho ou tricoline, as que eram escolhidas para participarem dos atos públicos oficiais, das homenagens às autoridades, das atividades festivas da escola. Não obstante meu desapontamento, acabei por me contentar com a caixa de seis lápis, pois afinal não tinha outra escolha. É bem verdade que muito de meu conformismo se dava ante a constatação de que a maioria dos colegas possuía justamente a menor caixa: a que continha apenas "míseros" quatro lápis de cor... O horizonte de minha escola revelava-se, a mim, e pouco a pouco, menos risonho e justo do que aquele que, em minha inocência, imaginava...

No inventário de meu reduzido patrimônio escolar, a ausência de cadernos em espiral e de livros didáticos. Esses, embora existissem, não chegavam à minha escola, desprovida de biblioteca e localizada em Carmo do Paranaíba, pequena cidade incrustada no interior das Gerais, separada das Minas e distanciada da capital. Como as similares do sertão mineiro, não existiam ali bibliotecas, livrarias, telefone, televisão, nem sequer uma banca de revistas, embora vivêssemos no contexto dos proclamados "anos dourados". Getúlio Vargas, que eu conhecia pela imagem gravada na moedinha de quinhentos réis, já havia passado para a história e Juscelino Kubitscheck começava a fazer a sua, como candidato eleito para o quatriênio 1956-1960 e seu programa desenvolvimentista de mudar a cara do Brasil em ritmo acelerado, sintetizado no slogan "cinquenta anos em cinco".

As notícias "de fora" chegavam à cidade pelos Correios ou pelo rádio, com seus picos de audiência nos programa *A Voz do Brasil* e *Repórter Esso*, que eu ouvia no mais obediente silêncio ao lado de meu pai, que não admitia perder sequer um suspiro dos locutores. Jornais eram exclusividades adquiridas por assinatura ou empréstimo, como era o caso do *Estado de Minas* e do *Lar Católico*. Livros e revista eram raridades somente acessíveis nas livrarias das cidades vizinhas mais prósperas, ou em Belo Horizonte, depois de uma cansativa, e às vezes perigosa, viagem de mais de doze horas de ônibus por uma estrada de terra batida, cheia de buracos e entremeada de curvas. A revista mais cobiçada era *O Cruzeiro*, que reinava absoluta, circulando de mão a mão, vinha de fora. Disputando essa posição, havia a revista *Família Cristã*, que embora circulasse com mais frequência graças a uma eficiente estratégia de distribuição por assinatura, não era lida com o mesmo interesse, pelo menos pela

juventude. Depois que aprendi a ler, somente após "devorar" as páginas e imagens de *O Cruzeiro* é que partia para a *Família Cristã*, sem transgredir nenhuma regra familiar, pois não havia *index prohibitorum* lá em casa...

A face encantada da escola

Como aprendi a ler? Eu, e todas as crianças da minha geração que frequentamos o único Grupo Escolar da cidade, fomos alfabetizadas pelo método global e com o livro da Lili. Quanta emoção, receber a primeira página da cartilha, novinha em folha, com o desenho de uma menina com laços de fita nos cabelos bem penteados, vestido cuja saia cobria os joelhos, com laço de fita na cintura, mangas curta e golinha arredondada emoldurando o pescoço fino! Era uma menina, era uma boneca, reproduzida em preto e branco e por mim representada, de imediato, com as cores que só a infância pode imaginar. Todavia, colorir naquele momento, nem pensar...

Acompanhávamos ansiosas e temerosas as recomendações da professora Terezinha: não escrever, não colorir, não sujar a imaculada página da cartilha; apenas olhar, observar, imaginar... A primeira página da cartilha, bem como sua capa e contracapa, foram entregues a cada uma das trinta e cinco crianças pela Lili em carne e osso. Vestida para a festa desse ato inaugural – um lindo vestido branco de organdi, com pequenas flores azuis e rosas bordadas na ampla saia, que era armada por anáguas engomadas, laços de cetim branco no cabelo e na cintura, meias brancas, sapato de verniz branco – ela entrou na sala para arrasar, entregou a primeira página da cartilha e ficou para sempre em minha memória.

Os furinhos laterais da página, assim como da capa e contracapa, compreendiam os espaços onde iríamos colocar e amarrar a fitinha – rosa para as meninas e azul para os meninos – que prenderia as páginas da cartilha. Além das filas separadas por sexo, também a distinção sexuada das cores, revelavam a escola funcionando como uma "tecnologia social de gênero", produtora dos "efeitos de feminino/masculino nos corpos, comportamentos e relações sociais" (LAURETIS, 1994, p. 208). A escola, com suas práticas discursivas e não discursivas, produzia/reproduzia a partilha binária, ao fabricar corpos de meninas e meninos e modelar umas e outros em alunas e alunos educados e civilizados. Após aquela inesperada visita, alguns desapontamentos: a Lili não era bem a Lili da cartilha, mas Leila, a irmã mais nova da professora, uma menina de seus cinco/seis anos que curtiu a brincadeira e se despediu da turma com acenos e beijinhos e saiu tão rapidamente como entrou. Também não

poderíamos, de imediato, colorir a figura de Lili: tal atividade só iria acontecer depois da "leitura do texto". Como haveria de ser? Nós não sabíamos ler...

Um cartaz, com uma reprodução ampliada e colorida daquela primeira página da cartilha, foi então aberto pela professora e dependurado no alto do quadro que, àquela época, era negro e só mais tarde se tornou verde. Todos ficamos atentos – uns mais, outros menos – à leitura do texto pela professora, que, com voz alta e pausada, finalmente nos apresentava Lili, ao decodificar as frases que o compunham:

Lili
Olhem para mim!
Eu me chamo Lili.
Eu comi muito doce.
Vocês gostam de doce?
Eu gosto tanto de doce!

Como não se apaixonar pela Lili? Ela era linda, loira, olhos azuis, narizinho arrebitado, vestido azul com um barrado de tiras bordadas, mangas bufantes, os cabelos presos por três laços de fita, e ainda gostava de doce!

Sonhando com a Lili – protogênese da Bárbie? – e com o doce, colorimos a primeira página da cartilha, procurando cumprir as ordens da mestra: não sujar o papel, não dobrá-lo, não rasgá-lo, não colorir fora dos traços, não usar cores diferentes do modelo. Era muito "não" para nossas limitadas habilidades na arte de colorir, denunciadas nos traços, ora muito fortes, ora muito fracos, nas mãos trêmulas, nas gotinhas de suor na testa e até mesmo em uma ponta de língua que, teimosa, deixava-se ver entre os lábios entreabertos pelo esforço depreendido. Como era difícil estudar...

Como não ver e ter a Lili como referência para a modelagem do feminino que já nos habitava antes da experiência escolar e que esta cuidou de aprofundar e refinar, consoante o modelo ocidental, civilizado e generizado de conduta? Ela era a protagonista de uma história narrada, sistemática e diuturnamente, parte por parte, em meio às inúmeras atividades que integravam o método global de alfabetização. A cartilha da Lili, principal suporte desse método, editada pela primeira vez em 1940, pela Livraria Francisco Alves, foi amplamente adotada em Minas Gerais até meados dos anos 1960, com 103 edições entre 1958 e 1964. Nela, encontravam-se mobilizadas imagens caras ao imaginário infantil, constitutivas das representações de gênero da minha geração: a Lili, o feminino; o Joãozinho, seu amigo, o masculino. Compunham aquela primeira representação, as imagens da delicadeza nos gestos, nas roupas, cores e frases; dos cuidados com a aparência, com os outros e com a casa; das

habilidades e "prendas" domésticas. Nessa representação, a orientação para um modo de pensar, de agir e de se localizar no mundo do âmbito do espaço privado. Significativamente, a casa, os filhos, a família são domínios estabelecidos como destino "natural" de toda menina e não como possibilidade. Assim, a Lili tocava piano, tinha uma cachorrinha chamada Suzete e também três lindas bonecas – Lalá, Bebê e Clarinha – que ela cuidava e ninava. Além disso, ela sabia cozinhar – fazia doce de abacaxi – e deveria aprender logo a costurar, pois sua "meia tão bonita estava furada e ela não sabia coser". Como ela iria fazer?

Na representação do masculino, o investimento em imagens identificadas e naturalizadas como próprias desse gênero, reafirmando-o como o de domínio da política e do poder, da possibilidade de escolhas e não de um "destino" atrelado ao corpo. Assim, a imagem do Joãozinho, amigo de Lili, e projeção de seu futuro par, namorado/marido, em meio a uma constelação de objetos e ações significados como masculinos: seu cachorrinho Totó, seu automóvel que fazia fon-fon e circulava pelas ruas da cidade; o convite feito a Lili para passear com ele de automóvel; as cores neutras e discretas de suas roupas, calçados e meias. Observa-se, nessa minha experiência de alfabetização, a escola e a cartilha da Lili funcionando como dispositivos fundamentais, como tecnologias sociais de gênero, produtoras/reprodutoras dos efeitos de feminino/masculino em nossos corpos e comportamentos.

O lado encantado e lúdico da escola, de minha experiência generizada de escolarização, não se restringia, porém, à relação com a cartilha da Lili. Com a poesia, eram iguais os momentos de fascinação proporcionados. Eu transitava por aquele universo, tímida e ousadamente, torcendo para que a atividade durasse a aula toda: ela envolvia o exercício de copiar, no caderno, a poesia escrita no quadro negro com a letra irretocável da professora; ilustrá-la com um desenho; fazer sua leitura em voz alta, repetindo a da mestra, até decorá-la e esperar, com agonia, ser convocada para recitá-la para a turma. Diferentemente de mim, Cleusa, a colega com quem dividia a carteira, odiava tal atividade; decorar era, para ela, um martírio. Assim, em represália ao meu entusiasmo, ao menor descuido da professora, ela fazia caretas para mim e me prometia uma surra depois da aula...

Como não gostar do "gatinho chamado Cetim"?, da "Canção dos tamanquinhos", da "cantiga das flores"? Julia Lopes de Almeida, Cecília Meireles e Zalina Rolim eram mulheres que sabiam falar de coisas belas; eram musas, fadas, poetas. Eram mulheres que faziam do ato de escrever um verbo de localização como pessoas com espaços de fala e lugar de sujeito. Eu também quando recitava suas poesias para a turma me sentia localizada como pessoa, como

um sujeito com lugar de fala, principalmente porque reconhecida pela turma e pela professora como "aluna comportada e adiantada". Isso era extremamente gratificante para mim, que me sentia bem desconfortável na sala de aula, porque estava instalada no final da fila, junto às alunas e alunos "mais atrasados", maiores e mais velhos do que eu.

Sexta-feira era o dia mais esperado pela turma, pois os últimos trinta minutos da aula eram reservados para a professora ler ou contar "estórias" para nós, dependendo sempre, é claro, de nosso "bom comportamento". Éramos, então, transportados para o mundo fantástico das fadas, bruxas, príncipes, princesas, castelos e dragões, animais que falavam e viviam como gente. Muitas dessas histórias eu já as conhecia, mas a entonação perfeita, o tom de suspense que a professora tão bem sabia imprimir à sua fala, tornava-as novas e empolgantes. Como não deixar de se envolver e se "encantar" com as histórias da Cinderela, Gato de Botas, Branca de Neve, Pinóquio, Chapeuzinho Vermelho, A galinha dos ovos de ouro? Como era gostosa a minha escola...

Os contos infantis que tanto nos interpelavam investiam em um enredo de viés maniqueísta, da eterna luta do bem contra o mal, com a esperada vitória daquele e aplausos da meninada. Os personagens e protagonistas daquelas histórias agiam sob tal lógica e de acordo com papéis sexualmente determinados. A trama encerrava-se com o previsível final feliz, com o casamento do herói com a heroína, do príncipe com a princesa e com a morte da bruxa. Os contos de fadas integravam os dispositivos operados pelo saber escolar para produzir corpos educados segundo a moral cristã e burguesa e a ordem patriarcal, expressa na divisão binária de gêneros, com a predominância do masculino sobre o feminino. Tal como as narrativas históricas, a literatura infantil igualmente parte da premissa dessa divisão, ao veicular representações das mulheres e do feminino ancoradas na construção do "destino biológico", associado ao casamento e à maternidade, sem perspectivas de uma ação política.

A outra face da escola

A escola tinha, é claro, seu lado amargo, suas práticas discriminadoras e discriminatórias, seus momentos de intimidações e constrangimentos, de violência física e simbólica. Se bem que a palmatória já tivesse sido dali abolida, permaneciam firmes, como baluartes da disciplina escolar, os temidos castigos. Esses eram aplicados durante ou depois das aulas, com maior ou menor rigor, dependendo do teor da falta cometida e muitas vezes do humor da professora. Uma régua de madeira, firme e grande, "reinava" absoluta na mão da mestra ou em cima de sua mesa, impondo-nos, em sua materialidade, a certeza de sua

exequibilidade. Ela ocorria, quando aplicada nas pernas do "infrator", independentemente do seu sexo, se bem que os meninos apanhavam mais e mais vezes do que as meninas. Eu, aluna bem comportada, passei pela escola primária sem esse castigo, embora o tenha recebido em casa algumas vezes, pelas mãos de minha enérgica mãe, por conta de minhas malcriações. Seriam os meninos mais atrevidos, corajosos ou mais indisciplinados? As meninas seriam mais disciplinadas ou mais dissimuladas em suas infrações escolares? Elas pareciam mais comedidas, provavelmente, em razão do processo de assujeitamento às representações de gênero, dentro e fora da escola, a que viviam submetidas. Afinal, eram educadas e modeladas consoante as características definidas como "próprias" da "natureza feminina": cordatas, obedientes e submissas; mais "dóceis" do que os "indóceis" meninos.

Um final e um início

Submetida a esse processo de disciplinarização escolar, fui sendo "fabricada" como menina educada e aluna aplicada aos estudos. Apesar e por conta desse processo, também me produzi como pessoa crítica, questionadora e independente e até mesmo impertinente. Afinal, somos assujeitadas às prescrições sociais e escolares, mas nunca de modo pleno: resistimos, negociamos, agenciamos outros termos, condições, posições e alianças; fazemos escolhas e recusas na constituição de nossas histórias e na configuração de nossas subjetividades.

Não posso esquecer e tampouco ignorar a importância dessa experiência de alfabetização no processo de minha localização no mundo como pessoa, como sujeito político, posição que não se reduz a um sexo/gênero. Como tal, é que reconheço que a escola dos "anos dourados" ignorou as diferenças, praticou discriminações, reproduziu as desigualdades, eliminou os "menos aptos", abandonou no meio do percurso aqueles que não acompanhavam seu ritmo, ou que não se assujeitavam plenamente às suas regras. Também premiou e promoveu aquelas alunas e alunos que, em meio à sua racionalidade, revelaram-se "aptos", isto é, conformados à sua lógica disciplinar, ao seu saber escolar, ao seu modelo educacional, atravessado por distinções de gênero, classe, etnia e raça, dentre as mais demarcadas.

Ser avaliada como "apta", isto é, aprovada na 1ª série e nas outras três subsequentes foi, para mim, uma experiência inesquecível, envolvida por sentimentos contraditórios, de receio e de esperança, insegurança e confiança. Mas, sem dúvida, foi experiência engendrada em meio a um cotidiano que incluía possibilidades várias, principalmente a de enriquecimento e estímulo para escolher continuar meu percurso escolar, sempre adiante, sempre militante. É

uma experiência constitutiva de minha história; são fragmentos de um tempo, mosaicos de uma memória; são pedaços de mim, fazem parte de minha história...

Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Obras completas.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Sujeito da história ou reclusa de caixa de texto: um olhar feminista sobre as representações femininas nos livros didáticos de história

Valéria Fernandes da Silva[1]

Este trabalho é fruto de nossa prática como historiadora feminista e da nossa experiência como professora do Segundo Segmento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na rede pública e privada de ensino. Desde muito tempo, inquieta-nos o fato do discurso historiográfico para difusão massificada nas séries iniciais caminhar tão dissociado das discussões feitas na academia, especialmente quando se trata das representações de gênero e daquilo que conhecemos sobre a atuação das mulheres ao longo da História.

Tendo isso em vista, decidimos escrever este texto discutindo, sob a perspectiva dos estudos de gênero, a forma como as mulheres e sua atuação aparecem nos livros didáticos incluídos no Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD. Lembrando que o livro didático é, também, um sistematizador de conteúdos, expressando os interesses da política educacional proposta pelo Estado, e como tal,

> (...) tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder e expressa nos próprios currículos e o conhecimento escolar ensinado pelo professor (BITTENCOURT, 1997, p. 72-73).

Com os avanços dos Estudos de Feministas e de Gênero, crescem os questionamentos sobre como as mulheres aparecem representadas nos livros didáticos, e é possível rastrear trabalhos sobre o tema feitos no Brasil desde, pelo menos, a década de 1980. A questão da representação das chamadas minorias – mulheres, negros, indígenas, jovens, crianças etc. – nos livros que chegam às mãos de nossos estudantes tem impacto direto na construção do imaginário dos alunos e alunas sobre os mais diversos grupos sociais e sua atuação ao longo da História. E, como pondera Montserrat Moreno, "tudo o que fazemos, como nos comportamos, a forma de pensar, falar, sentir, fantasiar e até sonhar, sofre influência da imagem que temos de nós mesmos" (MORENO, 1999, p. 28).

[1] Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Colégio Militar de Brasília.

É preciso reforçar, também, que o livro didático não é neutro, desprovido de interesses, sejam eles ideológicos, ou mercadológicos, e estão marcados pela autoria e pelo seu momento histórico. Nesse sentido, há uma tradição de silenciamento dos conflitos e resistências de mulheres, negros, indígenas, e outros, ressaltando-se, ora um viés político androcêntrico, ora uma leitura economicista da História. Assim, segundo Allan Choppin,

> o livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada,modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados (CHOPPIN, 2004, s/p).

Foi considerando a importância do livro didático de História na formação dos estudantes que decidimos examinar algumas das coleções dos últimos PNLD do Segundo Segmento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Ressaltamos algumas, porque não tivemos acesso à totalidade dos livros presentes nos guias e, também, porque selecionamos capítulos para a análise, partindo do princípio de que cada um deles deve ser representativo da orientação presente ao longo de toda a coleção.

Nesse sentido, cito um primeiro exemplo: no capítulo sobre a sociedade mineradora do livro do sétimo ano da coleção *Saber e Fazer História*, da Editora Saraiva, não há qualquer menção às mulheres. Na parte do capítulo sobre a vida urbana, todas as profissões estão no masculino e não há nada sobre o grande contingente feminino livre e escravo, branco, mestiço ou negro, ainda que tenhamos décadas de estudos sobre as cidades mineradoras. Nem as grandes figuras femininas proeminentes são lembradas; há completo silêncio sobre Chica da Silva.

A resenha da coleção no Guia de Livros Didáticos PNLD 2011 – Anos Finais do Ensino Fundamental tece elogios à forma como a questão étnico-racial é tratada na obra, mas se cala sobre a questão das mulheres. Como uma coleção que não contempla de forma clara a questão de gênero pode estar incluída, mais ainda sem ressalvas, no PNLD? Pior ainda é perceber que o silêncio sobre as mulheres aparece em boa parte das obras presentes nos dois guias. Trata-se de um silêncio que cria sentidos e institui verdades sobre a importância que as mulheres têm como sujeito da História para os organizadores dos guias.

O PNLD é executado em ciclos trienais alternados e, a cada ano, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino e repõe e complementa os livros reutilizáveis para outras etapas. O último PNLD do Ensino Médio data de 2012, o do Ensino Fundamental, de 2011.

Segundo os dados presentes no próprio site do Ministério da Educação, o programa atende atualmente 24.217.530 estudantes do Ensino Fundamental – Primeiro e Segundo Segmentos – e Médio, e foram adquiridos 137.858.058 livros das diferentes disciplinas (MEC, 2014). O MEC envia as coleções para as escolas, dentro de um calendário pré-estabelecido, permitindo que os professores e professoras participem da seleção do material didático. São produzidos, também, guias que auxiliam nessa escolha, com resenhas de cada uma das coleções.

É importante ressaltar que se trata de um dos programas mais bem sucedidos do Governo Federal, o maior programa deste tipo no mundo, segundo Circe Bittencourt, (BITTENCOURT, 2004, p. 471) e que reverte em grande lucro para as editoras. A inclusão de uma coleção no PNLD garante, além da compra feita pelo Estado, a boa propaganda, pois estar no PNLD é considerado como um selo de qualidade do produto, facilitando sua aquisição por parte de escolas da rede privada de ensino do país.

Os últimos guias do PNLD se preocupam com a questão das mulheres, e isso está presente nas resenhas de algumas das coleções aprovadas, deixando claro que elas contemplam a discussão sobre a sua atuação na História ou se vão além ao discutir questões de gênero. No entanto, quais são as representações femininas mais presentes nos livros do PNLD? As mulheres aparecem no texto principal ou continuam reclusas nas caixas de destaque ou em documentos complementares?

Ao longo da nossa prática docente, percebemos o quanto os livros didáticos de História atuais, em linhas gerais, continuam parecidos com aqueles que utilizamos quando estudante nos anos 1980. A parte gráfica melhorou muito, é verdade. Os livros que são oferecidos aos nossos alunos e alunas, especialmente aqueles voltados para o segundo segmento do Ensino Fundamental, são cada vez mais coloridos, ilustrados, fazem conexão com outras mídias como o cinema, a TV, a internet. No entanto, continuam falando muito pouco das chamadas “minorias” que tendem a ser colocadas à margem dos processos históricos, quase como espectadores, enquanto homens, de preferência socialmente brancos, são ainda os grandes protagonistas na área da política, nas grandes descobertas, invenções, revoluções.

Nossos livros didáticos falam ainda muito pouco da participação das mulheres nos processos históricos, tendem a generalizar o seu papel como agentes sociais, reforçando-se papéis de gênero tradicionais, relegando a sua aparição às caixas de destaque, tal qual curiosidade fossem. Na tessitura do texto principal, elas pouco aparecem e, se estão lá,

aparecem destacadas, como algo citado excepcionalmente, ou seja, a função é a mesma da caixa de texto.

Percebemos na nossa trajetória como educadora o quanto este tipo de construção do texto historiográfico, pois o livro didático é, sim, historiografia para o consumo das massas, é daninho para a autoestima das meninas e sua percepção como cidadãs e sujeitos da História. É como se elas não fossem importantes, copartícipes dos processos sociais. Quando muitos livros, inclusive os do PNLD, falam das mulheres, é para reforçar o seu aspecto doméstico, ilustrar a ordem patriarcal, ou admirar-se de algumas poucas "heroínas" que, principalmente nos últimos dois séculos, ousaram romper com aquilo que parecia natural ao seu sexo.

Para ilustrar o que acabamos de apontar, abrimos um parêntese para citar dois casos acontecidos em sala de aula, um deles em uma turma de 6ª serie (7º ano) e outro em uma turma de 7ª série (8º ano), alguns anos atrás. No primeiro caso, uma aluna não conseguiu atingir a nota máxima por ter errado a questão sobre a concessão do direito de voto às mulheres no Brasil. O livro didático mal citava este fato, mas, ao longo das aulas, foi enfatizada a importância do voto feminino como uma das características da constituição de 1934 e toda a luta das mulheres para que esse direito lhes fosse assegurado. A aluna, uma menina de 11, 12 anos, indignou-se por ter sido despontuada somente por causa das mulheres. Perguntamos para ela: "Sim, mas você é mulher. Você não se acha importante?". Não houve resposta.

O outro caso foi a surpresa de uma aluna, das mais destacadas da turma, quando utilizamos em sala a expressão "homens e mulheres das cavernas" em uma aula de Pré-História. "Mas, professora, havia mulheres das cavernas?!", perguntou espantada. O universal masculino, largamente utilizado, invisibiliza as mulheres, oculta a sua presença em nome de um suposto bom uso da língua, mas pode gerar este tipo de confusão na cabeça dos mais jovens. Dentre as coleções listadas nos PNLD, há pelo menos duas que usam o universal masculino no título, *Estudar História*: das Origens do Homem à Era Digital (Ensino Fundamental) e *Caminhos do Homem* (Ensino Médio), sem atentar para seu caráter excludente e androcêntrico.

Em nossos quase vinte anos lecionando História, presenciamos várias vezes a alegria de meninas por simplesmente saberem que, sim, as mulheres estavam participando das revoluções, escrevendo, inventando coisas, governando países; que ainda que uma sociedade fosse patriarcal, nem sempre as mulheres estavam reclusas em seus lares ou que esses mesmos lares eram, sim, um lugar de exercício de poder. Esta genuína alegria não se restringe às

adolescentes e pré-adolescentes, mas é expressa, também, por universitárias que, ao longo de sua formação, viam as mulheres como agentes de menor importância no processo histórico.

Como estudar gênero dentro da universidade e não fazer a ponte com o nosso dia a dia na prática educacional? Muitas vezes a distância parece intransponível, mas o que estamos fazendo aqui é estabelecer uma ponte entre a academia e o que é ensinado em sala de aula, ou melhor, aquilo que está presente nos livros didáticos de História.

Já utilizamos a categoria *gênero* em vários momentos deste texto, então é preciso definir como compreendemos esta categoria. Em primeiro lugar, gênero não é sinônimo de sexo biológico, trata-se de uma construção histórica, social e cultural. Nas palavras de Joan Scott:

> (...) gênero significa saber a respeito das diferenças sexuais. Uso saber, seguindo Michel Foucault, com o significado de compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso, relações entre homens e mulheres. Tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo (...) (SCOTT, 1994, p. 12).

Os papéis de gênero, isto é, comportamentos tidos como femininos ou masculinos, são históricos e nem sempre são coerentes, muito menos estáveis ao longo do tempo. Segundo Judith Butler, “(...) o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2003, p. 20).

O gênero abarca, portanto, certo conjunto de relações, conceitos normativos, organizações e instituições sociais que pesam de forma desigual sobre o biológico em uma dada sociedade, em certo recorte temporal. Daí, uma das inadequações mais visíveis nos textos dos livros didáticos é o reforço de uma estabilidade de papéis, uma binarização, especialmente no que tange às relações de poder e espaços sociais ocupados por homens e mulheres. É o eco historiográfico materializado nos discursos dos livros didáticos: “sempre foi assim”.

Isso, claro, quando não há um silêncio sobre a participação feminina, capítulos inteiros sem que a palavra *mulher* ou as *mulheres* como grupo social ou mesmo uma personalidade do sexo feminino seja citada. Livros mais “modernos” e preocupados com as questões de gênero, quando se referem às conquistas femininas ou feministas, tendem a reforçar a ideia de evolução, apagando a pluralidade de outras sociedades e seus arranjos de gênero.

Jane Flax defende que o gênero é uma relação social prática e devemos nos propor a fazer um exame daquilo que significa o “feminino” e o “masculino” em uma determinada

sociedade, como forma de fugir desta relação a-histórica com os papéis de gênero em outras sociedades (FLAX, 1991, p. 230). Para melhor ler – ou construir – a História, é necessário que repensemos as nossas noções de gênero para:

> (...) alcançar um distanciamento crítico em relação aos arranjos de gênero existentes. Esse distanciamento crítico pode ajudar a desobstruir um espaço no qual a reavaliação e a alteração dos nossos arranjos de gênero existentes se tornem mais possíveis (FLAX, 1991, p. 219).

Esta desconstrução é necessária para que possamos estabelecer novas relações de gênero que sejam mais igualitárias e democráticas. A escola é um local privilegiado para que tal projeto se concretize. Bell Hooks nos diz que a sala de aula mesmo "(...) com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades", de libertação (HOOKS, 2013, p. 273), e é nisto que acreditamos como educadora feminista.

Se a escola se abstém do seu papel de questionadora e utiliza livros que invisibilizam as mulheres como sujeitos históricos, ela reforça as desigualdades, ajuda a tolher a criatividade de meninas e adolescentes, reforçando seu assujeitamento. Afinal, boa parte de nossos livros pinta as mulheres de forma passiva, ausente dos grandes movimentos da história, sejam na área política, artística ou científica.

As discussões sobre as representações de gênero e, também, étnicas nos livros didáticos não são novas, e muitos trabalhos vêm sendo desenvolvidos principalmente em relação aos livros do primeiro segmento do ensino fundamental. No entanto, o material didático presente em nossas escolas, segundo um relatório apresentado no Senado brasileiro em novembro de 2008, não consegue contemplar de forma satisfatória essas questões e

> mesmo sem veicular preconceitos explícitos, o livro didático brasileiro ainda reproduz estereótipos de gênero e raça, principalmente uma intensa sub-representação de negros, indígenas, mulheres e, inclusive, de crianças.

Assim, muitos livros presentes em nossas escolas reforçam a representação da família mononuclear, branca, de classe média, na qual o pai quase sempre de terno parece muito distante da média do brasileiro. Neste modelo de família, a mulher, ou melhor, a dona de casa, veste, não raro, figurinos dos anos 50, com imaculado avental e aparece sempre dedicada a tarefas do lar e aos filhos. Se ela trabalha fora, é professora, enfermeira ou secretária; se é negra, seu papel é sempre dos mais subalternos.

Em um momento de formação da personalidade da criança, tais imagens podem reforçar a baixa autoestima, tornando-se referenciais, em especial, quando não sofrem a crítica da família. Se tais estereótipos de gênero e raça são ainda reforçados por outras mídias, como

a televisão, terminam por favorecer a sua reprodução, legitimando as mais diversas desigualdades dentro da sociedade. Para Ana Célia Silva,

> o livro didático, de modo geral, omite o processo histórico-cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação da sua identidade e auto-estima (SILVA, 1995, p. 47).

A escola deveria ser um ambiente democrático e plural, que fornecesse a todos os alunos e alunas possibilidades iguais de desenvolvimento de suas potencialidades e personalidades. O reconhecimento da diversidade da sociedade brasileira, e de que a escola deve contemplá-la, está expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais, pois caberia a ela

> (...) conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (PCN, 1998, p. 7).

A obrigação das editoras de reavaliarem o conteúdo de seus livros didáticos para se adequarem às exigências do MEC vem possibilitando a produção de uma gama de materiais com as mais diversas abordagens. As mudanças são concretas, no entanto, quando estão em foco as questões de gênero, nem sempre os autores e autoras dos livros didáticos se mostram tão engajados, quanto na questão do racismo. Assim, da mesma maneira que os livros didáticos não podem privilegiar um grupo social ou étnico, tampouco deveriam continuar reforçando em seus textos uma visão androcêntrica da História.

Em contrapartida, as editoras de livros didáticos são muito sensíveis às mudanças de mercado, além daquelas exigidas pelo Ministério da Educação. Quando falamos em mudanças de mercado, estamos nos referindo às constantes alterações na apresentação do produto. O livro didático tem que ser agradável ao consumidor, seja ele a escola, os pais, ou os alunos e alunas. Por isso mesmo, as capas devem ser modernas e o *design* arrojado, as imagens devem ter cores brilhantes o texto deve ser "descolado". Só que o conteúdo nem sempre acompanha a parte gráfica. E percebemos este problema em praticamente todos os livros que constam nos PNLDs.

Ainda que os livros didáticos não sigam o ritmo da academia, a ciência histórica passou por grandes mudanças no último século e meio. Da ambição rankeana de se chegar à verdade por intermédio de uma severa seleção e crítica dos documentos com ênfase na história política (BURKE, 1997, p. 18-19), passando pela revolução dos Annales, que tornou

a economia, a sociedade e as mentalidades objetos dignos de estudo, até as tendências historiográficas mais contemporâneas, a disciplina nunca cessa de se repensar e reinventar.

Hoje, as abordagens factuais e o culto aos heróis perderam o espaço dentro da academia, pois a forma de se fazer história mudou, as possibilidades em se tratando de objetos de estudo se multiplicaram, as perguntas aos documentos são sempre atualizadas.

Dentre essas novas vertentes, há a proposta de repensar a participação das mulheres na história e, mais do que isso, as relações de gênero nos mais diferentes espaços e períodos. A chamada História das Mulheres aglutina em seu seio uma gama variada de tendências, e, nesse sentido, vale a pena traçar uma breve cronologia da luta para tornar as mulheres objetos de estudo e sujeitos da história.

Quando a história ganha destaque como disciplina científica na segunda metade do século XIX, seu objeto era principalmente a política, com ênfase na constituição e relação entre os Estados. Nesse contexto, só havia espaço para grandes estadistas, generais e pensadores, todos ou quase todos do sexo masculino. Na compreensão dos historiadores de então, o espaço feminino era o privado, área que não era digna de estudo por parte da disciplina. As mulheres que apareciam nos livros eram as heroínas, nos moldes traçados para os grandes homens; ou as mães, esposas e amantes desses mesmos homens; ou ainda, alguma mulher que, por força das circunstâncias, tivesse ocupado a chefia de algum Estado.

Michelle Perrot, em entrevista à *Revista Pagu*, narrou sua experiência nos anos 1950, quando, ainda aluna, tinha a intenção de estudar as operárias francesas; essas, porém, sequer eram percebidas como objeto possível. Assim, terminou empurrada ao estudo do “operariado”, desprezando a experiência feminina. Considerar as mulheres um objeto da História ainda era, mesmo depois do advento da revolução dos Annales, uma distorção, porquanto elas não existiam como sujeito da História (PERROT, 1995). O operariado só poderia ser estudado a partir dos discursos e práticas masculinas, ou das grandes teorias, estando as mulheres sempre invisíveis ou existindo em função dos homens.

A década de 1960 representou um marco nos estudos sobre as mulheres, e isso somente pode ser compreendido se pensarmos nessa década como um momento de contestação. O avanço do movimento feminista e o trabalho demolidor de evidências, de Michel Foucault, tornaram possível denunciar que a percepção das mulheres como agentes da história dependia exclusivamente do enfoque dado pelo historiador. A partir de então, começam a surgir, paulatinamente, dentro das universidades, áreas que se dedicariam à História das Mulheres, Estudos de Gênero ou Estudos Feministas.

A partir da História das Mulheres, ou concomitante a ela, surgem os estudos de gênero (SCOTT, 1996, p. 2). Se muitas historiadoras e historiadores voltados para o estudo das mulheres buscava preencher lacunas, inserindo as mulheres nas grandes narrativas já assentadas, o objetivo, agora, seria desconstruir os discursos historiográficos que durante tanto tempo invisibilizaram as mulheres e as relações de poder entre os sexos. Sobre este aspecto, Tânia Navarro-Swain afirma ”(...) que a história do Ocidente naturaliza as relações e funções atribuídas a mulheres e homens, re-criando-as e desenvolvendo uma política do esquecimento, que apaga o plural e o múltiplo do humano” (NAVARRO-SWAIN, 2000, p. 49).

Nos últimos anos, porém, cientistas de várias áreas questionam a imposição a outras épocas das nossas representações hegemônicas de gênero. Os estudos de gênero não podem ser rotulados como uma vertente da História das Mulheres, mas trabalha paralelamente no repensar da historiografia tradicional e na construção de uma História na qual as mulheres não estejam ausentes ou sempre representadas como objetos do processo histórico, como seres sem capacidade de agência, sempre vitimizadas.

Com tantas mudanças na historiografia, como ficam os livros? Já tocamos anteriormente no fato dos livros didáticos serem produtos e, portanto, estarem sujeitos a questões que não têm origem na revisão dos seus textos ou em questões de ordem didática. Muitos livros ou apostilas mudam de capa todos os anos, mas o conteúdo permanece o mesmo ou é muito pouco alterado. Houve a ruptura, na maior parte das publicações, com a história factual e de culto aos heróis, mas na essência muito do paradigma positivista permanece.

O positivismo é expresso principalmente em uma história centrada na ação e reação, com a utilização de termos como “causas” e “consequências” que deixam em segundo plano o processo histórico. Mesmo que se negue veementemente que existe uma verdade histórica a ser perseguida, esse sentido fica marcado no texto.

Outro ponto a ser ressaltado é o fato de a despeito do direcionamento dado nos PCNs rumo a um ensino de História marcado por eixos temáticos, como o trabalho, a cidadania e outros. Boa parte dos livros didáticos ainda utiliza o recorte cronológico, baseado em períodos que, quando muito, seriam válidos somente para a o mundo cristão ocidental.

Essa linha, que ressalta as benesses de uma divisão tradicional da História, serve somente para ilustrar o quanto os livros didáticos, mesmo os mais elogiados, estão atrelados a um ensino tradicional da disciplina.

Esse conservadorismo se expressa, também, em uma predileção pela chamada Civilização Cristã Ocidental, que subordina a história de todos os demais continentes à Europa e, posteriormente, também, aos Estados Unidos. Assim, as civilizações orientais – Mesopotâmia, Egito, Pérsia – são estudadas mais para melhor compreensão do mundo greco-romano do que por seu próprio valor. Já o Extremo Oriente e a África só se mostram importantes enquanto alvo do expansionismo europeu e não como produtoras de civilizações importantíssimas. Tal apresentação só reforça para nossos alunos e alunas a visão eurocêntrica de história. Ainda são raras as coleções que trazem capítulos independentes sobre civilizações orientais, ou mesmo material consistente sobre a África Negra sem pautá-la pelo olhar do colonizador.

Quando a questão passa a ser a forma como os livros didáticos apresentam as mulheres, constatamos que as discussões das últimas três décadas se encontram bem distantes da realidade da maioria das publicações. Se existe a preocupação com o uso de uma divisão cronológica tradicional e uma ênfase na Civilização Ocidental, existe, também, a ideia implícita de sujeito da história e este é masculino e, por que não dizer, branco e europeu.

Quando se fala em homem, e o termo se faz presente em vários dos títulos de coleções, boa parte dos autores e autoras tem em mente não o gênero humano, mas os indivíduos do sexo masculino. As mulheres quando não são ignoradas, sua presença, assim como dos não brancos, se dá à parte, como um apêndice do texto principal, como se fosse uma curiosidade, seu papel resumido em dois ou três parágrafos genéricos, quando muito. Como bem nos lembra Moreno, "a mulher é a grande ausente nos textos escolares de história. Sua ausência faz-se patente tantos nas discussões das façanhas bélicas como nos escassos momentos em que se fala da organização social" (MORENO, 1999, p. 57).

Cito como exemplo, os capítulos disponíveis para consulta da coleção Projeto Araribá, da Editora Moderna. É possível ter acesso a mais de cem páginas divididas pelos livros do sexto ao nono ano. Em todo material que li, temos pouquíssimas citações às mulheres e as ilustrações são pobres. Nos capítulos sobre Idade Média no livro do sétimo ano, as mulheres não aparecem no texto, e quando se fala de feudalismo há somente uma imagem que mostra mulheres, são camponesas trabalhando nos campos. No livro no nono ano, no capítulo sobre Revolução Industrial há duas imagens com mulheres, a que está em maior evidência é uma pintura de uma mulher sentada, isolada, bordando em um ambiente privado. Uma operária aparece ao fundo em uma foto de época, mas ela não está em evidência, e é possível olhar a foto e nem percebê-la. No corpo do texto, há uma citação dizendo que as

mulheres e crianças – como se fossem um bloco único – trabalhavam as mesmas horas que os homens. No capítulo sobre Imperialismo, há uma menção às guerreiras Ashanti, algo notável, mas isolado.

Já no livro do sexto ano, há um parágrafo sobre o papel das mulheres na agricultura e que se acredita, o melhor seria dizer que alguns estudiosos do tema acreditam, que a atividade foi inventada por elas. É a única menção às mulheres nos capítulos sobre Pré-História, e não há conexão dessa informação com o que vem depois no texto. Se ela não estivesse lá, não faria falta ao texto. Não se trata de uma caixa de texto, mas o funcionamento é o mesmo. Pensando especificamente nos capítulos de livros que tratam da pré-história, tanto do Ensino Fundamental, quanto do Médio, analisados, não há discussão sobre as Vênus paleolíticas. Há livros que sequer trazem fotos das estatuetas.

Não é nosso objetivo generalizar, pois alguns autores têm demonstrado um grande interesse em mostrar a presença ativa das mulheres. Em várias das coleções incluídas no PNLD, as mulheres são agentes da história, utilizando-se os autores e autoras de gravuras e fotos de época que mostram, por exemplo, mulheres participando lado a lado com os homens de greves no século XIX, ou trabalhando nos campos medievais. Esse tipo de recurso é muito importante, pois ajuda alunos e alunas a repensarem os papéis sociais tradicionais e a ideia "da mulher" como um ser passivo, que teria participação muito pontual no decorrer da história.

Essa preocupação, de trazer ilustrações mostrando as mulheres em múltiplas funções, é especialmente importante principalmente nas séries iniciais, pois se trata de um momento de construção das identidades e a revisão de conceitos naturalizados desde a mais tenra infância. Para as meninas, assim como para crianças negras e de outros grupos vistos e tratados como minorias, é importante essa representação dentro das imagens e dos textos, desde que elas escapem do discurso da permanente exclusão, fragilidade e vitimização.

Nesse sentido, a coleção *Estudar História – Das origens do homem à era digital*, também da editora Moderna, merece destaque. Ela não se diferencia por inserir as mulheres na tessitura do discurso historiográfico, elas continuam periféricas ou mesmo ausentes, a começar pelo título que se remete às origens "do homem", o universal masculino que, ao invés de incluir, nos exclui; no entanto, a coleção é rica em imagens de mulheres em ação e nas mais variadas ocupações. Uma professora ou professor minimamente interessado em chamar atenção para a participação das mulheres no processo histórico terá material variado

para discussão com seus alunos e alunas. Quando o texto abre espaço para falar das mulheres, entretanto, temos generalizações e a propagação de estereótipos de gênero:

> As mulheres não eram valorizadas na sociedade feudal. A caça e a guerra, por exemplo, atividades importantes naquela sociedade, eram exclusivas dos homens. Até meados do século XII, as mulheres eram vistas apenas como geradoras de filhos. (...) Hoje sabemos que, mesmo sendo desprezadas, as mulheres tinham grande importância econômica na Idade Média. No campo, as camponesas assumiam praticamente as mesmas tarefas dos homens (...). As mulheres nobres também exerciam algumas funções. Muitas fiavam tecidos de luxo e bordavam; outras eram especialistas em confeccionar tapetes (...) (7º ano, p. 24).

Esse fragmento foi retirado do capítulo sobre Feudalismo do livro do 7º ano. Ao longo do texto, não encontramos referência às mulheres. Toda a explicação sobre o funcionamento do sistema feudal, relações de vassalagem, obrigações servis, está no masculino. Há a mesma riqueza de imagens mostrando a presença feminina em múltiplas funções, especialmente, as camponesas, mas quando as mulheres aparecem no texto, estão isoladas em um tópico – que tem o mesmo valor da caixa de texto, mas com menor destaque – e são apresentadas a partir de suas supostas limitações.

Como bem mostra o texto selecionado, não se fala das mulheres que herdavam feudos e reinos, governando em seu próprio nome ou no de seus maridos e filhos; das poderosas abadessas; das que chefiavam famílias camponesas; daquelas nobres, ou não, que iam à guerra. Até a atividade da caça, comum a homens e mulheres nobres, aparece gendrada dentro do texto do livro. Estas generalizações só reforçam para os alunos e alunas uma imagem binária de gênero e que os papéis desempenhados por homens e mulheres eram rígidos. Tais discursos também facilitam a construção de uma ideia de evolução – do pior para o melhor – quando se trata de direitos e atuação das mulheres.

Patrícia Ramos Braick, autora dessa coleção, também assina, junto com Myriam Becho Mota, a coleção *História – Das cavernas ao terceiro milênio*, incluída no PNLD do Ensino Médio. Essa coleção segue a mesma linha, oferecendo uma boa iconografia com a presença das mulheres, dando nome àquelas que participaram ativamente dos movimentos sociais, como Teresa Carini, mas é pobre quando se trata de colocá-las dentro do texto. Enfim, quando analisamos estas coleções, mesmo sob a perspectiva da História das Mulheres mais tradicional, isto é, aquela que busca preencher lacunas, elas não se qualificam.

Livros didáticos, como já dissemos, são produtos, e muito do seu conteúdo não é revisado por decisões que escapam aos seus autores. No entanto, acreditamos ter conseguido ilustrar a existência de uma grande defasagem entre as discussões dentro da academia e aquilo que está presente nos livros utilizados por nossas crianças e adolescentes.

Procuramos demonstrar o quanto alguns livros didáticos se encontram em dissonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais, pois buscam criar um sujeito universal, que é masculino, branco e ocidental, negando a diversidade existente entre as diversas culturas nos mais diferentes períodos históricos. No entanto, os próprios guias do PNLD parecem menos interessados pela questão das mulheres do que são, por exemplo, em relação à História da África e a representação dos afrodescendentes.

Outro ponto que esperamos ter deixado claro é o fato de vários livros do PNLD ainda apresentarem as mulheres como seres subordinados, ligados à esfera doméstica e passivos diante dos processos históricos, naturalizando papéis de gênero historicamente determinados. Tais modelos não promovem a igualdade, a diversidade e alienam nossas meninas da percepção de si mesmas como sujeitos da história.

Esperamos realmente que um diálogo maior entre o que se produz dentro da universidade e o que é apresentado nos livros didáticos possa se estabelecer de forma mais rápida e eficaz. No entanto, o que percebemos é uma grande defasagem entre o que se discute na academia e o que aparece em textos de vulgarização. Livros que realmente promovam a diversidade ajudariam nossos alunos e alunas a interagirem mais com os conteúdos da disciplina, pois se sentiriam, eles e elas, sujeitos da sua própria história.

Além disso, outra questão, que não nos cabe contemplar neste texto, é a da formação docente. Estão nossos professores e professoras preparados para discutir questões de gênero na sala de aula? Nossa experiência indica que não, mas os cursos de licenciatura vêm passando por grande reformulação que aponta para novas e positivas possibilidades de prática docente em nosso país.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em foco: História, produção e memória do livro didático. *Educação e Pesquisa*. Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 471-473., set.-dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 maio 2014.

______. “Livros didáticos entre textos e imagens”. *In*: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo, Contexto, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de Livros Didáticos – PNLD 2011 – História – Anos Finais do Ensino Fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

______. Ministério da Educação. *Guia de Livros Didáticos – PNLD 2012– História – Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

______. Ministério da Educação. *MEC*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br Acesso em: 26 maio 2014.

______. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Terceiro e Quarto Ciclo – História*. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

______. Senado Federal. "Estereótipos e baixa representação de raças e gênero caracterizam livro didático, afirma pesquisadora". *Senado Federal – Portal de Notícias*. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2008/11/12/estereotipos-e-baixa-representacao-de-racas-e-genero-caracterizam-livro-didatico-afirma-pesquisadora>. Acesso em: 25 abr. 2014.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales – 1929-1989*: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHOPPIN, Alain. "História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte". *Educação e Pesquisa*. Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set.-dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022004000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 maio 2014.

FLAX, Jane. "Pós-moderno e relações de gênero na teoria feminista". *In*: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Pós-modernidade e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina*: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 1999.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. "Você disse Imaginário?" *In*: ______ (Org.). *História no plural*. Brasília: Editora da UNB, 1993. p. 43-68.

SCOTT, Joan Wallach. "História das mulheres". *In*: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História*: novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

______. "Prefácio *a Gender and Politics of History*". *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-27, 1994.

SILVA, Ana Célia. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Centro Editorial Didático (CED); Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), 1995.

Ensino de história das mulheres: reivindicações, currículos e potencialidades pedagógicas

Susane Rodrigues de Oliveira[1]

Neste texto pretendo discutir algumas questões relacionadas à inclusão da história das mulheres e das questões de gênero nos currículos escolares. Trata-se de uma discussão com base nos estudos feministas e de gênero e nas pesquisas recentes produzidas na área de Ensino de História. Com esse objetivo, busco ainda analisar o modo como as demandas dos movimentos feministas, em torno dessa inclusão, vêm sendo atendidas nas políticas educacionais e no ensino de história, especialmente nos livros didáticos de história produzidos nos últimos anos. Por fim, apresento algumas propostas para a efetivação dessa inclusão, tendo em vista o potencial educativo da história das mulheres na promoção da cidadania e igualdade de gênero.

Desde os anos 1960 vem se firmando uma nova política cultural, especialmente na política das identidades. As denúncias, questionamentos e reivindicações promovidas por diversos grupos sociais (mulheres, indígenas, quilombolas, negros, minorias étnicas, homossexuais etc.) que historicamente sofreram processos de opressão e marginalização, vêm ganhando cada vez mais visibilidade. Esses grupos tradicionalmente subordinados e excluídos passaram a privilegiar a política e a cultura como palco de embate, com o propósito inicial de tornar visíveis suas histórias, experiências, identidades e "outros" modos de ver e viver. Nesse cenário, os movimentos sociais organizados compreenderam, desde logo, que o acesso e o controle dos espaços políticos e sociais deviam passar também pelo controle da mídia, do cinema, da televisão, da internet e dos currículos das escolas e universidades.

A cultura escolar – presente nos currículos, procedimentos de ensino, teorias, linguagens, materiais didáticos e processos avaliativos – foi também apontada e criticada como produto e produtora das diferenças de gênero, sexualidade, classe, raça e etnia. Não por acaso, a educação escolar se tornou alvo de muitos debates e questionamentos por parte de diversos movimentos sociais. Até então, a voz que se fizera presente no espaço escolar era a do sujeito masculino, branco, cristão, heterossexual, europeu, produtivo e reprodutivo. Ao

[1] Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade de Brasília (UnB).

longo do tempo, essa voz obteve ampla autoridade e legitimidade, construindo e difundido representações racistas, sexistas, colonialistas e eurocêntricas acerca da história, das identidades e relações sociais. Assim, para os grupos submetidos, tornava-se urgente "apropriar-se dessas instâncias culturais e aí inscrever sua própria representação e sua história, pôr em evidência as questões de seu interesse" (LOURO, 2008, p. 20-21).

As demandas em prol da inclusão de segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos, operacionalizadas em diversos espaços, têm sido importantes também no campo da educação, especificamente, no campo dos currículos escolares. Desde a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997-1998) e o estabelecimento dos Temas Transversais (1998), as questões em torno de gênero, raça e etnia foram introduzidas também nos currículos oficiais. Exemplo dessas preocupações é a instituição das leis 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, a fim de combater as discriminações étnico-raciais e de promover o reconhecimento e a valorização da participação dos negros e indígenas na sociedade nacional.

Em 1996, os Ministérios da Justiça e da Educação (MEC), através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, apresentaram um protocolo de igualdade de direitos entre homens e mulheres, que dizia:

> Os Ministérios da Justiça e da Educação se obrigam a colaborar no sentido de assegurar que o processo educativo se constitua em instrumento eficaz para combater todas as formas de discriminação contra as mulheres, promovendo o reconhecimento de sua dignidade, igualdade e de sua cidadania plena. A efetivação do compromisso se traduziu em duas linhas de ação a serem desenvolvidas pelo MEC: I) incorporar à programação curricular da TV Escola, temas que promovam o reconhecimento de igualdade de direitos entre homens e mulheres, II) considerar como um dos critérios para a seleção de livros didáticos a serem adquiridos e indicados para as escolas de primeiro e de segundo graus, o conteúdo não discriminatório em relação à mulher (*Apud* ROSEMBERG, 2001, p. 189).

As conquistas dos movimentos feministas e a crescente aceitação da categoria de gênero nos meios acadêmicos e institucionais também estiveram relacionadas a essa inclusão das questões de gênero nos critérios de avaliação dos livros didáticos. Já em 1998, tais questões foram incluídas também nos PCNs, dentro de um dos eixos transversais, como parte dos conteúdos de "orientação sexual" para terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. As questões de gênero foram assim incluídas dentre os pontos fundamentais para a formação dos cidadãos. Nesse caminho, os PCNs vieram afirmar o papel do Ensino Fundamental no preparo das/os estudantes para posicionar-se "contra qualquer discriminação baseada em diferenças

culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais" (BRASIL, 1998).

Tais mudanças, somadas às inovações que ocorreram na historiografia e nas tendências pedagógicas na segunda metade do século XX, impuseram à história, enquanto disciplina escolar, um papel fundamental no reconhecimento e valorização das identidades e memórias de diferentes grupos sociais, especialmente daqueles que haviam sido marginalizados e/ou silenciados nos discursos históricos tradicionais, como as mulheres, os jovens, os trabalhadores, as crianças, os idosos, as etnias e minorias culturais (BRASIL, 1998).

Os movimentos feministas reconhecem o potencial da educação escolar na transformação das relações humanas, tendo em vista a construção da igualdade de gênero. No que tange à promoção da equidade de gênero através das práticas escolares, o MEC, em diálogo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), buscou articular, a partir do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM/2004), uma série de ações com o objetivo de incidir sobre a pedagogia, os currículos e a formação dos profissionais da educação, de modo a enfrentar o sexismo e a promover o valor da igualdade de gênero no Brasil. Como justificativa para estas ações, o I PNPM reconhece que

> a escola é um dos grandes agentes formadores e transformadores de mentalidades. O preconceito de gênero, que gera discriminações e violência contra as mulheres, se expressa no ambiente educacional de várias maneiras. Conteúdos discriminatórios e imagens estereotipadas da mulher ainda são reproduzidos em materiais didáticos e paradidáticos, em diferentes espaços e contextos educacionais. E, atitudes preconceituosas de professores(es) ou orientadoras(es) educacionais podem contribuir para que determinadas carreiras sejam vistas como "tipicamente femininas", e outras "tipicamente masculinas" (BRASIL/SPM, 2004, p. 55).

A partir dessas prioridades, as ações no campo da educação inclusiva e não sexista voltaram-se para três frentes principais, quais sejam:

> (a) A incorporação de uma perspectiva de gênero nos processos educacionais, de forma a eliminar discriminações e estereótipos dos currículos, dos materiais didáticos e paradidáticos, da formação e capacitação de profissionais etc.; (b) inclusão das mulheres no sistema educacional – ação destinada a públicos femininos tradicionalmente excluídos, como as mulheres acima de 45 anos; e (c) atuação dos meios de comunicação e eventos culturais, no sentido de **valorizar as mulheres como sujeitos da história** e da produção cultural e de eliminar os estereótipos tão presentes na nossa mídia (BRASIL/SPM, 2006, p. 45. Grifo nosso).

Tais propostas questionam frontalmente as práticas sexistas associadas às imagens estereotipadas e essencializadas a respeito das mulheres e apontam para mudanças nas concepções/relações de gênero através da educação escolar, dos meios de comunicação e dos

eventos culturais (OLIVEIRA, 2012a). É nesse campo de ação que se fundamenta o reconhecimento e valorização das experiências históricas das mulheres, proposto no I PNPM, no sentido de valorizá-las como "sujeitos da história" (BRASIL/SPM, 2006, p. 45).

Em 2011, a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reafirmou para o Estado e para a sociedade brasileira um conjunto de propostas e recomendações calcadas na perspectiva do respeito às diferenças e no enfrentamento e superação de múltiplas desigualdades vividas pelas mulheres. Dentre as resoluções aprovadas nesse encontro, com vistas à educação e cultura para a igualdade, com fortalecimento da cidadania, se propôs "a criação de diretrizes nacionais de educação que incluam, nas grades curriculares, o ensino sobre a história das mulheres em todos os níveis e modalidades da rede de ensino" (CNDM, 2012, p. 16). Entendo que essa proposta se relaciona fortemente com a conquista e ampliação da cidadania das mulheres, por se tratar da conquista de um direito fundamental – o "direito ao passado". Esse direito envolve a difusão/ensino de uma memória histórica que possibilite o reconhecimento e a valorização do protagonismo das mulheres em diferentes tempos e espaços, a desnaturalização das diferenças e desigualdades de gênero e a legitimação de direitos já adquiridos pelas mulheres, assim como a legitimação das lutas pela ampliação de sua cidadania.

A memória histórica favorável a essa conquista e ampliação da cidadania das mulheres, encontra-se disponível, especialmente, na historiografia produzida nos campos da "História das Mulheres", dos "Estudos Feministas" e dos "Estudos de Gênero". Essa produção vem acompanhando também os movimentos feministas contemporâneos nas "denúncias e críticas à dominação masculina, ao sexismo, ao uso político da diferença para criar/recriar desigualdades de gênero" (MUNIZ, 2010, p. 67). Apesar de marcados pela pluralidade de perspectivas teórico-metodológicas, revelam o interesse comum na visibilidade da experiência histórica das mulheres e na compreensão do modo como as desigualdades e diferenças de gênero foram/são produzidas social e historicamente. Na área de História, esses estudos vêm gerando produções historiográficas inovadoras que problematizam os conceitos naturalizados e universalizados a respeito das mulheres e das relações de gênero.

O termo "História das Mulheres" – usado para nomear um campo de pesquisa onde as/os historiadoras/es assumem abertamente suas posições feministas e se posicionam também como "sujeitos da história" – comporta uma posição política ao afirmar o papel das mulheres como sujeitos históricos legítimos (SCOTT, 1995, p. 75). Nos anos 1980, a substituição do termo "mulheres" pelo termo "gênero" serviu, especialmente, para dar legitimidade

acadêmica aos estudos feministas, na medida em que foi integrado à terminologia das ciências sociais como dissociado da política do feminismo. Como observou Joan Scott, o "'gênero' incluía as mulheres sem as nomear, e parecia assim não se constituir em uma ameaça crítica" (1995, p. 75). No entanto, as críticas a essa "despolitização" da pesquisa acadêmica, acompanhando o "acirramento de tensões entre produção teórica e mobilização política", abriram espaços para reformulações do conceito de gênero e para uma ressignificação do termo "mulheres". A noção de "mulheres", agora proposta, "apresentar-se-ia, porém, distante das elaborações do feminismo radical da década de 1970, isto é, longe de qualquer tipo de essencialismo" (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 295). Nesta perspectiva, as "mulheres" são vistas como grupo heterogêneo – que comporta uma pluralidade de identidades, experiências e significados construídos historicamente por discursos e práticas variados – existindo em relação a outras categorias identitárias (classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade, religião, geração etc.) (*Id.*, *ibid.*).

O caminho aberto pela história das mulheres e os estudos de gênero não pode ser ignorado no campo do ensino, já que permite enriquecer o conhecimento sobre as sociedades do passado e valorizar as mulheres como "sujeitos históricos" (VALENCIA, 2004, p. 16). No entanto, os questionamentos e contribuições desta área, bem como as reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres no campo da educação, ainda permanecem distantes do saber histórico escolar. Além disso, as políticas educacionais para a igualdade de gênero no Brasil, nas últimas décadas, pouco atingem o ensino de história ministrado nas escolas.

Os PCNs reconhecem que "a questão de gênero se coloca em praticamente todos os assuntos trabalhados pela escola, nas diferentes áreas", de forma que educadores e educadoras precisam considerá-la atentamente no cotidiano escolar, a fim de ajudar os jovens a construírem relações de gênero com equidade, respeito pelas "diferenças, somando e complementando o que os homens e as mulheres têm de melhor, compreendendo o outro e aprendendo com isso a ser pessoas mais abertas e equilibradas" (BRASIL, 1998, p. 323).

Entretanto, os estudos feministas também acrescentam algumas críticas ao modo como as questões de gênero foram introduzidas nos PCNs. Luciana Gandelman observou que a noção de gênero, presente nesse documento, opera com a oposição sexo/gênero, atribuindo ao "gênero uma característica de construção social enquanto delega ao sexo o *status* de algo biologicamente dado" (2003, p. 211). Trata-se de uma concepção que, apesar de ainda predominante no discurso de algumas feministas, acaba deixando o sexo de "fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino" (GANDELMAN 2003, p.

211). Essa concepção recai naquilo que Linda Nicholson (1999) chamou de “fundacionalismo biológico”, por não questionar o caráter construído da oposição feminino *versus* masculino. Segundo Gandelman,

> isso fica claro quando o gênero é utilizado como se não fosse uma categoria, e sim mais um grupo social, uma ‘minoria’, ou uma identidade étnica, quando na verdade o gênero é uma categoria primária que entrecorta a sociedade de maneira singular e específica. A categoria de gênero aparece esvaziada de seus aspectos políticos e históricos, dizendo respeito, ao contrário, unicamente ao âmbito da família e das relações interpessoais (2003, p. 213).

Neste sentido, a crítica feminista à noção de gênero veiculada pelos PCNs, aponta para a perpetuação da naturalização das diferenças, por meio de uma concepção que distancia as relações de gênero das relações de poder, e que apaga a historicidade das representações e relações de gênero. Enfim, se os PCNs – textos orientadores de práticas pedagógicas, currículos e materiais didáticos – não rompem em definitivo com o biológico e continuam a dar um tratamento essencialista às distinções de feminino/masculino – como os livros didáticos de história, produzidos recentemente, vêm tratando as questões de gênero?

Nas últimas décadas, a história das mulheres foi de alguma forma incorporada (ou não) no ensino de história, no atendimento às demandas do mercado consumidor e às reivindicações por mudanças e incorporação de novos temas e problemas na historiografia e nos livros didáticos (SILVA, 2007). A partir disso, os livros didáticos de história tem sido objeto de algumas investigações que neles examinam o modo como as mulheres vêm sendo incluídas nas narrativas históricas escolares[2]. Muitas dessas análises têm apontado a persistência tanto do silêncio sobre a atuação das mulheres na história, como de concepções binárias e hierarquias de gênero que revelam ainda o predomínio de uma história androcêntrica, centrada apenas no protagonismo masculino.

[2] Cf. neste mesmo livro o capítulo “Sujeito da história ou reclusa de caixa de texto: um olhar feminista sobre as representações femininas nos livros didáticos de história”, de autoria de Valéria Fernandes da Silva. Cf. também os seguintes artigos: SILVA, Cristiani Bereta da. “O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de História”. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 1, p. 219-246, jan.-jul. 2007; SILVA, Ivani Almeida Teles da Silva; SÁ, Cristine Ferreira de. “O olhar de gênero no fazer/ensinar história”. *Estudos IAT*. Salvador, v.1, n. 1, jun. 2010; FERREIRA, Angela Ribeiro; CERRI, Luis Fernando. “História das mulheres no ensino de História do Brasil: uma análise das abordagens do livro didático”. *In*: Simpósio Nacional de História, 23, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina: ANPUH, 2005; MIRANDA, Anadir dos Reis. “Reflexões sobre Mulheres, Gênero e Aprendizagem Histórica”. *Histórias*, Rio Grande, v. 4, n. 2, 2013; MARQUES, Ana Maria. “Questões de gênero e etnia na abordagem metodológica para o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental”. *Cadernos do CEOM*, ano 21, n. 28, Chapecó: Argos, 2008; e LOHN, Reinaldo Lindolfo; MACHADO, Vanderlei. “Gênero e Imagem: Relações de gênero através de imagens dos livros didáticos de História”. *Niterói*, v. 4, n. 2, 2004.

Cristini Silva (2007, p. 228) observou que algumas coleções de livros didáticos de História, publicadas entre o final da década de 1990 e início de 2000, revelam certos avanços teóricos e metodológicos ao incorporar renovações historiográficas com novos temas e problemas históricos, dentre eles a história das mulheres, dos negros e indígenas. No entanto, a pesquisadora destacou que essa incorporação trouxe também alguns problemas e armadilhas, na medida em que passou a ser realizada a partir de inúmeros *links*, *boxes* e textos dentro de outros textos:

> Ao incorporar temáticas que envolvem mulheres e relações de gênero como apêndices da história geral – através de textos complementares – expõem, paradoxalmente, permanências, ao invés de mudanças. (...) as mulheres parecem permanecer como um grupo desviante entre os saberes históricos escolares, ao passo que os homens ainda ocupam a "base da elaboração da regra". A história das mulheres e, mesmo, as formulações sobre as diferenças e desigualdades de gênero, são, ainda, adendos da história geral, muitas vezes incorporadas e abrigadas sob o guarda-chuva das minorias étnicas, nacionais, religiosas ou sexuais (2007, p. 228).

Esta incorporação de aspectos da história das mulheres, de forma isolada e complementar, parece simplesmente ter a função de cumprir com as demandas dos movimentos feministas expressas nas políticas educacionais traçadas nos PCNs, no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Deste modo, tal inclusão parece se tratar de "histórias para as mulheres" e não de "histórias na perspectiva das mulheres". Como bem ressaltou Antonia Fernández Valencia (2004) em suas análises dos livros didáticos de história utilizados nas escolas da Espanha, essa inclusão do protagonismo feminino, de forma isolada, pode continuar perpetuando a discriminação das mulheres, se fica apenas como complemento, como um apêndice de uma história geral, de uma "história importante" que se desenvolve habitualmente ao longo do livro, onde a rara consideração coletiva e individual das mulheres não lhes reconhece uma posição significativa na história. Nesta perspectiva, as mulheres parecem afastadas da sociedade, vistas de forma anedótica, como se tudo ao redor, o que acontece na sociedade, fosse incapaz de intervir na vida delas (BLANCH; OBIOLS, 2012, p. 106).

Boa parte das pesquisas sobre os livros didáticos tem revelado ainda a presença de uma perspectiva de gênero binária e androcêntrica, na forma de inclusão das mulheres na história, ao tratar das contribuições das mulheres em um "mundo de homens", ou quando tratam da vida das mulheres "enquanto os homens governam", em temas ligados à família, à sexualidade e à vida cotidiana. Nesta perspectiva, os homens ainda aparecem como sujeitos dominantes, decididos, racionais e fortes, ligados às guerras, batalhas vitoriosas, condutas heroicas e de honra; enquanto as mulheres são vistas fisicamente como mais frágeis,

emotivas, maternais, associadas apenas ao espaço doméstico da casa e da família, na função de mãe. O trabalho doméstico aparece como função natural das mulheres, além das profissões consideradas tipicamente femininas: empregada doméstica, enfermeira, costureira, cozinheira, babá, professora, bordadeira, bibliotecária (MARQUES, 2006). Entendo que tais representações reforçam ainda a desigualdade de gênero na orientação profissional. As mulheres são assim orientadas para as carreiras profissionais ligadas ao mundo doméstico, ao cuidado do “outro”, às artes e ciências humanas, enquanto os homens são orientados para as carreiras nas áreas políticas, intelectuais, tecnológicas e de ciências exatas.

Os debates e pesquisas sobre as identidades e diferenças no ensino de história têm avançado e demonstrado que é preciso ir além da simples inclusão de novos sujeitos (como mulheres, negros, indígenas, homossexuais etc.) nas narrativas históricas escolares onde as próprias noções de identidade e diferença surgem como cristalizadas e naturalizadas. Mudanças nos currículos, para contemplar as experiências históricas das mulheres e descontruir estereótipos e hierarquias de gênero, esbarram também em mudanças na identidade consolidada no ensino de História, que por tradição esteve associada ao sujeito masculino, branco, civilizado, europeu, heterossexual e cristão.

A noção de sexo essencializado e de masculinidade ou feminilidade “verdadeiras” ou “naturais” são constituídas e mantidas, também, através de suas constantes reiterações nos livros didáticos de história que circulam com valor de verdade. Nesta perspectiva, a história, “a ser ensinada” por meio dos livros didáticos, se revela também como uma disciplina “performativa” (BUTLER, 2001, p. 158), na medida em que tem o poder de reiterar as normas regulatórias que materializam as diferenças sexuais, contribuindo para a persistência das hierarquias e desigualdades de gênero. Como bem disse Butler, “a citação da lei é precisamente o mecanismo de sua produção e articulação” (2001, p. 169). Assim, a “história escolar” se apresenta como prática discursiva capaz de efetuar ou produzir aquilo que ela nomeia (traduz), as leis regulatórias do sexo/gênero.

Os saberes históricos divulgam representações do passado. Denise Jodelet explicita que as representações constituem “sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros”, e que “orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais” (2001, p. 22). Como formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas, as representações criam também verdades, imagens, comportamentos, papéis sociais, hierarquias e normas que podem interferir no mundo, na constituição das identidades e nas relações sociais. Com base nessa concepção, ressaltamos a importância do conhecimento

histórico na vida social, pois enquanto veículo de representações é capaz de ensinar a ser homem e mulher, de produzir e instaurar diferenças e desigualdades sexuais, étnico-raciais, geracionais, de classe, dentre outras. A história, em diferentes tempos e espaços, sofre usos e abusos sendo muitas vezes evocada para exaltar ou depreciar determinados grupos sociais, além de justificar e legitimar práticas políticas de dominação, exclusão e marginalização sociais.

Considerando o caráter educativo e as relações de poder que perpassam as representações do passado, partimos aqui do pressuposto de que o conhecimento histórico não apenas informa sobre as experiências e identidades das mulheres no passado, mas também participa da construção das subjetividades e relações de gênero no presente. De acordo com Joan Scott (1994), o conhecimento histórico não é um simples registro das mudanças nas organizações sociais ao longo tempo, mas também, um instrumento que participa da produção do saber destas organizações. Neste entendimento, a história pode re-produzir preconceitos, discriminações e exclusões sociais por meio de suas representações, na medida em que tem o poder de reiterar as normas regulatórias que objetivam a perpetuação das diferenças e desigualdades de gênero, constituindo, deste modo, obstáculos à construção da cidadania no presente. Por outro lado, a história pode ser instrumento importante de compreensão dos processos de produção das identidades e relações de gênero, ao identificá-las como construções, como saberes social e historicamente produzidos.

Não por acaso, a promoção do ensino de história das mulheres e a construção de Diretrizes Nacionais para Educação nas Relações de Gênero[3] ainda estão na pauta dos movimentos feministas e de mulheres que dialogam com o governo. No entanto, as reivindicações desses movimentos ainda encontram sérios entraves políticos, reflexos de disputas em torno dos valores, saberes, normas e “regimes de verdade” que devem ser ensinados nas escolas brasileiras. Como exemplo, em abril de 2014 a votação do texto final do PNE revelou fortemente essas disputas. Este projeto trazia propostas referentes a vários âmbitos da educação. Dentre seus artigos, um deles, que tratava das questões de gênero e orientações sexual, gerou divergências sobre o combate ao preconceito contra mulheres e homossexuais na escola. A primeira versão do Plano dizia que deveriam “ser superadas as desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”. Já a versão devolvida pelo Senado Federal substituía esse texto e

[3] Disponível em: <http://www.spm.gov.br/pensando_genero_e_ciencias>. Acesso em: 25 abr. 2014.

propunha "ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de preconceito". Esse novo texto não agradou a todos e gerou discussões, lotando o plenário de manifestantes de movimentos LGBTs, feministas e religiosos cristãos. No entanto, o placar de 15 votos a 11 deu vitória à proposta do Senado Federal e dos conservadores cristãos.

Segundo o deputado Pastor Eurico (PSB-PE), em seu discurso durante a votação, não haveria por que de um movimento querer introduzir no PNE ideologia de gênero. "O texto do Senado contempla a todos", argumentou. Ressaltou ainda que, apesar de o país ser laico, a maioria da população é cristã. Em contrapartida, a deputada Fátima Bezerra (PTRN) defendeu a versão de autoria do deputado Angelo Vanhoni. Ela afirmou que a escola não pode se omitir ou reproduzir estereótipos preconceituosos existentes na sociedade e deveria ser um espaço para combater esse tipo de prática. "Amor não combina com preconceito ou violência, sim com solidariedade e respeito. A escola não pode fomentar ou se omitir diante dessa situação", argumentou[4].

Os movimentos conservadores insistem assim em afirmar que as teorias de gênero são ideológicas e não científicas, a fim de desqualificá-las em meio aos debates políticos e mantê-las distante dos saberes e práticas escolares. Afinal, trata-se de uma disputa política pelo agenciamento/educação das identidades e relações entre os sexos. Estes movimentos ainda exercem um poder na perpetuação de práticas e concepções que educam para as desigualdades, violências e exclusões experimentadas pelas mulheres e homossexuais, impondo obstáculos à conquista da igualdade e cidadania plena para estes grupos. Estas concepções se refletem na *história ensinada* nos diversos espaços educativos (escolas, igrejas, partidos políticos, mídia, imprensa, televisão etc.), constituindo pedagogias de gênero que marcam a superioridade "natural" do masculino e a heterossexualidade como a norma.

A partir das novas exigências curriculares de formação para cidadania e democracia, impõe-se cada vez mais a necessidade de articular as discussões feministas, sobre as identidades e relações de gênero, com o saber histórico *a ser ensinado*, no caminho da promoção de uma educação escolar transformadora, que eduque para o respeito e a igualdade entre homens e mulheres. Para discutir as possibilidades e potencialidade de inclusão da história das mulheres no ensino de história, é necessário reconhecer as especificidades que envolvem a constituição dos saberes históricos escolares. A categoria "saber escolar", segundo Monteiro,

[4] Cf. material publicado no jornal *Campus* (2014, n. 411, ano 44), páginas 12 e 13, de autoria de Spindola e Resende. Disponível em: <http://issuu.com/campusunb/docs/campus-2014-2>. Acesso em: 118 abr. 2014.

> (...) designa um conhecimento com configurações cognitiva própria, relacionado mas diferente do saber científico de referência, e que é criado a partir das necessidades e injunções do processo educativo, envolvendo questões relativas à transposição didática e às mediações entre conhecimento científico e conhecimento cotidiano, bem como as dimensões históricas e sociocultural numa perspectiva pluralista (2007, p. 14).

Assim, não se trata de pensar a simples *transposição didática* da historiografia das mulheres para os livros didáticos ou conteúdos das aulas de história. É preciso pensar essa inclusão a partir do reconhecimento de diversos aspectos e processos que incidem na produção/difusão do saber histórico escolar. Enquanto saberes *a serem ensinados*, os livros didáticos passam por um processo de didatização, "inscrevendo-se em um ambiente pedagógico específico e em um ambiente regulador" (CHOPPIN, 2004, p. 554). Isso explica o descompasso observado entre as abordagens presentes na historiografia feminista e de gênero e o que se apresenta nos livros didáticos de história.

Ao pensar em "outras formas" de inclusão da história das mulheres, nos conteúdos e temas comumente abordados nas aulas de história, é necessário ir além da simples proposta de complementar os saberes históricos escolares, ou seja, de apenas incluir "textos complementares" ou fatos históricos que documentem a existência das mulheres no passado. Como bem assinalou Joan Scott,

> novos fatos podem documentar a existência das mulheres no passado, mas não necessariamente modificam a importância (ou falta dela) atribuída às atividades femininas. De fato, o tratamento em separado das mulheres podia servir para confirmar a sua relação marginal e particularizada em relação temas (masculinos) já estabelecidos como dominantes e universais (1994, p. 15).

Os estudos feministas e de gênero introduziram na historiografia não só novos temas, mas também uma série de questionamentos, com vistas à transformação dos paradigmas dominantes no seio da disciplina, impondo uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. Neste sentido, as historiadoras feministas observaram que a inclusão das mulheres na história implicava também em uma necessária "redefinição e alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante" (SCOTT, 1995, p. 3-4). Além disso, tal inclusão dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise.

A inclusão das mulheres no saber histórico escolar envolve também um questionamento da epistemologia do conhecimento histórico escolar, dos métodos de ensino, das linguagens, das representações, das relações de poder constitutivas da disciplina, dos conceitos (especialmente de gênero, história, fatos e sujeitos históricos) e dos papéis

assumidos por professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem. Estes questionamentos são necessários para que o ensino de história das mulheres faça alguma diferença, no sentido de apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres no presente, de contribuir na formação para cidadania e no reconhecimento e respeito à diversidade cultural.

Além disso, a inclusão da história das mulheres no ensino de história passa também pela inclusão do “gênero” enquanto categoria de análise na história escolar. O gênero não diz respeito apenas a temas como mulheres, crianças, famílias, sexualidade e vida cotidiana. A noção de gênero, como “maneira primeira de significar relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 21), permite também a compreensão e desenvolvimento de reflexões críticas sobre os mais variados temas históricos abordados nas aulas. As guerras, a diplomacia, o colonialismo, o imperialismo, a economia, a política e o poder, também se relacionam com as questões de gênero. Isso implica na elaboração de propostas de ensino que considerem o gênero também como uma das “referências recorrentes pelas quais o poder político é concebido, legitimado e criticado” (SCOTT, 1995, p. 27). Esta inclusão permite a compreensão do modo como as relações de poder e de gênero são constituídas e mantidas. Segundo Joan Scott, a categoria *gênero* pode viabilizar uma visão mais profícua da história, uma vez que

> (...) gênero é, de fato, um aspecto geral da organização social. E pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de luta de poder. O saber social e cultural a respeito da diferença sexual é, portanto, produzido no decorrer da maior parte dos eventos e processos estudados como história (1994, p. 20).

A inclusão da categoria de gênero na história escolar permite ainda o questionamento do determinismo biológico que fixa identidades assimétricas e lugares sociais baseados na diferença sexual e étnico-racial. Estes questionamentos, com o reconhecimento do caráter histórico e cultural das concepções de gênero, ou seja, com o reconhecimento do caráter de construção de tais concepções, permitem a percepção de que não há verdade absoluta sobre as identidades e relações de gênero na história, pois a verdade é uma convenção social sempre específica e construída a partir de normas, valores, interesses, vontade de poder e finalidades tidas como relevantes para determinados grupos sociais.

O entendimento de que o pensamento e o conhecimento sobre as identidades e relações de gênero são fenômenos intrinsecamente históricos possibilita superar algumas premissas que impedem a construção de relações sociais mais igualitárias e de respeito entre homens e mulheres. Além disso, possibilita a emergência de uma perspectiva mais aberta e

plural acerca das relações humanas e do protagonismo histórico das mulheres, ao romper com o essencialismo, que impõe uma determinação biológica aos comportamentos femininos e masculinos, e com o universalismo, que supõe a existência da repetição e do mesmo em todos os seres humanos (OLIVEIRA, 2012b, p. 54).

Neste sentido, a proposta de incluir gênero e história das mulheres nas aulas de história não é um simples apelo para integrar a história das mulheres à "história predominante", o que poderia resultar apenas no acréscimo de textos didáticos sobre mulheres e gênero com sérios problemas e implicações. Trata-se sim de um apelo para incluir uma "história na perspectiva das mulheres", que vincule seus problemas àqueles das outras histórias, que historicize e questione os mais diversos mecanismos de dominação e exclusão social e que revele a pluralidade das identidades e experiências vividas pelas mulheres em diferentes tempos e espaços. É através desta inclusão que a história das mulheres terá possibilidade de exercer o seu potencial pedagógico de transformação das relações humanas.

Cada vez mais as historiadoras feministas têm reivindicado para a história um papel desestabilizador de concepções e relações de gênero tidas como naturais, biológicas e universais; advogam para a história a ideia de transformação e de agência humana (GALDEMAN, 2003, p. 209), e argumentam, nas palavras de Tania Navarro-Swain (2006), em favor de uma "história do possível", da diversidade, de um humano que não se conjuga apenas em sexo, sexualidade, dominação, posse, polarização".

O ensino de história também necessita promover uma crítica às relações e representações de gênero difundidas nos livros didáticos. Queimar ou destruir os livros didáticos de história – que perpetuam imagens de gênero estereotipadas, racistas e sexistas – não vai resolver os problemas enraizados em nossa cultura. Pelo contrário, só vai continuar "escondendo", colocando à margem do debate dentro de sala de aula, questões relacionadas à igualdade de gênero e ao reconhecimento dos direitos das mulheres. Assim, o tratamento do livro didático, como objeto de crítica e pesquisa escolar, esbarra na concepção tradicional do conhecimento histórico escolar como verdade inquestionável que deve simplesmente ser reproduzida pelos professores em sala de aula. Nessa concepção, as/os estudantes atuam como sujeitos passivos diante do conhecimento, o que inviabiliza a sua formação para a cidadania crítica.

A relação que se estabelece com o conhecimento histórico em sala de aula também é fundamental no processo de educação para a igualdade e cidadania. Nesse sentido, uma educação transformadora deve promover a compreensão de que o conhecimento histórico é

plural, que possui historicidade e que deve ser entendido no contexto de sua produção, para que possamos romper com o caráter sagrado e inquestionável de concepções históricas que perpetuam as desigualdades sociais.

Sabemos que os livros didáticos não são os únicos culpados pela veiculação de concepções de gênero sexistas e machistas. Neste sentido, questioná-los em sala de aula ajuda a promover uma atitude de questionamento e crítica diante da multiplicidade de saberes históricos que circulam no cotidiano das/os estudantes. Assim, serão capazes de “ler o mundo” à sua volta, de interpretar a sociedade, para que saibam se posicionar de forma consciente diante da multiplicidade de informações que confrontam todos os dias.

Enfim, além do tratamento adequado ao livro didático, na incorporação da história das mulheres e das questões de gênero no ensino de história, é necessário também atentar para a formação inicial dos professores[5]. Caberia perguntar: como estes profissionais aceitam e enfrentam as críticas aos livros didáticos? Que concepções de gênero, educação, sociedade e história norteiam a formação destes professores? Em boa parte dos cursos de licenciatura em História, as questões de gênero ainda são silenciadas nos grandes debates e ganham pouco espaço nos conteúdos curriculares. Gênero e história das mulheres aparecem em alguns dos currículos de graduação em História como disciplinas optativas, o que revela seu lugar marginal frente a outras questões da história. Assim, a falta de preparo dos professores também impõe seus problemas na abordagem das relações e representações de gênero que circulam nos livros didáticos de história. Para que a incorporação da história das mulheres nos currículos escolares faça a diferença, no sentido de contribuir na promoção da igualdade de gênero, é necessário também ampliar os investimentos na formação inicial e continuada de professores.

Referências bibliográficas

BLANCH, Joan Pagès; OBIOLS, Edda Santi. “Las mujeres en la enseñanza de la Historia: ¿hasta cuándo serán invisibles?”. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. Universidade Federal de Uberlândia, v. 25, n. 1, jan.-jun. 2012.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.* Brasília: SPM, 2004.

[5] Neste sentido, alguns passos já estão sendo dados, especialmente, com o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) que busca oferecer uma formação continuada para professores, de várias regiões do Brasil desde 2006, para o tratamento das questões de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual na escola (OLIVEIRA, 2012a).

______. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Terceiro e Quarto ciclos do ensino fundamental. História. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHOPPIN, A. “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado-da-arte”. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 3, set.-dez., 2004.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM). *3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*, 12-15 dez. 2011. Resoluções aprovadas. Brasil, 2 fev. 2012.

GANDELMAN, Luciana M. “Gênero e ensino: parâmetros curriculares, funcionalismo biológico e teorias feministas”. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de história*: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. “Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas”. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2, ago. 2008.

MARQUES, Mara Rúbia A. “Imagens femininas e masculinas no livro didático: subsídios para um debate teórico-metodológico”. *In*: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lúcia (Orgs.). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. *Professores de História:* entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

MUNIZ, Diva do C. Gontijo. “Mulheres na historiografia brasileira: práticas de silêncio e de inclusão diferenciada”. *In*: STEVENS, Cristina *et al*. (Orgs.). *Gênero e feminismos*: convergências (in)disciplinares. Brasília: Ex Libris, 2010.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. “Os limites discursivos da história: imposição de sentidos”. *Labrys*: Revista de Estudos Feministas, n. 9, 2006. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys9/libre/anahita.htm>. Acesso em: 2 jun. 2006.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 1999.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. “Educação inclusiva e não sexista: as políticas educacionais para a equidade de gênero no Brasil”. *In*: ROSA, Renata de Melo; AVILA, Carlos F. Domínguez (Orgs.). *Democracia, desenvolvimento e cidadania no Brasil*: a construção de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. Curitiba: CRV, 2012a.

______. *Por uma história do possível*: representações das mulheres Incas nas crônicas e na historiografia. Jundiaí: Paco Editorial, 2012b.

ROSEMBERG, Fúlvia. “Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990”. *Cadernos Pagu*. Campinas, Unicamp, n. 16, 2001.

SCOTT, Joan W. “Prefácio a *Gender and politics of History*”. *Cadernos Pagu*, n. 3, Campinas, 1994.

______. *Gênero*: uma categoria útil para a análise histórica. Trad. de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 2. ed. Recife: SOS Corpo, 1995.

SILVA, Cristiani Bereta da. “O saber histórico escolar sobre as mulheres e as relações de gênero nos livros didáticos de História”. *Caderno Espaço Feminino* (UFU), v. 17, p. 219-246, 2007.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”. *Revista Brasileira de História* [online], v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

VALENCIA, Antonia Fernández. “Las mujeres como sujeto histórico: género y enseñanza de la historia”. *Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*. España, Valencia, n. 18, p. 5-24, 2005.

Maria Lacerda de Moura: uma educadora pela libertação das mulheres e animais não humanos

Patrícia Lessa[1]

Introdução

Inicio minha fala dizendo da urgência em recuperarmos os escritos de nossas feministas pioneiras. O esforço conjunto de coletivos feministas e de grupos de estudos acadêmicos somado ao crescente uso de bancos de dados eletrônicos pode ser uma ferramenta útil na divulgação dos escritos de Maria Lacerda de Moura, cujas ideias sobre a libertação das mulheres e dos animais não humanos[2] é bastante atual.

Meu lugar de fala é em um mesmo movimento acadêmico e ativista. Faço parte do Coletivo Maria Lacerda de Moura criado em Maringá em 2012, inicialmente denominado Coletivo Feminista de Maringá para logo no mesmo ano homenagear uma feminista brasileira que escreveu e lutou em várias frentes: contra a exploração das mulheres, contra o racismo, contra o casamento e a maternidade obrigatórixs[3], pela emancipação intelectual das mulheres, pela não exploração da classe trabalhadora, pelos direitos animais, contra o fascismo e todas as formas de autoritarismo do Estado, pelo amor livre, dentre tantas outras frentes de luta.

Maria Lacerda de Moura nasceu em 16 de maio de 1887 em Manhuaçu (MG) e cursou a Escola Normal. Na sua autobiografia publicada no jornal *O Combate*, no dia 3 de agosto de 1929, ela escreveu: "casei-me por amor aos 17 anos de idade" (MOURA, 1929, *apud* LEITE, 2005, p. 38). Enfrentando todas as convenções da época, ela se divorciou e não teve filhos naturais, mas adotou dois: o Jair, um sobrinho, em 1912 e Carminda, uma órfã. Na mesma

---

[1] Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

[2] Os estudos sobre a relação entre humanos e animais não é recente. Nise da Silveira via na relação com os gatos uma possibilidade de dialogo com o inconsciente. Suas lutas não param por aí. Ela jamais aceitou como verdade as teorias dominantes. E ainda em 1936 foi presa após ser denunciada pela leitura de textos marxistas. É uma das personagens de *Memórias do cárcere,* de Graciliano Ramos. Ela foi aluna de Carl Jung, nascida em 1905, foi uma das pioneiras na discussão da antipsiquiatria e no debate sobre os laços afetivos entre pessoas e animais, por ela nomeados animais não humanos. Coetzee (2002) nomeia os animais como pessoas não humanas em sua obra *A vida dos animais*.

[3] De acordo com a gramática, quando existe pelo menos um elemento masculino o gênero predominante é o masculino. Hoje esta regra é questionada e vista como linguagem sexista. Teóricas/os feministas e *queer* resolvem este impasse utilizando-se de recursos como os símbolos: x, @, *, ou mesmo, o/a.

época iniciou sua carreira de professora, trabalhou para a construção de um lactário e para a criação da Liga contra o Analfabetismo em Barbacena. Durante esse período, ela relata, em sua autobiografia, que enfrentou problemas, inclusive na sua família. Em Barbacena, típica cidade do interior mineiro, começou a perceber variadas formas de opressão e preconceitos e se rebelar contra elas.

Ainda em Barbacena, participou ativamente da Campanha Barbacenense de Alfabetização, de obras de benemerência da cidade e começou a publicou seus escritos e realizar as primeiras conferências sobre educação e a condição das mulheres. Após a publicação do seu primeiro livro, *Em torno da Educação* (1918), ela foi convidada a realizar conferências em Juiz de Fora, Santos e São Paulo. Em 1921, aos 34 anos, muda-se para São Paulo, onde aderiu aos movimentos associativos feministas, colaborando na criação da *Federação Internacional Feminina*.



Imagem: Logo do Coletivo Maria Lacerda de Moura
Arte: Elisa Riemer (Maringá, 2012)

Na mesma época, em 1919, Bertha Lutz (1894-1976), chega a São Paulo, recém-vinda de Paris, onde se formou em Biologia, na Universidade de Sorbonne. Na França, percebera a necessidade da luta sufragista que deveria ser travada no Brasil. A chegada de Maria Lacerda em São Paulo na década da aceleração industrial confrontou-a com as difíceis condições de vida das mulheres trabalhadoras, fazendo-a perceber a que feminismo deveria engajar sua paixão militante. Do encontro dessas duas feministas, em 1921, ocorre à fundação da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher (Leim), um grupo de estudos que buscava a emancipação intelectual das mulheres e que assumiu a luta pelo sufrágio universal. A atuação das ativistas da Liga consistia em coordenar grupos de estudos, encontros com outras mulheres engajadas na discussão do voto feminino, em fornecer entrevistas, escrever para jornais, assim como dar subsídios sobre esta questão para parlamentares (RAGO, 2007b, p.

39-40; RAGO, 2007a, p. 263-264). Maria Lacerda de Moura, porém, logo deixou o grupo alegando que a luta da Liga iria beneficiar algumas poucas mulheres, as mulheres burguesas, que segundo ela não confrontavam o poder patriarcal instituído. Ela identificava o homem como opressor na figura do capitalista que explorava o trabalho das mulheres. Pensava o feminismo no contexto das lutas de classe, diferente das sufragistas, pois "o feminismo liberal, ao reivindicar principalmente o direito ao voto e à instrução, era muito conservador, pois não questionava as estruturas profundas da sociedade burguesa nem enfrentava a questão da moral sexual imposta e as violências das relações de gênero" (RAGO, 2012, p. 65). Essa diferença tem a ver com as relações de gênero e classes, diferença que foi ressaltada no trabalho de Margareth Rago como um marco divisor de águas entre as pioneiras feministas brasileiras. Nunca houve um só feminismo, desde suas primeiras manifestações houve diferentes perspectivas e lutas. As liberais estavam mais voltadas para os anseios das mulheres burguesas e para o discurso reformista. As libertárias achavam-se preocupadas com os direitos das trabalhadoras que cumpriam extensos horários de trabalho e sofriam assédio dos seus chefes ou patrões e, ainda, eram oprimidas em seus lares.

Entre 1928 e 1937, Maria Lacerda afastou-se do barulho da cidade e da agitação da vida urbana passando a viver em uma comunidade agrícola em Guararema, interior de São Paulo. Vivendo na comunidade libertária, já divorciada e sem filhos, ela inicia uma nova fase em sua vida, marcada por encontros com outras pessoas que compartilhavam os ideais anarquistas ou revolucionários, como Luís Carlos Prestes, em 1929, e o encontro com a argentina Concepción Fernandez. Concepción a visitou em Guararema e levou um presente de Maria Lacerda para sua amiga ítalo-uruguaia Luce Fabbri, o livro *Clero e fascismo*: horda de embrutecedores (1934). Segundo Margareth Rago (2012, p. 56): "a dedicatória, delicada e afetiva diz: 'Para a querida e grande Luce Fabbri – o coração de Maria Lacerda, 12-1934'. [...] sem dúvida, a escolha não foi gratuita: a aliança na frente de batalha estava solidamente consolidada".

Foi uma época de grande produção intelectual. Foi durante esse tempo que ela escreveu: *Civilização*: tronco de escravos (1931), *Amai e... não vos multipliqueis* (1932), *Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-me! Denuncio!* (1933), *Clero e fascismo*: horda de embrutecedores (1934) e *Fascismo – filho dileto da Igreja e do capital* (1934), dentre outras produções como conferências e textos jornalísticos. O período corresponde ao momento em que o fascismo se impunha na Itália e influenciava o Brasil com projetos patrióticos e com as imposições do Estado autoritário. Com Getúlio no poder, sua produção é

marcada pela crítica ao autoritarismo, ao Estado e aos mecanismos de poder de uma conjuntura de militarização financiada pelo fascismo italiano, que também incitava a adoção de uma educação religiosa e altamente doutrinária e domesticadora. O nacionalismo e o patriotismo tornam-se pedras basilares do Estado brasileiro e são os alvos da crítica lacerdiana nessa época.

Com o avanço da repressão promovida pelo Estado Novo, a comunidade de Guararema foi atacada e militantes tiveram que fugir. Foi assim que, em 1937, Maria Lacerda retornou a Barbacena, a fim de recomeçar sua vida de professora primária (LEITE, 1984, p. xi). Maria Lacerda deixou uma extensa bibliografia, entre livros, textos jornalísticos e conferências. Apesar da timidez declarada, foi uma grande conferencista, sendo convidada a falar em diversas cidades brasileiras, no Uruguai e na Argentina. Seus escritos, à época, também circularam no país e no exterior. Foi citada pelas *Mujeres Libres*[4] na revista que levava o nome do grupo, na edição de maio de 1938, em solidariedade à anarka-feminista[5] mineira que havia sido presa pelas forças reacionárias do Estado Novo (RAGO, 2007c, p. 113-114).

A professora, intelectual, feminista e libertária Maria Lacerda de Moura foi uma das vozes mais críticas ao modelo de subordinação feminina. Ela denunciava, desde os anos de 1920, a escravidão feminina no contexto doméstico e público. Para essa professora mineira, a família consistia em um dos dispositivos de opressão das mulheres. Ao redor deste eixo, ela observou três formas de exploração feminina: como esposa, como prostituta e como solteirona. Ao ler as obras da educadora, ressalto o objetivo de relacionar sua análise acerca da exploração das mulheres e dos animais não humanos. Ela era uma vegetariana que atuou pelo fim da exploração dos animais massacrados pela ciência. A atualidade da proposta é hoje pensada na relação de explorações nomeadas: sexismo e especismo[6]. Sendo assim, apresento

---

[4] Para conhecer, indicamos: RAGO, Margareth; BIAJOLI, Maria Clara. *Mujeres Libres da Espanha*: Documentos da Revolução Espanhola, Achiamé, 2008. E também indicamos o documentário *Indomables, una historia de mujeres libres/Indomáveis, uma história de mulheres livres*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xvOz-VfEwgk>; e o filme espanhol *Libertárias*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1NLfEnfKBmw>.

[5] Marian Pessah utiliza “anarka”, no feminino, como forma de uso de uma linguagem inclusiva, sobre a autora. Ver em: <http://radicaldesdelaraiz.blogspot.com.br/>.

[6] Por especismo, entende-se a ideia de promover a espécie humana como superior a todas as outras e, além disso, capaz de deliberar sobre todas as outras. Incluindo o direito sobre a vida e a liberdade. É a ideologia que justifica a exploração de uma espécie sobre as demais. Essa terminologia é assim expressa nos *Cadernos Antiespecismo* (*Les cahiers antispécistes: rèflexion et action pour l´égalité animale*), criados na década de 1990 na França: “O especismo é para a espécie o que o racismo e o sexismo são respectivamente para a raça e para o sexo: a vontade

algumas proposições formuladas pela autora, no contexto das discussões feministas libertárias, com destaque para as análises de Miriam Moreira Leite e Margareth Rago.

Uma educadora pela libertação das mulheres

Em 1921, Maria Lacerda de Moura escreve "Lições de Pedagogia" e "A Mulher é uma degenerada?", quando já estava em São Paulo. Nessa época, ela entrou em contato com os ideais sufragistas. Estas obras apresentam a condição de servidão das mulheres em uma sociedade de escravos. Maria Lacerda ainda via a educação como uma oportunidade de equalização econômica e social. Com sua mudança para Guararema, ela revisa algumas de suas ideias, e o contato com outrxs anarquistas fez com que a intelectual se transformasse em uma das mais radicais opositoras do ideal humanitário e do ideal nacionalista. Em sua autobiografia, ela disse: "Já havia publicado 'Em torno da educação' (sic) que horror! Livro patriótico, exaltado, burguesíssimo, cheio de preconceitos e dogmatismos. Não o reconheço mais" (MOURA, 1929, p. 3).

Conforme sua biógrafa, Miriam Moreira Leite, Maria Lacerda "dedicava-se a examinar as formas de vida a que a sociedade sujeita a mulher, aquelas a que ela se apega, e os meios de emancipá-la do medo, da resignação passiva e da subserviência, pela conscientização de sua participação social" (LEITE, 1984, p. xvi). Assim, ela assumiu posições revolucionárias e principalmente foi antecipadora de muitos temas do feminismo sustentados e desenvolvidos posteriormente, como, por exemplo, a questão da exploração dos animais não humanos pela ciência. Em 1922, foi pioneira ao sugerir a criação "de uma cadeira de história da mulher" em escolas femininas (LEITE, 1984, p. x), conquista alcançada pelos feminismos nos anos de 1970.

Não obstante seu legado intelectual e suas contribuições à luta política das mulheres, a intelectual mineira permaneceu, por muito tempo, silenciada. Segundo sua biógrafa, "durante 50 anos, Maria Lacerda fora mantida fora do circuito público de notícias e as lembranças de muitos dos que a tinham conhecido fora deformada pelo tempo, pela idealização ou pelas discriminações correntes" (LEITE, 1996, p. 71). Isso se deve, em grande medida, ao seu pensamento libertário, rebelde e avançado para sua época, e à "desmistificação que procurou fazer do amor, do casamento e do progresso industrial, expondo os segredos da vida privada"

---

de não levar em conta (ou de levar menos em conta) os interesses de alguns para o benefício de outros, alegando diferenças reais ou imaginárias, mas sempre desprovidas de conexão lógica".

(LEITE, 2002, p. 65). O esquecimento em que caíram seus escritos, explica Miriam Leite, "talvez se ligue ao espaço que tentou abrir prematuramente para um saber visto com desconfiança e soterrado por todas as formas de repressão: da ridicularização à repressão médica ou policial" (LEITE, 1984, p. 23).

Devemos, sem dúvida, em primeira mão, à professora e pesquisadora Miriam Lifchitz Moreira Leite, o desvelamento da vida e da obra de Maria Lacerda. Após uma extensa pesquisa biográfica, percorrendo os lugares por onde viveu a professora mineira, e de recuperação da sua documentação, escritos e memórias, a pesquisadora publicou em 1984 o livro *Outra face do feminismo*: Maria Lacerda de Moura, seguido de vários outros artigos. Em 2003 produziu o vídeo *Maria Lacerda de Moura*: trajetória de uma rebelde, em parceria com a USP[7]; e, em 2005, organizou, para a série *Feministas*, da Editora Mulheres, o livro *Maria Lacerda de Moura*: uma feminista utópica. Esse livro consiste em uma coletânea com excertos de vários textos da escritora, procurando recobrir seu vasto pensamento.

Outra importante pesquisadora das memórias das feministas libertárias foi a autora já citada Margareth Rago, que colaborou fortemente na elucidação de questões sobre o pensamento libertário, o amor livre e a prostituição. Margareth é uma escritora feminista e libertária que inspira estudantes de diferentes territórios e saberes. Na cartografia de suas narrativas, as memórias de mulheres apagadas da história dos "vencedores" figuram entre poéticas e políticas de resistência. Autora de diversos artigos, publicou livros que narram histórias, que rompem tradições e que alinhavam memórias. Entre as obras de destaque da autora, podemos citar *Entre a História e a liberdade*: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo (UNESP, 2002), traduzido para o espanhol e para o italiano; *Feminismo e Anarquismo no Brasil*: Audácia de Sonhar (Achiamé, 2007); e, *Mujeres libres da Espanha*: Documentos da Revolução Espanhola, com Maria Clara Biajoli (Achiamé, 2008), dentre outros tantos livros, capítulos de livros, palestras e artigos sobre o tema. Ambas serão minhas parceiras intelectuais no desvendamento da obra lacerdiana.

Em 1935, Maria Lacerda escreve uma carta às mães brasileiras e às mulheres do Brasil pedindo solidariedade e clamando pela libertação de Geny Gleiser, uma jovem operária de 17 anos, cuja mãe suicidou quando ela era ainda uma criança. Sua carta é um corajoso convite para que as mães saiam do confortável lugar de mulheres burguesas e vejam a desgraça e a exploração a que são submetidas as crianças e as meninas pobres. Diz ela: "Cuidado com as

[7] Para conhecer, ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=pom4W-FW4jo>.

vossas filhas! Hoje é Geny Gleiser a encarcerada incomunicável, amanhã será qualquer bonequinha de salão, dessas que fazem a delícia das vossas vidas de mães burguesas, indiferentes às desgraças do mundo inteiro" (MOURA, 1935 *apud* RODRIGUES, 2007, p. 20). Com isso, ela questiona a sensibilidade maternal que é indiferente ao sofrimento de crianças e jovens, explorados e massacrados pela elite dominante.

Enquanto médicos da época pensavam a sexualidade em termos científicos, preservando e acentuando os preconceitos, reforçado a concepção sexual repressiva e doutrinária através da elaboração de conceitos como de "perversão sexual" e "humor uterino", as feministas libertárias defendiam o amor livre e a união baseada no desejo. É assim que algumas questionam a vigilância sobre os corpos das prostitutas e das solteironas, que figuram entre as personagens massacradas para manutenção do capitalismo e da família monogâmica. Maria Lacerda também participou e contribuiu com o debate em torno da questão sexual e do amor livre e conheceu os escritos de Han Ryner. Para ela, a sociedade burguesa mantém uma moral para cada sexo. Aos homens, a liberdade sexual; às mulheres o recato, o pudor, a obrigatoriedade da virgindade – representada pelo hímen intacto – porque essa era a marca da sua virtude e honestidade. Dessa dupla moral sexual resulta a marginalização e a exploração das mulheres como prostitutas e como solteironas. Em *Amais e... não vos multipliqueis*, publicado em 1922, ela assevera que "do hímen nasce a exploração sexual" das mulheres e que é a virgindade, uma coerção abominável aos instintos das mulheres que têm "órgão exigentes como todos os dos outros animais" (*apud* LEITE,2005, p. 220). Rago (2012, p. 60) diz que ela "defendia o 'amor diversão', a 'amizade amorosa' e o 'amor plural', como momentos da educação da mulher e do homem necessários para poderem conquistar a 'possibilidade de amar'".

Maria Lacerda perguntava se as mulheres deveriam ser consideradas degeneradas por reivindicarem prazer. Ela abriu as portas para um repensar das práticas sexuais e das concepções da sexualidade criadas pelo discurso médico e higienista então em voga. Suas discussões sobre casamento monogâmico, sobre o divorcio, a maternidade obrigatória, a prostituição, o direito ao prazer e amor livre a colocaram no centro das questões pensadas por feministas libertárias, como Frederica Montseny e Emma Goldman. Mas, ela ainda vai adiante e pensa, também, nas relações de exploração sofridas pelos animais não humanos dentro dos laboratórios científicos usados a serviço do poder econômico, da indústria bélica e da medicina.

Maria Lacerda e a crítica à ciência: precursora na libertação animalista

Com o seu imenso conhecimento sobre as atividades das mulheres, você não poderia me dar alguma informação sobre Anna Kingsford, que até onde sei foi a primeira vegetariana do mundo? Não consigo encontrar nada sobre ela em lugar nenhum. Agnes Ryan para Alice Park, 1936 (apud ADAMS, 2011, p. 219).



Fonte: google imagens
Imagem Maria Lacerda de Moura (1887-1945)

A relação entre a opressão sexista e especista na literatura feminista e na escrita das mulheres atravessa o tempo e transita por regiões distantes. As abordagens sobre a exploração dos animais tomam variadas formas: crítica à ciência e à vivissecção, crítica à indústria da carne, à instrumentalização dos corpos humanos e não humanos, e a alimentação vegetariana. Carol Adams (2011) diz que as mulheres do século XIX viam no vegetarianismo uma libertação. Diz ela: "as irmãs Grimké, feministas e abolicionistas, estavam convencidas de que a dieta vegetariana de Sylvester Graham, que elas adotaram, [...] libertava as mulheres da labuta da cozinha", e prossegue dizendo que em 1853 "a senhora F. Gale defendeu que as mulheres precisam aprender a se curar, disse ela 'as mulheres são escravas da moda, [...] do apetite, [...] do homem e, em maior medida, escravas dos médicos". A crítica à medicina, especificamente, e à ciência de um modo geral toma corpo nos escritos das mulheres desde as sufragistas. Para a autora, os textos vegetarianos-feministas são o referente ausente[8] da crítica

[8] Em *As políticas sexuais da carne*, ela nomeou este processo conceitual no qual o animal desaparece de estrutura do referencial ausente. Animais em nome e corpo são feitos ausentes como animais para que a carne exista. Se animais estão vivos, eles não podem ser carne. Logo, um cadáver substitui o animal vivo e animais se tornam referenciais ausentes. Os animais são feitos ausentes através da linguagem, que renomeia cadáveres antes

e da história feminista. Ela argumenta a urgência em revisitar os escritos e relacionar os processos de libertação abraçados pelas autoras entre final do século XIX e início do século XX. Diz ainda que é possível encontrar inúmeras mulheres escritoras feministas e abolicionistas que escreveram sobre o tópico: Annie Besant, Clara Barton, Matilda Joslyn Gage, Elizabeth Cady, Lou Andreas-Salomé, Alice Park, Agnes Ryan, dentre outras.

Há ampla evidência de uma ligação clara entre a natureza dos experimentos com animais e da forma de opressão a que as mulheres da era vitoriana foram submetidas. A opressão feminina naquela época incluía as ideias de fragilidade e de propriedade. Os animais e as mulheres eram vistos como propriedade e sem os direitos que derivam de possuir a propriedade. É possível assim fazer comparação entre os dispositivos cirúrgicos utilizados em animais e no tratamento médico das mulheres, incluindo o parto e os costumeiros exames ginecológicos.

É possível analisar a sua visão sobre a ciência e a tecnologia, como descrito na obra *Civilização*: tronco de escravos, de 1931. No capítulo intitulado "A ciência a serviço da degenerescência humana", Maria Lacerda critica o modelo de apropriação do conhecimento científico e tecnológico do capitalismo. Seguindo a tradição anarquista, ela percebe a ciência e a tecnologia como potencialmente emancipadoras. Ela denuncia essa produção de conhecimento como "pervertida e prostituída", já que o capitalismo industrializado assume todo esse esforço científico, mesmo enquanto ainda é um embrião, de tal maneira que a energia humana é canalizada para uma única direção: a luta para a competição, a concorrência econômica, o poder econômico bélico, o nacionalismo e, fruto dos anteriores, a guerra (MOURA, 1931, p. 10).

De acordo com Maria Lacerda de Moura, a ciência adora o "capital e a indústria"; por isso, toda a investigação científica é "monopolizada por interesses industriais e conquistas de guerra". Seu conceito de tecnologia está próximo ao de ciência aplicada, como afirma no seguinte trecho: "A civilização é um Everest de ciência aplicada à indústria" (MOURA, 1931, p. 66).

O processo de resistência a essa estrutura destrutiva foi dificultada, segundo ela, pela passividade dos trabalhadores, disciplinados pelas intenções subjacentes aos meios de comunicação de massa, então recentes: o rádio e o cinema. O cinema, para a autora, cultivava a "imbecilidade, o prejuízo da força bruta, o preconceito patriótico, superstição religiosa, a

que consumidores e consumidoras participem em comê-los. O referencial ausente nos permite esquecer-nos do animal como uma entidade independente.

moral hipócrita da sociedade filisteu" e tinha caído nas "malhas do industrialismo absorvido e colocado à serviço da alienação da classe trabalhadora" (MOURA, 1931, p. 13). Este processo de alienação dos trabalhadores foi reforçado pelo uso do rádio como um "instrumento da polícia e como uma agência de todos os medicamentos que envenenam a humanidade, incluindo a droga literária acadêmica e a droga histórico-patriótica" (MOURA, 1931, p. 14-15).

Maria Lacerda de Moura sugeriu algumas possíveis formas de resistência contra essa situação potencialmente destruidora da humanidade. Ela apelou fortemente, por exemplo, à recusa por parte da classe trabalhadora para servir ao sistema: "seria preferível que o trabalhador se auto-amputar as duas mãos do que optar por trabalhar em arsenais de guerra, hidroaviões e metralhadoras, navios de guerra e torpedos" (MOURA, 1931, p. 16).

Maria Lacerda argumentou que esta ciência submetida a interesses capitalistas: "ocupa em nosso tempo exatamente o mesmo lugar que o sacerdócio havia ocupado há alguns séculos atrás. [...] escondidos nos títulos, as mesmas castas nas ciências, academias, universidades, congressos" (MOURA, 1931, p. 37-38).

Uma das críticas anarquistas à ciência moderna foi à contradição entre a ciência e a vida, contradição escancarada na vivissecção, diz ela: "a ciência do vampirismo humano esgotado por senilidade precoce que suga as glândulas de animais" (MOURA, 1931, p. 46). Quando a ciência moderna sobrevaloriza abstração, tende a afastar-se da pluralidade da vida, e uma de suas principais consequências é a tentativa de "sacerdócio científico" para moldar a realidade de acordo com uma imagem abstrata idealizada. Esta perspectiva de ciência tem a vivissecção como seu principal símbolo, que é, literalmente, o sacrifício da vida para a ciência de outrem.

Por isso, em alguns aspectos, a vivissecção se tornou um símbolo da opressão sobre os mais fracos, da crueldade das forças estabelecidas contra a vida. Maria Lacerda de Moura, anarquista e feminista histórica, incorporou essa tradição antivivisseccionista e declarou:

> Não compreendo a vivissecção a não ser como um delírio de perversidade inominável, nem chego a ver a vantagem da embriaguez científica que põe milhares de cobaias e cães e qualquer espécie de animal à mercê dos cientistas […] vaidosos de fazer sofrer os "mártires da ciência" em nome de um princípio ou de uma descoberta ou de uma pesquisa ou dos problemáticos benefícios daí resultantes para todo o gênero humano […]. O homem continuará a descer sempre, bem para baixo de todos os símios, na sua maldade de criatura civilizada, para estimular todas as virulências, desde as guerras até o prazer satânico de martirizar os animais em nome do humanitarismo cínico. A crueldade nunca poderá ser um caminho para o aperfeiçoamento humano A ciência não se adquire com crueldade. Se a fisiologia não pode se adiantar sem infligir horríveis torturas aos animais indefesos, é melhor

> que a fisiologia fique onde está. A humanidade pode progredir sem a fisiologia, porém, não poderá progredir sem a piedade (MOURA, 1931).

A ciência e a tecnologia deveriam ter utilidade e proporcionar bem-estar social, em uma sociedade utópica onde prevalecessem a propriedade coletiva dos meios de produção e a emancipação feminina. O abandono das cidades, consideradas um *locus* para a aplicação da ciência e da tecnologia, seria seguido por uma integração orgânica com a natureza através do trabalho rural coletivo. Eis a proposta de Maria Lacerda de Moura.

Para não terminar...

Os textos libertários de Maria Lacerda de Moura são narrativas de resistência feminista e libertária, repletos de deslocamentos e ressignificações utópicas escritos em um momento de profunda transformação socioeconômica, e estão em diálogo com um pensamento anarquista internacional que questiona a ideia de progresso prometido no processo de constituição e difusão massificada da ciência e da tecnologia.

Referências bibliográficas

ADAMS, Carol. *The sexual politics of meat*: a feminist-vegetarian critical theory. New York: Continuum, 2011.

HARAWAY, Donna; AZERÊDO, Sandra. “Companhias multiespécies nas naturezaculturas: uma conversa entre Donna Haraway e Sandra Azerêdo”. *In*: MACIEL, Maria Esther (Org.). *Pensar/escrever o animal*: ensaios de zoopoética e biopolítica. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. p. 389-417.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra face do Feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

_____. “Aspectos do segredo: Maria Lacerda de Moura”. *In*: FUKUI, l. (Org.). *Segredos de família*. São Paulo: Annablume, 2002. p. 61-70.

______ (Org.). *Maria Lacerda de Moura*: uma feminista utópica. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

______. *Maria Lacerda de Moura*: trajetória de uma rebelde. Disponível em: <http://vimeo.com/35898796>. Acesso em: 18 set. 2013.

MOURA, M. L. “Liberdade sexual das mulheres”. Prefácio. *In*: LEITE, M. L. M. (Org.). *Maria Lacerda de Moura*: uma feminista utópica. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005a. p. 50-57.

______. “Amai... e não vos multipliqueis” (1922). *In*: LEITE, M. L. M. (Org.). *Maria Lacerda de Moura*: uma feminista utópica. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005b. p. 202-270.

______. “Religião do amor e da beleza” (1926). *In*: LEITE, M. L. M. (Org.). *Maria Lacerda de Moura*: uma feminista utópica. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005c. p. 118-134.

______. “A mulher é uma degenerada” (1932). *In*: LEITE, M. L. M. (Org.). *Maria Lacerda de Moura*: uma feminista utópica. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005d. p. 58-117.

______.”Han Ryner e o amor plural” (1933). *In*: LEITE, M. L. M.(Org.). *Maria Lacerda de Moura*: uma feminista utópica. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005e. p. 135-201.

______. “A emancipação feminina”. *O Combate,* São Paulo, n. 4604, p. 3, 12/01/1928.

______. “Auto-biographia”. *O Combate,* São Paulo, n. 5110, p. 3, 03/08/1929.

______. *Civilização*: tronco de escravos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.

______. *Ferrer, clero romano e a educação laica*. São Paulo: Paulista, 1934.

______. Mães brasileiras, mulheres do Brasil! 19 de setembro de 1935. *In*: RODRIGUES, Edgar. *Mulheres e anarquia.* Rio de Janeiro: Achiamé, 2007. p. 19-23.

______. *Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-me! Denuncio!* São Paulo: A Sementeira, 1933.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.

______. Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura. *In*: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, José (Org.). *As esquerdas no Brasil,* v.1, A formação das tradições, 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. p. 262-293.

______. “Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri”. *Verve Revista do Núcleo de Sociabilidade Libertária Pepgcs.* PUC-SP, v. 21, p. 54-77, São Paulo, 2012.

______. *Anarquismo e feminismo no Brasil/Audácia de sonhar*: memória e subjetividade em Luce Fabbri. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007b.

______. Maria Lacerda de Moura (1887-1945). *Labrys*, estudos feministas. jan.-jul. 2004. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys5/textos/moura.htm>. Acesso em: 22 abr. 2014.

______; BIAJOLI, Maria Clara Pivato. *Mujeres libres da Espanha:* documentos da revolução espanhola. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007c.

Malabarismo com facas: Física e gênero

Vanessa Carvalho de Andrade[1]

Gênero: Masculino X Feminino?

Segundo Judith Butler (2008), gênero se compõe de sexo biológico, identidade social, prática sexual e desejo. Embora "gênero" implique uma série de convenções, socialmente aprendidas, há uma discussão corrente sobre a conexão ou não entre a performance que é personificar qualidades femininas ou masculinas e a materialidade do corpo. Butler atinge um ponto de equilíbrio: gênero é aprendido;entretanto, a partir de uma plataforma biológica que não pode ser ignorada, e plasmado pelo desejo, que tem impacto na prática. Somos masculinos ou femininos de acordo com as informações que recebemos do que devemos ser, mas também de quem desejamos, de com quem mantemos relacionamentos afetivos, de nosso corpo. Mas como aprendemos essa performance?

Tereza de Lauretis (1994) cunhou o termo *tecnologias de gênero*, que, segundo ela, é um conjunto de ideias e de práticas sociais que induzem as pessoas a agirem de certa forma e a evitarem certas ações e comportamentos, centrados na questão do gênero, uma série de interditos e de imposições, que vão de coisas irrelevantes, como vestuário, a coisas muito mais importantes, como cuidado com a prole. O uso da saia para homens, por exemplo, nunca se estabeleceu (por ser intensamente identificada como feminina e, portanto, como desprestigiada. Inversamente, a calça, com todo o seu prestígio, conquistou as mulheres desde o século XIX). Por outro lado, ainda encontramos resquícios da crença de que os homens não têm as habilidades necessárias para cuidar de crianças. É muito raro encontrar um professor homem em uma creche, por exemplo.

Assim, questões de gênero atravessam vários aspectos das vidas de mulheres e homens. Como primeira diferença perceptível, o gênero nos define através do que se espera que sejamos e façamos, e do que nos é interdito. Para Foucault (2001), a sociedade se organiza segundo "dispositivos" (um conjunto de saberes-poderes) cuja função é tornar o corpo dócil e produtivo, o que ele chama de "caber no quadriculado". Para que o corpo seja

---

[1] Doutora em Física pelo Instituto de Fisica Teórica (Unesp). Professora da Universidade de Brasília (UnB).

dócil e produtivo, ele deve se adequar a seu papel de gênero, e isso é reforçado pelo "dispositivo de gênero" – um conjunto de certezas embasadas na ciência e/ou no senso comum, que são investidas de autoridade. Foucault fala da "legibilidade" dos corpos como uma necessidade para que a dominação aconteça, e uma das coisas que são mais prontamente lidas em qualquer pessoa é o seu gênero.

Portanto, não é surpreendente que, quando da entrada das mulheres no mercado de trabalho (tradicionalmente um campo masculino), elas o farão em algumas áreas, e não em outras. Nossa sociedade aloca no feminino as qualidades necessárias para estabelecer relações interpessoais, e prover cuidados a outros. Essas qualidades são intrinsecamente ligadas à maternidade; como o pensamento ocidental confere à natureza um caráter de absoluto, tudo o que é considerado natural é visto não apenas como desejável, mas também como correto e necessário, e tudo que se contrapõe à "verdadeira natureza" é visto como desviante e, portanto, precisa ser corrigido.

Apenas para apontar o caráter arbitrário dessa atribuição de qualidades "naturais" de gênero, vale lembrar que entre o povo Mosuo, sociedade matriarcal chinesa, os homens são considerados aptos para um número reduzido de tarefas: carregar pesos, construir casas, cuidar das crianças e remar, que também pode ser feito pelas mulheres. Por outro lado, durante a Segunda Revolução Industrial, tarefas que exigiam atenção e boa psicomotricidade fina eram confiadas às mulheres (como casear, pregar botões, fazer bainhas). O argumento era de que, como não gastam o cérebro com as funções superiores, as mulheres realizam bem tarefas de precisão. Na verdade, como o pagamento era definido pelo número de peças produzidas, uma tarefa de minúcia, que exige mais tempo, implica uma remuneração menor. Com o advento dos eletroeletrônicos, cuja especificidade exige um trabalhador capaz de atenção continuada e habilidade manual, aliadas a um treinamento específico, o entendimento passou a ser que atenção é uma qualidade masculina e que as mulheres realmente não conseguem manter o foco da atenção por tempo continuado.

Dessa forma, relações de produção estão na raiz do nosso entendimento sobre as diferenças entre os gêneros. Engels (2002) afirma que a passagem do matriarcado para o patriarcado foi "a derrota histórica das mulheres", e as relações de exploração que se estabeleceram entre homens e mulheres serviram de modelo para todas as que se seguiram. O advento do patriarcado possibilitou a concentração de bens, tanto materiais quanto simbólicos, nas mãos de alguns indivíduos, em detrimento de outros. Como primeira diferença perceptível, a diferença entre os sexos serviu como ponto de partida para essa hierarquização.

Nas sociedades matriarcais, embora exista o conceito de propriedade, não há o de propriedade individual; os bens pertencem à família.

Masculino e feminino não são, portanto, apenas diferentes, ou complementares; entre eles há uma relação de hierarquia, em que o primeiro termo é considerado superior e o segundo, inferior. Também por essa razão, quando da entrada das mulheres no mercado de trabalho, elas o farão em áreas pouco prestigiadas, como, majoritariamente, as áreas de ciências humanas. Mas há outra razão histórica: a educação das meninas – e até a década de 70 do século passado, ainda havia escolas segregadas – obedecia a uma lógica interna, com ênfase colocada em habilidades necessárias para sua futura carreira, de esposa e mãe. Aritmética (para a administração da casa), mas não Álgebra; habilidades manuais, piano, francês, etiqueta, recebiam atenção; outros conteúdos, embora abordados, eram considerados menos relevantes. Esse é o primeiro obstáculo para que uma mulher ingresse em uma carreira na área de ciências exatas. O segundo obstáculo se centra no entendimento do que é, e do que não é, uma profissão adequada para mulheres. Mulheres, maternais, podem ser professoras ou enfermeiras. Não médicas, nem engenheiras.

O prestígio de uma profissão também é barreira para o ingresso de mulheres. Por outro lado, quando um número considerável de mulheres ingressa em uma profissão, o salário médio sofre rebaixamento. Isso não se deve apenas ao aumento da oferta de mão de obra, mas também ao fato de que as mulheres ganham na média 30% menos do que os homens no exercício de mesma função, e isso conduz a uma redução do salário.

Menos prestigiadas, e menos bem pagas, além de menos exigentes em termos de formação, as áreas de Humanidades irão portanto ser a primeira fronteira conquistada pelas mulheres.

Nos EUA como na Inglaterra, a luta das sufragistas pelo direito de voto foi seguida pela luta por salário igual por função igual, creches, cuidados específicos de saúde, educação. Isso exerceu pressão sobre a academia, em diversas áreas.

A presença das mulheres na Física no Brasil

No Brasil, o ensino feminino foi regulamentado apenas em 1827. A lei proibiu o ensino misto e limitou o ensino feminino ao primário (BRUSCHINI; AMADO, 1988). Na grade curricular, enquanto meninos tinham acesso à geometria, as meninas tinham que aprender prendas domésticas (OLIVEIRA, 2009). Apenas em 1879 a mulher ganhou o direito de cursar o ensino superior. A partir de então, registra-se o surgimento de matrículas

femininas nos cursos de Direito e Medicina. A presença de mulheres nas áreas de Exatas ocorreu com mais de duas décadas de atraso se comparado às áreas da saúde e do Direito. Assim, podemos dizer que a quebra de barreiras histórico-culturais no Brasil é muito recente. Não há ainda cem anos que nos separem da primeira mulher formada em Engenharia, e nos espanta recordar que a primeira Física mulher, Yolande Monteaux, se graduou apenas em 1937; na década de 1940, mais duas mulheres se formaram em Física, Elisa Frota Pessoa e Sonja Ashauer, e a presença feminina ganhou algum ar significativo em números apenas na década de 1960, quando surgiram nomes como os de Amélia Império Hamburger, Victoria Hercowitz e Alice Maciel. Essa participação tardia das mulheres na Física é explicada por diversas razões, uma delas sendo o caráter eminentemente internacional da formação do Físico. Não havia no Brasil, na época, cursos de doutorado ou grandes laboratórios de pesquisa que recebessem nossas estudantes e as mesmas eram impedidas, por razões culturais, de saírem sozinhas do país para conquistar suas formações.

Essa cronologia também explica os baixos números de mulheres na Física na atualidade, se comparados com números da área de Medicina, a última com duas décadas de vantagem com respeito ao ingresso da mulher no mercado de trabalho da área de saúde.No caso específico da Medicina, há que se considerar ainda que a mesma esteja associada ao “cuidado com o próximo”, característica relacionada ao gênero feminino, e portanto mais bem assimilada como profissão feminina. A Física, por outro lado, é considerada uma profissão de perfil masculino, e vemos nos dias atuais isso se refletindo em números: mundialmente apenas 15% dos profissionais em Física são do sexo feminino.

De fato, a Física não é uma profissão atrativa para mulheres. Mesmo com a superação (ainda que parcial) das barreiras histórico-culturais para a área de Exatas, vemos que as mulheres representam uma minoria nas turmas universitárias da Física e que esse número diminui ao longo da vida acadêmica, desde a formação (na graduação, mestrado e doutorado) e na própria ascensão da carreira (AGRELLO; GARG, 2005).

Mas por que há mais (ainda que poucas) mulheres nas Engenharias ou nos cursos de Matemática? A dificuldade com as Ciências Exatas não é a mesma? Dados bem recentes mostram que há um conjunto de fatores que tornam pequena a presença das mulheres na Física, mas que são amenizados nessas outras áreas. A Engenharia é tradicionalmente uma opção de carreira prestigiada e a profissão é reconhecida e valorizada financeiramente. Isso atrai estudantes por si só, muitas vezes independentemente de uma vocação prévia. A menina que possui afinidade com a Matemática e as Ciências acaba fazendo uma escolha confortável

na fase de tomada de decisões sobre a carreira. O curso de Matemática também ganha motivações para o ingresso baseadas na perspectiva da licenciatura, com a escolha da profissão de professora de Matemática, tão necessária e de fácil empregabilidade no ensino básico. A Física, em contrapartida, oferece a opção de licenciatura apenas para o ensino médio (domínio menor de oferta de trabalho), e a formação próxima entre bacharelado/licenciatura, usual no país, em cursos com tradicionais altos níveis de evasão e retenção, afasta as meninas desta escolha. Assim, o estereótipo do Físico como um cientista genial, porém isolado, a crença de que a profissão não oferece estabilidade financeira suficiente e, finalmente, o fato de representar uma escolha de carreira árdua do ponto de vista de dedicação, que presume longos anos de formação, são fatores determinantes para a fuga das meninas da profissão. Esses fatores entram em conflito direto com as características ditas "biológicas" das mulheres, tais como a sociabilidade, comunicabilidade e interesses multifacetados (a Física, em contraposição, exige altíssimo grau de dedicação e foco nos estudos e pesquisas). Há que se mencionar novamente a maternidade e cuidados com a família como fatores, se não definitivos, ao menos extremamente relevantes nessas escolhas profissionais.

Finalmente, as carreiras dentro da Física não são valorizadas, sequer reconhecidas devidamente pelo mercado de trabalho público e privado (a profissão de Físico não é regulamentada, por exemplo) e as mulheres acabam reagindo de maneira diferente aos homens, que são mais propensos a perseguir seus interesses profissionais (como a paixão por conhecer a natureza, por exemplo) por terem sido encorajados a pensar em termos de carreira desde a infância. As mulheres, por outro lado, cada vez mais desempenham o papel de provedoras/cuidadoras dentro do núcleo familiar, além de serem menos encorajadas a pensar em carreiras que lhes deem satisfação pessoal; isso as conduz a optarem por carreiras mais alicerçadas dentro da realidade brasileira.

Temos pressa no sentido de aumentar essa representatividade e ações pontuais e independentes, em cada universidade e centros de pesquisa são necessárias. Ações globais advindas de políticas públicas são igualmente urgentes.

No Instituto de Física da UnB, como exemplo, os números progridem lentamente, porém de maneira favorável: em 2005 tínhamos 18% de mulheres no total de professores e as meninas somavam entre 10-15% do total de estudantes. Atualmente, após a política do REUNI, as novas contratações a partir de 2009 aumentaram para 16 o número de professoras em um universo de 76 professores, ou seja, 21,05%. Dentre os 369 estudantes de graduação

atualmente matriculados 74 são meninas, perfazendo um total de 20% (há que se considerar em posterior estudo que no curso noturno a presença feminina é de apenas 13,3% e no diurno aumenta significativamente para 24,65%). Há que se ressaltar ainda que nossa turma de 1/2014 conta com a presença de 15 meninas em uma turma de 35 do bacharelado, ou seja, temos 42% de ingressantes meninas. A estatística da licenciatura, por outro lado, é também intrigante, com apenas 8,3% de participação feminina no ingresso (as meninas estão entrando na Física com mais expectativa na carreira de pesquisadoras e menos com a intenção de se tornarem professoras do ensino básico?). Ainda assim, o total das estudantes em ambos os cursos perfaz 25% dos alunos, mostrando boa evolução numérica comparada à 2005. Porém, enquanto a participação aumenta no ingresso, a migração das meninas para os cursos de engenharia é observável. Mas faltam muitos dados e o projeto financiado pelo CNPq *Atraindo meninas e jovens mulheres do Distrito Federal para a carreira em Física*: primeiros estudos, sob a coordenação da professora Adriana Pereira Ibaldo, vem se articulando no sentido de construir um retrato preciso da participação feminina nos cursos de exatas na UnB e também estender tal estudo ao ensino médio de escolas específicas do DF. A partir de diagnósticos objetivos, deseja-se direcionar melhor tais ações.

Cabem ações efetivas no sentido de divulgar a presença de mulheres em posições docentes ou de pesquisadoras em Física, a fim de se criarem novos modelos sociais de cientistas mais próximos de pessoas comuns, incluindo mulheres, e apresentar as profissões como acessíveis e interessantes, além de compatíveis com o universo feminino. Nesse sentido, a divulgação da temática nas escolas de ensino médio é de grande relevância.

É preciso reescrever os modelos de trabalho, principalmente os associados às carreiras das Ciências Exatas, significativamente chamadas "duras", que são atualmente baseados no *modus operandi* masculino, e, portanto, desmistificar a incompatibilidade das características femininas com a profissão de Físico. Há assim que se ressaltar que a maternidade é compatível com a publicação de artigos científicos, idas a congressos nacionais e internacionais, e longos períodos em laboratórios de pesquisa. Observar que o trabalho em equipe, que se beneficia com qualidades tais como a facilidade na comunicação e interação, presente no universo feminino, é valorizado na forma das grandes colaborações nas pesquisas científicas desenvolvidas em grandes laboratórios. E que isso corresponde ao futuro da dinâmica das áreas experimentais. A atual globalização da informação, em todas as áreas, é favorecida pela presença de potenciais interlocutoras mulheres, e nisso não poderemos jamais retroceder. As necessidades atuais de perfil acadêmico são outras e as habilidades ditas

femininas, tais como "comunicação" e "expressão", serão cruciais para o desenvolvimento científico de qualquer país. Além disso, a qualidade associada "aos cuidados ao próximo" também poderá ser mais explorada na maciça formação dos jovens cientistas. A evasão e retenção nos cursos de Física nas universidades brasileiras (sem mencionar o fenômeno mundial) são problemas graves que podem ser enfrentados através de um ambiente universitário mais "humano e acolhedor", e a presença feminina no corpo docente nesta missão é novamente imperativa.

Enfatiza-se, entretanto, que este papel da cientista vai muito além do papel unilateral da responsabilidade pela formação de recursos humanos na área. As mulheres vêm ocupando ao longo dos anos posições de destaque como geradoras de conhecimento científico de excelência. Vemos que essa representação seleta ainda apresenta um crescimento lento, como constatado pelas estatísticas levantadas no trabalho de M. Barbosa e B. Lima (BARBOSA; LIMA, 2013) quanto à dinâmica de distribuição das bolsas de Pesquisa do CNPq no Brasil. Porém, podemos concluir que as barreiras óbvias foram e estão sendo quebradas rapidamente. Há que se trabalhar ainda no sentido de expor e destruir barreiras subliminares, de difícil reconhecimento, e que permeiam muitos dos discursos aparentemente desprovidos de preconceitos, mas que trazem o ranço de outras épocas. Lembrem-se das declarações feitas em 2005, pelo professor Lawrence H. Summers, Reitor de Harvard, neste caso explicitamente preconceituosas, em um questionamento sobre a capacidade intelectual das mulheres para a Física e Matemática, sugerindo que as diferenças inatas entre homens e mulheres explicariam por que tão poucas mulheres obtêm sucesso em carreiras nos campos das Ciências (no site de Harvard, 2005). Declarações deploráveis, vindas de ambiente tido como sendo a elite intelectual mundial.

Em conclusão, podemos considerar que o que aproxima as mulheres das áreas das Ciências Humanas (pouco prestígio da área de pesquisa, menor necessidade de formação na área de ciências exatas) é exatamente o que as afasta da Física. E é essa especificidade da área que demanda que, se quisermos fomentar a igualdade de gênero, medidas sejam tomadas no sentido de franquear a entrada na área da Física para as mulheres.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente à Márcia Cristina Bernardes Barbosa (IF-UFRGS) por ter me alertado pela primeira vez, há anos atrás, em um seminário no IF-UnB, sobre a existência do problema: há uma questão de Gênero importante na Física que deve ser seriamente considerada; que esta não foi/é uma questão somente minha (do ponto de vista pessoal, ao longo da construção e consolidação da carreira) e sim de todas as mulheres que se arriscam neste campo de atuação; e que ações para a homogeneização de oportunidades seriam muito necessárias para os próximos anos, contemplando a formação de futuras Físicas. Agradeço ao Ademir Eugênio Santana (CIFMC/IF-UnB), por perpassar as fronteiras de Gênero e ter se tornado um representante feminista na Comissão de Gênero da SBF, desenvolvendo belíssimo trabalho, apesar de todos os percalços e aceitando por fim compartilhar essa experiência de valia inestimável com suas colegas de instituto. Agradeço à Cintia Schwantes (IL-UnB), por perpassar as fronteiras entre as Áreas Exatas/Humanas e se tornar grande colaboradora deste grupo de Físicos e Físicas do IF-UnB (inclusive dando grande contribuição a este trabalho). E finalmente agradeço à Adriana Pereira Ibaldo, por ter proporcionado com o projeto *Atraindo meninas e jovens mulheres do Distrito Federal para a carreira em Física*: primeiros estudos, uma excelente oportunidade para reflexões, divulgação, e ações sobre o tema *Física e* Gênero.

Agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro.

Referências bibliográficas

AGRELLO, Deise; GARG, Reva. "Mulheres na Física: poder e preconceito nos países em desenvolvimento". *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 31, n. 1, 2009.

BARBOSA, Márcia C.; LIMA, Betina S. "Mulheres na Física no Brasil: por que tão poucas? E por que tão devagar?". *In*: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). *Trabalhadoras*: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013. p. 38-53.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. "Estudos sobre mulher e educação". *Cadernos de Pesquisa*, n. 64, p. 4-13, 1988.

BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/166106/mod_resource/content/1/LOUROGuacira-L._O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

COLER, Ricardo. *O reino das mulheres*: o último matriarcado. Rio de Janeiro: Planeta, 2008.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_engels_origem_propriedade_privada_estado.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir – História da violência nas prisões*. São Paulo: Vozes, 2001.

HARVARD University. Disponível em: <http://www.president.harvard.edu/speeches/2005/nber.html>. Acesso em: 10 maio 2014.

LAURETIS, Teresa de. "A tecnologia do gênero". *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josefina Álvares de Azevedo*: a voz feminina no século XIX através das páginas do Jornal "A Família". Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009.

Mulheres e Física: como mudar a polaridade desse imã? Um breve relato de ação afirmativa

Adriana Pereira Ibaldo[1]

Introdução

A distribuição diferenciada de mulheres e homens em diversas áreas profissionais tem atraído a atenção não apenas da Academia, mas também da população em geral. Ainda que tenha ocorrido a crescente ocupação de postos de trabalho pelas mulheres ao longo do século XX, e mais recentemente nas primeiras décadas do século XXI, a ocupação feminina não se deu de maneira equivalente entre diversas áreas. Tendência mundial, a participação feminina se deu em maior volume nas áreas de Humanidades e Ciências Biológicas. Entretanto, nas áreas de Ciências Exatas, Engenharias e Computação (em inglês conhecida pela sigla STEM – *Science, Technology, Engineering and Mathematics*), as mulheres ainda são sub-representadas nos cursos de graduação e pós-graduação e corpo docente nas Universidades (COTTA *et al.*, 2009, p. 87; JUGOVIC, 2010, p. 77; GARG, 2009).

No Brasil, na área de Física, a criação da Comissão de Relações de Gênero da Sociedade Brasileira de Física (SBF) foi fundamental para que as relações de gênero fossem investigadas e discutidas na área. No País, estudos sobre o ingresso e a distribuição de bolsas de estudos em Física nos diversos níveis de formação (bacharelado, mestrado, doutorado, pós-doutorado) e de produtividade mostram que a participação feminina ainda é tímida, estando situada na faixa de 6% a 25% (COTTA, 2009; SAITOVICH *et al.*, 2013). Mesma tendência é observada em diversos estudos em outros países (BORG, 2008). Ainda que o número de mulheres nas áreas de Exatas tenha apresentado crescimento ao longo do século XX e início do século XXI, muitas enfrentam situações que podem levar à interrupção da carreira em diversos níveis de formação e consolidação no meio científico. Quais são as razões sociais que podem ser atribuídas a essas questões, e quais iniciativas podem ser ofertadas à população feminina para efetivamente tornar a carreira em Física atraente para as mulheres?

[1] Doutora em Ciência dos Materiais, com ênfase em desenvolvimento e aplicações de novos materiais, pelo Instituto de Física de São Carlos/Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade de Brasília (UnB).

Classificação e divisão de trabalho – uma breve visão histórica

Pesquisa sociológica intensiva apontou muitas das razões que contribuem para a baixa representação feminina em Ciência e Tecnologia (C&T), em particular nas áreas STEM. Contudo, o germe da sub-representação feminina em C&T surge muito anteriormente às relações de trabalho estabelecidas contemporaneamente, e remete às primeiras associações e grupos humanos. Enquanto os grupos sobreviviam como coletores, as atividades eram tidas/exercidas de maneira igualitária e havia pouca diferença nas atribuições – a amamentação era atribuída às mães, porém, não há evidência de que o cuidado não fosse partilhado por todo o grupo. Evidências arqueológicas do Período Paleolítico (Gravetiano) mostram o culto ao feminino, ao corpo e à genitália feminina, como, por exemplo, as Vênus de Willendorf, Dolni Věstonice e Lespugue, dentre outras (ANTL-WEISER, 2012; VANDIVER *et al.*, 1989; DIXON; DIXON, 2011). Não é certo ainda o motivo por trás dessas figuras femininas – se eram para fins de culto à fertilidade feminina ou se representavam figuras importantes nos grupos. Entretanto, diversas evidências sugerem que as mulheres gozavam de *status* nos grupos, uma vez que elas dominavam o conhecimento necessário para a confecção de cordas trançadas, cestos, utensílios em geral, além da própria geração e cuidados com a prole (VANDIVER *et al.*, 1989).

Por conta das características próprias dos grupos humanos do período Paleolítico, os humanos percorriam grandes distâncias e sofriam com épocas de escassez de alimento, sendo indivíduos magros, contrário ao encontrado nas Vênus. Uma hipótese possível reside no fato que talvez certos indivíduos foram poupados das andanças, talvez por ocuparem posição de prestígio no grupo, resultando em indivíduos mais gordos que a média esperada para o período, reforçando a hipótese de que as figuras possam retratar mulheres de prestígio nos grupos. Entretanto, no Período Neolítico, com o sedentarismo e o desenvolvimento da agricultura e domesticação dos animais, foi percebido o papel dos machos – e dos homens – na concepção da prole. A fertilidade, característica importante nos grupos, agora adquire outra denotação: o homem passa a ser o responsável, e detém o poder sobre a fertilidade. Com isso, o homem passa a manter o poder que outrora era associado às mulheres; e o pênis passa a ser adorado e a possuir propriedades mágicas (NAVARRO, 2012). Verifica-se o surgimento das culturas falocráticas (SMIGAY, 2002).

Desde então, características atribuídas como masculinas são tidas como ideais, e o que for atribuído ao universo masculino é classificado como superior. Em contrapartida, o que é associado ao feminino passa a ser considerado inferior. Desta forma, a divisão de papéis e

atividades sociais provém na naturalização das diferenças entre os dois sexos: “A ordem dita natural dos sexos determina uma ordem social na qual o feminino deve complementar o masculino, o que se realiza com base em uma subordinação psicológica e cultural” (BORRILLO, 2009). Neste contexto, baseado no discurso da diferença dita *natural* entre os sexos para justificar e legitimar as desigualdades, o sexismo emerge.

À medida que as atividades econômicas foram se diversificando e ficando mais complexas, um dos primeiros critérios para a divisão das tarefas foi o gênero dos indivíduos. Caçar, por exemplo, era atividade masculina. Assim, na divisão do trabalho por gêneros, couberam ao homem as tarefas de produção (de bens, de dinheiro, de conhecimento, dentre outras), e à mulher as tarefas de reprodução (cuidado com crianças, doentes e idosos, cuidados com a casa e a família, reprodução da força de trabalho). A agricultura, que demandava um esforço continuado e demorava a produzir resultados, sendo, portanto, menos prestigiada, passou a ser atribuição das mulheres do grupo, por exemplo. À medida que as relações de produção foram se modificando e exigindo diferentes especializações dos membros do grupo, uma série de regras passou a ser estabelecida: regras que indicavam quem deveria fazer o que e por quê.

As definições do que é ou não próprio, em termos profissionais, para as mulheres, variaram de época para época. Contudo, seja na Idade Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, às mulheres sempre foram delegadas tarefas tidas como de *segunda classe*. Após a Revolução Industrial, a crescente industrialização criou uma demanda por mão de obra treinada, encontrada na classe média – que não precisa lutar tão arduamente pela sobrevivência e pode perseguir uma melhor formação profissional. Uma possível opção seria expandir a classe média, mas isso diminuiria o exército de mão de obra de reserva. Segundo Marx, o sistema capitalista depende de um exército de mão de obra de reserva, o que gera um desemprego estrutural de cerca de 10%. A diminuição da mão de obra de reserva forçaria a oferta de salários mais altos. Então, para “mudar tudo sem mudar nada”, como diria Vitor Emanuel, tornou-se necessário recrutar os membros da classe média que ainda não estavam no mercado de trabalho. Dessa maneira, as mulheres começaram a entrar no mercado de trabalho, de acordo com as crenças veiculadas sobre suas habilidades ou incapacidades. Dissemina-se a crença que mulheres não apresentam capacidade de abstração, competitividade e liderança; por isso, atividades práticas são recomendáveis para elas. De um modo geral, quanto mais prestigiada uma atividade, menos mulheres chegarão a exercê-la.

Desde o estabelecimento da divisão das atividades por gênero, e mais ainda, as atividades menos prestigiadas, às mulheres fora negado não apenas acesso às atividades tidas como masculinas, mas também sempre foram tidas como inferiores no exercício das atividades. Não obstante, até o início do século XX era aceita a concepção que as mulheres não deveriam fazer esforço intelectual e trabalhar, pois isso diminuiria o aporte sanguíneo para seu aparelho reprodutor e afetaria sua capacidade reprodutiva, além de poderem ser acometidas pela histeria feminina (SHOWALTER, 1987). Outra ideia nociva e mantenedora da inferioridade feminina adveio com Sigmund Freud no início do século XX, segundo o qual a "feminilidade" consiste na capacidade de "apagar" o *self* e encontrar satisfação nas atividades subordinadas. A argumentação sobre o que é feminilidade, e como ela se correlaciona com a mulher feminina e suas atividades, apresenta dois pontos importantíssimos que dizem respeito à manutenção do lar e seus impactos na sociedade:

1) Não é producente para o núcleo familiar que as mulheres desempenhem tarefas incompatíveis com sua natureza. Ainda que sejam bem-sucedidas em um primeiro momento, a longo prazo pode haver consequências desastrosas para aquelas atividades para as quais a natureza as fez. Um exemplo é a questão da maternidade, que em uma sociedade burguesa está atrelada ao casamento.

2) Mais ainda, a sociedade pode padecer com a decisão das mulheres terem carreira fora do lar: a deliquência juvenil por abandonar a criação dos filhos; a destruição do lar e do matrimônio, uma vez que a má-administração do lar pode ocasionar impacto negativo na carreira do marido, por si prioritária, além da desestabilização relacionada ao cumprimento indevido dos deveres conjugais, já que isto incentivaria o marido a "procurar fora o que não encontra em casa" (Revistas femininas, como por exemplo o *Jornal das Moças*, veiculado entre 1914 e 1965). Tudo isso poderia impactar negativamente a produção do marido e a criação dos filhos.

Ainda que o contexto fosse totalmente desfavorável, com o passar das décadas, as mulheres foram conquistando mais postos de trabalho (muitos em posição de subordinação) e direitos, como por exemplo, o sufrágio. Mesmo depois da entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, que teve início e se seguiu à Segunda Guerra Mundial, esse exercício continuou sendo restrito por regras limitadoras. Tais regras se estabelecem através de um conjunto de crenças que atravessam o corpo social, como a de que meninas não são boas com teorias, abstrações, atividades físicas, nem apresentam qualidades como assertividade, competitividade e liderança, devendo, portanto, permanecer em atividades subordinadas.

Essa argumentação, que pode ser aplicada às diversas áreas do conhecimento, também permite levar à conclusão que as mulheres não possuem habilidades desejáveis para serem engenheiras, matemáticas, físicas, biólogas, pesquisadoras, gerentes, chefes de setor. Devem ficar circunscritas a empregos que não ocupem muito de seu tempo, de modo que possam criar os filhos, administrar a casa e se manter bonitas e atraentes para que o vínculo conjugal seja preservado, por sua vez preservando a boa produtividade do marido. Neste contexto, o emprego mais importante de uma mulher é o casamento e a maternidade, e apenas após atender essas demandas, ela poderá ter uma profissão, desde que não a priorize.

Mulheres na Física – por que tão poucas? Um complexo *interplay*

Em primeiro lugar, a diferenciação das profissões e de papéis sociais por gênero exerce impacto indiscutível ao despertar interesses e vocações nas meninas em idade escolar. Desde pequenas, as meninas têm ao seu alcance brinquedos e brincadeiras que despertam o lado maternal e/ou voltado à vida doméstica, e são bombardeadas por filmes e mídias em geral sobre o que significa *ser feminina* (PENA; PITANGUY, 2003). Além da perfeição buscada incansavelmente para atender a sua família e a sociedade, às meninas ainda é atribuído o fato que a vida de uma mulher é validada a partir do momento em que constitui família, pois quando isso não acontece, sua vida é julgada incompleta. Ainda na fase infantil, as meninas não são incentivadas a gostarem de atividades que estimulem a competição e a assertividade, pois estas são características "tipicamente" masculinas. Desde a mais tenra idade, os estereótipos de gênero vêm sendo reforçados. Quando estão na adolescência, muitas jovens apresentam (pré)conceitos de que uma carreira na área de Exatas, em particular em Física, são mais apropriadas para homens (JUGOVIC, 2010, p. 77). Aquelas que chegam a ingressar em um curso de Exatas na Universidade se deparam com ambiente de trabalho dominado por homens, com relações de trabalho permeadas por concepções sexistas. Mais ainda, questões como casamento e maternidade *versus* manutenção da carreira acadêmica se apresentam como dilemas entre aquelas profissionais que, ao terminar o doutorado e/ou pós-doutorado, se encontram na faixa dos 30 anos e creem que precisam decidir entre constituir família ou investir em sua carreira científica incipiente no meio acadêmico (SAITOVICH *et al.*, 2013; BABER *et al.*, 1988).

Porém, ainda que o contexto cultural exerça influência nas escolhas das jovens, existem outras diversas razões, que se entrelaçam de maneira complexa, para explicar o porquê de tão poucas mulheres na área de Física.

A lacuna de gênero observada em cursos de Física e áreas correlatas é frequentemente atribuída às discrepâncias no aprendizado e na habilidade em Matemática. Um estudo realizado nos Estados Unidos mostrou que em cursos de graduação em Exatas as mulheres apresentam performance inferior em exames e menções e essa está fortemente relacionada com o estereótipo do desempenho feminino ser acreditado como inferior em Exatas (MOSS-RACUSIN *et al.*, 2012). A discrepância na performance de mulheres e homens nos cursos de Física, mensurada em termos das notas em disciplinas e provas realizadas ao longo dos cursos, pode ter sua origem ainda no Ensino Médio (JUGOVIC, 2010, p. 77; BREWE *et al.*, 2010), quando as jovens absorvem a convicção de que uma carreira na área de Exatas, em particular em Física, é mais apropriada para homens. Desta maneira, a motivação para ingressar em uma carreira na área é prejudicada, uma vez que as percepções de competência na área, expectativas de sucesso e da própria importância da Física como interessante e útil na formação acadêmica são fortemente influenciadas pelos estereótipos de gênero. Mais ainda, o contexto cultural exerce importante impacto: países com melhores indicadores sócio-culturais de igualdade de gênero apresentam menor lacuna de gênero nos cursos de Exatas (GUISO *et al.*, 2008). Mais ainda, em ambientes predominantemente masculinos, características como competitividade e assertividade são tidas como desejáveis em um profissional. Entretanto, estudos mostram que mulheres apresentam desempenho distinto daqueles de seus colegas homens em testes em Exatas em ambientes altamente competitivos (NIEDERLE *et al.*, 2011).

A motivação e a construção de uma identidade, conceitos nos quais a autopercepção de competência, a expectativa de sucesso e o valor subjetivo da Física para um indivíduo se entrelaçam e interferem na confiança e atitude que podem ter peso fundamental na relação indivíduo – identificação com uma carreira (HAZARI *et al.*, 2010; GRAY *et al.*, 2008). Assim, o interesse, o reconhecimento, a performance e a competência contribuem para a construção da identidade com uma determinada área. A escolha profissional de um jovem está fortemente ligada à identificação e à percepção de competência e habilidade que ele apresenta com relação a uma determinada área, e pode ser modulada ainda em tenra idade ao estimular o interesse pela mesma. Mais ainda, o interesse em alguma área e a escolha por uma profissão se correlacionam com identidade que o jovem tem por esta área.

No caso particular da Física, as meninas em fase escolar apresentam baixa identificação com a área (HAZARI *et al.*, 2010), e em geral elas se saem melhor em cursos de Física baseados em álgebra, como no Ensino Médio (GRAY *et al.*, 2008). Ao final do Ensino Médio, meninas e meninos apresentam desempenho similar em Física, ainda que poucas

decidam pela carreira nesta área. Uma possível causa reside na baixa identificação das alunas, baseadas em crenças ligadas à divisão das profissões por gênero, bem como a autoimagem negativa que elas têm de si mesmas enquanto estudantes, somada aos estereótipos de mulheres cientistas.

A performance nos cursos de Física, sejam baseados em Álgebra ou em Cálculo, influencia fortemente a autopercepção de competência na área (CHECH *et al.*, 2011). Uma das razões comumente atribuídas ao baixo ingresso e à participação feminina nos cursos de Física consiste na ameaça do estereótipo de gênero, ocasionando uma lacuna de gênero na área (LAUER *et al.*, 2013; BEILOCK *et al.*, 2007). De uma maneira geral, a ameaça de estereótipo pode ocorrer por conta de diversas características de um indivíduo, tais como gênero, etnia, renda, habilidade acadêmica, e envolve receio psicológico da avaliação negativa relacionada ao grupo com o qual uma pessoa se identifica. Esta ameaça reside na percepção do risco de confirmar um desempenho negativo em função das características supramencionadas. Mais especificamente, a ameaça do estereótipo de gênero consiste na possibilidade da confirmação do estereótipo negativo relacionado ao desempenho feminino em uma determinada área de atuação, particularmente em Física.

Além da pressão usual para demonstrar domínio de diversos assuntos de Física em avaliações, os estereótipos de gênero podem exercer pressão mais severa nas alunas, em particular naquelas que consideram que o estereótipo que mulheres apresentam pior performance que seus colegas homens na área de Física possa ser válido e aplicado a si mesmas (BEILOCK *et al.*, 2007; MIYAKE *et al.*, 2010). Mais ainda, aqueles que endossam esses estereótipos se saem pior em avaliações pelo fato de apresentarem menos recursos cognitivos devido à ativação de processos como *stress* psicológico e hipervigilância do desempenho, dentre outros que interferem nos recursos cognitivos disponíveis (SCHMADER *et al.*, 2008). A Teoria dos Recursos Cognitivos relaciona a influência do *stress* na tomada de decisões baseadas na inteligência (racionalidade) e experiência, onde o *stress* desempenha papel negativo, prejudicando a qualidade das decisões tomadas.

Mais ainda, há também a construção de um estereótipo negativo de mulheres na Física. As atividades ligadas às áreas de Exatas são largamente prestigiadas. Além disso, também se entendem essas atividades como solitárias, e fruto do intelecto, ou seja, independentes. Há o mito de que uma mulher na área, ao pensar na maternidade, terá de escolher entre ter filhos com uma jornada reduzida ou em não ter filhos e perseguir seus objetivos na carreira. Assim, mulheres que desejam constituir família se identificarão com

ambientes mais flexíveis com relação à maternidade e família. Além disso, o *networking* na área é mais complicado para uma mulher, especialmente se ela for casada e tiver constituído família (ECKLUND *et al.*, 2012). As mulheres percebem ambientes profissionais predominantemente masculinos como menos apoiadores.

As mulheres ainda são percebidas no mercado de trabalho exercendo profissões tipicamente de mulheres, ou seja, relacionado ao cuidado para com os demais e em tarefas subordinadas, e muito de seu trabalho ficou restrito a estas possibilidades. Não é por acaso que invenções como a serra circular por Tabitha Babbitt (1813), a máquina de lavar louça por Josephine Cochran (1886), o Liquid Paper® por Bette N. Graham (1950s), a fralda descartável por Marion Donovan (1951), dentre outras, refletem que este caráter de inovação e pesquisa também existe nas mulheres, propondo soluções criativas para problemas enfrentados no cotidiano, marcados por ambientes de trabalho femininos, como cuidados com a casa e os filhos, secretariado etc. Ainda assim, pouco é divulgado daquelas cujo trabalho e invenções permitiram grandes saltos tecnológicos em outras áreas, como a invenção do Kevlar pela química Stephanie Kwolek, e a mãe da telefonia celular e internet sem fio, a atriz Hedy Lamarr, que em colaboração com G. Antheil criou um sistema de comunicações baseado em interferência em rádio para despistar radares.

A construção da invisibilidade das mulheres na ciência e os poucos modelos femininos também desempenham papel de relevância para despertar vocações entre meninas e jovens em Física. A exposição a modelos femininos em ciência, tecnologia, engenharia e matemática pode levar ao aumento da autoconfiança e autoavaliação de meninas e elevar seu interesse por estas áreas. Na área de Física, a criação do Prêmio Nobel ajudou também como ferramenta para a popularização da área. Entretanto, entre os prêmios Nobel, pouco mais de 2% são mulheres (CHARYTON *et al.*, 2011). Na história da Física, grandes nomes – majoritamente masculinos – são associados a descobertas famosas. Apenas poucas mulheres, como Marie Curie, Lise Meitner, Emmy Noether, dentre outras, são listadas pontualmente (SIME, 1996). Muitas contribuidoras à Física foram, em suas épocas, mencionadas como assistentes, esposas, coautoras, mas são retratadas mais como curiosidades que como agentes da própria evolução científica. Ainda que a Ciência tenha caráter essencialmente colaborativo, na história da ciência há a sub-representação do trabalho de inúmeros assistentes, em particular mulheres, em um contexto no qual prevalece a descrição de muitos gênios da Física tendo ideias e desenvolvendo suas pesquisas e teorias sozinhos.

Mesmo nos casos em que poucas mulheres tiveram crédito dado aos trabalhos publicados, frequentemente era atribuído ao pesquisador-chefe do laboratório a ideia germinal da pesquisa (GOULD, 1998). Mesma percepção se processa ao verificar a literatura especializada em divulgação científica em Física, onde poucas mulheres são citadas, como Marie Curie, Lise Meitner e Maria Goeppert-Mayer (SEGRÈ, 1980; BRENNAN, 1998). Desta forma, a percepção das mulheres na Física enquanto pesquisadoras é fortemente distorcida, e pode levar à concepção de que mulheres nesta área são apenas forasteiros em território alheio.

Finalmente, a existência de modelos femininos também nas universidades e cursos pode ter um impacto positivo, especialmente nas áreas nas quais a participação feminina ainda é pequena, uma vez que as mulheres tendem a ser mais susceptíveis aos estereótipos de gênero na falta de modelos femininos (MARX; ROMAN, 2002). Mais ainda, mulheres que possuem mentoras (vertical ou horizontalmente) têm mais chances de serem bem-sucedidas em suas carreiras. As mulheres vão onde as outras estão, pois essa é sua zona de conforto.

Enfim, no meio ambiente acadêmico, ainda que homens e mulheres sejam pares, há diferenças significativas com relação à maneira como a jornada de trabalho semanal é dividida (WINSLOW, 2010; LINK *et al.*, 2007). Analisando as atividades exercidas pelos docentes em uma universidade – tais como docência, pesquisa, atividades administrativas e escrita de projetos para arrecadar fundos para pesquisa, quando as atividades são vistas à luz do gênero, existem diferenças significativas: homens dedicam menos horas por semana em atividades de docência que suas colegas do sexo oposto; por outro lado, homens dedicam mais horas à pesquisa que suas colegas. As mulheres também saem em defasagem: elas gastam mais horas na escrita de projetos para angariar fundos para pesquisa. Além disso, existe maior discrepância entre como as pesquisadoras gostariam de dividir o tempo para as atividades e como é na realidade. Estes resultados podem ser um reflexo direto que mulheres acabam dedicando mais horas de trabalho à docência em virtude do menor número de oportunidades que seus colegas homens, uma vez que este *gap* de gênero não pode ser totalmente atribuído às preferências individuais nem à formação acadêmica.

O que pode ser feito?

As mulheres que se destacam e se colocam em posição de liderança nas áreas STEM têm em comum as características a seguir (BORG, 2013): (i) fascínio pela ciência desde a tenra idade; (ii) pensamento independente; (iii) rejeição às limitações culturais impostas às

meninas e às mulheres; (iv) apoio parental, em especial do pai; (v) boa formação escolar, em geral em escolas mistas; (vi) tiveram/têm em algum momento a orientação de mentores; (vii) se casada, o marido tem perfil apoiador; e (viii) acesso ao apoio com relação a cuidados com os filhos, tais como creches, babás, escolas etc.

Diversas iniciativas para atrair meninas para as áreas STEM têm sido investigadas e adotadas em vários países no mundo. Em primeiro lugar, é interessante avaliar o impacto da maneira como uma atividade acadêmica é proposta na performance em avaliações. Em grupos suscetíveis à ameaça de estereótipo, atividades propostas como desafios são menos estressantes que quando propostas como medidas de habilidade acadêmica e/ou inteligência. Se para uma atividade, a ênfase é dada em apenas completá-la, a discrepância de desempenho entre mulheres e homens diminui consideravelmente (LAUER *et al.*, 2013). Desta maneira, práticas institucionais podem interferir no desempenho acadêmico de alunas dos cursos de Física.

Outra prática que tem mostrado resultados interessantes consiste no estudo da afirmação de valores (LAUER *et al.*, 2013; MIYAKE *et al.*, 2010). Nesse procedimento, os indivíduos refletem sobre valores autodefinidos, e ao afirmarem seus valores em ambiente hostil, estes podem reestabelecer sua percepção de valor, diminuindo o *stress* e assim melhorando o desempenho de grupos susceptíveis à ameaça de estereótipos de gênero.

Finalmente, meninas em idade escolar se interessam pela vida pessoal de mulheres cientistas (BUCK *et al.*, 2008). Meninas podem ser inspiradas pelo sucesso de mulheres cientistas proeminentes e por aquelas que receberam prêmios como o Nobel. Ademais, cientistas mulheres podem atuar como mentoras, uma vez que o acompanhamento pode aumentar não apenas o percentual de jovens mulheres ingressantes na área de Física, mas também aumentar o percentual de mulheres que mantêm uma carreira na área.

A universidade tem impacto amplo, seja por meio das atividades realizadas, seja pela contribuição individual de seus membros. Por meio de ações afirmativas *top-down*, é possível propor medidas e políticas focais para reduzir a lacuna de gênero nos cursos de Exatas. Uma estratégia crucial reside no desenvolvimento de ações para atrair mais meninas para a área de Física. Dentre as diversas atividades realizadas pela CRG-SBF – desde a construção de um portal ao lançamento do livro Mulheres na Física –, uma das ações de destaque reside na divulgação científica em Física voltada para meninas em fase escolar, que culminou no lançamento da Chamada 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras – Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação em 2013 (SAITOVICH *et al.*, 2014).

O projeto *Atraindo meninas e jovens mulheres do Distrito Federal para a carreira em Física*: primeiros estudos – financiado pelo CNPq no âmbito da Chamada 18/2013 e executado por equipe de docentes do IF-UnB (Adriana P. Ibaldo, Vanessa C. de Andrade, Reva Garg e Ademir E. Santana) e do Instituto de Letras (IL-UnB) (Cíntia Schwantes), em parceria com o IF-UFRGS (Paulo Lima Jr.) e o Centro de Ensino Médio Paulo Freire (Heloísa B. Miranda) – atua em linhas paralelas: (i) realiza pesquisa quantitativa por meio da aplicação de questionários para conhecer o perfil das meninas e meninos em idade escolar (Ensino Médio), sondando não apenas o perfil socioeconômico, mas também a presença de ídolos e mentores em Física. O perfil de egressos do Instituto de Física da Universidade de Brasília (IF-UnB) também é de interesse, pois permitirá ter dados e subsídios para explicar diferenças de gênero relacionadas à escolha de carreira em ambiente tipicamente masculino no âmbito do DF; (ii) realiza visitas de meninas em idade escolar ao Instituto de Física da Universidade de Brasília (UnB), com a apresentação de laboratórios e áreas de pesquisa, além de proporcionar o contato de professoras do IF-UnB com as alunas. Mais ainda, apresentar às alunas a carreira de físico, como é a graduação em Física e suas habilitações, as possibilidades de pós-graduação e mercado de trabalho, além de conhecer as instalações do IF-UnB; (iii) conta com bolsistas de graduação e de Ensino Médio que realizarão atividades de pesquisa junto a docentes do IF-UnB participantes do presente projeto, e está prevista sua participação em eventos promovidos pelo IF-UnB, tais como a Escola de Física Roberto A. Salmeron (EFRAS), que em 2013 terá sua terceira edição, III Feira Capital Estudante e IX Semana de Física do IF-UnB, esta última sendo parte da Semana Universitária promovida pelo Decanato de Extensão (DEX) da Universidade de Brasília (UnB); (iv) finalmente, realiza divulgação científica junto às meninas e jovens mulheres em fase escolar e universitária por meio do Portal da Menina na Física, no Facebook. O Facebook foi escolhido como ferramenta para divulgação devido à sua popularidade junto aos jovens. A utilização de memes, textos e vídeos sobre grandes físicas, conhecidas e anônimas, e sobre questões de gênero, permite ter amplo alcance utilizando uma ferramenta e linguagem acessível ao público-alvo desejado – meninas e jovens mulheres.

Todas as ações programadas no projeto visam ao estímulo e à permanência de jovens mulheres na área de Física. Com o presente projeto, pretendemos avaliar o perfil dos alunos do Ensino Médio e início de graduação para melhor compreender e empreender ações que possam melhorar o grau de motivação na área de Física. Em paralelo a esta pesquisa, serão realizadas visitas programadas nas quais alunas de Ensino Médio possam ter contato com

pesquisadoras atuando na área de Física. Este contato pode alterar as percepções de competência na área, expectativas de sucesso e da própria importância da Física como interessante e útil na formação acadêmica de um indivíduo.

Agradecimentos

A autora (A.P.I.) agradece ao CNPq pelo auxílio financeiro (Projeto nº 420474⁄2013-7). Também agradece a Cíntia Schwantes, Vanessa C. de Andrade e Ademir E. Santana pelas discussões frutíferas junto ao Grupo de Divulgação da Física e Problemas de Gênero em Ciência.

Referências bibliográficas

ANITA Borg Institute for Women and Technology. *The state of women and Technology fields around the world*. Disponível em: <http://anitaborg.org/files/womeninhightechworld.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2014.

ANITA Borg Institute for Women and Technology. *Climbing the technical ladder*: obstacles and solutions for mid-level women in technology. Disponível em: <http://anitaborg.org/wp-content/uploads/2013/12/Climbing_the_Technical_Ladder.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2014.

ANTL-WEISER, W. “The antropromorphic figures from Willendorf”.Niederösterreichischen Landesmuseum, 2012. Disponível em: <http://www.landesmuseum.at/pdf_frei_remote/WM_19_0019-0030.pdf>.Acesso em: 11 abr. 2014.

BABER, K. M.; MONAGHAN, P. “College women's career and motherhood expectations: New options, old dilemmas”. *Sex Roles*, v. 19, n. 3-4, p. 189-203, 1988.

BEILOCK, S. L.; RYDELL, R. J.; MCCONNELL, A. R. “Stereotype threat and working memory: Mechanisms, alleviation, and spillover”. *Journal of Experimental Psychology General*, n. 136, p. 256-276, 2007.

BORRILHO, D. *A homofobia*. *In*: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs.). *Homofobia & educação*: um desafio ao silêncio. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009. p. 15-46.

LINK, A. N.; SWANN, C. A.; BOZEMANN, B. “A time allocation study of university faculty”. *Economic of Education Review*, v. 27, p. 363-374, 2007.

BRENNAN, R. *Gigantes da Física*: uma história da Física Moderna através de oito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BREWE, E.; SAWTELLE, V.; KRAMER, L. H.; O’BRIEN, G. E.; RODRIGUEZ, I.; PAMELÁ, P. *Physical Review Special Topics - Physics Education Research*, v. 6, p. 010106-1 – 010106-12, 2010.

BUCK, G. A.; CLARK, V. L. P.; LESLIE-PELECKY,D.; LU, Y.; CERDA-LIZARRAGA,P. *Science Education*, v. 92, p. 688, 2008.

CHARYTON, C.; ELLIOTT,J. O; RAHMAN, M. A.; WOODWARD,J. L.; DEDÍOS,S. *J. Creative Behavior*, v. 45, n. 3, p. 203-214, 2011.

CHECH, E.; RUBINEAU, B.; SILBERY, S.; SERON, C. *American Sociological Review*, v. 76, p. 641-646, 2011.

COTTA, M. A.; CALDAS, M. J.; BARBOSA; M. C. CP1119, *Women in Physics*: the 3rd IUPAP Conference on Women in Physics, 2009.

DIXON, A. F.; DIXON, B. J. (2011). “Venus figurines of the European paleolithic: symbols of fertility or attractiveness?”. *Journal of Anthropology*, 2011.

ECKLUND, E. H.; LINCOLN, A. E.; TANSEY, C. *Gender & Society*, v. 26, p. 693-717, 2012.

GARG, R.; AGRELLO D. *Revista Brasileira de Ensino de Física, I,* n. 31, p. 1305, 2009.

GOULD, P. A. *Endeavour*, v. 22, n. 1, p. 24 - 26, 1998.

GRAY, K. E.; ADAMS, W. K.; WIEMANN, C. E.; PERKINS, K. K. “Physical Review Letters Special Topics”. *Physical Education Research*, v. 4, p. 020106-1 – 020106-10, 2008.

GUISO, L.; MONTE, F.; SAPIENZA, P.; ZINGALES, L. *Science*, v. 320, p. 1164, 2008.

HAZARI, Z.; SONNERT, G.; SADLER, P. M.; SHANAHAN, M.-C. *Journal of Research Teaching*, v. 47, n. 8, p. 978-1003, 2010.

JUGOVIC, I. *Sociologia i prostor*, n. 48, 2010.

LAUER, S.; MOMSEN, J.; OFFERDAHL, E.; KRYJEVSKAIA, M.; CHRISTENSEN, W.; MONTPLAISIR, L. *CBE – Life Sciences Education*, v. 12, p. 30-38, 2013.

PENA, M. V. J.; PITANGUY, J. (Coords.). *A questão do gênero no Brasil*. Brasília: Banco Mundial, Unidade de Gênero e CEPIA, 2003.

MARX, D. M.; ROMAN, J. S. “Female role models: Protecting women's math test performance”. *Personality and Social Psychology Bulletin*, n. 28, p. 1183-1193, 2002.

MOSS-RACUSIN, C. A.; DOVIDIO, J. F.; BRESCOL, V. L.; GRAHAM, M. J.; HANDELSMAN. “Science faculty’s subtle gender biases favor male students”. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 109, p. 16474-16479, 2012.

MIYAKE, A.; KOST-SMITH, L. E.; FINKELSTEIN,N. D.; POLLOCK, S. J.; COHEN, G. L.; ITO,T. A. “Reducing the gender achievement gap in college science: A classroom study of values affirmation”. *Science*, v. 330, p. 1234 - 1237, 2010.

NAVARRO, R. L. *O livro do amor*, v. 1-2. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

NIEDERLE, M.; VESTERLUND, L. “Gender and Competition”, *Annual Review of Economics*, v. 3, p. 601-630, 2011.

SAITOVICH, E. B.; BARBOSA, M. C. B.; FUNCHAL, R. Z.; PINHO, S. T. R. de; SANTANA, A. E. *Relatório final de atividades no período de julho de 2011 a outubro de 2013*. Comissão de Relações de Gênero da Sociedade Brasileira de Física. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/sbf-genero/index-genero.html>. Acesso em: 11 abr. 2014.

SAITOVICH, E. B.; BARBOSA, M. C. B.; PINHO, S. T. de; SANTANA, A. E. “Meninas na Física: um desafio para a educação científica escolar”. *Boletim da Física*, e-BFis 3, p. 003-1 – 003-4, 2014.

SCHMADER, T.; JOHNS, M.; FORBES, C. An integrated process model of stereotype threat effects on performance. *Psychological Review*, v. 115, p. 336-356, 2008.

SEGRÈ, E. *Dos raios X aos quarks*. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 1980.

SHOWALTER, E. *The female malady*: women, madness, and english culture, 1830-1980. London: Penguin, 1987.

SIME, R. L. *Journal of Radioanalytical and Nuclear Chemistry*, v. 203, n. 2, p. 247-257, 1996.

SMIGAY, K. E. Von. *Psicologia em Revista*, v. 8, n. 11, p. 32-46, 2002.

VANDIVER, Pamela B.; SOFFER, Olga; KLIMA, Bohuslav; SVOBODA, Jiři.”The origins of ceramic technology at Dolni Věstonice, Czechoslovakia”, *Science*, v. 246, p. 1002-1008, 1989.

WINSLOW, S. *Gender & Society*, v. 24, p. 769-793, 2010.

Um antropólogo em Vênus: análise da participação masculina no movimento feminista a partir de experiências na Física

Ademir Eugênio de Santana[1]

I – Introdução

As análises sobre os problemas de gênero e da participação efetiva, não discriminada, equânime, da mulher nas sociedades contemporâneas, podem ser classificadas a partir de duas premissas. A primeira aborda aspectos sobre o gênero com um conteúdo de violência explícita. Estes casos são marcados pelo princípio da negação das diferenças, que se presta em larga escala ao exercício da dominação e da opressão, mas que com relação às mulheres inclui também o que se chama de imperialismo cultural (YOUNG, 1990). Neste caso, a condição de normalidade é estabelecida através de um procedimento insidioso, que leva ao acúmulo desbalanceado de poder em uma economia de produção de bens simbólicos (BOURDIEU, 1999; ELIAS, 1990). A dinâmica de perpetuação dessa condição reside primariamente em superestruturas como a família, e os temas de natureza explícita vem sendo estudados e discutidos, através de trabalhos que abordam desde questões ligadas à ética, liberdade de cátedra e gênero (DINIZ; BUGLIONE, 2006; ROGERS; BALLANTYNE, 2008), à literatura e ao cinema (SCHWANTES, 2010), até à violência física imposta às mulheres (BRAGA; NASCIMENTO; DINIZ, 2006). Em outra direção, estão os temas de opressão contra as mulheres de natureza implícita (SAITOVITCH; BARBOSA; PINHO; SANTANA, 2012), nos quais o imperialismo cultural está atrelado, geralmente, a uma falsa naturalização biológica de características da mulher. Em parte devido às dificuldades teóricas, os desenvolvimentos nesta direção estão a ocorrer, mas em escala muito menor.

Essa violência implícita, e muda opressão, contra a mulher, é traduzida em observação da participação de mulheres em áreas estruturantes do poder nas sociedades modernas (FONTENELE-MOURÃO, 2006; PAZ, 2004; BARSTED, 2011), como as ciências. Vale citar, por exemplo, a porcentagem de doutorandas nas áreas da Física em alguns países: EUA, 13%; França, 26%; Alemanha, 10%; Brasil, 15% (IVIE; RAY, 2005; AGRELLO; GARG, 2009; BARBOSA, 2014; PHYSICS WORLD, 2014). A este tipo de constatação, as análises

[1] Doutor em Física pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade de Brasília (UnB).

de senso comum revelam apenas uma androcentria que se estabelece no desconhecimento e no preconceito, e que embota até mesmo os fatos mais transparentes. Considerando a Física, é interessante mencionar aqui o legado da Professora Emmy Noether (físicista alemã, radicada nos anos 1930 nos EUA devido ao nazismo): seus resultados sobre simetrias, parcialmente resumidos nos famosos *teoremas de Noether*, fundamentam *todas* as teorias da física moderna (BYERS; WILLIAMS, 2006; BREWER; SMITH, 1981). Entretanto, muitos dos físicos, talvez por utilizarem sempre o sobrenome “Noether”, ao se referir aos famosos teoremas, consideram esse “Noether” como sendo um homem. No âmbito da comunidade da Física, fica *sub judice*, do ponto de vista moral, a postura de muitos físicos ante as fisicistas; para outros físicos, há um convite tácito para que atuem como parceiros de movimentos feministas na defesa da equanimidade de gênero em ciências. Essa parceria é possível, pois muitos homens apoiam as atividades feministas, devido ao conteúdo humanístico, de equanimidade, que perpassa as propostas desses movimentos.

As ações do movimento feminista em áreas estratégicas das sociedades podem ser cruciais para a desarticulação efetiva da visão cinegética e opressora contra as mulheres. Essas ações, por vezes, devem contar com o apoio de setores parceiros. Entretanto, as análises sobre a presença feminina nessas áreas básicas, como a de ciências, estão em progresso, mas nem de longe estão exauridas; e estudos sobre a participação de homens enquanto parceiros em movimentos feministas, se são poucos no geral, são quase inexistentes no contexto das áreas de ciências. O objeto deste trabalho é estudar esse contexto, e desenvolver uma análise sobre a atuação do movimento feminista em áreas estratégicas da ciência, a partir de uma perspectiva teórica qualitativa e quantitativa, considerando a articulação com setores parceiros; especificamente com homens militantes em movimento feministas. A discussão se pauta pelo caso da Física e na atuação da Comissão de Relações e Gênero da Sociedade Brasileira de Física (CRG-SBF) que contém, taticamente, um homem na sua composição.

A apresentação do trabalho está dividida da seguinte maneira: Na seção 2, a importância da Física na organização das sociedades contemporâneas é tratada. Essa análise provê elementos necessários, discutidos na seção 3, para a compreensão do significado de atividades estruturais nas nossas sociedades, marcadas por um forte conteúdo cinegético e androcêntrico. O impacto das propostas feministas na tentativa de reversão desse quadro é analisado, e devido a sua dimensão, a associação com parceiros homens passa a ser um aspecto importante. Estes elementos são analisados na seção 4, com ênfase em os aspectos

discriminatórios a que também ficam submetidos os homens que passam a militar em movimentos feministas. Algumas conclusões finais estão dispostas na seção 5.

II – A Física e a organização de sociedades contemporâneas hegemônicas

Para a compreensão da situação atual de pouca participação de mulheres na área de Física, primeiro é necessário uma avaliação da relação e da importância dessa área da ciência na definição de estruturas de poder, a partir de uma perspectiva histórica, política e geopolítica. Esse processo, que leva à Física atual, pode ser delineado desde a Grécia antiga, com Arquimedes (200 a.C.), considerado como quem mais se dedicou a problemas mecânicos, utilizando o rigor dos métodos matemáticos (NAHAN, 1964).

Esta tradição foi intensamente desenvolvida na Europa Ocidental, usualmente para fins práticos do exercício do poder, a partir de um emaranhado de interesses que podiam ser ora de natureza teológica, como o problema do tempo e do espaço, ora de natureza da guerra, como o problema da balística. Durante a Idade Média, um conjunto de conceitos associados com o movimento dos corpos foi sendo introduzido (NAHAN, 1964; COHEN 1981), como a noção de *cinemática*, ou seja, a descrição geométrica do movimento, e a *dinâmica*, ou seja, o estudo das causas do movimento; a representação gráfica do movimento; o conceito de *ímpetus*; entre outros. Um marco dessa conceitualização fenomenológica é Galilei (COHEN 1981), que explorou de modo abrangente o experimento como critério de verdade para a análise dos fenômenos naturais. Esta foi também a maneira de se contrapor e de se escapar das armadilhas que surgiam com as infindáveis discussões teológicas e filosóficas daquele período.

Na Renascença, este procedimento é sistematizado por Isaac Newton (1995), que estabeleceu uma estrutura fundadora da metodologia científica, conhecida como mecânica (KHANNA; MALBOUISSON; MALBOUISSON; SANTANA, 2014; SANTANA; SIMON; MALBOUISSON, SANTANA, 2014). Nessa perspectiva, o conhecimento pleno de um fenômeno ocorre quando este é traduzido em termos de sua essência mais básica, que é o movimento dos seus entes constituintes. Este conhecimento é implementado de modo matemático através de relações de causalidade descrevendo a evolução dos sistemas físicos, ou seja, na forma lacônica das chamadas *equações de movimento*. O caminho, se não pleno, mas pelo menos seguro, elaborado por Newton, leva, no século XX, à mecânica quântica, à teoria da relatividade e ao modelo padrão da física de partículas (MALBOUISSON; SANTANA, 2014).

A imensa possibilidade de controle e de previsão dos movimentos, que vai da escala subatômica à escala do cosmo, permitiu um desenvolvimento extraordinário das técnicas, e com isso a ciência da mecânica se tornou um dos alicerces para o estabelecimento de estratégias de organização, no período moderno, das sociedades ocidentais, principalmente as hegemônicas (MALBOUISSON; SANTANA, 2014). A associação do poder com o conhecimento, que sempre ocorreu na história, torna-se estreita, a partir dos métodos elaborados na física, que se associou (e em muitos casos se fundiu) com quase todas as outras áreas da ciência e da tecnologia, como a biologia, a medicina, a química, as engenharias clássicas e as modernas engenharias tendo por base a mecânica quântica; e mais recentemente envolvendo áreas como dos chamados sistemas complexos, como a Economia (Econofis). É no século XX, com o controle do núcleo e com o advento da bomba nuclear, que essa associação atinge o estado de arte, com investimentos de todo tipo.

Um exemplo de investimento estratégico é a criação do CERN (Sigla que se manteve do Conselho Fundador, *Conseil Europeen pour la Recherche Nucleaire*), o laboratório europeu de pesquisa em física de partículas elementares em altas energias. A proposta de um laboratório europeu de grande porte foi aventada inicialmente pelo físico De Broglie, na Conferência Cultural Europeia de Lausane, Suíça, em 1949; acompanhando a tendência, principalmente depois da Segunda Guerra, em reconhecer a posição de destaque dos métodos da Física, as mecânicas e suas equações de movimento, como um fundamento das tecnologias e um empreendimento social. Em termos geopolíticos, a Laboratório inseria-se no contexto das políticas de pacificação do território europeu (MALBOUISSON; SANTANA, 2014).

Atualmente, o CERN é o maior laboratório na área, envolvendo os países europeus e outros convidados, e a importância dessa sua atividade pode ser aferida a partir dos seus subprodutos: a criação da WWW (*World Wide Web*), na década de 1970.

Outro dado relevante na agenda de investimentos e percepção estratégica do uso da ciência é a observação de que, no ano 2000, 30% do PIB dos Estados Unidos provinham dos inventos e descobertas da mecânica quântica (TEGMARK; WEELER, 2001, p. 69), a teoria mecânica que descreve o movimento e a estabilidade de átomos e moléculas, e que funda as chamadas nanobiotecnologias atuais. Soma-se a estes resultados econômicos o modo impactante como essa área do conhecimento define os rumos das tecnologias da guerra e da dominação, com as invenções de artefatos bélicos que vão desde sensores de infravermelho a aviões teleguiados e robótica.

Sem minimizar a importância das relações sociais e históricas, uma análise criteriosa do investimento em ciência, no mundo, aponta sem deslize para o fato de que a Física, e suas associações com as outras áreas do conhecimento, promove e garante uma parcela substancial do substrato do poder das nações hegemônicas, no quadro da geopolítica global (MALBOUISSON; SANTANA, 2014). Isso faz com que as esferas de decisão da Física sejam, em último grau, estabelecidas em estreita conexão com as estruturas básicas de poder central, que por sua vez são fundamentalmente definidas por aquilo que se denomina de visão masculina, marcada por uma postura cinegética e guerreira. Essa é a situação, ainda atual, a despeito do avanço e das conquistas do movimento feminista organizado, a partir do início do século XX. Vejamos este aspecto com mais detalhe na próxima seção.

III – A androcentria das estruturas básicas de poder nas sociedades contemporâneas

Análises cartográficas recentes das profissões por sexo mostram que a força de trabalho das mulheres sempre esteve acima de um terço da população ativa; e hoje chega a 50% (MARUANI; MERON, 2013). Por outro lado, tendências androcêntricas perdem força e espaço em ambientes de maior qualificação. Isto mostra que há uma correlação positiva entre diversidade e inovação. Esta correlação tem sido reconhecida e explorada há algum tempo (MARUANI; MERON, 2013; HENNESSEY; AMABILE, 1998, p. 674; GRATTON, 2007; FORBES, 2011; BELL, 2009; EUROPEAN COMMISSION, 2014), impondo direcionamentos alternativos a gestores e agregando novos elementos na discussão sobre gênero (BARBOSA; LIMA, 2013; COTTA; CALDAS, 2009; SAITOVITCH, 2006; BARBOSA, 2014; SAITOVITCH; BARBOSA; PINHO; SANTANA, 2014).

Esta análise, se por um lado demonstra a participação efetiva das mulheres enquanto força de trabalho nas nossas sociedades, também evidencia a exploração da mulher com jornada dupla de trabalho (em casa e no ofício) e reforça resultados teóricos que evidenciam a pouca ou nenhuma participação de mulheres em instâncias de decisões fundamentais em nossa sociedade (YOUNG, 1990, BOURDIEU, 1999). Por isso é que se observa a ausência da presença feminina nos altos escalões das forças armadas, uma atividade estratégica fundamental na organização das sociedades, ou na atuação dos altos postos da ciência, enquanto outra atividade estratégica (SAITOVITCH; BARBOSA; PINHO; SANTANA, 2014). Como delineado na seção anterior, a Física, por ser um desses elementos estruturantes, tende assim necessariamente a apresentar um quadro mínimo de participação feminina nas suas instâncias superiores de decisão.

A dramaticidade desse resultado se revela ainda mais por meio de alguns outros dados. O percentual de apenas 5% de bolsistas de produtividade em pesquisa do nível 1 A do CNPq, na área de Física e Astronomia, está inalterados nos últimos dez anos (BARBOSA; LIMA, 2013); um percentual que não tem apresentado tendência de aumento (SAITOVITCH, 2006). Cenário similar ocorre com a participação das mulheres na Sociedade Brasileira de Física, tanto em número quanto em qualificação, como pode ser observado nos dados levantados entre 2000 e 2006 (COTTA; CALDAS; BARBOSA, 2009). É importante ainda salientar que esta exclusão das mulheres na Física é uma tendência mundial (BARBOSA, 2014) e estes resultados se estendem para outros setores: 15% de mulheres na Academia Brasileira de Ciências; 0% de mulheres presidentas da Sociedade Brasileira de Física, desde a sua fundação; 0% de mulheres presidentas do CNPq, desde a sua fundação.

Este quadro de exclusão deve ser abordado na imensa multiplicidade de seus aspectos sociais, históricos e políticos. E possivelmente este desenho só será modificado, como observamos anteriormente, "com alterações estruturais no modo de produção de bens econômicos e culturais, de forma a sugerir uma nova divisão de trabalho, uma nova distribuição de poder e novos centros de controle de tomada de decisão" (SAITOVITCH; BARBOSA; PINHO; SANTANA, 2014). Como esta é uma tarefa de dimensões sociais insondáveis na sua totalidade, a articulação dos movimentos feministas com todos os setores da sociedade parceiros passa a ser de fundamental importância; e neste contexto, a colaboração com homens militantes do movimento feministas (homens feministas) pode ser uma peça estratégica no desmonte da visão cinegética e opressora na nossa sociedade. Na sequência, este tipo de articulação é analisado com mais detalhe, a partir das ações, das colaborações e das dificuldades enfrentadas pela atual Comissão de Relações de Gênero da Sociedade Brasileira de Física (CRG-SBF).

IV - CRG-SBF e a participação masculina

A Comissão de Relações de Gênero da Sociedade Brasileira de Física (CRG-SBF) foi instituída em 2003, com o objetivo de levantar e estabelecer ações para que atividades em física no país possam ser conduzidas independentemente de gênero (CRG-SBF, 2014). As ações da CRG-SBF estão balizadas a partir de três eixos (SAITOVITCH; BARBOSA; PINHO; SANTANA, 2014): (*i*) A promoção de uma cultura de ensino científico em todos os níveis, enfatizando a contribuição e a participação feminina; (*ii*) a promoção do debate

permanente sobre a participação da mulher nas áreas de ciências exatas; (*iii*) a análise teórica da dinâmica social que leva a pouca participação de mulheres nas áreas de ciências exatas.

Sem abandonar o critério de busca permanente de qualificação para as mulheres na Física, a CRG-SBF (2014) promove um conjunto amplo de ações ligadas ao problema de gênero, que incluem: a organização de portais na *web*; debates em conferências científicas; elaboração de trabalhos contendo análises do problema de gênero; aquisição de dados sobre as mulheres pesquisadoras juntos as agências de fomento; entre outras. Algumas dessas atividades possuem impacto significativo. Por exemplo, a CRG-SBF propôs e organizou a Conferência Brasileira de Mulheres na Física (CBMF), enquanto um fórum permanente para o debate sobre gênero e ciência. Durante a I CBMF, realizada em agosto de 2013, no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Rio de Janeiro, foi identificado que uma ação estratégica importante seria a promoção em larga escala da divulgação das ciências junto às meninas escolares (SAITOVITCH; BARBOSA; PINHO; SANTANA, 2014). As iniciativas da CRG-SBF para dar encaminhamento às resoluções da I CBMF (2014) encontraram ressonância na Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e no Ministério de Ciência e Tecnologia (SAITOVITCH; BARBOSA; PINHO; SANTANA, 2014). Isto levou à elaboração, com a participação da CRG-SBF, do Edital *Chamada nº 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras – Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação*.

Outra atividade que vale ser mencionada trata da elaboração do livro *Mulheres na Física*, contendo análises qualitativas, quantitativas e históricas sobre a participação de mulheres na Física; e em particular, algumas seções são dedicadas às mulheres pioneiras da Física no Brasil. O texto, em elaboração por especialistas, se presta não somente à reflexão do problema de gênero em ciência, mas também à divulgação científica.

Nessas duas atividades, organização da CBMF e o encaminhamento de suas resoluções, assim como na elaboração do livro *Mulheres na Física*, a CRG-SBF conta com o apoio de homens. No caso da I CBMF, houve participação masculina em debates e também como representantes de agências de fomento e representação da SBF; e isto significa envolvimento e compromissos políticos. No caso do livro *Mulheres na Física*, vários capítulos estão sendo escritos por intelectuais masculinos, dos quais muitos expressam explicitamente sensibilidade refinada aos problemas levantados pela questão de gêneros e a opressão imposta à mulher. Outro aspecto interessante, nesta articulação, é que a composição da CRG-SBF contempla, entre os seus seis membros, um representante masculino.

É importante enfatizar, entretanto, que esta participação de homens é limitada em número; e que, além disso, homens ligados ao movimento feminista acabam sendo submetidos também à discriminação pelos pares. Essa discriminação se mostra esfumaçada e disfarçada, invisível por vezes, em piadas de mau gosto; em ilações preconceituosas quanto às preferências sexuais; em discurso pseudoelaborado que retrata a mulher como um ser etéreo, que habita uma galáxia distante. Mas é com esta distância que alguns consideram o problema de gênero, esquecendo-se que essa mulher etérea é na realidade a mãe, é a esposa, é a filha, é a sobrinha, sobre as quais persiste o peso da exclusão e da opressão, imposto desde o nascimento por uma questão construída socialmente. Em outra linha de argumentação, ora o discurso contra o homem feminista se faz a querer lembrar uma traição a um "clube do Bolinha"; ora o balbucio se mostra rude e desqualificado, carregando consigo toda sorte de preconceito, arrogância e virulência. Por ser o problema de gênero uma questão de natureza social e ideológica, o discurso contra o ativista feminista também provém de mulheres que se contrapõem ao movimento feminista em prol do aparato de poder que adquiriu na sociedade (SAITOVITCH; BARBOSA; PINHO; SANTANA, 2014). Isto cria, por certo, um aumento na tendência de afastamento de homens com relação à sua militância em movimentos feministas.

V–Conclusões

Neste trabalho, o problema de gênero e ciência é analisado considerando dois aspectos: a participação de mulheres nas instâncias estruturais de poder, como a ciência, e a articulação de ações dos movimentos de mulheres nesses meios com parceiros, em particular com homens feministas. A Física é a área considerada na análise. Primeiro, mostramos como a Física, que emaranhada a várias outras áreas da ciência, se constitui em um dos alicerces para a estruturação de sociedades modernas; alicerces esses marcados por uma forte tendência androcêntrica. A condução da análise justifica um resultado alarmante e já observado (SAITOVITCH; BARBOSA; PINHO; SANTANA, 2014): a baixa participação de mulheres nos altos postos da ciência; participação que não apresenta nenhuma tendência de alteração *per se*. Essa situação, ao tempo em que requer mais estudos teóricos, também aponta para a necessidade de uma maior articulação dos movimentos de mulheres com homens feministas.

As ações da Comissão de Relações de Gênero da Sociedade Brasileira de Física, que possui na sua composição representação masculina, são analisadas como exemplo. Observa-se que movimentos de mulheres na Física podem encontrar apoio efetivo em parcelas da

comunidade masculina. Entretanto, emerge também a discriminação e o preconceito de pares àquele que leva o apoio explícito aos movimentos de mulheres. Estes são elementos que demandam mais análise e discussão.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer às minhas colegas, Elisa Maria Baggio Saitovitch (CBPF), Renata Zukanovich Funchal (IF-USP), Marcia Cristina Bernardes Barbosa (IF-UFRGS) e Suani Tavares Rubin de Pinho (IF-UFBA), com as quais tenho aprendido, no decorrer dos três últimos anos de trabalho na CRG-SBF, sobre um olhar generoso para as relações sociais, que se traduz na perspectiva de uma forma mais humanizada, mais respeitosa e harmoniosa, de relação entre mulheres e homens. Parte importante das ideias tratadas aqui provém das nossas discussões, e algumas estão mais aprofundadas nos trabalhos que publicamos e que estão citados no texto. Agradeço também a Luiz A. C. Malbouisson (IF-UFBA) e a Samuel Simon (DF-UnB) com quem trabalho há alguns anos sobre fundamentos e história da mecânica e seu impacto sobre as técnicas. A breve análise apresentada aqui sobre a importância social da Física provém das nossas discussões. Do mesmo modo, agradeço a Cíntia Schwantes, Vanessa C. Andrade e Adriana P. Ibaldo (da UnB), pelas discussões no grupo de Divulgação da Física e Problemas de Gênero em Ciência, e a Andréa Sugai (FANUT-UFG) pela leitura do texto e discussões. Este trabalho teve apoio financeiro do CNPq.

Referências bibliográficas

AGRELLO, D. A.; GARG, R. "Mulheres na Física: poder e preconceito nos países em desenvolvimento". *Revista Brasileira de Ensino de Física*, n. 31, p. 1305-1-1305-6, 2009.

BARBOSA, Marcia C. B. *Coleta de dados da IUPAP*. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/iupap/data.html>. Acesso em: 9 mar. 2014.

BARBOSA, Marcia C. B.; Arenzon, J. J. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~arenzon/bolsa/>. Acesso em: 9 mar. 2014.

BARBOSA, Márcia C.; LIMA, Betina S. "Mulheres na Física no Brasil: por que tão poucas? E por que tão devagar?". *In*: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). *Trabalhadoras*: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013. p. 38-53.

BARSTED, Leila L. "Os avanços no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres". *In*: ______. *Autonomia econômica e empoderamento da mulher*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, 2011.

BELL, Sharon. *Women in science in Australia: maximizing productivity, diversity and innovation*: report prepared for the Federation of Australian Scientific and Technological Societies, n. 1, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRAGA, Kátia S.; NASCIMENTO, Elise (Orgs.); DINIZ, Debora (Ed.). *Bibliografia Maria da Penha*: violência contra a mulher no Brasil. Brasília: Letras Livres, EdUnB, 2006.

BREWER, James W.; SMITH, Martha K. (Ed.). Smith. Emmy *Noether*: a tribute to her life and work. New York: Marcel Dekker, 1981.

BYERS, Nina; WILLIAMS, Garry (Eds.). *Out of the shadows*: contributions of twentieth-century women to Physics. New York: Cambridge University Press, 2006.

COHEN, R. S. *Prelude to Galileo*: essays on medieval and sixteenth-century sources of the Galileo's thought. Boston: Kluver, 1981.

COTTA, Mônica A.; CALDAS, Marília J.; BARBOSA, Marcia C. B. "Climbing the academy ladder in Brazil". *Physics*: Proceedings of Third IUPAP International Conference on Women in Physics, AIP Conference, Proceedings 1119, n. 80, 2009.

CRG-SBF: Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/sbf-genero/index-genero.html>. Acesso em: 9 mar. 2014.

DINIZ, Débora; BUGLIONE, Samantha; RIOS, Roger R. *Entre a dúvida e o dogma*. Brasília: Letras Livres, 2006.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Paris: Fayard, 1990.

EUROPEAN Commission, Diversity and Innovation: a business opportunity for all. Disponível em: <http://ec.europa.eu/employment_social/progress/index_en. html>. Acesso em: 9 mar. 2014.

FONTENELE-MOURÃO, Tânia M. *Mulheres no topo da carreira*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

FORBES Insight. *Global Diversity and Inclusion*: Fostering Innovation through a Diverse Workforce, July 1, 2011. Disponível em: <http://www.forbes.com/ forbesinsights/innovation_diversity/>. Acesso em: 9 mar. 2014.

GRATTON, L. *Innovative potential*: men and women in teams. The Lehman Brothers Center for Women in Business, Bi-annual report, London School of Economics, n. 1, 2007.

HENNESSEY, B. A.; AMABILE, T. M. "Reward, intrinsic motivation, and creativity". *American Psychologist*, n. 53, 1998.

IVIE, Rachel; RAY, Kim N. *Women in Physics and Astronomy*. New York: American Institute of Physics Report, 2005. Disponível em: <http://www.aip.org/ statistics>. Acesso em: 9 mar. 2014.

KHANNA, F. C.; MALBOUISSON, A. P. C.; MALBOUISSON, J. M. C.; SANTANA, A. E. *Thermal Quantum Field Theory*: Algebraic Aspects and Applications. Singapore: W. Scientific, 2009.

MALBOUISSON, Luiz A. C.; SANTANA, Ademir E. “As equaçôes de movimento e o desenvolvimento das ciências naturais e da tecnologia”. *Ciência e Sociedade*, v. 2, n. 1, 2014.

MARUANI, Margaret; MERON, Monique. *Histórias mal contadas sobre o trabalho das mulheres*, 7 jan. 2013. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/ artigo.php?id=1332>. Acesso em: 9 mar. 2014.

NAHAN, M. C. *Selections from Early Greek Philosophy*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1964.

NEWTON, I. *The Principia*, Translated by A. Motte. New York: Prometheus Book, 1995.

PAZ, Francisco M. *Senadoras*: dados biográficos. Brasília: Secretaria de Arquivo, Senado Federal, 2004.

PHYSICS WORLD. *Women in Physics*. Special issue. Disponível em: <http:// physicsworld.com/cws/article/print/17749;http://www.aip.org/statistics/trends/highlite/women /iupap.htm>. Acesso em: 9 mar. 2014.

RESOLUÇÕES da *I Conferência Brasileira de Mulheres em Física*, 2013, Rio de Janeiro, CBPF: Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/sbf-genero-evento/>. Acesso em: 9 mar. 2014.

ROGERS, Wendy; BALLANTYNE, Angela. “Populações especiais: vulnerabilidade e proteção”. *In*: DINIZ, Debora; SUGAI, Andréa; GUILLHEM, Dirce; SQUINCA Flávia (Eds.). *Ética em pesquisa*: temas globais. Brasília: EdUnB, 2008.

SAITOVITCH, Elisa B. *Palestra convidada no Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciência*, Brasília, 29-30 mar. 2006. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/download_livro_60887/pensando_genero_e_ciencia-_nucleos_e_grupos_de_pesquisa>. Acesso em: 9 mar. 2014.

SAITOVITCH, Elisa B.; BARBOSA, Marcia C. B.; PINHO, Suani T. R. de; SANTANA, Ademir E. *A exclusão invisível*, 2012. Disponível em: <sbfisica. org.br/comissoes/CRG>. Acesso em: 14 maio 2014.

SAITOVITCH, Elisa B.; BARBOSA, Marcia C. B.; PINHO, Suani T. R. de; SANTANA, Ademir E. *Meninas na Física*: um desafio para a educação científica escolar, eBFIS3, 003-1, 2014. Disponível em: <http://www. boletimdafisica.com/>. Acesso em: 9 mar. 2014.

SANTANA, A. E.; SIMON, Samuel, *Constitutive elements of non-abelian gauge theories*.

SCHWANTES, Cíntia. “Genealogias de gênero: orientações de dissertações e teses no Grupo de Trabalho A Mulher na Literatura”. *In*: STEVENS, Cristina (Org.). *Mulher e Literatura – 25 anos*: raízes e rumos. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

TEGMARK, M.; WEELER, J. A. “100 years of quantum mystery”. *Scientific American*, Feb. 2001.

YOUNG, Iris. M. *Justice and politics of difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

5. Imagens, Cinema, Mídia e Publicidade

Imagens de mulheres artistas no Ocidente medieval

Maria Cristina Correia L. Pereira[1]

Se, em pleno século XXI, as *Guerrilla Girls* ainda encontram motivos para protestar contra a extremamente fraca porcentagem de mulheres artistas nos museus[2], seria de se esperar sua total ausência na sociedade medieval, tendo em vista a "lenda negra" que recobre aquele período. No entanto, assim como tal visão (de que a Idade Média era uma "idade das trevas") é inteiramente equivocada, tampouco se pode falar em uma sociedade em que as mulheres fossem descartadas das esferas intelectuais e artísticas. Embora de fato se tratasse de um mundo em que as decisões mais importantes eram tomadas, via de regra, por homens, como bem colocou Brigitte Kurmann-Schwarz, "mesmo assim mulheres artistas conseguiam criar situações em que elas eram capazes de desenvolver suas habilidades artísticas e intelectuais e de se tornar artistas ou exercer alguma influência, ativa ou passiva, na arte" (KURMANN-SCHWARZ, 2006, p. 129). O objetivo deste trabalho é lançar as bases para um estudo mais amplo sobre estas mulheres, a partir de um tipo específico de fontes: as iconográficas, que têm sido pouco exploradas pela bibliografia especializada, apesar de sua grande riqueza e complexidade.

É importante lembrar que cada tipo de fonte demanda cuidados e tratamentos específicos: são bastante distintos, por exemplos, os recibos de pagamento por serviços prestados ou os registros de guildas dos textos literários. Mais diferentes ainda são as imagens, que em hipótese alguma devem ser vistas como ilustrações ou "traduções" de textos. E nem tampouco devem ser tomadas como "reflexos" da realidade. Há uma relação complexa, profundamente dialética entre elas e a sociedade que as produziu. Parafraseando Jean-Claude Schmitt, elas são uma das maneiras pelas quais a sociedade se representa e se re-apresenta (SCHMITT, 2007).

Iremos analisar neste texto duas séries de imagens que nos parecem representativas do conjunto de figurações medievais de mulheres artistas: a primeira consta de uma só obra (o

[1] Doutora em História pela *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* na França. Professora da Universidade de São Paulo (USP).

[2] Sobre o projeto *Naked through the ages*, em que o grupo Guerrilla Girls periodicamente compara o número de artistas mulheres com o número de nus femininos em exibição no Metropolitan Museum, em Nova York, consultar: <http://www.guerrillagirls.com/posters/nakedthroughtheages.shtml.

De mulieribus claris, de Boccaccio) em cinco de seus manuscritos em que são apresentadas três mulheres artistas, e a segunda consta de três manuscritos distintos (dois deles com textos religiosos e o terceiro é um manuscrito do *Romance da Rosa*) que são apresentadas “autoimagens” de mulheres artistas.

Na primeira série já podemos ver uma das especificidades das fontes iconográficas: sua diversidade. Um mesmo texto pode ser acompanhado de imagens bem distintas, o que dá mostra de uma reflexão em curso (um pensamento figurativo, como diria Pierre Francastel (1984), sujeita a mudanças, muito mais dinâmica que o texto escrito.

Metodologicamente, a utilização de séries é fundamental para perceber essas mudanças e possibilitar comparações. Assim, por exemplo, pode-se observar logo de início a diferença de tratamento das artistas nessas duas séries: na primeira, elas são figuradas desempenhando seus ofícios, em plena ação de pintar, esculpir, bordar. Mais do que uma preocupação de cunho realista (que pode até estar presente, de acordo com a época e o lugar), busca-se com isso caracterizá-las como tal, como artistas. Ou seja, o trabalho é visto como uma espécie de atributo, assim como os instrumentos de martírio o são para determinados santos, ou a coroa o é para um rei. Na segunda série, é basicamente a escrita que as define como artistas. Ou seja, abrem-se aí duas soluções bastante distintas para um mesmo objetivo, e que vão variar de acordo com quem está “falando”, quem está produzindo as imagens, como veremos mais adiante.

Uma segunda observação, ainda mais básica, é que no primeiro caso se trata de mulheres fictícias ou semifictícias (embora tomadas como “reais” pela obra, sobretudo em função de sua longa tradição e da autoridade da fonte que as deu a conhecer: a História Natural de Plínio, o Velho). No segundo caso, são mulheres cuja existência histórica pode ser atestada – sobretudo pelas próprias imagens e as inscrições que as acompanham.

Passemos à primeira série. O *De mulieribus claris*, escrito entre 1361 e 1362 por Bocaccio, narra, pela primeira vez no mundo medieval, a biografia de 106 personagens femininas ilustres, tanto negativas quanto positivas, das quais três são pintoras e/ou escultoras. São conhecidas inúmeras cópias desse manuscrito, muitas das quais traduzidas para o francês, com o título *De cleres et nobles dames*, o que demonstra o sucesso da obra, e o que a torna uma fonte inestimável para o estudo das imagens de mulheres artistas.

Os cinco manuscritos que estudamos aqui foram traduzidos para o francês, incluindo a primeira tradução, feita em Paris em 1402 e dada pelo comerciante de livros Jacques Raponde (que seria o autor do programa iconográfico) a Felipe, o Calvo, duque da Burgúndia

(BUETTNER, 1988), e conservada na Biblioteca Nacional da França (BNF Fr 12420). Além desta, analisaremos a segunda tradução, de 1403, feita por outro ateliê para Jean, duque de Berry[3], embora bastante próxima à primeira e também conservada na mesma biblioteca (BNF Fr 598). Os dois manuscritos seguintes pertencem a outra tradição iconográfica, embora também datem da primeira metade do século XV e tenham sido produzidos na França, sendo atualmente conservados na British Library: o Ms Royal 16 G V, produzido por volta de 1440 e cuja iluminação é atribuída a Mestre Talbot[4], e o Ms Royal 20 C V, do primeiro quarto do século XV, sem atribuição de autoria de iluminação[5]. O quinto manuscrito, cuja iluminação é atribuída a Robinet Testard[6] para Luísa, condessa da Savoia, afasta-se dos anteriores, tanto do ponto de vista das imagens como de sua datação, entre 1488 e 1496, sendo também conservado na Biblioteca Nacional da França (BNF Fr 599).

Eles foram escolhidos, em primeiro lugar, por serem iluminados, mas também por serem ao mesmo tempo próximos cronologicamente (e também pela língua), mas suficientemente afastados para que se percebam melhor as mudanças. Além disso, apresentam a vantagem de estarem digitalizados e com boa definição.

A primeira artista, segundo a ordem do texto de Boccaccio, é a pintora Tamara (também chamada de Timareta, Tamiris ou Tamar): de origem grega, ela seria filha de outro pintor, Micon Menor, do século V a.C., e se tornara famosa por haver pintado uma imagem da deusa Ártemis (que ele chama pelo nome romano Diana) sobre madeira (cap. 54). As imagens dos cinco manuscritos se dividem em três grupos (Fig. 1), tendo em comum a cristianização da narrativa: o primeiro substitui a deusa virginal por outra virgem, Maria; o segundo a figura como uma Eva – desnuda, porém pudica (ainda que também se poderia falar aqui de outra deusa pagã, Afrodite/Vênus); e o terceiro (o do manuscrito mais recente) a representa como uma fiel, vestida e de mãos postas em oração. Em nenhum momento no texto há interpretações desse tipo. Estamos aqui frente a uma verdadeira exegese visual, moralizando a narrativa escrita.

---

[3] Segundo o catálogo da Biblioteca Nacional da França. Disponível em: <http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre&O=7903979&E=JPEG&NavigationSimplifiee=ok&typeFonds=noir>.

[4] Segundo o catálogo da British Library. Disponível em: <http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/record.asp?MSID=8359>.

[5] Segundo o catálogo da British Library. Disponível em: <http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/record.asp?MSID=8355&CollID=16&NStart=200305>.

[6] Segundo o catálogo da Biblioteca Nacional da França. Disponível em: <http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre&O=8003677&E=JPEG&NavigationSimplifiee=ok&typeFonds=noir>.



Fig. 1 – Tamara. Da esquerda para a direita, no registro superior: BNF Fr 12420, fol. 86r; e BNF Fr 598, fol. 86r. Da esquerda para a direita, no registro inferior: British Library, Royal 16 G V fol. 68v; British Library, Royal 20 C V fol. 90r; e BNF Fr 599, fol. 50r.

De todas as cinco miniaturas, a primeira é a mais complexa: Tamara pinta um pequeno quadro sobre madeira da Virgem Maria com o Menino Jesus no colo, enquanto ao fundo um assistente prepara a cor azul empregada no manto de Maria. A posição do quadro, à altura do rosto da pintora e ligeiramente inclinado, permite cumprir uma série de funções: por um lado, possibilita que o espectador veja o tema da pintura e o quão Tamara era piedosa – anacronicamente piedosa. Mas a cristianização da artista vai mais além: o quadro está posicionado como um espelho. Ou seja, ela se espelha na Virgem, modelo fundamental de mulher na Idade Média, e que está de frente, enquanto Tamara está de perfil. A posição do quadro também demonstra a utilização de perspectiva por parte do (ou mesmo da) artista cujo nome se desconhece e que pintou esse manuscrito (embora a tradição já o designe pelo masculino: o Mestre da Coroação da Virgem, atribuição de Millard Meiss). Há também um forte contraste entre as duas personagens na miniatura: enquanto Tamara está vestida nobremente e não parece realizar um esforço físico, seu auxiliar está com as mangas arregaçadas e parece aplicar bastante força na fabricação das tintas. A hierarquia entre eles é claramente demonstrada.

A segunda artista é Irene, que também seria de origem grega, e igualmente filha de um pintor, Cratino (cap. 57) – insistência que mostra a importância da organização familiar desse ofício e também, de certa forma, a legitimidade dessas mulheres, para Boccaccio. É interessante observar que Christine de Pizan, que na sequência irá retomar essa obra, minimiza tal peso da tradição familiar, ao dizer que ela foi aluna dele (PIZAN, 2012, p. 150, cap. 41, l. 1). Irene teria se tornado famosa sobretudo pela pintura de um certo ancião chamado Calipso, do gladiador Teodoro e de um famoso dançarino chamado Alcístenes, segundo Boccaccio, que sintetizou nela algumas das pintoras mencionadas por Plínio.

Novamente, as cinco imagens se afastam do texto (Fig. 2), mas nem todas o cristianizam, apenas as duas primeiras além, de certa forma, da quinta. A terceira e a quarta mostram Irene pintando em um muro a imagem de um menino que não porta atributo cristão algum. Na quinta, ela desenha em uma parede uma mulher que novamente tem as mãos postas. Nas duas primeiras não se trata de pinturas murais, e sim de obras portáteis. Na segunda é um pequeno díptico com o rosto do Cristo de inspiração levemente bizantina.



Fig. 2 – Irene. Da esquerda para a direita, no registro superior: BNF Fr 12420, fol. 92v; e BNF Fr 598, fol. 193r. Da esquerda para a direita, no registro inferior: British Library, Royal 16 G V fol. 73v; British Library, Royal 20 C V fol. 96r; e BNF Fr 599, fol. 53v.

A primeira é novamente a mais complexa: Irene, que está sentada, como na imagem anterior, aplica policromia sobre uma escultura da Virgem com o Menino pousada na mesa à sua frente. O manto azul da Virgem está novamente em destaque, e é essa a cor que ela tem na paleta. A cristianização da artista é ainda completada com a outra obra presente na imagem: um ícone do Cristo sobre a mesa. É novamente uma presença masculina, embora de natureza bastante diversa da miniatura de Tamara. De toda forma, é interessante que as relações mais ou menos se mantêm: a artista está voltada para a imagem sobre a qual trabalha de forma um tanto especular, em diagonal em relação ao espectador (embora aqui esteja de semiperfil), e há um homem (nesse caso o Cristo) ao fundo, voltado para o espectador. Mas nesta imagem, provavelmente tendo em vista o homem em questão, a artista não lhe vira as costas como ocorre na miniatura de Tamara.

A terceira imagem desta série figura Marcia de Varone (também conhecida como Iaia de Cyzicus, que teria vivido no século I a.C.), uma romana de vida consagrada à virgindade, segundo Boccaccio, que era pintora e escultora (cap. 64). Um dos principais episódios de sua biografia é o autorretrato que teria feito com auxílio do espelho, causando admiração entre os espectadores por sua perfeição. É esse o objeto de destaque na maioria das imagens, que no entanto trazem diferenças bastante importantes (Fig. 3).



Fig. 3 – Marcia. Da esquerda para a direita, no registro superior: BNF Fr 12420, fol. 101v; e BNF Fr 598, fol. 210r. Da esquerda para a direita, no registro inferior: British Library, Royal 16 G V fol. 80r; British Library, Royal 20 C V fol. 104r; e BNF Fr 599, fol. 58r.

A terceira e a quarta imagens moralizaram a história, fazendo dela uma espécie de alegoria da vaidade: nelas, Márcia ignora os instrumentos de escultura pousados sobre a mesa e se dedica a se pentear frente ao espelho. O peso do modelo iconográfico da Vaidade foi mais forte, e a artista foi deixada de lado. Na quinta miniatura, Márcia está esculpindo um bloco de pedra que imita mármore com uma imagem de mulher que guarda certa semelhança com ela – as roupas, porém, são diferentes, assim como o penteado, já que a figura com os cabelos soltos. Mas o mais importante é que o espelho está ausente. Nas duas primeiras imagens, obedece-se mais fielmente ao texto: em ambas, Márcia pinta seu autorretrato com o auxílio de um espelho – embora na segunda este objeto seja quase um simples adorno, sem nem mesmo trazer reflexo. A relação é direta entre a pintora e sua imagem (como na quinta imagem). É, porém, assim como para as outras biografias, o primeiro manuscrito o mais complexo.

Nesta imagem há particularmente atenção aos detalhes, com a figuração mais fidedigna de instrumentos de pintura (pincéis, paleta, recipientes para tintas etc.) e também de sua cadeira, de espaldar alto, ornamentada e dourada. Ela porta na mão esquerda um pequeno espelho ovalado onde vemos refletido seu rosto e com a mão direita segura o pincel com o qual pinta sua autoimagem na folha (ou tela?) solta à sua frente, presa ao púlpito sobre o qual trabalha. Nesta imagem que pinta, de tamanho maior que o natural, ela está de semiperfil, respeitando a perspectiva que também se verifica em relação ao espelho. Ela traja o mesmo vestido rosa e tem os cabelos louros no mesmo corte, reforçando a relação especular, mimética já evocada pelo espelho. O azul também está presente na pintura que está sendo pintada, como fundo. Se nas outras duas imagens deste manuscrito a imagem da artista passa, de certa forma, pela imagem da Virgem, aqui ela está exibida em toda sua completude – e, mais ainda, desdobrada em três. No entanto, é nesta miniatura que a noção de reflexo, sugerida nas outras duas, é confirmada. Não apenas pela presença do espelho – que tem por função iconográfica desvelar o processo de pintura de autorretrato – mas pela relação entre os olhares da Marcia pintora com a Marcia pintura: a primeira olha em frente, diretamente para a segunda, deixando de lado a Marcia no espelho.

Através desse breve dossiê, podemos ter uma ideia de como as fontes iconográficas possuem lógicas e modos de funcionamento próprios, que não são dependentes do texto escrito, embora muitas vezes sejam entrelaçadas a eles. E isso independe das personagens representadas serem reais, históricas, ou ficcionais.

Na segunda série de imagens, a de autoimagens de artistas, a primeira se encontra em um manuscrito conhecido como o *Codex Guta-Sintram* (a ordem por vezes está alterada, o que é sempre revelador das relações de gênero: usualmente os escribas são colocados à frente dos iluminadores), copiado pela escriba Guta, monja do mosteiro de Schwartzenthann e iluminado por outro monge, Sintram, ambos cônegos agostinianos (Strasbourg, Bibliothèque du Grand Séminaire, Cod. 37, fol. 4r.). Datado de 1154, ele contém uma série de obras de uso monástico, tendo sido feito para o mosteiro de Marbach, na Alsácia. Os dois artistas ladeiam a Virgem, e embora o religioso ocupe o lugar prestigioso de sua direita, a monja partilha de suas cores, notadamente o véu do mesmo azul que sua auréola (Fig. 4). A Virgem se ocupa de fazer o elogio do trabalho deles, respondendo à dedicatória a ela escrita nos três arcos, dizendo no filactério que porta: “Juntos, vocês ornaram essa obra, com letras e figuras elaboradas com habilidade. Juntos, farei com que dividam o mesmo repouso”. O arco acima de Guta deixa claro que ela escreveu a obra para a Virgem, como a posição de sua cabeça e das mãos confirma. Em comum com o manuscrito de 1402 de Boccaccio, a devoção e a dedicação da artista à religião cristã e particularmente à Virgem estão demonstradas. A artista é, antes de mais nada, uma cristã exemplar.



Fig. 4 – Codex Guta-Sintram, Strasbourg, Bibliothèque du Grand Séminaire, Cod. 37, fol. 9r.

Também é digna de nota a proximidade entre as duas personagens, sua equiparação, como a inscrição faz questão de marcar. Nesse sentido, essa imagem é particularmente importante para nos lembrar de um procedimento metodológico essencial, que é o de não isolar o estudo das mulheres artistas dos homens artistas. Por mais que um recorte seja necessário e justificado para a pesquisa, ele é artificial do ponto de vista da sociedade. Assim, por exemplo, se se conhecem poucos nomes de artistas mulheres na Idade Média, a situação não era tão diferente para os homens, uma vez que as noções de autoria, criação e assinatura como as conhecemos hoje não se aplicavam para os séculos medievais – uma situação que só começa a mudar ao longo do século XV.

Outro exemplo dessa cooperação entre artistas homens e mulheres é encontrado na segunda imagem dessa série, que se localiza na margem inferior de um dos fólios de um manuscrito do Romance da Rosa de meados do século XIV (BNF Fr 25526, fol. 77v): duas personagens, um homem e uma mulher, são figurados escrevendo ou iluminando fólios, que são colocados a secar ao lado deles (Fig. 5). De acordo com alguns estudiosos e o próprio catálogo da Biblioteca Nacional da França, tratar-se-ia do casal Richard e Jeanne Montbaston[7]. Embora tenha sido apenas ela a iluminadora, o casal costumava trabalhar em parceria.

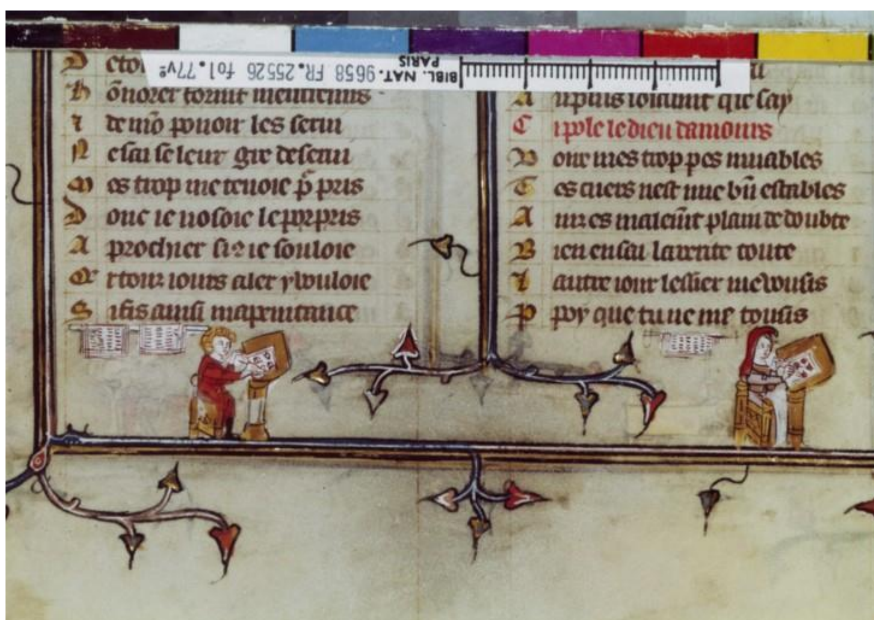


Fig. 5 – Roman de la Rose. Paris, BNF Fr. 25526, fol. 77v.

[7] Disponível em: <http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre&O=7903179&E=JPEG&NavigationSimplifiee=ok&typeFonds=noir>.

Essa imagem se destaca bastante do resto da série, entre outros fatores por não possuir inscrição, mas é bastante útil justamente por mostrar as variações que se pode encontrar. Mas o que mais gostaríamos de destacar é a figuração dos artistas de ambos os sexos sem uma hierarquia entre eles em um manuscrito de uma obra em que as mulheres são extremamente mal vistas (tendo gerado, inclusive, a famosa querela com Christine de Pisan). No fólio anterior, o 77r, vemos novamente dois artistas: à esquerda, uma mulher prepara tinta e à direita, um homem está pintando um fólio. Apesar da distância entre eles e da ausência de hierarquia demonstrada, o catálogo da Biblioteca Nacional da França descreve a cena como "uma mulher preparando tinta para um iluminador ao trabalho"[8], em uma clara marcação de diferença de gêneros, em que a mulher não só está a serviço do homem como não recebe o título de artista (enquanto se sabe que não era nada incomum que os artistas preparassem suas próprias tintas). É possível que tal descrição tenha sido influenciada pela própria obra, mas ela se insere em uma longa tradição na História da Arte de não se levar em consideração as mulheres artistas. Embora não seja nossa intenção neste texto, haveria que comparar essas duas imagens com as demais imagens nas margens do manuscrito: dos 9 fólios em que há imagens nas margens, em 6 são figurados homens e mulheres juntos, seja de maneira igualitária, como no caso dos dois já mencionados (e também, de certa forma, no primeiro fólio do manuscrito, em que há dois seres híbridos, com cabeças humanas e corpos de dragão, parecendo ser um do sexo feminino e o outro do masculino[9]), seja com a mulher em uma posição dominante (como no fólio 106r, em que uma monja puxa um monge amarrado por uma corda ao pênis[10]). Tal análise comparada entre as imagens e com o próprio texto poderia trazer mais dados para os estudos sobre os diferentes estatutos e as possibilidades de atuação das mulheres artistas na sociedade medieval.

A terceira imagem desta série é uma inicial D (de *Dominus*) de um Homiliário produzido na segunda metade do século XII (Frankfurt, Universitätsbibliothek Johann Christian Senckenberg, Ms Barth. 42, fol. 110v), e que abriga em sua barriga uma monja que

[8] Disponível em: <http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre&O=7826785&E=JPEG& NavigationSimplifiee=ok&typeFonds=noir>.

[9] Disponível em: <http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre&O=8012088&E=JPEG& NavigationSimplifiee=ok&typeFonds=noir>.

[10] Disponível em: <http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre&O=7840199&E=JPEG&NavigationSimplifiee=ok&typeFonds=noir>

segura um filactério com a seguinte inscrição "*Guda peccatrix mulier scripsit [qu]e pinxit h[un]c librum*" ("Guda, mulher pecadora, escreveu e pintou esse livro") (Fig. 6). Apesar da proximidade dos nomes, não se trata da mesma pessoa, e sim de uma monja de um mosteiro do médio Reno (KLAPISCH-ZUBER, 2004, p. 159-163). Como no primeiro caso desta série, a ação de pintar (ou escrever) é substituída pelo texto, pela fala da artista. Não é necessária a "comprovação" da ação: a autoridade de sua presença somada à inscrição já é suficiente. Ademais, aqui a artista está fazendo a própria letra D de *Dominus* (e por extensão o próprio Senhor) falar: o filactério que segura nada mais é que um desdobramento da letra – letra que contém imagem e texto, os dois universos que Guda domina. Temos aqui, de maneira ainda mais explícita do que no Codex Guta-Sintram, um caso de "assinatura em autorretrato", para usarmos a expressão cunhada por Béatrice Fraenkel (1992, p. 107).



Fig. 6 - Francfort, Stadt- und Universitätsbibliothek, Ms. Barth. 42, fol. 110vb.

Quanto à menção ao termo "pecadora", isso não deve ser encarado de forma muito rígida: mais que uma confissão ou um *mea culpa*, é um indício comum na sociedade medieval de modéstia e humildade – e que contrasta com a exibição explícita de seu nome, destacado

do resto da inscrição pelo lugar que ocupa no filactério. Segundo Pierre-Alain Mariaux, a escolha do texto onde se encontra essa inicial (uma das duas únicas a apresentar uma figura humana em seu interior) é bastante significativa por se tratar da nona homilia de São João Crisóstomo, o "Sermão sobre como Davi venceu o monstruoso inimigo Golias" ("*Sermo beati iohannes episcopi de david ubi goliad immanem hostem devicit*"), que teria uma relação com a busca da Salvação quando da Segunda Vinda de Cristo (MARIAUX, 2012, p. 414-415). Assim, para ele, a apresentação de Guda como artista viria compensar no Juízo Final os pecados que ela poderia ter cometido em vida. Mas Mariaux vai mais além, e compara essa imagem com uma outra, em que um artista também representa sua salvação no momento do Juízo Final. Ela se encontra no frontispício de um manuscrito das Etimologias de Isidoro de Sevilha, em que, face ao Cristo Juiz, a alma do escriba Swicher é salva do inferno graças ao próprio livro que ele copiara, e que está sendo pesado na balança. Uma inscrição acompanhando a cena não deixa margem à dúvida: "Ó, Senhor, tende piedade deste pobre escriba. Não considereis o peso de meus pecados. Embora as coisas boas possam ser pequenas, que elas prevaleçam sobre as más. Que a noite dê lugar ao dia; e que a morte dê lugar à vida" (*Id., ibid.*).

Concluindo, uma última comparação deve ser feita: sobre o lugar no texto que as imagens ocupam. As da primeira série estão todas "dentro" da página, e mesmo que não ocupem um espaço muito grande em relação ao texto, estão enquadradas e inseridas dentro da área pautada. Na segunda série, apenas a primeira imagem ocupa a parte central do fólio. A segunda está na margem inferior e a terceira no interior de uma letra – ou seja, espaços relativamente marginais, embora muito "frequentados" pelas imagens nos manuscritos medievais. De certa forma, isso poderia ser visto como um indício de um lugar menos prestigioso para as mulheres quando elas mesmas se apresentam como artistas. No entanto, e daí a importância dos estudos comparados, quando os homens artistas também se autoapresentam, são esses os lugares que ocupam. Ou seja, mais que uma questão de gênero, é uma questão de *status* do artista de modo geral, que estava ainda a se construir como indivíduo de destaque e mesmo um gênio, como ocorreria alguns séculos depois.

Referências bibliográficas

BUETTNER, Brigitte. "Jacques Raponde, 'marchand de manuscrits enluminés'". *Médiévales*, n. 14, p. 23-32, 1988.

FRAENKEL, Béatrice. *La signature. Genèse d'un signe*. Paris: Gallimard, 1992.

FRANCASTEL, Pierre. “Para una sociología del arte. Método o problemática?”. *In*: ______. *Sociología del arte*. Madrid: Alianza, 1984. p. 7-34.

GUERRILLA Girls. *Naked through the ages*. Disponível em: <http://www.guerrillagirls.com/posters/nakedthroughtheages.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2014.

KLAPISCH-ZUBER, Christine. “Guda et Claricia: deux ‘autoportraits’ féminins du XIIe siècle”. Clio. *Femmes, Genre, Histoire* [En ligne], n. 19, 2004, p. 159-163. Disponível em: <http://clio.revues.org/1602>.

KURMANN-SCHWARZ, Brigitte. “Gender and medieval art”. *In*: RUDOLPH, Conrad (Ed.). *A companion to medieval art. Romanesque and Gothic in Northern Europe*. Oxford: Blackwell, 2006. p. 128-150.

MARIAUX, Pierre-Alain. “Women in the making: early medieval signatures and artists’ Portraits (9th–12th c.)”. *In*: MARTIN, Therese (Org.). *Reassessing the role of women as ‘Makers’ of medieval art and architecture*. 2 v. Leiden: Brill, 2012. v. 1, p. 393-428.

PIZAN, Christine de. *A cidade das damas*. Trad. de Luciana E. F. Calado Deplagne. Florianópolis: Mulheres, 2012.

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens*: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. São Paulo: Edusc, 2007.

Corpos negros no/do feminino em três movimentos: um exercício de (des)construção

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro[1]

Acompanho Gayle Rubin, que afirma: "*we never encounter the body unmediated by the meanings that cultures give to it*"[2] (1984, p. 276-277). Corpos de mulheres emergem em discursos da ciência e da arte no Ocidente como efeitos e instrumentos de sentidos que circulam na sociedade. Representações de corpos negros inscritos no discurso social oitocentista do Brasil e do mundo Atlântico, exibidas em diferentes suportes, constituem o escopo da pesquisa que venho desenvolvendo[3], experiência que se mostra prolífica e aponta para desdobramentos possíveis.

O desafio consiste em recusar o corpo natural, evidência construída no âmbito da *epistemé* clássica que se dissemina no Ocidente e na modernidade para orquestrar objetos e códigos da cultura. E sugere apreender representações do corpo como espectro articulador da linguagem, de esquemas perceptivos, de valores e da hierarquia de suas práticas, como produtos e processos de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração social dessa realidade (JODELET, 2001).

Nos quadros do Brasil oitocentista, o Império é frequentemente representado por meio de pinturas, aquarelas e gravuras, o que, segundo Alencastro, talvez tenha contribuído para agregar, na cultura marcadamente visual dos brasileiros de hoje, o período imperial ao passado colonial, empurrando o "arcaísmo" monárquico para longe da "modernidade republicana" (ALENCASTRO, 1997, p. 10). Em meio à "turba variegada de negros e negras" (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 48), corpos se exibem na paisagem da monarquia constitucional em discursos do Estado e do senso comum, e desenham significados no imaginário social também pela diferença demarcada na condição civil do cativeiro, esta que foi vivida e disseminada na experiência escravocrata até 1888, e cinzelada na cultura para além dela.

---

[1] Doutora em História Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

[2] Tradução: "Não é possível encontrar o corpo não mediado pelos sentidos que a cultura dá a ele" (trad. livre). (RUBIN, 1984, p. 276-277.

[3] Mestrado (UnB, 1999-2001) e doutorado (UnB, 2002-2006).

Quase incontornável no período, construída no discurso social por viajantes estrangeiros e por elites proprietárias, a demarcação de raça, referindo-se à localização inferior, costumou prevalecer em registros definitivos e fertilizadores da memória histórica e historiográfica. Corpos negros de mulheres, na formação e no pensamento social brasileiro, insinuam dualidades em cascata (MUNIZ, 2011) e articulam sistematicamente na cultura um conjunto de desigualdades históricas. Procuro pensar a emergência de algumas imagens de corpos negros do/no feminino da sociedade oitocentista brasileira. Trata-se de um exercício que procura invadir a repetição estilizada de atos performativos na imagem e no tempo – gestos, movimentos, encenações – e que exprime o desejo de quebrar a relação ilusória e a dominação arbitrária que desenha/aprisiona o outro generificado, sexualizado e racializado distribuído no discurso social e designado como "mulher negra" ou "mulher cativa".

O objetivo, aqui, é adentrar o teatro de corpos e discursos para desconstruir o caráter excludente da matriz de inteligibilidade cultural, esta que se dissipa e naturaliza como força da natureza humana. Em cada exposição histórica, imagens desses corpos delimitam um espaço entre relações de assimetria, e revelam a produção silenciosa de subjetividades que habitam o lugar abjeto de identidades forjadas no cativeiro e na demarcação biológica não apenas da raça, mas também do sexo. Como assinala Butler, o abjeto designa

> precisamente aquelas zonas "inóspitas" e "inabitáveis" da vida social que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do 'inabitável' é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, *apud* LOURO, 2000, p. 112).

Primeira imagem

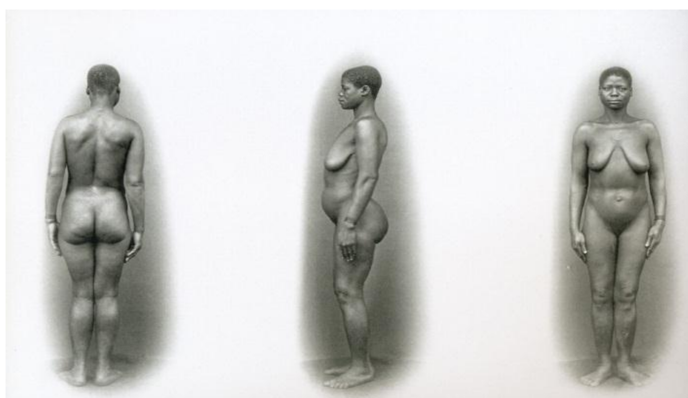


Figura 1 - Fotografia de Auguste Stahl. *In*: LAGO, Bia Corrêa do. *Auguste Stahl: Obra completa em Pernambuco e Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Capivara, 2004, p. 11. Os originais encontram-se no Peabody Museum de Harvard/Boston/EUA.

Trata-se de uma fotografia de Auguste Stahl, fotógrafo que auxiliou o zoólogo suíço Louis Agassiz na Expedição Thayer, realizada em 1865-66 no Brasil, com objetivo de registrar tipos raciais brasileiros do Rio de Janeiro e Amazônia.

Na imagem em branco e preto do fotógrafo teutônico, o corpo nu, de costas, de perfil e de frente, é capturado, e dele a fotografia e a ciência se servem para exibir o corpo-natureza e a verdade nua da diferença entre as espécies humanas e da diferença sexual. Sem adornos, o corpo negro se oferece ao olhar que escrutina, decifra, conhece e classifica a partir dos saberes e poderes em movimento. Esta é uma das imagens que importam no movimento dos discursos e das disciplinas que se organizam para ordenar as populações, também para delimitar fronteiras biopolíticas para as nações e desenhar as condutas civilizadas do progresso. É possível perceber a imagem como peça integrante da maquinaria política em operação no momento das disciplinas, tal como concebida por Foucault.

Maria Bernardete Ramos Flores observa, ao traçar uma genealogia do racismo, como a formação dos Estados Nacionais, a emergência das multidões e das classes, da formação, tudo se debruça sobre o estudo do homem e o corpo humano entra na ordem do discurso:

> a literatura descreverá indivíduos anônimos; a estatística vai enumerar a população; a antropologia especificará os tipos raciais; a criminologia identificará o criminoso nato; a psicologia classificará os normais e os anormais; a fisiologia decifrará sinais de personalidade; a medicina identificará os doentes e os sãos; a frenologia e a craneologia, numa euforia pela medição de ossos definirão uma estrutura interna que se reflete na somatologia externa e explicarão a aparência do indivíduo (...). Uma tecnologia do corpo se desenvolve na genealogia do racismo (FLORES, 2007, p. 50-51).

Não por acaso, a tomada em perfil, frontal e dorsal se tornaria prática rotineira do controle científico e policial. Stahl provavelmente percebera que a fotografia se prestava ao escrutínio do corpo e, na captação e fixação de detalhes pormenorizados, talvez já percebesse que ela possibilitaria a decifração da alma. Assim, ao capturar a integridade do corpo nu registrado em três ângulos, esperava-se tornar visíveis todos os aspectos de sua identidade racial, sexual, social e moral. Como evidência da natureza desnuda, o corpo do outro – negro e feminino –, objeto da representação, torna-se evidência morfológica, antropométrica e fisionômica da verdade construída, esta que, por sua vez, esconde as condições históricas e políticas dessa construção.

O corpo na fotografia exibe e faz operar a noção de raça e seus significados políticos, que parecem estar na contramão da disseminada visão igualitária da humanidade das revoluções burguesas. Em oposição às ideias monogenistas, que defendiam a tese de que a humanidade teria uma origem comum, em meados do século XIX, fortaleceram-se as teses

poligenistas, incluindo-se nelas o pensamento de Agassiz, segundo as quais as diferentes raças humanas constituiriam “espécies diversas”, “tipos” específicos, não redutíveis a uma única humanidade, fosse pela aclimatação, fosse pelo cruzamento (SCHWARCZ, 1993, p. 47-49). Afastando-se dos modelos humanistas e estabelecendo relações deterministas e moralistas, as teorias poligenistas, em analogia às leis da biologia e da natureza, forjavam uma interpretação do comportamento e da capacidade humanas para classificar a história dos povos em termos de “raças” ou “sub-raças” mais ou menos “civilizáveis”. Baseava-se em critérios anatômicos, tais como a cor da pele, a forma e a capacidade do crânio, entre outros.

Apesar da diferença entre a leitura monogenista, de origem una, determinante da natureza de níveis mentais e morais, e a concepção poligenista, que sugeria uma categorização de heranças e aptidões diversas, ambos os modelos de hierarquização de povos e raças, porém, encontravam-se no mesmo ponto, ao assumirem a perspectiva evolucionista. E, principalmente, por vincarem o conceito de raça com conotações que ultrapassavam a biologia para adentrar a esfera da política, da moral e da ética. Desse modo, apesar das divergências conceituais, o uso político das teorias raciais engendra um processo de naturalização das diferenças físicas, que invade o debate acadêmico e se reproduz na circulação discursiva cotidiana (ou vice-versa). Inseridas em um projeto teórico de pretensão universal e globalizante, tais discussões exprimem jogos políticos e hierarquizadores que resultam da/na configuração de características que procuram estabelecer uma relação inequívoca entre atributos físicos e (des)qualificações morais.

No interior dessa maquinaria política ocidental corpos negros e cativos exibem marcas de sexo-gênero e de raça, extraídas e significadas como diferenças construídas na arquitetura da dominação do patriarcado escravocrata. Nua, a imagem da mulher negra em três ângulos desvelaria elementos – o sexo, a cor da pele, os traços fisionômicos, os contornos angulosos indicativos da taxonomia da população, do sexo e da raça – que conferem inteligibilidade àquela identidade e configuração social. Como destacam Nicholson e Schwarcz, e reafirma Louro, durante o século XIX, as demarcações da identidade ganham significações morais e políticas e são utilizadas para “explicar” divisões básicas na população e ancorar localizações hierárquicas, tornando visíveis, evidentes, naturais e instrumentais os ordenamentos imbricados com as redes de poder que circulam na sociedade (LOURO, 2000, p. 14-15).

Segunda imagem



Figura 2 - Mucama com criança no colo. Óleo sobre tela. Acervo do Museu Imperial. Petrópolis/RJ/Brasil.

Na pintura a óleo, de autoria anônima, o corpo cativo de mulher ampara a criança branca. Corpo que se representa e, além disso, compra-se, vende-se e doa-se, no quadro que se oferece ao olhar, contorna e naturaliza desigualdades cotidianas: a raça, o gênero, a propriedade, em suma, poderes em disputa, exibição e movimento.

Encontrei a imagem no catálogo da Pinacoteca do Museu Imperial, de 1956 (MEC, 1956), no acervo geral da Biblioteca da Universidade de Brasília, ainda em 2004, pesquisando para o doutorado. A tela, pintada a óleo, no referido catálogo está intitulada D. Pedro II e é atribuída a Debret. O título identifica a figura do monarca quando criança e a omissão do nome da mulher que o carrega traduz a ausência de valor conferido à sua presença na cena, observei. É a única imagem de corpo negro em meio às figuras, gestos e insígnias da realeza que se expõem no catálogo. Ali, ela aparece acompanhada de um texto que descreve a posição na tela, os detalhes e adereços distintivos da "negra escrava", que "traz os cabelos de corte curto, quase rente; uma argola presa à orelha esquerda; e dois fios de contas no pescoço". Como na representação de outras mulheres negras no período, imagem e texto reiteram que "a alça esquerda do corpete" cai "sobre o braço da mulher deixa a descoberto parte do seio, o ombro e a espádua", e a imagem, assim, demarca a condição diferente e desigual de escrava mulher, ao dar a ler sua natureza sensual (*Id., ibid.*, p. 176-177).

O decote e o detalhe da alça que desvela o ombro são significativos do corpo sem nome ou sobrenome, do corpo cativo, que tem dono, é desapossado de si, que pertence a um senhor, ou que se pode possuir. Sugerem os sentidos de desapossamento e de disponibilidade.

A imagem é uma expressão da natureza bruta, da qual se apropria para que possa ser modelada de acordo com os fundamentos da cultura e da civilização. Ou do corpo de que se usa para serviços domésticos variados, inclusive para o exercício da sexualidade periférica e fora da regra e, ao mesmo tempo, dentro da regra escravista e patriarcal. É uma imagem que contrasta com todas as demais no catálogo: imagens de corpos de princesas, baronesas e marquesas – que têm ombros e colos recobertos de joias e rendas –, e de príncipes, marqueses e barões, cujas vestes exibem insígnias nobiliárquicas ou militares. É única, no conjunto de imagens de autoridades da Corte Imperial, representadas por um elenco de pintores renomados, dentre eles Taunay, Rugendas, Araújo Porto Alegre e Vitor Meireles.

A tela não é assinada, mas está entre outras produzidas por um time de artistas que ficou responsável pela representação de objetos privilegiados e que, reunidos ali, expressam um repertório de imagens significativas do ponto de vista do olhar culto. Ela emerge entre signos da realeza naquele conjunto que exprime e confere significados às pessoas que foram representativas na Monarquia e se destaca para dar a ler os contrastes demarcadores da sociedade – de sexo-gênero, raça e condição social/civil. Também para colocar em operação a articulação de outras assimetrias, por exemplo, sentidos de natureza e cultura: a escrava negra e a vegetação representam a natureza bruta em contraposição aos signos que exprimem a realeza e a cultura.

Segundo o texto do catálogo, a ama negra tem a criança branca no colo. Seus braços se entrelaçam em uma demonstração de afeto e poder. A mão pousa “de leve” no seio da ama, e revela mais um sinal de posse: do seio que o aleita, seio que pertence à ama, mas também do corpo que aleita que não é seu e pertence àquele que mama, ou ainda, ao pai dele, proprietário de terras, bens e cativos, gestor da propriedade familiar. O corpo negro é, assim, materializado na espessura de formas e sentidos que denotam a ordem da dominação e a propriedade, e sua disponibilidade no “mercado de almas”.

De acordo com a análise da obra apresentada ao final do catálogo, a tela sofreu restaurações sucessivas que a descaracterizaram. Embora o texto do catálogo expresse controvérsias sobre a autoria da tela e sobre se seria a imagem de D. Pedro, a obra figurava ali entre solenidades da Corte, ou retratos de outros corpos inteiros ou em fragmentos de personagens que exibem suas patentes nobiliárquicas e militares. Figurava também entre paisagens da natureza, reveladoras do caráter exuberante e selvagem da natureza “inédita”, intocada, dos trópicos. Como conjunto expressivo da “infância” da nação, o catálogo reúne e expõe imagens que não escondem as formas do pensamento binário: a natureza, tal como a

criança concebida à época, entendida como página em branco, ou "superfície passiva, fora do social" (BUTLER, 1999, p. 156-157); a cultura, como resultante da atuação unilateral da sociedade sobre ela na performance civilizatória, instrumento e efeito de tecnologias de dominação, inclusive códigos, saberes, instituições e técnicas de controle e poder.

O binômio se exibe, também, no texto do diretor do museu, editor do catálogo, que enaltece o papel do imperador ao "promover o progresso" mediante a divulgação das obras dos alunos da Imperial Academia das Belas Artes, e salientar seu empenho na "evolução cultural e artística" no Segundo Reinado, momento em que se estrutura o nosso "sistema constitucional, jurídico, administrativo, político e diplomático" e o "Brasil firma, definitivamente, o seu conceito entre as nações civilizadas" (*Id., ibid.*, p. 4-5). Naquele momento, era passível de dúvida a representação do imperador menino, já que, se pintada por Debret, "atentando-se à grande fidelidade com que Debret sempre se conduziu". Ainda que a tela tenha sofrido restaurações, seria impensável que o artista, cioso do rigor do papel de pintor histórico que atentava para a fidelidade do real, concebesse o monarca, supostamente como criança "clara, loura e de olhos azuis, como trigueira, de olhos e cabelos castanhos escuros, além de que, em se tratando de menino, não poria aquele fio de contas coral ao pescoço" (*Id., ibid.*).

Fundamentada justamente nos sinais fisionômicos da criança "trigueira", que significa da cor do trigo maduro, moreno, bistrado, triguenho, a suspeita de que não se tratava de D. Pedro II ou de que não seria de Debret apoiava-se em elementos significativos de raça e do sexo-gênero, na marca distintiva do fio de contas coral. A suspeita foi confirmada depois, como pude conferir em visita realizada ao Museu Imperial. Em 2005, encontrei a tela exposta no quarto que teria sido da Princesa Isabel e exibia outro nome: *Mucama com criança no colo*, identificado como um óleo sobre tela, sem assinatura e sem data. Meses depois, solicitei uma reprodução e maiores informações ao Setor de Museologia do Museu Imperial para a análise e a tese, quando recebi a seguinte informação: em uma correspondência de 24 de julho de 1977 encaminhada àquele Museu, Heloisa Machado Sobrinho informava tratar-se de Luís Pereira de Carvalho, filho de próspera família proprietária de terras em Valença, atual município do estado do Rio de Janeiro, que aparece no colo de sua mucama de nome Catarina, um presente da madrinha do retratado, D. Maria Isabel de Jesus Vieira, mãe do Barão de Aliança[4].

[4] Informação da Chefia do Setor de Museologia do Museu Imperial, que gentilmente cedeu a reprodução digitalizada para a pesquisa de doutorado, realizada com o apoio do CNPq.

A tela, antes nomeada como (improvável) *Retrato de D. Pedro II*, assim exibida até a data da referida carta, ganharia o nome de *Mucama com criança no colo* no acervo do Museu Imperial. Catarina (ainda sem sobrenome) e Luís Pereira de Carvalho exibem suas imagens bem emolduradas na tela exposta do quarto da princesa e, assim, se destacam no conjunto da pinacoteca do palácio que é também um emblema, instituição e lugar de organização da memória. Entre muitos objetos, móveis e telas nas paredes que exibem signos da Monarquia, emergem o corpo negro de mulher cativa e a condição de um desapossamento (PERROT, 2007). Corpo evidenciado na imagem de mulher que sustenta a criança branca, o esclarecimento reitera o desapossamento no cativeiro, quando diz que ela, a ama, foi dada à criança de presente pela madrinha.

O anonimato de Catarina, a caracterização da imagem de mulher negra, o texto do diretor, do crítico e da carta que supostamente resolve o enigma, nenhum desses estratos discursivos esconde a “solenidade” do corpo-propriedade de mulher negra. Menos nobre, talvez, por não ter nutrido e servido ao imperador, nas paredes do antigo palácio, agora Museu Imperial, ela ocupa uma página entre “episódios históricos, personagens, paisagens”, recriados por brasileiros e estrangeiros, “intérpretes e mestres da Arte Brasileira”, segundo o diretor do museu à época, Francisco Marques dos Santos.

O padrão clássico imprime-se na postura da mulher tendo a criança aos braços. Este também remete o leitor às figuras renascentistas de madonas, sinalizando aí para sentidos outros de bondade e beatitude, geralmente atribuídos a Nossa Senhora, imagem de mulher casta, santa e sem pecado. O ombro desnudo e o contraste pictórico, todavia, não escondem sentidos que nele impregnam a condição de corpo-mercadoria negra no feminino, configurado em volumes e linhas sinuosas. Ao contrário das linhas duras, dos trajes fechados, das feições sérias, significativas da discrição e do recato de mulheres brancas da aristocracia, as linhas sinuosas remetem à ideia-imagem de sedução, além de sua disponibilidade, sua posição de subalternidade e sua submissão. Sugerem, principalmente, a sexualidade que se imprime à flor da pele em corpos negros que se exploram, se distribuem, se repartem, compram, vendem, alugam e dos quais se toma posse em seu precioso “desvalor”.

Entre corpos revestidos em fardas e vestidos de muitos panos, babados e rendas, entre medalhas, cruzes, placas, brincos, tiaras, colares de pedras e metais preciosos, o catálogo exibe a mucama, não mais de D. Pedro II, em sua contingência no elenco da nova nação que se constrói. Corpo-propriedade, junto à natureza fértil e ao relevo acidentado ao fundo, compõe o exemplar da paisagem política e natural: da propriedade, da violência, da

exuberância exótica e da substância pitoresca que também se misturou aos sentidos que exibem, difundem e fazem propagar uma construída e presumida exorbitância da sexualidade nos trópicos, esta que se impregna historicamente às imagens de mulher negra na sociedade brasileira, naturalizando tal estereótipo.

Ao contrário da postura séria e dos olhares sisudos da maioria das mulheres da realeza retratadas, o corpo negro de mulher tem um sorriso no olhar. A roupa, o ombro, a pele e a expressão do corpo e do rosto cativo diferem das imagens de mulheres das elites aristocráticas exibidas no catálogo, e a fisionomia insinua possibilidades que não aparecem em olhares brancos, nobres e enfatiotados. O sexo, a raça o cativeiro são construídos e impressos no corpo negro que destoa e significa, no elenco da aristocracia luso-brasileira, com seu olhar "brejeiro", ou que pertence ao brejo.

Terceira imagem



Figura 3 - Fotografia. CARDOZO, Antonio da Silva Lopes [Antonio da Costa Pinto com sua ama de leite] (1861). Arquivo Nacional/AN (O2/FOT 436) – Rio de Janeiro/RJ.

A fotografia foi veículo para a construção e circulação de imagens de corpos negros vestidos de amas de leite que, se por um lado, remetiam aos cânones da pintura, por outro, faziam disseminar e naturalizar as formas daquelas assimetrias sociais. Nas cidades da Europa ocidental e em algumas capitais brasileiras de província, tornaram-se correntes os álbuns fotográficos, particularmente após a criação do formato de cartão de visita, criado pelo francês Desidéri, nos anos 1850. Resultante da economia dos materiais e processos, o formato permitia o aproveitamento do papel e uma tiragem maior das reproduções a preços mais

razoáveis. Na década de 1860, portanto, esse passaria a ser difundido e mais amplamente consumido no lugar dos retratos maiores com molduras luxuosas, que era privilégio de poucos (FABRIS, 1998, p. 75).

Segundo as práticas dos ateliês fotográficos, o retrato de estúdio era tomado mediante regras. A posição agradável e cômoda do modelo seria uma pré-condição para a captura da imagem humana em composição artística, fosse ela enquadrada em busto, parte ou corpo inteiro, fosse de uma figura única ou grupo. Outros elementos colocados nos corpos ou contracenando com eles – vestimentas, adereços ou, como na imagem em tela, uma coluna, um pilar ou pequeno pedestal – poderiam servir para a composição do quadro. Era comum, inclusive, o uso de painéis de fundo com paisagens, de modo a recriar uma arte em que a natureza se torna natural (TOWLER, *apud* FABRIS, *ibid*., p. 115).

Inspirado nos cânones da pintura clássica, o retrato de estúdio devia parecer cena natural e, significativamente, reunia elementos que remetem aos códigos da civilização, contrapostos aos painéis que reinventavam a natureza. A câmara poderia inclusive ser ocultada, para não constranger o/a retratado/a, garantindo que transparecesse a postura e fisionomia que sugerisse o ambiente de “liberdade” e “espontaneidade”, conforme as regras prescritas para a exibição e à exposição visando à posteridade (MENDES, *apud* FABRIS, *ibid*., p. 83).

O cartão de visita de 1861, reproduzido aqui, não é uma imagem da capital da Corte, mas foi encontrado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e retrata o pequeno Antonio da Costa Pinto com sua ama de leite, tomada pelo fotógrafo Antonio da Silva Lopes Cardoso, provavelmente em seu atelier em Salvador. Para Roland Barthes, as imagens visuais e principalmente as fotografias são testemunhos políticos e quadros históricos, porque culturalmente participamos das figuras, das caras, dos gestos, dos cenários e das ações. Aquele era, sim, testemunho e imagem muitas vezes reencenada em famílias e regiões diferentes do Brasil, reproduzindo um hábito considerado à altura dos gestos significativos da sociabilidade moderna e da civilização, gesto que se ampliava particularmente nas capitais de província e na Corte.

Acompanhando a reflexão do filósofo, através da noção latina de *studium* é possível rastrear todos os elementos de uma imagem ou fotografia, dos elementos à composição, das texturas aos contrastes, das feições dos rostos aos detalhes das roupas, dos núcleos de sentido aos vértices dispersos de expressão. Mas, para ele, tal olhar analítico é fruto de um exercício

da emoção, embora também passe pelo "revezamento judicioso de uma cultura moral e política" (BARTHES, 1980, p. 45-46).

A noção de *studium* permite que se decifre ou recifre a coluna que compõe a cena para encontrar as ressonâncias da cultura greco-romana; ou busque as origens da máscara exibida no alto relevo ou no xale estampado da mulher cativa, provavelmente ama de leite – ainda que pudesse ser objeto emprestado para a captura da imagem –, que usa também um turbante e uma roupa suntuosa de brocados, tecido de provável origem francesa... O menino, Antonio da Costa Pinto, aparece vestido branco, e no efeito *ton-sur-ton*, o olhar custa a distinguir pele, roupas alvas e sapatos. Ele está sentado, estático, sobre o colo da mulher negra, que com ele contrasta. O cartão não indica o nome da mulher que o sustenta, mas evidencia a função que identifica o corpo cativo de ama ou ama de leite.

A fotografia revela a iniciativa da família de Antonio da Costa Pinto, ao produzir o registro da imagem do menino, não sozinho, mas com sua ama no ateliê do fotógrafo. Ela é construída para reafirmar posições e a relação de assimetria entre elas, configurando a diferença e a desigualdade no vínculo de dependência e subalternidade da ama em relação à criança, aos pais da criança, ou ainda, ao patriarca escravocrata. A imagem da criança acompanha uma tendência que aparece nos séculos XVII e XVIII na iconografia europeia, quando a infância aparece distinguida da idade adulta e é mostrada de forma positiva (ARIÉS, 1981; BURKE, 2004, p. 129-133). No século XIX, difunde-se o lugar especial atribuído à família na sociedade, *locus* de afeições entre cônjuges e seus filhos.

A representação de amas com crianças remete à leitura de Ariès sobre o valor da criança e da família nas sociedades modernas e industriais que manifestam um interesse novo pela educação e pelo exercício da afeição familiar. O investimento na infância é tratado também por Elisabeth Badinter, que remonta ao pensamento de Santo Agostinho para lembrar a época recente da história no ocidente em que a criança tinha valor relativo e sua importância era vista negativamente como indício da corrupção humana, daquilo que nos condena e do que devemos nos livrar (BADINTER, 1985, p. 53-83). A imagem da criança parecia próxima àquela ideia de natureza bruta que necessita ser cultivada para ser valorizada. Em pleno século XVII, ela observa, a filosofia e a teologia nutriam imagens que identificavam nela uma malignidade natural, a imperfeição e o pecado original, e a pedagogia do período defendia severidade e castigo para redimir a alma infantil do pecado (*Id., ibid.*).

Não só para filósofos e pedagogos, mas também entre camadas menos cultas, a criança foi vista de modo negativo e considerada mais como estorvo ou desgraça do que como

pecado. Na França, ela adverte, por motivos diferentes e até opostos, a criança, particularmente o lactente, parece ter se constituído "fardo insuportável" para o pai e, indiretamente, para a mãe. Para ela, os cuidados, a atenção e a fadiga que um bebê representa no lar nem sempre deve ter agradado a alguns pais, que recorreram ao abandono, ao infanticídio ou à indiferença (*Id., ibid.*, p. 64). Não que tais práticas não fossem resultantes de atitudes desesperadas e tivessem consequências trágicas. O menosprezo pela infância também justificava o costume de se contratar amas de leite para os filhos, cujos primeiros registros datam do século XIII, no âmbito das famílias aristocráticas. E parecia generalizado no século XVIII na burguesia e nas classes populares, na França, Inglaterra e, também na Alemanha, sendo que essas nações, sobretudo as duas primeiras, foram consideradas referências de civilidade e refinamento de costumes na Europa e no Brasil.

Bastante disseminado na sociedade colonial, o hábito de usar mulheres escravizadas para o aleitamento dos filhos seria incorporado pelas elites proprietárias no Brasil imperial e, além de uma recusa generalizada e naturalizada do aleitamento pelas mães, revelava aquela forma indiferente, ou pelo menos pouco atenta, de olhar a criança e sua educação. O retrato de Antonio é, portanto, uma evidência da mudança de valores também no Brasil, haja vista que a infância e a família, embora não retratadas em todos os seus elementos, passam a se manifestar no discurso e assinalam o empenho de sua ressignificação na sociedade. Empenho que também se exprime na iconografia e em discursos cotidianos, inclusive médico-higienistas, e nos regulamentos sobre a amamentação estranhamente designada como mercenária na Corte Imperial.

O formato do cartão de visita permite pensar sobre a ampliação da circulação de retratos de família como um dos gestos significativos da civilização e da sociabilidade moderna. Na singularidade da família brasileira, ele exibe a evidência da valorização do patriarcado escravocrata nas imagens da família, inclusive da criança com a ama de leite, bem demarcada entre os signos do poder e do *status* social. Em suma, a fotografia, o cartão de visita, a criança e também a ama de leite são objetos da pluralidade de olhares que querem imprimir e divulgar o varão também para ampliar as condições de possibilidade de leitura de uma dominação arraigada, ainda que desejosa de modernidade, e a fruição dos sentidos ordenadores que são carreados naquelas imagens.

É mediante o esforço de *studium* que posso olhar a foto e, quase um século e meio depois, apreender nela uma gama de sentidos. Ou, ainda, posso pensar sobre a manipulação técnica e estética operada por fotógrafos como condição de possibilidade para o exercício de

uma "ficção documental", como assinala Kossoy (2001), ou de um "efeito de realidade", como entende Barthes, ou ainda, como adverte Foucault, para a construção de um efeito de verdade. Sem esse efeito, os ateliês fotográficos não teriam vingado, nem o costume de retratar as crianças e suas amas de leite em cartões de visita teria sido disseminado na sociedade brasileira do Segundo Reinado.

De posse desses instrumentos de análise, desta vez não é apenas o *studium* que vou buscar nessa imagem, mas é o *punctum*, que parte dos olhares da mulher e da criança e, como uma flecha, trespassa nosso olhar. Como uma picada, uma ferida, um ataque feito por um instrumento pontudo, o *punctum* é uma "palavra latina que remete também ao sentido de pontuação. Pontos que ferem...". Como um "extracampo sutil", o *punctum* de uma foto "é o acaso que nela me punge, (mas também me mortifica, me fere)" (BARTHES, 1980, p. 89). O cartão de visita tem rasuras e falhas na imagem reproduzida, o papel traz marcas de mofo e respingos do tempo, que cuidamos em não alterar com o uso de artifícios tecnológicos do nosso tempo. Embora possa ser lida como objeto do olhar, encenação do mundo, objeto de consumo e, também, como instrumento de operação disciplinar, a fotografia traz uma imagem clara de seu referente. Afinal, "a fotografia é uma evidência intensificada, carregada, como se caricaturizasse, não a figura do que ela representa (ela é exatamente o contrário), mas sua própria existência" (*Id., ibid.*, p. 168).

Ainda segundo o filósofo, a foto-retrato é um campo cerrado de forças: "quatro imaginários aí se cruzam, aí se afrontam, aí se deformam" (*Id., ibid.*, p. 27). Assim ele se refere à dimensão espectral da fotografia, lugar do encontro e superposição de imaginários: a imagem do sujeito, aquela que o sujeito imagina exibir, a que o fotógrafo imagina capturar, a imagem de que o fotógrafo se serve para exibir sua arte. Acrescenta-se ainda os estratos possíveis da imaginação dos leitores e diferentes tempos, lugares e condições de leitura. Nessa pluralidade imaginária, as fotografias de amas cativas com crianças remetem a certos sujeitos que existiram, porquanto a foto "é literalmente uma emanação do referente" (*Id., ibid.*, 121) e, assim, elas sinalizam para uma serventia: a construção de uma memória familiar ou a construção de uma tradição. É visível o desejo de que essas imagens fossem retratadas, exibidas, distribuídas em álbuns e nas paredes do lar, mas também fossem legadas à posteridade.

Fundos falsos e pintados, colunas clássicas, tecidos importados, roupas fartas, crianças e amas de leite eram objetos que compunham o quadro emblemático mediante o qual as famílias construíam suas imagens, buscavam mostrar-se, representar-se como modelo. Esse

cartão de visita chega ao alcance de meu olhar e sugere pensar que a imagem, distribuída em Salvador da década de 60, trilhou caminhos insuspeitados, despejando seus sentidos. Antonio e sua ama de leite estão imóveis no estúdio diante da câmera e têm um olhar penetrante que me punge. Trata-se do olhar da mulher negra e da criança branca apreendidos no silêncio de sua imobilidade. Entre valores e desvalores, são olhares que estão dentro de regras, mas também fogem aos códigos que lhes conferem inteligibilidade e reativam o enigma do momento único, da existência única, o fantasma de suas aventuras, desventuras, sua contingência e singularidade. A fotografia propicia um encontro de olhares e imaginários em um não lugar, nas profundezas do tempo existencial, ou extracampo sutil.

Ela é um certificado de presença da ama de leite e, nesse sentido, não fala forçosamente daquilo que não é mais, mas apenas e com certeza daquilo que foi, atestando que o que vemos de fato existiu (*Id., ibid.*, p. 123-127). Os olhares da ama negra e da criança branca são um espetáculo sem nome. As duas figuras estão juntas em um átimo que permanece no tempo, em uma imagem que exibe uma luta e uma aliança, em olhares que estão fixos e remetem à gravidade e solidão, entrelaçadas. Seus olhos parecem gritar para além dos limites do papel, do ateliê e do tempo, calados no silêncio profundo do instante capturado. (*Id., ibid.*, p. 15).

Assim, colada ao referente, o *carte-de-visite* abriga o "espetáculo", mas representa também o retorno do morto. Representação a óleo, aquarela, litografia, fotografia ou, palavras, as imagens de mulheres cativas representam o teatro político de imagens e sombras e o retorno de olhares vivos que não existem mais, mas permanecem entranhados em uma dramaturgia histórica ou historiográfica: diferentes técnicas de produção e reprodução de imagens materializam imagens em uma profusão discursiva que, ao mesmo tempo, exibe a sociedade e quer ensiná-la a olhá-las.

Considerações finais

As imagens manifestam a produção pródiga e pedagógica – nem inocente, nem aleatória – denotativa do processo de naturalização de localizações identitárias e de composição de um alfabeto iconográfico em seu valor artístico, em seu valor de exibição, de referência simbólica, também cultuado por produzir e reproduzir assimetrias. Um alfabeto que se engendra e que nutre o imaginário em sua função social múltipla: de designar diferenças e solidariedades, de propagar verdades e versões, rumores e boatos, de amplificar poderes,

temores e esperanças, de articular afetos, conflitos e antinomias, de impulsionar os sonhos, os mitos e a memória.

Tal alfabeto assinala a singularidade do projeto de sociedade brasileira e o esforço em construir um quadro expressivo da modernidade e do progresso civilizador, também pela demarcação de zonas inóspitas ou inabitáveis de sujeitos considerados abjetos. No interior do alfabeto, a construção de imagens revela a permanência da violência da diferença sexual e da dominação escravocrata, exibe relações de proximidade e distância na vida cotidiana, expõe traços característicos do atraso veiculados em tecnologias que projetam o futuro, ou sentidos em movimento da nação em construção. Corpos negros no/do feminino explicitam e veiculam demarcações de raça, de sexo, gênero, idade e posição social, de subjugação e condição civil. Imersos no código de inteligibilidade cultural, referem-se a identidades disseminadas na sociedade no/do Brasil constitucional e monárquico, como efeitos e instrumentos da assimetria permanentemente reiterada em seus corpos superexpostos.

Buscar o (im)possível das histórias e das relações humanas, portanto, é tarefa que exige que se releiam as imagens, invadam os signos, o sexo e a raça, os operadores discursivos que naturalizam corpos negros de mulheres, que os localizam em estratos inferiores da sociedade e os atrelam a seus destinos biológicos, historicamente construídos/formulados/entendidos. Exige que se recuse a fixidez ou qualquer suposta neutralidade dessas categorias que fazem operar o pensamento binário e que se profanem aqueles monumentos. O exercício crítico da desconstrução sugere, ainda, que se busquem representações que insinuem experiências outras, múltiplas, a serem descritas, reiteradas e decifradas, quebrando, assim, o domínio androcêntrico da inteligibilidade cultural.

Fontes

Catálogo da Pinacoteca do Museu Imperial. Petrópolis: MEC, 1956.

Fotografia de Auguste Stahl. *In*: LAGO, Bia Corrêa do. *Auguste Stahl*: obra completa em Pernambuco e Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Capivara, 2004, p.11.

Fotografia. CARDOZO, Antonio da Silva Lopes [Antonio da Costa Pinto com sua ama de leite] (1861). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, RJ. (*carte de visite*).

Óleo sobre Tela. *Mucama com criança no colo*. Acervo do Museu Imperial. Petrópolis, RJ, Brasil. S/d Século XIX. 0,55 x 0,44m. RG MI 1.055.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.); NOVAES, F. A. (Coord.) *História da vida privada no Brasil 2. Império*: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado*: o mito do amor materno. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'". *In*: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FABRIS, Annateresa. "O circuito social da fotografia: estudo de caso". *In*: FABRIS, A. (Org.). *Fotografia*: usos e funções no século XIX. São Paulo: Edusp, 1998.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Tecnologias e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 6. ed. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

JODELET, Denise. "Representações sociais: um domínio em expansão". *In*: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KOSSOY, Boris. "Fotografia & História". 2. ed. *Revista*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. "Pedagogias da sexualidade". *In*: ______. *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LAURETIS, Teresa de. *Figures of resistance*: essays in feminist theory. Illinois: University of Illinois Press, 2007.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. "O refrão da Nação/Civilização e uma dupla sertaneja: viajantes estrangeiros e o interior do Brasil Oitocentista". *In*: MUNIZ, D. C. G.; SENA, E. C. (Org.). *Nação, Civilização e História: leituras sertanejas*. Goiânia: PUC-GO, 2011.

NICHOLSON, Linda. "Interpretando o gênero". *Revista de Estudos Feministas*, v. 8. 2º. sem. 2008, p. 9-41. Florianópolis: UFSC, 2000.

PERROT, Michele. "Os silêncios do corpo da mulher". *In*: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003.

RUBIN, Gayle. "Thinking sex. Notes for a radical theory of the politics of sexuality". *In*: *Pleasure and Danger*: Exploring Female Sexuality. Boston: Carole S.Vance, 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil 1817-1820.* v. 1. Trad. de Lucia F. Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

Uma estranha amizade: quando o cinema sobrepõe a solidariedade entre as mulheres às situações de violência cotidiana

Liliane Machado[1]

São raros os exemplos de obras cinematográficas que abordam a solidariedade entre mulheres idosas e jovens de uma forma despreconceituosa, sem os habituais clichês que atribuem às mais velhas o papel de bondosas, protetoras e abnegadas e às moças, por sua vez, o papel de criaturas imaturas que se espelham no passado idílico da sua experiente benfeitora. Em geral, o modelo adotado nessas películas recria a experiência dos contos de fadas que colocam em cena a fada madrinha e a jovem que precisa de proteção. A obra *Uma estranha amizade*, produção de 2012, assinada por Sean Baker, exibida no circuito comercial nacional no primeiro semestre de 2014, adota uma perspectiva singular, pois as personagens principais se encontram em situações similares: sozinhas, deslocadas no seu ambiente e com uma existência insípida, em que a violência cultural e social ao seu redor as deixa à mercê de uma perspectiva pouco atraente para o futuro.

Juventude e velhice são duas faces de uma mesma moeda ou de uma mesma realidade, aquela que designa para as mulheres existências em que a violência está à espreita de forma eloquente. Para a mais jovem, sem formação profissional e o amparo da família, o ganha-pão está associado ao uso do corpo, da beleza e da juventude; e para a idosa, a sobrevivência está vinculada à obediência às regras do seguro social, que lhe impõe normas sobre como administrar sua vida cotidiana, desde o número de objetos que pode possuir em casa até o tamanho da árvore plantada no jardim. A saída para ambas surge pelo acaso, durante um encontro inusitado e, aparentemente, nada promissor.

Solidariedade de gênero

Meu objetivo diante do filme é analisá-lo, sob a perspectiva dos estudos feministas e de gênero, bem como das teorias do imaginário, com o intuito de compreender como é abordada a questão relativa à solidariedade de gênero. *Uma estranha amizade* permite

[1] Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade de Brasília (UnB).

perceber realidades múltiplas de violências vivenciadas pelas mulheres no mundo contemporâneo, tais como a solidão, a mercantilização da sexualidade, a exploração exercida pelos homens para com suas companheiras, entre outras, que se materializam cotidianamente.

Ainda que a história ocorra nos Estados Unidos e que coloque em relevo questões locais daquele país, não é difícil encontrar similitudes com outras realidades, tais como a brasileira. Dessa forma, será possível observar por meio da análise do filme como violências distintas persistem e/ou ganham novos matizes, em um jogo social marcado pela constante exploração entre os gêneros bem como intragêneros. Não falta na história abordagens tradicionais sobre a relação entre as mulheres, tais como a da competição e a da vingança. Entretanto, para além dos elementos tradicionais, sobressai, acredito, a ideia da solidariedade entre duas mulheres.

Trabalho com as seguintes hipóteses: primeiro, de que a obra adota uma perspectiva inovadora diante das diferenças de idades entre as protagonistas; segundo, de que o filme aborda as violências sofridas pelas personagens femininas, dando uma dimensão concreta e atual acerca do assunto; e, por último, de que a solidariedade entre as mulheres é possível, além de ser uma chance de superação para as dificuldades geradas pela diferença de idades.

Utilizarei como metodologia a análise de discurso francesa, com a qual já trabalhei em momentos distintos, tais como a minha tese de doutorado *E a mídia criou a mulher*: como a TV e o cinema constroem o sistema de sexo-gênero (2006) e artigos tais como “Toda menina que enjoa da boneca” (2008), “O futuro das princesas” (2013), dentre outros. A AD francesa – forma abreviada como é conhecida no Brasil – permite-nos, segundo Maingueneau (1997) articularmos as questões relativas à linguagem, propriamente dita, com a situação sócio-histórica em que os discursos são construídos. Autores como Michel Foucault, que abordou em seus estudos questões relativas à ordem dos discursos, por meio da relevância de questões como o interdiscurso, deram subsídios para que Dominique Maingueneau e Eni Orlandi criassem uma metodologia de análise que privilegia a materialidade dos discursos, sejam eles escritos, falados, audiovisuais, dentre outros. De acordo com Orlandi,

> a análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra *discurso*, etimologicamente, tem em si a ideia de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (2007, p.15).

Abordo o cinema como uma mídia que produz efeitos de sentidos, os quais impactam fortemente os imaginários sociais. Montoro observa que a imagem está estreitamente

relacionada com as práticas sociais e "experiências culturais que os sujeitos vivenciam na cotidianidade" (2006, p. 9). Dessa forma, optar pela análise de um filme para compreender parte dos arranjos sociais não é uma escolha aleatória, mas baseia-se na convicção de que as mídias participam da formação das identidades, contemporâneas, graças à característica pedagogizante que possuem. Kellner observa:

> Para quem viveu imerso do nascimento à morte numa sociedade de mídia e consumo é, pois, importante aprender como entender, interpretar e criticar seus significados e suas mensagens. Numa cultura contemporânea dominada pela mídia, os meios dominantes de informação e entretenimento são uma fonte profunda e muitas vezes não percebidas de pedagogia cultural: contribuem para nos ensinar como nos comportar e o que pensar e sentir, em que acreditar, o que temer e o que desejar – e o que não (2001, p.10).

Ressalte-se que não adoto uma postura apocalíptica – termo criado por Umberto Eco na obra *Apocalípticos e Integrados* (2004) para avaliar a análise generalizante e pessimista acerca das mídias –, postura adotada por frankfurtianos como Adorno e Horkheimer, que desvalorizaram o papel do receptor, reservando-lhe meramente uma postura de vítima diante das produções culturais mediáticas – acerca das mídias. Ao contrário, acredito, como o próprio Eco sinalizou nos anos 1960 e como os teóricos dos estudos de recepção, como Jesús-Martín Barbero (SOUSA, 1995), afirmaram peremptoriamente, que a recepção é um processo sofisticado, o qual abrange inúmeras nuances, tais como as diferenças de classe, gênero, nível educacional, dentre outros, e que é preciso considerar o papel de sujeito que todo receptor possui, caso contrário, estaríamos perdendo muito das singularidades que envolvem a recepção.

Por outro lado, seria ingênuo não percebermos quão poderosas e sedutoras são as mídias. Machado afirma que mediadores como o cinema "longe de configurarem dispositivos enunciadores neutros ou inocentes, na verdade desencadeiam mutações sensoriais e intelectuais que serão, muitas vezes, o motor das grandes transformações estéticas" (2001, p.11). O autor também afirma que

> em toda invenção técnica – e sobretudo quando se trata da invenção de máquinas "semióticas" – há sempre a emergência de uma dimensão imaginária, algo assim como o seu lado obscuro, apaixonado ou anárquico, normalmente negligenciado nos compêndios 'regulares' de história da tecnologia (MACHADO, 2001, p. 35).

Cinema sem glamour

O cinema de Sean Baker nada tem em comum com o tradicional sistema de produção hollywoodiano. São obras de baixo orçamento, que ele escreve, produz e dirige. Estão

ausentes os cenários luxuosos, os ambientes glamourizados e os figurinos sofisticados. Suas opções cinematográficas privilegiam o ser humano comum, a câmera na mão, que possibilita cumplicidade com suas personagens, e interpretações despojadas. Tudo isso o mantém longe dos holofotes e afasta os megalançamentos e bilheterias fantásticas. Pouco conhecido no Brasil, já havia ganhado o prêmio de melhor filme no extinto Festival Internacional de Cinema (FIC) de Brasília, mas *Uma estranha amizade* marca sua estreia no circuito comercial nacional.

É óbvio, portanto, que não se trata de um filme comercial que desperta grandes comoções e muitos comentários, levando multidões às salas de cinema. Disso resulta que a obra não pode ser considerada um exemplo impactante no imaginário, como filmes que analisei em artigos anteriores, em geral produções de desenhos animados dirigidos mais especificamente ao público infanto-juvenil, casos de *A Bela e A Fera*, *Mulan*, *Valente*, dentre outros. Se, por um lado, *Uma estranha amizade* não tem essas características, que justificam tão bem a opção do analista social quando de sua escolha, por outro lado, o filme *underground* ou experimental, como habitualmente são chamadas as produções com as características da obra de Baker, permite um mergulho em uma outra vertente da produção cinematográfica, aquela que nos possibilita analisarmos novos arranjos sociais e culturais que estão sendo forjados pelos criadores midiáticos. Machado afirma que "o cinema experimental tem se recusado sistematicamente a cumprir os recursos significantes do cinema, reinventando incessantemente essa arte" (2001, p. 15). A tarefa de reinventar a arte é concomitante à possibilidade de reinventar e reinterpretar as relações humanas.

A análise da obra foi precedida do processo de decupagem das cenas, momento em que transcrevi alguns dos diálogos que me interessavam analisar, além de anotar locais de cena, observar a movimentação de câmera e avaliar os figurinos. Tarefa essencial para a análise de um produto comunicacional midiático como o filme, cuja gramática inclui sons de ambiente, movimentação de câmera, cenário, figurino, diálogos e trilha sonora. Não se tratam apenas de recursos de linguagem e, sim, de elementos imprescindíveis para que o analista empreenda com êxito o seu trabalho.

A história coloca em cena uma garota de 21 anos, Jane (Dree Hemingway) e Sade (Besedka Johnson), que vivem no Vale de San Fernando, Califórnia. As duas se encontram quando Jane adquire uma garrafa térmica da *garage sale* que Sade está promovendo. Chega em casa e, ao abrir a garrafa, que pretende transformar em um vaso, descobre escondido lá dentro dez mil dólares, em notas enroladas. Surpresa, ela tentará, inicialmente, devolver o

dinheiro, sem sucesso, visto que Sade não quer nenhum contato com ela e, depois tentando aproximar-se para ajudá-la, o que acaba originando a estranha amizade, do título em português. O original é *Starlet*.

Aos poucos, descobriremos a insipidez da vida de Sade, que vive sozinha e cujo *hobbie* principal é jogar bingo, e, paralelamente, a falta de perspectivas da vida de Jane, que aluga um quarto na casa de um jovem casal, cujo homem é uma espécie de cafetão da companheira. Tanto Jane quanto a amiga são atrizes de filmes pornôs, divertem-se fumando maconha, jogando videogame e entabulando conversas monossilábicas.

Velhice versus juventude

Como afirmei anteriormente, a obra tem um traço inovador, visto que, aparentemente, não trabalha com os clichês habituais utilizados em obras que colocam em cena duas mulheres de idades tão diferentes. Para observar melhor esta perspectiva destacarei algumas cenas que me permitiram essa avaliação inicial.

Ao encontrarem-se pela primeira vez, quando *Jane* vê os objetos que *Sade* está vendendo no jardim de sua casa, a velha senhora olha a jovem com desconfiança. As duas discutem sobre a função do objeto que interessa a Jane:

> Jane: é um vaso?
> Sade: não, uma garrafa térmica.
> Jane: vou levar e transformá-la num vaso.
> Sade: não aceito devolução.

O estranhamento inicial persistirá nos próximos encontros, quando Jane, após ter achado o dinheiro dentro da garrafa, resolve procurar a senhora, sem saber direito como proceder ou o que fazer. Antes que consiga contar sobre o achado, Sade a manda embora dizendo-lhe que tinha avisado que não aceitaria devolução de mercadoria. Tomada pelo sentimento de culpa, posteriormente, a garota retorna à casa de Sade, que está saindo de táxi. O carro para no supermercado e fica esperando pela passageira. Jane aproxima-se, paga a corrida e manda o motorista embora. Dessa forma, encontrou uma forma de oferecer carona a Sade que, mesmo desconfiadíssima da moça, aceita. Entram na casa de Sade. Cena interior, na cozinha.

> Sade: você quer dinheiro?
> Jane: não, não, tudo bem. Estou com sede.

Visivelmente incomodada, Sade dá água a Jane, que toma e, em seguida, dá de beber para *Starlet*, o cão chihuahua que Jane não larga nunca, no mesmo copo. Sade comenta que aquilo é nojento e revoltante. Jane ignora e volta a beber água do mesmo copo. Corte. Cena interior, sala. Jane observa várias reproduções da Torre Eiffel em um dos móveis e pergunta:

> Jane: Porque tem tantas?
> Sade: eu amo Paris.
> Jane: o que você gosta em Paris?
> Sade: O Arco do triunfo, Champs-Elisées, Petit Palais.

Neste momento, Jane se levanta e quando tenta pegar uma das reproduções do monumento parisiense, a dona da casa alerta:

> Sade: não mexa em nada.
> Jane: o que você faz?
> Sade: como assim?
> Jane: para se divertir. Eu vou ao clube, danço...
> Sade: eu jogo bingo todo sábado em St. Anne.
> Jane: é essa a sua ideia de diversão?
> Sade: isso é o que eu faço.

Jane sai e dá-lhe o número do seu telefone, caso ela precise de algo. Sade diz-lhe que não precisa de nada.

As duas cenas descritas acima revelam a dificuldade de contato entre as duas mulheres. Sade não tem o menor interesse em conhecer Jane. A conversa é monossilábica, não flui e o tempo todo, Sade tenta mostrar para Jane que quer que ela vá embora o mais rápido possível. Observo nesse contato inicial o oposto das habituais aproximações bem sucedidas entre jovens e velhas. Sade é de caráter ranzinza, com uma postura extremamente desconfiada e defensiva. Impossível reconhecer a presumível afabilidade das velhas idosas que ronda o imaginário social. Ela não sorri, não é gentil e não está seduzida pela juventude e beleza de Jane. A diferença de idade é um fator de afastamento e de repúdio.

Jane, por sua vez, tenta superar o distanciamento que Sade colocou entre elas, sem muito sucesso. Não esconde a surpresa e desprezo que sente quando fica sabendo que a senhora joga bingo nas horas de lazer. Ao invés de subtrair da velhice o caráter polêmico que encerra ou, mais especificamente, em relação à mulher velha, o filme expõe as contradições de uma sociedade que divide o tempo vivido em categorias estanques. Navarro-Swain questiona:

> mas o que é afinal a velhice? Vemos florescer, mesmo nas fileiras dos feminismos, os “grupos jovens” face às feministas “clássicas”, tradicionais, idosas, “velhas”,

> enfim. O que faz a coerência dos grupos de jovens? Quais são os seus limites, seus objetivos, seus laços? Como a idade pode determinar o pertencimento, senão em um mundo traçado, estabelecido, definido? (2003).

Uma estranha amizade possibilita questionamentos sobre os mal-entendidos originados da rígida distinção entre velhos e jovens. O encontro seguinte das duas mulheres vai aprofundar ainda mais a problematização do tema.

Cenas do jogo de bingo e do carro. Jane segue Sade até o bingo e dispensa o táxi em que a senhora estava. Senta-se ao lado dela:

> Sade: o que você está fazendo aqui? Pedi para ficar sozinha.

A câmera passeia pelo local, revelando um ambiente monótono, com as pessoas isoladas umas das outras, imersas na conferência de suas cartelas à medida que as peças são cantadas. Jane cochila, de tédio. Quando o jogo termina, elas saem e Jane oferece carona a Sade. Elas entram no carro.

Noite. Interior do carro:

> Jane: eu sou de sagitário, o que significa que sou muito boa com as pessoas. Aposto que você é pisciana. Você parece muito sensível e sossegada. Você sempre ganha no bingo?

Nesse momento, Sade joga *spray* de pimenta no rosto de Jane, que para o carro desnorteada, dando tempo à senhora para sair do carro, apavorada.

> Jane: porra, sua louca puta velha!
> Sade: Você acha que nasci ontem? Eu reconheço uma ralé quando vejo uma.

Há um misto de humor e drama na cena. Sade toma Jane por alguma maníaca que quer abusar dela, conforme diz para o policial que para junto ao carro de Jane, no intuito de ver o que está ocorrendo. Jane, sempre de *short*, tênis, cabelo solto, rosto lavado e com um cachorro no colo, causa enorme estranhamento em Sade, cujo figurino e postura são o oposto daquela: rugas à vista, cabelo preso em um coque e vestida de calça e blusa. Jane vê o mundo com curiosidade enquanto Sade parece visivelmente cansada do que enxerga ao seu redor.

Importante observar também a carga de preconceitos embutida no que ambas dizem uma para outra no momento em que o *spray* é jogado, pois expressa de forma clara o distanciamento das duas gerações. Jane associa a atitude de Sade à velhice, que rima com putaria e loucura. O estado da velhice surge como algo a ser repudiado, quase como se fora uma doença.

Sade, por sua vez, ao dizer que sabe reconhecer uma ralé quando encontra uma, não deixa por menos, associa o despojamento, a juventude, a ausência de malícia de Jane a uma doença da qual precisa se ver livre, pois surge como perigosa ameaça. Não estamos diante de uma possível fada madrinha e de uma princesa em potencial e, sim, frente a frente com as habituais dificuldades que velhas e jovens têm de reconhecerem-se como seres iguais, experienciando distintos momentos das suas existências.

Navarro-Swain questiona

> sobre o que exatamente estamos falando quando dividimos o mundo em duas categorias distintas, a dos velhos e a dos idosos? (...) a velhice é apenas uma categoria social, criada para melhor separar o humano em hierarquias e impor modelos de consumo e de vida. Aqueles que respondem às necessidade de mercado, ao patriarcado, ao desejo de poder, esta tormenta que assola as relações humanas (2003).

Os jogos de câmera utilizados no filme exploram com maestria as diferenças físicas entre as duas mulheres. Há vários planos que captam demoradamente a juventude de uma em relação à velhice da outra. Navarro-Swain observa a propósito da polarização que existe na sociedade acerca da velhice *versus* juventude: “retoma, de fato, a naturalização dos corpos, remetendo ao biológico, à evolução, aos corpos como superfície pré-discursiva” (2003).

Violência de gênero

Além de Sade e Jane, a história coloca em cena Melissa (Stella Maeve). A situação social e cultural das três permite entrever como a violência permeia suas existências. O caso mais visível é o de Melissa, cujo companheiro (James Ransone) a explora, agindo como cafetão.

Cena interior. Melissa chega em casa.

> Mike: O que você está fazendo aqui? Porque não está no trabalho?
> Melissa: as coisas estão ruins por lá, estou ferrada.

Mike menciona que ele deve U$1.200,00 e que precisa dela para pagar a dívida. Melissa chora, alegando que quebrou a unha, que está doendo e que ele não se importa. Ele a abraça e ela chora.

Em uma cena posterior, Melissa pede U$250,00 emprestados a Jane. Ela empresta e comenta com a amiga:

> Jane: desculpa, não é da minha conta, mas por que diabos você o deixa lidar com o seu dinheiro?
> Melissa: porque ele está economizando para alguma grande extravagância. Alguma coisa ele está tramando.

Observem que na primeira cena em que Melissa e Mike aparecem, há o pressuposto de que ele controla a vida profissional e financeira de Melissa, o que é confirmado quando Jane indaga à amiga sobre a forma como Mike lida com o dinheiro dela. A exploração do homem sobre a mulher é tratada de forma quase casual. Não há cenas de violência física, como as que estamos habituados a ver em películas que tratam do tema, quando, por exemplo, prostitutas indefesas são espancadas pelos cafetões. A configuração é diferente, entretanto, o teor é o mesmo. Aos poucos, vemos que Mike não trabalha, vive do dinheiro de Melissa e lhe dá ordens quando o seu desempenho profissional é questionado.

Melissa é emocionalmente frágil, abusa do uso de maconha e de outras drogas, demonstrando clara dependência emocional do namorado. Exerce o ofício de atriz pornô com rebeldia, em uma demonstração de que não está satisfeita com o que faz. O filme não apresenta uma saída possível para esta situação, ao contrário, Melissa, ao ser pressionada a colocar dinheiro em casa, afunda-se ainda mais, iniciando programas particulares, em uma evidente alusão à atividade de prostituição.

Mike, por sua vez, ao revelar o objetivo do dinheiro que estava acumulando com os rendimentos de Melissa, demonstra que as mulheres são apenas meios de troca para que ele tente enriquecer. Monta em casa uma sala de *striptease*, com a pretensão de que Melissa e Jane sejam as suas *strippers*.

O filme associa o gênero feminino à ideia de sexo, prostituição e obras pornôs. Uma velha tríade que demonstra que, apesar das novas configurações sociais, subsiste a violência entre os gêneros, com a atitude de Mike de explorar a namorada bem como a amiga dela. Quando ambas recusam a proposta de sujeitarem-se aos propósitos dele, reage furioso e diz para os trabalhadores que montaram a sala de *strip*:

> Mike: todas elas são ingratas. Elas são ingratas, loucas, putas.

A frase não é casual, expressa a visão de Mike e de grande parte da sociedade, que enxerga nas mulheres o potencial da prostituição, da ingratidão e da loucura. Se a juventude e a beleza de mulheres pertencentes à classe social baixa e com um nível escolar e profissional deficientes empurram-nas para trabalhos indignos e a situações amorosas de exploração, não há perspectivas melhores para as mulheres mais velhas.

Sade sofre, nos seus 85 anos de vida, com uma existência solitária e deve submeter-se a constante vigilância por parte da seguradora que lhe assiste. A interferência em sua vida pessoal tem uma cena eloquente, quando Jane chega a casa da senhora no momento em que ela recebe instruções sobre o que deve ou não jogar fora. Ao tentar interferir na defesa de Sade, a agente admoesta a velha por receber visitas em casa. A arrogância dos agentes é evidente e é exercida graças à fragilidade física e emocional apresentada por Sade, que se mostra impotente para responder aos questionamentos abusivos que lhe são colocados.

Sem filhos e sem família, Sade não é dona de seu destino, deve submeter-se às regras e abaixar a cabeça para as ordens que lhe são dadas, desde a quantidade de objetos que pode ter em casa até a necessidade de que a árvore do seu jardim seja podada na altura que é considerada adequada à sua velhice.

Desta forma a obra coloca em evidência as violências de gênero praticadas no mundo contemporâneo. De acordo com Faleiros (2007),

> a violência de gênero estrutura-se – social, cultural, econômica e politicamente – a partir da concepção de que os seres humanos estão divididos entre machos e fêmeas, correspondendo a cada sexo lugares, papéis, status e poderes desiguais na vida pública e na privada, na família, no trabalho e na política.

A solidariedade sobrepõe-se à violência

Passemos, agora, à análise da minha última hipótese, a de que *Uma estranha amizade* reafirma o fato de que a solidariedade entre as mulheres é possível, além de ser uma possibilidade de superação para as dificuldades geradas pela diferença de idades. Como foi possível observar anteriormente, a relação entre Jane e Sade não começou nada bem e parecia descambar definitivamente quando a velha lhe joga *spray* de pimenta no rosto, chama a polícia e a denuncia como louca. Jane desiste de aproximar-se dela, entretanto, é surpreendida com um telefonema de Sade, que lhe diz que a polícia atestou que ela não é louca e que, portanto, aceita sua amizade.

Várias cenas subsequentes vão mostrar-nos a aproximação entre as duas bem como a afirmação do vínculo da amizade que as unirá. Escolhi apenas duas para analisar, diante da impossibilidade de deter-me em todas elas e por acreditar que ambas são bastante eloquentes para exemplificar o que me proponho. A primeira refere-se ao momento em que Jane e Sade passeiam por um parque, com Starlet (que na verdade não é uma fêmea, mas um macho), a tiracolo. Casualmente, Sade conta a Jane que nunca foi a Paris. Cena exterior, dia:

> Jane: mas você disse que ama Paris!
> Sade: eu amo. Há um filme com (Fred) Astaire e Hepburn. Eles estão dançando nas ruas. Eu não me lembro o nome, esse é o meu favorito.
> Jane: você é um osso duro de roer para te entender.
> Sade: Bem, esse bebê (olhando para Starlet) é o único homem em sua vida?
> Jane: Humm, eu não sei, é complicado. Tipo, meu trabalho, ele realmente não permite.
> Sade: Bem, não parece ser uma agenda muito extenuante a sua.
> Jane: e você?
> Sade: eu o quê?
> Jane: quanto a namoro?
> Sade: meu último encontro com Frank foi quando fomos para o Zoo de Los Angeles e ele propôs.
> Jane: isso é realmente muito bonito. Eu quero isso para mim.

Nesse momento, Jane levanta-se do banco em que esteve sentada e sugerem irem ao Zoo.

A cena expressa cumplicidade entre a garota e a senhora. Não reproduzem uma possível relação de mãe e filha ou de neta e avó, ou muito menos de princesa e fada madrinha e, sim, de duas mulheres que falam sobre suas existências. Sem dúvidas, o diretor privilegia a discussão sobre a questão amorosa (tão cara a filmes protagonizados por mulheres) e não a profissional, por exemplo. Entretanto, mais importante, acredito, é o fato de que ambas, finalmente, conseguem comunicar-se. Ao invés dos diálogos monossilábicos que vinham travando, até então, estabelece-se a empatia entre elas, para muito além da diferença de idade que possuem.

Afinal, o que é a diferença de idades senão uma oposição entre juventude e velhice? Diferença esta forjada e alimentada constantemente pela sociedade, que delega lugares díspares para a existência humana. Afinal, essas diferenças explicam nossas escolhas, nossas singularidades ou são apenas formas de separar-nos? Navarro-Swian observa que: “o assujeitamento às imagens do corpo, assim, não é unicamente uma força externa que se exerce sobre os sujeitos, dando-lhes sentido e existência, mas uma autorrepresentação constitutiva do corpo-em-mulher, idealizando-o” (2003).

Por fim, a segunda cena que analiso para mostrar a cumplicidade que se estabelece entre Jane a Sade diz respeito ao momento em que a garota decide comprar passagens para que as duas conheçam Paris. Jane vai ao encontro de Sade e diz-lhe:

> Jane: eu tenho dois bilhetes para Paris, primeira classe, eles não são reembolsáveis. Vamos ficar uma semana.
> Sade: estou velha e não tenho passaporte.
> Jane: já gastei U$ 8 mil dólares nisso. Você não tem escolha.

> Sade: Isso é uma loucura, não vou para Paris com você. Você não pode me convencer.

Para tentar resolver o impasse, Jane aposta com Sade e perde. Ao ganhar, a senhora aceita ir, demonstrando, mais uma vez, que tem poder de decisão sobre sua vida e, ao mesmo tempo, satisfazendo o desejo da jovem amiga.

Ir a Paris não significa mudar de vida ou reconciliar-se com o passado, muito menos, projetar o futuro. A viagem significa a concretização de uma amizade, a expressão da confiança mútua, a vontade imperiosa de conectar-se com a vontade do outro. A amizade e a cumplicidade entre duas mulheres, não importa a idade que ambas possuem, está para além das competições que, supostamente, separa as mulheres e que as coloca em constante competição. É um laço forte, que empodera as mulheres, visto que desfaz preconceitos sobre a oposição entre juventude *versus* velhice, além de amenizar as consequências geradas pela violência de gênero, seja ela física, social ou emocional.

Considerações finais

Restam perguntas pertinentes, tais como o fato de que, somente uma senhora e uma jovem podem tornar-se amigas, de fato, estabelecendo a solidariedade de gênero? Isto seria impossível entre duas mulheres jovens? Mulheres belas estão sempre em competição e podem brigar a qualquer momento, originando vinganças mesquinhas? O filme deixa-nos estas indagações, visto que Jane e Melissa brigam e se agridem fisicamente no final da trama, quando Melissa se vê preterida por Sade.

São perguntas para serem respondidas em uma outra análise. Nesse artigo dei relevo à ideia de que *Uma estranha amizade* trabalha os preconceitos relativos à diferença de idade, ao mesmo tempo, que proporciona a sua superação. O filme também permite que observemos como as violências de gênero subsistem, são reinventadas e rearticuladas. Os efeitos, entretanto, são os de sempre: exclusão, sofrimento e exploração de um gênero pelo outro. Por fim, dá visibilidade e concretude a ideia da solidariedade entre as mulheres.

Fonte

BAKER, Sean (Dir.). *Uma estranha amizade*. Título original: *Starlet*. Produção: Patrick Cunningham; Sean Baker. Estados Unidos; Reino Unido: Cunnigham & Maybach Films. 2012.

Referências bibliográficas

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FALEIROS, Eva. “Violência e gênero”. *In:* TAQUETTE, Stella R. (Org.). *Violência contra a mulher adolescente-jovem.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. Disponível em: <http://www.genero.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2007/viol-mul-jovem.pdf#page=61. Acesso em 23 maio 2014.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

______. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – Estudos culturais*: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

MACHADO, Liliane Maria Macedo. *E a mídia criou a mulher*: como a TV e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

______. “O futuro das princesas...”. *Labrys, Estudos Feministas*, n. 23, jan.-jun. 2013. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys23/pages/p1.html>. Acesso em 23 maio 2014.

______. “Toda menina que enjoa da boneca...”. *Labrys, Estudos Feministas*, v. 14, p. 1-18, 2008. Disponível em: <http://www.genero.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2007/viol-mul-jovem.pdf#page=61. Acesso em 23 maio 2014.

MACHADO, Arlindo. *Máquina e imaginário*: o desafio das poéticas tecnológicas. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas, Pontes, 1997.

MONTORO, Tânia; CALDAS, Ricardo (Orgs.). *De olho na imagem*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Abaré, 2006.

NAVARRO-SWAIN, Tania. “Velha, eu?”. *Labrys. Estudos Feministas*, n. 4, ago.-dez. 2004. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys4/index4_1.html>. Acesso em 23 maio 2014.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

SOUSA, Mauro Wilton de (Org.). *Sujeito*: o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Estamira e o processo de transformação do real em ficcional

Mônica Horta Azeredo[1]

Vocês é comum. Eu não sou comum.

Estamira

Quem é Estamira? Responder integralmente a este questionamento é o que pretende o diretor no documentário *Estamira*[2]. Durante quatro anos, Marcos Prado filma Estamira com o intuito de capturar o ser real. Esta, porém, é luta inglória. Ele representa a mulher que narra a própria vida durante quase duas horas, mas nem ele, nem ninguém, seria capaz de dizer-se detentor de uma noção completa sobre essa mulher real.

O que se quer aqui, no entanto, é destacar o que é importante para o diretor mostrar ao público, com relação ao conjunto de características de Estamira: como ele a encerra, a limita, a constrói, em sua estrutura narrativa? Vale lembrar que apesar de a personagem ser resultado de um "recorte" que tenta reproduzir o real, imitar a realidade, essa redução, essencial ao cinema, essa simplificação, essa delimitação, não é capaz de reduzir a riqueza da obra. Ao contrário, permite ao espectador caminhar por trilhos pré-determinados, como a criança que se move com o auxílio das mãos de um tutor.

O filme proporciona a leitura das identidades de Estamira a partir do olhar que foca a participação dessa mulher nos diversos âmbitos ou contextos. Destacam-se, portanto, três principais "identidades" de Estamira: a familiar, que é observada quando ela está em relação com seus parentes, em sua casa; sua identidade laboral, observada no Lixão e no contato com os colegas de trabalho; e sua identidade na condição de paciente do sistema de saúde, a Estamira portadora de distúrbios mentais. Ela é, pois, várias.

Stuart Hall afirma que embora possamos nos ver seguindo o senso comum, como sendo a "mesma pessoa" em todos os nossos diferentes encontros e interações, não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e em diferentes

---

[1] Pedagoga e jornalista, doutora em Português pela Université Rennes 2 (UHB), França. Doutora em Teoria Literária pela Universidade de Brasília (UnB).

[2] Partes deste texto estão publicadas em Azeredo (2012).

lugares, de acordo com os diferentes papéis sociais que estamos exercendo (HALL, 1997, *apud* WOODWARD, 2000, p. 30). Já Woodward esclarece que contextos sociais diferentes levam as pessoas a se enredarem em diferentes significados sociais. As diferentes "identidades", envolvidas em diferentes ocasiões, podem nos fazer sentir como sendo a mesma pessoa, mas nós somos, na verdade, diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada diferente situação. Somos representados, diante dos outros, de forma diferente em cada contexto diferente. Pode-se pensar que se é posicionado – e também posicionamos a nós mesmos – de acordo com os "campos sociais" nos quais estamos atuando (WOODWARD, 2000, p. 30).

Estamira tem acrescida às suas identidades acima descritas, a identidade de protagonista de um documentário, fato que provoca uma mudança substancial, definitiva e irreversível em seu universo identitário. Ainda que ela deixe de ser a protagonista em tempo real, já que o filme foi finalizado, a história lhe resguardará essa posição por tempo indeterminado. Assim, o que se vê na vida moderna, segundo Woodward, é que há posições diversas que nos estão disponíveis, cabendo a nós ocupá-las ou não. Assim, separar algumas identidades e estabelecer fronteiras entre elas parece algo difícil, e algumas dessas identidades podem mesmo ter mudado no decorrer do tempo. É só observar como vêm mudando radicalmente as formas como nós nos representamos como mulheres, como homens, como pais, como trabalhadores.

Para entender o processo de construção da personagem e representação da mulher real, busca-se fazer uma leitura a partir de um recorte de Estamira, atendo-se ao momento de apresentação da personagem, quando ela é vista pela primeira vez. E é justamente pelo corpo de Estamira que começa sua apresentação. O documentário foge a todas as regras do cinema tradicional ao propor a apresentação da protagonista. Durante longos 27 minutos, é dado ao espectador assistir a uma apresentação nada linear, caótica até, de Estamira. Apenas no 28º. minuto do filme, a obra realmente começa.

Antes, porém, ainda sem que se saiba de quem ou do que se trata, uma câmera sugere o olhar subjetivo de alguém que adentra o universo de Estamira. Alguém que vê o mundo em preto e branco. Vê-se através desse ponto de vista a casa de Estamira por dentro e por fora, seu cachorro, seu ambiente íntimo e privado. Após alguns minutos é dado ao espectador perceber que era Estamira quem estava subjetivada pela câmera. Como uma pessoa qualquer que deixa a casa, ela lança um último olhar antes de seguir para o trabalho. Em seguida, a

mulher é vista andando de costas para a câmera em um movimento retilíneo frontal. Pode-se ler a cena como um convite para que o espectador a acompanhe.

Nesse momento, ocorre a ruptura quanto ao olhar da câmera. A câmera fica fixa e o movimento naturalizado de câmera no ombro – que sugeria que alguém andando seguia a protagonista –, dá lugar a um movimento mais "técnico". Estamira entrega-se ao filme e inicia a narração de sua própria história. Essa escolha sutil de uso da câmera funda a subjetivação do espectador no filme e contagia toda a narrativa. Nessa sequência de apresentação, uma provocação: vê-se o rosto de Estamira em primeiro plano, assim como é mostrada – pouco antes – a cara do seu cachorro. O olhar de um e de outro são postos em evidência por uma montagem onde o paralelo entre o humano e o animal ganha destaque. Este é, aliás, um tema recorrente no documentário.

Os primeiros planos de apresentação de Estamira coincidem com o início do filme e falam de dificuldade, de escassez, de pobreza, de miséria. A música remete o espectador a um choro de dor, de sofrimento. Por diversas vezes, o jogo entre câmera fixa e câmera no ombro reforça a noção de vai-e-vem, de insustentabilidade. A primeira imagem de Estamira no filme é, pois, a de um corpo sem rosto.

Ela sai de sua casa, e logo o espectador se dá conta de que ela anda em direção ao trabalho, o Lixão do Jardim Gramacho. Ela é vista de costas em seu andar trôpego e decidido, corpo de mulher sem nome, sem idade. Estamira pode ser qualquer uma. Ao final da sequência de apresentação silenciosa da mulher que dá nome ao filme, ela lança um olhar para o espectador através de uma tomada direta da câmera e, ainda sem dizer palavra, coloca a mão na cintura e respira fundo, como se dissesse: "É isso! É essa a minha vida. Esta sou eu, e agora vou começar a falar" (Estamira), o que de fato acontece.

Além de mulher, idosa, pobre, louca e/ou lúcida, Estamira é representada a partir de outras questões como, por exemplo, sua força, sua coragem. Mas ela é também muito fortemente identificada ao lixo. "Estamira é lixo!", deixa ver o documentário. A cena em que ela está de camisa verde junto a grandes sacos que guardam garrafas tipo pet, no mesmo tom de verde, parece corroborar esta ideia.

A obra também mostra que: "Estamira é poder". É, por exemplo, em uma sequência do longa-metragem onde o grito de Estamira interrompe o off de sua própria voz, compondo assim, um dueto com o trovão, que esta figura da força é construída. A "conversa" remete a um diálogo entre deuses. Diálogo este que é explicado por ela momentos depois, no minuto 40 do filme: "Eu briguei com meu pai astral".

Essa dualidade (lixo/poder) é o pano de fundo da representação estética da mulher que protagoniza o filme e é notada não só nestes momentos, mas em várias sequências onde o Outro serve para referenciar o Eu. Ou seja, ela é a filha de um Deus que não é tão poderoso a ponto de evitar o enfrentamento de sua criatura consigo mesmo, o que, em contrapartida, reforça o poder simbólico da protagonista.

Estamira dá voz a uma mulher tida oficialmente como portadora de distúrbios mentais, os quais poderiam eventualmente dificultar uma vida produtiva. Idosa, doente, solitária, ela vive como alguém desfavorecido, em meio à mais extrema pobreza. “Eu sou Estamira”, diz no início do filme. Nesse e em outros momentos, o documentário faz uma tentativa de “explicar” Estamira a partir da noção de multiplicidade, do ser várias em uma só. A sã, a louca e, dentro desses dois vieses identitários, a politizada, a não consumista, a mãe, a amiga, a prostituta. Estamira é múltipla como o é Pagu, nos termos de Teixeira e Rocha (2005, p. 85). Prado propõe, portanto, uma representação de alguém que contém muitos “alguéns” em si mesma. A partir dessa construção ele avança no sentido da representação da mulher que não se prende a estereótipos empobrecidos e pouco nuançados como se percebe ainda hoje no cinema brasileiro. Exemplo disso é a visão de mulher contida no filme *Tropa de Elite 2*, tema que em outro momento poderia ser desenvolvido.

Estamira possui, portanto, um colorido que vai de encontro à noção de que só é possível se ter uma identidade única, fechada, e se adequar a um rótulo. Em sua composição, essa protagonista instiga o espectador a encarar o que foge do padrão e a desconstruir o estigma que reduz e simplifica os seres. É possível ser um e ser vários ao mesmo tempo. Estamira o é e vive e apresenta essa sua quantidade de “eus” no espaço restrito do documentário.

O documentário traduz quem é Estamira descortinando o constante diálogo entre a lucidez e a loucura que habitam a protagonista em revezamento ou constante confronto. O que se vê é uma construção linear pontilhada pelo sim e pelo não, pela dicotomia louca-sã. Finalmente, o filme, assim como ela própria destaca em vários momentos de sua fala, defende que Estamira, a mulher, simplesmente “é”.

A obra convida o espectador a decidir quem é Estamira. Ela é dada como tantas, como muitas, e cabe a quem assiste aos filmes tomar o caminho da leitura do personagem seja pelo viés da loucura, seja pelo da sanidade. “Formato homem par mãe” (definição de mulher, segundo Estamira), a protagonista é oferecida ao público com grande generosidade. Ela afirma que sabe quem ela é, mas os diversos “eus” apresentados por ela e representados por

Prado, não são como uma verdade absoluta, mas algo móvel como o são as folhas do coqueiro que metaforizam o momento da sua ruptura com uma suposta sanidade mental.

Tema central do filme, a pergunta "quem é Estamira?", suscita, pois, do outro lado da tela, a reflexão sobre as questões identitárias como: "quem sou eu?", "quem somos nós?". A partir de sua concepção pautada no ir e vir do discurso de Estamira e de outros que testemunham sua viagem enquanto ser "visível"[3], as obras incitam a pensar que as respostas, notadamente do ponto de vista da identidade dessa mulher, são maleáveis, abrangentes e porosas, possíveis de serem conclusas de acordo com as particularidades do universo espectatorial.

O filme, ao abordar a questão da verdade, o confronto entre o que é real e o que é apenas aparente, entre o que pode ser considerado verdade, e o falso, fazem lembrar a frase-título da peça do dramaturgo italiano Luigi Pirandello: *Così è* (*se vi pare*)[4]. Pirandello se vale da comédia na mesma medida em que Prado se vale do documentário para questionar a existência da verdade capaz de uma só via interpretativa.

Ferrenha defensora de suas verdades, Estamira é representada como uma mulher desreprimida, ao menos na segunda parte de sua vida, caso esta seja dividida em antes e depois do que teria sido seu primeiro surto psicótico. A loucura concede-lhe viver a liberdade e pregar suas verdades, e mostrar a sua dor, que a maltrata mas que é também quem deflagra sua força de superação com relação ao seu finito e frágil ser. A loucura é, pois, para Estamira um "estranho umbral da liberdade" (PASSOS, 2005, p. 214.)

Estamira afirma não ser comum como os outros e por isso ela precisa trazer a verdade aos homens. Segundo ela, ninguém pode viver sem Estamira, o que serve, em uma sequência do filme para, além de reforçar sua identidade, promover um raro momento de poesia como quando ela recita:

> Esta mira
> Esta mar
> Esta serra
> Estamira está em tudo
> Quando é canto
> Todo mundo é
> Estamira (PRADO, 2004).

---

[3] Termo utilizado por Estamira para definir as pessoas "vivas".

[4] *Assim é (se lhe parece).* A peça é inspirada no conto "La Signora Frola e il Signor Ponza, suo gênero" ("A senhora Frola e o senhor Ponza, seu genro").

O processo de representação da identidade se dá, em *Estamira*, a partir da diferenciação dela com relação ao resto do mundo. Ela critica o outro e nega a própria cultura em alguns de seus principais pilares, como, por exemplo, a língua e seus significados. Ela cria, arbitrariamente, significados diferentes para palavras e expressões, e toma a sua criação como fato consumado. Ou seja, ela parte do princípio que o outro – o mesmo sujeito que faz parte da cultura à qual ela pertence e que, eventualmente, nega –, entende o que ela diz e compreende o universo vocabular que ela propõe.

Fica claro, portanto, desde o princípio do filme, que Estamira, ao expor-se aos olhares da câmera, tenta estabelecer-se como "pessoa singular e de identidade própria" (VIANNA; SETON, 2005, p. 119), como procede também a personagem principal do filme *Lanternas vermelhas* – analisado por esses autores –, que vive em um universo onde a dominação masculina é uma regra. Apesar de bastante distante do padrão chinês, a sociedade em que Estamira vive é fortemente caracterizada pela dominação masculina, pelo homem branco.

Estamira é representada no documentário como uma brasileira nata. De acordo com Hall, para que um sujeito possa pertencer a uma cultura, é necessário que detenha o conhecimento de determinados códigos, comuns ao seu grupo (HALL, 2001, p. 24). Mas ele destaca, por exemplo, que muitas culturas não possuem palavras para os conceitos que são normais e amplamente aceitáveis para nós. Porém, é justamente a aceitação de conceitos entre membros de uma mesma cultura que garante o sentido da pertinência. Pertencer a uma cultura é pertencer aproximadamente ao mesmo universo conceitual e linguístico, para conhecer como os conceitos e as ideias traduzem em línguas diferentes, e como a língua pode ser interpretada para se referir ou para referenciar o mundo (*Id., ibid.,* p. 22). Estamira, no entanto, segue o caminho da diferenciação e coloca-se como alguém que detém códigos que não são aceitáveis em sua cultura ou em qualquer outra, diferenciando-se, assim, do Outro, garantindo para si, um lugar especial.

Ela cria termos e palavras. Com a representação de Estamira, o filme passa então a ter a função de produtor de novos significados e construtor, junto com o espectador, de uma nova linguagem, na medida em que expõe os novos termos que passam a ser compreendidos e até aceitos, momentânea ou definitivamente, por quem assiste aos filmes. "Homem-par-mãe", por exemplo, não é algo estapafúrdio, para quem assiste aos documentários, mas mulher, assim como "homem-ímpar-pai", simplesmente homem.

Mas é Estamira quem arbitrariamente estabelece o código linguístico e seus significados. Ela detém o poder de criação e isto fica muito claro nesse filme. É, portanto, o

espectador quem terá de entender. E como, então, funciona a questão do entendimento por parte desse sujeito que assiste às películas? Como ler o discurso cinematográfico ou uma imagem simplesmente? De acordo com Hall (2001, p. 60), isso é possível. Projetarmo-nos em sujeitos da pintura [no nosso caso, do filme] nos ajuda como espectadores a vê-la, a entendê-la. Nós assumimos as posições indicadas pelo discurso, identificamo-nos com ele, sujeitamo-nos ao seu significado, e nos tornamos seu “sujeito”.

Entendido o que ela diz – até porque ela explica os significados das novas palavras – os termos passam a fazer sentido não só dentro, mas fora dos filmes, em uma relação de construção entre quem produz e quem lê os textos fílmicos. E, de acordo com Hall, “a questão básica é que o sentido não é inerente às coisas, ao mundo. É construído, produzido. É o resultado de uma prática que produz o sentido, que faz as coisas significarem” (2001, p. 24).

Outra questão que a fala de Estamira suscita é a produção identitária a partir do diálogo. A identidade é algo relacional, aponta Woodward (2000, p. 9). A construção da identidade depende do outro. Para um sujeito saber quem é, é preciso saber, antes, quem não é. Esse espelhamento é muito presente no filme *Estamira*. A mulher, várias vezes se descreve como tendo esta ou aquela característica, porém, quase sempre lança mão de explicações que envolvem o não ser.

A dinâmica do contraste é também a dinâmica estética do filme. Para saber quem é Estamira, o espectador tem que ouvir outros personagens falarem de Estamira relembrando e construindo para o público a história da mulher no seu “antes” são. O ser de antes, que não existe mais, da mesma maneira, serve para identificar o ser de hoje. Estamira sã opõe-se a Estamira louca para identificar esta última, o que vem ao encontro da afirmação de Woodward (2000, p. 9) quando esta diz que a identidade é marcada pela diferença que é sustentada pela exclusão, ou seja, ao não ser aquilo, você é isto. Porém, apesar de esteticamente apresentar os “eus” e os “outros” de forma quase que sistemática, o filme se destaca justamente por esse paradoxo onde representa a identidade de Estamira dando a ver ao espectador o que ela deixou de ser: ou seja, “sã”. Ela, por sua vez, oferece elementos bastante ricos que incitam a uma reflexão que ultrapassa um dos principais conceitos identitários com os quais ela é representada na diegese: o de louca.

O documentário mostra, por meio de elementos altamente críveis (depoimentos, receituários etc.) que Estamira é louca, mas transborda de elementos que propõem uma leitura diferente. O próprio diretor do filme afirma que ela não é louca, é lúcida. Ambas as características de Estamira são respaldadas social e simbolicamente e são reforçadas pela fala

de Woodward quando esta afirma que a identidade é tanto simbólica quanto social (2000, p. 9-10). A identidade, como se vê representada nesse filme, não é algo fixo.

Nos documentários, Estamira é a metáfora do cofre que guarda joias valiosas. Essas joias são as verdades dadas como presentes ao diretor do filme, sua equipe e, em seguida, ao espectador comum. E, como se, a cada "abertura" desse cofre, Prado encontrasse novas pérolas, o filme proporciona ao espectador as verdades em pequenas doses, sistematicamente apresentadas. Esse movimento desvela a qualidade do corpo físico como "guardador". Dentro de Estamira estão as verdades, como também estava adormecida, até um determinado ponto de sua vida, a própria loucura. Estamira reserva surpresas.

Finalmente, se "o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem se é, servindo de fundamento para a identidade" (WOODWARD, 2000, p. 15), é a partir do corpo que Prado dá início ao processo de identificação de Estamira. Ela é, nos primeiros momentos do filme, um corpo que habita uma determinada região. As primeiras imagens de Estamira fornecem elementos para se começar a análise da construção de sua identidade: mulher, pobre, idosa, mas capaz de se movimentar em direção a algo. Mais do que isso, ela é capaz de ser amada. Ao representar Estamira também a partir da relação com parentes e amigos, a obra desvela que ela suscita o afeto com tudo e apesar de tudo. E esse afeto transborda, certamente, a tela, tocando o universo do espectador.

Referências bibliográficas

PRADO, Marcos (direção e roteiro). *Estamira*. Produção: Marcos Prado e José Padilha. Intérpretes: Estamira e outros. Edição: Tuco. Música: Décio Rocha. Distribuição: Riofilme/Zazen Produções Audiovisuais. Brasil, 2004. 1 DVD (116 MIN), Dolby Digital 2.0 e 5.1 (Português), Letterbox (4x3). Produzido por Zazen Produções Audiovisuais.

AZEREDO, Mônica Horta (2012). *A representação do feminino heroico na literatura e no cinema: uma análise das obras* Quarto de Despejo: diário de uma favelada, Estamira *e* Estamira para Todos e para Ninguém (*Marcos Prado*), De Salto Alto *e* Tudo sobre Minha Mãe *(Pedro Almodóvar)*. Tese de Doutorado, Publicação XX/2012, Université Rennes 2 Haute Bretagne, Lettres Étrangères, Portugais, em co-tutela com o Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 346 p.

HALL, Stuart. "The work of representation". *In*: HALL, Stuart (Org.). *Representation: Cultural representation and cultural signifying practices*. London: Sage, 2001.

______. *A identidade cultural na pós-modernidade.* 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

PASSOS, Luiz Augusto. "As horas". *In*: TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; LOPES, José de Sousa Miguel (orgs.). *A mulher vai ao cinema*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castor; ROCHA, Maria Isabel Antunes. "Eternamente Pagu". *In*: TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; LOPES, José de Sousa Miguel (Orgs.). *A mulher vai ao cinema*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VIANNA, Cláudia; SETON, Maria da Graça. "Lanternas vermelhas". *In*: TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; LOPES, José de Sousa Miguel (Orgs.). *A mulher vai ao cinema*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Princesa: gênero, travestilidade e prostituição em uma leitura *queer* de cinema

Sulivan Charles Barros[1]

Introdução

As narrativas cinematográficas exercem grande poder sobre o público, visto que elas veiculam e constroem relações de gênero e sexualidades, o que torna de extrema relevância a investigação dos discursos/práticas/efeitos do cinema na constituição de valores e representações sociais que contribuem para delimitar os papéis dicotômicos entre homem/mulher, masculino/feminino, hetero/homo, ativo/passivo, bem como investigar abordagens que problematizem as sexualidades de forma interseccional.

Um debate recorrente no campo do cinema hoje é se existe ou não um cinema gay ou um cinema *queer* que implique a diferença de perspectiva pela qual estes filmes são realizados. Muitos deles se intitulam ou são intitulados como *queer*. Essas películas que se intitulam ou são denominadas como *queer* se colocam em que perspectiva discursiva? Quais seriam/são as justificativas utilizadas por diretores/roteiristas e críticos de cinema para apresentarem e/ou denominarem estas produções como *queer*?

A simples presença de personagens gays, lésbicas, travestis e transexuais que discursam sobre a mobilidade do feminino e do masculino independente do sexo biológico podem definir estas obras como *queer*? Ou torna-se necessário que nestas produções as personagens apresentem-se em performances desestabilizadoras da heteronormatividade?

De antemão, parto da ideia de que nem todo olhar *queer* empreendido no cinema desconstrói totalmente o binário sexual, a heterossexualidade compulsória e o modelo heteronormativo regulatório da sexualidade humana ou faça a oposição ao Estado patriarcal ou até mesmo chegaria a uma montagem totalmente isenta de sentidos “masculinistas”, sexistas e heteronormativos. E é neste sentido, que se constitui o presente trabalho. Pretende-se analisar o filme *Princesa*, de Henrique Goldman, visto que o mesmo é marcado pela experiência da prostituição a partir de sua personagem principal, a travesti Fernanda. A história narrada pelo filme, sob a ótica de uma leitura *queer* de cinema, contribui para uma

[1] Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG – Regional Catalão).

crítica dos valores patriarcais, machistas, sexistas e heteronormativos, propiciando outros sentidos para o imaginário social sobre a prostituição e a travestilidade.

O cinema *queer*

O termo *queer* funciona de múltiplas maneiras: a) como prática de leitura sobre um *corpus* para descrever uma identidade particular[2], para circunscrever um campo de estudos, como sinônimo de lésbica ou gay, como noção "guarda-chuva" no qual se agrupam várias identidades não heteronormativas (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos; e b) como campo teórico e discursivo sobre identidades, desejos, representações sociais e imaginários que identificam a sexualidade como dispositivo histórico de poder e que se constroem a partir de diversos campos do conhecimento e dos diálogos produzidos entre diversas disciplinas, tais como história, sociologia, antropologia, psicologia.

Por outro lado, os filmes, por exemplo, são objetos privilegiados nos estudos *queer*: "oriundos predominantemente dos estudos culturais, os teóricos *queer* deram maior atenção à análise de obras fílmicas, artísticas e midiáticas em geral" (MISKOLCI, 2009, p. 155).

Entretanto, a maior parte destas produções que são definidas como *queer* seja pelos cineastas/roteiristas e/ou pelos críticos de cinema e público em geral, é realizada distante das perspectivas históricas feministas e *queer*, ignorando o problema da identidade política e a questão da experiência na construção da subjetividade e na significação do real. Não trazem em sua essência a possibilidade de uma crítica sobre a heteronormatividade como a ordem sexual do presente na qual todo mundo é criado para ser heterossexual ou mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto para que adote o modelo da heterossexualidade compulsória em suas vidas. "Gays e lésbicas normalizados, que aderem a um padrão heterossexual, também podem ser agentes da heteronormatividade" (MISKOLCI, 2012, p. 15).

Ao relacionar cinema e teoria *queer*, busco perceber possíveis comunicabilidades entre alguns filmes dirigidos/roteirizados por homens de nacionalidades distintas e em contextos

[2] O termo *queer* tem sido adotado pela comunidade LGBT no intuito de ser ressignificada política e discursivamente. De um termo pejorativo que se aproxima das expressões em português "estranho", "bizarro", "bicha", "viado", a palavra *queer* passou a denominar um grupo de pessoas dispostas a romper com a ordem heterossexual compulsória estabelecida na sociedade contemporânea, e mesmo com a ordem homossexual padronizante, que exclui as formas mais populares, caricatas e até artísticas de condutas sexuais ditas "desviantes". Assim, existe a possibilidade de muitos indivíduos não aceitos socialmente pela sua condição sexual assumirem uma identidade *queer* a fim de poderem ganhar um maior espaço social e individual.

temporais diferentes, atentando para as estéticas, poéticas e para as representações sociais desses diretores, que podem ser lidas como críticas ao patriarcado, à heterossexualidade compulsória e ao modelo heteronormativo e suas dinâmicas de poder. Nesse percurso, é imprescindível considerar ainda a pluralidade das perspectivas *queer*, cujas práticas e discursos variam dependendo do olhar e das condições de produção de quem os opera.

> A construção não se separa do filme, é o filme mesmo; outra construção do mesmo relato daria outro filme. O tipo de utilização do material fílmico, o tempo, uma relação com o mundo circundante e a uma tomada de posição frente ao público, e é aqui mais uma escolha das estórias (sic), que podemos interrogar ao cinema como expressão ideológica. Não pode haver estudo fílmico que não seja uma investigação da construção (SOLIN, P. *apud* SILVA, 2008, p. 264).

O cinema, ao longo de sua história, instituiu valores e representações que contribuíram para definir a rigidez dos papéis binários entre homem/mulher, masculino/feminino, hetero/homo, reapropriando-se das relações do poder sexista, machista, falocêntrico, patriarcal e heteronormativo.

O cinema narrativo clássico, sobretudo, o hollywoodiano, reforçou na sua trajetória, dispositivos semióticos dos modelos dos heróis, bravos, guerreiros, tidos como lugar dos machos, e as frágeis, doces, sensíveis e sonhadoras, para as mocinhas-fêmeas. Um cinema que negou às diferenças sexuais e o lugar das mulheres, dos homossexuais e de outras identidades de gênero e sexuais como sujeitos do desejo, do poder ou do saber.

Segundo Nepomuceno (2009, p. 3),

> a transgressão das identidades no cinema foi construída imageticamente por fissuras na tela, por onde ocorriam metalinguagens e outros sentidos não ditos, parafraseados em circunstâncias que ora levava o deboche e a comédia ou ora vista como um drama a ser revelado, uma questão a ser descoberta. As sexualidades variáveis, quando permitidas, detinham uma narrativa ideológica que marcava a diferença e a exclusão da norma, da ordem, do instituído. Um caminho traçado sempre às paralelas, sendo definido e definindo-se como algo proibido, culpabilizado, ou ainda, na vertente do riso e do escracho, onde as linhas do eu e do outro ficam mais fortemente separadas pelo que não conheço em mim.

Filmes se relacionam a uma larga escala de experiência estética e discursiva, eles têm um importante papel na formação das representações em gênero e sexualidades – assim como raciais, étnicas, religiosas, geracionais, de classe, entre outras –, e podem, do mesmo modo, facilitar, particularmente bem, a comunicação e o entendimento de temas difíceis e tabus. Além disso, o filme torna-se um espaço que dá voz àqueles que não poderiam ser ouvidos de outra maneira.

Falar em um cinema gay, homoerótico ou *queer* é abordar mais que a expressão cultural-artística de uma identidade homossexual ou *queer* única e indivisível; trata-se de um

meio de representação de uma pluralidade de identidades e performances que se perpassam e misturam, sem que haja uma fronteira entre elas. São gays, lésbicas, transexuais, travestis, intersexos e tantos outros sujeitos possíveis que "saíram do armário" e ousaram se assumir no gênero e na sua sexualidade; eles transitam entre suas diversas identidades, sendo aceitos ou não.

Foucault (1997) nos ensina que há coisas e há indivíduos que são impensáveis porque não se enquadram em uma lógica ou em um quadro admissíveis àquela cultura e/ou naquele momento. Essas práticas e esses sujeitos são estranhos, excêntricos, bizarros, talvez se possam dizer simplesmente *queer*, enfim, "eles transgridem a imaginação, são incompreensíveis ou impensáveis e então são recusados, ignorados" (LOURO, 2004, p. 28).

O cinema *queer*, como prática discursiva, contesta o controle institucional de gênero e das sexualidades. Questões de representação e de identidades oferecem oportunidades para que possamos explorar as forças e os limites de diversos problemas sociais[3]. Neste sentido, parto da perspectiva de que a análise e interpretação de discursos fílmicos pode ser um caminho profícuo para rompermos com entendimentos "normalizados", dos agentes políticos, institucionais e educacionais sobre a produção e circulação de representações *queer* na cultura visual. Dias, ao discutir o campo da educação em cultura visual e a relação com o cinema *queer*, afirma que

> ensinar usando o cinema *queer* pode ser intrinsecamente subversivo, porque ele questiona noções de identidade, subjetividade e desejo e, por meio de suas características intertextuais, incorpora investigações mais amplas da esfera pública sobre cidadania, raça, classe, entre outras (DIAS, 2007, p. 718).

Se por um lado, o cinema clássico reafirma valores e representações que contribuem para definir a rigidez dos papéis binários, por outro lado, o cinema *queer* constitui um território que vem abrindo novos cenários de visibilidade para que os/as personagens *queers* possam encenar suas performances de identidades múltiplas por meio de corpos-devir. Dos guetos, das sombras e dos "armários" para as telas cinematográficas. Nas telas, além de homens e mulheres homossexuais protagonizam os enredos uma gama de variabilidade de gênero e sexualidades, como os/as bissexuais, os/as transexuais, os/as travestis, os/as intersexuais, entre outros infinitos arranjos identitários.

[3] Segundo Dias (2007), aparentemente, no cinema *queer*, os discursos que focalizam questões de gênero e de sexualidades têm predileção especial pelas representações de subjetividades de *queer*-gêneros, isto é, sujeitos que estão fora dos padrões normatizados que definem a heterossexualidade como a única forma de manifestação natural do desejo.

A presença dos *queers* como significante desta outra alternativa de se fazer cinema para além dos modelos heteronormativos apresenta-se também como espetáculo midiático, produzido pela indústria de cultura de massa. Nessa construção, para além de qualquer conceituação ou discurso determinante sobre uma nova compreensão de gênero, corpos, sexualidades e desejos, o cinema *queer* representa um lócus mutante onde ficção e realidades reinventam suas narrativas, propondo um campo visual outro sobre as diferenças que nos constitui como humanos bem como outras formas de contestação.

***Princesa*: gênero, travestilidade e prostituição**

Princesa é um filme de 2001 do diretor paulistano Henrique Goldman, contudo não é uma produção brasileira e sim uma coprodução entre Espanha, Itália, França, Reino Unido e Alemanha. Ele é levemente inspirado, como esclarece o diretor[4], na história real de Fernanda Farias de Albuquerque[5], travesti brasileira que se prostituía nas ruas de Milão a fim de pagar uma operação de mudança de sexo.

Fernanda se percebe como uma mulher presa em um corpo de homem, e Milão apresentava-se, sob sua ótica, como o local ideal para encontrar clientes dispostos a pagar para ficar com travestis. A Fernanda real se suicidou em Verona dois meses antes de começar as filmagens da película. Por outro lado, como forma de homenagem a Fernanda Farias de Albuquerque, a Fernanda do filme, segundo a fala de seu diretor, usa a sua trágica viagem para Milão, apesar das frustrações, para reapreender a amar a vida.

O filme teve sua *première* no Festival de Sundance, ganhou o prêmio de melhor filme estrangeiro no OutFest em Los Angeles em 2001, foi exibido na Mostra Internacional de São Paulo também em 2001 e foi lançado em 12 países – em alguns, como filme erótico, e em outros, como filme gay, muito embora a intenção fosse contar uma simples história de busca de identidade e autoaceitação de uma travesti brasileira que migra para a Itália.

---

[4] Em entrevista ao site *Terra*, Henrique Goldman afirma que a protagonista do filme leva o nome da sua inspiradora, e tem uma história um tanto parecida: Fernanda vai à Itália se prostituir, tendo em vista somente juntar dinheiro para fazer uma operação de conversão de sexo, e depois casar com o homem que ama e ser uma feliz dona de casa. Disponível em: <<http: www.terra.com.br/cinema/noticias/2000/10/26/000.htm>. Acesso em: 19 abr. 2014.

[5] Fernanda Farias de Albuquerque é autora de um livro escrito com o jornalista Maurízio Jannelli e que tem como título *A princesa*: depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas, editado pela Nova Fronteira.

Princesa é a história de alguém que não se aceita do jeito que é e, eventualmente, chega a conclusões sobre ela mesma: inicialmente, acredita-se estar, ao contrário de suas colegas de trabalho, em uma situação transitória, e espera abandonar logo a prostituição. Como em um conto de fadas, ela conhece um príncipe encantado que se apaixona por ela. Gianni é casado e se separa da esposa passando a viver com Fernanda e, por certo tempo, são felizes – até o momento em que a realidade acaba com a fantasia, e Fernanda volta a se prostituir, assimilando que esta é de fato a sua real condição: “a de ser uma ótima puta”, tal como ela própria nos relata já próximo ao final do filme. Sua vida volta às margens e é totalmente desprovida do *glamour* e da fantasia desejada por ela quando decidiu ir para a Itália.

O filme inicia-se com Fernanda no metrô, a caminho de Milão. Uma criança ao lado, olha-a com estranhamento enquanto ela devolve com um sorriso. Nesse momento, ela é abordada por policiais que a retiram do metrô, levando-a para o chefe-responsável. Ao chegar a sua sala, ele afirma a Fernanda que ela tem um pequeno problema. Ele tranca a porta e pede para que ela retire o gorro que cobre sua cabeça e que ela levante a blusa mostrando os seios. Enquanto isso, ele começa a se masturbar e diz: “Vem cá. Bom menino. Põe na boca. Isso... Muito bom!”.

Após esta situação, Fernanda volta ao metrô e segue sua viagem a Milão com destino à casa de sua amiga, a travesti Charlô. Ao descer em uma determinada estação, ela passa a observar várias pessoas que estão esperando seus familiares, enquanto ela está sozinha. Ela pega um táxi, e pela janela passa também a observar ruas, lojas, pessoas. Ao passar por uma igreja, Fernanda faz o sinal da cruz.

Ao chegar ao apartamento de Charlô, encontra a porta entreaberta e a amiga está deitada sobre a cama, bêbada e drogada. Ela acorda Charlô. Ao olhar para Fernanda, elas passam a manter o seguinte diálogo:

> Charlô: Fernanda, você está belíssima. Bonita. Gostei de ver. É uma pena que aqui na Itália... Querida ser muito mulher, muito feminina não é o que ganha muita coisa, não. Aqui sabe o que eles gostam? Olha, é por uma peruquinha na cabeça. Entendeu? Descer e qualquer uma ganha, aqui. Não tem essa de ser muito feminina. Aqui, querida, aqui é pau. Pau duro, eles querem. Cortou, dançou. Não faz nem um tostão.
> Fernanda: Charlô, eu não sou como você.
> Charlô: Não?
> Fernanda: Eu não nasci para ser puta.
> Charlô: É? Nasceu para quê?
> Fernanda: Eu quero apenas fazer um dinheirinho, fazer minha operação e viver como uma mulher normal.

> Charlô: Já vi tudo, peraí: Príncipe Encantado pega travesti brasileira e leva para o altar. Quem sabe se você não tem dois filhos belos, loiros, de olhos azuis? Posso te pedir uma coisa, Fernanda, posso? Deixa eu ser a madrinha do seu primeiro filho? Deixa, vai? Deixa?... Mas você é burra, né? Continua burra. Veio lá da terra do meu Deus, do cu do mundo e continua burra? Bicha caipira.

É interessante nesta narrativa a condição de como travestis entendem e se relacionam com a prostituição. Partindo dos argumentos de Pelúcio (2005)[6], é possível identificarmos que a prostituição apresenta-se, primeiramente, como uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível (é o caso de Fernanda); segundo, como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas (Fernanda e Charlô); e terceiro, como um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade (isto ficará bem mais claro no decorrer da análise do filme).

Muda-se de cena e ao som de ritmos de samba e carnaval estamos no ambiente da rua em que diversas travestis passam a mostrar seus corpos a clientes que transitam no local dirigindo seus carros em velocidade reduzida, a fim de tocarem nesses corpos ou provocarem situações de violência a essas travestis. Nesse momento, Charlô aproxima-se de Karen, que é também travesti e a cafetina responsável pelo local, até que se convence de que Fernanda é uma boa pessoa, maior de idade e não lhe trará problemas. Karen olha para Fernanda e pergunta: “Qual é o seu nome?”. Fernanda responde: “Princesa”. Karen: “Quer trabalhar aqui comigo? Se trabalhar direito, vai ganhar dinheiro. Por mim, tudo bem. 15% é a minha parte. 50 (euros) é o boquete. 100 é para transar e 150 se os clientes quiserem ser enrabados”. Fernanda: “Não. Eu não faço isso”. Karen continua: “Não se preocupe. Ninguém aqui obriga você a fazer o que não quer. Qualquer problema, venha falar comigo. Estou sempre aqui. Por mim pode começar a trabalhar agora”.

Karen apresenta o primeiro cliente a Fernanda e ela segue em direção ao carro dele. Enquanto isso, alguns garotos passam de carro próximo a várias travestis e começam a xingá-las: “veados de merda”. Algumas dessas passam a correr em direção a eles com pedaços de pau, em uma ânsia de que irão alcançá-los.

Mudamos de cena e Fernanda/Princesa já está habituada a sua vida de prostituta em Milão. Ela escreve uma carta à sua mãe, que está no Brasil. Enquanto a carta é narrada em *off*

[6] Vale ressaltar que estas não são posições estanques e definitivas, mas pontos de vista e percepções que se entrecruzam e dialogam.

pela própria personagem, apresenta-se diversas cenas de programas realizados por Fernanda e em todas essas, seus clientes aparecem gozando. Segue a carta:

> Milão, 09 de janeiro de 2000,
> Querida mãezinha, desculpe por passar tanto tempo sem te escrever. Eu estou bem e com muita saúde, graças a Deus. Milão é uma cidade muito bonita. Eu já sabia antes de vir que era bonita, mas eu não esperava que fosse tão linda. Há um mês estou vivendo na Itália e já encontrei um bom serviço no cabelereiro. O salão é muito chique e os patrões estão muito contentes com o meu trabalho. Eles vão me pagar um curso para aprender a fazer maquiagem porque acreditam muito no meu futuro. Mamãe, na Itália quem trabalha duro pode fazer muito dinheiro. Eu estou mandando mil dólares. A senhora pega o dinheiro e vai ao banco trocar. Compra comida e remédio. Mas compra também um vestido bem bonito. Eu vou te mandar um dinheirinho todo mês e não quero que te falte nada em casa. De vez em quando eu fico com muita saudade de casa e eu começo a imaginar o que você está fazendo bem naquele momento. Quando te imagino, eu sinto como se você estivesse aqui do meu lado na Itália. Mamãe, eu rezo pra Deus Nosso Senhor pra te proteger e te dar boa saúde. Um beijo com muito amor do teu filho Fernando.

Interessante ressaltar que Fernanda apresenta-se a sua mãe como Fernando. Partindo para uma leitura respaldada pela crítica feminista e pelos estudos de gênero, percebe-se que este conceito (o de gênero) passa, então, a representar o modo como as características sexuais são representadas em determinado contexto social, cultural e histórico. Nesta perspectiva, "não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas" (LOURO, 1997, p. 22).

O gênero não pode ser de maneira alguma entendido como mera manifestação cultural que se assenta sob a natureza corporal ou sexual, pois o sexo é também regulado pelas normas que determinam o processo de (res)significação da matéria. As marcas que autenticam um corpo como masculino ou feminino são fabricadas, implantadas, extraídas, modificadas, recontadas, costuradas, rasgadas, tatuadas, apagadas, em um processo de questionamentos permanentes sobre a ideia de origem e de construção dos corpos.

Voltemos ao cenário da rua onde as travestis se prostituem. Naquela noite, um carro estacionava próximo ao local em que Fernanda se encontrava. Ela aproxima-se do motorista e diz: "vamos dar uma volta". O motorista é Gianni e automaticamente ele responde: "Não. Não, obrigado!". Fernanda insiste: "que pena. Você é tão bonito". Gianni sorri e pede para que ela entre em seu carro. Fernanda o conduz a uma rua sem muita movimentação. Ele para o carro, ela começa a retirar o casaco enquanto que ele pergunta qual é nome dela e ela

responde: “Princesa”. Ela tira o terno dele e começa a abrir o zíper de sua calça enquanto ele diz “espera um pouco”. Ele começa a beijá-la na boca enquanto passa a mão em seus seios e também passa a beijá-los até que Princesa fica só de calcinha. Gianni passa a mão entre as pernas dela e percebe que ela tem um pênis. Em tom de fúria, Gianni ordena que Princesa saia do carro sem os seus pertences e começa a ofendê-la: “desgraçada, nojenta. Vai se fuder”. Ele vai embora. Ela já fora do carro continua a gritar: “devolve a minha roupa, devolve”. Fernanda é presa e é Karen quem vai buscá-la na delegacia. Karen paga a fiança e leva-a para a sua casa. Estando lá, Karen lhe dá de presente um casaco de peles e convida-a para morar em sua casa. Fernanda aceita.

Passados alguns dias, Gianni volta ao local em que Fernanda está com outras travestis. Ela o reconhece e vai em sua direção. Ele devolve suas roupas e paga o valor do programa e pede desculpas em relação ao seu comportamento naquela noite. Ele pergunta qual é o nome verdadeiro dela e convida-a para jantar como forma de desculpas pelo que fez com ela e Princesa aceita.

No dia do jantar, sentados à mesa, Gianni pergunta de que parte do Brasil Fernanda é, e ela responde: “De Belém do Pará”. E ele pergunta se fica perto do Rio de Janeiro: e ela responde: “Não. Fica na Amazônia”. Ele: “Na Amazônia, jura?”. Ele diz que desde menino tinha vontade de ir à Amazônia, mas que agora estão destruindo tudo lá. Fernanda olha para a mão de Gianni e vê que ele está com aliança e lhe pergunta: “Há quanto tempo você está casado?” E ele responde: “Oito anos”. Fernanda: “Filhos?”. Gianni responde: “Não, não tenho filhos”. Fernanda continua: “Por quê?”. Gianni responde: “Porque eu e minha mulher trabalhamos e acabou que não tivemos ocasião de ter um filho”. Ele continua conversando com ela e pergunta se ela pretende voltar ao Brasil. e Fernanda responde: “Quando eu tiver dinheiro para a operação para virar uma mulher normal”.

Esta resposta deixa-o constrangido. Nesse momento, vem em direção à mesa deles um vendedor de rosas, e Gianni lhe oferece uma rosa. Contudo, Fernanda recusa e diz que é tarde e ela precisa ir. Eles saem do restaurante e ele insiste em querer levá-la para casa e ela continua dizendo que não precisa, que pegará um taxi. Ela vai embora e ele corre em sua direção e lhe dá um beijo. Na cena seguinte, eles estão acordando juntos em uma suíte de motel. Eles continuam a se encontrar por várias vezes e em uma dessas situações, sentados em frente a um lago, Gianni se declara a Fernanda: “Fernanda, eu estou completamente apaixonado por você. Faz só um mês que te conheço e minha vida virou ao avesso. Todas as

minhas convicções não são mais as mesmas. Tudo agora é tão diferente, tão novo. Eu só tenho certeza de uma coisa, Fernanda, que te amo. Eu amo você". Eles se abraçam.

Fernanda vai às compras com Charlô e Fofão, sua outra amiga travesti. Ao passarem por uma rua, Charlô avista de longe Gianni e diz a Fernanda: "Aquele não é o seu Bofe com a esposa?". Fernanda olha e fica calada. Elas param em uma lanchonete. E começam a conversar:

> Fofão pergunta a Fernanda: Não vai comer não, mocinha?
> Charlô continua: Ela tá incomodada é com o Bofe.
> Fofão: Ai, bicha, o amor é assim mesmo. Quem gosta, gosta. Não escolhe.
> Charlô: Fernandinha, querida. Você não acha que um bofe careta desses vai deixar a mulher dele pra ficar com um viado?
> Fernanda: Mas ele não gosta dela, ele gosta de mim.
> Charlô: Ele não gosta de você, querida. Ele gosta é de um pau tropical.
> Fofão: Ai, bicha. Você acha que todo homem é maricona. Ele pode ser que não seja. Ele gosta dela como ela é, como uma pessoa.
> Charlô: Olha, vamos esclarecer as coisas. Eu não tô nem aí se ele é maricona ou não. Olha para mim, o que é que eu sou? Eu sou uma bicha louca, amor. O que me deixa louca é essa hipocrisia. Como é que faz um cara desses que paga pra chupar um pau dizer que não é uma maricona, dizem que não é um cliente?
> Fernanda: O Gianni não é um cliente.
> Charlô: Linda, ele é um cliente. A única diferença é que ele não paga. Todos na Itália são clientes.
> Fernanda: O Gianni é diferente, ele me trata como mulher.
> Charlô: Ah, vai me dizer que nunca chupou teu pau?
> Fernanda: Isso não é da sua conta. E, se você quer saber a verdade, o Gianni nunca me tocou.
> Charlô: Não se preocupe queridinha, se ele nunca te tocou quer dizer que vai tocar outra.
> Fofão: Bicha, como você é o ó!
> Charlô: Mas tudo isso que tô dizendo é verdade. Se ele não fosse um cliente, ele ia ficar na casa dele, com a mulher dele, que é de boa família, que cozinha divinamente e é linda e, além do mais, é mulher de verdade. O que ele vai querer com um traveco?
> Fernanda: Charlô, eu estou cheia de você. Esqueça que eu existo. Tchau, Fofão.
> Fofão: Tchau, linda.
> Charlô: Ai, meu Deus, o que eu vou fazer da vida, Fofão. Cinderela não quer mais falar comigo.

Fernanda e Gianni estão em um motel. Ela observa-o enquanto ele está dormindo. Ela passa a mão em suas costas, beija-o e lhe pergunta: "Quer que eu enrabe você? Você quer?" Fernanda começa a passar a mãos nas nádegas de Gianni, enfia o dedo em seu ânus e ele começa a sentir prazer. Ela continua a falar com ele:

> Fernanda: Você nunca fez antes?

> Gianni: Não, não.
> Fernanda: Gosta?
> Gianni: Gosto.
> Fernanda lhe dá um tapa na cara e diz: “Desgraçado”.
> Gianni: O que foi?
> Fernanda: Acabou, Gianni.
> Gianni: Como assim? Espera, eu te amo. Espera. Vem aqui...
> Fernanda: Me Solta.
> Gianni: Espera.
> Fernanda: Me larga.
> Gianni: Mas por quê?
> Fernanda: Eu não quero mais te ver.
> Gianni: Eu tô apaixonado por você. Por que está fazendo isso? Por quê?
> [Fernanda vai embora e volta a se prostituir nas ruas de Milão].

Na noite seguinte, Gianni vai à procura de Fernanda e retira-a do carro de um dos clientes e diz que quer conversar com ela. Diz também que se separou da esposa e que quer viver com ela em uma casa e que pagará a sua operação até que Karen ouvindo tudo aquilo vai em direção ao carro e pede para ele ir embora, xinga-o e ela retira uma arma de sua bolsa e coloca na casa dele até que Fernanda sai do carro do cliente e briga com Karen, chama-a de invejosa, velha, feia e asquerosa e que não quer voltar praquele lugar de merda. E resolve sair dali com Gianni. Karen chora. Fernanda vai embora com Gianni e passa a morar com ele.

Apresentam-se cenas em que Fernanda aparece em um salão de beleza cortando seus cabelos e outras em que mostra Fernanda com novas roupas, vestidos longos, bem diferentes daqueles em que ela usava quando se prostituía nas ruas de Milão.

Fernanda vai ao consultório pela primeira vez. A médica lhe pergunta: “Fernanda, quando começou a realmente querer ser uma mulher?”. Fernanda responde: ‘Eu era muito pequena. Não me lembro exatamente quando. Só sempre sei que preferi brincar com bonecas. Minha mãe me obrigava a jogar bola, mas era uma coisa que eu não gostava. Uma vez ensaiamos uma peça na escola. Eu queria muito fazer o papel da Princesa, mas a professora não deixou. Mas eu queria muito. De noite, em casa, eu ficava na frente do espelho e imaginava que era a Princesa da peça. Os outros meninos zombavam de mim. Eles me chamavam de bichinha, mas eu não ligava. No fundo eu sabia que não era um bicha. Eu era uma mulher”.

Nesse momento apresentam-se várias imagens de Fernanda como dona de casa, cuidando de seu marido Gianni. Em uma dessas situações, Fernanda e Gianni saem para jantar e Gianni é abordado por um amigo que está acompanhado por sua esposa. Gianni convida-os para se sentarem à mesa. A esposa do amigo de Gianni não para de encarar Fernanda e passa a olhá-la de cima para baixo como se reprovasse a sua condição.

Em outra consulta:

> Médica: Você se masturba, Fernanda? Não precisa ter vergonha. É uma coisa muito natural. Pode falar abertamente.
> Fernanda: Sim, de vez em quando.
> Médica: Em que momentos?
> Fernanda: Às vezes, eu acordo de pênis duro. E eu me masturbo.
> Médica: E no que pensa quando se masturba?
> Fernanda: Eu penso nos rapazes com quem fiz amor. Aqueles que eu gostava mais, os mais bonitos. E penso naqueles lá da minha cidade quando eu era pequeno. Imagino os olhos deles, os vultos, os corpos, tudo.
> Médica: E sente muito prazer pensando em tudo isso?
> Fernanda: Enquanto me masturbo sim. Mas, depois do orgasmo, eu me sinto estranha.
> Médica: Estranha como?
> Fernanda: Não me sinto bem comigo mesma. Fico com vergonha daquele prazer. Me sinto vazia.

Em outro momento, Fernanda constitui-se em um desejo de normalidade, de vontade de se reconhecer e ser reconhecida como normal, do anseio em poder ser decodificada, lida e interpretada pelo olhar inquisidor da normalidade como um corpo traduzível, como um corpo-mulher "de verdade" e que após ser operada e com sua nova anatomia redesenhada, poderia embarcar nessa mesma lógica e reclamar respeito. Nesta perspectiva, a vagina é requerida, sem ela não há maneira de habitar a normalidade. Nesse discurso para ser mulher, é preciso ter vagina e peito, pois assim fortifica o apelo à heteronormatividade, que, repetindo-se, reiterando-se, citando-se, interrompe a situação de fronteira.

Fernanda está em sua casa quando toca o interfone e é Lívia, a ex-mulher de Gianni. Fernanda atende e vê pelo monitor que é ela. Segue o diálogo:

> Fernanda: Pronto.
> Lívia: Fernanda?
> Fernanda: Sim.
> Lívia: Bom dia, eu sou a esposa de Gianni. Eu posso subir?
> Fernanda: Segundo andar.
> Lívia sobe. Fernanda abre a porta e espera ela chegar pelas escadas.
> Lívia: Oi.
> Fernanda: Oi.
> Lívia: Eu sou a Lívia.
> Fernanda: Lívia, Gianni não está.
> Lívia: Eu quero falar com você, se não se importa.
> Fernanda: Por favor, entra.
> Lívia: Obrigada.
> Fernanda: Fique à vontade.
> Lívia: Obrigada.
> Fernanda: Posso oferecer um café, um suco?

> Lívia: Não, obrigada. Eu estou bem. Desculpe a intromissão, mas... Eu preciso falar com você, pois é a minha única esperança. Eu tentei falar com Gianni, mas... Meu marido é um homem muito fraco. É tão difícil, eu... Eu estou implorando para que você o faça voltar pra mim. Eu realmente suplico. Fernanda, eu estou grávida. O filho é dele. Imagino que isso seja terrível também para você. Eu lamento. Um filho é o que ele mais queria no mundo e... Eu nunca quis ter um, eu não sei por quê. Por egoísmo. Mas agora eu estou grávida e quero criar uma família normal. Eu não tenho a intenção de fazer um aborto. Eu estou grávida e não quero fazer um aborto, eu não quero abortar.

Fernanda abraça-a e diz: “Por favor, não fique assim”.

[Lívia começa a chorar].

Enquanto isso, Gianni chega em sua casa, vê Lívia e pergunta a ela: “Tá fazendo o quê aqui?”. “Escuta Lívia: Não quero você aqui, vá embora!”. Lívia se ajoelha para Gianni e continua a chorar. Gianni continua gritando com ela e Lívia continua: “Amor, eu te suplico. Por favor, volta pra mim, Gianni, volta!”.

Fernanda sai de sua casa. Gianni corre atrás dela e diz: “Fernanda, Fernanda! Aonde você vai?”. Fernanda responde: “Me deixa ir, Gianni. Que futuro a gente vai ter juntos? Sua mulher precisa de você, ela espera um filho. É tudo o que você queria”. Gianni: “Mas eu amo você, Fernanda. Eu quero ficar com você”. Fernanda: “Não podemos continuar assim, eu nunca vou ser igual a ela”. Gianni: “Pra mim, não importa. Vamos ficar juntos, eu te amo pelo que você é”. Fernanda: “Adeus, Gianni, Adeus!”.

Fernanda sai correndo. Em outra cena, ela para próximo a uma igreja, olha para uma imagem de Jesus Cristo e começa a chorar. Fernanda sobe em um determinado prédio e procura cometer o suicídio tentando se jogar de lá, mas ela é resgatada por um policial. O policial vai em sua direção e diz: “Vem, desça daí. Uma moça bonita e jovem como você. Deus ama você. Deus te ama”. Fernanda responde: “Deus não pode amar alguém como eu”. Policial: “Como não pode amar alguém como você? Você acha que Deus fica escolhendo a quem deve amar? E depois, e a sua mãe e seus amigos? Todas as coisas bonitas da vida. Vamos, olhe! Você quer perder tudo isso? Vamos lá, coragem! Coragem! Coragem! O dia foi muito ruim pra mim também”.

Interessante este diálogo entre Fernanda e o Policial em que ela afirma que não é possível Deus amar alguém como ela. Neste sentido, é possível identificarmos a constituição da figura dos abjetos (e uma certa aproximação com a ideia de não sujeitos). Suas vidas são tornadas ininteligíveis, desprezíveis, bizarras e/ou estranhas (POCAHY; DORNELLES, 2010).

Fernanda se percebe como sujeito não inteligível e, por isto, não legível socialmente e, portanto, tem sido objeto recorrente de especialíssima atenção, vigilância e não raro de violações. Sobretudo no instante em que ousa evidenciar na materialidade de seu corpo o afrontamento ao amálgama corpo (sexo) – gênero – sexualidade (prazer e desejo): relação de continuidade e consequência, de onde a construção do binarismo de corpo e de gênero se efetua e já em si um pressuposto da evidência e naturalidade da normalidade.

Desta forma, Fernanda se encontra sozinha no mundo e decide voltar à casa de Karen. Espera sentada até ela chegar. Karen olha para Fernanda e pergunta: "O que você quer?". E Fernanda responde: "Eu vim aqui me desculpar. Eu fui muito ingrata com você. Karen, eu mudei. Por ora, eu não penso mais na operação. Karen, por favor, me ajuda! Você é a única pessoa nesse país que pode me ajudar. Sem você, eu tô ferrada. Por favor, me ajuda. Me ajuda, Karen. Minha cabeça é outra. Eu quero voltar pra praça e ficar junto com vocês". Karen: "Pode pelo menos me dar um bom motivo para que eu te perdoe?". Fernanda: "Porque eu sou uma ótima puta e eu gosto muito de você. Por favor, me ajuda, Karen! Me ajuda! Por favor, me perdoa". Karen: "Olha Fernanda, preste atenção. Se fizer mais uma das suas cagadas, eu levo você para o aeroporto e te mando direto pra selva".

Princesa volta para a prostituição. Na cena final do filme, ela está na rua acompanhada de outras travestis quando chega um de seus clientes antigos que está bastante feliz por estar noivo e pede para Princesa acompanhá-lo enquanto ele conta detalhes do seu jantar de noivado. Enquanto ele dirige e narra os pormenores do jantar de noivado, Princesa abre a janela do carro e sente o vento em sua face e começa a sorrir...

Considerações finais

A despeito do fato do cinema ser um dos maiores entretenimentos do mundo contemporâneo, a prática que o envolve como uma ferramenta crítica para a desconstrução de estereótipos, preconceitos, formas de intolerância e discriminação é pouco presente. Sendo assim, os estudiosos das áreas das artes visuais e de outros campos do saber, como a literatura e as ciências humanas e sociais, necessitam, inicialmente, estudar criticamente os discursos dos filmes e do cinema como um todo conexo, adotar conceitos de cultura que incluam uma análise constante e contextualizada de suas relações de poder e conhecimento, e considerar a interlocução entre estas várias disciplinas e campos epistemológicos, entre elas a teoria *queer*, a fim de combater as restrições, interdições e censuras que prevalecem em nossa sociedade.

No meu entendimento, as representações fílmicas *queer* podem ser instrumentos altamente eficazes para romper com perspectivas tradicionais e enfatizar entre-lugares de tradução nos quais o conhecimento dos sujeitos, seus locais, espaços e tempos subalternos podem ser representados e ouvidos. Em seus discursos, o político define representações de gênero e sexualidades dissidentes, essencialmente, como uma exigência pedagógica para ler textos diferentes, dá proeminência à ambiguidade discursiva, reconhece modalidades incomuns de produzir e consumir significados e desestabiliza a harmonia da heteronormatividade.

Por outro lado, *Princesa* é um filme que também questiona e problematiza as várias noções de identidade, não apenas em relação com implícitos (e talvez necessários) questionamentos das estruturas dicotômicas que definem gêneros masculinos e femininos. É também uma película que encena experiências de vidas vividas às margens, histórias de deslocamentos geográficos e identitários e as divergências em encontros com novas realidades sociais e culturais.

O gênero como elemento constituidor (assim como outros elementos) da identidade dos sujeitos. É por isso que as identidades são sempre plurais, múltiplas, mutantes, paradoxais e é, por conta disto, também, que elas estão sempre diferindo. Nenhuma identidade de gênero e sexual – sobretudo a mais normatizada – é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade de gênero e sexual existe sem negociação ou construção.

Para concluir, é possível afirmarmos que é essa capacidade do cinema *queer* em visualizar as experiências culturais como uma transversalidade de práticas e enunciados que permite a construção de novos parâmetros de análise, aliados ao cinema, nos quais as identidades de gênero e as diversas sexualidades sejam percebidas como uma complexidade conceitual que comporta em si mesma as noções de contemporaneidade, transgressão, arte e estética, poesia, subalternidade. Isso sem que ninguém se choque ou reprima; um universo em que os discursos e as práticas sejam reinventados o tempo todo, refletindo-se nas produções culturais e fílmicas em todas as suas nuances – imagéticas, audiovisuais, literárias, poéticas e sociológicas.

Independente de o cineasta identificar sua produção como *queer* ou não, parto do pressuposto de que existe um espectro mais amplo das práticas culturais que esteja, ainda que inconsciente, presente na narrativa imagética do filme *Princesa*. O não dito, a homoarte em sua essência, carregada de representações, simbolismos e códigos próprios se propõem, minimamente, à quebra de paradigmas das fronteiras entre homem/mulher,

masculino/feminino, hetero/homo, ativo/passivo, apresentando personagens com identidades de gênero e sexuais multifacetadas, como é o caso de Fernanda, Charlô, Karen e até mesmo Gianni (em sua relação com Fernanda). Essas personagens, de alguma forma, rompem em suas relações e desejos com a heterossexualidade compulsória e com a heteronormatividade e, em outros momentos, passam a reforçá-las em suas práticas, ações e discursos.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Fernanda Farias de; JANNELLI, Maurízio. *A Princesa*: depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas. São Paulo: Nova Fronteira. 1995.

DIAS, Belidson. *O I/mundo da educação em cultura visual*. Brasília: Editora da Pós-Graduação em Artes da Universidade de Brasília (UnB), 2011.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1997

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspective pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes. 1997

______. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NEPOMUCENO, Margarete Almeida. “O colorido cinema *queer*: onde o desejo subverte imagens”. *Anais do II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais* – culturas, leituras e representações. João Pessoa: UFPB, 2009.

PELÚCIO, Larissa. “Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti”. *Cadernos Pagu*, n. 25, Campinas, Unicamp, jul.-dez. 2005.

______. *Teoria queer:* um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto: UFOP, 2012.

POCAHY, Fernando; DORNELLES, Priscila Gomes. “Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção”. *Instrumento*: Revista de Estudos e Pesquisas em Educação. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul.-dez. 2010.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. “Madame Satã: uma estética marginal”. *In*: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D’Assunção (Orgs.). *Cinema-História:* teoria e representações sociais no cinema. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

Mulher e mídia no Brasil: “uma pauta desigual”?

Ana Veloso[1]

Um dos problemas centrais da relação mulher e mídia emerge da necessidade de evidenciar as dimensões da discriminação e da opressão que permeiam o diálogo delas com os meios de comunicação. Analisar essas articulações se torna imprescindível para a compreensão do seu real papel social e no entendimento de como tais fenômenos são reeditados quando da elaboração dos bens simbólicos pelas corporações que atuam no setor em todo o mundo[2],[3].

Muito mais do que constituir sustentáculos para o exercício do poder pelas elites, os conglomerados de mídia podem influenciar a produção mental, uma vez que são também responsáveis pela massificação das ideias de uma época. Esses sistemas operam como se a informação fosse uma obra fútil, perecível, feita para ser esgotada rapidamente, sem que, nesse consumo, tenhamos conseguido deter algo além do efeito do seu sentido extraviado. Isso porque a velocidade da produção e da utilização instrumental da notícia propagada sem fronteiras e em dissolução consiste em uma das marcas da conversão da comunicação e da cultura em mercadorias.

No caso brasileiro, analisar a posição feminina nesse campo significa refletir sobre como ampliar o som das vozes das mulheres em um país onde poucos grupos controlam a produção de conteúdo em um mercado que não respeita legislação vigente, e onde parlamentares, grupos empresariais e religiosos operam concessões de rádio e televisão quase sem nenhuma regulação pelo Estado (inclusive com a inexistência de um órgão regulador para disciplinar o setor da radiodifusão). Sendo assim, o Estado brasileiro permite o crescimento do poder político e econômico das corporações de mídia que operam em escala nacional[4].

---

[1] Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora da Universidade Católica de Pernambuco.

[2] Trabalho apresentado por Ana Maria da Conceição Veloso, doutora em comunicação pela UFPE e professora da Universidade Católica de Pernambuco, ao II Colóquio de Estudos Feministas e de Gênero, como parte da Mesa Redonda – “O construto do (falso) ideal feminino em publicidade e propaganda: representações, estereótipos e aculturações”.

[3] O título deste capítulo faz referência ao tema de uma das primeiras obras que foram editadas, em 1997, pela Rede Feminista de Saúde, fruto de rodas de diálogo entre feministas e jornalistas nos anos de 1990.

[4] Situação similar, guardadas as devidas proporções, também ocorre em outros países do mundo.

Mesmo no setor da publicidade, apesar da existência deum organismo como o Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar), os abusos são recorrentes, sem que o Estado e a sociedade tenham condições efetivas de impedir que as mulheres sejam frequentemente apresentadas como mercadorias e vejam seus direitos humanos atacados pela veiculação de propagandas que reafirmam o machismo, o sexismo e a violência simbólica contra o público feminino. E, quando os grupos feministas organizados tentam alertar sobre os prejuízos que alguns comerciais podem causar, geralmente têm suas reivindicações rotuladas como censura à liberdade de criação publicitária.

Nesse sentido, é fundamental, ainda, entender como os processos sociais engendrados pelas mídias, mesmo que não assumidamente para o controle social, têm influência na fabricação de mensagens, nas possibilidades de propiciar e reprimir demandas sociais pela liberdade de expressão ou ocultação de informações e pela propagação da ideologia dos grupos empresariais e políticos sobre o público e os profissionais desse campo social. “A clientela das indústrias culturais é sem fronteiras; é um supermercado de dimensão mundial onde o controle social se exerce em escala planetária” (GALEANO, 2006, p. 154).

Tal processo, de tão mecanizado e desumanizado, acaba por esvaziar o significado político intrínseco e constitutivo da produção desse campo social. Trata-se de um dos sintomas de um mesmo fato, no qual temos ao menos três fenômenos que devem ser estudados de modo integrado: (a) a superexposição da imagem e do sexo das mulheres; (b) a invisibilidade feminina no protagonismo das notícias; (c) sua sub-representação nas etapas de produção e na alta gerência dos conglomerados de imprensa. Isso colabora com o esvaziamento do sentido político das contestações femininas e também possibilita a veiculação de imagens que associam as mulheres ao comércio do sexo e ao consumo, como argumentam Ellen Riordam e Hilleer Meeham:

> Para os Estados Unidos e as economias globais emergentes, sexo mais dinheiro é igual a poder. A resolução desta equação em estudos de mídia exige a integração do feminismo e da economia política. Esta abordagem integrativa não é simplesmente uma questão de adicionar um ao outro. Em vez disso, defendemos que todos os meios, estruturas, agentes, processos e expressões da mídia encontram sua *raison d’être* nas relações moldadas por sexo e dinheiro[5]. (RIORDAN; MEEHAN, 2002, introdução).

As empresas do setor utilizam as novas tecnologias e a transmissão globalizada para “facilitar” a propagação das mensagens atravessadas, guardadas as devidas proporções e

[5] Tradução livre.

especificidades, pelos mesmos marcadores ideológicos que colocam as mulheres em desvantagem em várias sociedades. Nota-se que, em lugar de agir para eliminar entraves à ascensão profissional delas e à divulgação de valores que as definem como objetos para o prazer masculino, muitas vezes, os meios de comunicação de massa e a publicidade acabam por perpetuá-los, dado o *status* central deles na tradução do mundo.

Quem quiser ter ideia desse poder no Brasil, que ao redor do globo é exercido majoritariamente por homens, basta acessar os dados de um levantamento publicado pela revista *Imprensa*, em março de 2005. A pesquisa demonstrou que, mesmo havendo muitas mulheres atuando como produtoras de conteúdos na mídia privada, esse universo ainda é masculino no país. O periódico aponta que 66,95% dos cargos de decisão nos jornais eram ocupados por homens. Já nas revistas, as mulheres aparecem com 39,86% nas chefias. Na TV, elas estão em 35,08%; e na internet, ocupam 40,14% dos postos de decisão.

Um mapa das desigualdades de gênero nas indústrias culturais

Relatórios do Women's Media Center (WMC)[6], localizado nos Estados Unidos, evidenciaram que as mulheres ocupavam apenas 3% dos cargos de direção das empresas de comunicação dos EUA e eram responsáveis por menos de 25% dos artigos de opinião publicados no ano de 2010 nos jornais americanos. No cinema, 72% dos personagens dos filmes eram do sexo masculino; 75% dos críticos eram homens e somente 8% dos filmes tinham sido escritos por mulheres naquele ano. A organização destaca que, enquanto elas mostraram cinco vezes mais o corpo do que eles nos longas holywoodianos, assumiram a direção de somente 7% dos melhores filmes de 2007.

O documento do WMC reitera a importância de outras pesquisas do gênero, como as que embasaram um relatório publicado pela Sociedade Americana de Editores de Jornais[7], de 2006, sobre a estagnação do número de mulheres em cargos executivos nas indústrias culturais dos EUA. A publicação afirma que, embora a percentagem delas nas redações diárias tenha ficado entre 37,7%, cerca de 64,5% de todos os supervisores de mídia eram homens. Eles também representavam 58,5% dos editores de texto, 60,3% dos jornalistas e 72,6% dos fotógrafos.

---

[6] Disponível em: <http://www.womensmediacenter.com/>. Acesso em: 10 maio 2012.

[7] Disponível em: <http://asne.org/index.asp>. Acesso em: 5 abr. 2010.

A esmagadora supremacia masculina não impediu que algumas mulheres ganhassem destaque na mídia dos EUA. Se uma das pioneiras foi Katharine Graham Meyer, que comandou o jornal da sua família, o *The Washington Post*, por mais de 20 anos (inclusive durante a cobertura do escândalo Watergate, que levou o presidente Nixon à renúncia), a primeira jornalista a alcançar o topo do *New York Times*, Jill Abramson, passou a chefiar a publicação fundada em 1851, em 2011, quando promoveu uma grande transformação no campo digital do veículo. O NYTimes.com, na gestão dela, abocanhou mais de meio milhão de assinantes pagos e atraiu 40 milhões de visitantes únicos em todo o mundo a cada mês. O sucesso da executiva é tão estrondoso que a projetou entre as cinco mulheres mais brilhantes e entre as 64 personalidades mais poderosas do mundo pela lista *Forbes* em 2012.

Menos poderosa, mas muito conceituada no mercado americano, a *ombudsman* do *New York Times*, Margaret Sullivan[8], chegou ao cargo em 2012. Ela conquistou os/as leitores ao cobrar, em sua coluna, uma postura mais crítica dos jornalistas e exigir correções na linha editorial da publicação. Para um jornal controlado por acionistas que também compõem a ala mais conservadora dos EUA, o desempenho de Margareth vem surpreendendo pela coragem e pulso firme no exercício profissional de uma função que, por vezes, não consegue representar o olhar dos leitores.

Apesar desses exemplos positivos, muitas leitoras de periódicos dos EUA têm acessado as sessões de cartas de vários periódicos para criticar a baixa participação feminina nas páginas de opinião, fato comprovado pelo levantamento do *Women's Media Center*. Em artigo de Megan Carpentier, veiculado pelo *The Guardian* em 22 de fevereiro de 2011 e reproduzido pelo Observatório da Imprensa em 1º de março de 2011, sob o título "Onde estão as mulheres?"[9], a jornalista conta que celebridades dos EUA, como a editora Anne Hays, estão protestando publicamente contra a baixa representatividade feminina nos setor de opinião dos jornais. Anne publicou, no *Facebook*, uma carta aberta à revista *New Yorker*, pedindo o dinheiro da assinatura de volta por conta do insignificante número de artigos

[8] Disponível em: <http://www.forbes.com/profile/jill-abramson>. Acesso em: 3 nov. 2012.

[9] Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed719_uma_ombudsman_que_ gosta _de_controversias>. Acesso em: 4 nov. 2012.

escritos por mulheres. O documento tornou-se viral e foi republicado na revista *Ms*[10] e no site Jezebel[11].

Essas ações fazem parte da atmosfera de contestação que culminou com a realização de um documentário que retrata a sub-representação das mulheres, tanto na posição de fontes de informação, quanto em postos de controle dos grupos de mídia norte-americanos como uma questão política[12]. Trata-se do *Miss Representation*, de 2011, escrito, dirigido e produzido por Jennifer Siebel Newsom. O longa exibe como a mídia *mainstream*, ao propagar valores patriarcais, contribui com a baixa representação das mulheres em lugares de influência política, colaborando com a depreciação da imagem feminina nos EUA.

No Reino Unido, o *The Media Briefing* contabilizou, em 2012, como 18,8% o percentual de mulheres entre os/as integrantes do conselho de 23 das maiores empresas de mídia[13]. Ou seja**:** 40 dos/as 218 diretores/as das corporações do setor. Além disso, quatro conselhos desses grupos não possuíam mulheres em sua composição. A situação pode ser ainda mais trágica para as mulheres que trabalham em empresas como o *Daily Mail and General Trust*, onde há somente uma mulher no conselho de 16 componentes, o equivalente a 6,25% dos diretores. Mas há brechas nessa ocupação masculina no *staff* dos *media* no país, uma vez que sete dos 13 integrantes do *IPC Media's*, um importante empresa do setor, eram do sexo feminino em 2012.

Dentre as influentes companhias pesquisadas pelo *TheMediaBriefing*, merecem destaque: *Bauer Media, BSkyB*, *CBS Interactive*, *Centaur*, *The Daily Mail and General Trust*, *Future plc*, *Global Radio*, *Guardian Media Group*, *Haymarket Media Group*, *Hearst Magazines UK*, *Incisive*, *Informa*, *IPC Media*, *ITV PLC*, *Ni Group Ltd*, *Reed Business Information*, *Telegraph Media Group*, *The Conde Nast Publications Ltd*, *The Economist*, *Trader Media Group*, *Trinity Mirror*, *UBM and Which*.

---

[10] Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=631MON006>. Acesso em: 2 nov. 2012.

[11] A primeira edição da revista (site: <http://www.msmagazine.com/>), que surgiu com o objetivo de fazer um feminismo popular, chegou às bancas em 1972, estampando matérias sobre aborto e papéis sexuais de homens e mulheres. Anos depois, a revista passou a ser confundida, por parte da população dos EUA, como sendo a representante do feminismo no país. A partir dos anos 2000, a *Ms*. saiu do circuito comercial e se transformou em um periódico sem fins lucrativos, editado com o apoio da *Feminist Majority Foundation*, situada em Los Angeles.

[12] Espaço voltado para publicação de reportagens sobre moda, celebridades e sexo para as mulheres. Disponível em: <http://jezebel.com/newspapers/>. Acesso em: 29 dez. 2012.

[13] Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001016/101613eb.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2010.

O panorama provocou a Associação Britânica Mulheres no Jornalismo a mapear a participação por gênero na construção das notícias nos jornais do Reino Unido em 2011. Entre os resultados, apurou que 74% dos profissionais do setor eram homens. Eles dominam as coberturas de política e de economia, e somente 3% dos/as jornalistas que cobriam esportes eram do sexo feminino. A situação é tão grave que até áreas tradicionalmente consagradas como sendo “femininas” nas redações eram controladas pelos homens: eles figuravam como 49% dos repórteres de comportamento e 70% dos de artes.

Além de aparentar semelhanças com a realidade das mulheres brasileiras, o contexto do Reino Unido estabelece pontes com outros levantamentos, como o realizado, em 1995, pela pesquisadora Margareth Gallagher. Ela coordenou a significativa investigação, *An unfinished story*: gender patterns in media employment[14], que examinou 239 empresas (noticiosas e de outros tipos) em 43 países. Gallagher desenvolveu um método de pesquisa com base em estudos de caso e elencou problemas na inserção das jovens jornalistas nas redações. Relatos de assédio sexual e moral, praticados por executivos das companhias contra mulheres em início de carreira, foram registrados. Ela constatou que, na maior parte das corporações, o número de profissionais do sexo feminino na elaboração das notícias e nos postos de direção não ultrapassou a casa dos 30%. A única exceção ficou com alguns países nórdicos, onde as mulheres estavam em pé de igualdade com os homens tanto na produção, quanto na gestão dos conglomerados.

A desigualdade de gênero na imprensa também é forte no Oriente Médio e no mundo árabe. Um mapeamento da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ)[15], em 2011, apontou que nem mesmo o maior contingente de mulheres licenciadas na profissão (60% contra 40% dos homens) é preponderante para a igualdade na presença delas no mercado. Só 27% dos cargos são ocupados por elas e, no sindicalismo, correspondem a pouco mais de 21%. A FIJ classificou a situação como “deplorável” e recomendou expressamente que os grupos de mídia adotem um Código de Conduta Regional sobre a representação das mulheres na mídia, onde indicava a necessidade de políticas voltadas ao incremento da presença feminina nas redações e nos órgãos de classe.

[14] Disponível em: <http://www.themediabriefing.com/article/2012-10-16/board-members>. Acesso em: 22 ago. 2010.

[15] Disponível em: <http://www.nordicom.gu.se/common/publ_pdf/248_248_djerf-pierre1.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2012.

Na Suécia, três dos quatro líderes na indústria da mídia são homens. Quem descobriu essa disparidade foi a jornalista Monika Djerf-Pierre. Com o título de O *sexo do Jornalism*o, o levantamento[16] foi publicado em formato de relatório, em 2007, e causou furor em um país conhecido mundialmente como amigável às mulheres, mas que, diferentemente de outros setores econômicos e de poder político, possui indústrias culturais amplamente dominadas pelos homens. Segundo a autora, "a influência das mulheres no jornalismo é uma das áreas mais problemáticas e centrais para a pesquisa de mídia feminista". A investigação comprovou que quase metade dos jornalistas suecos são mulheres, mas, mesmo assim, três dos quatro líderes da indústria da mídia são homens. Somente na radiodifusão pública e nas revistas, as mulheres são 40% da força de trabalho.

A "lógica de gênero", conceituada por Monika Djerf-Pierre, obedece a um padrão geral no setor: os homens são responsáveis pela produção de notícias sobre a esfera da política, negócios e poder, recorrem às fontes do sexo masculino e assumem o "manto da objetividade", enquanto as jornalistas cobrem a esfera privada, escutam fontes do sexo feminino e produzem uma escrita mais intimista. Para ela, essas empresas associaram *status* e poder a características da masculinidade como imperativas ao gerenciamento dos negócios. As concepções, por sua vez, alicerçam a imagem e a missão de todo o campo do jornalismo no país. Mas, esses valores, que fundamentam a existência dos "tetos de vidro", não estão somente incutidos na mídia local, mas são reproduzidos em escala mundial.

Já a Universidade de Indiana[17] lançou um documento, em 2003, onde mostrava que o salário anual das jornalistas correspondia a 81% do dos homens, estimado em U$ 46.758. A instituição relatou que enquanto o fosso salarial crescia naquele ano, a presença das mulheres nos cursos de jornalismo só aumentava. Na Itália, pelo menos 46% dos jornalistas são do sexo feminino, mas as mulheres só ocupam 24% por cento dos cargos de gestão das empresas de comunicação, de acordo com o Relatório Anual sobre a Profissão Jornalística, de 2003. Em 2006, Marina Cosi, da Federação Nacional de Imprensa Italiana (FNSI), realizou um novo levantamento e verificou que as mulheres representavam menos de um terço dos jornalistas empregados. E também verificou que os cuidados com a família e os filhos, que recaem maciçamente nas mãos femininas, estavam prejudicando os voos que elas tentavam alçar nas corporações, pois não dispunham da mesma disponibilidade que os homens apresentavam.

---

[16] Disponível em: <http://www.ifj.org/es>. Acesso em: 22 ago. 2010.

[17] Disponível em: <http://iwmf.org/pdfs/IWMF-Global-Report.pdf/>. Acesso em: 10 jun. 2011.

Mas, qual a receita para equilibrar a vida privada com a profissional? Como essas mulheres conseguem a façanha em um país onde a dupla jornada ainda faz parte do seu dia a dia. Dados do IBGE, de 2010, demonstram que elas levavam 2,5 vezes mais tempo com tarefas domésticas do que os homens. Dedicavam 27,7 horas semanais com essas atividades e eles, apenas 11,2 horas. As constatações oriundas de relatórios da Índia e da Itália sobre a vida laboral das profissionais de comunicação estão em sintonia com os dados colhidos pelos estudos realizados em outros países, por apresentar que as jornalistas e as dirigentes das mídias corporativas vivenciam o peso da dupla jornada e têm mais entraves para galgar posições de chefia nessas cadeias de informação do que as mulheres que trabalham em outras companhias.

A baixa representação feminina em cargos de direção dos grupos de mídia

As pesquisas relacionadas acima estabelecem, ainda, contato com os resultados do Relatório Global Sobre a Condição da Mulher na Mídia Noticiosa, da Women's Media Foundation (IMWF)[18], sobre o *status* de gênero nos cargos de direção em veículos de comunicação em 66 países em 2010. O trabalho teve a colaboração de 150 pesquisadores oriundos de 59 nações, que levantaram informações de 552 empresas de rádio, televisão e de jornais. A síntese dos estudos assinala:

- as mulheres representam apenas um terço (33,3%) da força de trabalho do jornalismo em tempo integral nas 522 empresas pesquisadas;
- elas têm aumentado suas posições nos cargos superiores de direção, em comparação com um estudo de Margaret Gallagher (1995), que mostrou que ocupavam, em média, apenas 12% dos postos superiores de direção em 239 empresas;
- elas estão em 26% dos lugares de direção e em 27% dos de alta gerência;
- O estudo abrangeu 170 mil pessoas na mídia, encontrou uma maior representação das mulheres nos cargos de direção e alta gerência na Europa Oriental (33% e 43%, respectivamente) e na Europa Nórdica (36% e 37%, respectivamente) do que em outras regiões estudadas. Na Ásia e na Oceania, as

[18] Disponível em: <http://www.indiana.edu/>. Acesso em: 8 nov. 2012.

mulheres são quase 13% das pessoas na administração dos meios de comunicação;

- Em alguns países, individualmente elas excederam os homens nesses níveis. Na África do Sul, 79,5% dos empregados da gerência sênior são mulheres. Na Lituânia, dominam as listas de repórteres juniores e seniores em níveis profissionais (78,5% e 70,6%, respectivamente). Nesse país, a representação das mulheres está quase igual a dos homens nos níveis de média e alta gerência;
- O relatório da pesquisa coletou respostas obtidas por meio de um questionário aplicado por estudiosos de 59 países. Foram entrevistados 522 executivos de empresas de notícias;
- Os jornais impressos (48%) compõem quase metade da amostra do estudo. As emissoras de televisão e as de rádio participaram com porcentagens praticamente iguais (24% e 28%, respectivamente);
- Entre a classe dos repórteres, os homens ocupam quase dois terços dos postos de trabalho. Enquanto isso, as mulheres ocupam 36% desses cargos. No entanto, entre os profissionais de alto nível (os seniores), as mulheres estão se aproximando da paridade com 41% da edição, captação de notícias e trabalhos de escrita;
- O estudo global identificou os "tetos de vidro" para as mulheres em 20 dos 59 países estudados. Geralmente, essas barreiras invisíveis foram encontradas nos níveis de gerência média e sênior. Pouco mais da metade das empresas pesquisadas têm uma postura política definida sobre a questão da equidade de gênero. Estes dados variaram de 16% nas empresas do Leste Europeu para 69% na Europa Ocidental e na África Subsaariana;
- Poucas empresas no mundo possuem política de gênero. Na América Latina, por exemplo, o estudo não detectou dados que indiquem que as empresas pesquisadas possuam essa política.

A assimetria de sexo também foi descrita como predominante na Austrália. Em passagens do livro *The Gendered Newsroom*, Louise North (2009) dissertou sobre as nuances da superioridade masculina, naquele país, ao informar que em 2006, os principais jornais metropolitanos eram editados por eles. A desigualdade descrita pela autora ocorre ao mesmo tempo em que cresce a ocupação feminina nas indústrias culturais em cargos de produção

desde a Segunda Guerra Mundial. E quando mais que o dobro das vagas dos cursos de jornalismo, nas escolas de comunicação, era de estudantes do sexo feminino.

A despeito da constatação da tendência para a sub-representação das mulheres em cargos executivos e na produção de notícias, os estudos da World Association for Christian Communication (WACC), entre 2000 e 2010, reiteram que os homens ainda têm a hegemonia tanto na preparação quanto na apresentação (âncoras e locutores) de conteúdos. De acordo com o relatório *Who makes the news*, difundido em 2011, o número de mulheres na reportagem ficou, em 2010, igual ao levantado em 2005: 37% dos/as profissionais da mídia pesquisados.

Chama atenção o forte incremento na participação feminina no rádio no período compreendido entre 2000 e 2005 (passou de 27% a 45%). Todavia, em 2010, houve uma queda de oito pontos percentuais na presença delas na estatística de produção de notícias para o veículo, caindo para 37%. O dado mais animador da WACC vai para a apresentação em televisão, quando 52% das notícias nessas emissoras foram transmitidas por mulheres e 45% das de rádio foram protagonizadas por elas. O informe de 2010 informa que houve um leve aumento da participação das mulheres como repórteres em vários temas noticiados quando a organização combina os dados de todos os meios noticiosos pesquisados pela desde 2000. Elas só não conseguiram avançar em editorias sobre de “ciência/saúde”.

O Patriarcado nos grupos de mídia

Para Sara Lovera, fundadora da organização Comunicação e Informação da Mulher (Cimac), uma agência de notícias feminista que iniciou suas atividades em 1988, na Cidade do México, (em artigo publicado no Observatório da Imprensa[19], em 2011) estamos tratando de uma realidade vivida, pelas mulheres, desde os anos de 1970, quando as feministas foram às ruas e promoveram mudanças no mundo e nas formas de representação. Mas, como relata a jornalista, quem trabalhava (e ainda trabalha) nas redações experimentava a invisibilidade. De certo modo, Sara Lovera[20] expõe que as lutas gerais feministas ainda não foram incorporadas pelos grupos de mídia.

---

[19] *El reto de este siglo denominado de la Sociedad de la Información*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/mulheres_na_midia_mexicana>. Acesso em: 15 jun. 2012.

[20] *Mulheres na mídia mexicana*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/mulheres_na_midia_mexicana>. Acesso em: 15 jun. 2012.

> Lo que sucedía al interior de los medios tanto como espacios de difusión como de confección es sencillo de narrar. Se trataba de espacios dominados por una visión patriarcal y opresiva. Peor aún, en los años 70, era en los medios donde se fustigaba y deformaba sistemáticamente la naciente revuelta femenina. Y en esos medios habría que hilvanar cuidadosamente un nuevo perfil. Nuestro trabajo ha sido poco estudiado. Las personas que trabajamos en los medios comerciales y comunes no estamos en la historia de la lucha por la liberación. Hoy el desafío sigue siendo: hacernos visibles en los medios, tanto como las mujeres lo hemos logrado en la sociedad [21] (LOVERA, 2011).

Tal realidade tem sido denunciada nos relatórios da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ). A Declaração de Bruxelas, lançada em 31 de maio de 2009, por 60 jornalistas de 45 países, que participavam de uma conferência sobre ética e gênero realizada pela FIJ repudia qualquer forma de discriminação ao sexo feminino. O documento busca inspiração nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre igualdade de tratamento de gênero no mercado laboral, na Declaração de 1993 da FIJ, sobre igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas resoluções e no plano de ação adotado pelo Congresso da FIJ, em Seul, 2001, e nas orientações sobre direitos de gênero do Congresso Mundial da FIJ, realizado em Atenas, em 2004. Segundo a Declaração de Bruxelas:

> (...) É essencial manter princípios de reportagem ética para lutar contra estereótipos de gênero, combater comportamento agressivo, assédio, desigualdade na promoção, formação e salário, e defender a dignidade no nosso trabalho como jornalistas e profissionais de mídia. Jornalistas e sindicalistas devem trabalhar juntos para melhorar o jornalismo ético, respeitar os direitos e a dignidade de todas as mulheres e garantir que as imagens das mulheres na imprensa e na sociedade reflitam a necessidade de acabar com toda a discriminação na vida social, econômica, política e cultural. É preciso que as mulheres possam trabalhar em condições de segurança idênticas às dos seus colegas do sexo masculino[22] (FIJ, 2009).

No Brasil, as articulações entre a FIJ e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) junto com a ONU Mulheres e as Secretarias Nacionais de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), em 2010, resultaram no lançamento de um manual sobre raça e gênero para profissionais de mídia. A parceria teve início, durante a realização do 34º Congresso da Fenaj, em Porto Alegre, 2010, que, na sua carta final[23], convoca: "Além das

---

[21] Tradução nossa: "O que aconteceu dentro dos meios de comunicação, tanto como espaços de transmissão, quanto de produção é fácil de contar. Tratavam-se (e ainda se tratam) de espaços dominados por uma visão patriarcal e opressiva. O pior, nos anos 70, foi que nos meios de comunicação se castigou e divulgou de forma sistematicamente distorcida a nascente revolta feminina. Nesses meios se alinhavava cuidadosamente um novo perfil. Nosso trabalho tem sido pouco estudado. Nós, pessoas que trabalhamos nos setores de mídia comercial e comunitária, não estamos na história da luta pela libertação. O desafio de hoje permanece sendo o de nos tornarmos visíveis na mídia, assim como somos na sociedade".

[22] Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=2631>. Acesso em: 18 nov. 2012.

[23] FENAJ. *Carta de Porto Alegre*. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option =com_content&task=view&id=7074>. Acesso em: 19 nov. 2012.

lutas sindicais específicas, os jornalistas brasileiros se comprometem a trabalhar no combate ao racismo e pela promoção de políticas de equidade de gênero, raça e etnia na organização da categoria e na produção jornalística".

Organizada pela jornalista Angélica Basthi[24], a produção subsidiou a realização de cursos de formação com jornalistas em oito cidades brasileiras, em 2011, para trabalhar as desigualdades estruturais que colocam as mulheres e os/as negros/as em situação de vulnerabilidade nas indústrias culturais e orientar as coberturas equitativas, que levem em consideração os recortes de raça e gênero. Os encontros também fomentaram a criação de grupos de gênero e de raça nos sindicatos filiados à FENAJ para fortalecer o enfrentamento às opressões que mulheres e negros/as ainda experimentam nos múltiplos setores de produção das indústrias culturais.

> As mulheres jornalistas, como todas as mulheres trabalhadoras, são expostas cotidianamente às discriminações de gênero. São perseguidas sexualmente ou moralmente por serem mulheres. Ainda que sejam maioria nas redações e desempenhem as mesmas funções que os colegas do sexo masculino, as mulheres não ocupam proporcionalmente as chefias, ganham menos e são desconsideradas na seleção das vagas porque engravidam ou porque têm filhos ou filhas. Em alguns casos, os homens chegam a ter preferência para fazer as pautas de maior impacto na opinião pública ou que representem os espaços masculinos "tradicionais" (BASTHI, 2011, p. 20).

Assim, como a inserção delas em espaços de poder se dá majoritariamente nas etapas de produção, podemos compreender o significado da presença feminina nesses lugares das engrenagens como operárias em uma linha de fabricação industrial. Para a jornalista do Blog da Igualdade, do Correio Braziliense, Sandra de Souza Machado, as mulheres brasileiras ainda não chegaram à paridade, com os homens, no jornalismo, em decorrência dos

> valores patriarcais machistas. Devido a essa tradição social, cultural e religiosa, muitos ainda afirmam, erroneamente, que são os homens que "sustentam" mulheres e filhos. Sabemos que, nos últimos 20 anos, as mulheres tornaram-se independentes e "chefes de família". Aliás, os dados/estatísticas apontam que mais de 35% dos chefes de família são mulheres "chefas"! Na mídia brasileira, tais valores culturais predominam pelo reacionarismo machista e pela ignorância/intolerância mesmo (MACHADO, 2012).

Uma das explicações plausíveis para a vigência desse sistema, que fica evidente com a análise dos dados levantados acerca das arquiteturas da mídia *mainstream*, é a de que os negócios, sobretudo quando estamos analisando arquiteturas mantidas por poucas famílias,

---

[24] Disponível em: <http://generoracaetniaparajornalistas.files.wordpress.com/2011/07/guia_miolo.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2012.

são controlados de grupos de mídia que operam em regime de propriedade cruzada e de práticas predatórias de mercado. Tais práticas, que configuram oligopólio de conteúdo, são conduzidas pelos homens da casta. Nesses ambientes, a transmissão do comando ainda se dá, na maior parte dos casos, entre os filhos.

Esse patriarcado é reproduzido por meio de relações familiares que sustentam esses grupos e redes, mesmo em corporações com gestão modernizada. Relações essas que extrapolam o privado e são engendradas no âmbito público por dentro de companhias que paradoxalmente utilizam tecnologia de ponta e processos decisórios altamente atualizados do ponto de vista gerencial. Mas no seu aparato administrativo, ainda centrado, mesmo que de modo não declarado, na utilização de um bem público para fins particulares, reproduzem práticas sexistas.

Breves conclusões

Mesmo que levemos em conta os movimentos de resistência ao *status quo*, não podemos negar que a sub-representação feminina nas indústrias culturais é explícita: ocorre tanto na produção de conteúdos e nos cargos executivos das companhias do setor, quanto no lugar de porta-vozes nos meios de comunicação. Isso porque a propriedade dos meios de produção material também é, ao mesmo tempo, o domínio social pela imposição da ideologia hegemônica. Por esse viés, a economia política entende que os sistemas de informação atuam como espaços de mediação do poder social.

Contudo, os mesmos mecanismos que compõem as reproduções dos desvalores podem suscitar reflexões e movimentos de resistência, uma vez que as indústrias culturais operam tanto na socialização, quanto nos deslocamentos dos tradicionais espaços de referência para o público, como um espelho da realidade que trabalha fortemente, por meio da linguagem, sons e imagens, com representações de etnias (brancos/negros), de gênero (homens/mulheres), das gerações (novo/velho), da política e dos políticos (LIMA, 2006, p. 55).

As mídias estão em transição. A adoção de valores que se aproximam da paridade de gênero convive com atitudes institucionalizadas nas rotinas de produção que traduzem a divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo que perduram e impedem muitas mulheres de almejar cargos executivos. Os tetos de vidro são reais nesse mercado onde a prática do patriarcado de mídia fundamenta as opressões/discriminações praticadas contra o gênero feminino e é responsável pela primazia masculina em boa parte das corporações. Os homens permanecem em uma cômoda posição de mando, mas é possível notar que não há

mais tolerância tanto das mulheres, quanto das entidades e associações internacionais de jornalistas e dos governos diante dessa assimetria. As conquistas das mulheres nesse percurso anunciam que novas relações estão sendo tecidas e que os avanços só poderão ocorrer com a consciência e a ação transformadora do sujeito coletivo que busca a superação das desigualdades.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Laís. “Introdução”. *In*: ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho (OIT). *Igualdade de gênero e raça no trabalho*: avanços e desafios. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/262>. Acesso em: 6 dez. 2012.

BASTHI, Angélica (Org.). *Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia*. Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011.

BYERLY, Carolyn M.; ROSS, Karen. *Women & Media*: a critical introduction. USA: Blackwell Publishing, 2006.

CARPENTIER, Megan. “Onde estão as mulheres?”. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=631MON006>. Acesso em: 2 nov. 2012.

DANTAS, Marcos. *A lógica do capital informação*: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos em um mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DJERF-PIERRE, M. *The gender of journalism*: the structure and logic of the field in the twentieth century. Disponível em: <http://www.nordicom.gu.se/common/publ_pdf/248_248_djerf-pierre1.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2012.

FENAJ. *Carta de Porto Alegre*. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=7074http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=7074>. Acesso em: 19 nov. 2012.

FIJ. *Declaração de Bruxelas*. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=2631>. Acesso em: 18 nov. 2012.

GALEANO, Eduardo. “A caminho da sociedade da incomunicação”. *In:* MORAES, Denis. *Sociedade midiatizada*. São Paulo: Mauad, 2006. p. 145-150.

GALLAGHER, M. *An unfinished story*: gender patterns in media employment. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001016/101613eb.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2010.

LIMA, Venício A. de. *Mídia*: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOVERA, Sara. *El reto de este siglo denominado de la Sociedad de la Información*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/mulheres_na_midia_mexicana>. Acesso em: 15 jun. 2012.

MACHADO, Sandra de Souza. *Entrevista* concedida a Ana Veloso. Recife, jul. 2012.

NORTH, Luise. *The gendered newsroom*: how journalists experience the changing word of media. USA: Hampton Press, 2009.

¿QUIEN figura en las noticias? *Proyecto global de monitoreo de medios 2010*. Canadá: WACC, 2010.

¿QUIEN figura en las noticias? *Proyecto global de monitoreo de medios 2005*. Canadá: WACC, 2005.

RIORDAN, Ellen. "The woman warrior: a feminist political economic analysis of crouching tiger hidden dragon". *In*: ROSS, Karen; BYERLY, Carolin M. *Women and media*: international perspectives. USA: Blackwell Publishing, 2004. p. 81-103.

______; MEEHAM, Hilleer R. *Sex & money*: feminism and political economy in the media. USA: University of Minnesota, 2002.

WASCO, Janet. "Estudando a economia política dos *media* e da informação". *In*: SOUZA, Helena (Org.). *Comunicação, economia e poder*. Portugal: Porto, 2006, p. 29-53.

WOMEN'S Media Foundation. *Relatório Global sobre a Condição da Mulher na Mídia Noticiosa*. Disponível em: <http://iwmf.org/pdfs/IWMF-Global-Report.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

Sites e portais

http://asne.org/index.asp.

http://asne.org/index.asp.

http://oglobo.globo.com/economia/sip-aumenta-numero-de-mulheres-no-comando-das-redacoes-6400690

http://www.ifj.org/es.

http://www.indiana.edu/

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed719_uma_ombudsman_que_gosta_de_controversias

http://www.themediabriefing.com/article/2012-10-16/board-members

http://www.womensmediacenter.com/

http://www.womensmediacenter.com/

Estereótipos: culturas mal (in)formadas – O construto do (Falso) Ideal Feminino em Publicidade e Propaganda

Sandra de Souza Machado[1]

Em maio de 2013, diversas revistas do Brasil e mundo afora publicaram imagens e matérias sobre os 15 anúncios (campanhas publicitárias) acusados de promover a desigualdade e a violência contra as mulheres. Ao longo deste artigo, mostro e analiso as peças publicitárias mais recentes que despertaram a ira de consumidoras/es pelo modo como representam as mulheres, a partir de seleção feita pelo *Business Insider*[2].

Na foto abaixo, a marca de liquidificadores *Blender* expõe a mulher, literalmente, como pedaço de carne. Sem sutileza alguma, traduz em linguagem imagética a expressão “mulher é tudo vaca”. A modelo, com olhar sensual e expressão de falsa inocência, usa salto alto (fetiche que representaria o falo que falta ao feminino) e joias (“superficialidade”). Está pendurada em pedaços que descem do teto, como em um açougue. “A loja conceito com compras de açougueiro”. A mulher-espetáculo, superficial em sua anoréxica pouca substância e carregada de fetiches.

A ideia do “referente ausente” aparece enquanto “ausência” linguística – o uso da linguagem como máscara –, quando bois, porcos, ovelhas e bezerros são resumidos a bifes, hambúrgueres e bistecas. Ao consumir a carne com outro nome, a realidade é mascarada. Seria o uso de artifícios e figuras de linguagem, constantes e comuns nas sociedades patriarcais eurocêntricas, que reforçam a política de se apropriar de eufemismos para falar sobre os animais destinados ao consumo humano.

Muitas dessas figuras que substituem o humano pelo animal, ou vice-versa, vêm carregadas da reificação (objetificação) das mulheres (sexismo); das raças “diversas” (racismo); dos LGBTTT (homofobia nas associações dos homossexuais com animais); e outros (pré) conceitos que podem justificar até mesmo o abuso infanto-juvenil (pedofilia).

---

[1] Jornalista, Doutora em História (UnB) e Mestre em Cinema e Vídeo (Master of Arts in Film and Video – The American University, Washington, D.C.).

[2] Ver as pesquisas em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21849&catid=8&Itemid=6>.



Na língua inglesa, por exemplo, há o trocadilho entre *chicken* (galinha) e *chick* (garota, jovem mulher). Ambas seriam "gostosas", com suas coxas, sobrecoxas e outras partes comestíveis da "franga/franguinha". Tais referências são reproduzidas por gerações nas campanhas publicitárias que estimulam o consumo de carnes – de qualquer origem animal – e as associações ao uso e abuso de objetos/seres humanos.

Algumas campanhas ainda hoje são bastante grosseiras no que tange ao preconceito de gênero. Mesmo após as regulamentações sobre os limites abusivos da publicidade e da propaganda, implementadas em diversos países (inclusive pelo CONAR, no Brasil), ao longo dos últimos 20 ou 30 anos. Novas formas e regras foram pensadas justamente para banir as "referências ausentes" das campanhas publicitárias. Aquelas que não estão explícitas, mas que subliminarmente criam e reforçam as hierarquias sexistas, racistas, homofóbicas, classistas ou de gerações.

São tentativas de transformar ou banir o assujeitamento das "minorias" socioculturais. Leia-se o domínio e a predominância de gostos dos homens brancos, heterossexuais e das classes cristãs mais abastadas, sobre o que seria o "resto": as mulheres, os gays, os povos tradicionais ou imigrantes, e por aí vai.

Vou partir do geral e tentar chegar às especificidades. Em meio à perplexidade que se vive, em tempos fatídicos e de retrocessos para os Direitos Humanos no Brasil (e no mundo

eurocêntrico). Especialmente, em relação às mulheres e aos LGBTTT. Nominar o inominável, o inexplicável.

Tentar razoar, fazer sentido sobre marchas que "arrebanham", literalmente, milhares de brasileiras/os. Organizadas por "pastores" – neofalsos profetas de apocalipses, que seriam as conquistas de direitos humanos e civis para as diversidades, como o casamento igualitário (gay); as liberdades e o empoderamento econômico e social das mulheres; ou contra as discriminações étnico-raciais. Tecer a pressão desses mesmos personagens pela aprovação de leis – no Congresso Nacional – absolutamente disparatadas, infundadas e retrógradas.

São movimentos que visam e, caso a sociedade nada faça, vão, sim, minar os avanços conquistados pelas "minorias" brasileiras a duras penas e longas batalhas. Serão retrocessos imperdoáveis para os direitos civis igualitários, fundamentais a todas e todos, independente de orientação sexual, raça/etnia, gênero e idade. Os direitos humanos à liberdade de escolha, de livre arbítrio – "o que Deus nos deu, nenhum ser humano poderá tirar!" – e de viver de acordo com as próprias convicções, sentidos, crenças e responsabilidades.

Cito como exemplo a marcha ocorrida em Brasília, em maio de 2013, com pessoas ligadas aos grupos evangélicos/cristãos, na Esplanada dos Ministérios. Em torno de 40 mil, segundo a polícia militar, ou de 100 mil, de acordo com os organizadores – sendo o principal deles o pastor multimídia Silas Malafaia. Gritaram e fizeram barulho, com palavras de ordem contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo; contra a criminalização da homofobia; ou contra o aborto, mesmo nos casos já pacificados pelas Cortes superiores do país.

Em suma, a lucidez nos avisa que estamos em pleno retrocesso no Brasil, enquanto reféns de um Estado que está longe de ser laico, e que deveria ser, de acordo com a Constituição. Ao contrário, somos uma nação cuja base democrática são um Parlamento (Poder Legislativo) e um Executivo sob forte influência e à mercê de bancadas religiosas. Não fosse o Poder Judiciário a respeitar os mandamentos constitucionais, voltaríamos à idade da pedra.

Em março de 2013, em seu discurso pela campanha mundial conhecida como "1 Bilhão que se Ergue", o secretário-geral das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, alertou para a pandemia da violência de gênero, em todo o mundo, com o dado de que sete em cada 10 mulheres são ou serão vítimas de agressões ao longo da vida. O Brasil, apesar de leis como a Lei Maria da Penha, é um dos países com maior índice da violência contra mulheres e meninas.

Os números oficiais, no Brasil, de casos registrados de estupro – especificamente, os que envolvem a penetração vaginal – chegaram ao total absurdo de 13 mil, em 2011. Os cálculos são de que a cada 15 segundos uma mulher é estuprada no país. Um número em torno de 527 mil pessoas sofre a violência e, desses casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia. Aproximadamente 70% das vítimas são crianças e adolescentes. Metade delas tem menos de 13 anos!

E a hipocrisia social revela-se em um paradigma mostrado nas pesquisas: enquanto 90% da população responde que homem que bate na mulher tem que ir para a cadeia, mais de 26% (uma em cada quatro pessoas) concordam que mulheres que usam roupas sensuais (mostram o corpo) merecem ser abusadas. Os dados foram apresentados em março de 2014 pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que apresentou pesquisas produzidas entre maio e junho de 2013. Tratam da violência contra o sexo feminino[3].

O Ipea também divulgou o estudo *Tolerância social à violência contra as mulheres*, do Sistema de Indicadores de Percepção Social, parte da nota técnica *Estupro no Brasil*: uma radiografia segundo os dados da Saúde. Foi a primeira vez que se traçou um perfil dos casos de estupro no país a partir da base de dados (de 2011) do Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan). Devastador. Não há outra definição para o resultado das pesquisas.

"A violência contra a mulher deriva da ideologia patriarcal", afirmou Maria Amélia Teles, fundadora da União de Mulheres de São Paulo, em entrevista sobre a violência de gênero, dada à revista *Isto É Independente*, em março de 2013. "Aprendemos que os homens têm direito sobre a vida e a morte. Esse é um dos pilares mais cruciais da sociedade e dá origem a todas as outras violências". A declaração é corroborada pela procuradora aposentada do Ministério Público de São Paulo, Luiza Eluf: "Isso faz parte de um sistema de dominação violentíssimo. É o tipo de escravidão mais perverso que já existiu na humanidade".

Para explicar o que seria o Estatuto do Nascituro, um dos projetos que circulam no Congresso Nacional, defendido pelas bancadas "religiosas", a antropóloga Debora Diniz, pesquisadora da Anis (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero), afirma em artigo publicado no *Correio Braziliense*, em maio de 2013:

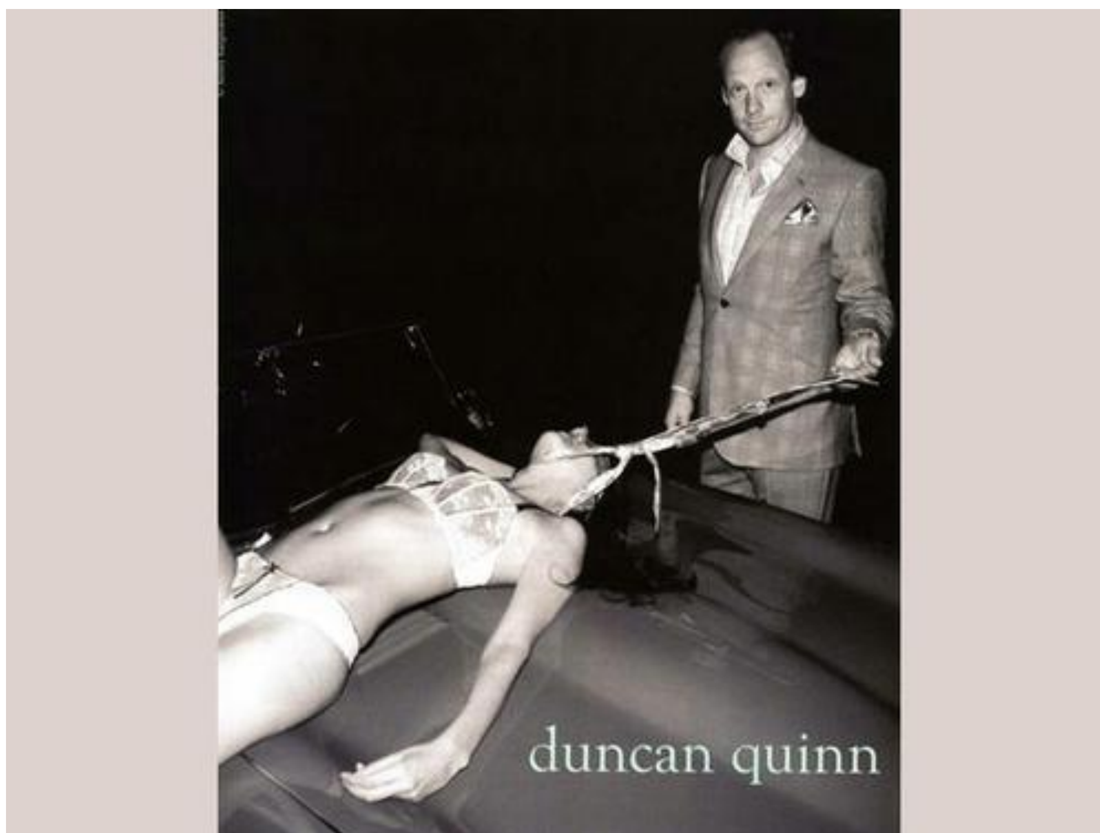
> Nos meus termos e no de grande parte dos cientistas sérios, o nascituro é um conjunto de células com potencialidade de desenvolver um ser humano, se houver o nascimento com vida. Mas estamos falando de células humanas e de

[3] Disponível em: <http://www.cebes.org.br/verBlog.asp?idConteudo=4428&idSubCategoria=30>.

> potencialidades. E é sobre as potencialidades que o Estatuto propõe direitos e obrigações absolutas ao Estado brasileiro. Algumas delas são superiores aos direitos das mulheres – uma menina que tenha sido violentada sexualmente por um estranho será obrigada pelo Estado a manter-se grávida, mesmo que com riscos irreparáveis à saúde física e psíquica. Os direitos e as proteções devidos à infância pelo Estatuto da Criança e do Adolescente serão esquecidos pela prioridade do nascituro à ordem social. Se um acaso impuser um risco grave à saúde com a gestação, a menina deverá morrer para fazer viver um nascituro fruto da violência (...). O nascituro demandará ainda mais obrigações do Estado brasileiro. Uma delas tocará nos cofres e representará conquista que nenhum outro grupo vulnerável de carne e osso já conquistou no Brasil: nascituro que tenha sido gerado por estupro terá direito a políticas sociais prioritárias, entre elas, serviços de saúde e de assistência social (...)[4].

As reflexões de Maria Amélia Teles, Luiza Eluf e Débora Diniz são contemporâneas, pois voltamos – se é que em algum momento as deixamos – às fogueiras do patriarcado machista, conservador, intolerante e discriminador em relação a toda e qualquer “diferença”. Qualquer “minoria” ou ser que não se encaixe no ideal do “homem forte e conquistador”, engendrado por milênios de estereotipias (pseudo) religiosas e culturais. As mesmas usadas por ideologias, tais quais as nazifascistas, para exterminar ou escravizar povos, nações, ou apenas um ser vivo.

[4] Ella Shohat e Robert Stam debatem as questões do *Outro* (diversidades) em seus ensaios na coletânea *Unthinking Eurocentrism* (Routledge, 1994), da qual são editores.



Este anúncio da marca inglesa *Duncan Quinn*, de vestuário masculino, é considerado um dos mais sexistas e perturbadores da publicidade recente. A imagem coloca a mulher desacordada. Uma referência ao enforcamento, que hoje seria prática comum em relações "S&M" (sadomasoquistas). A mulher é representada completamente dominada. Pode estar desacordada, morta, ou simplesmente uma alusão à gravata como uma "coleira", ou seja, a mulher seria comparada a um animal de estimação. Em qualquer caso, é um ser de segunda classe. Subalterna e submissa ao homem, ao masculino – o ser uno e dominante.

Na foto, uma análise mais detalhada de imagem destacaria outros pontos: a opção pelo preto e branco retira a possibilidade de glamourizar a mulher via maquiagem (cores); uso de Câmera Alta, que a coloca em posição subalterna, enquanto o homem está em nível igual ao do "olhar" da câmera/*voyer*/espectador(a). A expressão do homem é exatamente a de cumplicidade com seus pares espectadores, já que o público-alvo da campanha são os homens. "Vejam o que podemos fazer com nossas roupas e carros/máquinas!" é a mensagem subliminar desse anúncio, também em alusão ao carro-falo sobre o qual a mulher se deita. Êxtase?

Estereótipos como "mal necessário"

Os especialistas em Marketing e Publicidade e Propaganda atestam que os estereótipos são inevitáveis nas culturas de massa, especialmente, para a indústria do entretenimento (cinema, televisão, notícias, comerciais). Para arrebanhar um maior número de pessoas, que rapidamente absorvam as informações passadas, os estereótipos atuam como códigos que proporcionam o entendimento fácil e comum a um e/ou a vários grupos, em culturas diversas.

Esses códigos relacionam-se às classes sociais, etnia ou raça, gênero, orientação sexual, papéis sociais, religião ou ocupação. Ao mesmo tempo, os estereótipos são problemáticos, pois podem reduzir uma larga escala de diferenças entre as pessoas a categorias simplistas e transformar suposições sobre um grupo particular de pessoas em "realidades". Também podem ser usados para justificar a posição de poder e domínio de alguns sobre outros e perpetuar os preconceitos e as desigualdades sociais.

Mais frequentemente do que se possa imaginar, os grupos sociais que estão sendo estereotipados têm pouco a dizer sobre o modo como são representados. Hoje, a era audiovisual traz em seu bojo o ideário eurocêntrico que vem sendo escrito há séculos pelas literaturas de ficção e não ficção (as "histórias oficiais", por exemplo).

Os padrões de comportamento e os preconceitos socioculturais são perpassados e perpetuados nas "tradições". E é difícil definir a linha que separa quem imita quem, realidade ou ficção, após 180 anos desde os primeiros daguerreótipos (fotografias); 120 anos de criação do cinema e do rádio; e mais de 70 de televisão.

O fato é que são infinitas as imagens gravadas em nossas memórias, em filmes, fotografias e vídeos que abordam torturas, violências físicas e psicológicas, e demonstrações históricas e teatrais de dominação e poder patriarcal contra as mulheres. São histórias que as anulam e subjugam, e/ou que as relegam a personagens de fundo para tramas essencialmente masculinas.



Campanha da *Calvin Klein* de jeans masculinos: A mulher novamente é posta em posição subalterna e submissa, com o uso de Câmera Alta. Na foto abaixo, ausência de cor, mas com bordas vermelhas (lascivo e com o X de pornografia proibida). Acima, a iluminação que destaca uma suposta tez bronzeada e suada dos trópicos, em franca expressão de desejo.



Passivamente, como nas outras imagens, a mulher aguardaria ou sentiria prazer no "uso e abuso" ou no sexo grupal/animalesco, desprovido de sentimentos "nobres". Mais uma vez, recursos fetichistas como saltos agulha ou grades são adicionados à composição do cenário.

Via de regra, os filmes que ultrapassam essas barreiras e contam histórias equilibradas, no mínimo balanceadas entre o feminino e o masculino, não são distribuídos para as grandes audiências mundiais. Seja pelas censuras veladas ou abertas de setores sociais e econômicos, como os que detêm as grandes distribuidoras e exibidoras, seja pelas controvérsias religiosas e socioculturais de que tais produções/imagens alegadamente ferem as "tradições" nacionais ou regionais.

Sobre a subalternidade, há pesquisadores, como os norte-americanos Robert Stam e Ella Shohat, que analisam os debates políticos em torno de raça e gênero, nos Estados Unidos, especialmente acerca da questão da autorrepresentação, vista como pressão por maior representação das chamadas "minorias", ou diversidades, nas instituições acadêmicas e políticas. O embate compartilharia o princípio semiótico de que "alguma coisa está

representando, ou fazendo-se passar por outra", ou que uma pessoa ou grupo está falando em nome, ou no lugar, de outras pessoas ou grupos[5].

Trata-se do que vai nas mentes de autores(as)/escritores(as), roteiristas, diretores(as), produtores(as), editores(as) e do pessoal que faz a cenografia, iluminação, maquiagem, figurino, cinegrafia e fotografia. Bem como de interesses variados dos que investiram na produção, finalização, distribuição e exibição.

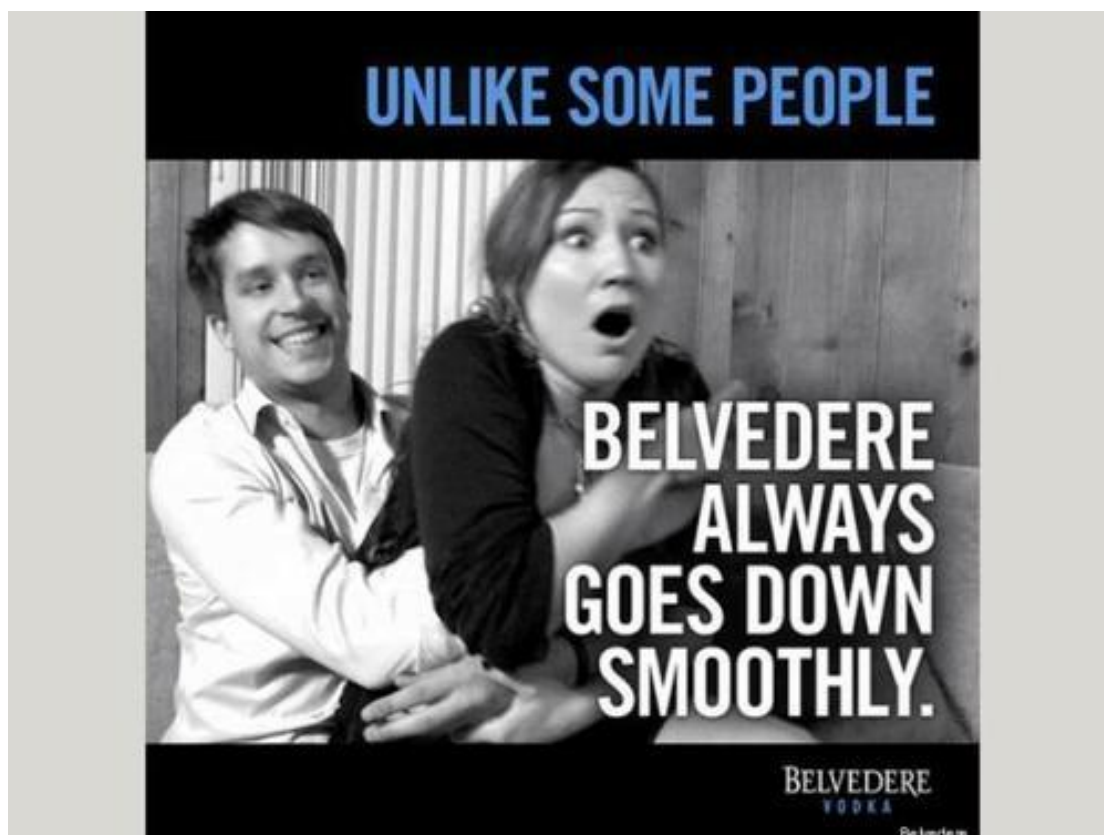
Nos cinemas que visam às bilheterias, nas produções audiovisuais (pós) industriais, assim como nas campanhas publicitárias, a "mulher-imagem", ou a imagem feminina, é tipicamente tornada fetiche. Isso pode ocorrer por meio dos fundamentos da linguagem audiovisual. Um exemplo é o uso excessivo de *close-ups* (primeiros planos) que se arrastam, ou permanecem por mais tempo que o normal para um plano aproximado, o que interrompe claramente a fluidez da narrativa e constitui a mulher como "espetáculo".

Aliás, uma pausa: espectadores/as leigos devem saber que as linhas que separam produções de ficção das de não ficção (os popularmente chamados "documentários") são bem tênues. A criação e a recriação de situações e cenários, as atuações de atores/atrizes e personagens que seriam "reais" ou não, as ideologias, ideias e preconcepções estão embutidas e permeiam todas as obras.

Isso também acontece pelo uso de figurinos glamorosos, maquiagem, locações, cenários, ou esquemas de iluminação especiais que cercam as personagens femininas. A cineasta e ensaísta Laura Mulvey explica que as representações de mulheres podem, em certos aspectos, constituir uma ameaça ao observador. Nesse caso, a mulher como ícone, mostrada para o gozo e prazer dos homens, os controladores ativos do olhar/fitar, sempre ameaça evocar a ansiedade que originalmente significou.

Os personagens masculinos característicos da (foto)filmografia de tantos produtores eurocêntricos, ou mesmo os do cinema independente e/ou intercultural, são traduções dessas teorias psicanalíticas. Via de regra, eles encerram uma carga dramática como "vítimas" dos estereótipos femininos negativos.

[5] Disponível em: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2007/aug/16/notes-on-susan/>.



Comercial da vodka *Belvedere*. Tão pouco sutil. "Diferente de algumas pessoas, Belvedere sempre entra suavemente", afirma o anúncio, em clara referência ao sexo anal não consentido. É posto como ato "natural", ou normal, para o homem e aceito por seus pares, na imagem, já que ele sorri e sente prazer ao surpreender a mulher. Mais uma vez, ela é "gado" ou carne a ser "comida", penetrada e violada.

Talvez o lado mais perverso da penetração e perpetuação dos estereótipos na psique feminina, em boa parte do mundo, seja a própria autoimagem negativa e/ou destrutiva, o que faz com que as mulheres coloquem a si mesmas nesses papéis de seres inferiores na escala "evolutiva". Uma das consequências dessa suposta inferioridade é a competição acirrada e patética entre as próprias mulheres, e o distanciamento delas em relação aos homens.

O desequilíbrio psicossocial causado na maioria é repassado de geração em geração. Não é sem razão que as tradições socioculturais mais grosseiras são perenizadas. Tal e qual ocorre em relação às demais "minorias", como os negros (afrodescendentes) e latinos (que vivem nos países europeus e nos EUA); os homossexuais (toda a sopa de letrinhas LGBTTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros); ou todos cidadãos/ãs de países considerados "periféricos", fora dos padrões *WASP* – os homens brancos, anglo-saxônicos/arianos e, de preferência, cristãos protestantes.

A premiada escritora, crítica (de fotografia e cinema) e ativista política norte-americana Susan Sontag escreveu, de forma incisiva, em 1967, para a extinta revista político-literária *Partisan Review* (1934-2003), de origem e propriedade judaica:

> Mozart, Pascal, a Álgebra Booleana (essência de operações lógicas), o governo parlamentarista, igrejas barrocas, Newton, a emancipação das mulheres, Kant, os balés de Balanchine etc. e tal, não redimem o que esta civilização particular forjou para o mundo. A raça branca é o câncer da história humana (Tradução minha).

Susan Sontag recusou-se terminantemente a pedir desculpas diante das polêmicas geradas pela declaração contra os brancos (na linguagem eurocêntrica, seriam os *Wasp*). Especialmente, para aquela época conturbada e fervendo com os movimentos pelos direitos civis dos negros e pelas renovadas ondas feministas, nos Estados Unidos. Tempos depois, ela emitiu uma nota onde pedia perdão apenas parcialmente, pois pensava ter sido "insensível para com as vítimas de câncer".

Passada já a primeira década do terceiro milênio da Era Cristã, uma parte da nova "sociedade global" está, finalmente, a tomar consciência e a promover campanhas contra as práticas mais cruéis de torturas, assassinatos e abusos contra as mulheres. Contra as práticas que fariam parte das tradições culturais e/ou religiosas de diversas nações, desde tempos remotos.

Pois é ainda sob essa égide que barbáries – como o "direito" ao uso e abuso do corpo feminino – são perpetradas contra as mulheres. São ações perpetuadas em um interminável círculo de desculpas e mentiras para atitudes que refletem, em essência, inconscientes (psique) coletivos doentios, de demonstrações teatrais de poder e dominação sobre o Outro.

Esse Outro, no caso, é o sujeito feminino, a mulher, já que assim está estabelecido desde os fundamentos da psicanálise freudiana, com a teoria da ansiedade inicial. É a tal castração simbólica. A psicanálise de Freud é formulada e pertence à Era Vitoriana (século XIX), uma das muitas fases de obscurecimento e trevas da humanidade.

Hoje sabemos que a História e seus períodos não são lineares. Tampouco caminharam continuamente rumo a um "progresso". Esse conceito de evolução ou progresso seria etéreo e desprovido de sentido, se consideradas as diversidades culturais, sociais e econômicas, além dos saberes de dadas civilizações e comunidades sociais, em períodos distintos.



Publicitários da marca italiana *Dolce & Gabbana* usaram e abusaram dos mesmos princípios citados acima para a composição da cena e do cenário. O estupro consentido (que não existe!) é subentendido. Assim como o olhar/fitar masculino. Em inglês, é chamado *de imperial male gaze* (o "fitar imperial masculino"). Dessa vez, o glamour e o fetiche sobre a mulher são destacados pela maquiagem mais elaborada, os saltos agulha que suportam as pernas e dão movimento erótico ao corpo feminino.

Arrisco-me a dizer, frente às pesquisas sobre os Meios de Comunicação de Massa (*mass media*), as produções audiovisuais e a indústria cultural que se desenvolvem por todo o século XX e neste início de XXI, que o pensamento e as filosofias vitorianas continuam entranhados nas sociedades globais. Seria uma repetição de ações, palavras, tiques culturais, sociais e religiosos que, em referência à psiquiatria, beiram os transtornos obsessivo-compulsivos (TOC).

Na onda dos recuos e avanços (pós) vitorianos atuais, registramos tais situações esquizofrênicas. Por um lado, há as "concessões" de direitos civis e políticos, como se tais direitos não pertencessem aos *Outros*, ao longo do século XX. Na virada deste século XXI, diversos países e regiões, o Brasil inclusive, decidiram pela legalização e pelos direitos civis –

como o casamento de pessoas do mesmo sexo, bem como ampliar os direitos à adoção de crianças.

Enfim, concessões, favores, às diversidades de raças, etnias, gênero, orientações sexuais e comportamentais. Ao mesmo tempo, somos espectadores/as, ativos e passivos, de cenas explícitas ou veladas de discriminações e violências físicas, morais ou psicológicas contra as chamadas minorias. Tanto na vida cotidiana como nas produções audiovisuais – digitais, eletrônicas ou impressas dos *mass media*.

Referências bibliográficas

ADAMS, Carol J. *A política sexual da carne*: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina. São Paulo: Alaúde, 2012.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1980.

MACHADO, Sandra de Souza. *O que o Cidadão Kane tem a ver com a Rainha Christina?*: a economia e a política para a perpetuação dos estereótipos de gênero nos cinemas transnacionais. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NATANSOHN, Graciela (Org.). *Internet em código feminino*: teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía, 2013. Disponível em: <http://gigaufba.net/internet-em-codigo-feminino/>. Acesso em: 21 maio 2014.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert (Ed.). *Unthinking eurocentrism*. New York: Routledge, 1994.

SMELIK, Anneke. "Feminist Film Theory". *In*: BERNINK; MIEKE; COOK, PAM (Ed.). *The cinema book*. London: British Film Institute (BFI), 1999,

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Can the Subaltern Speak?". *In*: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Ed.). *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.

______. "Question of multiculturalism". *In*: *The post-colonial critic: interviews, strategies, dialogues*. New York: Routledge, 1990.

YOSHIMOTO, Mitsuhiro. "The difficulty of being radical: the discipline of film studies and the postcolonial world order". *Boundary 2.* North Carolina: Duke University Press, 1991.

Institutos, revistas, jornais e blogs

BLOG da Igualdade (Correio Braziliense) – http://www.dzai.com.br/igualdade/blog/blogdaigualdade.

BUSINESS Insider – http://www.businessinsider.com/sex-violence-against-women-ads-2013-5

CLARIN Mujer: Entre Mujeres – http://entremujeres.clarin.com/

GEENA Davis Institute on Gender in Media – http://www.seejane.org/index.php; http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/02/1412197-geena-davis-contra-a-invisibilidade-feminina.shtml; http://awesomewithoutborders.org/grant/geena-davis-institute-gender-media-2/

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – http://www.ipea.gov.br/portal

INSTITUTO Patrícia Galvão (Agência) – http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulher-e-midia/pautas-midia/pesquisa-revela-que-maioria-nao-ve-as-mulheres-da-vida-real-nas-propagandas-na-tv/

INSTITUTO Sangari; Flacso Brasil – http://www.mapadaviolencia.org.br/

ISTO É independente – http://www.istoe.com.br/reportagens/279673_MULHERES+SOB+ATAQUE

REVISTA Exame – http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/15-anuncios-acusados-de-promover-a-violencia-contra-a-mulher

VIDA Sana (sobre a Bulimia e a Anorexia) – http://www.entremujeres.com/vida-sana/salud/salud-bulimia-anorexia-primera_persona-clarin_mujer_0_916708322.html

A construção do ideal de beleza feminina em peças publicitárias audiovisuais

Cynthia Mara Miranda[1]

Introdução

As sociedades de consumo parecem atribuir aos indivíduos a responsabilidade pela plasticidade de seu corpo. Para Canclini (1991), nos tempos atuais tem ocorrido um distanciamento da época em que as identidades se definiam por essências, passando, assim, a serem definidas pelo consumo e, nesse sentido, tudo depende daquilo que se possui, ou que se pode chegar a consumir. Na mesma direção, Debord (1997) pontua que, na sociedade do espetáculo, valoriza-se mais o ter do que o ser, o que reflete em um consumo demasiado de imagens e na busca incessante pela visibilidade. O corpo, nessa perspectiva, configura-se como importante território de construção de identidades que, na medida em que são cada vez mais voláteis, tornam-se moldáveis e adaptáveis às tendências da chamada indústria da beleza. Assim, o ambiente da indústria da beleza, que tem sido responsável por um faturamento cada vez mais lucrativo, vai sendo reinventado cotidianamente para uma oferta ampla de produtos que vão desde vestimentas de acordo com os padrões da moda a cosméticos e, até mesmo, intervenções cirúrgicas estéticas.

O corpo passa então a ser um objeto de contemplação que tem suas fronteiras transgredidas em uma sociedade que se constrói de forma imagética. Para Moreno (2012), as mulheres, dentro dessa concepção de sociedade do consumo, passam a ser consumidoras e, ao mesmo tempo, o próprio objeto do consumo masculino, o que vem a ocorrer por meio de uma representação padronizada de imagens de forte conotação sexual veiculada nos mais diversos produtos midiáticos, tais como novelas, programas televisivos e peças publicitárias, estas foco da presente discussão. A representação da imagem da mulher de beleza padronizada veiculada na TV por meio de peças publicitárias de grande alcance tem sido, com frequência, responsável pela construção de estereótipos que muitas mulheres tentam romper, como, por exemplo, a de que a adoção de determinado comportamento e a aquisição de determinados

---

[1] Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Tocantins.

produtos da indústria da beleza aumentariam suas chances de realização pessoal e profissional.

As representações sociais têm um papel importante na construção da identidade do indivíduo, e os meios de comunicação, como instrumento de socialização das pessoas, ao propagar o padrão de ideal de beleza feminina, motivam muitas mulheres a querer se adequar a tal padrão. A coisificação da mulher brasileira, então, evade as mídias e se aporta na cultura e nos costumes nacionais e, desse modo, a disseminação da padronização de sua imagem ultrapassa a questão do formato/padrão de beleza, pois a mídia, em alguns casos, torna a padronização uma referência à associação da imagem da mulher como objeto sexual, ao mesmo tempo em que apresenta o sexo feminino como um ser frágil. Para a mídia, a mulher ideal é jovem, magra, branca, feminina e, além disso, é posta como fadada à condição de objeto sexual, de esposa e de mãe.

Com esforço e dedicação, mulheres são persuadidas a alcançar o padrão ideal de beleza imposto pela mídia. Siqueira e Faria (2007) enfatizam que para a mídia não é o espetáculo do martírio que interessa – os suplícios e as dificuldades para alcançar o corpo modelo –, mas o espetáculo do resultado das transformações – a conversão do corpo –, ou seja, o corpo convertido ao modelo é o espetáculo. Deste modo, na lógica espetacular da indústria da beleza, “o culto à magreza está diretamente associado à imagem de poder, beleza e mobilidade social” (ANDRADE; BOSI, 2003). O consumo alienado de mercadorias faz também do corpo um objeto de consumo, que tem a capacidade de ser reinventado todos os dias. E é segundo esta lógica que a busca da perfeição corporal é confundida com felicidade e realização, ocupando o lugar dos valores morais e éticos, o que acaba gerando grandes frustrações e, com essa inversão das prioridades humanas, quem sai lucrando é a milionária indústria da beleza.

As peças publicitárias estão inseridas nessa lógica espetacular, pois buscam vender sonhos, projetos de ascensão social, padrões de felicidade e de beleza. Nelas, as mulheres têm sido constantemente interpeladas e retratadas, tornando-se alvo de um discurso normativo que, insistindo no que elas deveriam ser, constrói uma imagem homogeneizante da beleza feminina, contribuindo, assim, para a naturalização dos estereótipos. O problema das propagandas que relacionam mulheres a produtos é que, no final, o consumidor não adquire somente o objeto em questão, mas, também, “as ideias” subjacentes, pois sempre que as empresas fazem lançamentos, as propagandas representam estilos e ideologias. As agências publicitárias não têm nenhuma preocupação em propagar ideais que estimulem a igualdade

entre os gêneros e que destaquem a existência da diversidade de mulheres brasileiras, implicando, efetivamente, em prejuízos às mulheres, dado que, como diz Moreno (2012), aquelas que não atingem os padrões disseminados não merecem o reconhecimento social pleno – o que representa, de fato, um problema para as mulheres sem, contudo, incomodar ou perturbar o sistema que o gerou e dele se alimenta.

O modelo “ideal” apresentado na mídia interfere na subjetividade humana, capturando adesão de, desde crianças até dos idosos, aos estímulos para o desejo de consumo e aspirações de novos produtos, estilos de vida e modelos de beleza. Nesse sentido, analisar o potencial da publicidade na disseminação de valores que reforçam a desigualdade entre os gêneros e que estimulam a pseudoconstrução de um padrão ideal de beleza feminina é o objeto de estudo desta pesquisa, na qual analisamos três peças nas quais as mulheres são as protagonistas: *Marisa* – roupas e assessórios –, com duração de trinta segundos[2]; *Riachuelo* – roupas e assessórios –, com trinta e dois segundos[3]; e *Avon* – maquiagem –, com um minuto e cinquenta e três segundos[4]. O critério adotado para a escolha das peças priorizou dois aspectos[5]: 1) ressaltar um tipo de beleza a ser seguido como uma forma de garantia de satisfação e felicidade; e 2) ter sido amplamente criticado nas redes sociais pelos movimentos feministas por apresentar aspectos sexistas, machistas e racistas.

As peças foram analisadas levando em consideração três unidades interpretativas: cenário, figurino da protagonista e sua narrativa. Quanto ao procedimento empregado, é preciso destacar que o estabelecimento das unidades de interpretação dos comerciais obedeceu a critérios conceituais. Buscamos incluir categorias conceituais referentes aos padrões ideais de estética e sedução sexual que nos permitissem examinar o poder disciplinar que esses padrões exercem sobre os corpos femininos, diferenciando-os em termos de valor e prestígio (BOURDIEU, 1998; HÉRITIER, 2007; SANTAELLA, 2006). Para analisar as

---

[2] Peça publicitária da Marisa. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=egJPP9QrTCU>. Acesso em: 1º abr. 2014.

[3] Peça publicitária da Riachuelo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=LLU039iXLkw>. Acesso em: 1º abr. 2014.

[4] Peça publicitária da Avon. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-u8A28TUZeA>. Acesso em: 1º abr. 2014.

[5] Foram elaborados três Protocolos: o relativo ao combate ao tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea; o relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças; e o relativo à fabricação e o tráfico de armas de fogo, suas peças, componentes e munições. O segundo é objeto de intenso monitoramento pelo UNODC e de campanhas internacionais. No Brasil, os três protocolos foram incorporados como lei por decretos legislativos do Congresso Nacional e os textos foram promulgados pelos Decretos Presidenciais 5.016 e 5.017, de 12/3/04, e 5.941, de 26/10/06, respectivamente.

propagandas, utilizamos ferramentas analíticas propostas pela análise de imagens em movimento (ROSE *apud* BAUER;GASKELL, 2002) e pela análise da narrativa (MOTA, 2005). Segundo Rose (*apud* BAUER; GASKELL, 2002), no processo de análise de materiais audiovisuais, como propagandas, devemos levar em consideração as limitações que envolvem as análises, dadas as insuficiências no que toca ao poder de captar uma verdade única do texto, posto envolver decisões e escolhas, o que sempre implica em alternativas viáveis às escolhas concretas realizadas e, nesta direção, o que é deixado de fora é tão importante quanto o que está presente.

A análise da narrativa, conforme Mota (2005), é um procedimento que determina o uso da linguagem, especialmente daqueles aspectos que um estudo puramente gramatical não poderia fazer referências, tais como: noções como emissor, destinatário, intenção comunicativa, situação ou conhecimento do mundo. Ainda de acordo com Motta (2005), narrar não é contar ingenuamente uma história, é, antes, uma atitude argumentativa, um dispositivo persuasivo de linguagem, posto que, quem narra quer, de fato, produzir certos efeitos de sentido através da narração. A seguir, descreveremos cada uma das peças publicitárias as quais submetemos às análises.

Marisa

Marisa é uma das maiores redes de lojas brasileiras especializadas em moda feminina e moda íntima feminina, contando, atualmente, com mais de 400 lojas espalhadas por todas as regiões do Brasil. A primeira unidade da rede, Marisa Bolsas, foi inaugurada em 1948. Com o slogan *De mulher pra mulher,* a companhia foca sua estratégia e atuação em mulheres que estejam entre 20 e 35 anos de idade e que sejam da Classe C. A peça publicitária selecionada para análise busca divulgar a coleção de roupas alto-verão Marisa. O tempo do comercial é de trinta e dois segundos. A personagem principal do comercial é uma jovem magra, olhos claros e cabelos longos. O **cenário** é composto por imagens em ambientes internos e externos, e a cena inicial é em um quarto decorado em tons de rosa e bege, no qual a protagonista aparece deitada em uma cama para, em seguida, se levantar e olhar no espelho. Depois, deita-se novamente, segurando um novo espelho no qual contempla a sua imagem refletida.

Na sequência, várias cenas de vegetais e legumes são intercaladas para respaldar a narrativa da protagonista que faz um agradecimento a todos que a ajudaram a chegar bem no verão: chuchu, pepinos, cenouras, quinuas, couve, leguminosas e sopas ralas. Outras cenas que complementam a peça publicitária são as que fazem referência a momentos de ansiedade,

que são representados pela pesagem da protagonista na balança, pelo lápis segurado na boca, pela ansiedade ao vestir um short e ver que é possível abotoá-lo sem esforço e pelo ato de pular com as mãos cerradas. Os momentos finais do comercial aludem a uma suposta realização da protagonista que, depois de passar por momentos de privação alimentícia, caminha levemente pelo gramado ao redor de coqueiros com a cabeça erguida, os cabelos esvoaçantes e com um chapéu e os pés descalços. A protagonista joga o chapéu ao vento, sinal que pode ser interpretado como de liberdade. Na próxima cena, a protagonista está de biquíni e continua caminhando, agora ao redor de uma piscina, atraindo os olhares de três homens que estão sentados em uma mesa à beira da piscina. A cena final é da protagonista mergulhando sorridente na piscina, e a frase que encerra o comercial é: "tudo vale a pena para viver bem o verão".

O **figurino** da protagonista varia ao longo das cenas. Nas cenas iniciais a atriz está com uma blusa florida e um short *pink* e, nas finais, está usando um biquíni estampado. Como a proposta da peça publicitária é a suposta realização da mulher que chega magra à estação do verão, a escolha do figurino pode ser considerada uma estratégia para reforçar a proposta do comercial. O figurino adotado evoca a sedução por meio da leveza das roupas e no movimento da protagonista do comercial. Os olhares, os cabelos soltos e o movimento das mãos permitem evidenciar a sedução.

A **narrativa** do comercial é realizada por uma narradora de fundo, não sendo a protagonista quem a assume. A narradora de fundo utilizou quase sempre linguagem indireta na terceira pessoa, organizando, ordenando e priorizando determinados discursos, omitindo, assim, outros. A narrativa foi construída para enaltecer a magreza como padrão ideal de beleza e a escolha da protagonista reforça esse culto, já que se trata de uma mulher magra. No discurso da narradora é possível notar que o verão é feito para as magras, e apenas elas são felizes, porque podem colocar um biquíni e não se sentirem culpadas.

O comercial apresenta um discurso pela redução da alimentação como forma de atingir o corpo magro, o que pode estimular um transtorno alimentar nas mulheres que buscam a todo custo chegar ao verão, magras. Em momento algum a narrativa associa a redução de peso como algo relacionado à saúde, mas sim como medida para se alcançar o padrão estético que exalta a magreza. A parte final da propaganda também enquadra a mulher no estereótipo fetichizante de objeto sexual, quando é observada enquanto caminha pelos olhares lascivos masculinos. O culto à beleza é mostrado como algo que deve ser persistentemente buscado e,

mesmo, que é dever da mulher construir o corpo que quer usando estratégias que vão desde a adoção de exercícios físicos até à redução de ingestão de alimentos, como foi bem destacado.

Riachuelo

Riachuelo é uma rede de varejo de moda do país que conta com 213 lojas distribuídas por todo o Brasil. Iniciou suas atividades em 1947, com pequenas lojas de rua, vendendo tecidos a preços baixos. Em 1979, a rede de lojas de tecidos foi comprada pelo grupo Guararapes e passou a vender roupas prontas para serem usadas. A partir de 1983, o foco passou a ser a moda, com ênfase no segmento de *moda ao alcance de todos*. Atualmente, as lojas da rede são divididas em cinco seções: moda feminina, moda masculina, moda infantil, moda casa e calçados. A peça publicitária a ser analisada faz alusão a uma promoção em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, na qual a cliente, na compra de quatro peças, paga apenas três. A protagonista do comercial é uma mulher jovem, magra, olhos claros, branca e loira.

O **cenário** do comercial é neutro e não exibe objetos, apenas uma parede ao fundo que apresenta uma degradação de cores pretas. O centro da atenção é a protagonista branca, contrastando com o fundo liso preto e com mãos negras que surgem ao longo das cenas das extremidades. Flores negras e brancas vão desabrochando ao longo do comercial no plano de fundo, enquanto que, no principal, a protagonista inicia o comercial de costas e sem roupa. No decorrer do comercial, a protagonista vai sendo vestida e tocada por mãos negras, que lhe colocam um colar e lhe oferecem outros acessórios, tais como sapato, bolsas e lingeries. O que chama a atenção na peça publicitária é o seu tom racista, uma vez que as mãos negras são vistas como serviçais desprovidas de identidade – o rosto não é mostrado em nenhum momento –, recriando e reforçando a imagem de que as negras não consomem, não têm vontades, que apenas servem, que dizer, uma sombra que subsiste apenas para apoiar a existência da sua senhora, que é branca.

A protagonista assemelha-se a um objeto que só ganha vida na medida em que vai sendo “adornada” pelas mãos negras. As cenas apresentam forte apelo sexual, seja pelas poses da modelo, que em um determinado momento segura os seios com as mãos, seja pelo movimento das mãos negras sobre o corpo da modelo branca, ou seja, pela exposição do corpo com lingerie. O olhar da protagonista é penetrante e fixo no olhar de quem consome a propaganda, evidenciando a forma como a protagonista quer ser vista pelo outro. A propaganda mostra uma sedução que se aproxima do erotismo.

O **figurino** da protagonista são lingeries e acessórios que apresentam de forma sensual o seu corpo, e ela ainda usa um coque para prender os cabelos e evidenciar a nuca, que é considerada uma parte sensual do corpo feminino. A estratégia do comercial é vender produtos para a mulher mais linda, que é cada telespectadora que está consumindo o comercial. A peça publicitária evidencia de forma apelativa o corpo feminino.

A **narrativa,** assim como a propaganda da Marisa, não é realizada pela protagonista, pois existe uma locutora secundária que apresenta os produtos a serem vendidos. O discurso enfatiza que "a Riachuelo preparou uma surpresa para a mulher mais linda do mundo: você". Essa estratégia discursiva pode ser vista como intimista, ao buscar um diálogo mais direto com a telespectadora/consumidora. A narradora de voz feminina apresenta os detalhes da promoção e encerra dizendo que a Riachuelo é patrocinadora oficial da moda com preço justo. Nesse comercial, as cenas podem ser consideradas mais fortes que a própria narrativa que, diferentemente, não confere o tom racista à peça publicitária, pois são as imagens que se encarregam de evidenciar, ou possibilita que se interprete, que o Dia Internacional da Mulher não é o dia para qualquer mulher comprar na Riachuelo, o é apenas para as mulheres brancas, restando, assim, às negras a tarefa de servir às legítimas consumidoras. O culto à beleza é expresso como sensualidade que as mulheres devem cultivar para si e, principalmente, para o olhar dos outros. Os movimentos corporais da protagonista ao longo do comercial demonstraram uma satisfação pessoal e um exibicionismo para quem consome as imagens.

Avon

Com foco voltado para vendas de produtos de beleza em domicílio – perfumes, maquiagens, acessórios e cosméticos –, a Avon surgiu nos finais do século XIX, nos Estados Unidos. O primeiro escritório internacional foi aberto na cidade de Montreal, no Canadá, em 1914 e, hoje, a empresa tem como principais mercados os Estados Unidos, o Brasil, o Japão, o México e a Inglaterra. Essa significativa participação no mercado da beleza coloca a Avon entre as principais, no *ranking* das empresas mundiais no segmento, com foco em preços mais acessíveis para o consumidor. A peça publicitária em destaque é da maquiagem "megapracima" Avon. A protagonista do comercial é uma mulher jovem, branca, magra, olhos claros, cabelos pretos e longos.

O **cenário** inicial aparenta ser um quarto, e a protagonista está em frente a um grande espelho. É possível perceber no reflexo do espelho, além da imagem da protagonista, uma janela aberta com uma longa cortina branca. O cenário não apresenta nenhum tipo de móvel

ou decoração visível no enquadramento da sequência de cenas, o que permite evidenciar que o foco central está apenas na protagonista. A estratégia mercadológica para vender o produto não é reforçada pelo cenário; o ponto central da atenção está na narrativa da atriz e em sua “beleza padronizada” de acordos com os moldes midiáticos.

O **figurino** da protagonista é um vestido preto com renda preta na altura do colo, conjugando com esmaltes, brincos e pulseira igualmente preta. O rosto está maquiado e os cabelos, que no início estão presos, ao final são soltos. Durante a sequência de cenas a atriz vai reforçando a maquiagem com a linha de maquiagem da Avon. Os acessórios utilizados pela protagonista podem ser visualizados de forma secundária na construção da peça publicitária, pois o rosto da protagonista está sempre no foco da câmera.

A **narrativa** é realizada pela própria protagonista da propaganda, diferentemente do que ocorre nas outras duas peças já analisadas. Diferente dos demais comerciais, que apresentam o enquadramento mais amplo do cenário e do figurino da protagonista esse comercial dá mais ênfase à narrativa da atriz. A narrativa tem a duração um pouco mais longa que os demais comerciais (um minuto e cinquenta e três segundos) e não tem a participação de coadjuvantes durante as cenas. É visível, ao longo do comercial, a existência de duas narrativas que se contrapõem. A primeira é embasada a partir da ideia construída pelo senso comum e reforçada pela publicidade de que uma mulher solteira e desacompanhada é insatisfeita, porque precisa de um homem para manter um relacionamento. A primeira narrativa, então, se transforma, dando espaço a uma segunda, distinta, a partir do momento em que a protagonista usa um rímel nos olhos que é um produto de maquiagem da Avon e passa, supostamente, a rever suas opiniões. Na segunda narrativa, a protagonista adota um discurso que destaca as vantagens que a mulher tem em ser solteira, tais como não ter que se engajar em afazeres apenas para agradar o companheiro. A narrativa coloca a mulher no papel de dependente do marido ou companheiro para, então, “vender’ o rímel “megapracima” como libertador. O culto à beleza é exibido como necessário para se diferenciar e para atrair os olhares dos outros.

Considerações finais

A mídia, por meio dos seus vários produtos, tem sido um espaço de grande influência no processo de socialização dos indivíduos. A publicidade, como produto midiático, incentiva práticas de consumo que demarcam, na atualidade, padrões de beleza e estabelecem modos de ser e de viver em torno do ideal de corpo belo.

Na medida em que peças publicitárias buscam “vender” uma representação do padrão ideal de beleza da mulher, que está associado à magreza, à branquitude da pele ou ao uso de maquiagem, essa é uma representação social da imagem da mulher que tem sido construída de forma equivocada, uma vez que esse é um pseudopadrão que não reflete a diversidade das mulheres brasileiras. Não é recente a discussão sobre a manipulação que as propagandas exercem sobre os consumidores para ganhar sua adesão e influenciá-los a comprar um produto que nem sempre é útil, necessário ou até mesmo de boa qualidade.

A análise das peças publicitárias destacou a presença de padrões ideais de estética e sedução sexual que exercem poder disciplinar sobre os corpos femininos e lhes atribuem poder simbólico, diferenciando-os e distinguindo-os em termos de valor e de prestígio na sociedade. Nessa direção, evidencia-se que corpos brancos, magros, jovens e esbeltos têm mais valor que corpos negros, gordos, velhos e com curvas. A indústria da beleza, por meios dos comerciais, de forma sutil ou direta, persuadiu as mulheres a aderirem às *pseudonecessidades* por meio da assimilação do discurso mercadológico das marcas de roupas e maquiagens. As representações da imagem da mulher veiculadas por esses comerciais lhes tira o direito de ir e vir livremente quando não se adéquam ao modelo ideal de beleza, que é racista e gordofóbico.

O que se observa nessas e em outras peças publicitárias é que a mulher brasileira é “vendida” ao próprio país, tanto para o público feminino como para o masculino, como um objeto sexual desprovido de essência e racionalidade. Outras características das mulheres e até mesmo suas conquistas são marginalizadas e postas de lado quando o objetivo é vender um produto, um estilo de vida, um padrão que movimenta o capitalismo. O que é mais emblemático, para concluir, é que percebemos que os estereótipos reforçados pela publicidade geram discriminações e, até mesmo, distúrbios alimentares e psicológicos nas não “tão belas”. Além disso, a desvalorização se torna comum, e os produtos gerados pela indústria midiática se colocam como padrões de modelos ideais que jamais podem ser alcançados pelas mulheres reais. Sem dúvida, a mídia exerce uma influência na construção dos padrões de beleza feminina e as propagandas criam discursos na tentativa de persuadir e associar a beleza feminina como essencial e fundamental para a realização pessoal, para mobilidade social e para a felicidade quando, na verdade, o objetivo é, unicamente, aumentar a lucratividade da indústria da beleza.

Referências bibliográficas

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Ática, 1991.

ANDRADE, Ângela; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. “Mídia e subjetividade: impacto no comportamento alimentar feminino”. *Revista de Nutrição*. Campinas, v. 16, n. 1, p. 117-25, 2003.

BAUER, Martin. W.; GASKELL, George (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. 5. ed. Trad. de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HÉRITIER, Françoise. “Modèle dominant et usage du corps des femmes”. *In*: HÉRITIER, Françoise *et al. Le corps, le sens.* Paris: Centre Roland Barthes; Éditions Seuil, 2007. p. 15-86.

MORENO, Raquel. *A imagem da mulher na mídia*: controle social comparado. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

MOTA, Luiz. Gonzaga. *Narratologia*: análise da narrativa jornalística. Brasília: Casa das Musas, 2005.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; FARIA, Aline Almeida. “Corpo, saúde e beleza: representações sociais nas revistas femininas”. *In*: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXIX, 2006. *Anais*... Brasília: UnB, 2006. p.1-15.

6. Ações, Direitos e Políticas

Tráfico de mulheres: Direito e Feminismos

Ela Wiecko V. de Castilho[1]

Introdução

A decisão sobre a escolha do subtema da Mesa Redonda "Direito e feminismo(s): passos dados, um longo caminho a seguir" decorreu do fecundo seminário organizado pelo Laboratório Gênero, Política Social e Serviço Social (GENPOSS), sob coordenação da Profa. Marlene Teixeira, que aconteceu no dia 19 de março de 2014. Na oportunidade, os/as conferencistas Deputado Federal Jean Wyllis, Elena Reynaga, da Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe (Red TraSex), e Georgina Orellano, da Associación de Mujeres Meretrices de la Argentina (AMMAR), responderam à pergunta-título que orientou o seminário: "Prostituição, trabalho sexual e movimentos sociais: sobre que direitos se fala?" Chamou-me a atenção a fala das mulheres sobre os impactos da campanha global antitráfico de seres humanos no quotidiano das trabalhadoras sexuais. Depois, no debate com o público, a inquietação sobre a diferença entre prostituição, exploração da prostituição e exploração sexual[2].

Esta exposição objetiva problematizar, de um lado, as leis brasileiras que estabelecem normas para "combater" o tráfico de pessoas, em decorrência da ratificação do Protocolo Adicional à Convenção do Crime Organizado Transnacional. De outro, os feminismos que estão por trás dessas leis. Conclui-se em termos de proposta, da necessidade de, nas instituições acadêmicas, realizar pesquisas de campo e debates em perspectiva interdisciplinar, sobre prostituição/trabalho sexual, buscando dar a voz aos/às trabalhadores/as do sexo.

---

[1] Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Universidade de Brasília.

[2] Este artigo, apresentado por ocasião do II Colóquio de Estudos Feministas e de Gênero, ocorrido de 28 a 30 de maio de 2014, na Universidade de Brasília (UnB), é uma obra coletiva na medida em que reflete os estudos e pesquisas do Grupo de Pesquisa Política Criminal e Direitos Fundamentais, vinculado à Universidade Católica de Brasília (UCB/CNPq), do qual participam as seguintes pesquisadoras: Aryadine Estefani Dutra Azevedo, Bruna Catóia, Camila de Souza Costa e Silva, Kássia Cristina de Sousa Barbosa, Laura Guedes de Souza, Lygia Carvalho Mesquita, Ludmila Macieira dos Reis, Lucimar Soares de Sousa, Michelle karen Batista dos Santos, Naara Sousa Reis, Sandriele Fernandes dos Reis, Scarlett Victória Marques Reis Nogueira, Stefanie Ólives.

A relação tráfico de mulheres e prostituição

Sob a justificativa de serem insuficientes e segmentados os instrumentos internacionais que continham “normas e medidas práticas para combater a exploração de pessoas, especialmente mulheres e crianças”, a Resolução 53/111 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 9/12/98, decidiu criar um comitê intergovernamental especial para elaborar um instrumento internacional de “luta contra o tráfico de mulheres e de crianças” de modo a complementar a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, que fora aprovada em Nova Iorque, em 15 de novembro de 2000.

Os trabalhos do comitê se estenderam de janeiro de 1999 a outubro de 2000, quando o texto negociado foi aprovado. No Brasil, o Protocolo do Tráfico é comumente referido como o Protocolo de Palermo.

Esse Protocolo define o tráfico de pessoas como um conjunto de condutas que levam à exploração de uma pessoa, desde que ela não tenha consentido ou seu consentimento seja inválido. São considerados como exploração, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.

Os dados coletados pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (*United Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC) no Relatório Global de 2012 mostraram que o tráfico para exploração sexual é mais comum na Europa, na Ásia Central e nas Américas, respondendo por 58% de todos os casos de tráfico detectados no mundo[3]. E apontaram, entre outros achados, que as mulheres adultas constituem 55-60% de todas as vítimas de tráfico. Somadas às crianças e adolescentes até 18 anos, este número sobe para 75%.

Por isso, o tráfico de pessoas é fundamentalmente tráfico de mulheres. E é visto pela opinião pública como tráfico de mulheres para a prostituição.

A associação da ideia do tráfico de pessoas com a prostituição é tão forte que, nos países em que o exercício da prostituição não constitui crime, o Protocolo de Palermo tem servido como justificativa para impor medidas de restrição ao exercício da prostituição no âmbito doméstico dos países. É o caso da Argentina, conforme relato de Georgina Orellano no já referido Seminário Genposs. Ela descreveu as restrições que o governo de Cristina Kirchner tem criado às trabalhadoras sexuais para anunciar seus serviços, como por exemplo, proibição de publicação de anúncios nos jornais.

[3] O Relatório abrangeu dados repassados por 132 países.

Por isso, a RedTraSex elaborou um fôlder com o título *Trabajo sexual nos es igual a trata de personas*. Explica que "*el debate actual acerca de la trata de personas hace necesaria una distinción y una toma de posición. Un lugar común es confundir la trata y el proxenetismo con el trabajo sexual, como si los tres términos fueran la misma cosa*".

Há mais tempo, já em 2006, o Grupo Davida[4] alertava para o pânico sexual, uma variante do pânico moral, criado com o Protocolo de Palermo na luta contra o tráfico de mulheres. Agentes governamentais e não governamentais tendem a enfatizar histórias que envolvem violações de direitos humanos de indivíduos forçados a se prostituir, "em detrimento de histórias de prostitutas estrangeiras que estão sendo presas em grande número, no mundo inteiro, sob a justificativa de 'protegê-las do tráfico'" (DAVIDA, 2006, p. 167).

O Davida chama a atenção para o fato de que o tráfico, tal como definido no Protocolo de Palermo, não se caracteriza quando há consentimento da pessoa, excetuada aquela menor de 18 anos, pois nessa faixa de idade a lei a considera incapaz de consentir, de modo que eventual consentimento é inválido. Todavia, no caso do Brasil, o artigo 231, caput, do Código Penal, na redação determinada pela Lei n. 12.015, de 7/8/09, ora em vigor, define como tráfico internacional de pessoas, não só promover a entrada ou saída, mas também qualquer auxílio a quem pretender entrar no Brasil para exercer prostituição ou pretender sair a fim de exercê-la no estrangeiro. Ainda que a pessoa auxiliada vá exercer a prostituição voluntariamente, ela é qualificada como vítima. Estamos falando de mulheres com mais de 18 anos e, mesmo assim, o consentimento delas para a prostituição é irrelevante diante da lei e o crime se consuma, o que contraria a definição do Protocolo. Se houver emprego de violência, grave ameaça ou fraude, ou seja, se o consentimento for viciado, a pena é mais elevada. Por sua vez, o art. 231-A, que define o tráfico interno de pessoas, também não leva em conta o consentimento[5].

[4] O Grupo de Pesquisa de Davida é uma associação de cientistas sociais que estudam a prostituição do ponto de vista do/a trabalhador/a do sexo.

[5] Daniel Salgado (2013, p. 304), membro do Ministério Público Federal, que atuou em diversos processos criminais de tráfico internacional de mulheres, anota que "deve-se analisar se o ingresso na rede de prostituição no exterior, especialmente quando não há histórico de exercício do meretrício em território nacional pelo indivíduo ou ligação anterior com a atividade, foi por pendor ou vulnerabilidade, Se por pendor/vocação, não se pode considerar o auxílio ou promoção do envio da pessoa ao exterior para fim de prostituição como uma conduta delituosa, uma vez que, nesse caso, a despeito de figurar patente a tipicidade formal (perfeita adequação da conduta do agente ao modelo abstrato previsto no art. 231 do Código Penal), *não incide no caso a tipicidade material que se traduz pela lesividade efetiva e concreta ao bem jurídico tutelado*". Essa interpretação, contudo, não é compartilhada por todos os aplicadores da lei penal, principalmente pelos agentes policiais, que se orientam por uma interpretação formalista.

Desta forma, na avaliação do reconhecido penalista Cezar Bitencourt (2008, p. 81), a finalidade das duas normas legais é idêntica: "combater a prostituição no território nacional, seja com o tráfico interno, seja com a "importação" de pessoas prostituídas ou a prostituírem-se no cenário nacional".

A mudança operada no Brasil e em outros países em relação ao conceito formulado no Protocolo de Palermo não se resume à irrelevância do consentimento da pessoa que é recrutada, transportada, transferida, alojada ou acolhida. O Protocolo se refere à "exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual". Por sua vez, os artigos do Código Penal se referem "a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual". A subtração do termo exploração na referência à prostituição faz uma grande diferença. Equipara o exercício autônomo da prostituição a uma forma de exploração sexual e o torna uma atividade ilícita, ainda que a pessoa que a exerça não possa ser denunciada por crime de tráfico ou pela prostituição.

Com essas duas mudanças semânticas, a legislação brasileira, sem que tivesse havido sequer uma discussão como a que ocorreu no plano internacional, quando da elaboração do Protocolo de Palermo, veio fortalecer a Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio[6] e a linha abolicionista defendida nas Nações Unidas pela Coalizão contra o Tráfico de Pessoas (*Coalition against trafficking in persons* – CATW). O resultado é um "sistema de repressão das atividades sexuais femininas dissidentes e de restrição da mobilidade internacional das profissionais do sexo" (MEDEIROS, 2013, p. 132). Para Ana Maria Venson e Joana Maria Pedro (2013, p. 61), "a categoria tráfico de pessoas é uma proposição jurídica e não uma elaboração sociológica. Inventada no século XIX e retomada no final do século XX, tal categoria ganhou discursividade em jogo com saberes que constituíram a prostituição como um problema"[7]. Afirmam que "a batalha discursiva para dizer o tráfico de pessoas e constituí-lo como um problema (...) não protege as pessoas que se inserem voluntariamente no mercado do sexo e acaba, por vezes, sendo cúmplice de exigências internacionais de contenção migratória".

[6] A Convenção, de 2/12/49, foi promulgada pelo Decreto n. 46.981, de 8/10/59. Apesar de seguir diretriz diversa daquela do Protocolo de Palermo em relação ao consentimento, a sua manutenção pelo Brasil não implica descumprimento, pois o artigo 14 estabelece que nenhuma disposição do seu texto prejudicará os direitos, obrigações e responsabilidades dos Estados e das pessoas por força do direito internacional. Os Estados que ratificaram a Convenção de 1949, como é o caso do Brasil, enquanto não a denunciarem, continuam a ela vinculadas.

[7] Para uma visão completa dos debates, ver UNODC (2008).

Prostituição, exploração da prostituição e exploração sexual: a irrelevância do consentimento

Para implementar o Protocolo de Palermo, não há como fugir do tema *prostituição* e da discussão sobre que modelo de política pública adotar.

O tema foi objeto de debates candentes no âmbito do comitê intergovernamental criado pela ONU para elaborar o texto do Protocolo. As organizações não governamentais se antagonizaram em duas coalizões. De um lado, a *Human Rights Caucus*, que aglutinava associações de trabalhadores/as do sexo e ativistas de direitos humanos, como o *International Human Rights Law Group* (IHRLG) e a *Global Alliance against Trafficking in Persons* (GAATW); de outro, a antes referida *Coalition Against Trafficking in Persons*, que reunia, entre outros, *o European Women's Lobby* (EWL) e a Federação Abolicionista Internacional.

Em breve síntese, o primeiro bloco defendia a diferenciação entre prostituição voluntária e forçada, só podendo configurar tráfico as situações em que o consentimento para o trabalho sexual tivesse sido obtido mediante fraude, coação, engano ou abuso de autoridade. Defendia a irrelevância do consentimento para menores de 18 anos. O segundo bloco considerava inadmissível a prostituição voluntária, defendendo a irrelevância do consentimento em qualquer faixa de idade e a vinculação do conceito de tráfico de pessoas à prostituição e ao grupo mais afetado: mulheres e crianças[8].

Visando alcançar o maior número de ratificações possível, os negociadores do texto do Protocolo buscaram formas conciliatórias, o que resultou na utilização de termos pouco definidos, como "outras formas de coerção", "abuso de poder ou de uma situação de vulnerabilidade", "exploração" e "exploração da prostituição ou outras formas de exploração sexual".

Sendo a "exploração" elemento central do termo tráfico de pessoas, a delimitação de seu conteúdo é estratégica. A definição, contudo, não é dada pelo Protocolo, deixando aos tribunais dos Estados Partes um campo para interpretação. No que diz respeito à exploração sexual, Estéban Pérez Alonso (2008, p. 181) afirma que a última expressão pretendeu permitir que cada Estado Parte pudesse adaptar o Protocolo às normas do seu direito interno a respeito da prostituição.

---

[8] As normas relativas à proteção de vítimas contidas nos arts. 6º, 7º e 8º são festejadas, contudo a inovação do enfoque humanitário, inexistente até então nas convenções internacionais relativas a crimes, deve ser avaliada sem muito entusiasmo. O Protocolo do Tráfico de Pessoas não é instrumento internacional de direitos humanos nem os dispositivos citados são dotados de justiciabilidade.

Nesse tópico, o consenso alcançado na redação do art. 3º é aparente e frágil. A discussão continua forte na Europa e nela estão empenhados organizações da sociedade, acadêmicos, políticos e formadores da opinião pública. Uma das líderes da CATW, a feminista radical Janice Raymond pontifica na campanha para abolição do trabalho sexual, inclusive fazendo consultoria para o governo canadense em defesa da lei antiprostituição durante as audiências públicas da Suprema Corte no caso *Bedford v. Canada*.

O cerne da divergência reside em saber se é possível estabelecer a diferença entre a situação em que mulheres vendem e homens compram sexo (prostituição/trabalho sexual), em um exercício de autonomia individual e de seus direitos sexuais, da situação em que mulheres são oprimidas por proxenetas, submetidas a toda sorte de violações de direitos para satisfazer necessidades sexuais de homens (exploração sexual).

Aqueles/as que respondem afirmativamente adotam uma perspectiva regulatória da prostituição, enquanto aqueles/as que respondem negativamente situam-se em uma perspectiva abolicionista, isto é, querem abolir, extinguir a prostituição, sob o argumento de que a prostituição em si constitui violência de gênero e, como tal, violação a direitos humanos. Sustentam que as mulheres deixariam a prostituição se tivessem alternativa. A pobreza e a marginalização econômica e social são vistas como fatores que levam as mulheres à prostituição. Nesse enfoque, a prostituição, seja ela exercida autonomamente, seja na dependência de terceiros, é sempre exploração sexual.

Note-se, porém, que o texto do Protocolo fala em exploração da prostituição, o que sugere uma distinção entre o exercício da prostituição e a exploração do exercício da prostituição. Essa nuance discursiva faz sentido em um texto de consenso possível entre duas posições antagônicas.

O problema que se coloca é que a legislação penal brasileira se distancia do consenso construído no termo “exploração da prostituição”, que contempla as situações indesejáveis do rufianismo ou proxenetismo, em que a exploração do trabalho sexual alheio se aproxima dos conceitos de trabalho forçado ou de escravidão. Explicita a perspectiva abolicionista, pois considera a prostituição em si um fim ilícito, caracterizador do tráfico de pessoas, haja ou não o consentimento de que presta o serviço sexual. O Decreto nº 5.948, de 26/10/06, que estabelece a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, diz expressamente no §7º do art. 2º: “O consentimento dado pela vítima é irrelevante para a configuração do tráfico de pessoas”. Essa regra decorreu de discussões no âmbito do grupo interministerial que elaborou a proposta da Política, contexto em que venceu a avaliação de que reconhecer o

consentimento como excludente do crime de tráfico deixaria sem proteção as mulheres brasileiras que viessem a ser detidas na Europa por estarem exercendo a prostituição. É que o reconhecimento de uma situação de tráfico assegura o *status* de vítima e não de infratora, com vários direitos, entre eles o de permanecer no território do Estado estrangeiro a título temporário ou permanente.

Entretanto, segundo um estudo do Parlamento Europeu (2014), determinar se os serviços sexuais são consentidos ou não é de difícil comprovação. Por isso, as leis que criminalizam os serviços sem consentimento da vítima enfrentam sérias dificuldades na sua aplicação e não conseguem ser efetivamente implementadas.

Sob outro ângulo de análise, pesquisadores/as brasileiros/as levam-nos à conclusão de que a boa intenção que orientou a Política Nacional não tem assegurado benefício efetivo às mulheres e travestis brasileiras que migram para os países europeus. Por exemplo, Adriana Piscitelli (2013), na sua vasta e consistente etnografia sobre as brasileiras nos mercados transnacionais do sexo, mostra como elas têm sido submetidas a interrogatórios policiais humilhantes, encarceramento e deportação.

Também a RedTraSex critica a perspectiva abolicionista que iguala o trabalho sexual com a exploração sexual e com o tráfico de pessoas. Mulheres de 16 países da América Latina e do Caribe declaram:

> Trabajo sexual es la actividad laboral que realizamos mujeres mayores de edad que – por consentimiento propio – decidimos sobre nuestro cuerpo y nuestros medios de vida. En el trabajo sexual somos nosotras las que elegimos esta actividad y nadie nos ha obligado a ello. Somos nosotras las que nos reivindicamos trabajadoras, las que queremos decir que no somos víctimas, que no estamos esclavizadas y que somos libres. Somos sujetas de derechos y como tales exigimos que se nos reconozca el derecho a elegir nuestro propio proyecto de vida y a estar en igualdad de condiciones con el resto de la población trabajadora. Nos sentimos fuertes a partir de los procesos de organización que hemos emprendido hace ya más de 15 años y queremos romper con la hipocresía y la doble moral de cierta parte de la sociedad que, por un lado solicita nuestros servicios pero por el otro, nos niega el acceso a derechos.

Todavia, como acentua o estudo do Parlamento Europeu, há divergência nas vozes das mulheres que trabalham na indústria do sexo. Enquanto muitas reclamam das más condições de trabalho e relatam violências, outras dizem que não são ouvidas nem levadas a sério devido aos estereótipos que cercam as prostitutas, ou têm medo de serem vistas como vítimas vulneráveis ou dependentes de proxenetas.

Prostituição, consentimento e vulnerabilidade

O Preâmbulo do Protocolo considera mulheres e pessoas com idade inferior a 18 anos, independentemente do sexo, como vulneráveis ao tráfico e, portanto, merecedoras de proteção internacional. Homens com idade superior a 18 anos não são objeto de menção como vulneráveis, muito embora as condições de vulnerabilidade expressas no Protocolo não sejam específicas de mulheres, nem os homens estão expressamente excluídos da proteção. Entretanto, o documento enfatiza a todo momento a proteção em especial às mulheres e crianças.

As condições expressas no art. 9, item 4, são pobreza, subdesenvolvimento e desigualdade de oportunidades. São fatores de vulnerabilidade relacionados ao contexto social. Paradoxalmente, nos trabalhos preparatórios, fica evidente o entendimento de que a vulnerabilidade, no caso de pessoas maiores de 18 anos, se sujeita a um exame de risco individual. Assim, na definição de tráfico, o "abuso da situação de vulnerabilidade" passa a ser um dos meios de que se valem os agentes para obter o consentimento de pessoas para seu recrutamento, transporte, transferência, alojamento e acolhimento com vistas a exercer atividades ou permitir atos que depois se revelam como formas de exploração. Então, pessoas vulneráveis pelo contexto socioeconômico em que vivem precisam comprovar que estão em uma situação de vulnerabilidade individual, em que não têm outra alternativa real e aceitável senão submeter-se à exploração por outrem do seu corpo ou de seu trabalho.

Em artigo específico sobre o tema, observei que o "abuso da situação de vulnerabilidade" revela mais uma vez a ambiguidade do Protocolo de Palermo, a transitar da repressão para a proteção, sem que se saiba exatamente quem vai ser considerado(a) vítima e ter reconhecido o direito como tal ou como um(a) migrante irregular, sujeito(a) a inadmissão, deportação ou mesmo criminalização (CASTILHO, 2013, 150).

Vulnerabilidade não é uma categoria ontológica ou estática em nenhum dos âmbitos em que é utilizada. Sem contornos determinados, pode ser interpretada para mais ou para menos.

No âmbito da lei penal, a vulnerabilidade tende a ser analisada sob um ponto de vista individual. Por isso, a recusa ao *status* de vítima às mulheres, que são recrutadas para o exercício de prostituição nos países do chamado Primeiro Mundo, mesmo quando procedentes de países considerados subdesenvolvidos ou em que faltam oportunidades de trabalho iguais aos dos homens.

No campo das políticas sociais não se justifica a referência apenas a mulheres e crianças como pessoas vulneráveis, ou uma associação determinista da vulnerabilidade com pobreza ou ainda a implementação restrita de serviços de reinserção a pessoas “vitimizadas”, isto é, que não consentiram. A resposta do Estado e da sociedade não pode perder de vista as estruturas globalizadas de desigualdade entre países, entre grupos sociais e entre homens e mulheres. Igualmente não pode deixar de considerar as pessoas e os grupos sociais vulneráveis como sujeitos participantes para tratá-los como mero objeto de proteção.

Nesse último ponto, Guilherme Mansur Dias (2014, p. 134-142) desenvolve em sua tese de doutorado pertinentes reflexões sobre a ressemantização do conceito de vítima no discurso humanitário, no qual ganha força a ideia das “vítimas absolutas” ou “puras vítimas” como condição de reconhecimento de direitos. Vítimas que não se enquadrem nesse modelo estão sujeitas à criminalização, pois representam perigo para a ordem e a segurança.

Prostituição e feminismos

Gail Pheterson (2009, p. 205) anota que a prostituição é um “tema de controvérsia e de controle” e que as posições das feministas “são tão divididas quanto as das autoridades”. Lança a pergunta, prostituição é “um trabalho a ser reconhecido ou uma violência a ser abolida?”

Os debates travados pelas feministas chegaram aos foros internacionais, como o das Nações Unidas, tendo influenciado definições internacionais do Protocolo de Tráfico de Pessoas como da Declaração de Beijing, na IV Conferência Mundial da Mulher, em1995. Adriana Piscitelli (2008, p. 36), no entanto, julga que não se deve responsabilizar somente as perspectivas feministas pelos rumos tomados no combate ao tráfico de pessoas, pois outros atores e grupos de interesse acabaram por se alinhar a essas distintas abordagens, utilizando aspectos de argumentos feministas em função de interesses particulares.

A uniformidade de posicionamentos não há de ser alcançada, mas certamente a redução dos campos de divergência entre os feminismos seria bem-vinda para a formulação de políticas públicas coerentes e contínuas.

A corrente abolicionista não se fundamenta apenas em razões de natureza religiosa ou moral, conta com um forte substrato teórico feminista, a partir de uma análise estrutural da sociedade, em que ressalta a categoria do patriarcado. Sua abordagem considera a sexualidade como elemento utilizado pela ordem patriarcal para oprimir as mulheres e torná-las objeto de prazer dos homens.

Nas últimas décadas, as pesquisas sobre sexualidade abriram uma nova perspectiva de análise, passando a entender a sexualidade como uma fonte de prazer e poder para as mulheres. Nesse contexto, Piscitelli (2013, p. 37) avalia que o mercado do sexo "não é um campo fixo de posições de gênero e poder", mas um terreno de disputa onde o "sexo é visto como uma tática cultural que pode reforçar o poder, mas também pode desestabilizá-lo". Assim, as práticas envolvidas na prostituição podem confirmar a dominação masculina, mas "em certas circunstâncias podem ser espaços de resistência e de subversão cultural".

É importante ter em conta no debate sobre prostituição/trabalho sexual que pouco se sabe sobre o tema, pois as prostitutas (as putas, como diria Gabriela Leite) são pouco ouvidas, até porque elas têm receio de se identificarem.

O estudo do Parlamento Europeu reconhece que a falta de dados confiáveis sobre prostituição dificulta o debate, vez que não há clareza sobre o funcionamento do mercado da prostituição. Os últimos dados existentes para a Alemanha e a Holanda são de 2007. Não se sabe atualmente o número de prostitutas e de seus clientes, bem como de sua renda e lucros, inclusive dos rufiões.

No Brasil, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas (2011) igualmente demonstra preocupação com a inexistência de dados estatísticos confiáveis relacionados ao tema.

Infelizmente, o debate e as decisões políticas, como as que envolvem tráfico de pessoas, no nível nacional e no internacional, têm sido feitos com base em estimativas, bem como números alarmantes continuam a ser propagados.

Conclusão

O Protocolo de Palermo é fruto de uma negociação entre diferentes alianças, perspectivas e interesses. Estes, em grande parte, mistificados. Passadas quase duas décadas, está cada vez mais claro que a categoria tráfico de pessoas serve a interesses das políticas antimigratórias e de segurança dos países do hemisfério norte, além do interesse na manutenção de programas e projetos criados pelos organismos internacionais.

Mulheres e crianças: grupo qualificado de vulnerável, destinado a ser objeto de proteção, continua a ser excluído e submetido a violação de direitos humanos.

As perspectivas feministas tiveram um papel, ainda que não exclusivo e determinante, na formulação de uma categoria jurídica, que é ambígua. Essa ambiguidade precisa ser desfeita, notadamente pelas feministas do Sul, a partir de estudos independentes, consistentes

e que assegurem a voz e a escuta das pessoas a quem a lei qualifica de vítimas e de vulneráveis.

No Brasil, como em muitos outros países, a pergunta sobre a prostituição como trabalho sexual ou como violência de gênero é uma preliminar que carece de uma resposta da sociedade e do Estado. As instituições acadêmicas, por certo, podem ser o lugar qualificado de pesquisa e de debate amplo e interdisciplinar que tragam subsídios seguros e confiáveis à definição da política pública.

Referências bibliográficas

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal*: parte especial 4. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 81.

BRASIL. Senado Federal. *Relatório Final da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil.* Brasília, 2012.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. “Problematizando o conceito de vulnerabilidade para o tráfico internacional de pessoas”. *In*: ANJOS, Fernanda Alves dos *et al*. (Orgs.). *Tráfico de pessoas*: uma abordagem para os direitos humanos. Brasília: Ministério da Justiça. p.133-153.

DAVIDA, Grupo. “Prostitutas, ‘traficadas’ e pânicos morais; uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o ‘tráfico de seres humanos’”. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 25, p. 153-184, jul.-dez. 2005.

DIAS, Guilherme Mansur. *Migração e crime*: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2014.

EUROPEAN PARLIAMENT. *Sexual exploitation and prostitution and its impact on gender equality*. Brussels, European Union, 2014. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/studies>. Acesso em: 12 maio 2014.

FRISSO, Giovanna M. “Especialmente mulheres: reflexões sobre autonomia individual e a caracterização do tráfico como crime organizado internacional”. *In*: SOUSA, Nair Bicalho; MIRANDA, Adriana Andrade; GORENSTEIN, Fabiana (Orgs.). *Desafios e perspectivas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil.* Brasília: Ministério da Justiça, 2014. p. 84-104.

MEDEIROS, Monique Ximenes Lopes de. *A criminalização da migração internacional das trabalhadoras do sexo e o seu tratamento como vítimas do tráfico de pessoas*: o papel do livre consentimento. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba (UFP), João Pessoa, 2013.

PÉREZ ALONSO, Esteban. *Tráfico de personas e inmigración clandestina*: un estudo sociológico, internacional y jurídico-penal. Valencia: Tirant lo Blanch, 2008.

PHETERSON, Gail. “Prostituição II”. *In*: HIRATA, Helena *et al*. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 203-208.

PISCITELLI, Adriana. “Entre as máfias e a ajuda: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas”. *Cadernos Pagu*, Campinas, UNICAMP, n. 31, p. 29-63, 2008.

______. *Trânsitos*: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

RABBLE.ca. Disponível em: <http://rabble.ca/news/2013/11/memorial-draws-controversy-over-invitation-speaker-janice-raymond>. Acesso em: 13 maio 2014.

REDTRASEX. Disponível em: <http://www.redtrasex.org.ar>. Acesso em: 30 mar. 2014.

SALGADO, Daniel de Resende. “Tráfico internacional de seres humanos, prostituição e vulnerabilidade: análise conceitual e empírica”. *In*: ANJOS, Fernanda Alves dos *et al*. (Orgs.). *Tráfico de pessoas*: uma abordagem para os direitos humanos. Brasília: Ministério da Justiça. p. 279-312.

UNITED NATIONS ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *Travaux préparatoires de las negociaciones para la elaboración de la Convención de las Naciones Unidas contra la Delincuencia Organizada Transnacional y sus Protocolos*. Nueva York: United Nations publication, 2008.

______. *Global report on trafficking in persons* 2012 (United Nations publication, sales No. E. 13.V.1)

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. “Tráfico de pessoas: uma história do conceito”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, p. 61-83, 2013.

Mulheres e tráfico de drogas: pontos de intersecção entre a custódia e o encarceramento em massa

Soraia da Rosa Mendes[1]
Wanda Miranda Silva[2]
Camila de Souza Costa e Silva[3]

1. Introdução

O presente artigo, partindo de uma análise criminológica feminista[4], tem como objetivo compartilhar os estudos em desenvolvimento pelo Grupo de Pesquisa Política Criminal e Direitos Fundamentais (Universidade Católica de Brasília – UCB/CNPq) no âmbito da pesquisa *Mulheres e tráfico de drogas no Distrito Federal*. A hipótese que norteia nossas pesquisas de campo junto à Penitenciária Feminina do Distrito Federal é a de que o sistema de justiça criminal desconsidera as formas de submissão baseadas no gênero (custódia) a que as mulheres estão sujeitas historicamente (tal é a violência doméstica), de modo a produzir decisões que contribuem para o crescimento exponencial do encarceramento feminino por esse tipo de crime ao longo da última década no Brasil. Agregado a isso, verificamos a inexistência de políticas públicas específicas no tocante ao sistema prisional feminino, o que potencializa as violações sofridas pelas mulheres dentro dessas instituições totais.

Desde muito tempo, nos ensina Norberto Bobbio que a liberdade e a igualdade não são um fato, mas, em verdade, um ideal a ser perseguido. Não são, como nos ensina o filósofo, uma existência, mas um valor. Não são um ser, mas um dever ser. Em suas palavras (2004, p. 29),

---

[1] Doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade de Brasília.

[2] Pesquisadora em Política Criminal e Direitos Fundamentais – CNPq/UCB. Advogada.

[3] Pesquisadora em Política Criminal e Direitos Fundamentais – CNPq/UCB. Graduanda em Direito pela Universidade Católica de Brasília.

[4] Segundo Mendes (2014), a criminologia feminista significa um giro epistemológico, que exige partir da realidade vivida pelas mulheres (sejam vítimas, rés ou condenadas) dentro e fora do sistema de justiça criminal. Desse modo, as relações de gênero não podem ser concebidas como mais um dado ou “um novo ingrediente” nos estudos criminológicos, mas, sim, como o elemento principal que determinado por um conjunto de condições que a autora denomina de custódia, como veremos no decorrer deste artigo.

> enquanto teorias filosóficas, as primeiras afirmações dos direitos do homem são pura e simplesmente a expressão de um pensamento individual: são universais em relação à sua eficácia, na medida em que se dirigem a um homem racional fora do espaço e do tempo, mas são extremamente limitadas em relação à sua eficácia, na medida em que são (na melhor das hipóteses) propostas para um futuro legislador.

De fato, contraditoriamente a todo o arcabouço legislativo que já possuímos, no Brasil (e de resto em muitos outros países do mundo, assolados, como o nosso, pela onda punitiva difundida pelos "pensadores" da segurança internacional), ainda estamos muito distantes do almejado. E a precariedade do sistema carcerário e a política de encarceramento em massa decorrente da "guerra às drogas", em especial no que toca às mulheres, é um ótimo exemplo disso.

Não nos faltam leis. No Brasil, a Constituição Federal prevê uma série de direitos fundamentais, muitos dizentes especialmente às mulheres no cárcere. Temos, além disso, no terreno infraconstitucional, a Lei de Execução Penal (LEP), a lei que garante o direito de amamentação para a mulher presa e seu filho (Lei 11.942/2009), a Resolução do CNPCP sobre amamentação (Resolução CNPCP 3, de 15.07.2009) com orientações específicas sobre as necessidades das mulheres encarceradas. Ademais, no âmbito internacional, há a Convenção de Belém do Pará e também as Regras de Bangkok. Estas últimas aprovadas pelas Nações Unidas em 2010, cujo principal objetivo é garantir que as mulheres presas e seus filhos possam preservar seus direitos enquanto elas cumprem suas penas. Além disso, o Ministério da Justiça acaba de instituir a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), por meio de uma portaria interministerial publicada no Diário Oficial da União ainda em janeiro deste ano de 2014.

Como dissemos, não nos faltam leis. Falta-nos que o sistema de justiça penal cumpra as mesmas e, mais profundamente, ultrapasse os limites de uma cultura jurídica androcêntrica que, por suposto, desconsidera especiais condições das mulheres nos diferentes momentos em que é ré e condenada.

Conforme Elida Séguin (2011), *o vulnerável é aquele que está na parte de baixo da gangorra, do lado mais fraco da relação.* Não organizados, ou duramente vigiados (tal como ocorre com os/as encarcerados/as), os/as vulneráveis encontram enormes dificuldades de exigir do Estado um tratamento condizente com o previsto em lei, na Constituição e nos compromissos internacionais dos quais este mesmo Estado é signatário (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

Consideramos as mulheres encarceradas um grupo vulnerável, posto que o tratamento dispensado às mesmas seja, enquanto ré, seja como condenada, parte de uma política de custódia. Ou seja, de um conjunto de estratégias capazes de reprimir, vigiar e encerrá-las, mediante mecanismos de exercício de poder do Estado, da sociedade, e da família (MENDES, 2014, p. 113).

Em nossa concepção, o tratamento desumano e degradante dispensado às presas concretiza-se a partir de uma série de sujeições baseadas no sistema sexo-gênero[5]. E nos atrevemos, ainda que de forma incipiente, a afirmar que a sanha punitiva expressa no atual tratamento dispensado ao crime de tráfico de drogas, no que diz respeito às mulheres, também é o início, o meio e o fim de uma política criminal androcêntrica que desconsidera a condição de vulnerabilidade em razão da violência de gênero, em particular, da violência doméstica e familiar.

2. A expansão punitivista e a guerra às drogas no Brasil

Visivelmente há uma tendência punitivista mundial que, refletindo sobre a atividade legislativa brasileira, principalmente a partir da década de 1990, ampliou as formas de criminalização, com a criação de inúmeros novos tipos penais (CARVALHO, 2010b). É esse o caso da Lei 11.343/2006, a Lei Antidrogas, cuja edição só veio a agravar o quadro geral de encarceramento.

Para que se tenha uma ideia, segundo dados consolidados por Salo de Carvalho (2013), relativos ao primeiro semestre de 2012, os efeitos diretos da política de drogas brasileira nos mostram que:

> (a) 24,37% da população carcerária nacional foram condenados pelo art. 33 da Lei 11.343/06 – em 2009 correspondia a 18,05%;

[5] Joan Scott define o gênero tanto como o elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas distinções que diferenciam os sexos, assim como uma forma primária de relações significantes de poder. Enquanto elemento constitutivo, o gênero pressupõe a construção social dos indivíduos que se relaciona à ideia de mulher e de homem. Nessa construção, é de vital importância a difusão de símbolos culturalmente disponíveis que agregam representações múltiplas sobre o feminino e o masculino. Os símbolos, dotados de uma ideia de permanência intertemporal, são interpretados e introduzidos através de conceitos normativos, tais como os encontrados nas doutrinas religiosas, nas práticas educacionais e nas leis. Como forma primária de relações de poder, por sua vez, o gênero é um campo primário no qual, ou mediante o qual, se articula o poder. Ou seja, o gênero tem sido uma forma habitual de facilitar a significação do poder. O gênero se dissolve na conceitualização e constituição do próprio poder (MENDES, 2014, p. 86).

(b) 22,73% da população carcerária masculina foram condenados pelo art. 33 da Lei 11.343/06 – em 2009 correspondia a 15,73%;

(c) 65,04% da população carcerária feminina foram condenados pelo art. 33 da Lei 11.343/06 – em 2009 correspondia a 48,31%;

(d) Em comparação com o roubo qualificado, a prevalência do encarceramento foi invertida em 2010: em 2007, o número de encarcerados pelo art. 33 da Lei de Drogas correspondia a 17%, e de presos pelo art. 157, §2° do Código Penal a 23%, índices transpostos na mesma proporção. Ou seja, em 2010, 23% da população carcerária derivavam da imputação de tráfico e 17% de crimes patrimoniais violentos.

O que se percebe é que o modelo proibicionista encontrou formas legais de segregar certos sujeitos considerados indesejados e problemáticos, pois, como desde muito nos ensina Baratta (2002, p. 172),

> é na zona mais baixa da escala social que a função selecionadora do sistema se transforma em função marginalizadora, em que a linha de demarcação entre os estratos mais baixos do proletariado e as zonas de subdesenvolvimento e de marginalização assinala, de fato, um ponto permanentemente crítico, na qual, à ação reguladora do mecanismo geral do mercado de trabalho se acrescenta, em certos casos, a dos mecanismos reguladores e sancionadores do direito. Isto se verifica precisamente na criação e na gestão daquela zona particular de marginalização que é a população criminosa.

De fato, como pontua Salo de Carvalho (2010b, p. 153),

> a realidade da punição na estrutura jurídica brasileira constitui-se por assumir, sem pudores, a posição de que determinadas pessoas simplesmente não servem, são descartáveis, não merecem qualquer dignidade, são desprezíveis e por isso serão oficialmente abandonadas [...].

O sistema carcerário é a ponta de um iceberg que demonstra a reprodução do modelo de grandes desigualdades sociais dos países latino-americanos. Direitos fundamentais de indivíduos de setores sociais desfavorecidos economicamente são ignorados de forma recorrente pelo Estado, com a justificativa da defesa do "interesse comum", em detrimento dos interesses daqueles que estão no poder (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

Para que se comprove tal realidade, basta que recorramos aos dados do Ministério da Justiça. Note-se que no ano de 2012, os pardos representavam 43,7% dos detentos, seguidos por 17% de negros, 35,7% de cor branca, 0,5% os de raça amarela e os indígenas 0,2%. Outras raças e etnias representavam 2,9%. Jovens entre 18 a 24 anos representavam a maioria nas penitenciárias no mesmo ano (29,8%). Dos 25 a 29 anos, a taxa foi de 25,3%; 19,1%

tinham entre 30 e 34 anos; 17,4% entre 35 e 45 anos; 6,4% entre 46 e 60 anos; 1% acima de 60 anos; e 1,2% não informaram.

Ou seja, no Brasil, os/as que "possuem" um comportamento desviante são, na sua maioria, jovens afrodescendentes, pobres e de baixa escolaridade. Estes/as são a maioria, portanto, nas estatísticas da prática de crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas. São os/as já vulnerabilizados/as pelo sistema econômico e social excludente, racista e sexista, os/as segregados/as pela máquina estatal pelo eficiente trabalho de seleção que inicia com a atividade legislativa e perpassa todo o sistema de justiça criminal.

Conforme recente reformulação da metodologia de pesquisa das estatísticas do sistema carcerário apresentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nosso país tem a terceira maior população carcerária do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e China, tendo, portanto, ultrapassado a Rússia em número de submetidos/as ao controle penal[6].

Seja como ocupante do terceiro ou do quarto lugar no *ranking*, o fato é que o Brasil é um dos países que mais segrega no mundo. Encarceram-se aqui, em termos relativos, 7,3 vezes mais que a média mundial. No período de 1997 a 2012, a população carcerária no resto do mundo teve um crescimento de 30%. Nossa taxa foi de 221,2% no mesmo período, segundo dados do Ministério da Justiça.

Como apontam os dados do International Centre for Prison Studies (ICPS), da Universidade de Essex, entre 2003 e 2013, a população carcerária do Brasil cresceu 71,2%, contra 8% da média dos demais países. Ou seja, a população carcerária do Brasil passou de 285 mil para 548 mil em 10 anos.

Em 2003, o país ocupava a 73ª posição no *ranking per capita* das nações com mais presos, com 160 a cada 100 mil habitantes. A média mundial era de 164. Em 2013, o Brasil subiu 26 posições, ocupando o 47º lugar. O índice mundial é de 177 presos por 100 mil habitantes, o brasileiro é de 274. A população carcerária brasileira é 55% maior do que a média global.

Nesse contexto, há um déficit de vagas no sistema prisional, considerando que o crescimento da população carcerária foi muito superior à criação daquelas. Segundo dados do CNJ o déficit atual de vagas no sistema é de 354 mil vagas. E o mais espantoso é que, de

6 Segundo dados do CNJ, a população carcerária brasileira é de 711.463 presos, levando em conta 147.937 pessoas em prisão domiciliar. De acordo com os dados anteriores do CNJ, que não contabilizavam prisões domiciliares, em maio deste ano a população carcerária era de 563.526.

acordo com o Banco Nacional de Mandados de Prisão, existem 373.991 mandados de prisão em aberto. Isto é, a população prisional pode chegar a mais de 1 milhão de pessoas.

Como já dissemos em outro lugar (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014), não fazemos eco aos argumentos simplórios de que a ampliação do número de vagas no sistema prisional deva ser o norte da política nesse setor. Pelo contrário, compreendemos que o problema central se encontra em uma política criminal seletiva e violadora de direitos e garantias fundamentais. Entretanto, causa espécie o quão pouco se investe em melhorias que, no caso feminino, demandam, sim, a construção de estruturas prisionais novas e adaptadas para gestantes, parturientes, lactantes e crianças.

Sublinhamos que o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), coordenado pelo Ministério da Justiça, e instituído pela Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, tem a finalidade de proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades e programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário brasileiro. Entretanto, como mostra o quadro abaixo, tem sido pouco o investimento neste setor.

Orçamento Geral da União – 2001/2012*
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN
Valores Correntes

Ano	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Pago	RP Pago	TOTAL PAGO	TOTAL PAGO/AUTORIZADO %	TOTAL DE RP A PAGAR
2001	238.295.914,00	288.295.914,00	265.239.053,06	217.697.427,14	40.205.592,75	257.903.019,89	89,46%	-
2002	208.585.088,00	308.757.559,00	132.624.538,20	75.072.638,31	46.758.568,17	121.831.206,48	39,46%	-
2003	217.532.429,00	216.032.429,00	121.410.415,64	74.310.668,19	36.743.099,73	111.053.767,92	51,41%	54.819,86
2004	202.179.835,00	166.157.349,00	146.133.512,56	110.911.541,04	40.818.773,76	151.730.314,80	91,32%	6.225.122,14
2005	272.012.827,00	224.098.871,00	158.564.718,39	78.887.772,19	21.009.749,10	99.897.521,29	44,58%	17.676.428,15
2006	175.490.357,00	364.252.144,00	303.490.674,69	119.568.775,39	75.737.441,59	195.306.216,98	53,62%	11.063.162,58
2007	211.984.807,00	430.939.081,00	201.107.528,78	39.204.215,98	188.621.588,93	227.825.804,91	52,87%	2.276.866,06
2008	205.998.381,00	574.766.381,00	226.682.661,85	19.701.991,23	65.513.326,94	85.215.318,17	14,83%	96.014.596,10
2009	230.761.134,00	219.091.484,00	101.278.953,90	26.414.734,92	206.978.373,15	233.393.108,07	106,53%	82.084.544,34
2010	254.580.305,00	252.848.591,00	90.439.163,53	24.513.411,41	88.602.542,58	113.115.953,99	44,74%	64.914.161,16
2011	269.922.925,00	269.922.925,00	91.228.001,61	29.973.234,86	61.387.951,60	91.361.186,46	33,85%	58.342.344,21
2012*	435.267.845,00	791.034.755,00	416.439.514,27	25.714.577,97	66.071.797,26	91.786.375,23	11,60%	37.864.407,12
TOTAL	2.922.611.847,00	4.106.197.483,00	2.254.638.736,48	841.970.988,63	938.448.805,56	1.780.419.794,19	43,36%	37.864.407,12

Fontes: SIAFI/Siga Brasil – Elaboração: Contas Abertas

Investe-se pouco e mal, e enquanto isso, violações aos direitos humanos são comuns em decorrência da superlotação, de condições insalubres, de desrespeito à garantia constitucional de que a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do/a apenado/a.

Ainda mais grave é a situação de vulnerabilidade das mulheres, visto que a maior parte das detentas é composta por mulheres pobres, com baixa escolaridade e que, muitas, foram vítimas de violência em algum momento de suas vidas. Mulheres objeto dos múltiplos braços do sistema de custódia que as vigia, reprime e, por fim, também as encarcera (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

3. O encarceramento feminino e a custódia

Para compreender o encarceramento feminino em todas as suas nuances, é preciso, antes de tudo, recorrer à história, e com esta análise perceber que as mulheres são, e sempre foram, objeto de um sistema de custódia que as encarcerou ao longo dos tempos em casa, nos conventos, depois nos manicômios e, hoje, nos presídios (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

Não se trata de estabelecer uma estreita relação entre os estabelecimentos prisionais atuais com as formas de confinamento feminino ao longo dos tempos, em termos de sua estrutura física e de titularidade do poder punitivo. Por outro lado, privar alguém da liberdade de locomoção em decorrência da prática de algo "indesejável" é o que consubstancia o conceito de prisão, em qualquer tempo e lugar (MENDES, 2014, p. 140).

Trata-se, então, de visibilizar que as formas de tratamento dispensado à mulher sempre foram a de cercear sua liberdade em diferentes espaços de "melhoramento", ou mais propriamente, de "redirecionamento" ao seu papel de gênero. Para tanto, basta mencionar como exemplo o fato de que muito do trabalho realizado pelas presas é manual, de práticas artesanais que, ao fim, pouco ou em nada contribuirão para sua reinserção no mercado de trabalho quando egressas.

A história nos mostra (mais que isso, comprova) que, em séculos, diferentes instituições serviram de cárcere para as mulheres. E que considerá-las como locais de

encarceramento de determinados grupos considerados perigosos é uma opção ideológica que varia de acordo com o que, ou quem, se pretende visibilizar (MENDES, 2014, p. 142)[7].

Para as mulheres, ao longo dos tempos, a casa, o convento, o manicômio e a prisão sempre foram locais de confinamento. Instituições totais, assim definidas por Goffman (1999, p. 11)[8], como "um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada". Um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal, como que a "estufa para mudar as pessoas" (GOFFMAN, 1999, p. 22).

A ideologia em relação à mulher sempre foi a de custodiá-la, ou seja, de reprimi-la, vigiá-la e encarcerá-la – no público e no privado –, mediante mecanismos de exercício de poder do Estado, da sociedade, de forma geral, e da família. Uma política multifária em atores e formas de atuação, mas monolítica no que tem de vigilante, perseguidora, e repressiva (MENDES, 2014, p. 213).

Lembremos que, assim como na Europa, na sociedade colonial brasileira, a reclusão feminina, à época, nos conventos, era um recurso utilizado para aquelas que insistissem em permanecer surdas ao discurso disciplinador. As instituições de reclusão funcionavam, portanto, como dispositivo de dominação masculina nos conflitos familiares (MENDES, 2014, p. 152). Daí porque talvez seja o *know-how* adquirido pela Igreja na administração dos

---

7 Para melhor compreensão dos discursos justificadores das diferentes formas de encarceramento feminino e o projeto de custódia que foi instalado no final da Idade Média e existente até os dias atuais com o fortalecimento de cárceres, a constituição dos carcereiros e a imposição do trabalho como forma de "melhoramento" de um grupo considerado perigoso, indicamos a leitura de *Criminologia feminista*: novos paradigmas (2014).

8 Como nos ensina Goffman, as instituições totais podem ser enumeradas em cinco agrupamentos, quais sejam: um primeiro, no qual estão as instituições criadas para cuidar de pessoas consideradas incapazes e inofensivas (casas para idosos, órfãos ou indigentes); o segundo grupo, no qual estão os locais destinados para cuidar de pessoas consideradas incapazes para cuidar de si mesmas e que são uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional (sanatórios, manicômios, hospitais); o terceiro segmento é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais (cadeias, penitenciárias, campos de concentração); o quarto é composto por instituições destinadas a realizar tarefas de trabalho (quartéis, escolas internas, campos de trabalho); e o quinto, no qual estão os estabelecimentos destinados ao refúgio do mundo (mosteiros, conventos). Goffman deixa claro que esta classificação não é exaustiva, e que não tem uso analítico imediato. Ela tão somente fornece uma definição a ser tomada como ponto de partida, de maneira que definir uma instituição total depende de seu enquadramento em diferentes características gerais. Neste sentido, de tudo o que se pode recolher na literatura nacional e estrangeira, os conventos femininos pós-século XIII se enquadram muito mais no terceiro tipo, do que no quinto onde estão hoje classificados (MENDES, 2014, p. 142). Na historiografia são muitas as menções aos conventos como locais de encarceramento. Não eram somente como locais de expiação de culpas, mas de cumprimento de penas de caráter perpétuo, sustentadas em uma compreensão de crime e do agente criminoso e da periculosidade (MENDES, 2014, p. 143).

conventos explicativo do fato de que, nos países latino-americanos, a iniciativa de criar centros de detenção femininos, no século XIX, tenha provido de grupos religiosos[9].

Conforme o “entendimento científico” predominante, as mulheres criminosas não necessitavam de uma estrutura rígida e militarizada como a existente para o encarceramento dos homens. Elas precisavam de um ambiente “amoroso” e “maternal”, pois eram percebidas como vítimas da própria debilidade moral, de sua falta de racionalidade e inteligência.

A concepção de que o “caráter feminino” era mais fraco do que o masculino, e a de que as mulheres precisavam ser “protegidas” (custodiadas) contra as tentações estava internalizada entre autoridades religiosas e estatais. De modo que as prisões femininas guiavam-se pelo modelo casa-convento. As presas eram como que “irmãs desgarradas” que precisavam de bons exemplos e de trabalhar em tarefas próprias de seu sexo, tais como costurar, lavar e cozinhar.

A administração penitenciária feminina sob a coordenação de ordens religiosas foi algo recorrente até meados do século XX, o que corrobora o entendimento de que a noção de *crime*, *criminoso* e *pena* não se coaduna com o processo de transformação econômica que vem do século XVI até praticamente nossos dias. Para as mulheres, há algo mais.

Como registra Aguirre, ao lado das penitenciárias instituídas a partir do início do século XX, também estavam em funcionamento o que se poderia, em suas palavras, chamar de “casas de depósito”. Essas “incluíam não só prisões para mulheres julgadas ou sentenciadas, mas também casas correcionais que abrigavam esposas, filhas, irmãs e criadas de homens e classe média e alta que buscavam castigá-las ou admoestá-las” (AGUIRRE, 2009, p. 51).

De tudo o visto, é possível perceber que para as mulheres, sempre existiu um sistema penal aparente e um sistema penal subterrâneo[10]; que a mera “adaptação” de espaços para que sirvam de “depósitos de mulheres” sempre foi a regra quanto ao sistema prisional feminino; e que as transgressoras sempre foram vítimas de penas públicas e privadas, de castigos, de

---

[9] Como anota Carlos Aguirre (2009), por exemplo, as irmãs do Bom Pastor, congregação muito ativa na administração de prisões de mulheres no Canadá e França, foram também as administradoras das primeiras casas de correção de mulheres em Santiago do Chile (1857), em Lima (1871) e em Buenos Aires (1880).

[10] Segundo Lola Aniyar Castro, o sistema penal subterrâneo precisa ser analisado em profundidade a fim de se encontrarem seus diferentes matizes e descobrirem suas próprias manifestações (2010, p. 70), pois opera nos diferentes níveis do sistema social (2005, p. 128). Ou seja, ele atua tanto nos mecanismos de controle formal, quanto nos de controle informal. E aparece tanto nos conteúdos como nos não conteúdos do controle social. Assim, enquanto o sistema penal aparente formula expressamente o que é “mau“ nas leis incriminadoras, é o sistema penal subterrâneo que decretará o que é “bom”. E, consequentemente, quem são os “bons” do sistema social.

critérios de condenação jurídicos e extrajurídicos fundados ao mesmo tempo no papel de gênero que deveriam representar e na invisibilização das necessidades decorrentes de sua condição feminina (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

Acreditamos que a custódia é o que articula o que está dentro e fora do sistema penal, e que este, na execução, tolera a existência de um “sistema subterrâneo”, o qual até hoje vige em relação às mulheres encarceradas (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

4. Intersecções entre a custódia e o encarceramento em massa

Como já dissemos anteriormente, no Brasil investe-se pouco e mal na infraestrutura do sistema carcerário, sendo ainda mais alarmante a situação dos estabelecimentos femininos. E que, enquanto isso, a população carcerária só faz crescer.

Em 2007 foi elaborado o *Relatório sobre as mulheres encarceradas no Brasil*[11], no qual foi registrado o tratamento cruel, desumano, degradante e discriminatório ao qual as presas são submetidas. Nos termos do *Relatório*, as propostas de políticas públicas de expansão física do sistema se voltam somente para o sistema masculino, o que também contribui para violações de diversos direitos das mulheres encarceradas. Conforme o *Relatório*,

> (...) entre as violações de direitos humanos comuns aos presos e presas sob a tutela do Estado brasileiro, destacam-se subprodutos dessas violações que se agravam no universo feminino dos cárceres. São violações de gênero que ocorrem no cenário de graves violações, as quais são intensificadas no caso das mulheres, colocando-as, de forma diferenciada e específica, em risco e violando a integridade física, psíquica e emocional das mulheres que cumprem penas ou aguardam julgamento nas instituições oferecidas pelo Estado.

Infelizmente, de 2007 até os dias atuais, nada mudou na realidade descrita pelas organizações da sociedade civil, a não ser o fato de que, nos últimos cinco anos, mais de 15 mil mulheres foram presas, em sua maioria esmagadora pela acusação de tráfico de drogas (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

[11] O *Relatório sobre as mulheres encarceradas no Brasil* (2007) foi uma iniciativa da sociedade civil através das organizações Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL), Associação Juízes para a Democracia (AJD), Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITCC), Pastoral Carcerária Nacional (CNBB), Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Centro Dandara de Promotoras Legais Populares, Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD), Comissão Teotônio Vilela (CTV) e o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM).

Naquela época, 40% das presas eram envolvidas em casos acusadas por tráfico de drogas. Hoje são 65%. Mas, ainda como antes, muitas delas, sofrem a acusação e são sentenciadas por serem flagradas ao tentar entrar nas penitenciárias para levar drogas para os companheiros, namorados, maridos presos (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

Conforme dados recolhidos no InfoPen (2012), em números arredondados, das quase 30.000 mulheres presas,13.000 são jovens, com idades que variam de 18 a 29 anos). Dezessete mil são afrodescendentes (negras e pardas). Suas penas ultrapassam os quatro anos, e, na maioria dos casos, são condenadas por envolvimento com tráfico de drogas. Conforme análise dos dados, das 19.000 condenadas, 15.000 foram por tráfico, ou seja, muito mais da metade de todas as sentenciadas.

Ocorre que muitas, senão a maioria dessas condenações dirigidas às mulheres, não atingem mais do que as chamadas "mulas" do tráfico (isto é, aqueles indivíduos que estão nos extratos menos importantes das associações criminosas) e as esposas, companheiras, namoradas que são presas ao tentar levar drogas para seus parceiros dentro do sistema prisional masculino.

Com relação a essas últimas (as ditas "apaixonadas", "pseudo" responsáveis pelo "mercado" de drogas no sistema prisional), sustentamos a hipótese de que seu envolvimento em tentativa de ingresso com entorpecentes em estabelecimentos penais muitas vezes deriva de um histórico de violência sofrida de parte daquele próprio companheiro que a coage (não necessariamente por agressões físicas) a manter com ele os vínculos de afetividade traçados pelo relacionamento (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

Não desconhecemos o fato de que a afetividade pode, sim, ter um peso fundamental para que uma mulher decida se arriscar e ingressar em um estabelecimento penal com drogas para seu companheiro. Refutamos, todavia, o discurso fácil e marcadamente sexista de que é este "caráter mais emocional", "romântico" e, portanto, feminino, que as move (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

Por outro lado, rechaçamos também, e já são muitas as pesquisas a demonstrar isso, que sejam elas as responsáveis pelo abastecimento do sistema com drogas ilícitas. Tema este que, infelizmente, foge, no tempo e espaço de artigo, a possibilidade de maiores discussões.

Estamos aprendendo, nós, estudiosos/as do Direito, a duras penas, com outras áreas do conhecimento, que existem "n" razões que explicam a manutenção de uma relação, por mais violenta que se apresente. Entendemos, enfim, que existe um ciclo da violência, o qual já é difícil de ser rompido em situações em que mecanismos protetivos, como os advindos da Lei

Maria da Penha, podem ser acionados; que se poderá falar no ”mundo do crime”? (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

Compreender o contexto social, cultural, e principalmente, familiar envolvendo uma “tentativa de tráfico de drogas” em situações como a que estamos descrevendo, é fundamental para (re)pensar uma política criminal centrada no etiquetamento a partir de uma análise quase mecânica da legislação em relação ao fato descrito na denúncia.

À toda vista, a condenação a penas altas e em regime inicialmente fechado, em casos envolvendo a entrada ou tentativa de entrada com drogas em áreas de segurança, não é o reflexo de uma política criminal reconhecedora das peculiaridades que envolvem as mulheres em situação de violência no mundo das drogas. Tais medidas não reduzem a criminalidade (se é que se pode falar em criminalidade nesses casos).

5. Considerações finais

Em nossa perspectiva de análise, embora ainda em fase inicial de nossas pesquisas, compreendemos que os processos de criminalização das mulheres desconsideram as peculiaridades de sua especial situação de vulnerabilidade quando, especialmente, vítimas de violência doméstica e familiar. A família não é somente o núcleo primário de agregação e convivência, mas, também, das relações de poder (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

Concordamos com Lola A. Castro (2010, p. 70) que a opressão não se reduz às condições materiais de vida, ao funcionamento das instituições ou às ideologias. As repressões se estendem a todas as instâncias, a todos os níveis, incluindo os da vida sexual e afetiva. E isso precisa ser considerado em um contexto secular de opressão das mulheres mediante uma pedagogia que a vigia, reprime e encarcera em todos os sentidos de sua existência, ou seja, que a custodia.

A análise dos processos de criminalização exige reconhecer este fato para que as mulheres flagradas em tentativas de ingresso em presídios com drogas ilícitas não sejam levadas ao cárcere, mas submetidas a outras espécies de sanções (alternativas).

De outro lado, também é preciso que as condições de encarceramento, em situações em que se faça necessário, não ultrapassem a indignidade inerente ao próprio cerceamento da liberdade. Creches, berçários, acesso regular a exames preventivos de câncer, médicos ginecologistas, efetivo direito à visita íntima, e tantos outros requisitos mínimos condizentes

ao feminino precisam ser objeto de uma política efetiva destinada às presas (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

É neste sentido que pensamos ser possível, a partir de nossos estudos e pesquisas que seguem em curso, propor um outro modelo político-criminal no qual sejam consideradas as especificidades das mulheres, tanto no momento em que é ré, quanto naquele em que é condenada (MENDES, SILVA; COSTA E SILVA, 2014).

Referências bibliográficas

AGUIRRE, Carlos. "Cárcere e sociedade na América Latina". *In*: MAIA, Clarissa Nunes *et al*. (Orgs.). *História das prisões no Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 35-77.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas*: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: UnB, 1993.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. *Criminología de los Derechos Humanos*: criminologia axiológica como política criminal. Buenos Aires: Del Puerto, 2010.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e Crítica do Direito Penal*: introdução à Sociologia do Direito Penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BASTOS, Marcelo dos Santos. "Da inclusão das minorias e dos grupos vulneráveis: uma vertente eficaz e necessária para a continuidade da ordem jurídica constitucional". *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, São Paulo, n. 8, p. 39-69, jul.-dez. 2011.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. InfoPen, dez. 2012. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=& params =itemID=%7BD82B764A-E854-4DC2-A018450D0D1009C7%7D;&UIPartUID= %-7B2868BA3C-1C72-4347-BE11- F4CA26F770B26%7D>. Acesso em: 16 maio 2014.

CARVALHO, Salo de. *O papel dos atores do Sistema Penal na Era do Punitivismo* (O exemplo privilegiado da aplicação de pena). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010a.

______. "Substitutivos penais na era do grande encarceramento". *In*: GAUER, Ruth Maria Chittó. *Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos II*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010b. p. 146-171.

CARVALHO, Salo de. *Política de drogas*: mudanças e paradigmas (nas trincheiras de uma política criminal com derramamento de sangue: depoimento sobre os danos diretos e colaterais provocados pela guerra às drogas). 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/6626475/Politica_de_Drogas_Mudancas_e_Paradigmas>. Acesso em: 20 maio 2014.

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL (CEJIL) *et al*. *Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil*, fev. 2007. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatório-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe. *História da vida privada*: da Europa feudal à Renascença. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FIGUEIREDO, Ivanilda; NORONHA, Rodolfo Liberato de. “A vulnerabilidade como impeditiva/restritiva do desfrute de direitos”. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, n. 4, p. 129-146, jul.-dez. 2008.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista*: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Soraia da Rosa; SILVA, Wanda Miranda; COSTA E SILVA, Camila de Souza. “Mulheres, prisão e violência: uma análise sobre os reflexos de uma política criminal androcêntrica”. *In*: ALVES, Cândice Lisboa. Vulnerabilidades e Invisibilidades sob a Perspectiva dos Direitos Humanos. Belo Horizonte: Plácido, 2014 (no prelo).

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). 1948. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 15 maio 2014.

TREVIZAN, Ana Flávia; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. *Diferenciação entre minorias e grupos vulneráveis*. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2319/1814. Acesso em: 13 maio 2014.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

A "eficácia" da Lei Maria da Penha sob diferentes perspectivas

Lourdes Maria Bandeira[1]
Tânia Mara C. Almeida[2]

Introdução

O cenário político desenhado no Brasil após o restabelecimento do regime democrático e a atual Constituição (1988) fez emergir mudanças no binômio Estado – Sociedade (CORTES, 2013). Em meio à sociedade civil, configuraram-se organizações e movimentos orientados para obtenção de reconhecimentos, recursos e direitos frente ao Estado. Centrados em especial na ideia de identidade e de uma história comum de opressão, esses movimentos trouxeram à tona temáticas que eram vistas como pertencentes apenas à ordem subjetiva e privada. Eram, tradicionalmente, consideradas demandas pré-políticas ou a-políticas, estando longe de um lugar legítimo na esfera pública – por exemplo, a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

A principal forma das mulheres alcançarem o *status* de relevância social e encaminhar suas demandas particulares foi possibilitada pelo acesso aos códigos jurídicos em sua condição de narrativa mestra das nações modernas. Afinal, a luta por inscrever-se nas leis mostrou-se ser o caminho profícuo de, por intermédio do Estado, certificar a existência de cada grupo de interesse e do seu acolhimento nos fóruns autorizados de disputa (como os tribunais) e nas interações cotidianas informais entre as pessoas comuns. O discurso jurídico nas atuais democracias foi instituído e institui-se com poder de outorgar plenitude ontológica aos grupos, estabelecer regras às suas vidas rotineiras e lançar seus projetos como importantes ao bem de toda a sociedade.

Dentre os múltiplos problemas presentes na sociedade brasileira, com visibilidade a partir das três últimas décadas do século XX, a violência contra as mulheres ocupa hoje um lugar de destaque, e combatê-la, preveni-la e proteger as pessoas agredidas constitui-se uma

[1] Doutora em Antropologia pela Université René Descartes de Paris V (França). Professora da Universidade de Brasília.

[2] Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade de Brasília.

prioridade do Estado brasileiro desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988. Ou seja,

> expressão mais trágica da dominação masculina, a violência contra as mulheres manteve-se tão longe das preocupações públicas e políticas quanto estiveram às mulheres, efetivamente afastadas dessas esferas e sendo tratadas como seres humanos de ‘segunda categoria’. É apenas quando as mulheres lograram-se constituírem como sujeitos na esfera pública [....] que a violência contra elas é revelada e denunciada como flagrante dramático do processo de dominação patriarcal (PORTELA, 2009, p. 31).

A Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, alcunhada por Lei Maria da Penha (LMP), surge nesse contexto e em sintonia com a Constituição Federal e com marcos internacionais sobre a questão (especialmente a Convenção Belém do Pará/1994). Decorrente dos anseios e das mobilizações feministas, hoje é o instrumento legal basilar na erradicação, prevenção e punição da violência doméstica e familiar contra as mulheres no país, bem como um estímulo ao poder público e ao judiciário a não fechar os olhos para esse fenômeno de grande vulto social. A LMP vem provocando mudanças significativas em paradigmas intra e intercampo jurídico, psicossocial, segurança pública e da gestão executiva, assim como nas instituições correlatas a esses campos.

Diante desse cenário, algumas questões sobre a eficácia da LMP se colocam e tomam a centralidade do presente trabalho, a saber:

Quais são às articulações inovadoras e relevantes entre justiça e políticas públicas por meio da LMP, pautando-as por uma base conceitual sob a perspectiva feminista a respeito da multicausalidade e complexidade da vulnerabilidade da mulher frente à violência?

Quais têm sido as articulações por meio de programas e ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República (SPM/PR) junto ao Sistema de Justiça?

Quais são os desafios e pontos que necessitam ser aprimorados na relação “políticas públicas de combate à violência e poder judiciário”?

Violência contra as mulheres: experiência própria de desvalor

A violência contra as mulheres não é recente na história da humanidade. Trata-se de um fenômeno presente nas diversas sociedades antigas e atuais, sendo uma experiência compartilhada coletivamente entre elas apesar das distinções idiossincráticas. Um traço específico atravessa os tempos, conferindo-lhe um perfil próprio, se comparada a outras situações e expressões de violência. A persistência e, muitas vezes, a invisibilidade desse tipo de violência informa sobre a condição de ser humano desigual que é a mulher frente ao

homem, persistente nas sociedades patriarcais, andocêntricas e com fortes características misóginas.

Tal situação fundamenta-se no fato de que a desigualdade é parte de um arraigado sistema supracontextos histórico-culturais, que condicionou as mulheres a uma posição de inferioridade na hierarquia ético-social e ontológica humana. Esse ordenamento patriarcal produziu relações assimétricas e hierárquicas entre homens e mulheres, materializado em interações corriqueiras de força e violência tanto nas relações interpessoais como nas relações sociais. Existe, portanto, um *a priori* que institui as mulheres como seres de segunda categoria em todos os âmbitos da vida íntima, social e política, associando-a a um desvalor que atinge sua dignidade e sua condição de igualdade, submetendo-as aos preconceitos, discriminações, intolerâncias e inviabilizando seus direitos e autonomia de uma vida sem violência (MANSILLA, 2013).

Historicamente, desde os povos antigos gregos e romanos, sobretudo, até bem pouco tempo, acreditava-se ser a mulher menor na escala metafísica e biológica que dividia os seres humanos entre superiores e inferiores. Aos homens, garantia-lhes o direito de exercer a vida pública enquanto, às mulheres, impunha-lhes, de modo subjugado, a procriação e os cuidados do lar. Durante o “Século das Luzes”, a mulher que julgasse se apossar da condição de igualdade entre todas as pessoas, teoricamente estabelecida pela Revolução Francesa, que pretendesse adentrar ao espaço público teria decretada a morte na guilhotina como destino. Foi o que ocorreu com a emblemática feminista Olympe de Gourges, em 1793 (MILAN, 1999). Com a instauração do liberalismo clássico, mesmo no século XX, a separação entre espaço-poder público e privado continuou vinculando as mulheres ao segundo, instituído como espaço naturalizado, fora das decisões gerais, de norma hierárquica patriarcal e familiar.

Enfim, é essa negação da igualdade da mulher na sua condição ontológica, vista como permanente alteridade na ordem patriarcal, a profunda motivação para todos os tipos de violência contra as mulheres. Esse substrato simbólico, não visível de modo explícito e estruturalmente significativo, encontra-se arraigado no imaginário, nas relações interpessoais, subjetividades, instituições (mesmo as modernas), fundamentos religiosos e científicos etc.

No caso brasileiro, em específico, há um mito da não violência fortemente atuante na nossa formação e atravessador do tecido social, o que é um obstáculo à identificação e ao enfrentamento das mais diversas situações violentas no seio das famílias, organizações, crenças religiosas, dentre outros espaços, conforme explicita Chauí (2011, p. 81):

> Há no Brasil, um mito poderoso, o da não violência brasileira, isto é, a imagem de um povo generoso, alegre, sensual, solidário, que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo, que respeita as dificuldades étnicas, religiosas e políticas, não discrimina as pessoas por suas escolhas sexuais etc. (...) falo em mito fundador porque, à maneira de toda *fundatio*, impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa, que não permite o trabalho da diferença histórica e se conserva como perenemente presente (...) Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo. No nosso caso, o mito fundador é exatamente o da não violência essencial da sociedade brasileira e cuja elaboração remonta ao período da descoberta e conquista da América e do Brasil. Em suma, o grande mito que sustenta a imaginação social brasileira é o da não violência.

Para contrapor-se a esse caldo sócio-histórico e cultural patriarcal, a luta das mulheres se direcionou à criação de uma lei que tomasse como seu objeto central o enfrentamento à violência contra a mulher. Assim, o texto da Lei Maria da Penha[3], que resultou do consórcio de Organizações Não Governamentais (ONGs), propôs seu anteprojeto, fundamentou seus princípios no conhecimento que Campos (2011, p. 1) se refere como “Teoria Feminista do Direito”. Dedicada a desenvolver um pensamento crítico sobre as epistemologias jurídicas e as concepções filosóficas da tradição jurídica na Modernidade, rompe com a reprodução de um olhar anulador das mulheres como cidadãs e sujeitos de direitos, ao introduzir novos sujeitos. Ao mesmo tempo, a LPM rompe com duas grandes tradições no campo do direito/jurídico: a) a banalização da violência contra as mulheres (isto é, a negação de seus direitos); b) uma visão punitiva e privativista dos conflitos que envolvem as mulheres, estas “tradições” têm dificultado alterar/mudar padrões no campo do direito civil e penal. Nessa direção cabe enfatizar ainda a resistência em criar os juizados de atendimento às mulheres. Tal resistência é perceptível, na medida em que há falta de recursos destinados a esse fim, assim como pelo acúmulo de processos nessa área.

Por provocar desafios, a LMP é considerada subversiva e vanguardista em vários aspectos: sob seu abrigo estão todas as mulheres brasileiras, independentemente de sua orientação sexual, raça, etnia, classe social etc.; todavia, a LMP não descarta a possibilidade de mulheres também serem agressoras; privilegia a expressão “mulheres em situação de violência” para não rotulá-las fixadamente como vítimas; amplia o conceito de violência para além das lesões físicas e sexuais; cria juizado com competência híbrida – civil/familiar e

[3] De modo muito significativo, após a Lei Maria da Penha, um grande número de denúncias de violência doméstica e familiar passa a correr o país, apontando para um profundo processo de mudança na mentalidade de que a família é um espaço de proteção e respeito às mulheres, o que arranha o mito da “não violência”. A propósito, consultar Venturi e Godinho (2013).

penal; trata a violência como problema público interdisciplinar e interinstitucional; dentre vários outros avanços. Como bem sintetiza Barsted (2008, p. 8),

> a Lei Maria da Penha apresenta um conjunto de ações que podem produzir importantes impactos sociais para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres, através de respostas efetivas voltadas para: a) prevenção; b) atenção; c) proteção; d) punição; e) re-educação.

Ao construir uma legislação específica para nortear o tratamento legal da violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil, o feminismo protagonizou uma disputa pelo lugar de autoridade socioético e política até então não reconhecido por juristas tradicionais, uma vez que esta ameaçava a ordem de gênero no Direito e nas dinâmicas das suas instituições representativas.

Evidentemente, as resistências à constitucionalidade da LMP nos primeiros anos de sua vigência e à sua aplicação ainda tentaram impedir a consolidação do novo paradigma por ela apresentado. Inúmeros são os embates constantemente estabelecidos pelo conservadorismo legal (doutrinário e jurisprudencial) e pelos/as seus/suas agentes frente às inovadoras propostas da Lei, empenhando-se para retomar a tradição patriarcal de desvalorizá-las e restringi-las a simples questões pessoais, menores, a-políticas, não públicas, sem a devida relevância para a sociedade em geral.

A LMP está imbuída de potência transformadora, de pedagogia dos modelos sociais que recusam as sociabilidades violentas nas relações interpessoais de intimidade e afeto enquanto padrão natural da domesticidade. Em outras palavras, representa o resultado da luta feminista para que o poder constituído – sobretudo, no campo jurídico, reconheça as mulheres como parte da sociedade que merece ter seus direitos instituídos, efetivados e respeitados para trilhar um caminho rumo à sociedade de maior igualdade e respeito entre os gêneros.

Por fim, para assegurar a eficácia das leis dentro do enquadramento dos Direitos Humanos, tornou-se notória a necessidade de orientar a interpretação jurídica do fenômeno sociocultural “violência contra as mulheres” e da LMP dentro dos propósitos de sua concepção, dos estudos de gênero e dos próprios Direitos Humanos.

A LMP e as políticas públicas voltadas para o sistema de justiça

Lidar com as leis, enquanto instrumentos da Modernidade, diante da variedade de relações sociais em que se articulam sujeitos múltiplos e variadas instituições é um desafio. Articular as diversas posições discursivas de cada sujeito com suas particulares inscrições

sócio-econômico-racial-geracional (dentre outras) e escopos particulares das instituições envolvidas na rede de enfrentamento à violência, implica em alargar as possibilidades do texto normativo em meio a limites e tensões daí decorrentes.

Para tanto, a SPM tem concebido, implantado e gerido um conjunto de ações e programas que visam lidar com a temática em sua complexidade e estabelecer diretrizes a seu respeito na transversalidade das atuações governamentais e dos/as parceiros/as (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013) na gestão de políticas que tocam o sistema de justiça.

Cabe lembrar que a maior parte das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil até a década de 1980 era fragmentada e não fazia parte de um sistema macrossociológico-político, a exemplo da criação do Conselho Nacional de Direito das Mulheres – CNDM (1985) e das Delegacias Especializadas no Atendimento das Mulheres – DEAMs (1985), que não dimensionavam, na época, a magnitude da violência contra a mulher. Concentrou-se em uma atuação policial voltada à área de segurança pública deixando de se articular com outras esferas. Novos esforços foram feitos na segunda metade dos anos 1990, ainda em ações segmentadas.

A atuação da SPM iniciou-se em 2003, com a construção de uma política de combate a esse tipo de violência e, para tanto, estruturou-se de modo interdisciplinar – diversamente das tradicionais instituições e organismos de políticas públicas que nem sempre vinham se mostrando capazes de atuar de maneira eficaz e célere (MARQUES; FARIAS, 2013).

Dentre as secretarias da SPM, destaca-se a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SEV), que se volta para a formulação de políticas de combate e prevenção na área, bem como à assistência e garantia de direitos àquelas em situação de violência; desenvolve, implanta, monitora e avalia programas e projetos desse escopo, diretamente ou em parceria com organismos governamentais de diferentes entes da Federação, Sistema de Justiça e ONGs.

Programas e Ações da SPM

– O *Ligue 180*, Central de Atendimento à Mulher criada em 2005, funciona 24h por dia durante toda a semana, sendo as ligações gratuitas de qualquer município brasileiro, bem

como de Portugal, Espanha e Itália[4]. A partir de 1º de junho de 2014, tornou-se *Disque-180*. Além de receber denúncias de violência, presta informações e orienta as mulheres a buscarem os serviços da *Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência*, registra relatos de funcionamento inadequado dos serviços da rede e sistematiza informações para subsidiar outras políticas públicas. Desde sua criação em 2005 ao ano de 2013, havia realizado mais de três milhões de atendimentos no país.

– A *Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência* foi criada em 2006 e é formada por um conjunto de ações e serviços públicos especializados de diferentes setores (em especial, da assistência social, justiça, segurança pública e saúde), que visam à melhoria da qualidade do atendimento às mulheres. A Rede leva em conta toda a diversidade das mulheres brasileiras em seus aspectos étnico-raciais, regionais, geracionais, orientação sexual, deficiência e inserção social, econômica e regional.

Cabe destacar que, dos serviços da Rede, aqueles que estão no âmbito do sistema de justiça são: Juizados e Varas Especializadas ou Adaptadas, os Núcleos de Atendimento Especializado da Defensoria Pública, as Promotorias e Núcleos Especializados dos Ministérios Públicos Estaduais. Em 2006, ano de publicação da LMP, a Rede contava com 35 unidades de atendimento, sendo 12 Núcleos da Defensoria Pública, 19 Juizados e Varas Especializadas ou Adaptadas e 4 Promotorias e Núcleos Especializados dos Ministérios Públicos.

– Em 13 de março de 2013, foi assinado acordo entre a Presidência da República, por meio da SPM, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais, no âmbito do lançamento do Programa *Mulher: viver sem violência*, que tem na criação da *Casa da Mulher Brasileira* a ação principal. Será construída uma por estado, que oferecerá os serviços relacionados ao enfrentamento à violência contra as mulheres, no mesmo espaço físico: Juizado ou Vara Especializada em Violência Doméstica, Núcleo de Defensoria Pública e do Ministério Público, além da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher e o Atendimento Psicossocial para as mulheres agredidas. A expectativa de funcionamento da primeira Casa será a partir de junho de 2014, no Distrito Federal (http://www.spm.gov.br/).

[4] A missão do *Ligue 180* internacional é diminuir a vulnerabilidade da brasileira emigrante, aproximá-la das políticas públicas nacionais e informá-la sobre os serviços consulares e demais serviços de enfrentamento à violência naqueles países. Desde 2008, a Central atua em parceria com a Polícia Federal.

– Também as unidades móveis constituem um dos eixos estratégicos do programa *Mulher, viver sem violência*, que possibilitará levar a LMP a lugares de difícil acesso por via terrestre e fluvial – essa ação prevê a implementação de um barco para cada estado da região Norte.

Nessa direção, a SPM teve a iniciativa de firmar parceria com o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça, o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, o Conselho Nacional de Defensores Públicos-Gerais, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

Outra ação diz respeito às consequências de uma pesquisa qualitativa realizada com operadores/as do direito, na qual se constatou a necessidade de investir na produção de conteúdos jurídicos para subsidiar a aplicação da Lei. Com base nisso e no âmbito da mencionada Campanha, foi criado um portal na internet (http://www.compromissoeatitude.org.br), que é uma das estratégias para qualificar a atuação dos/as agentes do direito e ser um espaço de referência para obtenção de conteúdos como dados estatísticos, doutrina, jurisprudência, notícias dos órgãos parceiros, divulgação de experiências de atuação profissional etc. Para a seleção dos principais conteúdos do portal foi constituído um Conselho Editorial, formado por representantes dos órgãos parceiros, que se reúnem mensalmente.

Outra ação de relevo foi a criação da Ouvidoria, em junho de 2003. Em uma década de existência já foram registradas aproximadamente 7.000 demandas, sendo que, aproximadamente, 52% são denúncias de violência; destas 41,5% são de violência sexual e 30,8% são relativas a cárcere privado. O número de denúncias sobre tráfico de mulheres chega a 5% do conjunto. A Ouvidoria estabeleceu acordo de cooperação com a Ouvidoria Geral da União, assim como com a Secretária Geral da Presidência. Foi responsável pelo Grupo de Trabalho formado para analisar a proposta do Projeto de Lei que institui o novo Código Penal. Vem atuando em parceria com o Ministério Público e a Polícia Federal no combate ao tráfico de mulheres, além de acolher a repercussão de denúncias de casos emblemáticos de violência contra as mulheres no país.

Advocacy para ampliação da estrutura e resposta aos desafios da LMP

Em 11 de fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou definitivamente os desacordos relativos à constitucionalidade da LMP. Em julgamento histórico e significativa divulgação midiática, o STF decidiu, em unanimidade de seus

integrantes, pela constitucionalidade dos seus artigos 1º, 33º e 41º, afastando definitivamente a Lei n. 9.099/95, que anteriormente abrigava casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, como delitos de menor potencial ofensivo e, portanto, merecedores de menor rigor na punição. A partir de então, em casos de lesões graves decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher, a apresentação da ação penal não mais depende da vítima, podendo o Ministério Público denunciar o agressor, conforme proposta encaminhada pelo Procurador-Geral da República ao STF. Com esse resultado, as ações no âmbito da LMP ganharam maior celeridade, efetividade e possibilidade de monitoramento.

A avaliação e o monitoramento da LMP em nível federal não é uma tarefa fácil. O principal obstáculo refere-se ao fornecimento de dados homogêneos e confiáveis, advindos das diversas instituições responsáveis pela implantação e aperfeiçoamento desta política pública e que se localizam nas 27 unidades federativas. A produção de levantamentos, indicadores e informações oficiais dos serviços, que realmente reflitam o perfil, a dinâmica e os encaminhamentos do fenômeno da violência contra as mulheres, para além das pesquisas de opinião, é fundamental para subsidiar as políticas públicas. Além disso, tais dados podem oferecer traços das diversidades culturais, sociais, raciais e geográficas em cada região do país, de modo a indicar como tornar a política nacional cada vez mais universal, porém específica aos diferentes grupos de mulheres, como por exemplo, aquelas que vivem nos campos, nas águas e florestas, aquelas que são negras, indígenas, lésbicas, jovens, idosas, que se sustentam por meio de diferentes meios produtivos e se locomovem de diferentes formas.

Diante de tal demanda, muitos desafios se colocam, dentre eles:

– Como a LMP se propõe a ser uma lei universal, quais são as dificuldades para integrar os sujeitos de direitos em sua densa multiplicidade (mulheres oriundas do campo, das águas, das florestas, indígenas, quilombolas, idosas, negras?

– Mesmo depois da aprovação da LMP pelo STF, as disputas e as interpelações sobre quem “diz” afirma o direito para as mulheres no interior do sistema de justiça?

– Quem diz qual é a abrangência da LMP em relação ao Código Penal vigente?

– Muitos profissionais do direito tomaram conhecimento da questão da violência quando foram trabalhar com a LMP, sem qualquer capacitação sobre a complexidade da violência contra a mulher.

Têm sido realizados diversos esforços por parte da SPM e dos órgãos parceiros para que seja possível desenvolver linhas internas de sondagens e pesquisas, bem como avaliar o impacto da Lei dentro das próprias instituições e nas interações entre elas, tanto como forma de prevenção quanto de contenção das externalidades negativas. É evidente que outros tipos de monitoramento, sistematizado e aprofundado, também devem ser realizados pela sociedade civil, de modo a devolver às instituições responsáveis *feedbacks* que indiquem correções de rumo, críticas, análises por ângulos diferentes do olhar dos/as gestores/as das políticas e dos/as efetivadores/as da letra da lei, tanto na esfera da segurança pública como da justiça[5].

Também, em 2013, a SPM pôde acompanhar a atuação da justiça criminal a partir de dados levantados em pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Dentre eles, tem-se que, de 2006 até 2011, foram realizados 677.087 procedimentos judiciais nas varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra as mulheres. No cômputo total desses procedimentos, estão inclusos 196.023 inquéritos, 99.891 ações penais e 281.302 medidas protetivas[6]. Com intuito de ampliar esse retrato, está em andamento por parte do CNJ novo levantamento a ser realizado também em varas de competência compartilhada, o qual deverá ser finalizado no segundo semestre de 2014.

No que se refere à implantação do artigo 14º da Lei, que prevê a criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, pesquisa divulgada pelo CNJ em 2013, informa que, desde a entrada em vigor da referida Lei, esta possibilita a criação de estruturas judiciais específicas para o processamento das ações respectivas, totalizando atualmente 66 varas de atendimento no país.

Cabe ressaltar que o esforço na ampliação da estrutura judiciária para implantação LMP contou com a Secretaria de Reforma do Judiciário do MJ que, por meio de ações de efetivação da Lei, investiu 34 milhões para a instituição de 111 juizados, promotorias e núcleos especializados da Defensoria Pública, beneficiando 23 estados e o DF. Esse esforço também encontra amparo na Carta de Boa Vista, formulada no Encontro de Presidentas e Presidentes dos Tribunais de Justiça em 2013, quando definiu como prioridade a

[5] O Observatório da Aplicação da Lei Maria da Penha – Observe (www.observe.ufba.br), formado por ONGs feministas e núcleos acadêmicos de universidades públicas, é um desses exemplos. Manteve-se em atuação expressiva de 2008 a 2011 e contribuiu com pesquisas e análises relevantes para o tema.

[6] Os valores encontrados na pesquisa referem-se exclusivamente aos dados fornecidos pelos Juizados ou Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Não refletem o panorama nacional em que grande parte das demandas é atendida em varas comuns de competência plena ou compartilhada.

especialização de Varas e Juizados competentes no combate à violência contra a mulher e a capacitação dos seus/suas servidores/as e equipes multidisciplinares.

Apesar dos problemas estruturais, em parte justificados pela grande extensão territorial do país, com especificidades regionais e estaduais distintas, a SPM avalia que os órgãos envolvidos na aplicação da LMP vêm continuamente se engajando no enfrentamento à violência contra as mulheres. Fato este que merece ser salientado devido a mudanças positivas na própria visão institucional de cada ator/atriz responsável pela aplicação da Lei. Contudo, colocar em marcha as políticas nesse campo complexo não é nada simples.

Há, ainda, dificuldades da ordem de operacionalidade de determinados termos da LMP que, por exemplo, remetem a noções de “gênero”. Contudo, esta não é uma categoria sócioantropológica uníssona entre as diversas tradições das Ciências Sociais, além de novas acepções estarem sendo produzidas e teorizadas constantemente na sociedade. Isso traz desafios ao entendimento de determinados casos que não envolvem especificamente o conflito entre pessoas que se identificam e são identificadas como homem e mulher. Casos que envolvem sogra e nora, madrasta e enteada, dentre outros, trazem dúvidas em relação à pertinência na LMP e impõem novas lógicas de se autorrecriar ao pensamento jurídico para conseguir captar o dinamismo da história e a consequente mutabilidade das situações de violência.

O fato da violência doméstica e familiar contra as mulheres nem sempre ter o uso da força física presente não tem a materialidade que o direito formal exige como prova de agressão. Afinal, é muito comum que tal violência vá bem mais fundo que uma simples somatória de condutas, implicando em um conjunto de “sociabilidades interpessoais violentas” (MACHADO DA SILVA, 2009). Nesse sentido, não há mecanismos e categorias jurídicas à mão para explicitar nos termos do código penal os diversos tipos de violências elencadas pela LMP, tornando um obstáculo ao seu cumprimento efetivo.

Por fim, há ainda que se encontrar respostas penais e não penais compatíveis com a LMP, de modo a possibilitar que advogados/as, defensores/as públicos e juízes/juízas pleiteiem formas diversas de se lidar com as particularidades das situações de violência. De acordo com Campos (2011), a LMP não criou tipo penal novo e também não disponibilizou alternativas aos tradicionais enquadramentos dos crimes. Ao impossibilitar a aplicação da conciliação, da transação penal e da suspensão condicional do processo, a LMP inviabilizou tais alternativas jurídicas, características danosas da Lei 9.099/95 para resoluções de casos de violência, sem oferecer outras saídas.

Notas conclusivas: a força da LMP

As atuais estatísticas alarmantes de violência contra as mulheres evidenciam, dentre várias motivações para sua ocorrência, maior consciência da população brasileira em recusar a naturalização desse fenômeno, denunciando-o e exigindo responsabilização. Nestes sete anos de vigência da LMP, parcerias têm sido feitas entre organismos setoriais e atores/atrizes em cada esfera de governo, bem como tem havido crescente articulação entre políticas nacionais e locais em diferentes áreas (saúde, justiça, educação, trabalho, segurança pública etc.). Dessas articulações, orquestradas pela SPM e em fina sintonia com os movimentos feminista e de mulheres pelo país, tem-se a possibilidade de se ver a execução de uma política nacional tanto nos autorizados fóruns de disputa, os tribunais, como na boca do povo.

Por isso, pode-se pensar que a LMP tem cumprido com seu potencial discursivo e representacional, que permite validar e inscrever a existência de um sujeito coletivo em sua letra: as mulheres brasileiras. Ainda que os números de sentenças por ela produzidos ou o número de equipamentos para sua aplicação, por exemplo, estejam longe do desejado, sua capacidade para impactar e modelar, com as categorias consagradas juridicamente, a mentalidade das pessoas, o modo de revisarem mitos e comportamentos naturalizados por várias gerações, de discernirem por novas referências o certo e o errado, enfim, de reelaborarem significados para a alteridade e o desvalor encarnados nas mulheres na tradição patriarcal, retratam seu grande avanço. Ao utilizar o entendimento de Segato (2010), afirma-se que está definitivamente em curso a mudança de sensibilidade ética em nossa sociedade.

Enfim, a eficácia da LMP também está ancorada na capacidade de criar representações das quais podem se derivar práticas jurídicas que influenciem a posição dos sujeitos que lidam diretamente com as leis, assim como influenciar as pessoas que possam ser por elas orientadas, balizadas ou reguladas. A lei, percebida no seu poder de propaganda e no seu poder persuasivo da dimensão simbólica, incide na moral, nos costumes e no substrato prejudicial de onde emanam as violências (SEGATO, 2003). Não é mais aceitável que aqueles/as que representam e que respondem pelo Estado respaldem-se na neutralidade, tendo como referente uma ideologia familista ou mesmo arrolando-se o lugar de guardiões/ãs da tão falada, pelo senso comum, célula *mater* da sociedade – a família. No fundo, acabam por contribuir com a reprodução da moralidade patriarcal.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. "A transversalidade de gênero nas políticas públicas". *Revista do Ceam*, v. 2, n. 1, p. 35-46, jan.-jun. 2013. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/9735/7151>. Acesso em: 11 dez. 2013.

BARSTED, L. L. *Aspectos sociais da Lei Maria da Penha*. Brasília, mar. 2008. (Texto apresentado na II Jornada da Lei Maria da Penha, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Reforma do Judiciário/Ministério da Justiça). Disponível no site: <http://wwwh.cnj.jus.br/portal/images/programas/lei-maria-da-penha/ii-jornada/leila_linhares_barsted.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2013.

CAMPOS, C. H. "Razão e sensibilidade: Teoria Feminista do Direito e Lei Maria da Penha" *In*: CAMPOS, Carmen Hein (Org.). *Lei Maria da Penha* – comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CHAUÍ, Marilena. "Ética e violência no Brasil". *Revista* – Centro Universitário São Camilo. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?-a-violencia-marilenachaui.doc&ei=YIflUreHO6bksASAzYDQAQ&usg=AFQjCNGgyUIDQYAyeiJ9EgbIgHb8vHxryw &bvm=bv.59930103,d.eW0>. Acesso em: 11 dez. 2013.

CORTES, Soraya Vargas. "Sociologia e políticas públicas". *In*: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

MACHADO DA SILVA, L. A. "Refundar a polícia ou a sociedade?". *In*: OBSERVATÓRIO da Cidadania. *Diálogos sobre a violência e a segurança pública*: razões e urgências. Rio de Janeiro: Ibase, 2009. (Edição Especial).

MANSILLA, Isabel T. "La violencia de género como vulneración de la dignidad humana: el papel del derecho en la lucha por igual dignidad de la mujer". Disponible en: <http://www.juridicas.unam.mx>. Acceso en: 3 dic. 2013.

MANSILLA, I. T. "La dicotomía público/privado y el liberalismo político de J. Rawles". *Revista de Filosofia Doxa*, Universidad de Castilla, La Mancha, España, n. 4, 2004.

MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

MILAN, B. *O século*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

PORTELA, A P. "Violência contra mulheres: desafios para as políticas públicas?". *In*: OBSERVATÓRIO da Cidadania. *Diálogos sobre a violência e a segurança pública*: razões e urgências. Rio de Janeiro: Ibase, 2009. (Edição Especial).

SEGATO, R L. "La argamasa jerárquica: violencia moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del Derecho". *In*: SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementares de la violencia*: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

______. “El derecho a nombrar el sufrimiento en el derecho”. *In*: ETCHEGOYEN, Aldo (Compilador). *Voces y silencios de la discriminación*: acceso a la justicia. Conferencia 2009. Buenos Aires: El Mono Armado, 2010. (Abordajes).

SILVA, S G. “Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher”. *In: Psicologia*: ciência e profissão, Brasília, v. 30, n. 3, 2010.

VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

Lei Maria da Penha: desafios para a integração de novos sujeitos de direitos

Carmen Hein de Campos[1]

Introdução

Fruto da luta feminista, a Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) é considerada uma das legislações mais importantes do mundo. Conforme a ONU Mulheres, "a Lei Maria da Penha, que cria múltiplos mecanismos, incluindo tribunais especializados e assistência psicossocial para as vítimas, foi posteriormente adotada, em 2006, representando um dos exemplos mais avançados de legislação sobre violência doméstica" (UNIFEM, 2008, p. 97).

Sem dúvida, a criação da Lei Maria da Penha (LMP) representou um avanço enorme na legislação de enfrentamento à violência doméstica e familiar no Brasil. Rompendo com a visão meramente punitivista, a LMP incorporou as perspectivas da prevenção, assistência e contenção da violência, além de criar juizados especializados para o julgamento dos crimes praticados com violência doméstica e familiar.

No entanto, o rompimento da visão "privatista" da violência conjugal e familiar é um desafio, pois interpretações jurisprudenciais e doutrinárias ainda resistem na incorporação do novo paradigma jurídico sobre os direitos das mulheres no âmbito doméstico.

A CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do Congresso Nacional que investigou a violência contra mulheres no Brasil e a aplicação dos instrumentos instituídos em lei para sua proteção[2] concluiu que o estado brasileiro não leva a sério o enfrentamento às violências contra mulheres, por diversas razões. Dentre essas destaco: a insuficiência de recursos para o enfrentamento à violência e de equipamentos destinados à proteção das mulheres; a concentração de serviços nas capitais; a dificuldade de acesso aos serviços por

---

[1] Doutora em Ciências Criminais pela PUCRS. Professora do curso de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade de Vila Velha/ES.

[2] A CPMI foi criada através do Requerimento nº 4/2011, do Congresso Nacional, com o objetivo de "investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência". Disponível em: <http://www.senado.gov.br>.

parte de mulheres que vivem nas zonas rurais, da mata, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, pomeranas; as interpretações judiciais contrárias à Lei Maria da Penha.

Se, por um lado, os critérios de vulnerabilidade e hipossuficiência são importantes norteadores da interiorização e especificidade das políticas públicas, por outro, sua utilização pelo sistema de justiça tem servido a propósitos contrários, isto é, para restringir a aplicação da LMP.

Neste artigo, analisam-se os desafios da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e como os critérios de vulnerabilidade e hipossuficiência que norteiam as políticas são utilizados para limitar o acesso à justiça e à Lei Maria da Penha.

A abordagem volta-se para a análise dos obstáculos que as mulheres pertencentes a grupos sociais distintos (mulheres indígenas, rurais, ribeirinhas etc.) enfrentam para acessar a justiça e a Lei Maria da Penha, os limites das políticas públicas e as recentes interpretações jurisprudenciais que limitam o acesso à LMP a grupos de mulheres consideradas vulneráveis e hipossuficientes. A reflexão tomará como base o resultado da CPMI da Violência contra a Mulher (2014), do Congresso Nacional, e decisões recentes dos tribunais superiores.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: principais desafios

O Relatório Final da CPMI[3] destacou que o país tem avançado na criação de mecanismos institucionais para enfrentar a violência contra as mulheres. No entanto, apontou também a necessidade de que o “Estado brasileiro leve a sério o enfrentamento à violência contra as mulheres, particularmente para reduzir os feminicídios praticados por parceiros íntimos e erradicar a tolerância estatal no procedimento e julgamento desses crimes” (BRASIL, 2013, p. 8).

O enfrentamento à violência contra as mulheres adquiriu caráter nacional com a criação, em 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), o mais importante mecanismo para a elaboração, articulação e execução das políticas para as mulheres.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres começa a se constituir em 2004 com a I Conferência Nacional e o I Plano Nacional de Políticas para as

[3] O Relatório Final da CPMI foi aprovado em 04 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>.

Mulheres. No entanto, será com a elaboração do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Pacto Nacional), em 2007, que ela se torna mais robusta. O Pacto Nacional está sustentado em cinco eixos estruturantes: 1. Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; 2. Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; 3. Garantia de segurança cidadã e acesso à justiça; 4. Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento da exploração sexual e do tráfico de mulheres; 5. Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos. (BRASIL, 2011, p. 27 e ss.).

A execução da política é feita através do Pacto Nacional em parceria com estados e municípios, que ao aderirem ao Pacto, comprometem-se nas ações. Os recursos são transferidos pela SPM/PR através de convênios. Assim sendo, a SPM/PR não apenas coordena as políticas como também repassa recursos a estados e municípios para que esses elaborem e executem as políticas no âmbito de sua atuação (BRASIL, 2013, p. 37; 45).

Com o Pacto Nacional, a política estruturou-se orçamentária e estrategicamente. No entanto, conforme apurou a CPMI,

> o valor médio da dotação atribuída ao conjunto de ações do Programa tem sido módico (25 milhões ao ano), quando se adota como indicador tanto a população-alvo (R$ 0,26 por mulher) quanto ao número de municípios a serem atendidos (R$ 4.637,00 por município). Tomando-se por base não o valor autorizado, mas o efetivamente realizado (pago), o financiamento das ações mostra-se ainda mais deficiente, com valor médio por município da ordem de R$ 2.100,00 (BRASIL, 2013, p. 102).

Como se nota, um dos aspectos centrais para a elaboração das políticas e ações refere-se ao orçamento. Se o orçamento da SPM/PR, que é o maior repassador de recursos para estados e municípios, é baixo[4], a criação e ampliação da rede de serviços torna-se um problema, já que não há recursos suficientes para a demanda. Além disso, os estados e os municípios investem muito pouco, ficam à espera dos recursos federais e muitos não conseguem executar as políticas porque não dispõem de equipe para tanto.

Desta forma, a baixa execução orçamentária é um obstáculo a mais para a ampliação e destinação dos recursos. Assim, a escassez de recursos, aliada à amplitude geográfica e à concentração populacional, faz com que os recursos se centralizem nas capitais e regiões metropolitanas.

[4] Registre-se que desde a instalação da CPMI, o orçamento da SPM foi ampliado, atingindo R$ 140 milhões em 2014, incluindo as emendas parlamentares.

Conforme a CPMI, "se por um lado esta concentração espelha a densidade demográfica da população feminina, por outro revela a dificuldade de acesso das mulheres que vivem em regiões distantes ou de difícil acesso" (BRASIL, 2011, p. 47).

A análise do repasse de recursos permite uma avaliação mais detalhada. De um total de 802 convênios firmados entre 2003 e 2012, 22% dos recursos concentravam-se no Rio Grande do Sul e São Paulo, embora o Nordeste tenha firmado cerca de 30% dos convênios (BRASIL, 2013, p. 66-67). A partir do Pacto Nacional, observa-se uma distribuição mais equânime dos recursos, com quase 50% dos convênios firmados por municípios (BRASIL, 2013, p. 70-72). Entretanto, os valores repassados não ultrapassavam, na sua grande maioria, a R$ 200 mil (BRASIL, 2013, p. 83).

Um dos eixos centrais do Pacto é a ampliação da rede de serviços. Conforme apurou a CPMI, existem no país 965 serviços especializados de atendimento às mulheres, dentre os quais 408 Delegacias da Mulher (DEAMs), 103 Núcleos Especializados em delegacias comuns, 202 Centros de Referência de Atendimento à Mulher, 71 Casas-abrigo, 64 Juizados Especializados, 27 Varas adaptadas, 64 Promotorias especializadas e 36 Núcleos ou Defensorias especializadas (BRASIL, 2013, p. 48). Esses serviços constituem a Rede Especializada e são fundamentais para as políticas de prevenção e assistência à violência doméstica e familiar previstas na Lei Maria da Penha.

Apesar do aumento significativo do número de serviços observado nas últimas décadas, o crescimento não acompanhou a demanda. Conforme a CPMI, em 1992 o Brasil possuía 125 delegacias. Em 2012 eram 432, registrando-se, em 20 anos, um aumento quantitativo de 307 delegacias e núcleos, ou o equivalente a 345,6% (BRASIL, 2013, p. 48). Se por um lado, o crescimento revela o esforço da SPM/PR, por outro, destaca a maior consciência e a atuação dos movimentos de mulheres na reivindicação de mais serviços.

O significativo número de DEAMs, comparativamente aos outros serviços, demonstra que a política se concentrou na esfera policial. Isso se explica em parte, por ter sido este o primeiro serviço público e a primeira política de segurança pública dirigida às mulheres[5].

A concentração da atuação feminista na esfera da segurança pública iniciada na década de 1980 deveu-se à constatação de que as mortes de mulheres ficavam impunes (CORREA, 1983; ARDAILLON; DEBER, 1987). Nesse período, o feminismo denunciou a absolvição dos agressores dos chamados "crimes da honra" (legítima defesa da honra masculina) ou

[5] Recorde-se que os movimentos feministas criaram, na década de 1980, os SOS destinados ao atendimento psicossocial e jurídico.

"crimes da paixão" e a visão privatista/familista do direito que se recusava a punir os homicidas de mulheres e a violência doméstica. Com isso, a ação feminista focalizava no sistema de justiça e segurança e objetivava romper com a lógica da impunidade. A forte atuação das feministas durante quase duas décadas foi responsável pela revogação dessas teses e pelo fortalecimento das pesquisas nessa área. Com isso, consolidou-se um campo de atuação política e acadêmica, com resultados significativos para as mulheres (GROSSI; MINELLA; LOSSO, 2006).

Paralelamente ao fortalecimento do polo repressivo foram sendo criados novos serviços, como Casas-abrigo e centros de referência, com atendimento psicológico e social, bem como trabalhada a reforma da legislação penal. Esses novos serviços atendem à perspectiva complexa do fenômeno da violência contra as mulheres e a constatação de que, em alguns casos, a punição não era o desejo das mulheres ou nem sempre a medida mais eficaz.

Os novos serviços criados compõem a rede especializada de atendimento e tornaram-se prioridade com o Pacto Nacional, que promoveu um deslocamento do repasse de recursos, em especial, para os centros de referência. Estes totalizaram mais de 30% dos valores conveniados com municípios (BRASIL, 2013, p. 85-86). Os valores destinaram-se à estruturação dos centros de referência, tais como construção, reforma e compra de material. No entanto, um dos grandes problemas na manutenção da rede de serviços se refere aos recursos humanos, cuja despesa não pode ser coberta pelos convênios, pois se trata de contrapartida dos entes conveniados.

Outra ação que merece destaque é a capacitação dos profissionais da rede, que se tornou a segunda com maior número de convênios. No entanto, a CPMI constatou que não há avaliação do impacto das capacitações na mudança de comportamento e na melhoria do atendimento às mulheres (BRASIL, 2011, p. 85).

Mais recentemente, a destinação dos recursos objetivou o fortalecimento dos organismos de mulheres e a articulação da rede de atendimento (BRASIL, 2013, p. 89). O fortalecimento dos organismos tem impacto direto na ampliação das políticas e na articulação da rede no interior.

Observou-se que o Pacto Nacional procurou promover um deslocamento dos recursos para a constituição de centros de referência e sua interiorização. No entanto, essa nova direção da política não produziu ainda o efeito desejado de atender a grande maioria dos municípios

brasileiros e as mulheres que vivem no interior, em regiões distantes, indígenas, quilombolas, ribeirinhas.

Um dos obstáculos à interiorização é o fato de que os municípios pequenos não possuem estrutura para manter os serviços. Uma das alternativas é a construção de consórcios regionais, ampliando a rede e fortalecendo os municípios, a exemplo do estado de Minas Gerais (BRASIL, 2013, p. 438). Em outros casos, a geografia é uma barreira a ser vencida. Por exemplo, no Amazonas algumas regiões só podem ser acessadas por via pluvial[6]. Igualmente, as mulheres que vivem na zona da mata e florestas enfrentam dificuldades para acessar a rede de serviços.

O processo de criação da legislação específica

Na metade da década de 1980 e início dos anos 1990 surgiram as primeiras tentativas concretas de alteração da legislação penal no país, com o objetivo de modificar o tratamento do sistema de justiça nos casos de violência doméstica e homicídios de mulheres[7]. Esse processo está alinhado à perspectiva geral de mudança no tratamento da violência e consolidação dos direitos das mulheres.

A primeira proposta de alteração da legislação surge em 1993, com Sílvia Pimentel e Maria Inês Pierro, estabelecendo proteção a toda a família e não apenas às mulheres. Embora a proposição das autoras não tenha logrado sucesso, representou um passo importante, pois acumulou forças para as tentativas seguintes (CAMPOS, 2013).

Em 2001, a responsabilização internacional do Brasil pela omissão no caso Maria da Penha Fernandes[8] indicou também a necessidade de criação de uma legislação específica.

No entanto, a primeira alteração concreta surgiu 10 anos depois da primeira proposição, em 2004, com a inclusão da agravante de violência doméstica nas lesões corporais no Código Penal[9] e, finalmente, em 2006, foi editada a Lei 11.340 conhecida como Lei Maria da Penha.

---

[6] Isto levou a SPM a entregar barcos para os municípios, visando atingir a população feminina.

[7] Nesse mesmo período, as feministas empenharam-se em garantir os direitos das mulheres na nova constituição do país, já que uma Assembleia Nacional Constituinte estava em processo. O acerto da luta feminista com a criação do *lobby do batom* refletiu-se nos dispositivos constitucionais que garantem a igualdade e não discriminação, dentre outros.

[8] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Caso 12.051/2001.

[9] Agravante incluída pela Lei nº 10.886/2004.

3. A Lei Maria da Penha: principais aspectos

A Lei Maria da Penha é, portanto, oriunda do acúmulo feminista no debate sobre a violência contra mulheres.

Além da constatação da banalização da violência contra mulheres e da impunidade, em 1995 foi editada a Lei 9.099, conhecida como Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Nesse mesmo ano foi elaborada pela OEA, a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará).

Esses dois instrumentos passaram a nortear a aplicação e o julgamento dos casos de violência doméstica. No âmbito do sistema de justiça, a Lei 9.900/1995 editada para o julgamento dos crimes de menor potencial ofensivo passou a ser utilizada nos crimes de violência doméstica, especificamente nos crimes de lesão corporal de natureza leve e de ameaça. Para as feministas, a aplicação da lei 9.099/1995 aos casos de violência doméstica contrariava a Convenção de Belém do Pará. Argumentavam as feministas que a aplicação da legislação nacional levava à banalização da violência contra as mulheres porque, majoritariamente, era feita a conciliação (sem punição) ou a transação penal, com o pagamento de uma cesta básica (CAMPOS, 2001).

A disputa travada entre as feministas e os juristas “tradicionais” fez com que um grupo de feministas propusesse um anteprojeto de lei que originou a Lei Maria da Penha (BARSTED, 2011; CALAZANS E CORTES, 2011).

A Lei Maria da Penha é uma legislação de proteção integral, multidisciplinar e intersetorial aplicada a todas as mulheres em situação de violência e está estruturada em políticas de prevenção, assistência e contenção da violência. Dentre as medidas previstas, destacam-se as protetivas de urgência que objetivam oferecer proteção imediata às mulheres que se encontram em situação de risco e também conter o agressor.

Além disso, a Lei cria os Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar e estabelece responsabilidades para os poderes públicos nas políticas de prevenção e assistência às mulheres.

Como já mencionado, dois eixos importantes do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – a saber, a garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha e a ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência – estão diretamente vinculados à Lei Maria da Penha.

No entanto, conforme apurou a CPMI, persistem dificuldades na aplicação da lei Maria da Penha, na ampliação, fortalecimento da rede e acesso das mulheres aos serviços.

Principais obstáculos à aplicação da Lei Maria da Penha

Conforme constatou a CPMI, a rede especializada ainda é deficiente, há falta de profissionais capacitados, os serviços estão concentrados nas capitais ou regiões metropolitanas e não chegam a todas as mulheres.

Além disso, o reduzido número de juizados, apenas 66, é outro empecilho à plena aplicação da Lei Maria da Penha. A grande maioria situa-se na capital, não tem equipe multidisciplinar adequada e completa, não possui servidores em número suficiente e tem excesso de processos em tramitação, levando a prescrição de muitos feitos (Relatório Final, 2013, p. 52).

Ademais, a Lei Maria da Penha estabelece a competência civil e criminal para os Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar. No entanto, conforme diagnosticou a CPMI, a grande maioria deles atua apenas na esfera criminal, obrigando as mulheres a ingressarem nas varas de família para os procedimentos de natureza não criminal. Com isso, inviabiliza-se a dupla jurisdição e rompe-se com a lógica da Lei Maria da Penha de evitar a peregrinação das mulheres em busca de justiça.

A alegação para o descumprimento da lei é a de que os Juizados e Varas não possuem estrutura para atender a essa dupla demanda, já que as medidas protetivas são inúmeras e abarrotam os Juizados.

A Lei estabeleceu a competência híbrida (civil e criminal) para evitar que as mulheres tivessem que percorrer duas instâncias judiciais diferentes quando a origem do problema é a mesma: a violência doméstica e familiar. Sabe-se que com a criação da Lei Maria da Penha, a violência doméstica, antes julgada nos juizados criminais, nas varas criminais ou mesmo nas de família, deslocou-se para os Juizados ou Varas especializadas, diminuindo substancialmente a atividade processual e cartorária dessas varas, sobrecarregando os Juizados Especializados. No entanto, mesmo com a diminuição dos processos nas varas criminais e de família em decorrência de seu deslocamento para os Juizados Especializados de Violência Doméstica, o Poder Judiciário não se adequou a esta nova realidade, mantendo varas criminais comuns com pouca movimentação e Juizados Especializados sobrecarregados.

Observa-se, portanto, uma lógica invertida da prestação jurisdicional. É como se a realidade da violência devesse se adequar ao Poder Judiciário e não este à realidade social. A prestação jurisdicional apresenta-se não como um dever do estado e um direito das mulheres, mas como um “direito capenga”, um “meio direito”. Assim, as mulheres têm direito, mas nem tanto. Verifica-se, assim, uma ausência de preferência na criação dos Juizados pelos Tribunais

de Justiça, denotando que a violência doméstica não é um assunto juridicamente relevante para merecer prioridade orçamentária.

Por fim, constatou a CPMI que em alguns estados, os operadores/as de justiça aplicavam a suspensão condicional do processo, contrariando a decisão do Supremo Tribunal Federal (Relatório Final, 2013, p. 53). Mas a tese da suspensão condicional do processo não é a única que objetiva dar entendimento diverso à lei. Recentemente, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu que a lei se aplicava exclusivamente a mulheres hipossuficientes e vulneráveis.

Os novos sujeitos de direitos e a aplicação da Lei Maria da Penha

A CPMI apontou que embora sejam destinados recursos e realizadas capacitações para os servidores públicos, estas parecem não surtir o efeito desejado. Por outro lado, a ausência de capacitação específica e com recorte étnico/racial tem sido responsável pela revitimização de mulheres negras, indígenas e pomeranas. Em alguns estados com forte população indígena e pomerana, a ausência de tradutor/interprete para as mulheres tem dificultado o registro da ocorrência policial (Relatório Final, 2013, p. 50).

A edição da Lei Maria da Penha gerou expectativas de sua aplicação plena a todas as mulheres. Entretanto, essa expectativa é frustrada quando se observa que algumas condições colocam as mulheres em uma situação de maior vulnerabilidade e dificuldade no acesso aos serviços. Por exemplo, a localização geográfica ou a condição racial e social têm sido determinante no impedimento do acesso à justiça.

Os estudos feministas empreendidos por mulheres negras e da região periférica (o chamado “terceiro” mundo) revelaram que a condição de ser mulher negra, indígena, lésbica, chicana, do “terceiro mundo”, não foi considerada na teoria feminista (branca) do primeiro mundo (ANZALDÚA, 1987). Igualmente, a especificidade da condição negra nas relações com o sistema de justiça era negligenciada (CRENSHAW, 1998; GREEN, 2004).

Esses estudos introduziram novos sujeitos no feminismo e, com eles, realidades e contextos de vida norteadores também para as políticas públicas. No Brasil, inúmeras feministas negras denunciaram a vulnerabilidade das mulheres negras e a ausência de políticas específicas (CARNEIRO, 2003; WERNECK, 2005; RIBEIRO, 2006; BERTÚLIO, 2009).

A Lei 11.340/2006 tem como pressuposto proteger todas as mulheres em situação de violência doméstica e familiar. No entanto, a realidade concreta informa que a universalidade da lei é aparente, pois que não atende a todas da mesma maneira.

O reduzido número de juizados especializados e sua concentração nas capitais e regiões metropolitanas, por exemplo, dá às mulheres que vivem nessas localidades um tratamento privilegiado, uma vez que têm à disposição um sistema de justiça especializado e em tese, mais capacitado para lidar com essa violência. Por contraste, as mulheres indígenas e as que vivem no interior, nas regiões rurais, da mata, ribeirinhas não têm ou possuem acesso limitado aos serviços, incluindo o sistema de justiça.

Assim, a localização geográfica em um país com as dimensões do Brasil é um critério relevante quando em discussão o acesso aos serviços públicos. Da mesma forma, a incidência do sistema de justiça sobre as mulheres negras e a maior vulnerabilidade destas deve ser um elemento importante nas análises de aplicação da Lei Maria da Penha.

Por sua vez, a violência doméstica praticada contra as mulheres indígenas e a dificuldade da "lei ingressar" nas aldeias introduzem problemas relacionados à sua aplicação. Por um lado, o fato de as aldeias estarem sob a jurisdição federal e por outro, a cobrança das indígenas que querem ver a lei aplicada às aldeias[10] são elementos de tensão na aplicação e abrangência da lei.

Igualmente, a aplicação da lei em situação de violência entre mulheres lésbicas tem sido pouco visibilizada, talvez pelo reduzido número de casos que chegam ao judiciário ou pelo despreparo dos operadores do direito em lidar com essa violência.

Assim, as diversas vulnerabilidades das mulheres e sua condição social têm sido fatores que, se por um lado, evidenciam os limites da legislação de violência doméstica, por outro, estabelecem novos parâmetros para se pensar a aplicação concreta da lei.

Vulnerabilidade e hipossuficiência: critérios limitadores da lei Maria da Penha?

Se a vulnerabilidade e a hipossuficiência são critérios importantes para a elaboração das políticas públicas específicas, eles não devem ser limitadores da aplicação da Lei Maria da Penha.

[10] Durante a visita da CPMI ao estado de Mato Grosso do Sul e em reunião com as mulheres indígenas, essas relataram a violência sofrida e a dificuldade de aplicação da Lei Maria da Penha.

No entanto, a Sétima Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento do caso *Luana Piovani x Eduardo Dollabela*, entendeu que nas ocorrências de violência doméstica, além da coabitação, há necessidade de comprovação da hipossuficiência e vulnerabilidade da mulher.

Conforme o relator, desembargador Sidney Rosa da Silva,

> sem adentrarmos ao mérito da ação penal, temos que, pelo menos em tese, a imputação de agressão realizada por um indivíduo contra sua namorada, poderia, dentro do conceito lógico legal, ser tutelada pela Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06). Entretanto, a *ratio legis* requer sua aplicação contra violência intrafamiliar, levando em conta relação de gênero, diante da desigualdade socialmente constituída. O campo de atuação e aplicação da respectiva lei está traçado pelo **binômio hipossuficiência e vulnerabilidade** em que se apresenta culturalmente o gênero mulher no conceito familiar, que inclui relações diversas, movidas por afetividade ou afinidade. No entanto, uma simples análise dos personagens do processo, ou mesmo da notoriedade de suas figuras públicas, já que ambos são atores renomados, nos leva a concluir que a indicada vítima, **além de não conviver em relação de afetividade estável como o réu** ora embargante, **não pode ser considerada uma mulher hipossuficiente ou em situação de vulnerabilidade**" (grifo meu).

O referido acórdão foi repelido pelo Superior Tribunal de Justiça[11]. No entanto, os argumentos devem ser escrutinados porque, em minha opinião, persiste um entendimento equivocado sobre a abrangência dos conceitos de vulnerabilidade e hipossuficiência na Lei Maria da Penha devido a um déficit de compreensão do conceito de gênero.

O conceito de *gênero* é fundamental nos estudos feministas e objetiva dimensionar como o gênero estrutura as relações sociais, a divisão sexual do trabalho, dá significado às relações de poder e à organização simbólica da vida social (SCOTT, 1983; HARDING, 1996). Portanto, o uso dos termos *gênero* e *relações de gênero* tem um significado que extrapola as noções de "gênero mulher" ou que não incorporam as suas diversas dimensões (HARDING, 1996).

É a partir do conceito de *gênero* que se desenvolve o conceito de *violência de gênero*. O conceito normativo da *violência de gênero* aparece em duas importantes convenções: na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), em sua Recomendação Geral 19 e na Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará).

[11] Na análise do Recurso Especial nº. 1.416.580, impetrado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, a Ministra Laurita Vaz refutou a tese da Sétima Câmara Criminal do Rio de Janeiro, firmando o entendimento de que a lei se aplica a todas as mulheres.

A Recomendação Geral 19 do Comitê CEDAW preceitua que a violência de gênero é uma forma de discriminação que inibe seriamente a capacidade das mulheres de desfrutar os direitos e as liberdades em uma base de igualdade com os homens.

Para a Convenção CEDAW, a violência baseada no gênero é a violência que é dirigida contra uma mulher porque ela é mulher ou que afeta as mulheres, desproporcionalmente. Ele inclui atos que infligem danos físico, mental ou sexual ou sofrimento, as ameaças de tais atos, coerção e outras privações de liberdade. Esses atos podem ser perpetrados por pessoas ou por autoridades públicas.

O conceito de violência baseada no gênero é central na Convenção de Belém do Pará e na Lei Maria da Penha. O artigo 1 da Convenção estabelece que:

> Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Já o artigo 5º da Lei Maria da Penha dispõe:

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

O conceito de *violência de gênero* presente na Convenção de Belém do Pará e na Lei Maria da Penha seria suficiente para determinar a aplicação da lei no caso da agressão praticada por Dado Dolabella. No entanto, além de uma relação estável, foram exigidas as condições de hipossuficiência e vulnerabilidade.

A abrangência da lei não está condicionada a nenhuma dessas duas premissas, e não há distinção entre as mulheres para a sua proteção. A hipossuficiência é, sem dúvida, um elemento que torna as mulheres mais vulneráveis e sujeitas a maior incidência de violência. Igualmente, outras variáveis, como nível educacional, raça/etnia, emprego precário, região etc. também aumentam a vulnerabilidade das mulheres. No entanto, essas condições devem ser utilizadas na aplicação da lei para aumentar a incidência da rede de proteção e não para limitar o acesso à justiça.

Entender que a Lei Maria da Penha se aplica exclusivamente a mulheres hipossuficientes e vulneráveis é limitar o alcance do conceito de violência de gênero, restringindo ilegalmente sua abrangência.

Da mesma forma, pressupor a existência de uma hipossuficiência implícita na lei é afirmar que todas as mulheres são de algum modo, hipossuficientes para a lei, o que não me

parece correto. A hipossuficiência decorre de uma condição objetiva, tal como condição econômica, que pode gerar uma maior vulnerabilidade.

Por outro lado, determinadas condições de existência também tornam algumas mulheres mais vulneráveis. Por exemplo, as mulheres idosas e as adolescentes pela condição física decorrente da idade. Igualmente, a condição social e educacional também pode ser um fator de maior vulnerabilidade. Não é a lei que determina a vulnerabilidade, mas a condição concreta. A legislação é um mecanismo, proporciona instrumentos para o acesso à justiça. É em uma situação concreta, em um determinado contexto, que a vulnerabilidade se expressa, pois não existe uma vulnerabilidade feminina pré-constituída ou implícita na lei, assim como não existe uma condição *a priori* de sujeito não vulnerável. É por essa razão que mulheres bem sucedidas podem sofrer violência, como aconteceu com Luana Piovani.

A hipossuficiência e a vulnerabilidade são critérios importantes para a elaboração de políticas públicas. Mulheres negras, pobres, semianalfabetas, desempregadas, idosas, jovens, deficientes, dentre outras, cujas condições concretas de existência indiquem uma maior vulnerabilidade devem ter uma maior atenção nas políticas públicas e na aplicação da Lei Maria da Penha, fazendo incidir ao máximo a dimensão protetiva da lei. Assim, hipossuficiência e vulnerabilidade não são critérios limitadores, mas ampliadores da proteção legal, pois a lei beneficia a todas as mulheres, mas com diferenciada incidência da rede de proteção.

Conclusão

Nos últimos dez anos, o Brasil aumentou significativamente sua rede de assistência às mulheres em situação de violência. No entanto, mesmo com os esforços governamentais, permanece como um grande desafio fazer chegar os serviços aos lugares mais distantes e beneficiar as mulheres com dificuldades de acesso, tais como quilombolas, ribeirinhas, indígenas e da zona da mata e floresta. Nesse sentido, a ampliação e extensão da rede de serviços é condição necessária para a efetividade da Lei Maria da Penha em sua plenitude (prevenção, assistência e repressão).

Por sua vez, a resistência de operadores do direito em romper com a perspectiva privatista/familista que norteava a aplicação da legislação anterior aos casos de violência doméstica e familiar denota que há um longo caminho a percorrer para uma mudança paradigmática.

Apesar das dificuldades, o primeiro desafio parece ser mais fácil de ser atingido, pois os atores envolvidos estão empenhados na sua consecução. Quanto ao segundo, ao que tudo indica, a disputa entre o feminismo e o tradicionalismo jurídico está longe de acabar.

Referências bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria. "La conciencia de lamestiza/rumo a uma nova consciência". *Revista Estudos Feministas,* Florianópolis, n. 13, v. 3, p. 704-719, 2005 (1987).

ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. *Quando a vítima é mulher*: análise de julgamento de crimes de estupro, espancamento e homicídios. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

BASTERD, Leila Linhares. "Lei Maria da Penha: uma experiência bem sucedida de advocacy feminista". *In*: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p.13-38.

BERTÚLIO, Dora Lúcia. *Racismo, violência e direitos humanos*: considerações sobre a discriminação de raça e gênero na sociedade brasileira. Disponível em: <http://200.18.45.28/sites/afirme/docs/Artigos/dora02.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BRASIL. Senado Federal. "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher". *Relatório Final*. Brasília: Senado Federal, 2013.

______. *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher*. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, 2011.

CALAZANS, Myllena; CORTES, Iáris. "O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha". *In*: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 39-64.

CAMPOS, Carmen Hein de. *Teoria crítica feminista e crítica às criminologias*: um estudo para uma criminologia feminista no Brasil. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Ciências Criminais, Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013

_____. "Violência doméstica no espaço da lei". *In*: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina. *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: Editora 34; Fundação Carlos Chagas, 2001.

_____. "Razão e sensibilidade: Teoria Feminista do Direito e Lei Maria da Penha". *In*: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 1-12.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo*: a situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero. São Paulo: Geledés, s.d.

CORREA, Mariza. *Morte em família*: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CRENSHAW, Kimberly. “A black feminist critique of antidiscriminatory law and politics”. *In*: KAIRYS, David (Ed.). *The politics of law*: a progressive critique. 3. ed. New York: Basic Books, 1998. p. 356-380.

GREEN, Taryn J. “African American women and the criminal justice system: intersections of race, gender, and class”. *Survey of Criminal Justice Studies*, 2004. Disponível em: <http://www.criminology.fsu.edu>. Acesso em: 10 fev. 2014.

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; LOSSO, Juliana Cavilha Mendes. *Gênero e violência*: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis: Mulheres, 2006.

HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

MOHANTY, Chandra Talpade. “Under westerns eyes: feminist scholarship and colonial discourses”. *Boundary 2,* Durham, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

PIMENTEL, Sílvia; PIERRO, Maria Inês Valente. “Proposta de Lei contra a violência familiar”. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, v. 1, n. 1, p. 169-175,1993.

RIBEIRO, Matilde. “O feminismo em novas rotas e visões”. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n.3, Florianópolis, set.-dez. 2006.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.

UNIFEM. *O progresso das mulheres no mundo: quem responde às mulheres? género e responsabilização*. Genebra: UNIFEM, 2008, p. 97. (A UNIFEM foi substituída pela ONU MULHERES em julho de 2010).

WERNECK, J. P. “De ialodês y feministas: reflexiones sobre la acción política de las mujeres negras en America Latina y El Caribe”. *Nouvelles Questions Féministes*, Paris, v. 24, p. 27-40, 2005 (1981).

Centro-Oeste brasileiro: violências contra as mulheres no coração do país

Ana Liési Thurler[1]

Este artigo tem por objetivo dar visibilidade à violência contra a mulher na Região Central do Brasil, onde se situa a capital do país, sua sede administrativa e política, Brasília, no Distrito Federal. Para isso, se dispõe a fazer um recorte do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, cujos trabalhos se iniciaram na sessão de 6 de março de 2012, com a aprovação do Plano de Trabalho apresentado pela relatora, senadora Ana Rita (PT/ES). A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher[2] teve seu encerramento na 38ª reunião, em 4 de julho de 2013. Foi presidida pela deputada federal Jô Moraes (PCdoB/MG) e teve na vice-presidência a deputada federal Keiko Ota (PSB/SP).

A violência contra a mulher já foi, anteriormente, objeto de CPI instalada em 14 de março de 1992[3]. Vinte e um anos depois, uma nova CPI, agora Mista, constata a manutenção de um dos principais problemas: produção de dados inconsistentes, incompletos oferecidos tanto pelas Delegacias da Mulher, quanto pelas Comarcas, que não chegam – ou chegam tardiamente – à CPI. Essa CPI registrou uma taxa grave de feminicídios, especialmente em Alagoas (24,8%), Pernambuco (13.2%) e Espírito Santo (11,1%).

Em 1969, Helleieth Saffioti colocou o tema das relações sociais de gênero na agenda do país, lançando seu livro *A mulher na sociedade de classe,* correspondendo a seu doutorado e pioneiro em questões de gênero no Brasil. Em 1973, duas meninas brasileiras foram estupradas e mortas, colocando-se na pauta nacional a questão da violência contra meninas e mulheres. Em 18 de maio. Aracelli Cabrera Crespo[4], em Vitória, Espírito Santo foi violentada e assassinada cruelmente. Em 1998, a data foi estabelecida como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Em Brasília, nesse mesmo ano de 1973, em 11 de setembro, foi martirizada a menina Ana Lídia Braga. Os dois crimes

[1] Doutora em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

[2] Passará a ser designada neste artigo como CPMIVCM.

[3] Presidida pela deputada federal Sandra Starling e tendo como relatora a deputada federal Etevalda Grassi de Menezes.

[4] O jornalista e escritor maranhense Jose Louzeiro publicou, em 1976, o livro *Aracelli, meu amor*. Ele é também o autor de *Pixote, a infância dos mortos*, publicado em 1977, levado ao cinema pelo cineasta Hector Babenco, com o título *Pixote, a lei do mais fraco*, em 1980. com o menino-ator Fernando Ramos da Silva.

hediondos, no tempo dos generais, ficaram impunes. Trinta anos mais tarde, em 2003, foi instalada a CPMI para investigar a violência, o abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes[5]. No campo da violência foi instalada no Senado Federal, em 2013, a CPI do Tráfico de Pessoas, presidida pela senadora Vanessa Graziotin e com a Relatoria da senadora Lídice da Mata.

I. Apresentando a Região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste passou a acolher a terceira capital da história brasileira – antecedida por Salvador, no Estado da Bahia e por Rio de Janeiro, no Estado da Guanabara – em 21 de abril de 1960, sob a presidência de Juscelino Kubitscheck. Possui uma população de 14.058.094 habitantes – entre os quais 7.153.279 mulheres –, distribuídos em uma área de 1.606.390 km², em 4 unidades da federação, como indicam as Tabelas 1 e 2.

Tabela 1. População total por unidade da Região Centro-Oeste e população feminina. 2010.

UF	População total	População feminina
GO	6.003.788	3.022.503
MT	3.035.122	1.549.536
DF	2.570.160	1.341.280
MS	2.449.024	1.229.960
Total	14.058.094	7.153.279

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Tabela 2. Área da Região Centro-Oeste, por unidade da Federação. 2010.

DF	5.802 km²
GO	340.086 km²
MT	903.357 km² (pouco mais de 10% do território nacional)
MS	357.145 km²
Total	1.606.390 km²

Fonte: Relatório Final da CPMIVCM.

[5] Essa CPMI foi presidida pela senadora Patrícia Saboya e teve como relatora a deputada federal Maria do Rosário.

A região Centro-Oeste representa 18,8% da área total do país, possuindo quatro unidades federativas, conforme aponta a Tabela 3, com os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) registrados na Tabela 4 e com o PIB total de R$ 350.596.0000,00, conforme Tabela 5.

Tabela 3. Divisão Administrativa

DF	30 Regiões Administrativas
GO	5 mesorregiões, 18 microrregiões, 246 municípios
MT	12 regiões, 141 municípios
MS	3 macrorregiões, 11 microrregiões, 78 municípios

Fonte: Relatório Final da CPMIVCM.

Tabela 4. IDH

DF	0.844
GO	0,800
MS	0,778
MT	0,773

Fonte: IPEA, IDH. 2000.

Tabela 5. Produto Interno Bruto (PIB).

DF	R$ 149.906 milhões
GO	R$ 97.576 milhões
MS	R$ 43.514 milhões
MT	R$ 59.600 milhões
Total	R$ 350.596 milhões

Fonte: IBGE. Contas Regionais do Brasil. 2010.

Nesta Região, em 2010, 390 mulheres foram assassinadas – representando mais de uma mulher morta por dia –, em decorrência de sua condição de mulher, em uma sociedade sexista e patriarcal. Mato Grosso do Sul e Goiás firmaram o Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em março de 2009 (Tabela 6). Ainda assim, em 2010, MS ficou em 5º lugar no *ranking* nacional relativamente a feminicídios e Goiânia, em 7º lugar, entre as capitais estaduais brasileiras (Tabela 7).

Tabela 6. Data de assinatura do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

MS	05.03.2009
GO	24.03.2009
MT	31.03.2010
DF	05.03.2012 (repactuação)

Fonte: SPM/PR.

Tabela 7. Taxa de feminicídio por Estado da Região Centro-Oeste. 2010.

Estados	***Ranking* nacional**	**Número de feminicídios**	**Taxa de feminicídios por 100 mil mulheres**	**Capitais**	***Ranking* entre as capitais**	**Taxa de feminicídios por 100 mil mulheres**
MS	5º lugar	74	6.0	Goiânia	7º lugar	6,8
DF	7º lugar	78	5,8	Brasília	17º lugar	5,8
MT	9º lugar	81	5,5	Campo Grande	19º lugar	5,4
GO	12º lugar	157	5,1	Cuiabá	23º lugar	3,5

Fonte: Instituto Sangari (CEBELA/FLACSO). *Mapa da violência*. 2012.

II. Presença do Estado para o enfrentamento das violências contra as mulheres e atendimento das vítimas em cada unidade federativa da Região Centro-Oeste

1. Distrito Federal

O Estado vem atendendo demandas do movimento de mulheres, construindo uma rede de enfrentamento à violência. A CPMVCM destacou os seguintes pontos:

- Organismos de políticas públicas: Secretaria de Estado da Mulher (de 2011); Casa Abrigo; Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM); Núcleo de Atendimento às famílias e aos autores de violência doméstica; Central Telefônica de Atendimento às Mulheres.
- Conselhos de Direitos: CNDM (Conselho Nacional dos direitos da Mulher)-Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República; Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI); Conselho dos Direitos da Mulher/DF (criado em 1988 e ampliado em 2006).
- Organizações não governamentais: CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria); AME; ONU-Mulheres.

- Núcleos de Atendimento às famílias e aos autores de violência doméstica (NAFAVD) – dez unidades localizadas nas dependências do TJ-DF e do MP-DFT, com dois psicólogos para atendimento das vítimas e dos agressores.
- CREAS – 8 núcleos ligados à Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, com 3 advogad@s e 20 núcleos de CRAS – nenhum na capital.
- Núcleos de Estudos e Programas para Acidentes e Violências (NEPAV) – 16 unidades ligadas à Secretaria da Saúde. Fazem notificações compulsórias, atendimento com assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, médicos.
- Centros de Abrigamento de mulheres de rua – uma unidade no DF, chamada Casa Flor, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, podendo abrigar 27 mulheres.
- Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência:

Quadro 1. Equipamentos existentes no Distrito Federal. 2012.

Serviços	Quantidade
1. DEAM	01
2. Seção de atendimento à mulher em Delegacias Comuns	31
3. Centros de Referência	02
4. Casa Abrigo	01
5. Juizados de Violência Doméstica e Familiar	19
6. Promotorias da Mulher	10
7. Defensoria da Mulher – NUDEM	01
8. Serviço de Perícia	01
9. Serviço Especializado de Saúde	14
10. Hospital credenciado para abortamento legal (HMIB)	01

Fonte: CPMIVCM.

2. Goiás

O Estado de Goiás tem cinco municípios entre os 100 com mais altas taxas de feminicídio no país: Formosa, Jataí, Valparaíso, Rio Verde e Águas Lindas.

Tabela 8. Municípios goianos incluídos entre os cem mais violentos do país. 2010.

Posição *ranking*	Município	População Feminina	Taxa de feminicidio por 100 mil mulheres
20ª	Formosa	50.126	14,0
21ª	Jataí	44.045	13,6
38ª	Valparaíso	68.358	11,7
42ª	Rio Verde	86.394	11,6
88ª	Águas Lindas de GO	79.652	8,8

Fonte: *Mapa da violência*. Feminicídios. Instituto Sangari. 2012.

Quadro 2. Rede de Atendimento à Mulher no Estado de Goiás. 2010.

Rede de atendimento	Quantidade
Delegacia da Mulher*	21
Núcleo de Atendimento à Mulher	06
Centro de Referência Estadual	01
Centro de Referência Municipal	09
Centro Regional de Referência	01
Casa Abrigo**	01
Juizados de Violência Doméstica	02
Promotoria da Mulher	02
Núcleo de Defensoria Pública	-

Fonte: SEMIRA (2012).
*** Tendo em vista a diferença dos dados, a CPMI contabilizou as delegacias mencionadas no documento da Secretaria de Segurança.**
**** A Casa Abrigo não atende exclusivamente mulheres.**

Tabela 9. Tipos de Violências notificadas. Goiás. 2008-2012.

Ano	Tipo de Violências Notificadas*				
	Física	Psicomoral	Sexual	Tortura	Total
2008	8	2	1	2	13
2009	471	176	118	54	789
2010	775	379	312	117	1670
2011	1130	461	334	108	2133
2012	566	171	104	44	965
Total	2890	1189	869	325	5570

Fonte: Elaborada a partir de informações da Secretaria Estadual da Saúde.

3. Mato Grosso (MT)

Inicio os registros sobre este estado com uma afirmação positiva: entre os cem municípios mais violentos contra a mulher, não encontramos um único do Mato Grosso (INSTITUTO SANGARI, 2012).

Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

a. Organismos de políticas para as mulheres

– Superintendência Estadual de Políticas para as Mulheres – ligada à Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social

b. Conselhos de Direitos

– Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), em Cuiabá, ligado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

– Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher (três), em Rondonópolis, Matupá e Sorriso

c. Serviços de Prevenção ao Tráfico de Pessoas – Nada informado

d. Organizações feministas e de apoio às mulheres

– Instituto Humana Raça Fêmina (INHURAFÊ), em São Félix do Araguaia

e. Presídios femininos

– Um presídio Ana Maria do Couto May, em Cuiabá

f. Núcleos de responsabilização e educação do agressor

– Projeto “Lá em casa quem manda é o respeito”, de março de 2011, ligado ao Centro de Ressocialização de Cuiabá. Em dois anos passaram pelo projeto 960 educandos, com reincidência de 3% (28 homens)

g. Centros de Referência voltados à assistência social

– 42 CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), sendo dois em Cuiabá

– 174 CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), sendo 13 na capital

Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência

1. Centros de Referência e Apoio à Mulher

– dois Centros: um em Lucas do Rio Verde, outro em Sorriso

2. Delegacias Especializadas de Defesa da Mulher (DEDM)

– seis unidades, sendo duas na capital e as demais em Rondonópolis, Cáceres, Barra do Garças e Várzea Grande

3. Juizados e Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

– quatro juizados, sendo dois na capital, um em Várzea Grande e outro em Rondonópolis

4. Promotorias ou Núcleos especializados no Ministério Público. Em Cuiabá, estão situadas

– a Coordenação das Promotorias de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e

– um Núcleo com quatro Promotorias Criminais Especializadas no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

5. Núcleos especializados na Defensoria Pública – Nenhuma informação foi recebida

As mulheres são encaminhadas para a Coordenadoria de Direitos Humanos de Cuiabá

6. Serviço de Perícia – IML em Sinop

7. Serviços de abrigamento – Quatro Casas-abrigo em

– Cuiabá, Rondonópolis, Sorriso e Várzea Grande

8. Serviços de Atenção à Saúde das Mulheres em Situação de Violência

– Em Cuiabá, Hospital Universitário Júlio Muller

Quadro 3. Equipamentos existentes no Estado.

Serviços	Quantidade
DEAM	06
Centros de Referência	02
Casas Abrigo	04
Juizados de Violência Doméstica e Familiar	04
Varas de Violência Doméstica e Familiar	00
Promotorias da Mulher	04
Defensorias da Mulher – NUDEM	00
Serviço de Perícia	01
Serviço Especializado de Saúde	01

Fonte: CPMIVCM.

Para compor um quadro da posição do Estado frente à violência contra a mulher, em termos de enfrentamento e atendimento/oferta de serviços, a CPMIVCM requisitou

informações ao Governo Estadual e ao Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) correspondente ao período 2007 a 2011 e aos 12 meses anteriores. A Comissão recebeu documentos de cinco órgãos:

– Secretaria de Estado de Planejamento

– Ministério Público Estadual

– Secretaria de Segurança Pública

– Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

– Defensoria Pública

A Secretaria de Planejamento e a Coordenação Geral apresentaram informações demonstrando haver previsão de recursos para a implementação de Casa Abrigo, Rede de Apoio e Centros de Referência no Estado. Não houve, entretanto, informações a propósito do andamento das ações ou de equipamentos previstos para serem implantados.

As informações encaminhadas pela Secretaria de Segurança Pública não esclareceram e não estabeleceram relacionamento das perícias com a Lei Maria da Penha.

Tabela 10. Perícias realizadas pelo IML–MT.

Ano	Total de perícias	Violência sexual	Lesões corporais
2011	3.629	450	3.179
2012	4.128	556	3.572
Total	7.757	1.006	6.751

Fonte: CPMIVCM.

A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos informou haver o registro de 46.191 Boletins de Ocorrência, sendo 21.665, em 2010 e 24.526, em 2011.

Tabela 11. Inquéritos Policiais instaurados nas 5 Delegacias Especializadas de Defesa da Mulher no Estado de Mato Grosso. 2011 e 2012.

Ano	Cuiabá	Várzea Grande	Barra do Garça	Cáceres	Rondonópolis	Total
2010	1.716	626	195	563	587	3.687
2011	1.172	527	219	430	581	2.929
Total	2.888	1.153	414	993	1.168	6.616

Fonte: SEJUDH.

Nos anos de 2010 e 2011 foram registrados 46.191 Boletins de Ocorrência e instaurados 6.616 Inquéritos Policiais, o que significa 14,3% dos BOs. Ou seja, para cada sete Boletins de Ocorrência, foi instaurado um Inquérito Policial.

4. Mato Grosso do Sul (MS)

A área do Estado de Mato Grosso do Sul corresponde a 4,1% de território nacional. Há um forte processo e urbanização, com 85,6% de sua população de 2.449.024 concentrada na área urbana, nas três macrorregiões que são Campo Grande (a capital), Dourados e Três Lagoas. Mato Grosso possui a segunda maior população indígena do país, com 68.860 pessoas em 75 aldeias e cinco principais etnias assim distribuídas:

Quadro 4. Etnias, população indígena, localização.

Etnia	População	Localização
1. Terena/Atikun	21.819	Anastácio, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Miranda, Nioaque, Rochedo, Sidrolândia.
2. Kadiwéul Kimkinana	1.620	Murtinho, Botoquema e Bonito
3. Guatolkamba	155	Corumbá
4. Guaramil Caiuá	45.161	Amambaí, Antonio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caarapó, Coronel Sapucaia, Dourados, El Dorado, Japorã, Juti, Laguna, Caarapã. Maracaju, Paranhos, Ponta Porá, Rio Brilhante, Sete Quedas e Tacuru.
5. Ofaié	105	Brasilândia
Total	68.860	

Fonte: CPMIVCM.

Entre essas etnias, os Terena lutam pela demarcação da Terra Indígena Pillad Rebuá. Dez hectares já reconhecidos pelo governo, desde 1904, como território tradicional indígena. O processo vem se arrastando por mais de um século, com a resistência dos produtores rurais. Em 1950, foi iniciado um processo de demarcação, sem ter sido concluído. No fim de 2013, os Terena ocuparam a área, com cerca de 100 famílias vivendo em uma área de aproximadamente 12 hectares.

Paulino da Silva Terena, 31 anos, um dos líderes dos índios Terena, foi baleado na madrugada de 19 de maio de 2014, em Miranda, há aproximadamente 200 km de Campo Grande. Paulino sofreu agressão também em dezembro de 2013 e a Polícia Federal investiga o caso, que, após 5 meses, ainda não foi esclarecido (AGÊNCIA BRASIL, 2014).

A CPMIVCM não obteve a desagregação da população indígena por sexo. Não há registros sobre a violência contra as mulheres indígenas.

Ranking de feminicídios do estado de Mato Grosso do Sul se situa no 5º lugar, com 74 assassinatos de mulheres em 2010, com uma taxa de 6,0 por 100 mil habitantes. A capital, Campo Grande, se situa no 19º lugar, com 5,4 assassinatos de mulheres por 100 mil habitantes. Mato Grosso do Sul tem um município entre os 100 com mais alta taxa de feminicídio: Ponta Porã, em 12º lugar no *ranking* nacional, com uma população feminina de 39.380, e taxa de 17,8 feminicídios por 100 mil mulheres.

Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

1. Organismos de política para as mulheres

Quadro 5. Organismos estadual e municipais de política para as mulheres. 2010.

Estadual	Localização	Municipais	Localização
Subsecretaria da Mulher da Promoção da Cidadania	Campo Grande	2 Subsecretarias	Nova Andradina, Bela Vista
		1 Superintendência	Ladário
		1 Diretoria	Ivinhema
		14 Coordenadorias	Campo Grande, Sidrolândia, Dourados, Jardim, Batayporã, Dois Irmãos do Buriti, Corguiho, Itaquaraí, Nova Alvorada do Sul, Nioaque, Aquidauana, Naviraí, Paranhos, Japorã.
		1 Gerência	Corumbá
Total	1 Estadual	19 Municipais	

Fonte: Relatório Final da CPMIVCM.

2. Conselhos de Direitos

–1 Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, em Campo Grande

– Nove Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher:

Batayporã, Nova Andradina, Corumbá, Dourados, São Gabriel do Oeste,

Nova Alvorada do Sul, Naviraí, Maracaju, Campo Grande.

3. Serviços de Prevenção ao Tráfico de Pessoas

O Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CETRAP) foi criado em 2012, em Campo Grande. Envolve trabalhos de articulação e realização de trabalhos de

combate e prevenção ao tráfico de pessoas (Secretaria de Governo, Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres: Planejamento de Mato Grosso do Sul, 2009).

4. Organizações não governamentais feministas e outras entidades de apoio às mulheres

Destacam-se 3 entidades sediadas em Campo Grande:

– Comissão Permanente da Mulher Advogada (OAB)

– Coletivo de Mulheres Negras do Mato Grosso do Sul (CMNEGRAS-MS) Raimunda Luzia de Brito e

– Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste (IBISS/CO).

5. Estabelecimentos penais femininos.

– Penitenciárias - 7 unidades e

– Casas Albergues - 5 unidades

As duas instituições existem em Campo Grande, Ponta Porã, São Gabriel do Oeste e Três Lagoas. Penitenciárias existem ainda em Corumbá, Jateí, Rio Brilhante. E, há, ainda, uma Casa Albergue em Dourados.

6. Núcleo de Responsabilização e Educação do Homem Agressor, em Campo Grande.

7. CRAS e CREAS

Tabela 12. CRAS e CREAS no Estado de Mato Grosso do Sul. 2012.

	Campo Grande	No Estado	Total
CRAS	18	121	139
CREAS	2	56	58
Total	20	177	197

Fonte: Relatório Final da CPMIVCM. 2013.

8. Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

a) Centros de Referência e Apoio à Mulher

Tabela 13. Centros de Referência e Apoio à Mulher no Estado de MS. 2012.

Capital	Estado	Total
01	10	11

Fonte: Relatório Final da CPMIVCM. 2013.

b) Delegacias Especializadas (DEAM)

Tabela 14. Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher no Estado de MS. 2012.

Capital	Estado	Total
01	11	12

Fonte: Relatório Final da CPMIVCM. 2013.

c) Juizados de Violência Doméstica

O Estado possui duas Varas especializadas, ambas em Campo Grande. A última foi instalada em 23 de novembro de 2012.

d) Promotorias ou Núcleos Especializados no Ministério Público.

– Duas Promotorias: uma em Campo Grande, outra em Dourados.

O Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (NEVID) foi criado em 14 de dezembro de 2012, por meio da Resolução 039/2012-PGI, ligado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais.

e) Núcleos Especializados em Defensorias Públicas:

– Defensoria Especializada da Mulher, em Campo Grande

– Defensoria Pública da Defesa da Mulher, em Dourados e

– Núcleo de Atendimento à Mulher da Defensoria Pública, em Cuiabá.

f) Serviços de Abrigamento

– Duas Casas Abrigo: uma estadual em Campo Grande e uma municipal, em Dourados

g) Serviço de Perícia – a CPMIVCM não recebeu informação

h) Serviços de Atenção à Saúde das Mulheres em Situação de Violência

Há somente um serviço na capital no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS)[6], que faz esses atendimentos e realiza o serviço de interrupção da gravidez nos casos previstos em lei.

---

[6] O Relatório registra inconsistências entre informações fornecidas pela SES ao enumerar serviços de referência do CEDIP-Hospital Dia, do Hospital Universitário e do CAPS – Pós Trauma – Tratamento de Agravos Psíquicos.

Quadro 6. Eq
uipamentos existentes no Estado de Mato Grosso do Sul.

Serviços	Quantidade
DEAM	12
Centros de Referência	11
Casas Abrigo	02
Juizados de Violência Doméstica e Familiar	00
Varas de Violência Doméstica e Familiar	02
Promotorias da Mulher	02
Defensorias da Mulher	03
Serviço de Perícia	-
Serviço Especializado de Saúde	01

Fonte: Relatório Final da CPMIVCM. 2013.

Para traçar um cenário da violência contra a mulher, a CPMI solicitou informações ao governo do estado e ao sistema de Justiça, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria, relativas ao período de 2007 a 2011 e aos 12 meses anteriores à requisição. Essas solicitações incluíram:

– Nº de Boletins de Ocorrência (BO) abertos, especialmente envolvendo violência doméstica e familiar (VDF), violência sexual e outros crimes de gênero;

– Nº de Inquéritos Policiais (IP) instaurados, concluídos e encaminhados à Justiça;

– Nº de denúncias recebidas e oferecidas, envolvendo VDF, violência sexual, assédio moral e outras;

– Nº de processos abertos e concluídos;

– Nº de ações judiciais transitadas em julgado;

– Nº de medidas protetivas de urgência (MPUs) concedidas;

– Nº de mulheres atendidas pela Defensoria Pública;

– Nº de mulheres submetidas a exames de corpo de delito, com os tipos mais frequentes de lesões;

– Nº de exames de corpo de delito para apuração de crimes sexuais;

– Nº de homicídios de mulheres, expressando crime de gênero;

– Nº de processos envolvendo VDF, violência sexual e outros crimes de gênero; sob estudo no Ministério Público;

– Nº de notificações compulsórias, indicadas por tipo.

O Mato Grosso do Sul foi um dos estados visitados pela CPMIVCM, realizando Audiência Pública nas quais foram ouvidas autoridades e representantes da sociedade civil, visitados equipamentos da rede de atendimento disponíveis em Campo Grande e a aldeia urbana indígena Água Bonita. A Comissão recebeu treze documentos que, nos limites deste artigo, não cabe relatar e examinar um a um. Destacarei as informações relativas a Boletins de Ocorrência de crimes de violência doméstica e os Inquéritos Policiais instaurados entre 2007 e 2010, encaminhadas pela Secretaria de Estado de Justiça e de Segurança Pública.

Tabela 15. Relação entre BO registrados e IP instaurados em MS. 2007-2010.

Ano	Boletins de Ocorrência (BO)	Inquéritos Policiais (IP)
2007	18.654	01
2008	22.083	116
2009	24.137	254
2010	27.296	594
Total	92.170	965

Fonte: Relatório Final da CPMIVCM. 2013.

Podemos constatar uma inércia significativa em um quadro em que foram registrados, no período de 2007 a 2010, 92.170 Boletins de Ocorrência de crimes de violência doméstica contra as mulheres. Espantosamente, essa quantidade de BOs resultou, em, somente, 965 Inquéritos Policiais. Isso significa que, em média, foi instaurado um IP para cada 955 BOs e uma revitimização da mulher, submetida à violência institucional[7].

Considerações finais

O trabalho da CPMIVCM deu visibilidade a uma grande tolerância institucional ainda existente em relação à violência contra as mulheres.

No Mato Grosso do Sul, a 1ª DEAM, em Campo Grande, está com três mil IP parados. Não é oferecido mais o serviço de plantão 24 horas. A 2ª DEAM, no bairro da Moreninha, foi fechada. A questão das mulheres indígenas é bastante preocupante. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher as convida para todos os eventos de formação, mas os caciques não têm

[7] Em 2011 foram registrados 30.007 BOs; e em 2012, 9455. A CPMIVCM, entretanto, não recebeu nenhum registro de IP instaurados.

facilitado a aproximação das indígenas com os trabalhos dos Conselhos. Não há uma Coordenadoria específica para as mulheres indígenas, nem qualquer articulação entre a Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania com a FUNAI.

A tolerância institucional pode aqui ser compreendida como

> o conjunto de valores, imaginários, comportamentos, atitudes e práticas racistas e sexistas reproduzidas nas instituições do Estado a partir da atuação de seus servidor@s, favorecendo e perpetuando a violência contra as mulheres, incluindo a omissão dos deveres estatais de restituição de direitos, proteção, prevenção e erradicação e a perpetração direta de atos de violência por parte dos atores institucionais (MADSEN; ABREU, 2014, p. 11).

Outro importante desafio é a produção de dados consistentes, qualificados, sempre desagregando raça/etnia, idade, escolaridade para compor um quadro mais completo para o um melhor planejamento das ações do Estado a fim de cumprir suas obrigações nacionais e interacionais de garantir às mulheres, uma vida livre de violência.

Finalmente, desejo registrar que a Lei Maria da Penha precisa ser efetivamente adotada como bússola orientadora das análises e decisões em todas as instâncias. Nas quatro unidades federativas, anos após a aprovação da Lei, ainda constatamos vínculos excessivamente tênues entre a apresentação de dados, casos e os dispositivos dessa importantíssima lei para banir a violência contra as mulheres na sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. Líder do grupo de índios terena é baleado em Mato Grosso do Sul. *Correio Braziliense*. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/0519/interna_brasil,428225/lider-do-grupo-de-indios-terena-e-baleado-em-mato-grosso-do-sul.shtml>. Acesso em: 20 maio 2014.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher no Brasil. Presidenta: deputada federal Jô Soares (PCdoB/MG); Vice-Presidenta: deputada federal Keiko Ota (PSB/SP); Relatora: senadora Ana Rita (PT/ES). *Relatório final*. Brasília, jul. 2013.

BRAZÃO, Analba; OLIVEIRA, Guacira Cesar (Org.). *Violência contra as mulheres*: uma história contada em décadas de luta**.** Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, out. 2010.

CAMPOS, Amini Haddad; CORRÊA, Lindinalva Rodrigues. *Direitos humanos das mulheres*. Curitiba: Juruá, 2007.

INSTITUTO Sangari. CEBELA/FLACSO. *Mapa da violência* 2012. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

LOUZEIRO, José. *Aracelli, meu amor*. São Paulo: Prumo, 1976.

______. *Pixote, a infância dos mortos*. São Paulo: Prumo, 1977.

MADSEN, Nina; ABREU, Masra de (Org.). *Tolerância institucional à violência contra as mulheres*. Brasília: CFEMEA, Fundo para a Igualdade de Gênero da ONU Mulheres e Ministério das Relações Exteriores da Holanda, 2014.

SAFFIOTI, Helleieth. *A mulher na sociedade de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 1969.

A Diretoria da Diversidade na Universidade de Brasília (UnB) e sua importância para o campo dos estudos feministas e gênero

Sônia Marise Salles Carvalho[1]
Nelson Inocêncio[2]
Umberto Euzébio[3]
José Zuchiwschi[4]

Introdução

O planejamento estratégico da Universidade de Brasília (UnB), no período de 2012 a 2015, define que a Universidade deve estar comprometida com

> o saber e a busca de soluções de problemas do país e da sociedade, educando homens e mulheres para o compromisso com a ética, com os direitos humanos, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a produção de conhecimento científico, cultural e tecnológico, dentro de referenciais de excelência acadêmica e de transformação social.

Para fazer cumprir tais propósitos, uma das ações da UnB foi a criação da Diretoria da Diversidade/DIV pelo Ato da Reitoria nº 0488/2013, com o objetivo de assegurar o direito à diversidade em relação às questões de gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

A Diretoria da Diversidade faz parte do Decanato de Assuntos Comunitários, cujo propósito é viabilizar o inter-relacionamento dos integrantes da comunidade universitária, atuando como principal gestor da política social, cultural e comunitária da UnB. Essa Diretoria complementa esse propósito no sentido de reforçar a necessidade do respeito às diferenças em relação às temáticas da diversidade.

A Diretoria está fundamentada nos direitos humanos relativos aos valores da justiça, liberdade, solidariedade, igualdade, combate ao preconceito e à intolerância, com vistas à formação de valores ético-humanísticos, voltados à consolidação de uma sociedade mais

---

[1] Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professora da Universidade Federal do Amazonas em exercício provisório na Universidade de Brasília (UnB).

[2] Doutor em Artes pela Universidade de Brasília. Professor da Universidade de Brasília (UnB).

[3] Doutor em Zootecnia na área de Produção Animal pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Jaboticabal). Professor da Universidade de Brasília (UnB).

[4] Doutor (PhD) em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), com bolsa-sanduíche CAPES para a Harvard University. Professor da Universidade de Brasília (UnB).

justa. Propõe-se a ser referência na execução, monitoramento e avaliação de políticas, programas e ações voltadas para assegurar os direitos humanos na comunidade universitária.

Para fazer cumprir a sua razão de ser, a Diretoria buscou desenvolver práticas que assegurassem uma gestão pública integrada e humanizadora.

Pressupomos que o direito à diversidade é um fator fundamental para a efetiva gestão democrática da universidade, que somente será consolidada a partir do reconhecimento dos espaços plurais e do direito a participação nesses espaços de forma igualitária.

Neste texto, vamos apresentar como foi organizada a DIV, sua relação com os temas feministas e de gênero e sua proposta para o enfrentamento dos preconceitos, discriminações e homofobias no espaço universitário.

1. A gestão da Diretoria da Diversidade na Universidade de Brasília

A Diretoria da Diversidade foi institucionalizada de acordo com o disposto nos Artigos 5º, 36 e 42 do Regimento da Administração Superior da Universidade de Brasília (UnB), aprovada pelo Conselho Diretor da FUB, tendo em vista o memorando nº 126/DAC de 2/5/2013(UnBDoc nº 55825/2013).

A DIV tem como pressuposto “a relação profunda entre a dimensão social e cultural”, pelo fato de que os homens e as mulheres são movidos(as) por suas crenças, costumes, artes, regras sociais. Conhecer uma cultura significa abarcar uma ampla dimensão, que vai dos aspectos psicológicos, éticos e biológicos até a dimensão espiritual. Conhecendo a outra cultura, nos reconhecemos em nós mesmos, porque é o outro que me identifica e me distingue.

Toda cultura tem “o direito de ser reconhecida na sua singularidade” e por isso é importante que haja o reconhecimento da diversidade como resposta à possibilidade de convívio social.

Esses dois pressupostos destacam a diversidade na sua relação com os direitos humanos e com a inclusão social, na medida em que reconhecer e respeitar o outro na sua diferença são atributos inerentes ao preceito da democracia.

Embora o reconhecimento da diversidade seja uma condição da existência humana, houve na história do mundo reações variadas diante das diferenças que os povos percebem entre si e como lidam com as singularidades, podendo gerar sentimento de repulsa, medo, apreço e/ou curiosidade. O importante é assegurar que as diferenças não justifiquem e se transformem em desigualdades sociais.

Parece-nos que a diversidade na sociedade brasileira moderna tem sido percebida no aspecto negativo do “outro”, tendo como parâmetro positivo a própria cultura, que se torna a melhor referência para se pensar a diferença. O que revela um paradoxo, porque o Brasil é um país identificado na sua diversidade cultural, cuja heterogeneidade causa impacto na sua tradição histórica, econômica, social e religiosa. Essa perspectiva pode levar ao preconceito, às dificuldades de convivência social e a diferentes formas de violência.

O século XXI ainda reflete a tensão na explicação da diversidade como derivativa dos fenômenos socioculturais e ambientais, em detrimento da diversidade biológica. Essa tensão é reflexiva no interior da universidade, que precisa mudar a relação estabelecida entre a ciência e a sociedade, de uma produção de conhecimento universitário (científico, disciplinar, descontextualizado, homogêneo, hierárquico), para a produção de um conhecimento multicultural, que estabelece diálogos com os movimentos sociais, grupos em vulnerabilidade socioeconômica e com cidadãos críticos e ativos. Portanto, significa mais do que incluir numericamente, mas estabelecer os diálogos com os conhecimentos próprios das comunidades em que os novos grupos sociais são originários.

A identidade multicultural de uma universidade de natureza pública precisa ser assegurada para permitir a entrada de diferentes grupos sociais, cujas culturas sejam valorizadas. No entanto, o ambiente universitário tem manifestado o desrespeito com suas culturas e conhecimentos próprios, traduzidos no sofrimento e dificuldades de permanecer na universidade com formação acadêmica desejada e qualificada.

A Diretoria da Diversidade na UnB tem sido um dos lugares onde essas tensões se concentram e que tem sido possível avaliar as condições reais em reinventar um projeto nacional de universidade, não alinhada à globalização neoliberal com características excludentes.

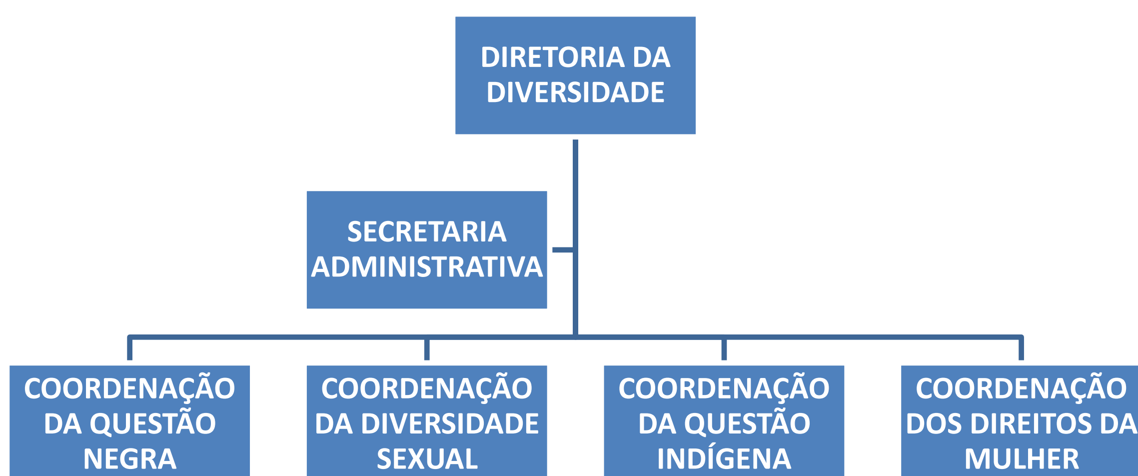
A DIV está concatenada aos propósitos da Universidade de Brasília (UnB), na medida em que busca mudanças nas formas de inclusão social de todos os membros da comunidade universitária, por meio do reconhecimento das singularidades dos grupos, que fazem parte desse universo acadêmico, bem como da promoção de alternativas para que, de fato, ocorra a inclusão social.

Precisamos reforçar a responsabilidade social da universidade, com uma globalização alternativa e a constituição de uma cultura de redes e principalmente com a efetiva participação dos cidadãos universitários em ações afirmativas mais integradas.

Para atingir os objetivos de reforçar o direito à diversidade, a DIV se organiza por meio de uma Secretaria Administrativa, a quem compete a gestão de pessoas e de processos e quatro coordenações temáticas: a questão do negro, dos indígenas, os direitos da mulher e a diversidade sexual.

As coordenações buscam reforçar a inclusão social, as ações afirmativas e a convivência democrática de todos (as) na universidade. Os coordenadores foram escolhidos por sua participação em movimentos sociais e como pesquisadores de temáticas próprias de sua coordenação.

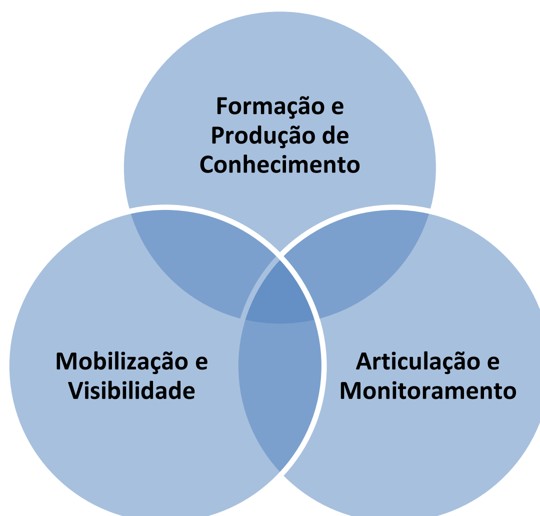
A estrutura organizacional da Diretoria está assim traduzida:



As atribuições da(o) Diretora(o) da Diversidade são propor e coordenar políticas relacionadas às questões da diversidade e mediar recursos materiais e financeiros para desenvolver as coordenações da Diretoria da Diversidade.

As Coordenações da Diretoria da Diversidade assumem a responsabilidade de estimular o respeito e a valorização das questões pertinentes à diversidade; elaborar estudos e pesquisas sobre as ações afirmativas, acompanhar os estudantes oriundos do sistema de cotas para os negros e indígenas, desde o ingresso na UnB; formular, fomentar e executar programas de gestão da diversidade no ambiente acadêmico; buscar parcerias internas e externas à UnB, a fim de viabilizar apoio financeiro.

Para promover um espaço de convivência na comunidade universitária, pautado pelo respeito à diferença, visando à igualdade de oportunidade e a cidadania, a DIV desenvolveu sua gestão a partir de três eixos; i) Formação e Produção de Conhecimento; ii) Mobilização e Visibilidade; e iii) Articulação e Monitoramento.



No eixo de **Formação e Produção de Conhecimento** foi previsto o mapeamento das ações afirmativas na universidade, incentivo à pesquisa sobre a diversidade e os direitos humanos, capacitação de pessoal, criação de disciplinas temáticas, desenvolvimento de Núcleos e Centros Temáticos, elaboração de cadernos educativos e de resoluções que auxiliem a permanência de estudantes na universidade com qualidade na formação acadêmica.

No primeiro ano da criação da Diretoria foi institucionalizado o programa AfroAtitude, que visa qualificar a vida acadêmica de estudantes negros e negras, cotistas e em vulnerabilidade socioeconômica, com atividades para o fortalecimento étnico-racial. O programa desenvolve temas importantes na relação entre cultura e gênero e discriminação e políticas públicas.

Também foi institucionalizado o programa de Combate à Homofobia, que teve como objetivo combater o preconceito contra travestis, lésbicas, gays, transvestis e transexuais. Esses programas são importantes porque configuram espaços de afirmação da diversidade e de direitos de ser reconhecido em suas singularidades.

Outra ação importante da universidade foi a criação e manutenção das disciplinas de ações afirmativas; cultura, poder e relações raciais (CEAM); educação das relações étnico-raciais (FE); sociologia das relações raciais (SOL) e pensamento negro contemporâneo (DEX). Essas disciplinas são oferecidas a todos (as) estudantes para capacitá-los a compreender as questões da diversidade.

No eixo de **Mobilização e Visibilidade** foram previstos os fóruns de discussão de temas sobre a diversidade, parcerias e convênios, campanhas de conscientização, orientação educativa às unidades acadêmicas da universidade referente às questões da diversidade, elaboração de eventos com temas sobre a diversidade.

A participação da DIV em eventos da universidade em temáticas sobre a diversidade ocorreu por meio de: seminário sobre o tema no curso de Saúde e Direito, encontro sobre o PEC-G com embaixadas africanas, encontro sobre as cotas e sobre o convênio FUB-FUNAI.

Houve a participação e organização de eventos externos à UnB com a Secretaria da Diversidade, Secretaria da Educação e Secretaria dos Direitos Humanos; contribuição na organização da Conferência do Dia Nacional das Lésbicas; contribuição na organização da Conferência do Dia Nacional da Consciência Negra; participação da Conferência Nacional da Saúde Indígena; participação da Conferência Nacional de Educação; e apoio na Conferência de Educação Alternativa. Uma ação importante foi o acompanhamento de denúncias, com base nas Normas de convivência, na Ouvidoria, Comissão de Ética e Comissão Disciplinar da UnB.

No eixo **Articulação e Monitoramento** foi proposta a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, integração entre as coordenações da DI, fortalecimento de núcleos interdisciplinares com tema da diversidade; organização de espaços e redes interativas, participação nas comissões de trabalho com temas pertinentes às questões da diversidade e assento em Conselhos Universitários em temáticas relativas à diversidade.

Neste eixo foi prevista, ainda, a orientação aos coordenadores de cursos sobre ações de estudantes que possam gerar desrespeito em relação à diversidade, orientação pedagógica e acadêmica aos estudantes negros/negras e indígenas para qualificar a permanência na UnB, fortalecimento do Centro de Convivência Negra/CCN com ações conjuntas sobre a questão do negro e assessoramento à Associação dos estudantes negros estrangeiros na UnB e assessoramento a Associação dos Indígenas.

2. Atividades desenvolvidas pela Diretoria da Diversidade/DIV e sua importância para o campo dos estudos feministas e gênero

A Coordenação de Questões Indígenas mantém reuniões semanais, em forma de Fórum, sempre às sextas-feiras, de 12h às 14h, com 60 estudantes indígenas. O Fórum tem sido um espaço para discussões, propostas e fortalecimento do grupo. Um dos resultados dessas discussões em 2013 foi a conquista da gratuidade nas refeições do Restaurante Universitário e moradia estudantil para os indígenas.

Durante esses encontros são tratados assuntos de interesse do grupo, como as políticas de inclusão da Universidade, a discriminação das mulheres e dos homens indígenas e a discriminação existente nos editais, que exigem dos estudantes um Índice de Rendimento

Acadêmico/IRA acima de 3,5. A partir dessas discussões, surgiram editais que modificaram estas práticas, deixando de cumprir esta exigência, além de também abrir um edital específico para as Ações Afirmativas.

No ano de 2013 foram promovidas discussões e interferências nos processos de desligamentos e reintegração de estudantes indígenas, assim como orientações para atendimentos no Serviço de Orientação ao Estudante Universitário (SOU), como apoio aos estudantes desligados. Vale ressaltar que esses estudantes tiveram seus desligamentos da UnB, perda de bolsas da FUNAI e dos demais benefícios que vinham usufruindo, e então esta Coordenação atuou no sentido de ampará-los até que a situação pudesse ser regularizada, acionando os diferentes segmentos da Universidade.

A Coordenação de Questões Indígenas apoiou e orientou a participação dos estudantes indignas no ENEI (Encontro Nacional de Estudantes Indígenas) na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e no Primer Congreso Internacional: Los Pueblos Indígenas de América Latina, siglos XIX-XXI em Oaxaca, México. Este último teve apoio e financiamento de passagens e diárias do Ministério da Cultura (MINC) por meio do Projeto Vidas Paralelas Indígenas, além do auxílio do DAC. As temáticas das pesquisas são referentes à relação entre cultura e civilização.

A Coordenação tem com objetivo manter o atendimento diferenciado aos indígenas, e por isso foram abertos dois concursos para professor substituto da disciplina Biologia Geral, para que pudesse desenvolver uma formação respeitando a cultura dos sujeitos da aprendizagem.

A Coordenação da Diversidade Sexual responde por uma gestão que valoriza o respeito às diferenças de gênero, orientação e identidades sexuais e promove o desenvolvimento da justiça social e dos direitos humanos LGBT.

Nesse sentido, a coordenação realizou, desde março de 2013, as seguintes atividades: reuniões do Grupo de Trabalho de Combate à Homofobia na UnB, reuniões da Comissão para Implantação da Educação em Direitos Humanos, reuniões interministeriais para a Organização do Dia da Visibilidade Lésbica (UnB/SAIAT/SPM/PR), SDH/PR, SECAD/MEC, reuniões interministeriais para a organização da Conferência Livre de Educação e Cultura LGBT UnB, CNCD/LGBT/SNPDDH/SDH/PR.

Esta coordenação participou da Audiência Pública O Distrito Federal na Construção do Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT – Coordenação da Diversidade

Sexual, Subsecretaria de Promoção dos Direitos Humanos, Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria de Estado de Justiça do Governo do Distrito Federal (24/04/2013).

Nas atividades de pesquisa, coordenou a Pesquisa sobre Homofobia na UnB – (Programa Bolsa Permanência – DAC/FE/UnB) e sobre Educação e Direitos Humanos na UnB (Comissão para a Implantação de Direitos Humanos na UnB).

Nas atividades de extensão, participou do Curso de Extensão Gênero e Diversidade na Escola (Coordenador do Módulo Diversidade Sexual) e do Curso de Capacitação em Gênero, raça e violências de gênero para as/os servidoras/es do GDF – CRAM (Centros de Referências de Atendimento a Mulher) e NAFAVDs (Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica).

A Coordenação da Questão do Negro teve o compromisso de contribuir para a formulação de políticas que englobem os alunos(as) negros (as), egressos do vestibular, por via do sistema de cotas raciais, alunos pertencentes ao Programa Afroatitude, alunos quilombolas matriculados no curso de educação no campo (LEDOC), alunos oriundos de países africanos, além de outros estudantes negros que não necessariamente se encontram nas condições mencionadas.

No ano de 2013, a Coordenação da Questão Negra participou ativamente da *Comissão 10 anos de cotas*, composta pelo Decanato de Graduação (DEG), a fim de analisar e propor a permanência, com ajustes, do sistema de cotas raciais adotado desde o vestibular de 2004.

Apesar da adesão da UnB ao sistema de cotas do Ministério da Educação, que enfatiza a condição socioeconômica dos candidatos, foram constatadas distorções que de imediato prejudicariam o acesso de parcela expressiva da população negra ao ensino superior. Na primeira reunião de 2014 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), ocorrida no dia 13 de fevereiro, foi realizada a apresentação de documento resultante desse trabalho para apreciação dos conselheiros. Na referida reunião, o encaminhamento aprovado foi o da apresentação e discussão da proposta nos departamentos, faculdades e institutos para posterior análise do CEPE à luz das contribuições das unidades acadêmicas.

Iniciou-se um diálogo com o Decanato de Extensão, na intenção de viabilizar a oferta da disciplina Pensamento Negro Contemporâneo. Para tanto, vislumbramos o seu acolhimento por uma unidade acadêmica da UnB interessada em assumi-la e torná-la obrigatória, de modo que esta venha a fazer parte dos ciclos básicos referentes aos cursos de licenciatura, em cumprimento às demandas geradas pela Lei Federal 10.639/03, posteriormente alterada pela Lei Federal nº 11.645/08.

Coordenou-se uma reunião de acolhimento de alunos quilombolas, na qual tivemos a oportunidade de conhecer suas singularidades e percebemos a importância de desenvolver um processo de reconhecimento de sua cultura, que passa pelo crivo da Fundação Cultural Palmares (FCP) e que está condicionado ao acesso ao auxílio-financeiro por meio de bolsa. Assim sendo, o compromisso com esta agenda resultou na abertura de diálogo com a FCP a fim de agilizar os procedimentos que implicam no ato de reconhecer o pertencimento dos alunos às respectivas comunidades negras rurais, às quais alegam estar vinculados.

Ainda em relação à Fundação Cultural Palmares, destacamos nossa contribuição dada ao *Ciclo de Palestras Conheça Mais/Cultura Afro-Brasileira: nosso patrimônio*. Nesse sentido, participamos em São Luís do Maranhão de palestra intitulada *Culturas negras, culturas afrodescendentes e culturas afro-brasileiras: perspectivas para as políticas públicas*. Em Brasília participamos de outra palestra, também relacionada ao ciclo, intitulada *Culturas negras: imagens, imaginário e estereótipos*. Ambas as intervenções resultaram em artigo a ser publicado pela Fundação Cultural Palmares no formato de pequena brochura que comporá coleção constituída de várias outras abordagens em torno das culturas afro-brasileiras.

Fomos atuantes também em reunião ampliada que contou com a presença do DAC e DEX em atendimento à solicitação do Ministério Público (MP) e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal (SEPIR/GDF). Em pauta, a proposta de constituição de pena socioeducativa para as pessoas condenadas pelo crime de racismo. O MP e a SEPIR demandaram da UnB a contribuição no sentido de elaborar cursos para a reeducação desses indivíduos, considerando que parte do cumprimento da pena consiste em determinadas horas/aula, que poderiam ser contempladas com lições sobre a prática de racismo.

Contribuiu-se para buscar encaminhamentos em relação aos estudantes provenientes de países africanos, que pertencem ao Programa de Estudantes Convênio de Graduação PEC-G, plano de cooperação educacional voltado para países subdesenvolvidos. O objetivo é procurar soluções que venham a ajudar na melhoria do desempenho acadêmico de alunos que se encontrem "em condição", "desligados" ou mesmo "reintegrados". A este respeito está em curso uma negociação junto ao Decanato de Ensino e Graduação a fim de estabelecer tutorias com o intuito de acompanhar esses casos, além dos alunos egressos do sistema de cotas raciais, quilombolas e outros, que se encontrem em situação semelhante.

Houve importante participação dessa coordenação no processo seletivo de 2013 do Programa de Iniciação Científica voltado para as ações afirmativas (PROIC-AF), no qual se selecionaram projetos de alunos que possuem potencial para contribuírem no campo dos

estudos das relações raciais. Foram escolhidos alunos de diversas áreas do conhecimento, preservando-se assim o caráter multidisciplinar da pesquisa.

Não menos importante tem sido a participação efetiva no Programa Pós-Afirmativas, que consiste em um curso de capacitação de estudantes negros para que possam pleitear os exames de pós-graduação, basicamente mestrado e doutorado, em condições propícias que lhes permitam ter alguma chance de êxito nos processos seletivos nas IES. Entre vários projetos apresentados por algumas universidades do país, a UnB foi selecionada pela Fundação Carlos Chagas e pela Fundação Ford, instituições proponentes que financiam tais inciativas.

Houve participação desta coordenação na reunião internacional que envolveu a UnB e as universidades historicamente negras dos Estados Unidos, conhecidas como HBCUs (Historically Black Colleges and Universities), por meio de uma delegação estadunidense composta por 17 docentes, que ocupa posição de destaque em suas respectivas instituições de ensino superior. A pauta principal da reunião foi a discussão acerca dos mecanismos para viabilizar intercâmbios culturais entre aquelas universidades e as universidades brasileiras, levando-se em consideração as oportunidades oferecidas pelo Programa Ciência sem Fronteiras.

Algumas constatações foram alvo de preocupação, como a baixa frequência de estudantes afro-brasileiros nas chamadas HBCUs, bem como a limitada proficiência em língua inglesa no que se refere à maioria dos estudantes negros brasileiros. Como encaminhamento, aprovou-se a constituição de um grupo de trabalho do qual fazemos parte, constituído por docentes das universidades historicamente negras e docentes da UnB, com o objetivo de desenvolver algumas ações conjuntas que venham facilitar o diálogo entre tais instituições.

A participação da coordenação nas celebrações referentes aos 10 anos de cotas raciais na UnB ocorreu na elaboração de cartaz alusivo ao evento, bem como palestra concernente ao assunto. Na ocasião, houve análise da nova paisagem dos *campi* da UnB após uma década de políticas de inclusão da população negra. O referido evento foi uma inciativa do Centro de Convivência Negra (CCN) e contou com o apoio da DIV/DAC.

Na atual conjuntura onde emergem, em profusão jamais vista, as políticas das diversidades, reiterando a necessidade de se compreenderem os significados de todas as categorias sociais, para além das classes e suas hierarquizações, a Universidade de Brasília (UnB) tem o compromisso de lidar com as questões pertinentes a este cenário.

O Eixo da Coordenação dos Direitos da Mulher foi assumido pela própria Diretora da Diversidade, que realizou as seguintes ações: participou do Edital nº 05/2013 da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR); do Seminário Visibilidade Lésbica – Auditório Dois Candangos – UnB. (UnB/SAIAT/SPM/PR), SDH/PR, SECAD/MEC, em 28 de agosto de 2013; participou das reuniões do Grupo de Trabalho de Combate à Homofobia na UnB e da III Conferência Nacional de Cultura e CONAE 2014 – Auditório Dois Candangos; participou do programa ProIC – Ações Afirmativas para pesquisar as ações afirmativas em relação aos direitos da mulher na UnB, e do Edital DEG 01/2013 relativo ao programa de Bolsa tutoria para orientação acadêmica às questões do direito da mulher.

Realizou-se reunião com a Secretaria da Mulher do GDF, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e com a Secretaria da Diversidade do GDF para cooperação técnica.

Esse conjunto de ações desenvolvidas pelas Coordenações da Diretoria da Diversidade tem contribuído para manter o comprometimento da universidade com a produção de um espaço democrático.

Considerações finais: desafios e perspectivas da Diretoria da Diversidade

A criação da Diretoria da Diversidade vem responder a um momento histórico em que os diferentes sujeitos de direitos buscam legitimidade de suas queixas e reivindicações para garantir a cidadania e a visibilidade.

O maior desafio não tem sido constituir as ações afirmativas, mas integrá-las, de modo que as fronteiras entre o ser mulher negra, homossexual, indígena e/ou lésbica sejam tratadas como tema transversal às problemáticas que fazem parte de um contexto civilizacional impregnado de preconceitos.

A função da Diretoria é apropriar-se de um conhecimento crítico, que favoreça a produção de conhecimentos plurais, para que seja possível a convivência respeitosa entre os membros da universidade.

Não é possível tratar da diversidade sem compreender que a natureza humana é uma construção da cultura e por isso pode ser mudada. A constituição do feminino e do masculino faz parte desse processo histórico e cultural e, nesse sentido, está sujeita a desconstrução.

O Desafio da Diretoria da Diversidade é colocar em xeque o padrão de comportamento aceito como politicamente correto. Para isso, é necessária uma universidade multicultural, para colocar em dúvida as verdades historicamente construídas.

Referências bibliográficas

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). *Planejamento estratégico* 2009-2012. Brasília: UnB, 2012.

DECANATO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS. *Relatório de Gestão* 2013-2016. Brasília: UnB, 2013.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). *Ato da Reitoria nº 0488/2013*. Brasília: UnB, 2013.

7. Identidades, Experiências e Narrativas

Construção da resistência de mulheres Xavante: um gênero discursivo

Águeda Aparecida da Cruz Borges[1]

O silêncio não são as palavras silenciadas que se guardam no segredo, sem dizer.
O silêncio guarda um outro segredo que o movimento das palavras não atinge.

Le Bot

O espaço de *articulAÇÕES e perspectivas* se mostrou relevante para a proposta de um diálogo que possibilitasse a reflexão sobre o encontro entre diferentes teorias e objetos, de modo a produzir lugares de visibilidade para a construção de identificações. Foi a partir dessa relevância que investi na proposição de uma mesa redonda e, nos entremeios abertos pela pesquisa, buscamos, por exemplo, desestabilizar Identidades naturalizadas sócio-historicamente, como Feminilidade, Masculinidade, Sexualidade e Heteroafetividade, pelo professor Luiz Bitante; ou tratar, na obra *Madona dos paramos*, de Dicke, no **nome** da personagem feminina, sobre um discurso que nega e afirma, ao mesmo tempo, dominando o enredo pelo **silêncio**, pela profª. Gilvone Furtado. Assim, supomos ser esta uma forma de participar do esforço teórico e político, considerando as relações de gênero, a natureza da literatura e práticas de resistência de mulheres Xavante, especificamente, discutidas por mim, no texto que segue e, por ser, do modo exposto, em primeira pessoa.

Compreendo gênero como uma construção discursiva, efeito de um processo de interpelação complexo e contraditório de acordo com a afirmação de Zoppi-Fontana (2013):

> Os dispositivos de enunciação permitem, historicamente, a produção da subjetividade, na contradição de filiações de sentidos e memórias discursivas a partir das quais se constroem as identificações, tanto de gênero, quanto outras, também, entrelaçadas ao longo da história, como as de posicionamento ideológico, **filiações étnicas** (grifo meu), inscrições sociais e territorialidades rurais e urbanas, representações políticas, mediação midiática[2].

[1] Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

[2] Do resumo proposto para o Simpósio: 087. Mulheres em discurso: processos de subjetivação e práticas de resistência que aconteceu no *Fazendo Gênero 10*, em Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/public>. Acesso em: 11 maio 2014.

Nessa afirmação eu me pauto para discutir a relação entre processos de subjetivação e práticas de resistência que surgem das contradições internas à dominação ideológica, no caso particular, em relação à mulher Xavante[3].

Neste caso, tomando como aporte teórico a Análise Materialista de Discurso, aprofundo as análises sobre sujeito, desenvolvidas em minha tese de doutorado. O objetivo é verificar os processos de identificação/subjetivação do sujeito “mulher indígena Xavante”, de acordo com as especificidades étnicas, culturais e sociais, que funcionam como um jogo complexo de permanência e mudança, de memória e esquecimento, de palavras silenciadas e interditadas, no contexto de inserção dessa mulher no espaço urbano.

Na enunciação de identidades, ouvimos “eu sou uma mulher”, “ eu sou um homem” ou “eu sou gay”, anunciando no sexo e na sexualidade uma essência do sujeito. Observo como se dão os deslocamentos de construção social identitária, que se produzem em condições de produção marcadas por relações de força e poder, na paradoxal, forte e silenciosa presença de mulheres Xavante, “naturalizada” no dizer homogeneizante: índi(os) do povo Xavante em Barra do Garças-MT. “Nós índios”, “nós indígenas” no dizer próprio, ou pelo Outro “os índios”, “os indígenas”, “os Xavante”, “o povo Xavante”... Esse modo de generalização pelo masculino abre possibilidades para refletir sobre gênero e resistência das mulheres Xavante na referida cidade.

Em outras palavras, não se pode afirmar que as diferenças biológicas determinam construções de gênero e, por conseguinte, não pode existir um sentido unitário ou essencial atribuível à categoria “mulher” ou à categoria “homem” (MOORE, 1988, p. 7). A distinção entre sexo biológico e gênero mostrou ser absolutamente crucial para o desenvolvimento da análise feminista nas ciências sociais, porque possibilitou aos eruditos demonstrar que as relações entre mulheres e homens e os significados simbólicos associados às categorias “mulher” e “homem” são socialmente construídos e não podem ser considerados naturais, fixos ou predeterminados. Dados culturais comparados foram particularmente valiosos nesse

---

[3] As discussões que resultaram neste texto são parte do trabalho desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa: *Mulheres em Discurso: lugares de enunciação e processos de subjetivação*, com financiamento pelo edital universal de 2013-CNPq sob o nº 487140/2013-3, o Grupo é liderado pela profª. Drª. Mónica Zoppi-Fontana/UNICAMP. As primeiras incursões no assunto, apresentei no *Fazendo Gênero 10*, em Florianópolis-2013, e a abordagem convergiu para as práticas silenciosas, inclusive, da língua própria, constitutivas da resistência das mulheres Xavante. Ampliando a discussão, no Simpósio *Mulheres em discurso: memórias e sentidos em contradição*, no X Congresso Internacional da ALED, em Puebla-México, mostrei outras práticas de resistências dessas mulheres e, para o II Colóquio *Feminismos e Gênero: articulAções e perspectivas* centrei o trabalho no gênero como prática discursiva, dialogando com outras teorias e objetos.

aspecto, fornecendo a evidência empírica para demonstrar que as diferenças de gênero e as relações de gênero são cultural e historicamente variáveis.

A noção de sujeito no discurso: similaridades e dessimetrias

O sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação.

P. Henry

Em uma perspectiva discursiva não dá para estabelecer uma relação direta, termo-a-termo, referencial entre a palavra e a coisa designada. Essa relação está mediada pelo discurso, entendido como trabalho simbólico, político e ideológico sobre o mundo, sobre as condições de existência e que funciona inconscientemente. É aí que o conceito de discurso intervém, como rede de sentidos construídos na/através da língua, pela qual o sujeito se constitui e se relaciona com o mundo, através da qual a vida em sociedade se torna possível.

O sujeito é consequência das discursivizações em torno dele, nas condições de produção em que se encontra. Ele é interpelado e funciona como efeito e como materialização das interpelações constitutivas da memória discursiva. Por isso mesmo, a partir dos dispositivos teórico/analítico escrevo que nesse movimento que se instaura, sob o meu parecer, a resistência, pois o povo Xavante interpela a cidade que o interpela. A quebra do ritual de assujeitamento gerada pela subjetivação na resistência possibilitaria a ruptura com a reprodução do discurso da dominação ao produzir um acontecimento histórico que rompe o círculo da repetição.

A teoria materialista do Discurso visa construir métodos de compreensão dos objetos de linguagem enquanto fatos, e não enquanto dados, ou seja, ela se coloca no campo do “acontecimento linguístico” e do “funcionamento discursivo”. Concebe a língua como parte de um processo histórico-social e coloca o sujeito e o sentido como partes desse processo, uma “entrada irremediável e permanente no simbólico”, um “compromisso com os sentidos e com o político. O sujeito é um lugar de significação historicamente constituído” (ORLANDI, 1999, p. 9; 1996, p. 210).

Em Orlandi (2009), é possível compreender a teorização sobre o sujeito constituída por dois movimentos diferentes, mas inseparáveis. A autora explica que em um primeiro

movimento, parte-se do indivíduo de natureza psicobiológica denominado **indivíduo 1**. Esse primeiro movimento permite compreender a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, na materialidade simbólica que constitui a forma-sujeito histórica. Ou seja, todo indivíduo para se significar como sujeito sofre o processo de interpelação.

Ainda em Orlandi (*id*.), compreendemos como ocorre o processo de individualização do sujeito, isto é, com a forma-sujeito-histórica constituída é que se dá o que a autora considera como *processo de individualização do sujeito*. Assim, "a forma-sujeito-histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social".

Aqui podemos observar como o Estado capitalista produz, pelo funcionamento das instituições, as formas de individualização do sujeito.

> As formas de individualização do sujeito pelo Estado, estabelecidas pelas instituições e pelos discursos resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. É o sujeito individualizado ou **indivíduo 2** de natureza sócio-histórica ideológica, indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se significa pela inscrição nas diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições sujeitos, relativamente às formações sociais. Assim, a noção de sujeito individualizado não é psicológica, mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política (ORLANDI, *ibid*.).

Pêcheux (1990, p. 295) retoma uma citação que se encontra na conclusão do texto redigido em 1975, formulada como segue:

> A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o *non sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira.

Esse efeito de evidência é produzido antes mesmo do sentido e faz com que cada um diga "eu sou", "eu faço". No jogo, que sustenta o político na sociedade, depreende-se que toda dominação ideológica é antes de tudo uma dominação interna, isto é, uma dominação que se exerce primeiramente na organização interna em que as práticas do aparelho ideológico se inscrevem. Dessa maneira, a mudança de posição se constitui em relação ao discurso à medida que no sujeito ressoa a cegueira e surdez, de que fala Pêcheux (1990, p. 296): "(...) em que medida as evidências e as injunções da Ideologia dominante podem cegar e ensurdecer".

De maneira a fazer compreender esse sujeito é importante reiterar o encontro de Pêcheux com o "seu quadro epistemológico" e o modo como o autor identifica os lugares de ruptura e constituição do sujeito da Análise de Discurso: na psicanálise, "o sujeito é descentrado, afetado pela ferida narcísica, distante do sujeito consciente, que se pensa livre e dono de si". O sujeito desejante, sujeito do inconsciente, a Análise de Discurso encontra no

materialismo histórico, na ideologia althusseriana, o sujeito assujeitado, materialmente constituído pela linguagem e devidamente interpelado pela ideologia. Em Ferreira (2003, p. 40), encontramos:

> O sujeito do discurso vai colocar-se estratégica e perigosamente entre o sujeito da ideologia (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção de inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem. [Como se vê, a Análise do Discurso ao construir a categoria teórica do sujeito o faz, desde o início, pautando-se por uma singularidade que a torna muito peculiar]. O sujeito do discurso não é apenas o sujeito ideológico marxista-althusseriano, nem apenas o sujeito do inconsciente freudo-lacaniano; tampouco, não é apropriado afirmar que esse sujeito seja uma mera adição entre essas partes. O que vai fazer a diferença desse sujeito é o papel de intervenção da linguagem, na perspectiva de materialidade linguística e histórica que a AD lhe atribui (FERREIRA, 2003, p. 40).

Concordando com Ferreira (*id*.), o conceito de sujeito em questão remete para o sujeito dividido da psicanálise, ou seja, um sujeito como efeito de linguagem, falado pelo inconsciente. Pêcheux, citando Lacan em "Só há causa daquilo que falha", dirá que a categoria de sujeito da Análise de Discurso deve considerar essa causa [do que falha], na medida em que ela se "manifesta" incessantemente e sob inúmeras formas (o lapso, o ato falho etc.), no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais "apagados" ou "esquecidos", mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non sens* do sujeito dividido.

Para fazer entender a constituição do sujeito na sociedade ocidental, Orlandi (*Ibid*.) apresenta o esquema que segue:



Figura 1 - Constituição do sujeito na sociedade ocidental

Como vemos, o esquema dá conta de explicar a forma-sujeito histórica capitalista, dominante, porém, ainda que interpelados por essa forma sujeito, sofrendo/vivendo sob esse modo de produção, os indígenas Xavante que se deslocam para a cidade foram constituídos em outra formação social, em outro modo de produção. Repetindo Pêcheux (*Ibid*.), "no próprio sujeito, os traços inconscientes do significante não são jamais "apagados" ou "esquecidos", mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non sens* do sujeito dividido", dividido entre a aldeia e a cidade, a forma histórica Xavante-da aldeia e a forma histórica ocidental-da cidade.

Na organização social Xavante, a posição sujeito define-se em determinados rituais. Espera-se que determinados papéis sejam desenvolvidos durante e após o processo ritual. Neste sentido, Firth (1974, p. 47), concebe aquilo que estamos considerando como estrutura social da seguinte maneira:

> a ideia de estrutura da sociedade deve preencher certas condições. Deve levar em conta as relações ordenadas das partes como todo, o arranjo que une os elementos da vida social. Essas relações devem ser consideradas como construídas umas sobre as outras – são séries de ordens de complexidade variáveis. **Devem possuir uma significação não apenas momentânea** – **algum fator de constância ou continuidade deve estar envolvido nelas** (grifo nosso).

Segundo Clastres (1987, p. 63),

> *la sociedad occidental es infinitamente diferente de cualquier otra forma de sociedad (...) su régimen de producción económico, justamente espacio ilimitado, espacio sin lugares que en cuanto que es negación constante de los limites (...) lo que diferencia a Occidente es El capitalismo*.

O Ocidente classifica as sociedades indígenas como sociedades sem poder. Elas apresentam um chefe, mas esse chefe é desprovido de poder coercitivo do modo como acontece na sociedade capitalista. No entendimento do autor (*id*.), o grande problema é que para pensar o poder nessas sociedades, a etnologia (estudo das etnias) parte sempre do poder político que se baseia na dicotomia *comando-obediência*, do modelo capitalista. Ele diz:

> *las sociedades primitivas son por lo tanto, sociedades indivisas (y por ello mismo cada una se concibe como totalidad) sociedad sin clases – sin ricos que exploten a pobres (...) de La boca Del jefe no brotan las palabras que sancionan La relación de mando-obediencia... Sociedades sin Estado* (*Ibid*., p. 114).

Na perspectiva ocidental, o poder não alcança, na totalidade, a memória Xavante, não porque são "incapazes", "inferiores", "incompetentes"; mas porque resistiram/resistem a esse tipo de organização. O povo Xavante negou-se, historicamente, apesar de todas as pressões

desde a colonização, a constituir um Estado com o modelo ocidental, que tem como base as categorias *comando-obediência*. Refletindo com o autor (*Ibid.*), o poder, como questão, foi resolvido de diferentes formas por diversas sociedades. São sociedades que não permitem uma divisibilidade, isto é, não criam divisões por trabalho, por exemplo. Isto é algo não compreendido pelo Ocidente, os indígenas foram/são e, ainda que o andar já não seja mais o da "carruagem", serão reconhecidos como "preguiçosos", "vagabundos", "incapazes", como apontam os materiais que analisamos.

Os indígenas são interpelados pelo sujeito capitalista, mas isso não implica que passem a ser integralmente como os não indígenas. Nós, não índios, também somos Outros dos índios. Caso fizéssemos o movimento contrário, isto é, passássemos a viver/frequentar a aldeia, poderíamos ser interpelados pela formação social da aldeia, sem, contudo "apagar" a formação social ocidental. Assim,

> o outro não constitui um universo completo, e sim um furado – pois falta um significante que permitiria dizer que é um conjunto totalizante de todos os significantes da linguagem. [...] No inconsciente, como discurso do Outro, sempre falta um significante último que daria um último sentido à vida, à história e às questões do sujeito (QUINET, 2012, p. 30).

A formulação do esquema nos leva a reafirmar a impossibilidade de pensar o sujeito apartado do espaço. Seguimos afirmando que para compreender esse processo, é preciso focar o "olhar" sobre o par aldeia/cidade, nos debruçando sobre a questão, se pretendemos propor uma alternativa coerente com o real, qual seja, uma cidade com suas especificidades, Barra do Garças, que é frequentada por indígenas, no caso os Xavante, pois se deslocássemos a análise para a relação com os Bororo a atenção teria que ser em conformidade à organização social Bororo, que é diferente da Xavante. Entre os indígenas há uma organização, tradicionalmente[4], uma regularidade no modo de vida, mas com as peculiaridades de cada povo.

As relações de parentesco e ritual Xavante estão vinculadas ao tipo de organização social desse povo, que é clânica. A sociedade se divide em três clãs: *po'redza'õno* (girino),

---

[4] Uma aldeia indígena é uma organização tradicional. Nela, os líderes exercem suas funções de acordo com as orientações das tradições herdadas dos seus ancestrais. O posto de cacique é geralmente herdado de pai para filho, entre os pertencentes a clãs ou a linhagens superiores, ou de uma combinação entre estes e seus afins, ou aliados políticos ou econômicos. Os conselheiros e os auxiliares do cacique também devem ocupar um lugar na lógica da estrutura social do grupo. Tal estrutura segue uma orientação cosmológica constituída desde a criação do mundo, expressa nos mitos de origem e reproduzida e revivida por meio dos ritos e cerimônias. A organização cosmológica orienta a vida social, política e espiritual dos indivíduos e grupos, na medida em que se definem quais são os valores a serem observados e as consequências que podem gerar quando não são obedecidos (SANTOS, 2006, p. 63).

öwawe˜ (rio/água grande) *e tob'ratato* (onomatopeia de uma ave noturna, de acordo com Giaccaria e Heide (1972, p. 104); Maybury-Lewis (1984, p. 221) denomina essa última organização por olho no círculo. A filiação clânica é definida por descendência paterna. Os Xavante são patrilineares e praticam casamento uxorilocal. Segundo Giaccaria e Heide (*Id*.) e Giaccaria (2000, p. 28 -144), a sociedade Xavante é constituída por duas metades exogâmicas nas quais os três clãs se distribuem. Essas metades, *danhimire* (direita) e *danhimi'e* (esquerda), que não possuem qualquer referência com a planta das aldeias ou casas, teriam surgido, segundo depoimentos coligidos por Giaccaria e Heide, como decorrentes de discórdias e tensões sociais. Delgado (*id.*, p. 28) diz que

> talvez seja preciso relativizar as colocações destes autores, pois não são as discórdias e tensões que produzem as metades exogâmicas. Como o próprio termo sugere, as metades aparecem para regular casamentos inicialmente, isto é, quem pode dar e receber mulheres.

Consultando Giaccaria (2000, p. 29), identificamos que, segundo ele, há na sociedade Xavante, duas tendências:

> (...) uma que tende para o conflito, a destruição, outra que tende para a fraternidade e a união, para o incremento e fortalecimento da tribo. Sempre, pelo menos idealmente, prevalece a segunda (GIACCARIA, 2000, p. 29).

Essa organização da/na aldeia interpela o Xavante na forma-sujeito histórica *a'uwê* naquele espaço de vida e, sob a nossa análise, não descola dele no movimento de vinda para o espaço. Dadas as condições de produção, esse sujeito inscrito na cidade se coloca nela "ao seu modo", mas sofre os seus efeitos. Pensemos: um fato é, a partir das tensões internas, os xavantes se distribuírem em lugares diferentes na cidade. Por exemplo, o outro é, sob a organização social clânica que tem vínculo com os rituais, transportá-los para o espaço urbano; isto é, esse tipo de organização não cabe na cidade, daí o movimento de retorno para a aldeia a cada "festa", ritual, identificação com a forma social clânica, como apresentado nos esquemas abaixo, de Giaccaria (2000).



Figura 2 - Identificação clânica entre os Xavante

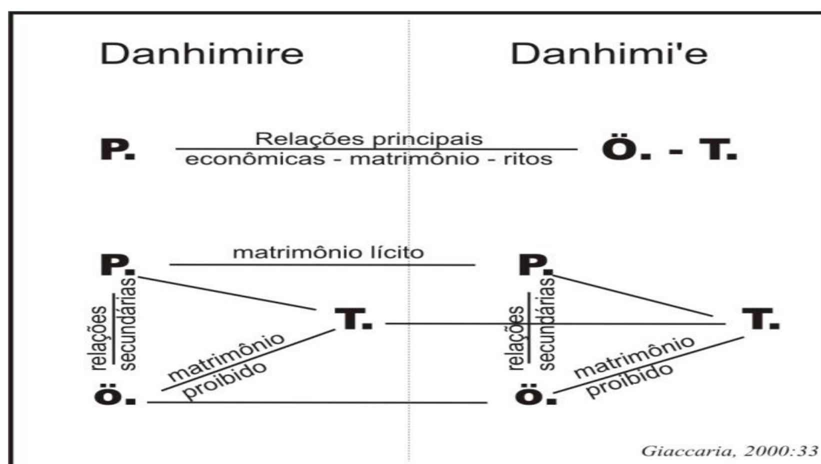


Figura 3 - Metades exogâmicas

O processo de nominação Xavante é parte de um sistema complexo de trocas cerimoniais entre as metades. O conjunto de nomes masculinos não só identificam um indivíduo determinado, como se trata de um critério para distinguir o pertencimento às linhagens que compõem cada uma das duas metades exogâmicas. Muitas vezes, um homem se identifica com uma das metades através do reconhecimento de sua filiação a um ancestral de prestígio. Em muitos casos, o nome desses ancestrais pode adquirir até oito nomes durante a vida. Geralmente, esses nomes são sonhados por membro da linhagem patrilinear. Tal herança vai ser reforçada na passagem da idade dos wapté (pré-iniciado).

Com as mulheres, ocorre diferente, a cerimônia denominada Pi'õ-nhisi é uma celebração exclusiva para elas. Pelo fato de envolver contatos extraconjugais, essa prática foi desaprovada por missionários e abandonada por muitos grupos Xavante, mas, em comunidades que afirmaram a independência da missão, a cerimônia de nomeação vem sendo restabelecida.

A passagem ao ambiente urbano, às vezes, é colocada como automática, cristalizando-se, assim, estados ou situações, em modos de ser. Diferente de outros modos de migração, de outros povos, é possível analisar o deslocamento da aldeia para a cidade, também, como migração em relação a determinados povos indígenas que se deslocaram para as cidades e passaram a habitá-las, como os Pankararu migraram do nordeste brasileiro e se estabeleceram nos arredores, em favelas da cidade de São Paulo. Mas, por exemplo, não podemos dizer o mesmo sobre os Guarani/kaiowá em Dourados/MS, já que ali a cidade é que cresceu e "engoliu" a aldeia. São muitos e diferentes casos que carecem de tratamento diferenciado. O caso em foco é diferente em relação aos dois exemplos apresentados, pois como vimos

esclarecendo, em Barra do Garças, os Xavante são frequentes, por assim dizer: estão em um vai e vem constante entre as aldeias e a cidade.

As especificidades de cada caso implicam modos (e intensidades) de relação específicos com a cidade. Ao tomar um evento de inserção indígena na cidade, empiricamente, há que se levar em conta a sociocosmologia de cada povo, a noção específica de territorialidade, e aqui teríamos que estender a discussão.

Ao consideramos um caso específico de inserção indígena no ambiente urbano, devemos fazê-lo tendo em conta o processo de subjetivação e o modelo de socialidade específicos do grupo em foco. Essa discussão nos coloca questões importantes sobre relações possíveis para a cidade, como, por exemplo, a temporalidade, a negação e, nesse ponto, consideramos ser importante aprofundar sobre a designação, até porque não há uma designação específica que compreenda o indígena na ocupação do espaço da cidade, pois ele não é habitante, não é proprietário, não é dono. Entre o real e o imaginário do que seja uma designação para um sujeito na cidade, são muitas as atribuições designativas que acompanham o termo genérico *índio* e, contraditoriamente, afirmam que no espaço urbano "índio deixa de ser índio".

A questão da constituição do sentido, do sujeito e da ideologia torna-se determinantemente forte para o analista (PÊCHEUX, 1995). Dito de outra forma, a ideologia é a própria realização do sujeito e sentido se constituindo de forma simultânea, o que permite ampliar a discussão e pensar no sujeito assujeitado ao discurso jurídico para significar. Não significando, sob a nossa análise. Vejamos o que nos diz **P** (Anciã Xavante, 65 anos):

> não penso no futuro, mas em passar tudo que sei, guardo na memória, aprendi com mãe e parentes mais velho para filhos parentes para garantir que nosso conhecimento não vai embora no tempo (...) quando for o tempo sempre a mãe fala, conta e ensina tudo.

Para Orlandi, o silêncio é "a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do "um com o "múltiplo", a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa" (2007, p. 24). Na política do silêncio, trabalha-se com a concepção de que alguns sentidos são censurados ou pelo sujeito de uma formação discursiva, ou para toda uma comunidade em algum local historicamente determinado. "Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)".

Em linhas gerais, a mulher Xavante ao longo da história tem demonstrado sua força na educação e na sobrevivência do seu grupo. O fato de ter o domínio do conhecimento dos alimentos do cerrado e da mata faz delas exímias coletoras e também agricultoras, pois cabem a elas os cuidados com a roça e outros afazeres que as legitimam perseverantes na manutenção da cultura: "A palha só as mulheres trançam e usam o bakité... o homem não, não pode, sempre a mulher (...) sabe, planta e conhece sempre só ela" (Mulher Xavante).



Foto 1 - Acervo da Sec. de Assuntos Indígenas, Barra do Garças/MT.[5]

As mulheres Xavante têm práticas ecológicas ricas em experiências para o desenvolvimento do meio ambiente. As práticas culturais dessas mulheres são representações de suas culturas, como afirma Geertz (1989, p. 10), "uma teia de significados, sistemas entrelaçados de signos interpretáveis, é um contexto que podem ser descritos densamente".

É importante dizer que o fato de elas falarem muito pouco a língua portuguesa me leva a supor que é uma forma de resistência também constitutiva da subjetivação. Quando vêm para a cidade, andam de cabeça baixa, sempre à frente dos homens; como na aldeia, usam o bakité para carregar as crianças e, também, objetos.

O espaço deste texto limita que se amplie a discussão, mas possibilita afirmar que pelo silêncio da língua do outro, pela presença marcante do jeito de ser Xavante, mesmo no espaço urbano, essa mulher é, em grande medida, a responsável pelo modo de ser Xavante. A presença modificada em relação ao imaginário e afetada pelo modelo da sociedade capitalista produz discursos conflituosos sobre a presença indígena na cidade, que representam, na

[5] Publicação de imagem autorizada.

ordem das relações de poder, como analisamos na tese, preconceito, estereótipo, repulsa, por um lado, pois outros discursos emergem nessa construção: o da demanda, da denúncia, da reivindicação e, como vimos discutindo, da fortaleza da mulher. A recomposição dessas posições nas redes densas de significações, imbricações, silenciamentos, apagamentos, exposições, olhares mutantes tramam a complexa unidade do processo de identificação dessas mulheres, na diferença entre elas e delas em relação ás mulheres ocidentais.

Os princípios e os procedimentos da Análise do Discurso, postos em funcionamento, nos afastaram do olhar capturado pelo efeito de evidência que as aparências impõem, para compreender e afirmar que há uma longa história por vir. Essa história colocará em confronto saberes de diversas naturezas, no tocante ao processo de identificação das mulheres Xavante em seu modo de ser, de dizer, de silenciar, de viver.

Referências bibliográficas

BORGES, A. A. C. “A constituição discursiva sobre o índio em Barra do Garças/MT: um paradoxo na praça”. *Revista Panorâmica Multidisciplinar*, EdUFMT, n. 6, 2006.

BORGES, A. A. C. *Da aldeia para a cidade*: processos de identificação/subjetivação do índio Xavante na cidade de Barra do Garças/MT, alteridade irredutível?. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. “Decreto n° 8.072, 20 de junho de 1910”. Dispõe sobre a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais. *In*: LIMA, A. C. S. *Um grande cerco de paz*: poder tutelar e indianidade no Brasil. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1992. V. II, anexo nº 1, p. 1-8.

CLASTRES, P. “Do etnocídio”. *In*: ______. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DELGADO, Paulo Sérgio. *Entre a estrutura e a performance*: ritual de iniciação e faccionalismo entre os Xavante da Terra Indígena São Marcos”. Tese ((Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FERREIRA, M. C. L. “O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil”. *Revista Letras*, Santa Maria, v. 27, n. 2, p. 39-46, jul.-dez. 2003. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistaletras/artigos_r27/revista27_3.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2012.

FIRTH, R. W. *Elementos de organização social*. Rio Janeiro: ZAHAR, 1974.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Trad. de Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIACCARIA, B.; HEIDE, A. *Xavante*: povo autêntico – pesquisa histórico-etnográfica. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1984.

MOORE, H. L. *Feminism and anthropology*. Cambridge: Polity Press, 1988.

ORLANDI, E. “A incompletude do sujeito: e quando o outro somos nós?”. *In*: ORLANDI, Eni (Org.). *Sujeito e texto*, n. 31. São Paulo: EDUC, 1988. p. 9-16. (Série Cadernos PVC).

______. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

______. “Exterioridade e ideologia”. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, IEL/Unicamp, n. 30. p. 27-33, 1996.

______. *Análise de discurso* – princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005. [Edição original: 1999].

PÊCHEUX, M. “Análise automática do discurso (AAD-69)”. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. [Edição original: 1969].

______. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. [Edição original: 1975].

______. “Ler o arquivo hoje”. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura*, da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 55-67. [Edição original: 1982].

QUINET, Antonio. *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

REZENDE, M. A.; PASSOS, L. A. “O que acontece no cotidiano das mulheres Xavante das aldeias Pimentel Barbosa e Marãiwatsede”. *Fazendo Gênero 9* – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23-26 de agosto de 2010.

SILVA, R. N. *O universo social dos indígenas no espaço urbano*: identidade étnica na cidade de Manaus. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SOUZA, P. de. “Espaços interditados e efeitos-sujeito na cidade”. *In*: ORLANDI, Eni P. *Cidade atravessada*: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001.

ZOPPI-FONTANA, M. G. *Cidadãos modernos, discurso e representação*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

______. “Camelôs e o direito à cidade”. *Anais do 7° Encontro da ANPUR*: novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais – um desafio ao planejamento. Recife: MDU/UFPE, 1997. p. 1160-1179.

______. “É o nome que faz fronteira”. *In*: INDURSKY, F. (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: CPG-Letras/UFRGS, 1999. (Coleção Ensaios do CPG-Letras/UFRGS).

______. “Identidades informais: contradição, processos de designação e subjetivação”. *Organon*, Porto Alegre UFRGS, v. 17, n. 35, 2003.

______. “Arquivo jurídico e exterioridade”. *In*: GUIMARÃES, E.; PAULA, M. (Orgs.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005.

______. “A arte do detalhe”. Disponível em: <http://www.discursividade.cepad.net.br/atual/Arquivos/zopi.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2012.

As guardiãs da memória e suas “caixinhas de lembranças”

Juliana Eugênia Caixeta[1]

1. As guardiãs da memória

Guardiãs da memória são narradoras especiais da história familiar. São mulheres que se destacam no grupo por práticas de colecionar objetos que dizem respeito à família e por práticas de narração. Nesse processo de contação de história, a vida vai se transformando em epopeias, em dramas, em comédias, que qualificam a família em um processo contínuo de transformação.

Halbwachs (1990) explica que as guardiãs constroem os “museus de família”, que são, de fato, marcas do passado, ou seja, não são apenas elementos que evocam lembranças, mas, além disso, são a própria lembrança. Em tais museus, posse da guardiã da memória, podem-se encontrar objetos valiosos, pois são símbolos da família:

> durante todas as suas vidas [essas mulheres guardiãs] selecionaram e guardaram fotografias, cartões, felicitações, bilhetes, cartões-postais, cartas e bilhetes, convites de batizado, lembranças de aniversários, “santinhos” de missa de 7º dia, broches, relógios, bibelôs, moedas e algumas cédulas, cachinhos de cabelos amarrados por fitas, medalhinhas de santos, enfim, pequenos objetos de memória que foram sendo depositados em caixas, as quais denominei caixinhas de lembranças (PEREIRA, 2004, p. 5).

Ser guardiã da memória é ocupar um posicionamento na família diferenciado dos demais membros. Podemos afirmar que esse posicionamento é resultado de vários encontros, afinal, como explicam Davies e Harré (2001), o posicionamento de uma pessoa depende, inevitavelmente, do posicionamento de outras, ou seja, o posicionamento é um fenômeno relacional que, no caso das guardiãs da família, é resultado das suas relações com os outros membros familiares e da própria construção de sua história como pessoa. A questão, portanto, é: por que, diante de todas as pessoas da família, a pessoa X se tornou guardiã, assumiu este posicionamento; e outras, não?

[1] Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade de Brasília (UnB).

Caixeta (2006) trabalha com três hipóteses possíveis de explicação, em seu estudo de doutorado:

- 1. são pessoas herdeiras de outros guardiões da memória e, neste caso, não foi encontrada uma relação de gênero, ou seja, os pais guardiões podem passar seus guardados e histórias para suas filhas ou filhos, e mães podem passar para filhos ou para filhas;
- 2. os guardiões constroem, ao longo do seu desenvolvimento pessoal, uma percepção seletiva mais apurada sobre as coisas da família. Parecem ser mais sensíveis, parecem se encantar com mais facilidade sobre as coisas (objetos, histórias, fotografias) da família;
- 3. confirmando os dados de Barros (1989), as mulheres se tornam guardiãs em pontos marcantes da vida, por exemplo: no casamento, na adolescência ou final da infância e em momentos de perda. Os pontos marcantes parecem ser pontos de mudança: como a transição da infância para a adolescência, a perda de alguém, que requer um novo posicionamento das pessoas da família e delas próprias. Parece-nos, então, que nestes períodos, elas se posicionam diferentemente, assumindo, por características pessoais e pela interação social, o posicionamento de guardiões:

> as pessoas são capazes de exercitar escolhas em relação às práticas [sociais]. Tomando uma posição particular, a pessoa inevitavelmente vê o mundo daquele lugar, construindo imagens, metáforas, histórias e conceitos que são relevantes dentro daquela prática discursiva na qual estão posicionados (DAVIES; HARRÉ, 2001, p. 262).

Nas palavras de Barros (1989),

> O guardião está referido à família quando constrói para si e para os familiares o perfil desse papel social. Não é uma motivação individualizada que leva o colecionador a procurar, investigar, encontrar e conservar seus bens preciosos. (...). Essas atribuições não são especificadas apenas pelo guardião, mas por toda a família que consensualmente o incumbiu desta tarefa (p. 38).

Nesta discussão, parece evidente a constituição dialógica do posicionamento, ou seja, a função de guardiã vai sendo alimentada e retroalimentada pela interação de cada guardiã com o seu grupo social. Dessa forma, elas são tidas como referências no grupo, ao mesmo tempo em que assumem este posicionamento em uma relação dialética (BAKHTIN, 1992; CIAMPA, 1987; DAVIES; HARRÉ, 2001; HALL, 1999; PINTO, 2000).

No estudo de Caixeta (2006), o que posiciona uma pessoa como guardiã é, também, sua prática de guardar objetos, que, para Barros (1989), Gomes (1996) e Pereira (2004), tem duas funções: 1º) ser a própria lembrança de eventos da família, da ascendência, das práticas; e 2º) permitir a construção de histórias sobre eles e através deles. Portanto, os objetos são a concretização da memória, podendo ser significados, inclusive, como prova factual da vida de outrora (BARROS, 1989; KHOURY, 1999; MAUAD, 2001).

2. A pesquisa

- ⇒ Como as mulheres se tornam guardiãs?
- ⇒ Como elas se posicionam como guardiãs?
- ⇒ Quais significados regulam suas narrativas de história de vida?
- ⇒ Qual é o papel das imagens e dos objetos na narrativa de história de vida dessas mulheres?

Com o desafio de responder as inquietações acima colocadas, iniciamos essa pesquisa com o objetivo de conhecer mulheres guardiãs da memória, estudadas pela história, mas sem investigações na psicologia. Acreditamos que estudar guardiãs da memória na perspectiva da psicologia nos ajuda a compreender o fenômeno da memória nas suas mais diversas manifestações culturais e individuais, por possibilitar a costura de temas importantes, como memória, identificação e *self*.

Nesse contexto, nosso objetivo foi identificar, por meio da oralidade, imagens e objetos guardados, os significados que orientam a identificação de mulheres guardiãs da memória. Para tanto, realizamos entrevistas narrativas e episódicas com cinco mulheres guardiãs da memória, com idade entre 38 e 70 anos, em quatro encontros: no primeiro, ouvimos as histórias de vida; no segundo, realizamos a entrevista episódica; na terceira, conhecemos os guardados e recolhemos a fala sobre eles e, por fim, ouvimos as histórias sobre as fotografias selecionadas por cada guardiã. Os dados totalizaram 15 horas e 43 minutos de gravação em áudio, que foram totalmente transcritos. Os dados foram submetidos a uma leitura intensiva e a uma análise temática dialógica que resultou na construção de um mapa de significados da história de vida de cada guardiã (CAIXETA, 2006). As fotografias e os objetos foram analisados a partir da análise temática dialógica e a análise da imagem parada (PENN, 2003).

É importante colocar que como o processo de pesquisa qualitativa é cíclico, a aparente organização linear da apresentação dos procedimentos não deve levar à compreensão de uma linearidade na construção dos dados, ou seja, quando falavam de seus guardados, cada mulher estava falando de si e da história de sua família.

Para tecermos esta seção, optamos, em um primeiro momento, por retomar nossos posicionamentos teóricos e, em um segundo, por apresentarmos as respostas aos questionamentos que motivaram esta pesquisa. Sendo assim, podemos começar esta reflexão afirmando que este trabalho se encontra no enquadramento da psicologia cultural porque entendemos os processos de identificação e de memória como construções sociais, viabilizadas pelas interações EU-outro, nas quais as pessoas vão mobilizando os significados e construindo outros sobre si, seus grupos sociais e suas práticas de vida. Nesta construção, as pessoas vão se posicionando e são posicionadas na semiosfera, ou seja, em um espaço de significados culturais possíveis construídos na relação de si com o outro, vão atuando no mundo e organizando seu conhecimento a partir desse lugar. Neste caso, as mulheres se posicionaram e foram posicionadas como guardiãs e desse lugar construíram significados de si e seu grupo, evidenciando que, para elas, nesse lugar de guardiãs, a memória coletiva é mediada pela memória familiar, já que a memória constrói narrativas e o falar de si é falar da história de suas famílias: dos pais, avós, bisavós, filhos, netos, sobrinhos, tios etc.

A história da mulher e da mulher guardiã é a história de sua família e de como ela (mulher) se posiciona e posiciona os outros sociais com os quais se relaciona na desafiadora arte de narrar suas histórias. Isto porque a atividade de narrar a história de si e as lembranças da vida é interpretativa e é trabalho, pois exige tomadas de decisão e reflexão. Narrar a história não é revivê-la, mas construir um conhecimento de si a partir do olhar/do ponto de vista do hoje, do aqui-agora e das expectativas de futuro, das possibilidades que se abrem ou não no momento da interação entre pesquisadora-guardiã. Por isso, concordamos com Geertz (1978, 1998), Rey (1997) e Branco e Valsiner (1997) quando afirmam que a pesquisa é o recorte, é uma construção possível de uma realidade em movimento. Nela, nós, pesquisadoras e pesquisadores, embrenhamo-nos na também desafiadora tarefa de interpretar a interpretação e de fazer escolhas, afinal, a atividade de pesquisa também é trabalho, é o trabalho de narrar a história da própria pesquisa, desenvolvendo argumentações. Assim, continuaremos tecendo estas considerações, apresentando as principais respostas que foram construídas para os questionamentos que motivaram esta pesquisa:

⇒ **Como as mulheres se tornam guardiãs?**

As mulheres se tornam guardiãs em momentos de mudança da sua história, mudanças que, individual e coletivamente, são importantes e repercutem não só para a pessoa em si, mas também para o grupo familiar. Neste estudo, identificamos a adolescência, o fim da infância, o casamento e a perda do pai como momentos que desencadearam a prática de guardar objetos. Se refletirmos sobre o que há em comum nesses momentos, perceberemos que são momentos significados como momentos de transição: o casamento, para a mulher, traz a possibilidade de novos posicionamentos como – ser mãe, dona-de-casa, esposa (CAIXETA, 2001; ROCHA-COUTINHO, 1994; 2000); a adolescência e a transição para ela são caracterizadas pelas mudanças corporais, a construção de um novo pensamento – abstrato, a reflexão sobre si e sobre o mundo, o conflito e negociação de valores com a família e o grupo. Nesse momento da vida, podemos observar que não só o indivíduo adolesce, mas, também, toda a família (CARTER; McGOLDRICK, 1995). E a morte, apesar de fazer parte do ciclo de vida, é significada culturalmente como um momento de dor e de perda, momento em que a pessoa precisará reconfigurar a família e ressignificar os posicionamentos antes construídos (LOUREIRO, 2000; BROWN, 1995).

⇒ **Como elas se posicionam como guardiãs?**

Estas mulheres se posicionam como guardiãs a partir de suas práticas de guardar objetos e pelo próprio ato narrativo.

Os objetos são a concretização da memória. Portanto, podemos dizer que sua identificação é construída pela atividade que exercem na família e pela consequência que assumem de tal posicionamento. Assim, conforme estudado por Caixeta (2001) e Caixeta e Barbato (2004), a identificação inclui, também, o modo de execução de tal atividade, cujo posicionamento traz consequências para si, por exemplo, como as que foram identificadas neste estudo: a prática de guardar, a percepção seletiva sobre objetos, imagens e histórias da família, a decisão sobre escolher ou não ficar com algum objeto (incluindo, aí, a fotografia) e o trabalho criativo de construção dos guardados. Com isso, observamos que esse grupo é aparentemente um não grupo. Contudo, evidenciamos que, de fato, as mulheres guardiãs com as quais trabalhamos formaram um grupo pela prática que exerciam em suas famílias: guardar e zelar pelo "museu familiar" e pelas lembranças da família e de si mesmas. Portanto, podemos agrupá-las, sim, em um grupo de guardiãs da memória.

⇒ **Quais significados regulam suas narrativas de história de vida?**

Podemos dizer que foram as dimensões *tempo* e *espaço* nas suas mais diferentes configurações. Apesar de cada uma delas ter elegido significados importantes e reguladores de suas histórias, percebemos que todas elas se posicionavam ao longo das dimensões *tempo* e *espaço* para construírem suas narrativas de história de vida, seja para falar sobre o cotidiano, da intergeracionalidade, das histórias de vida-morte ou ainda, para não narrar.

Para falar de si, essas mulheres costuravam o tempo-espaço para trazer personagens da família que compunham sua história, além de evidenciar o caráter dialógico do processo de identificação. Falar de si é uma prática dialógica e polifônica que exige a participação de diferentes personagens em contextos diversos que ajudam o EU, compreendido como *self*-dialógico, a se posicionar na história.

⇒ **Qual é o papel das imagens e dos objetos na narrativa de história de vida destas mulheres?**

As imagens e os objetos têm a função de concretizar a memória e os pontos de mudança de posicionamentos relevantes dessas mulheres. Elas não só falam sobre a sua história, valendo-se da história da família, como têm a prática de mostrar a concretização destas histórias, através dos objetos. Nesse sentido, reforçamos a ideia de que os objetos (incluindo as fotografias) são símbolos que possibilitam narrativas ao mesmo tempo em que as comprovam.

Parece-nos, portanto, que a construção de significação não acontece apenas pelo pensamento abstrato, mas também, pelo pensar no e através do concreto. Neste sentido, consideramos que os objetos guardados são marcos, mapas que guiam, mediam e possibilitam a construção de narrativas de si.

Foi comum, neste trabalho, as mulheres trazerem os objetos antes mesmo de fazermos a entrevista episódica e pedirmos para conhecê-los. Os objetos, portanto, apareceram, ao mesmo tempo, como instrumentos e símbolos em um processo dialógico de significação de si. As guardiãs da memória são guardiãs porque se posicionaram e foram posicionadas, afinal, tios, primos, pais, irmãos, enfim, os membros da família sabem que elas guardam, que elas têm, que elas sabem, no lugar privilegiado de narrar a história da família e de cuidar do museu familiar, por meio da coleção de diversos objetos.

Podemos afirmar que elas guardam objetos e histórias, não sendo possível a divisão entre o que é concreto e o que é abstrato, pois instrumento e símbolo se confundem na concretização da memória dessas mulheres que adotaram, para si, a prática de guardar

lembranças, lembranças que engendram histórias. Misturando dimensões de tempo e espaço e diferentes personagens, elas são capazes de dedicar horas de trabalho criativo no processo de narrar histórias e construir objetos. Dessa forma, elas não só colecionam objetos, mas, também os transformam, na medida em que os organizam e re-organizam em álbuns, em caixinhas, em livros. O que pudemos perceber é que há uma alegria em ser guardiã, em dedicar horas de trabalho construindo álbuns, histórias, presentes, talvez, por se tratar de um trabalho carregado de afeto, afeto que parece inexplicável, indizível de tão óbvio que parece ser para elas.

O trabalho de guardiã é intencional, ou seja, é uma atividade marcada pelo querer preservar e também transformar a história da família e de si mesma. Nesta atividade, executada pela costura de diferentes tempos, espaços e personagens, essas mulheres vão construindo explicações sobre si e suas famílias: "é da poeira do cotidiano que a mulher extrai filosofando, cozinhando, costurando" (Elisa Lucinda, "Aviso da lua que menstrua") e, também, construindo poesias.

Quanto aos objetos guardados, eles são os mais variados possíveis: casa, móveis, brinquedos, bordados, roupas, mas todas as guardiãs guardam fotografias e estas parecem ter um valor especial por possibilitarem a visão do outro em uma imagem que possibilita a projeção de sentimentos, valores, enfim, significados que vão ser construídos no momento da visão da imagem. As fotografias pareciam reforçar a ideia da comprovação. Neste estudo, ficou evidente, na fala das guardiãs entrevistadas, o valor afetivo e social conferido às imagens fotográficas, principalmente àqueles álbuns fotográficos herdados da família. É como se o material imagético fosse o convite à narração e à visita da história de suas famílias. Veja o exemplo da guardiã Elisa[2] (69 anos), quando abre o álbum de fotografias deixado pela mãe:

> *"hoje em dia, todo mundo tem uma máquina, bate né?! Mas, naquele tempo não tinha, você tinha que... tanto que aqui ó, eu já tinha passado do casamento, mas eu tive que arrumar pra tirar a foto, tinha a hora marcada do fotógrafo ir na, lá pra tirar. Ia na casa da (...). Então num tinha assim... aquelas foto que hoje em dia tira né?! Tira na hora do casamento e tudo, não tinha, então pra você tirar uma foto dessa tinha que arrumar e ir na casa do fotógrafo. É! Inda era*

[2] Todos os nomes das guardiãs são fictícios. Todas as falas foram retiradas de Caixeta (2006).

> *daquelas máquinas que, que punha assim, nos cavaletezinho e cobria com a, com um... um... um...pano, né?!"*

As imagens e os objetos têm a função de concretizar a memória e os pontos de mudança de posicionamentos da família. As guardiãs não só falam sobre a sua história, valendo-se da história da família, como têm a prática de mostrar a concretização destas histórias, através dos objetos. A fala da guardiã Olga (70 anos) exemplifica esta questão da narrativa pelos e com os objetos:

> *"e esse aqui era o copo, do papai, que ele..., que ele fez lá na..., que frequentava... O clube dos idosos lá do Piauí né, aí então, velho lá fazia essas coisas né! Aí ele pegou esse e me deu, quando eu fui lá em Teresina; ele ainda tava vivo quando ele me deu."*

Nesse sentido, reforçamos a ideia de que os objetos (incluindo as fotografias) são mediadores da narrativa que concretizam a memória. A seguir, os exemplos retirados das falas de Elisa (69 anos) e Ruth (63 anos):

> Elisa*: "Quando eu mostro pra eles, eles diz assim: – Mas mãe a gente batizava... a gente vestia era essas roupinha de mulher? Eu falei: – É! Porque antigamente era tudo... a, os menino é...a parte era azul né?! As menina, rosa. Mas era tudo igual. É, é, camisolinha, é! Era tudo assim. Hoje em dia não, cada... a... também hoje em dia é, é assim. Cada um veste um macacãozinho, quando é menina veste rosa né?! (risos)"*

> Ruth*: "Pois é, de minha avó eu te contei como é que peguei essa foto. Ela me disse que: "Ah, já tô muito velha, depois que eu vou morrer, vão dar fim nesse álbum, ninguém vai ligar pra isso, ninguém vai se interessar", falei: "Não, deixe pra mim", que aliás é uma foto muito diferente do que ela era que eu conheci quando tinha 60, 70 anos que eu lembro dela. Então, eu guardei por esse sentido de continuidade."*

Os objetos, portanto, apareceram, ao mesmo tempo, como instrumentos e símbolos em um processo dialógico de significação de si. Misturando dimensões de tempo e espaço e diferentes personagens, os guardiões são capazes de dedicar horas de trabalho criativo no

processo de narrar histórias e construir objetos. Dessa forma, as guardiãs não só colecionam objetos, mas, também os transformam, na medida em que os organizam e re-organizam em álbuns, em caixinhas, em livros. Veja o exemplo da guardiã Júlia (38 anos):

> *"levei e arrumei [as coisas do meu pai] (...), depois eu trouxe tudo de volta, comprei as pastas, aí trouxe de volta e mostrei pra cada um, cada um teve uma reação super legal. (...) [Meu irmão] teve uma reação surpreendente que ele começou a chorar assim a coisa abalou mais que todo mundo porque eu por ter esse todo esse material assim já a gente vai se acostumando. Eu trouxe as pastas organizadas do meu pai do álbum da minha mãe, fica ali no quarto de TV e qualquer um que sentar ali, sempre fica mexendo já viu mais está sempre vendo o álbum, remexendo porque tá próximo, então, senta e gosta de ver, né."*

3. Considerações finais

A mulher tem sido construída, no espaço social, como cuidadora dos filhos, da casa, do marido e de si mesmas (CAIXETA, 2001; CAIXETA; BARBATO, 2004). Neste estudo, identificamos que a mulher também pode se tornar cuidadora das memórias da família, a partir da construção de museus familiares. Portanto, neste posicionamento de guardiã, a mulher se torna narradora privilegiada das histórias da família e passa a regular sua própria história pelas memórias familiares. Suas práticas narrativas são acompanhadas, transformadas e reforçadas pela coleção de objetos: cachinhos de cabelo, fotografias, cartas, cartões postais etc., que cuidadosamente colecionaram e colecionam ao longo de sua história.

Além disso, como guardiãs, estas mulheres, generosamente, criam elos intergeracionais, não permitindo que as histórias construídas por suas famílias se percam nas diversas dimensões do tempo e do espaço. Por isto, entre uma de suas funções está a escolha e preparação de um herdeiro ou herdeira das suas "caixinhas de lembrança".

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. de Maria Hermentina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

BRANCO, A. U.; VALSINER, J. "Changing methodologies: a co-constructivist study of goal orientations in social interactions". *Psychology and Developing Societies*, v. 9, n. 1, p. 35-64. 1997.

BROWN, F. H. "O impacto da morte e da doença grave sobre o ciclo da vida familiar". *In*: MCGOLDRICK, M.; CARTE, B. (Orgs.). *As mudanças no ciclo de vida familiar*: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 393-414.

BARROS, M. M. L. de. "Memória e família". *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.

CAIXETA, J. E. *A mulher em envelhecimento no seu cotidiano*: diálogos, textos e imagens sobre a identidade feminina. Dissertação [Mestrado em Psicologia] – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2001.

______. *Guardiãs da memória*: tecendo significações de si, suas fotografias e seus objetos. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

______; BARBATO, S. B. "Identidade feminina: um conceito completo". *Paideia*, v. 14, n. 28, p. 211-220. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/10.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2014.

CARTER, B.; McGOLDRICK, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar*: uma estrutura para a terapia familiar. Trad. de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CIAMPA, A. da C. *A estória do Severino e a história da Severina*: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense. 1987.

DAVIES, B.; HARRÉ, R. "Positioning: the discursive production of selves". Em Em Wetherell, M.; Taylor, S.; Yates, S. (eds). *Discourse Theory and Practice* (p.261-271). London: Sage Publications. 2001.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Trad. de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

______. *O saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. Trad. de Vera Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Vozes. 1998.

GOMES, A. de C. "A guardiã da memória". *Acervo* – Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1/2, p. 17-30, 1996.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. de Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

KHOURY, Y. A. "Narrativas orais na investigação da história social". *Projeto História*, n. 22, p.79-103, 2001.

LOUREIRO, A. M. L. *A velhice, o tempo e a morte*. Brasília: Editora da UnB, 2000.

LUCINDA, E. "Aviso da lua que menstrua". Disponível em: <http://www.escolalucinda.com.br/bau/avisodaluaquemenstrua.htm>. Acesso em: 29 mar. 2014.

MAUAD, A. M. "Fragmentos da memória: oralidade e visualidade na construção das trajetórias familiares". *Projeto História*, n. 22, p. 157-169, 2001.

PEREIRA, S. M. Mulheres imigrantes italianas e suas caixinhas de lembranças: memória e fotografia delimitando a fronteira ética e construindo identidade (1889-1948). Trabalho apresentado no *VII Encontro Nacional de História Oral*, Goiânia, Brasil. 2004, maio.

PINTO, R. J. V. de M. Trabalho e identidade: o eu faço construindo o eu sou. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília (UnB), Brasília. 2000.

PENN, G. "Análise semiótica de imagens paradas". *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 319-342.

REY, F. G. *Epistemología cualitativa y subjetividad*. La Habana: Editorial Pueblo Y Educación, 1997.

ROCHA-COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos*: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

______. "Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamentos no Brasil". Trabalho apresentado na *XXX Reunião Anual de Psicologia*. Brasília, 26-29 out. 2000.

A narrativa de si na disputa do lugar de discurso e na construção do projeto de vida

Lia Scholze[1]

Introdução

A autoridade – Em épocas remotas, as mulheres se sentavam na proa das canoas e os homens na popa. As mulheres caçavam e pescavam. Elas saíam das aldeias e voltavam quando podiam ou queriam. Os homens montavam as choças, preparavam a comida, mantinham acessa as fogueiras contra o frio, cuidavam dos filhos e curtiam as peles de abrigo. Assim era a vida entre os índios onas e os yaganes, na Terra do Fogo, até que um dia os homens mataram todas as mulheres e puseram as máscaras que as mulheres tinham inventado para aterrorizá-los. Somente as meninas recém-nascidas se salvaram do extermínio. Enquanto elas cresciam, os assassinos lhes diziam e repetiam que servir aos homens era seu destino. Elas acreditaram. Também acreditaram suas filhas e as filhas de suas filhas.

Eduardo Galeano, *Mulheres*

Ao admitirmos a educação como direito humano e social por excelência, concordamos com a necessidade de buscarmos um horizonte mais amplo para a produção do protagonismo participativo para despertar, (re)descobrir e incrementar práticas docentes inovadoras, e que respondam aos desafios sociais contemporâneos.

Nessa perspectiva, apostamos no trabalho de extensionalidade da instituição formadora de novos profissionais comprometidos com a realidade social e com a mudança do olhar sobre a comunidade, os seus componentes de interesse[2] e relevância social, como capazes de auxiliar na redefinição dos significados e produzir transformações no processo ensino-aprendizagem dos envolvidos, tanto professores como alunos.

---

[1] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro da Equipe do Curso SUS Educador – Políticas de Formação e Qualificação do SUS, Especialização em Docência na Saúde UFRGS/Ministério da Saúde (2014).

[2] Aprofundamentos em Ceccim e Feuerwerker (2004).

A formação com responsabilidade social deve dar espaço para a produção de diferentes subjetividades e intersubjetividades; permitir a reinvenção estética do saber/poder[3], em contraposição ao biopoder que disciplina os corpos e compromete as relações – desumanizando-as, pelo assujeitamento ou coisificação do Outro; e, para a construção de um conceito de ética/estética[4] da existência, que seja capaz de produzir relações horizontais e dialógicas, e também reflexões sobre as ações em todos os espaços de formação. A reinvenção da existência implica em conhecer a si mesmo, o mundo e a necessidade do Outro[5].

A extensionalidade pode representar uma experiência para que o sujeito em formação aprenda a levar em conta o Outro, e que o saber científico sirva principalmente para dar conta da singularidade que se efetiva no encontro dos indivíduos.

No trabalho de campo, tanto de pesquisa como de extensão, a identificação dos múltiplos problemas trazidos pelos sujeitos, integrando contextos de vida, valores, desejos, afetos, crenças e recursos mobilizados, diante das iniquidades e da territorialidade implica na compreensão de uma formação para a "arte da alteridade" – que seja capaz de congregar a noção de humanidade plural, quando nega a existência de um centro do saber e aceita a diversidade de culturas, e aprenda a conviver com a diferença. Traduzido no esforço de entender a necessidade do intercâmbio coletivo de conhecimentos, experiências, sentimentos pelo protagonismo dos diferentes atores presentes na sociedade.

A participação em ações que envolvam o trabalho coletivo é condição indispensável para se ultrapassar o instituído, o institucionalizado e as respostas estereotipadas. O debate das ideias na elaboração de estratégias comuns de ações para a resolução de problemas reais é elemento que pode potencializar a formação dos indivíduos na superação do modelo tradicional e hegemônico, em direção a uma formação em consonância com as demandas sociais.

O objetivo principal é promover a reflexão dos sujeitos, tanto docentes como discentes sobre si mesmos, suas ações e sobre as ações coletivas, no sentido de produzir o fomento de práticas profissionais com capacidade de construir respostas que incluam preocupações sociais.

---

[3] Foucault discute este conceito em *História da sexualidade III*: o cuidado de si (1999).

[4] Sobre o conceito, ver Ortega (2000) e Scholze (2007).

[5] A compreensão desse conceito pode ser aprofundada em Foucault (1992), Larrosa (1998), Arfuch (2002), Arendt (1995).

A problematização de situações vividas no cotidiano, nos espaços e encontros de formação tanto por meio das narrativas orais, das escritas, como também pela utilização de recursos provocativos de reflexões, tais como a literatura, as notícias, obras de arte, poemas, músicas, filmes, fotografias, charges, dentre outros, permite ensejar a produção de transformações do olhar para a realidade. Essas produções serão como diferentes possibilidades de reflexão de si e das vivências formativas, devendo incluir os pensamentos, as crenças, valores, sentidos e afetos mobilizados durante os encontros.

Narrativas, subjetividades, intersubjetividades

As narrativas, como rememorações de situações vivenciadas, são experiências individuais e devem possibilitar ao sujeito se constituir cada vez mais como sujeito crítico-reflexivo, na reconstrução de suas ações, ao se permitir escutar a própria voz e refletir sobre essa escuta, reflexionar sobre o próprio pensamento, o conhecimento, as próprias emoções, sobre a própria aprendizagem, assim como sobre nós mesmos, enquanto sujeitos do processo de transformação. Esta reflexão se dá tanto no nível da docência, enquanto estimulador e mediador do processo, dos discentes, enquanto experimentam novas vivências, e das mulheres artesãs, quando alçadas à condição de protagonista de sua própria história.

A experiência autonarrativa é um exercício de transformação de nós mesmos, que possibilita a organização do pensamento, sentidos e afetos, na transformação de concepções. Entende-se que a linguagem oferece a possibilidade de transformar o sujeito na sua relação consigo mesmo e com o Outro. A escrita de si é “construída pelos discursos que nos constroem. Leva-se em consideração o embate permanente entre o eu subjetivo e as vozes que circulam socialmente” (SCHOLZE, 2005, p. 4).

Vale destacar que, nesse tipo de texto produzido por mulheres,

> [...] o protagonista se autorreferencia e tece uma reflexão cultural e social do seu meio, estabelecendo em geral uma relação entre o privado e o público, partindo quase sempre do universo doméstico, no qual a memória tem papel fundamental. [...] lembranças e esquecimentos, bem como dos silenciamentos. Os textos [...] não devem ser entendidos como escritos fiéis dos acontecimentos, pois nossa memória está em constante embate entre a lembrança e o esquecimento e há que se ter em consideração também os silêncios e os saltos. Da mesma forma, devem-se levar em conta os elementos sociais da memória através das nossas lembranças, que permanecem carregadas das múltiplas vozes que nos cercam [...] os significados construídos na memória coletiva (SCHOLZE, 2005, p. 5-6).

A narrativa[6] seria então, uma "operação mediadora entre a experiência viva e o discurso" (CAMPOS, FURTADO, 2008, p. 11), a estrutura dos eventos, o individual e o coletivo, a memória e ação política, subjetividade e intersubjetividade[7], entendida como o encontro com o Outro.

Não conhecemos apenas o Outro, mas nos reconhecemos a nós mesmos na relação com o Outro, pois é por ele que temos a dimensão de nós mesmos, reconhecemos as diferenças e a relatividade de possibilidade de inclusão e pertencimento. O eu está em constante fazer, desfazer e se refazer, em uma perspectiva foucaultiana, em que o sujeito faz de si o objeto de sua reflexão. Deste modo, "a produção de autonarrativa pode ser entendida, além de uma prática de reflexão do sujeito consigo mesmo, como uma reflexão do sujeito em sua relação com o Outro e com o mundo. E, a partir dessa reflexão, produz uma nova estética para sua própria existência" (SCHOLZE, 2008, p. 97-98). A linguagem, para Larrosa, "dá ao sujeito possibilidade de constante reinvenção de si. O eu existe na e pela linguagem" (1998, p. 31).

Segundo o autor, *a narrativa de si* é inerente à condição humana, cuja subjetividade está ligada à sua condição de ser social, histórico e cultural, ou seja:

> el ser humano es un ser que se interpreta y para esa interpretación, utiliza fundamentalmente formas narrativas […] sujeto de la autoconciencia; pero también es sujeto de la intersubjetividad, es sujeto personal […] pero también es sujeto social, […] histórico e […] cultural […] (LARROSA, 2004, p. 13).

A narrativa possibilita a produção de registros reflexivos do sujeito e de sua trajetória como sujeito da experiência, dos sentidos, do conhecimento e dos afetos, por considerar: (1) o valor da narrativa de si no processo de formação; (2) a narrativa de si como uma modalidade discursiva – conceito de discurso, e relação do discurso com o poder; e (3) os procedimentos metodológicos utilizando a narrativa de si na formação profissional, no processo de reflexão-na-ação**.**

---

[6]As origens da narrativa incluem a *Poética* de Aristóteles e as aporias do "ser e não-ser" do tempo, de Santo Agostinho, para quem, na interpretação de Ricouer (2000, *apud* CAMPOS; FURTADO, 2008, p. 11) "ligaria a explicação à compreensão, viabilizando a superação da distância entre compreender e explicar".

[7] Em Heidegger (1969; 1951; *apud* SCHOLZE, 2008; 2007) a intersubjetividade – na forma do Mitsein (ser-com) – constitui uma estrutura ontológica essencial do Dasein (ser-aí ou ser-no-mundo). As narrativas de si abrem caminho para o Mitsein heideggeriano, assim como a dimensão intersubjetiva do Dasein possibilita a experiência do outro. "A ideia do devir permanente do Ser de Heidegger pode ser aproximada ao sujeito em permanente construção de Foucault, voltado para si mesmo e para o outro [...] diferente do sujeito cartesiano, centrado, definido da Modernidade, sustentado pela racionalidade" (SCHOLZE, 2008, p. 95-96).

De acordo com a sociolinguística (FAIRCLOUGH, 2001), o uso da linguagem é moldado socialmente e não individualmente, dependendo de variáveis sociais como: natureza da relação entre os participantes, tipo de evento social, os propósitos sociais das pessoas, entre outros. Esta posição traz consigo implicações na forma de ver o discurso: (1) como modo de ação – sobre o mundo e sobre os outros e um modo de representação; e (2) implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social.

Conforme discute Fairclough (2001, p. 91- 92), o discurso

> [...] é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não discursiva, e assim por diante (...). A prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também para transformá-la [...].

Destaca-se, portanto, que não se está em busca da verdade das narrativas contadas ou de sua fidedignidade e sim das emoções, das subjetivações e intersubjetividades que elas contêm e que definem e desafiam as ações. Se uma ação pode ser narrada, ela está simbolicamente mediada. Se a ação é simbólica, está na cultura e, consequentemente, compartilha de uma articulação com o público, – uma inter(ação). As narrativas são mediações entre ação e linguagem, entre indivíduo e sociedade. Na relação entre texto, narrativa e discurso, podem ser vistas as condições para inserção e circulação dos dizeres sociais, das ideologias e das realidades da vida cotidiana. Para Larrosa (2002, p. 28), será na tessitura da experiência, que considera tudo aquilo que "nos passa", "nos toca", o que "nos acontece", que ao "nos passar" – nos forma e transforma. Para o autor, "somente o sujeito da experiência está aberto à sua própria transformação", que é singular e produz diferença, heterogeneidade e pluralidade.

A narrativa contribui para o movimento de se ver em processo de formação – narrativa como um modo de se ver, das práticas, nos diversos espaços dos encontros, que estimulem a reflexão do sujeito consigo mesmo, de suas relações com o Outro (grupo, alunos, comunidade, entorno), e com as experiências que está vivendo, a reflexão-na-ação.

Vale ressaltar que, como uma modalidade discursiva, a narrativa se presta tanto para aproximar como para afastar os sujeitos[8]. Na relação dos sujeitos entre si, ela se revela

[8] Foucault (1992, p. 49) aborda a multiplicação do sujeito através da pergunta – "Quem fala?" Desdobrando-se em muitas outras: – qual o status do enunciador, – "qual sua competência, seu lugar institucional, suas relações com outros lugares de poder? "Perguntar de onde fala? é outro modo de multiplicar o sujeito, de escrever as diferentes posições daquele que enuncia".

hierárquica quando alguns detêm a autoridade e o direito ao discurso, e outros têm essa condição negada. “Há que se, pois, exercer o direito à fala e a prática da escuta” (ARFUCH, 2002, p. 97). A narrativa do outro, portanto, deve ser compreendida como transversal, simbólica, cultural e política, envolvendo as narrativas de si – e seus inúmeros desdobramentos – na cena contemporânea.

Escutar as múltiplas vozes nos permite estarmos atentos para não perder o som das vozes mais fracas e apagadas da história. O sujeito do discurso é aquele “a quem é permitido dizer, afirmar”, quem está autorizado a falar e quem não está autorizado a produzir e manifestar certas verdades – a linguagem estabelece relação de poder entre os sujeitos. O uso do termo “discurso” compreende a linguagem como forma de prática social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90) que irá definir as relações entre os indivíduos em determinada situação, seja no contexto familiar, nas relações sociais, políticas e de trabalho. “A capacidade discursiva contém a perspectiva, além do saber, também a competência de expressão e do convencimento, permite a cada um desenvolver à sua maneira, sua capacidade de interferir no público e de disputar o lugar do discurso” (SCHOLZE, 2008, p. 92).

As regularidades percebidas nas narrativas que circulam, permitem a compreensão de como as experiências são vividas, reformuladas e narradas de determinados grupos ou segmentos sociais. Duas opções se apresentam para nós: reforçá-las ou questioná-las, dependendo do objetivo a que nos propomos. No caso das mulheres artesãs, as *experiências* negativas que marcaram suas vidas mostram a elas que as dores e sofrimentos as tornaram mais fortes e podem reforçar a percepção de sua capacidade de superação. As vitórias alcançadas ajudam este entendimento.

Arendt (1995, p. 50) propõe a necessidade de refletirmos sobre “o que estamos fazendo”, e afirma que a “sociedade prescritiva não dá lugar ao agir, ao político” por estar submetida à disciplina e ao controle, o que impede a ação individual. Nesse sentido, o trabalho do grupo ajuda na aposta da capacidade de intervenção propositiva de mudanças do *status quo* a partir do questionamento, das indagações, da reflexão que procuramos estabelecer com essas mulheres. Muitas vezes, elas dizem aceitar da vida o que ela lhes deu, sem refletir o quanto foram corajosas ao romper com o que estava dado em suas vidas severinas[9].

[9] Alusão ao poema *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto, que assim adjetiva a vida dos nordestinos, origem da maioria das mulheres do grupo.

A reflexão sobre a ação é um exercício pouco comum nos grupos profissionais, nos diversos cenários e contextos de formação, quer seja nos espaços de sala de aula, quer nos trabalhos de pesquisa e extensão. É importante que se discuta, se escreva, se troquem experiências que iluminem o papel da Universidade em relação à comunidade, seu compromisso social na perspectiva de participar das mudanças na formação de profissionais mais comprometidos com o meio e a população em que estão inseridos.

É importante que na formação dos estudantes haja espaço para perguntas, questionamentos sobre o impacto das mesmas em relação às experiências atuais e anteriores, quais as transformações que estes novos conhecimentos produzem na prática profissional e na vida dos indivíduos. Que eles se sintam participantes nos processos de questionamento das realidades postas e capazes de contribuir para a superação das limitações a elas impostas por questões de discriminação de gênero, social e/ou econômica.

As narrativas produzidas nos diferentes cenários e espaços de encontros possibilitam a percepção de valores, crenças, e práticas dos sujeitos envolvidos, permitindo que a todo o momento sejam realizadas reavaliações dos procedimentos metodológicos, dos materiais utilizados na formação, e dos instrumentos de avaliação do processo de aquisição do conhecimento, garantindo a sua otimização. O formador/professor/atento aos significados que vão sendo construídos – percebendo as recorrências, os silenciamentos, poderá auxiliar a proceder às necessárias correções de rumo visando atingir os objetivos propostos, implementando um processo dialógico, de interação entre todos os sujeitos envolvidos, em uma relação mais horizontal de troca de saberes e experiências acumuladas na trajetória de cada um.

É necessário adensar a escuta mais sensível, tendo em vista o tipo de população e a história de interdição de fala que essa população vivenciou nas relações desiguais entre profissionais (autorizados e legitimados) e comunidade (não autorizados, tímidos, distantes da linguagem técnica, baseados em seus conhecimentos populares e das culturas regionais e ou profissionais). O abismo que interdita a comunicação precisa ser rompido e o diálogo reinventado para que a riqueza da troca de saberes se instale e se possa pensar em uma relação “humanizada”.

Aqueles empenhados na busca de novos caminhos de enfrentamento dos problemas sociais vêm descobrindo a grande potencialidade de uma relação dialogada profunda com os estudantes e deles com os grupos comunitários, nos diferentes locais onde acontecem os encontros para a reorganização das práticas de formação. São essas experiências que nos

interessam ouvir e estimular que sejam contadas e compartilhadas na expectativa que possam gerar novas ações visando a formação mais humanizadora.

O protagonismo feminino

A identidade não é coisa com a qual nascemos, mas vai sendo constituída e se apresenta através de determinados significados. E a linguagem desempenha papel fundamental na construção desses mesmos significados.

Os discursos vistos como “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 1998, p. 51), funcionam para construir determinados estereótipos em torno dos atores sociais, dentre eles, a mulher. “Esses sentidos estão contidos nas histórias que nos são contadas (...) memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (*Id*.). Essas fornecem uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos, símbolos e rituais que simbolizam ou representam as experiências que vão construindo em nós uma narrativa de nós mesmos e formando no nosso imaginário uma certa visão em nós, “nos vemos, no olho da nossa mente, como partilhando dessa narrativa” (*Id*.).

Na tentativa de alterar este quadro, entre as vozes que procuram relativizar este esforço de homogeneização discursiva de viés masculino, encontra-se a afirmação de Haraway (1984), que “a consciência de gênero, raça ou classe é um engano forçado em nós por esta terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo” (p. 265). E pode-se acrescentar que esse engano vem sendo colocado às mulheres desde o medievalismo. E a autora pergunta: quem conta como “nós”, em minha própria retórica? Que identidades estão disponíveis para colocar as bases desse poderoso mito político chamado “nós”? (*Id*.).

Joan Scott (1995), uma das vozes de maior destaque no estudo das relações de gênero, afirma que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (p. 71) e, ainda, que “gênero, além de ser um elemento constitutivo de relações sociais, é também uma forma primária de dar significado às relações de poder” (*Id*.).

Nessa perspectiva, afirma que as identidades são fraturadas, negando assim a existência de uma representação de “ser mulher” que una as mulheres de maneira natural. Não existiria, também, o estado de “ser mulher”, o qual, em si mesmo, é uma categoria

enormemente complexa, construída dentro de discursos científico-sexuais e outras práticas sociais.

As artesãs do Areal, ao narrarem suas histórias de vida estão reconstruindo suas trajetórias e dando visibilidade às relações familiares e sociais vivenciadas desde a infância, passando pela adolescência e chegando à idade adulta, contando histórias de dor, sofrimento, exploração e violência. Mas também nos contam sobre a capacidade do ser humano de se reinventar, seja nas relações afetivas entre irmãos, na cumplicidade de driblar a violência paterna, seja na negação de se submeter aos maus-tratos da professora da escola ou do patrão, seja na capacidade de tornar um evento funesto como um velório, em uma válvula de escape para a solidão e o isolamento a que eram submetidas. Foi esta capacidade que permitiu sua sobrevivência e a reconstrução de suas histórias, a força encontrada para abandonar sua terra e vir em busca de novos sonhos. Reinventam hoje a cumplicidade nos encontros semanais nos quais o artesanato, mais do que uma vontade de aprender algo novo, lhes dá sentido de pertencimento a um grupo, lhes dá um porto seguro de apoio recíproco e ainda o reconhecimento familiar e social de serem capazes de gerar renda e contribuir na economia doméstica.

A extensão junto às artesãs

A experiência de extensionalidade vivida em 2012-13 pelo grupo de professores e estudantes junto a uma comunidade do Areal, próxima da Universidade Católica de Brasília (UCB), com este um grupo de mulheres artesãs que se dedicam a esta tarefa há mais de 10 anos, originou-se do interesse em ouvir o que estas mulheres têm para contar. O interesse parte de nossa convicção da necessidade de vivências extramuros do espaço acadêmico como uma possibilidade de preparação para a futura atuação profissional dos agora estudantes, de ampliação do conhecimento da realidade e eventual possibilidade de contribuir para a transformação social do meio, assumindo junto à Universidade seu compromisso social.

O desenvolvimento da consciência cidadã e da sensibilidade ética e estética dos estudantes através das experiências de extensionalidade favorece a ampliação das dimensões do ser humano ao viabilizar um repertório de posicionamentos flexíveis, em contextos onde ocorre a circulação e entrelaçamento de saberes acadêmicos e populares em um processo singular de aprendizagem e de produção do conhecimento pelo estilo de sociabilidade adotado com vistas a promover a emancipação do outro e da sociedade.

A concentração de diferentes vulnerabilidades reduz as possibilidades de escuta da voz dessas trabalhadoras e compromete o reconhecimento delas como tal; nega a competência de expressão e a capacidade de interferir no público e disputar dignamente o espaço da fala. O valor da narrativa está na sua capacidade de interrogar a vida e a relação entre os indivíduos. Ao dar visibilidade à voz dessas mulheres, pretendemos auxiliar na sua compreensão em relação às experiências vividas, como elas se refletem no presente e como podem influenciar suas escolhas, a construção de seus projetos futuros; como se posicionam e são posicionadas nas suas relações familiares, comunitárias e sociais.

Acreditamos que as mulheres participantes deste trabalho de extensão, contando suas histórias, desenvolvem seu sentido de pertencimento ao grupo e, coletivamente, desenvolvem de forma mais consciente, um processo de transformação de suas vidas, tanto em nível individual como coletivo. Ao narrarem sobre si, essas mulheres têm a chance de refletir sobre seus processos de transição e crise, criando os meios para que as mudanças aconteçam no modo como posicionam a si e aos outros, tendendo a formas positivas de autoconfiança, autorrespeito e autoestima.

As oficinas realizadas com o grupo de artesã tinham por objetivo mais imediato proporcionar um ambiente favorável à criação de laços de confiança, que produzisse condições de construção de cumplicidade necessária à *narrativa de si*. Afinal, entrar no âmago das lembranças, dos sofrimentos, dos segredos guardados, exige um certo grau de intimidade e confiabilidade que precisa ser construído.

O primeiro encontro foi denominado *Roda de conversa*. Partiu da apresentação da equipe, da proposta do projeto e um primeiro movimento no sentido de conhecer as mulheres artesãs. Pode-se registrar que houve uma empatia recíproca e que o grupo de artesãs mostrou-se extremamente receptivo, abrindo generosamente sua “caixinha de guardados”. Percebeu-se que o projeto se apresentava como viável.

A *Construção de um personagem* foi *proposta* com a intenção de conhecer um pouco mais cada uma das participantes. O autorretrato solicitado pretendeu provocar as mulheres à reflexão de seus posicionamentos identitários. Ao colar uma imagem no centro de uma folha de papel, foi-lhes dado o papel de protagonista, rodeada de outras figuras que representassem seus desejos, sonhos e gostos. Ao serem convidadas a falar sobre seu personagem, começaram a tecer a trama de suas vidas. Neste exercício, estava embutida a ideia da ressignificação da existência na perspectiva de uma nova estética (FOUCAULT, 1984; 1992; 1999), partindo do pressuposto de que a ação depende da visualização de possibilidades de realização de desejos.

Minha caminhada permitiu reconhecer a origem geográfica de cada uma delas e o percurso migratório, até seu estabelecimento no Areal. Com isso, foram suscitadas lembranças e vivências de sua terra natal, gostos e sabores, hábitos culturais e sociais, comidas, festas, músicas, trabalho. A experiência permitiu o reconhecimento de vivências comuns, troca de lembranças e fortalecimento de relações entre os membros do grupo.

A *Linha do tempo* trouxe a reminiscência de momentos marcantes da vida de cada uma delas. Foi um momento importante de balanço de perdas e ganhos.

Criou-se, a partir desses encontros, o ambiente favorável para a segunda parte do processo, que foi a programação das entrevistas individuais. Pode-se atestar a percepção da importância de se fazerem ouvir, para quem, na maior parte de sua vida, esteve condenada ao silenciamento.

Como atividades do projeto, houve também a participação em eventos acadêmicos, como a experiência da exposição de suas fotos e textos no *hall* do Auditório Central da UCB durante o *IIº Seminário de Extensão*.

Foram também promovidos encontros com diferentes atores, professores de diferentes áreas de Universidade que ajudaram a discutir novas possibilidades para o trabalho produzido pelas artesãs.

Foram experiências significativas para tod@s aqueles que delas participaram: professores e alun@s da UCB, de diferentes cursos, com diferentes contribuições e das mulheres artesãs, pela possibilidade de troca, aprendizado e ensinamento que proporcionaram. E, em especial, pela experiência de se fazerem ouvir, que, por si só, é significativa na perspectiva das vozes silenciadas e excluídas nos espaços sociais, experiência que será amplificada quando da publicação do livro que está em construção e que permitirá um novo olhar tanto sobre as mulheres como sobre o trabalho de artesã.

Finalizando...

As mulheres historicamente têm ocupado um papel de invisibilidade social que procura esconder seu potencial criativo, sua capacidade produtiva e seu protagonismo nas grandes mudanças na história da humanidade. Suas histórias são silenciadas ou usurpadas, mantidas em segundo plano para não empanar o brilho dos heróis masculinos. Tanto na literatura, no teatro, na música, nas ciências, tem sido recorrente este esforço de não dar voz às mulheres. A expectativa é de que, ao narrarem sobre si, essas mulheres reflitam sobre suas potencialidades, suas histórias de superação e vitória, criando os meios para que elas possam

promover as mudanças a partir do modo como posicionam a si e aos outros, fortalecendo formas positivas de autoconfiança, autorrespeito e autoestima.

A publicação das narrativas dessas mulheres poderá significar a possibilidade de lançar um novo olhar sobre elas mesmas, sobre os diferentes papéis que podem vir a assumir, provocando mudanças no modo como a sociedade as enxerga, provocando novos modos de estarmos juntos, ajudando a promover uma cultura de inclusão social das mulheres participantes do projeto e, a partir delas, de todas as profissionais dessa área de trabalho historicamente discriminada.

A perspectiva que se apresenta é a de pensar a importância da linguagem na constituição do sujeito reflexivo de sua própria história e da capacidade de cada um em se tornar protagonista de mudanças que possam impactar os grupos em que estão inseridos e quiçá, a sociedade como um todo.

Referências bibliográficas

ABRAHÃO, M. H. M. B. (Org.). *A aventura (auto)biográfica*: teoria e empiria. Porto Algre: EDIPUCRS, 2004.

ARENDT, H. *A condição humana*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico*: dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2002.

BOURDIEU, P. "A dominação masculina". *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 133-184, 1995.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKE, L.C.M. "O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social". *Physis*, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FOUCAULT, M. *L'usage des plaisirs*. v. 2. Paris: Gallimard, 1984.

______. Qu*e é o autor?* Lisboa: Veja; Passagens, 1992.

______. *História da sexualidade III*: o cuidado de si. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

______. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

HALL, S. "The work of representation". *In*: HALL, Stuart (Org.). *Representation*: cultural representations and signing practices. London/Thouzand/OETS/Um Delhi: Sage/Open University, 1997.

______. "A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo". *Educação e realidade*, Porto Alegre, UFRGS, v. 22, n. 2, jul.-dez. 1997a.

______. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. [Edição original: 1998].

HARAWAY, D. *Ciencia, cyborgs y mujeres*: la reinvención de la naturaleza. Madrid: Ediciones Cátedra, Universitat de Valencia, 1984.

______ *et al*. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HEIDEGGER, M. *Da experiência do pensar*. Porto Alegre: Globo, 1969.

______. *El ser y el tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.

LAROSSA, J. B. *Pedagogia profana*: danças, piruetas e mascarados. Porto Alegre: Contrabando, 1998.

______. "Notas sobre a experiência e o saber de experiência". *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, jan.-abr. 2002.

______. "Notas sobre narrativas e identidade". *In*: ABRAHÃO, M. H. M. B. (Org.). *A aventura (auto)biográfica*: teoria e empiria. Porto Algre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-23.

LARROSA, J. Narrativa, identidad y desidentificación. *In*: ______. *La experiencia de la lectura*. Barcelona: Laertes, 1996.

ORTEGA, F. *Para uma política da amizade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

RICOUER, P. *Del texto a la acción*. Buenos Aires: Fondo de Cultura de Argentina, 2000.

SCHOLZE, L. "Narrativas de si e a possibilidade de ressignificação da existência". *In*: PASSEGGIM. C.; BARBOSA, T. M. N (Org.). *Narrativas de formação e saberes biográficos*. Natal: Edufrn; SP: Paulus, 2008.

______. "Narrativas de si e a estética da existência" *In*: ORMEZZANO, G. (Org.). *Em Aberto*, Educação estética e arte, Brasília, INEP, v. 21, n. 77, p. 61-72, jun. 2007.

______. "A linguagem como elemento privilegiado na construção da reflexão de si". *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, v. 42, n. 2, p. 139-153, jun. 2007.

______. *Narrativas de si*: o olhar feminino nas histórias de trabalho. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

______. "As práticas discursivas femininas no universo escolar – textos escritos". *Encontrando Saberes – Anais da I Semana Acadêmica Integrada*. Canoas: Unilasale, 1999.

______. “Histórias de mulheres e a construção das identidades femininas”. *Nonada*: Letras em Revista, Porto Alegre, Faculdade Ritter dos Reis, Unidade Editorial da SMC, ano 2, n. 3, ago.-dez., 1999a.

______. “Literatura de mulheres”. *Leitura e Revista* – Revista de Associação Internacional de Leitura, Ijuí, Unijuí, ano 1, n. 1, jan.-jun. 2001.

______. “O poder/saber como binômio excludente do feminino”. *In*: PENNA, Rejane (Org.). *Diálogo*, Canoas, La Salle, n. 2, 2001a.

______. “A construção cultural do corpo feminino”. *In*: SCHOLZE, Lia (Org.). *Gênero, memória e docência*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Secretaria Municipal de Educação, 2001b.

SCOTT, J. “História das mulheres”. *In*: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

______. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade,* v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

Deixa que minha história eu conto! Narrativas de mulheres artesãs do Areal

Maria do Amparo de Sousa[1]
Lia Scholze[2]
Juliana Eugênia Caixeta[3]

Introdução

O presente artigo relata a experiência de extensão realizada em um bairro periférico de Brasília, Brasil, denominado Areal, situado atrás da Universidade Católica de Brasília (UCB). O projeto foi desenvolvido ao longo de 2013 por três professoras e quatro estudantes, duas estagiárias e duas voluntárias, com um grupo de mulheres artesãs, as quais integravam, desde 2005, o Projeto Comunidade Educativa do Areal da UCB.

Dois interesses moveram o projeto: (1) a narrativa de si como instrumento e espaço de reflexão ética e (2) a narrativa de si como enunciadora e construtora de identificação feminina em movimento. Neste sentido, o objetivo do projeto foi, por um lado, dar visibilidade à voz de mulheres artesãs, gerando espaços, métodos e dinâmicas favoráveis à construção de narrativas de si e, por outro, promover a justiça social, os direitos humanos e a inclusão relacionada a gênero.

Referencial teórico

Historicamente, o lugar social da mulher tem sido o lugar do silêncio e da quietude **(**BEAUVOIR, 1949/1960; LOURO, 1995; ROCHA-COUTINHO, 1994; 2000; SCOTT, 1995). Ainda hoje perguntamo-nos se este não continua sendo o lugar de muitas mulheres que tecem suas histórias no silêncio sonorizado, para não dizer no silêncio barulhento, dos processos de exclusão social.

---

[1] Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília. Professora da Universidade Católica de Brasília (UCB).

[2] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro da Equipe do Curso SUS Educador – Políticas de Formação e Qualificação do SUS, Especialização em Docência na Saúde UFRGS/Ministério da Saúde (2014).

[3] Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília. Professora da Universidade de Brasília.

Suas vidas de cuidadeiras ocupam seus cotidianos para que, dia a dia, não percebam a si mesmas como pessoas, mulheres, cidadãs, concretizadoras deste território geográfico com suas teias e manhas. Cuidar, cuidar e cuidar são tarefas caras às mulheres, socialmente construídas para dar conta de muitas vidas em uma única vida. Mães, avós, esposas e trabalhadoras, elas são desafiadas a construir múltiplas identificações, com olhares voltados para seus filhos, netos e, também, para os seus companheiros, pais e patrões. Por isto, estudar gênero e propor intervenções que desejem a construção da autonomia moral de mulheres requer compreender os significados construídos por elas nas suas relações sociais (CAIXETA, 2001; CAIXETA; BARBATO, 2004; LOURO, 1995; ROCHA-COUTINHO, 1994; SCOTT, 1995).

Neste trabalho, as narrativas de si constituíram uma ferramenta para estudar e instigar os processos de identificação feminina de mulheres artesãs por meio do diálogo fraterno, ou seja, recíproco (SOUSA; CAIXETA; SANTOS, 2011), não necessariamente harmonioso, mas permeado por contradições e conflitos, entre elas e as pesquisadoras. Ao gerar este contexto de *narrativa* e dar visibilidade à voz dessas mulheres, favorecemos a construção de novos conhecimentos sobre essas pessoas, por elas mesmas na interação nós (pesquisadoras)-elas, que têm sido privadas da convivência digna em sociedade, contribuindo para que entendam os espaços que ocupam e como se posicionam ao narrarem suas histórias de vida, considerando suas potencialidades e limitações e como pensam que são vistas pelas pessoas que encontraram ao longo de suas vidas e aquelas com as quais convivem na atualidade. Ao publicarmos suas histórias, fortaleceremos um novo sentido do fluxo da literatura: da “periferia” para o “centro” e da autoria feminina.

O valor da narrativa está na sua capacidade de interrogar a vida e a relação entre os indivíduos. Nesta perspectiva, a linguagem deixa de ser assunto de interesse exclusivo de estudiosos da literatura e da linguística, passando a abranger a vida social como um todo, ou seja, passando a ser entendida como elemento da cultura. E nela, o discurso refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento. Os significados por ela produzidos nos dão um senso de nossa própria identidade, de quem somos e a que pertencemos (SCHOLZE, 2007).

É com a produção desses significados que construímos a nossa narrativa. Segundo Arfuch (2002), o valor biográfico está em impor “uma ordem à vida do narrador e do leitor, à vivência por si fragmentária e caótica da identidade” (p. 47). A narrativa possui a capacidade

de ordenar as ideias, e a biografia organiza a vida, não necessariamente na ordem cronológica, mas em uma ordem de importância de como os fatos ficaram na memória ou na ordem de importância que se quer dar a eles, de acordo com o interlocutor ou o público a que se destina a história narrada. Pode-se dizer que é contando a própria vida, a experiência pela qual ela passa, que a pessoa dá sentido à própria existência (CAIXETA, 2006; SCHOLZE, 2005).

A discussão sobre o valor, a capacidade de ser reconhecido e o estatuto dado a cada discurso no interior da sociedade ajuda a estabelecer a importância de se analisar a relevância de certos artefatos culturais na determinação dos papéis sociais assumidos pelos indivíduos. Lembramos o princípio de que o narrar-se é um ato político. Entre as questões propostas por Foucault (1992), consideramos as perguntas: de que forma a relação consigo se constitui um exercício político? O que a cultura de si tem a ver com a análise das esferas pública e privada hoje? Lembramos, também com Foucault (1992), que, apesar da interdição, existe sempre a possibilidade de resistência e da criação de outras formas de manifestação que não se submetem à tentativa de silenciamento. Acrescentamos, inspiradas em Bachelard (2009), que podemos sempre desafiar os esquemas e negar o referencial fabricado para nossas percepções.

Em síntese, reconhecemos que a cultura fornece sentidos para os encontros com o mundo, e a pessoa constrói sua própria compreensão dele a partir das vivências nos diferentes contextos culturais. “As culturas pessoais emergem sobre a base da cultura coletiva” (VALSINER, 1998, p. 25). Porém, a pessoa constrói sentidos de modo que não refletem, necessariamente, as formas exatas da cultura na qual interage, isto é, a pessoa constrói a sua compreensão do mundo em idiossincrasias. Esta compreensão pessoal pode levar a esforços para mudar aspectos da cultura coletiva, começando por contextos da vida própria imediata (ROSA, 2000; SOUSA, 2011; VALSINER, 1998).

Ao relacionar as autonarrativas com o conceito das *tecnologias do self* (eu), de Foucault (1984), Larrosa (1996) destaca a possibilidade de reflexão consigo mesmo, com o outro e com o mundo, que pode ser estabelecida por meio da linguagem em uma perspectiva de construir novos significados para a existência. Nossa história é sempre uma história polifônica. E, ao pôr em relação significativa diversas histórias sobre nós mesmos, também aprendemos a compor nossa história e a modificá-la.

A narrativa é uma ferramenta cultural privilegiada porque permite uma aproximação e entendimento da situação vivida, das atuações nos diferentes contextos. Segundo Larrosa (1996), nossa própria narrativa está ligada a dois elementos: periodicidade e contabilidade. O autor afirma que, na expressão “eu consegui ver como minha história se repete” (p. 27),

podemos compreender como a história do outro tem a ver com a minha própria história, com a possibilidade de se voltar para si e se aliviar, por perceber que as “realidades” não são individuais, elas são vividas por outras pessoas também, elas podem ser coletivas.

A experiência narrativa nos ajuda a organizar as ideias que estão confusas na nossa mente, mas também nos permite recriar a realidade, projetando nela desejos, sonhos e frustrações. O que nos acontece como experiência pode ser interpretado narrativamente, e, na história de nossas vidas, os acontecimentos atingem uma ordem, um sentido e uma interpretação. A experiência que desestabiliza, atualiza e faz emergir a pergunta: quem sou?, ou ainda, como me tornei quem sou? põe em questão o sentido estabelecido de si mesmo/a.

Muitas vezes, os atributos com os quais me autorreferencio são resultado de estereótipos sociais e culturais que acabam não se comprovando nas minhas ações. São nossas ações e reações, as iniciativas que tomamos diante de determinadas situações que nos dão pistas para compreendermos quem somos diante de nós mesmos e dos outros, e isto não pode ser traduzido simplesmente com adjetivações. A adjetivação, como um dos componentes da linguagem, carrega consigo significados que podem vir a se transformar em estereótipos, na medida em que circulam socialmente, adquirindo conotações positivas ou negativas. As pessoas assimilam esses estereótipos e, ao não estabelecer uma reflexão sobre os significados que eles carregam, permitem que os mesmos corroborem a definição dos papéis e dos lugares sociais que cada um ocupa no corpo social.

Ao exercitar nossa capacidade de nos reconstruir, reinterpretar e refazer nossas histórias pessoais através da narrativa, passamos a nos compreender como componente de um coletivo, inseridos socialmente. Essa compreensão remete ao nível de análise ética a que Foucault (1984) chama prática da liberdade ou cuidado do *self*, que previne a opressão e luta por autenticidade, isto é, solidariedade e pluralidade em nossas vidas como indivíduos e comunidades, conforme destaca Capurro (2008). No contexto deste artigo, a ética é colocada em dois campos: o da escolha e o da inventividade, tendo como eixo a ação assente na solidariedade, justiça e responsabilidade (SOUSA, 2011), porque a escolha ética refere-se à liberdade – condição essencialmente humana – em relação aos determinismos naturais e socioculturais. Nesse sentido, ela diz respeito à opção por uma das possibilidades dentre outras disponíveis, a partir do engajamento em um processo de reflexão com vistas à melhor decisão e ação em que o outro é colocado em primeiro plano. Portanto, ética se refere a decisões que levam em conta todos os elementos implicados na situação, e todos, próximos e distantes no tempo e no espaço, passíveis de serem afetados pela ação (SOUSA, 2011). Isso

significa considerar a informação como um elemento de base da escolha ética, ao mesmo tempo em que coloca o outro no primeiro plano da ação. Isso também significa dizer que a ética é uma decisão, não uma característica da pessoa.

A inventividade ética refere-se à criação de novas possibilidades, concebidas pela reflexão que leva em consideração tudo e todos os implicados na situação. Ela expressa uma atitude criativa (NOVAES, 1972), representada por respostas adequadas a situações novas e respostas mais adequadas e construtivas para situações antigas em que a pessoa é capaz de modificar sua atuação com base em novas informações e desenvolver perspectivas, a fim de progredir por si mesma, de modo consistente, em um estilo singular de aprendizagem, estimulando a mudança, proporcionando oportunidades para transferir e aplicar o conhecimento às situações da realidade.

A partir dessas concepções, acreditamos que as mulheres participantes deste trabalho de extensão, contando suas histórias, desenvolvem seu sentido de pertencimento ao grupo e, coletivamente, desenvolvem de forma mais consciente, um processo de transformação de suas vidas, tanto em nível individual como coletivo. Ao narrarem sobre si, essas mulheres têm a chance de refletir sobre seus processos de transição e crise, criando os meios para que as mudanças aconteçam no modo como posicionam a si e aos outros, tendendo a formas positivas de autoconfiança, autorrespeito e autoestima.

Metodologia

A epistemologia da pesquisa qualitativa (CRESSWELL, 1998; REY, 1997) embasa a forma de pensar e o método para coletar as narrativas sobre as histórias de vida. As narrativas individuais foram produzidas adotando-se o método das “entrevistas narrativas” (BAUER, 2002), privilegiando-se o ouvir, valorizando a voz daquelas que têm conhecimento sobre suas vidas e experiências. Sem pretensão de neutralidade, as pesquisadoras, estudantes e professoras, não são elementos separados do processo. Nas relações estabelecidas com as artesãs, fazemos interpretações, construímos sentidos e, eventualmente, fazemos traduções (GEERTZ, 1978), de modo que cada uma integra o processo de construção dos conhecimentos e significados produzidos em seu conteúdo e forma.

Contexto do projeto

O projeto foi realizado com 35 artesãs, com idades entre 36 e 74 anos, ligadas ao projeto *Comunidade Educativa do Areal*, que se encontram, há nove anos, semanalmente por quatro horas para produzirem seus artesanatos, nos fundos de uma igreja, no Areal, ou na Universidade. Os encontros deste projeto foram realizados nesse dia e horário em que as artesãs já se encontram, por dois semestres letivos, totalizando doze encontros.

Procedimentos de construção das narrativas

As narrativas foram produzidas em dois momentos: grupal e individual (CAIXETA, 2001; CAIXETA; BARBATO, 2004).

Os momentos grupais ocorreram organizados no formato de oficinas, conversas informais e grupo focal. Antes, porém, as alunas e professoras envolvidas foram capacitadas para o trabalho por meio de oficinas que seriam reproduzidas, e o foram, com o grupo de mulheres. Também foram realizadas pesquisas bibliográficas, palestra e discussões sobre narrativa de história de vida, capacitação do grupo para a realização de entrevistas narrativas e orientações relativas a aspectos técnicos de gravação tanto em entrevistas individuais como grupal. Além disso, a equipe teve um encontro com a ginecologista e obstetra Nélia Medeiros, autora de um livro sobre sua mãe parteira, em literatura de cordel, estilo tradicional da literatura nordestina brasileira, região de origem da maioria das artesãs.

As oficinas, realizadas com o grande grupo, foram conduzidas a partir de dinâmicas com palavras geradoras, fotos, textos e vídeos relacionados a mulheres e experiências de trabalho. Seus objetivos incluíam a exploração do campo de possibilidades de pontos de partidas das entrevistas individuais:

1– Roda de conversa: foi a primeira oficina. Teve o objetivo de apresentar a equipe de pesquisadoras, a proposta do projeto e conhecer as mulheres artesãs. Para tal, foram realizadas três dinâmicas: (1) utilizando um espelho, as artesãs foram convidadas a falar da mulher que viam refletida; (2) utilizamos a metáfora da "caixinha de guardados" para provocar lembranças da vida; (3) a partir de "A moça tecelã" (Marina Colassante), apenas contado, não lido, foram perguntadas sobre o que "desteceriam" em suas vidas.

2 – Construção de personagem, autorretrato. O objetivo desta oficina foi provocar as mulheres à reflexão de seus posicionamentos identitários. Para tanto, elas foram incentivadas a recortar e colar em uma folha de papel uma figura central, que a representasse em torno da

qual ela deveria colar outras figuras que representavam seus desejos, sonhos e gostos. Em seguida, cada uma das mulheres foi convidada a falar sobre seu personagem. Neste exercício, estava embutida a ideia da ressignificação da existência na perspectiva de uma nova estética (FOUCAULT, 1984; 1992; 1999), partindo do pressuposto de que a ação depende do desejo e da crença da possibilidade. Nessa oficina, foi solicitada uma produção escrita como exercício para sondagem dessa competência entre elas.

3 – Identidade geográfica. O objetivo desta oficina foi identificar a origem geográfica de nascimento de cada uma delas e o percurso migratório até seu estabelecimento no Areal. Foi desenhado o mapa do Brasil e, a cada uma das mulheres, foi solicitado falar sobre seu estado de origem: características econômicas, culturais, sociais, os hábitos e costumes de sua cidade natal, de sua infância e adolescência. Nesta oficina, houve troca entre aquelas que procediam de uma mesma região e o reconhecimento de vivências comuns, estreitando as relações entre os membros do grupo.

4 – Linha do tempo. Teve por objetivo promover a reflexão sobre os momentos marcantes das histórias de vida de cada artesã. Cada uma das mulheres foi convidada a traçar sua linha de vida, desde o dia do nascimento até a data da oficina. Os acontecimentos foram identificados por meio de palavras e/ou desenhos, considerando os diferentes níveis de competência linguística.

Essas oficinas grupais de construção de narrativas tinham por intuito criar ambientes favoráveis à interação entre as pesquisadoras e alunas e as mulheres artesãs envolvidas no projeto, além de levantar pistas para o roteiro das entrevistas individuais.

As conversas informais ocorreram enquanto as artesãs trabalhavam. Os temas foram os mais diversos, de interesse das mesmas, de acordo com acontecimentos familiares, locais ou veiculados pelos meios de comunicação de massa. Essas narrativas têm se mostrado especialmente significativas pela variedade de temas, pelos valores revelados e pela descontração nas trocas de conteúdos e afetos.

O método de entrevista de grupo focal (GASKELL, 2002), realizado com grupos de até seis artesãs, permitiu organizar a gravação das concepções partilhadas pelo grupo sobre ser mulher e artesã, bem como a diversidade de opiniões sobre esses temas e, ainda, sobre o papel da Universidade em suas vidas.

As narrativas individuais foram produzidas em entrevistas ou textos autorais. As entrevistas individuais foram realizadas a partir de roteiro semiestruturado, elaborado um para cada mulher, subsidiados pelos resultados dos diversos encontros anteriores, os quais

revelaram às entrevistadoras elementos marcantes na trajetória de vida das mulheres; e inspirados por objetos pessoais para mediação instrumental e simbólica das histórias narradas (CAIXETA, 2006). As narrativas foram gravadas e transcritas na íntegra.

Os textos autorais consistem em narrativas escritas por algumas artesãs, produzidas por iniciativa própria, especialmente para o livro e também textos escritos em outras ocasiões, em cursos de capacitação de lideranças, oferecido pela universidade, ou por prazer e desejo de registrar suas experiências, conhecimentos, poesias, protestos e denúncias.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado, com cada entrevistada, quando da realização das entrevistas individuais.

Resultados preliminares

Sobre o livro *Deixa, que minha história eu conto!*

O livro *Deixa, que minha história eu conto!* é uma publicação que tem sido organizada pelas professoras pesquisadoras envolvidas no projeto. Neste momento, o livro está em fase de elaboração e conta com duas partes e cinco capítulos. Na parte um, o foco será a narrativa das mulheres artesãs. Essa parte contemplará os três primeiros capítulos, que trazem de diferentes maneiras as narrativas das mulheres artesãs: “Era uma vez eu”, “Meu cordel” e “Nameless”. Na parte dois, dois capítulos: “Uma universidade (aberta) no caminho”, no qual as narrativas apresentadas se referem ao papel da universidade para o grupo e o “Capítulo final”, que apresentará os avanços teóricos e metodológicos oportunizados pelo projeto.

Assinalamos que os textos individuais recolhidos e editorados pelas pesquisadoras e alunas constituem parte essencial do livro a ser publicado. Na editoração, têm sido respeitadas as falas das participantes, considerando seu nível de apropriação dos recursos linguísticos, sua oralidade e falares locais, elementos que conferem riqueza ao material que traz a realidade das mulheres envolvidas. A seleção final dos textos que compõem o livro tem sido realizada com a participação tanto das pesquisadoras, professoras e alunas, como do grupo de mulheres artesãs.

Sobre as narrativas de mulheres artesãs: tecendo identificações femininas

A leitura intensa das narrativas e textos das mulheres artesãs permitiu verificar que suas identificações como mulheres são construídas a partir de posicionamentos de exclusão e de superação.

Suas narrativas são construídas a partir das situações de violência que vivenciaram na vida. Pudemos sistematizar três tipos principais de violência de que essas mulheres foram vítimas: físicas, sexuais e sociais. Por violência física, entendemos todas aquelas situações narradas que tratavam surras e maus-tratos do ponto de vista do corpo biológico, que não tinham relação com crimes sexuais, por exemplo:

> *meu pai, quando ele pegava... você não esquecia nunca mais daquela surra.... Porque ele sempre deixava marca na gente. (Girassol)*;

> *madrasta... uma vez ela me chutou o dedo e quebrou meu dedo. E ela botava a gente pra dormir antes do meu pai chegasse, pra meu pai não ver... (Margarida).*

Violência sexual: aquelas situações em que os maus tratos se referiam exclusivamente a crimes sexuais, por exemplo:

> *Arrumei um marido, que mexeu com minha filha... Me deixou uma cicatriz que não tem cura.(Rosa)*;

> *...bicho véi nojento... nunca falei com ninguém... vergonha, medo. (Lilás).*

Violência social: situações de exclusão social e política, situações de intolerância e abandono, por exemplo:

> *O professor... para cada erro levava dois bolos nas mãos com o pedaço de madeira bem grosso chamada de palmatória. (Orquídea)*;

> *Esse negócio de escola, estudar... cuidar de casa... eu não soube conciliar, aí nessa fase de sete a dez anos de idade... (Gérbera)*;

> *Comecei a trabalhar muito cedo na roça... Sempre eu trabalhei, desde criança... quando eu fiquei adolescente, já moça, aí eu trabalhei*

> *forte... Esse trabalho era na roça, era quebrando coco babaçu. (Astromélia)*;
>
> *Éramos obrigados a trabalhar na roça dez horas ou mais... eu já tinha onze anos e nem mesmo sabia o que era uma escola... (Hortênsia)*;
>
> *...Foi depositada nesse mundo e depois esquecida... [nome e sobrenome da mãe], minha genitora escafedeu-se, ninguém sabia do paradeiro dela... (Begônia).*

O posicionamento legítimo de vítimas é recorrente no processo de identificação delas e tal processo se vincula aos diversos papéis sociais que desempenham em suas famílias e comunidade (CAIXETA, 2001). Isto significa que, como mães, esposas e filhas, elas enfatizam a violência simbólica em suas narrativas (BOURDIEU, 1995). As citações apresentadas evidenciam as histórias recônditas de violência sofrida no espaço silencioso da mulher criança, mulher adulta, mulher mãe, mulher esposa, mulher filha, mulher sofrida que, não sem dor, compartilha, neste espaço seguro do falar, suas tristes histórias de exclusão! São histórias de opressão que reafirmam, acima de tudo, a opressão vivenciada por nossas mulheres.

Por outro lado, a violência se contrapõe a significados de superação. Assim, também encontramos três tipos de superação – o encontro, o estudo e o enfrentamento do passado:

- o encontro – refere-se às atribuições que as mulheres construíram sobre o encontro com o artesanato ter modificado suas vidas e rotinas:

> *Eu vou lá [no projeto], duas horas que eu vou, parece que a gente multiplica aquela hora, e fica em seis. Uma conversa, outra hora aparece serviço para gente fazer... A gente também inventa passeio... Conversa... Pega a linha aqui e vai pra lá... E dali a gente cria meio mundo de coisas na cabeça. Muita cabeça junta pensa melhor. (Violeta)*;

- o estudo – refere-se às narrativas das mulheres em que o estudo é defendido como atitude de mudança pessoal e social:

> *Meu marido fala: – Que diabo você quer estudar mais? Eu falo, para me diverti. Quando saio, ele fica falando: – Essa mulher parece ter é macho na rua. Só fica saindo! Eu falo: – Oh! R. (nome do marido) tem misericórdia, porque eu tenho que aprender as coisas, porque eu não aprendi no tempo de nova, porque eu não tive chance né, porque no tempo de moça nova eu morava na roça, não tinha isso, era trabalhar na roça e pronto. (Petúnia)*;

- o enfrentamento do passado – refere-se às narrativas das mulheres que procuram ora explicar o que aconteceu no passado relacionado às diversas situações de violência e, também, ao aprendizado que tiveram com o enfrentamento de suas dificuldades:

> *Coisas ruins vêm e passa logo, a gente procura até esquecer. Mas, sabendo que quando a gente passa por um momento ruim, serve de experiência pra melhorar depois, né... Então, com a experiência que a gente tem... a gente não vai mais cair naquele problema, já vai avançando. (Acácia).*

Neste contexto de narrativas sobre superação, um tema que também se fez presente foi o da relação artesãs-pesquisadoras-universidade. O poder feminino que, em geral, é tecido por trás dos panos (ROCHA-COUTINHO, 1994; 2000). Neste momento, em que a universidade se abre para ouvi-las, oportuniza o protagonismo de suas histórias de uma forma diferente:

> *Hoje em dia eu estou mais fortalecida, entendeu?... Feliz por estar falando aqui com vocês, sendo entrevistada. (Branca).*

Os trechos exemplificam a narrativa de si como oportunidade de essas mulheres se tornarem autoras e coautoras de suas próprias histórias e de ressignificarem suas identificações. As histórias de superação e de mudança social são atreladas ao projeto do artesanato, ofício que atribuem especial sentido porque oportuniza o aprender, o avançar não só nos processos técnicos de costura, pintura, bordados diversos, mas, especialmente, como mulheres, pessoas, que em um coletivo, tecem possibilidades de criação de artefatos e de si mesmas.

Algumas considerações

A audição e a narração das histórias das mulheres artesãs do Areal têm permitido ricas reflexões sobre o ser mulher em um contexto específico de exclusão, em que mulheres ao mesmo tempo em que são e/ou estão excluídas, trabalham com arte e com a criação que vem da atividade manual. Esses encontros e confrontos que são tecidos nos diversos momentos de atividades do projeto indicam que são nesses espaços de contradição que as mediações relativas ao desenvolvimento humano são possíveis.

Acreditamos que a leitura das histórias narradas suscite possibilidades de mudanças no modo como a sociedade posiciona essas trabalhadoras e favoreça a geração de novos modos de estarmos juntos, contribuindo para uma cultura de inclusão social das mulheres participantes do projeto e, a partir delas, de todas as profissionais dessa área de trabalho historicamente discriminada.

No que tange aos demais participantes do projeto, percebemos que a experiência de estar junto com as artesãs proporciona uma compreensão da indissociável conexão entre liberdade, direitos humanos, justiça e acesso às bases materiais e simbólicas para leitura e explicação de si, do outro e do mundo. Acreditamos, portanto, que essa experiência favorece aos envolvidos a aptidão e o desejo de empreender novas formas de vida em sociedade, conscientes de que nós não somos imutáveis, mas que há uma intersecção de escolhas possíveis em um processo de vir a ser, individualmente e socialmente, em um contexto de práticas linguísticas e institucionais (DREYFUS; RABINOW, 1983).

Ouvir e partilhar narrativas de pessoas contando e argumentando sobre seus processos de transição e crise é criar meios para que as mudanças aconteçam a partir de novas formas de estarmos juntos, que são geradas no encontro EU-TU em uma relação de reciprocidade, estabelecendo uma cultura dialógica que favoreça também a inclusão de variados outros, conforme apontam Santos, Sousa e Barbato (2012).

Quanto à Universidade, este projeto contribui para a institucionalização da cultura de que todas as suas ações sejam permeadas por uma atitude extensionista, comprometida com a justiça social e a inovação que possibilitam a sustentabilidade, compreendida como possibilidade decorrente de ações cujos efeitos “sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” (JONAS, 2006, p. 47).

Referências bibliográficas

ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico*: dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2002.

BACHELARD, G. *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BAUER, M. W.; Gaskell, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*: a experiência vivida. Trad. de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. [Edição original: 1949].

BOURDIEU, P. "A dominação masculina". *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 133-184, 1995.

CAIXETA, J. E. *A mulher em envelhecimento no seu cotidiano*: diálogos, textos e imagens sobre a identidade feminina. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília(UnB), Brasília, 2001.

______; BARBATO, S.B. "Identidade feminina: um conceito completo". *Paideia*, v. 14, n. 28, p. 211-220, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/10.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2014.

CAIXETA, J. E. *As guardiãs da memória*: tecendo significações de si, seus objetos e suas fotografias. Tese (Doutorado Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006.

CAPURRO, R. "Information Technology and technologies of the self". *Annual Meeting of the American Society for Information Science* (ASIS), Pittsburgh, Oct. 25-29, 1992. Panel Session: Information Democracy: Power and Control Issues. Published in the *Journal of Information Ethics*, v. 5, n. 2, p. 19-28, 1996. Republished with the title "Information Technology as an Ethical Challenge", *Ubiquity*, v. 9, 2008. Disponível em: <http://www. capurro.de/self.htm>. Acesso em: 19 jul. 2013.

CRESSWELL, J. W. *Qualitative inquiry and research design*: choosing among five traditions. Thousand Oaks: Sage, 1998.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault*: beyond structuralism and hermeneutics. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

FOUCAULT, M. *L'usage des plaisirs*. v. 2. Paris: Gallimard, 1984.

______. Qu*e é o autor?* Lisboa: Veja; Passagens, 1992.

______. *História da sexualidade III*: o cuidado de si. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GASKELL, G. "Entrevistas individuais e grupais". *In*: BAUER, M; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

JONAS, H. *O princípio responsabilidade*: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LARROSA, J. Narrativa, identidad y desidentificación. *In*: ______. *La experiencia de la lectura*. Barcelona: Laertes, 1996.

LOURO, G. L. "Gênero, história e educação: construção e desconstrução". *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

NOVAES, M. E. *Psicologia da criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1972.

REY, F. G. *Epistemología cualitativa y subjetividad*. Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

ROCHA-COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos*: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

______. "Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamentos no Brasil". Trabalho apresentado na *XXX Reunião Anual de Psicologia*. Brasília, 26-29 de out. 2000.

ROSA, A. "¿Que añade a la psicología el adjetivo *cultura*?". *Anuario de Psicologia*, Barcelona, Facultat de Psicologia, Universitat de Barcelona, n. 31, p. 27-57, 2000.

SANTOS, P. F.; SOUSA, M. A.; BARBATO, S. "A inclusão escolar e social de sujeitos com deficiência motora na fala de jovens adultos". *In:* BRANCO, A. U.; OLIVEIRA, M. C. S. Lopes de (Orgs.). *Diversidade e cultura da paz na escola:* contribuições da perspectiva sociocultural. Brasília: Editora da UnB, 2012. p. 241-266.

SCHOLZE, L. *Narrativas de si*: o olhar feminino nas histórias de trabalho. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

______. "A linguagem como elemento privilegiado na construção da reflexão de si". *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, v. 42, n. 2, p. 139-153, jun. 2007.

SCOTT, J. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

SOUSA, M. A. *Desenvolvimento humano no contexto do voluntariado*: interfaces com a ética e a sustentabilidade. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2011.

SOUSA, M. do A.; CAIXETA, J. E.; França, P. *A construção de identidades solidárias*: compromisso da educação superior. 2011. Disponível em <http://revista.facsenac.com.br/index.php/edupro/article/viewFile/258/pdf_33>. Acesso em: 15 set. 2012.

VALSINER, J. *The guided mind*: a sociogenetic approach to personality. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

As pouco silenciosas monjas medievais

Cláudia Costa Brochado[1]

Em março de 2014, a freira Cristina Scuccia se transforma em um fenômeno mundial por sua atuação impactante em um programa de calouros na Itália. Sem colocar em questão seus recursos como cantora, pensamos se esse estrondoso sucesso, que reverbera na mídia do mundo inteiro, não estaria marcado pela contradição entre sua performance pouco recatada e o fato de ser freira, contradição que a tornou única. Mas nem sempre as freiras foram figuras silenciosas e pouco visíveis socialmente como são na contemporaneidade. Na Idade Média, monjas notáveis e pouco silenciosas não são exceção. O espaço religioso abrigava mulheres de todos os tipos, com maior ou menor vocação religiosa, e foi lugar de proteção e refúgio de imenso contingente de mulheres. Este trabalho traz algumas considerações sobre o espaço monástico feminino na Idade Média, observando-o como espaço menos de isolamento e mais de liberdade feminina.

Assim, mais do que falar de suas vidas santas, isoladas do mundo, silenciadas pelas paredes dos monastérios medievais, como comumente se pode imaginar, pretendo argumentar que esse olhar sobre esse espaço de permanência feminina pode estar, assim como tantos outros olhares sobre a Idade Média, impregnado de referências do tempo presente e bastante distanciado daquela realidade. A tendência a olharmos para o passado com os olhos do presente, já tão criticada pela historiografia do século XX, dificulta qualquer tentativa de aproximação a esse mesmo passado, distorce-o, adapta-o a uma realidade atual, muitas vezes para legitimar o presente e percebê-lo como resultado de um processo que se orientou em termos de evolução. No caso da Idade Média, essa tendência se intensifica, pois essa "idade do meio", essa *media aetas* dos humanistas – que se queriam fundadores de um novo tempo –, ou essa "idade das trevas" dos iluministas – que a vinculavam ao estado absolutista que tanto criticavam –, nada teria a dizer aos modernos, àqueles da Idade Moderna. E esse desprezo ainda hoje influencia o nosso olhar, dificultando a aproximação a um tempo que se move por categorias outras e que oferece a possibilidade de perceber outras formas de organização no plano político, religioso, econômico

[1] Doutora em História Medieval pela Universidade de Barcelona (UB - Espanha). Professora da Universidade de Brasília (UnB).

etc., categorias aqui divididas, mas impossíveis de o serem na Idade Média, já que fazem parte de uma unidade que se organiza em termos de Cristandade. E nesse contexto, e é sobre isso que pretendemos tratar aqui, outras possibilidades de organização dos espaços femininos.

Ao nos despirmos dessa tendência, talvez possamos nos aproximar de uma tradição pouco conhecida, tradição geradora de cultura, tradição e cultura eminentemente femininas que permitiu às mulheres novas possibilidades de ser.

Breve histórico

De forma muito sucinta, podemos dizer que o processo de formação da cultura monástica no Ocidente, inspirado nos eremitas do deserto do Egito, se expande a partir do século VI, principalmente com a regra beneditina, com as vertentes masculina e feminina. Um dos primeiros monastérios foi, por exemplo, feminino, tendo sido criado em Arles em 512, reunindo mais de 200 monjas.

Essas mulheres decidem seguir um novo estilo de vida, uma vida em comunidade, onde a virgindade, como elemento fundamental dela, pudesse ser garantida, bem como a dedicação a atividades como a oração, a leitura, a iluminação e cópia de obras, um trabalho feito em grande parte em conjunto com as demais irmãs espirituais. Era um movimento novo naquele ocidente que pouco a pouco ia se convertendo em cristandade. Um ocidente que escolhia o monastério como refúgio, um refúgio físico e espiritual.

Como refúgio espiritual, podemos dizer que os elementos que deram sentido ao movimento monástico se referem à possibilidade de incorporar a nova fé a um novo estilo de vida, de isolamento do mundo, de distanciamento das tentações terrenas e consequentemente das cidades, vistas como espaços onde as ameaças, que dificultavam a efetiva conversão cristã, se faziam mais presentes. Apesar de ter dado sentido ao movimento, o isolamento, embora muito exigido, pouco será garantido, como veremos mais à frente. Como refúgio físico, era um espaço de proteção que se organizava para garantir a segurança de um grande contingente de mulheres e de homens que, ao optarem por esta forma de vida, se instalavam nesses espaços.

Apesar deste caminho inicial ser de homens e de mulheres, seus percursos, ao longo dos séculos, não serão os mesmos. Ida Magli interpreta de forma diferente o monacato masculino e o feminino. O primeiro como fuga do mundo, batalha contra si mesmo e seus instintos, e rechaço da cultura. Para as mulheres, como uma "espécie de rebelião a sua

condição social, uma possibilidade de busca de si mesma, não fora da história, mas ao contrário, forçando a história e a realidade" (MAGLI, 1972, p. 631).

As mulheres, no contexto dessa nova cultura que vai sendo construída, parecem encontrar ali um ambiente novo, aberto a outras possibilidades de ser. Apesar desse espaço se justificar na busca pela melhor maneira de viver a espiritualidade, para as mulheres, de forma particular, parece ter-se constituído em possibilidade de um novo exercício de liberdade, se constituindo em espaço de cultura feminina que se organiza em termos de tradição.

Em sua maioria oriundas da nobreza, as mulheres que ali decidiam viver, não se isolar do mundo, recriavam no interior desses espaços uma organização social peculiar, pois transferiam parte de sua vida social para dentro dos monastérios, ao compartilharem com outras mulheres, crianças ou adultas, uma convivência que já se dava no exterior dos mesmos. Ali dividiam o espaço, desenvolviam a espiritualidade, trocavam ideias e experiências, instruíam as mais novas, se deixavam guiar espiritual e intelectualmente por aquela que detinha a autoridade, a abadessa.

Era também lugar de abrigo de filhos e filhas ilegítimas, além de espaço de retiro de muitas mulheres na velhice, principalmente aquelas que, ao longo da vida, destinavam parte dos seus bens para a comunidade, justamente com essa intenção, como foi o caso de Leonor de Aquitânia, no século XII, ou Isabel de Portugal, no século XIV (ANDERSON-ZINSSER, 1991, p. 224).

A tendência a uma presença maciça de mulheres nobres, predominante entre os séculos VII e XII, se ampliará a partir do século XIII, em função das transformações próprias do período, abrindo a possibilidade de acesso a outros grupos. Essa tendência coincide, no entanto, com a perda de poder dos monastérios, que deixam de desempenhar o importante papel que até então concentravam, perda que afetará diretamente a tradição monástica feminina.

Monasticismo feminino e política sexual

Para as mulheres medievais, havia fundamentalmente duas opções que podiam ser ou não escolhas próprias, o matrimônio ou a entrada em uma instituição religiosa. No contexto da política sexual medieval (política que define o modo como homens e mulheres se

relacionam)[2], o matrimônio era fundamental para as alianças dinásticas e também para os acordos familiares. Permitia assegurar, igualmente, a manutenção dos clãs, a produção familiar e a prole, além do exercício da sexualidade autorizada, masculina, no caso. Ou seja, o corpo feminino era fundamental na manutenção daquela organização social.

Mas nem todas as mulheres assumiram ou aceitaram passivamente o que estava definido para elas nessa política e a criticaram. A historiadora Milagros Rivera observa que na comédia *Sapientia*, de Rosvita de Gandersheim (935-973), quem primeiro escreveu teatro na Europa, esta crítica está presente (RIVERA, 2006, p. 42). Rosvita fala sobre os controles da política sexual de seu tempo, ao descrever um Adriano, imperador romano, temeroso pela chegada a Roma de uma mulher chamada Sabedoria, acompanhada de suas três filhas, Fé, Esperança e Caridade (Santa Sofia e suas três filhas, em grego Pístis, Elpís e Ágape). Essas mulheres estariam predicando por Roma e levando as mulheres romanas a se negarem a comer e dormir com seus maridos. Adriano, ao ser alertado do perigo, tem o seguinte diálogo com seu conselheiro Antíoco:

> Adriano – E acaso a chegada de umas mulherzinhas pode causar algum detrimento ao Estado?
> Antíoco – O dos grandes, majestade.
> Adriano – Qual?
> Antíoco – O fim da ordem.
> Adriano – Como assim?
> ...
> Antíoco – Pois esta mulher de que falo, anda exortando a abandonar os ritos de nossos maiores e induz à prática da religião cristã.
> Adriano – Não bastará admoestá-la?
> Antíoco – E veementemente. Pois nossas esposas, desdenhando-nos, nos desprezam a tal ponto que não se dignam a comer conosco e menos ainda dormir conosco.
> Adriano – De fato é perigoso![3]

Prudence Allen observa que a política sexual não foi a mesma durante todo o período medieval, ou seja, a maneira como homens e mulheres se relacionaram sofreu alterações ao

[2] A respeito disso, a medievalista espanhola María-Milagros Rivera Garretas dirá o seguinte: ”Nas sociedades patriarcais muito da estrutura que tenta regular a sexualidade e a procriação humanas se configura em torno do pacto que foi descoberto a finais do século XX pela politóloga australiana Carole Paterman, que o chamou de “o contrato sexual”: um pacto prévio ao contrato social que fez célebre Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e prévio, portanto, ao pertencimento de classe. O contrato sexual é um pacto não pacífico entre homens que praticam a heterossexualidade para compartilhar entre eles o acesso ao corpo das mulheres férteis e o domínio dos frutos desse corpo, frutos que, por ser a vida humana, quer dizer, corpos que falam, formam a substância primeira e primordial da história e da política”. (RIVERA, 2006, p. 143-144). Tradução livre da autora.

[3] Tradução da obra de Rosvita feita por Luiz Jean Lauand (1994, p. 46-47).

longo do período. Ela observa que uma tendência aos espaços mais livres teve seu ápice no século XII e parte do XIII, e a política sexual aí predominante será definida a partir de uma relação entre os sexos que se situa na complementaridade, denominada de "teoria da complementaridade entre os sexos" (RIVERA, 2006, p. 154-155). Em linhas gerais, teria predominado nesse período a noção de que homens e mulheres são substancialmente diferentes, mas iguais em valor, sendo ambos seres completos, seres com infinito próprio.

Esta forma de estar no mundo de mulheres e homens abriu importantes espaços femininos, tendo sido substituída, a partir de finais do século XIII, por uma tendência muito mais restritiva, ligada à polarização, chamada de "teoria da polaridade entre os sexos" (*Ibid*.).

A mudança de tendência teria levado à perda de autoridade feminina e também dos seus dos espaços de liberdade, tendo beneficiado, por outro lado, segundo Milagros Rivera, os que estariam à frente das grandes instituições medievais:

> Esses retrocessos e essa perda de autoridade feminina favoreceram, e dela se beneficiaram, aqueles que sustentavam naquele momento instituições dotadas de muito poder social: a Igreja Católica, por exemplo, através do seu braço judicial, o tribunal da Inquisição e, através das universidades, dominadas então pelo clero; também as monarquias feudais da Europa, que iniciavam um caminho de incremento do seu poder político, caminho que as conduziria, alguns séculos mais tarde, ao absolutismo. (RIVERA, 2006, p. 156)[4].

As universidades, esse novo e importante espaço do saber, tiveram grande influência nesta mudança negativa para as mulheres. Nelas se impôs a leitura obrigatória de Aristóteles e de sua teoria sobre a relação entre os sexos, que vê as mulheres como inferiores aos homens. Por essa razão, Prudence Allen chamará esta mudança política de "Revolução Aristotélica". Em linhas gerais, a tendência da complementaridade será substituída pela da polaridade: homens e mulheres são substancialmente diferentes e os homens são superiores.

Para dar "força social a esta teoria e para provocar mudanças no simbólico" (RIVERA, 2006, p. 155) foram escritas muitas obras literárias e científicas hostis às mulheres. A crítica a elas originou um grande debate, denominado *Querelle des femmes*, comprovado em diversos textos de mulheres e homens, convertendo-se em um movimento que perdurará por alguns séculos, chegando até a Revolução Francesa[5].

---

[4] Tradução livre da autora.

[5] Sobre a relação da obra de Isabel de Villena, uma abadessa medieval ibérica, com a *Querelle des femmes*, ver: BROCHADO, Cláudia Costa. *Evangelhos em feminino*: interpretações de uma escritora medieval ibérica. (A sair pela *Cadernos Pagu*).

Assim, as duas opções que se apresentavam às mulheres medievais, que anteriormente mencionávamos, o matrimônio e a vida religiosa, são opções inscritas no âmbito da política sexual, ou seja, uma inserção em espaços reconhecidos e aceitos.

Mas será a opção por uma vida vinculada a uma comunidade religiosa que permitirá às mulheres construírem formas próprias de vida em comunidade e de vivência da espiritualidade. Apesar desse espaço se constituir em abrigo importante para as mulheres durante todo o período, e para além dele, foi durante os séculos em que predominou uma política sexual tendendo à "complementaridade" quando as maiores possibilidades de autonomia se abriram às mulheres. É o período mais rico em cultura feminina, consequentemente em seus espaços de liberdade e poder, período que fez possível a existência de mulheres como Hildegarda de Bingen (1098-1179).

Centros de cultura

A vida religiosa, inscrita ou não em uma regra, permitiu às mulheres desenvolver atividades e, consequentemente, talentos difíceis de serem cultivados na vida matrimonial, não sendo por outra razão, pela falta de tempo, já que deveriam se submeter a muitas outras obrigações[6]. O autor catalão Jaume Roig, em sua obra o *Libre de las donas,* obra que se inscreve no contexto da mencionada *Querelle des femmes,* apresenta como mau exemplo de mulher casada, aquela que se dedicava à escrita. Segundo o autor, esta mulher tentava esconder do marido essa sua atividade, mas sempre era denunciada por suas mãos manchadas de tinta (ROIG, 1980, p. 57).

As mulheres que viviam em comunidades religiosas, além de se ocuparem do aprimoramento espiritual, podiam se dedicar à pintura, à escrita, à prática da botânica ligada ao cultivo de plantas medicinais, à música, enfim, a uma grande variedade de atividades. As abadessas e suas auxiliares se envolviam, por exemplo, na administração da instituição, cuidando da gestão do seu patrimônio.

Como centros de cultura**,** os monastérios contavam com um *scriptorium*, um lugar onde copiar e iluminar livros, e possuíam sempre um acervo de obras disponíveis às monjas,

[6] Sobre isso, dirá Luciana Tavernini: "Considerando que as famílias escolhiam os maridos que, muitas vezes, eram mais velhos e mais ignorantes que as mulheres e que, de qualquer maneira, eram educados para a guerra; que as mulheres tinham numerosas gravidezes, porque as limitações dos nascimentos estavam ligadas principalmente às ausências do marido pelas campanhas de guerra, e que muitas vezes morriam jovens, se pode entender que elas vissem de forma positiva a eleição da virgindade..." (TAVERNINI, 2000, p. 198). Tradução livre da autora.

que ali se instruíam ou aperfeiçoavam uma instrução adquirida antes da chegada à instituição. Muitas monjas foram excelentes copistas e iluminadoras de livros, objetos extremamente valorizados na Idade Média.

Será entre as monjas que encontramos as mulheres mais instruídas do período. As obras de Rosvita, por exemplo, indicam que ela conhecia tanto a cultura secular quanto a teologia de seu tempo. Sem preocupação com a modéstia, recurso que se tornará predominante em muitas mulheres que a seguiram pelo medo de que seus escritos pudessem ser considerados heréticos, ela reconhece os "talentos que recebe de Deus". E espera que através de sua obra eles sejam reconhecidos, principalmente quando se acredita, dirá, "que as mulheres sejam inferiores" (LAUAND, 1994, p. 44).

Pelo que tudo indica, no entanto, as mulheres sabiam ler mais que os homens, já que grande parte da instrução deles deveria se constituir dos elementos que compunham a cultura guerreira cavalheiresca, matéria que não dizia respeito às mulheres. Esta é a conclusão que chega Henry Pirenne nos seus estudos sobre a nobreza da época:

> (...) somente nas casas dos mais ricos, um clérigo ensinava a ler às jovens da família. Quando aos rapazes, sempre a cavalo a partir do momento que aprendiam a montar, não sabiam fazer nada mais do que brigar. Canções militares (...) eram a sua literatura. Violentos, toscos e supersticiosos, eram, no entanto, excelentes soldados. (PIRENNE, 1956, p. 107)[7].

Além disso, muitas monjas eram também mestras dos mais jovens, os filhos e as filhas de familiares e amigos, tarefa pela qual elas recebiam pagamento. À medida que a clausura vai se convertendo em uma obrigação cada vez mais difícil de driblar, conforme veremos mais à frente, esta atividade vai se tornando cada vez mais restrita, embora tenha se mantido durante toda a Idade Média e para além dela.

As abadessas

Até o século XIII, as abadessas estão entre as grandes autoridades do mundo medieval, reunindo poderes temporais e espirituais, exercendo inúmeras atividades supostamente interditadas às mulheres eclesiásticas, inclusive assumindo poderes sacerdotais e episcopais, com autoridade, por exemplo, para ouvir confissão e excomungar. Responsáveis por administrar as propriedades e campos dos monastérios, elas atuavam como senhoras feudais,

---

[7] Tradução livre da autora.

exigindo o cumprimento das obrigações relativas aos vínculos daí decorrentes. Estava sob sua responsabilidade a supervisão da religiosidade dos que habitavam as terras vinculadas ao monastério, além do recolhimento do dízimo e a escolha dos clérigos que ali atuariam (ANDERSON-ZINSSER, 1991, p. 210). Além disso, tinham responsabilidade direta sobre a vida de monges e monjas de sua ordem, contando, em geral, com cerca de uma dezena delas para auxiliá-las nas atividades.

Uma das mulheres mais conhecidas da Idade Média, Hildegarda de Bingen (1098-1179), detentora de um vasto saber no campo da teologia, da ciência e das artes, foi também abadessa. Os poderosos de seu tempo, como papas e reis, admiravam seu trabalho e a reconheciam como sábia e profetisa, além de trocarem intensa correspondência com ela. Ela se correspondia também com abadessas que lhe escreviam pedindo conselhos sobre a melhor maneira de desempenhar suas tarefas temporais e espirituais. Em suas respostas, Hildegarda insistia em que elas não abrissem mão do espaço monástico para que a autoridade feminina fosse ali mantida, demonstrando uma clara consciência da importância dessa tradição para as mulheres. Para a manutenção desse espaço e dessa tradição, ela observava o papel fundamental das abadessas e orientava uma delas: “Ajude tuas filhas com o conselho de tua sabedoria” (MARTINENGO-POGGI-SANTINI *et al*., 2000, p. 26).

Oferece conselhos sobre a forma das monjas se vestirem, por exemplo, não abrindo mão da beleza e do cuidar-se. Fazendo uma distinção entre a forma de vestir de casadas e monjas, dirá que as primeiras devem se arrumar modestamente, já as segundas, ao não estarem submetidas ao homem, devem permanecer “com todo o esplendor da flor no ramo” (*Ibid*., p. 34-36). Como é costume seu e de muitas outras escritoras medievais, legitima seu pensamento em suas visões, como mensagens recebidas de Deus, o verdadeiro autor de seu texto/pensamento. Ela, em uma de suas cartas, explica que a vestimenta própria para uma virgem teria surgido em uma de suas visões e que o véu negro, que eram obrigadas a usar, acompanhado de uma cruz, deveria ser substituído por um véu branco, como a roupa que os seres usavam no paraíso, acompanhado de uma tiara de três cores, que designavam a Trindade. Estranhando o fato das ordens monásticas femininas não terem signos luminosos, ao contrário das masculinas, Hildegarda decide, sustentada por suas visões, que as mulheres em seu monastério devem abandonar o vestido negro penitencial e se vestirem de forma mais luminosa (*Ibid*., p. 34).

Hildegarda demonstra ter consciência do poder e sabedoria que detém. A italiana Marirì Martinengo, que analisou atentamente sua correspondência, observa que ela faz

distinção entre as mulheres que se deixam orientar por uma mulher mais sábia, como ela própria, e aquelas que se colocam à mercê do juízo dos homens. As primeiras se converteriam em mestras e guias de luz, e as segundas, rebaixando seu natural prestígio, se tornam prisioneiras (*Ibid*., p. 39).

Ela mostra uma autonomia pouco comum em homens e mulheres do seu tempo. Segue, por exemplo, sua vontade e consciência, negando-se a atender a ordem das autoridades eclesiásticas de sua região, pagando um preço alto por isso, mas mantendo-se firme em sua decisão. Já mais velha, ela se envolve em um litígio que lhe debilita fisicamente, ao recusar-se a desenterrar o corpo de um cavaleiro sepultado no espaço do seu monastério. Será ameaçada e a sua comunidade será punida por isso. O morto supostamente teria sido excomungado, o que seria impedimento para que o seu corpo estivesse em recinto sagrado.

Um dos castigos que lhe foi imposto, ao se recusar a cumprir a ordem dos prelados de Mugúncia, região onde se encontrava Rupersberg, seu monastério, foi a proibição de que ela e suas monjas pudessem continuar cantando. Considerando a tradição do canto para a regra beneditina, da qual faz parte, e o significado da música para ela, podemos imaginar o efeito dessa proibição para Hildegarda. Compositora que era e cujas partituras, preservadas, permitem hoje conhecer suas composições, ter visto seu monastério ser proibido de exercitar o canto e suas monjas, para quem diz compor, privadas de uma das atividades que considerava das mais importantes, certamente produziu um desgaste profundo na já idosa Hildegarda.

Além disso, foi vetado à instituição prestar os sacramentos ou tocar os sinos do monastério, algo que perturbava a vida da comunidade espiritual ali reunida e também da comunidade temporal que o circundava e que estava sob sua autoridade, impedindo o cômputo das horas que definia o tempo do trabalho, da oração, do repouso etc.

Porém, Hildegarda continuará questionando a excomunhão e, apesar de estar com mais de 70 anos, se deslocará em busca de apoio de outras autoridades para sua causa. Respeitada e admirada como era não faltarão aqueles que a apoiam. Só assim consegue fazer calar os que a acusavam e provar a inocência do morto, mantendo-o ali onde ela havia um dia recebido. Pôde, assim, preservar a palavra dada, palavra que ela certamente não pretendia corromper.

Mas esse desgaste vivido por ela, que foi duramente pressionada pelas autoridades eclesiásticas de sua região, parece sinalizar uma mudança de tendência, indicando que as

condições que fizeram possível uma Hildegarda de Bingen, que permitiram às mulheres tamanho poder no plano terreno e espiritual, tendiam à retração.

As restrições à autoridade das abadessas, cada vez mais remarcadas, passam a dificultar gradualmente a sua atuação. São proibidas de tomar os votos das monjas, de ouvir confissão, de predicar e de cantar o Evangelho, restrições reforçadas por Inocêncio III em princípios do século XIII (ANDERSON-ZINSSER, 1991, p. 216-217). As universidades, já mencionadas, também se fecham às mulheres. Para ser aluno ou mestre, era preciso ser ordenado, sacramento que no século XIII, junto com o sacerdócio, foi oficialmente vetado às mulheres. É bom lembrar que será em um desses espaços, a Universidade de Paris, que o texto da beguina Margarita Porete será analisado e julgado herético pelos mestres da instituição, o que a levará à fogueira em 1310.

O papa Graciano, em uma de suas decretais, justificativa a exclusão das mulheres na tão conhecida natureza feminina, natureza carregada de elementos negativos, o que será, a partir daí, cada vez mais ressaltado. Os escolásticos utilizam a lógica para reforçar essa tradição inscrita nos clássicos, nos Padres da Igreja e nos comentários dos Evangelhos, material abundante de onde retiram os argumentos necessários para suas teorias antifemininas (ANDERSON-ZINSSER, 199, p. 218). São Tomás de Aquino terá papel fundamental na desconfiança em relação às mulheres e também no isolamento delas, insistindo na ameaça que representam aos clérigos. As tendências reformistas que pedem um maior distanciamento entre clérigos e laicos, e que exige uma pureza maior dos primeiros, afeta diretamente as mulheres, que passam, efetivamente, a serem vistas como ameaça.

O papa Bonifácio VIII, em sua bula Periculoso (1298), reforça essa tendência, ao falar do perigo do comportamento de monjas sem pudor e decência, exigindo que todas elas sejam perpetuamente enclausuradas, proibidas de deixar o monastério, devendo permanecer “juntas, retiradas do público e da vista mundana”[8].

A exigência da clausura terá duros efeitos para o contingente de mulheres vinculadas a uma comunidade religiosa. Sendo norma desde a reforma carolíngia, no século IX, a clausura passará a ser realmente efetiva no século XV, a partir do Concílio de Trento. Ela teve efeitos negativos na liberdade e autonomia femininas. Por um lado, limitou o movimento de abadessas e monjas, comprometendo o intercâmbio espiritual e intelectual entre os monastérios femininos. Por outro, dificultou o trabalho de administração das comunidades, já

[8] Citado em Anderson-Zinsser (1991, p. 219).

que com a clausura, passarão a depender diretamente de homens para levar a cabo a tarefa. Dificultou, igualmente, o desempenho de outra atividade que estava sob sua responsabilidade, o de dar visibilidade à instituição, elemento importante na captação dos recursos que permitiam o fortalecimento e, até mesmo, a manutenção das mesmas. Seu papel público se verá minado e grande parte do seu poder espiritual será transferido ao bispo.

Mas as comunidades femininas não aceitarão facilmente essas limitações, razão das proibições terem tardado tanto em ser efetivamente observadas. Vamos falar sobre um desses exemplos, o monastério de Santa Maria de las Dueñas de Zamora.

Fundado pela viúva Jimena Rodrigues, quem diz no texto de sua fundação que a instituição abrigará suas filhas solteiras e outras mulheres de condição nobre que queiram pertencer a ele, reunirá muitas mulheres de cidades como Sevilha e Valladolid. Apesar do monastério estar sob a regra de Santo Agostinho, permanecerá sob a tutela dos “irmãos predicadores”, os dominicanos, desde a sua fundação (BUENO-DOMINGUEZ, 1989, p. 236). Essa questão jurisdicional será o estopim dos conflitos que ali ocorrem e que demonstram uma impressionante força e resistência do grupo de mulheres que lá viviam. De forma resumida, o desejo da maioria das monjas era de que esta tutela não saísse das mãos dos dominicanos, passando para as mãos do bispo, que ao assumir a tutela e destituir a abadessa fundadora, entra em conflito com a comunidade. As monjas escrevem cartas às autoridades pedindo a volta da abadessa e fazem do monastério cenário de inúmeros protestos que envolvem agressões verbais e físicas à nova abadessa empossada pelo bispo. Não tendo sido eleita pelas monjas, como era habitual, esta não tinha a simpatia da maioria delas, além de não reconhecerem sua autoridade. Algumas monjas, cujo hábito de ir e vir deixam de ser aceitos na nova administração, se recusam a aceitar a clausura, se rebelam, ameaçam a abadessa e acabam sendo excomungadas (BUENO-DOMINGUEZ, 1989, p. 240).

Considerações finais

Apesar das restrições, as mulheres continuarão assumindo uma postura ativa contra as reformas religiosas que implicam em mudanças no seu modo de vida, bem como contra as políticas, religiosas ou laicas, que tendem a ceifar essa tradição inscrita nos espaços monásticos. Alguns séculos mais tarde, Tereza de Ávila expande a crítica feminina, incorporando novos elementos a ela, como a desigualdade social, refletida dentro das próprias instituições religiosas. Sofre com os projetos reformadores católicos derivados do cisma protestante, assim como Heloísa, séculos antes, ao perceber que as imposições e limitações

definidas na regra beneditina serviam aos homens, não às mulheres. Para Heloísa, os homens é que necessitam de uma disciplina mais rígida, única maneira de se conterem, não as mulheres, moderadas por natureza.

Os movimentos reformadores da Igreja, que se fazem presentes em diversos momentos na longa duração medieval, afetam de forma mais direta as mulheres. Por um lado, ao pretender se distanciar e se distinguir dos laicos, esses movimentos definem medidas restritivas, visando um maior controle sobre as práticas do *ordo* clerical. Direcionadas principalmente aos homens, são as mulheres que sofrem suas consequências mais severas, já que carregam em seu corpo a ameaça original. A ameaça do sexo e da potência materna. Ambas duramente controladas pela cultura patriarcal que, paradoxalmente, ao ser alheia a tamanho poder, se constrói sobre sua negação.

Referências bibliográficas

ALLEN, Prudence. *The concept of woman*: the Aristotelian Revolution (750 BC-Ad 1250). Montreal; Londres: Eden Press, 1985.

ANDERSON, Bonnie S.; ZINSSER, Judith P. *Historia de las mujeres*: una historia propia. v. 1. Barcelona: Critica, 1991.

BAHR, Cecilia; ROYER, Susana. “Tras los muros del convento: las mujeres en el ámbito monacal (León y Castilla, siglos XII-XV)”. *In*: RODRÍGUEZ, Gerardo (Dir.). *Cuestiones de historia medieval*. v. 2. Buenos Aires: Selectus, 2011.

BROCHADO, Cláudia Costa. *Evangelhos em feminino*: interpretações de uma escritora medieval ibérica. *Cadernos Pagu* (no prelo).

BUENO-DOMINGUEZ, María Luisa. “Las mujeres de Santa María de las Dueñas de Zamora: la realidad humana”. *In*: MUNÕZ-FERNÁNDEZ, Angela (Dir.). *Las mujeres en el cristianismo medieval*. Madrid: Al-Mudayna, 1989.

LAUAND, Jean Luiz (Org.). *Educação, teatro e matemática medievais*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

MAGLI, Ida. “Il problema antropológico culturale del monachesimo femminile”. *In*: *Enciclopedia delle religioni*, IV: “Monachesimo”. Turín: Vallecchi, 1972.

MARTINENGO, Marirì; POGGI, Claudia; SANTINI, Marina *et al*. *Libres para ser*: mujeres creadoras de cultura en la Europa medieval. Madrid: Narcea, 2000.

PIRENNE, Henry. *Storia d’Europa*: dalle invasioni al secolo XVI. Florencia: Sansoni, 1956.

RIVERA GARRETAS, Maria Milagros. “La política sexual”. *In*: RIVERA GARRETAS, Maria-Milagros (Dir.). *Las relaciones en la Historia de la Europa Medieval*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

ROIG, Roig. *Llibre de les dones, o spill*. Francesc Almela i Vives (Ed.). Barcelona: Barcino, 1980.

Mulheres no bar: personagens, performances e sociabilidade

Gilberto Luiz Lima Barral[1]

As belas mulheres vão e vêm; a vida é um bar dançante.

José Roberto da Silva (2010, p. 221)

O final do século XIX e todo o século XX viram eclodir uma série de transformações nos tempos e espaços sociais. Transformações essas resultantes, dentre outros fatores, da emergência de movimentos sociais ligados ao mundo do trabalho. As reivindicações do movimento trabalhista por tempo livre desdobram-se em outras pautas políticas e culturais de alargamento do espaço social, enquanto esfera de participação e ação de novas identidades e subjetividades.

Dentre as atividades ou ocupações que surgem das mudanças do tempo e do espaço social, o bar aparece como um dos equipamentos preferenciais para o descanso e ocupação do tempo livre, como restauração das energias gastas com o trabalho. Contudo, espaço experimentado e representado sobretudo como lugar de homens. Em um primeiro momento, o lugar da mulher no bar se reduziu, em alguns casos, ao de serviçal, funcionária. E, muito raro, como proprietária. Ainda, o lazer no bar não incluía a mulher de maneira ampla, plural.

Hoje há bares em todos os lugares e para diversos públicos. Dados do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Distrito Federal (*SINDHOBAR*) anotam nada menos que 1.446 bares e 1.268 restaurantes, em seu último levantamento de dados, no ano de 2004, somente no Plano Piloto, em Brasília. Somando todo o Distrito Federal, teríamos, ainda segundo o mesmo levantamento, 3.501 restaurantes e 6.344 bares em um total de 9.845 estabelecimentos similares. No Plano Piloto estaria 36,22% dos restaurantes e 22,83% dos bares[2]. É a segunda cidade do país na relação habitante/bar, ficando atrás apenas de Belo Horizonte[3]. Nesse sentido, confira as tabelas abaixo:

---

[1] Doutor em Sociologia da Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de Sociologia da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

[2] As tabelas apresentadas e as falas dos entrevistados e entrevistadas foram colhidos no período da realização da pesquisa para dissertação de mestrado de 2004 a 2006. Ver mais dados em: BARRAL, Gilberto L. L. (2006).

Tabela 1– BARES DO DISTRITO FEDERAL

CIDADES	QUANTIDADE	% TOTAL
Agrovila São Sebastião	28	0,44
BSB-PPL/Lago Sul e Norte/Octogonal e Sudoeste	1.446	22,83
Brazlândia	146	2,31
Candangolândia	59	0,93
Ceilândia	1.288	20,33
Cruzeiro	229	3,62
Gama	137	2,16
Guará	319	5,04
Núcleo Bandeirante	185	2,92
Paranoá	166	2,62
Planaltina	191	3,02
Recanto das Emas	93	1,47
Riacho Fundo	112	1,77
Samambaia	231	3,65
Sobradinho	266	4,20
Taguatinga	1.216	19,20
Santa Maria	177	2,79
Vila Planalto	55	0,87
TOTAL	**6.344**	**100%**

Fonte: Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Distrito Federal[4]

Tabela 2– RESTAURANTES DO DISTRITO FEDERAL

CIDADE	QUANTIDADE	**% TOTAL**
Agrovila São Sebastião	15	0,43
BSB-PPL/Lago Sul e Norte/Octogonal e Sudoeste	1.268	36,22
Brazlândia	86	2,46
Candangolândia	21	0,60
Ceilândia	539	15,40
Cruzeiro	99	2,83
Gama	127	3,63
Guará	186	5,31
Núcleo Bandeirante	76	2,17
Paranoá	67	1,91
Planaltina	51	1,46
Recanto das Emas	15	0,43
Riacho Fundo	19	0,54
Samambaia	63	1,80
Sobradinho	138	3,94
Taguatinga	688	19,65
Santa Maria	31	0,89
Vila Planalto	12	0,34
TOTAL	**3.501**	**100%**

Fonte: Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Distrito Federal

---

Espaços de lazer e culturas jovens em Brasília: o caso dos bares. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF.

[3] Como bares e restaurantes aparecem como similares na conceituação do sindicato dessa categoria, e na prática muitos restaurantes, inclusive alguns da rede hoteleira, realizam serviço de bar, principalmente no horário noturno, acrescentou-se uma segunda tabela, para efeito de visualização desses espaços de lazer no Distrito Federal, dados quantitativos sobre esses estabelecimentos.

[4] Disponível em: <http://www.sindhobar.com.br>. Acesso em: 28 mar. 2014.

É importante ressaltar que estes são dados aproximados, já que o número de estabelecimentos não filiados ao sindicato é incalculável. Contudo, este número anotado pelo sindicato é mais ou menos constante, pois, segundo a funcionária do *SINDHOBAR*, *Sônia Gonçalves*,

> no Plano Piloto, raramente, algum bar ou restaurante é fechado e vira outra coisa, quero dizer, uma farmácia ou uma padaria. O que acontece é que mudam-se os donos, mas o bar ou o restaurante permanece. Muda-se o dono, mas aqui você não vai ver um bar virar uma floricultura, sabe?! O comércio nas entrequadras é mais organizado e não pode ir mudando assim[5].

O bar tem sido uma das principais formas de diversão e lazer na atualidade. A partir das últimas décadas do século XX e inícios do século XXI, no Brasil, os bares irão passar por uma série de transformações em sua ambiência física e cultural: escolha e adesão da cerveja como bebida dominante; frequentação de gerações mais jovens de homens e mulheres; padronização de mobiliário e utensílios a partir de marcas de cervejas; *merchandising* nacional televisivo; afirmação do bar como espaço preferencial do lazer.

Tabela 3 – O QUE VOCÊ FAZ COMO LAZER?

	JOVENS	
RESPOSTA	HOMENS	MULHERES
Assistir filmes	2	3
Assistir televisão	3	2
Baladas	3	1
Bares	10	7
Beber	4	3
Casa de amigos	3	5
Casa noturna	3	3
Cerveja	2	0
Churrasco	2	2
Comer	1	2
Conhecer lugares novos	0	1
Cursos	0	1
Dançar	3	5
Esportes	7	2
Festas	6	4
Fumar	1	0
Internet	2	4
Ir a espaços culturais	2	3
Ir a shows	5	7
Ir ao cinema	4	5
Jantar	2	2

[5] O chamado Plano Piloto aqui nesse artigo refere-se à Brasília, região administrativa nº 1, do Distrito Federal. O Plano Piloto possui uma legislação específica do uso do solo e do espaço urbano que regulamenta e orienta a ocupação dos espaços residenciais e comerciais.

Jogar sinuca	2	1
Ler	1	2
Malhar	1	3
Namorar	1	3
Ouvir música	3	3
Paisagismo no quintal	0	1
Parque	4	1
Qualquer coisa que dê prazer	1	0
Sair para beber com amigos	3	4
Sair/encontrar com amigos	1	4
Sexo	3	0
Shopping	0	1
Teatro	0	4
Tocar em banda	2	1
Trem-fantasma	1	0
Várias coisas	2	1
Viajar	4	2

Fonte: BARRAL, 2006, p. 78.

A tabela abaixo, elaborada a partir da tabela anterior, mostra bem a preferência pelo bar, como espaço de lazer, tanto entre homens quanto entre mulheres. E mesmo as outras preferências envolvem as práticas de beber.

Tabela 4 – PRÁTICAS PREDOMINANTES DE LAZER

PRÁTICA DE LAZER	HOMEM	MULHER
Balada	3	1
Bar	10	7
Beber	4	3
Casa noturna	3	3
Cerveja	2	0
Churrasco	2	2
Festas	6	4
Shows	5	7
Sair para beber com amigos	3	4

Fonte: BARRAL, 2006, p. 81.

O bar que surge como ambiência masculina, como espaço público ou semipúblico, *stricto sensu*, destinado aos homens, agora recebe públicos femininos. Mulheres vêm ocupando os bares com a mesma recorrência e frequência que homens, transformando o local em um espaço heterogêneo, de troca de experiências com o lugar, de conversação, de desconstrução e reconstrução de antigos hábitos e valores ligados às práticas e vivências de bar. O crescimento e afirmação dos bares na cena cultural brasiliense em muito se deve à ocupação das mulheres de novos espaços sociais.



Ilustração 01– O lugar da mulher no bar: proprietária, funcionária, frequentadora

Observar duas jovens bebendo aguardente no balcão do *bar Distribuidora de Bebidas Piauí (DBP)*, em Brasília, foi um dos motivos que desencadeou a pesquisa sobre lazer e bares no Plano Piloto, para minha tese de doutorado. Contudo, nas seguidas observações desses espaços constatou-se certas regularidades que despertou a curiosidade do observador. Buscar compreender o significado cultural da bebida, tão em voga, entre as jovens mulheres é abandonar um olhar sobre os prazeres etílicos que vê as bebidas alcoólicas como vícios ou práticas masculinas. Também não se pode pensar a bebida, unicamente, de um ponto de vista patológico, como uma fonte de problemas sociais, ou mesmo como algo apenas recreativo. É preciso dar ao lazer em torno do bar e da bebida um lugar mais importante na vida cotidiana, já que em torno desses prazeres muitas pessoas têm ocupado parte de seu tempo livre e ressignificado práticas e representações sociais.

Em seguida, essas duas jovens mulheres saem do *DBP* e vão em direção à boate ao lado do bar. Na porta dessa boate, outras mulheres, jovens e adultas bebem, fumam, conversam, riem. Enquanto esperam a abertura da boate, bebem cervejas e outras bebidas em uma banca de um ambulante. Frequentar bares, boates, *shows* tem sido uma prática de lazer entre homens e mulheres de Brasília. E nessa prática mulheres e homens compartilham, hábitos, “modos de ser” e “modos de fazer” da ambiência desses lugares.

As jovens mulheres observadas – bebendo destilados, e particularmente aguardente, nos bares – parecem sorver a bebida, com propósitos de entorpecimento, dada a rapidez dos

tragos e do número de doses. O modo de beber dessas jovens mulheres, à luz de um "verdadeiro" bebedor masculino desta bebida, denotaria falta de tato, de conhecimento das artes de beber aguardente, tão cultivado em algumas regiões brasileiras. No entanto, percebem-se outros conteúdos simbólicos nesse ato de beber e de saber beber.

O saber beber e as maneiras de beber tangenciam a biologia e as ciências médicas; contudo, a sociologia e a antropologia consideram que as práticas sociais e culturais do ato de beber e de frequentar bares transcendem apenas o consumo de bebidas alcoólicas. É nesse sentido que este artigo compreende um certo significado de beber para as pessoas que o fazem no bar, e na sociabilidade que se origina a partir dessa prática. O pesquisador Eduardo Zanella (2011), tomando o conceito de "maneiras de beber", da antropóloga Delma Pessanha Neves (2003), coloca da seguinte forma:

> O conceito "maneiras de beber" de Neves sintetiza bem essa abordagem: tratam de "construções sociais orientadas por atitudes e crenças que definem 'prescrições e proscrições'". A prática social de beber está, então, inserida em um conjunto de valores, representações e organizações sociais, e estas, por sua vez, nunca são as únicas possíveis: cada sociedade, grupo ou cultura elabora momentos, bebidas e lugares propícios para sua realização. Assim, para compreender quais são os limites, os excessos e as permissões das maneiras de beber, é necessário tanto entender as relações entre essas noções, visto que são definidas pelo mesmo conjunto de valores, quanto situar o consumo alcoólico dentro da conjuntura particular em que sua prática se realiza. Isso implica não se ater às bebidas em si, mas atentar para sua relação com outros elementos importantes para a configuração do contexto em que seu consumo acontece.

No bar, novas formas de sociabilidades são desencadeadas. Por exemplo, relações, às vezes, iniciadas nos espaços internos da escola ou trabalho são revividas e desdobradas com outra emoção, no espaço exterior e ulterior que é o bar. "Vamos tomar uma cerveja", nos dizeres da entrevistada *Lua Grande*, "é você ir para o bar conversar os mesmos assuntos que conversa no trabalho ou na escola, só que acompanhado de uma cerveja, onde pode rolar outros assuntos". E, mais que isto, "rolar outros assuntos", embora decorra das conversas que vêm entabulando no espaço interior (do trabalho ou escola), aproxima os pares de colegas ou amigos jovens, para um divertimento, agora pautado em posturas sensoriais, sensuais, gestuais e corporais, radicalmente outras. O bar possibilita os "outros": beber, fumar, conversar, rir, tocar-se, brincar, dançar, entorpecer, entristecer, embriagar, alegrar.

Enfim, o lugar do bar, embora muitíssimo pouco estudado, apresenta-se como um dos raros espaços sociais onde os indivíduos podem vivenciar e representar uma liberdade extrema, sob condições mentais as mais diversas. O espaço do bar traz intimidade, traz expressividade, que podem ali, longe da companhia de professores ou superiores, beber,

fumar, descontrair-se, relaxar-se das obrigações formais, conversar os "outros assuntos", até mesmo assumir determinadas performances. "Outros assuntos" do bar com colegas ou amigos, segundo *Lua Grande*, são

> *as nossas baladas e as deles, as viagens. No início são conversas do trabalho, da escola, as fofocas, o que é que tão falando de tal pessoa. Depois, às vezes, a gente sai para outro lugar...vai jogar sinuca, aí é só zoação. O Fábio, um amigo do trabalho, com quem saio se desmunheca todo, muda a voz, vira outra pessoa.*

Então, a partir do encontro no bar, no caso aqui mostrado, pessoas podem até mesmo assumir, sem grandes riscos, suas vidas pessoais, suas identidades, por exemplo, sexuais. Aos poucos, a homossexualidade ocupa os espaços heterossexuais, quando não machistas, como foi o espaço do bar até pouco tempo. O impacto dessas sociabilidades sobre os espaços de socialização, nas transformações que podem trazer para o ambiente do trabalho ou da escola, ainda não foi devidamente estudado, mas não é pequeno.

Por isso, o bar poderia ser percebido como espaço de novas sociabilidades, no qual o "estar-junto" é prenhe de oportunidades. Ancorando em Michel Maffesoli, pode-se pensar o bar como representando um daqueles

> lugares em que, sem nos preocuparmos com o controle do futuro, administramos nosso presente, espaço vivenciado não para o refúgio de um individualismo amedrontado e imóvel, mas a base a partir da qual se efetuam as incursões e investidas que, pouco a pouco, vão constituindo a órbita de uma nova socialidade (MAFFESOLI, 2004, p. 66).

Esse "estar-junto" ocioso, que Maffesoli aponta como uma das características das sociabilidades atuais, pode ser encontrado nos princípios que definem os lazeres de outra entrevistada, *Naná dos Cristais*. Quando questionada sobre o que faz no seu tempo livre, a jovem responde:

> saio com os amigos pra me divertir de montão. Geralmente frequentando bares, festas de música eletrônica, shows de reggae, casa dos amigos, a orla do lago, cinema, teatro, os dois últimos com menos frequência. Estar com os amigos, ter amigos divertidos, sair para tomar umas, conhecer, amar, viajar!! Não ser careta, saber que essa passagem não será julgada e que aqui se faz e se paga. Lazer pra mim é estar com pessoas queridas em um ambiente legal, seja um bar ou uma canga estendida na beira do lago, é esquecer os problemas e sorrir junto.

Não significa, contudo, que ao se entregar ao lazer de forma hedonista, "esquecendo os problemas e sorrindo", essas jovens mulheres não tenham um compromisso com suas vidas ou que não estejam conscientes de suas ligações sociais. Uma fala da entrevistada *Mari do Sol*, chama a atenção para o fato de que

> sendo jovens, queremos diversão, emoção, paixão, tesão e ação. Mas creio que em todos os corações jovens existem valores comuns, sonhos, como ser sensível à espiritualidade, o desejo em construir uma vida digna, uma família, encontrar a pessoa, crescer profissionalmente e ter paz enquanto evoluímos.

As palavras “emoção, paixão, tesão” apareceriam em um imaginário coletivo, como noções do universo feminino em oposição ao masculino (BOURDIEU, 2002). Contudo, como assunto público, se aproximaria de conversas de homem sobre mulher, particularmente nas palavras “tesão e ação” (LEITÃO, 1988). *Mari do Sol* fala pelo grupo, “queremos”, “em todos os”. Assim, o bar pode ser espaço de celebração, consumo, paquera, mas é sobretudo um lugar onde subjetividades se interagem e hibridizam linguagens. Também são espaços específicos de forte carga erótica, de encontros, de amizades e outros afetos. Ainda, tomando Michel Maffesoli, o bar surge como um daqueles

> espaços de celebração feitos por e para iniciados, aos quais se vai em busca de iniciação e onde se observam os iniciados: no sentido etimológico do termo, portanto, espaços onde se celebram *mistérios*. As pessoas se reúnem, reconhecem umas às outras e, com isso, conhecem a si mesmas (MAFFESOLI, 2004, p. 58).

No caso dos bares, a circulação frenética, o entra e sai, as conversas ao pé de ouvido, as saídas para atender os celulares que tocam intermitentes, sugerem que algo está acontecendo ou vai acontecer. Um “mistério” parece rondar o ambiente da noite e do bar. Vendo algumas jovens mulheres bebendo, divertindo-se, rindo, beijando e abraçando homens e outras mulheres, no espaço público do bar, acredita-se estar em meio a acontecimentos calorosos, quentes e cheios de possibilidades.

O relato da entrevistada *Pat Aurora*, de que gosta de “beber pinga antes de entrar na balada, por conta do preço e de ficar logo pronta”, revela um dos “mistérios” jovens para enxugar o parco orçamento com a bebedeira e se “aprontarem” para a noite. Aqui, no caso, uma maquiagem para o espírito. Maquiagem recente na *nécessaire* feminina. Sem metáforas, vê-se aqui e ali, nas noites de quarta e quinta feiras, principalmente, nos bares *DBP* e *PDS*[6], jovens mulheres com estoques sobressalentes de bebidas em garrafas portáteis estilizadas nos bolsos das calças, nas bolsas.

[6] Bar *Pôr do sol*, situado na quadra comercial 408N, designado como CLN 408, bloco C.



Foto 1 - Mulher no bar: nécessaire, batom e garrafa com flor

Recuperando a fala da entrevistada *Pat Aurora*, pode-se pensar na bebida consumida por ela antes de ir para a noite, como um “combustível” para os “mistérios” que a noite venha lhe revelar; por exemplo, um convite para dançar ou para outro evento. Sabe-se que a “embriaguez é uma maneira eficiente de ressaltar a natureza do indivíduo, e também, eminentemente, adequada a dar às pessoas coragem de participar dos prazeres da dança e da música” (MONTAIGNE, 1987, p. 107). Como maquiagem para o espírito, a bebida salienta traços subjetivos.

A vivência no tempo livre favorece o desregramento das subjetividades, e o *princípio do prazer*. A entrevistada *Linda Elis* assim diz sobre o lazer no bar:

> um estado de pouca cobrança e preocupações. Algo fora da rotina. Muitas vezes lazer para mim é apenas dormir. Acredito que lazer é extremamente importante para as pessoas, porque não acho prazeroso só ter responsabilidades em um mundo competitivo, misógino, extremamente formal todos os dias da semana.

Durante a semana, cotidianamente, desde a manhã até o final da noite, podem-se ver muitas jovens mulheres, encontrando-se em torno de mesas nos bares das entrequadras comerciais *403S* e *408N*. Sentadas e bebendo, as jovens conversam sobre assuntos que importam em suas vidas: estudo, carreira profissional, filosofias, a vida de outrem,

experiências pessoais. *Cravo e Canela*, outra entrevistada, diz, na mesa do bar, bebendo cerveja,

> falamos sobre como está indo a vida de cada um em casa, no trabalho, nos estudos. Combinamos de sair pra outros lugares, conversamos sobre política e principalmente comportamento social, pois a maioria dos meus amigos e amigas estuda sociologia, história ou algo do tipo.

Outro assunto na mesa onde *Nana dos Cristais* se encontra, entre jovens mulheres e homens, diz respeito à cidade. Diz a jovem, sendo observada e escutada, enquanto bebe uma cerveja, sobre o que a cidade poderia oferecer:

> ter um espaço bem organizado onde fossem introduzidos conceitos mais nobres, como arte, música, espiritualidade, consciência ambiental, reciclagem, entre outros. Um lugar onde não houvesse discriminação e onde todos estivessem ali para evoluir e trocar experiências. É uma pena que não exista muitos desses lugares na cidade.

Ser mulher e frequentar espaços de lazer é um modo de vida que pesquisas empíricas comprovam (ALMEIDA, 2003; BARRAL, 2006; CAVALEIRO, 2001; PAÍM, 2006). Há espaços de entretenimento onde a presença da mulher se faz notada há tempos: cinema, teatro, restaurantes, bailes, festas. Embora o bar represente ainda um lugar do masculino, e não é a presença da mulher que o torna feminino, há um número muito grande de bares que vem incluindo a mulher em seu espaço. Através dessa prática, de conteúdo associativo, as mulheres socializam seus universos para o bar. Conversam sobre assuntos que importam em suas vidas: estudo, filosofia, a vida de outrem, experiências pessoais. *Cravo e Canela*, estudante, diz que entre amigos, na mesa do bar, bebendo cerveja,

> falam sobre como está indo a vida de cada um em casa, no trabalho, nos estudos. Combinamos de sair pra outros lugares, conversamos sobre política e principalmente comportamento social, pois a maioria dos meus amigos estuda sociologia, história ou algo do tipo (Cravo e Canela, frequentadora).

O lugar da mulher então se completa no bar: funcionária, proprietária e frequentadora. Como em outros espaços, é uma posição que vem sendo marcada cotidianamente. Contudo, história a ser pesquisada, escrita, e, em muitos casos, reescrita (RAGO, 1985; WOLFF, 2005).



Foto 2 - Frequentadoras

Ademais, o bar aparece em falas como a da entrevistada e mãe *Ana Asa*, como lugar de crescimento familiar e pessoal:

> Eu acho bom. Eu acho que as crianças têm de frequentar todo tipo de lugar, pra que ficar maquiando uma situação como se a gente não bebesse, não poder levar uma criança para um espaço que num bebe, acho que não tem problema nenhum de levar uma criança para um bar, beber uma cerveja, tudo com equilíbrio... não vejo problema nenhum. Eu, por exemplo, venho aqui com meu marido, bebemos uma cervejinha... tudo com equilíbrio é legal (Ana Asa, entrevistada).

A sociabilidade do bar apresenta as características de ludicidade, gratuidade, prazer e desinteresse nas interações. Frequentar o bar revela uma sociabilidade que é um fim em si mesmo, sendo suficiente para essas frequentadoras estarem juntas, na expressão de Simmel, "sociadas". Portanto, a maneira de frequentar o bar está associada a uma condição de pertencimento, que se traduz na formação de laços sociais de afetividade, amizade, reciprocidade. Tal noção de sociabilidade requer ainda participação nas conversas, nas brincadeiras, na teatralidade, que fazem parte da vida social do bar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria I. M.; TRACY, Kátia M. A. *Noites nômades*: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BARRAL, Gilberto L. L. *Espaços de lazer e culturas jovens em Brasília*: o caso dos bares. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF, 2006.

CAVALEIRO, Maria C. “Mulheres em movimento: lazer e educação no espaço urbano”. GT: Movimentos Sociais e Educação. *28ª Reunião Anual da ANPED*, Caxambu-MG, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LEITÃO, Eliane V. *A mulher na língua do povo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

MAFFESOLI, Michel. *Notas sobre a pós-modernidade*: o lugar faz o elo. Rio de Janeiro: Atlântica,2004.

MONTAIGNE, Michel E. *Ensaios*. v. 2. Brasília: Ed. UnB/Hucitec, 1987.

NEVES, Delma Pessanha. “O consumo de bebidas alcoólicas: prescrições sociais”. *BIB,* São Paulo, n. 55, 2003.

PAIM, Maria C. C. “O que as mulheres e os homens fazem em suas horas de lazer”. *Revista digital*, Buenos Aires, ano 10, n. 92, 2006.

RAGO, Luíza Margareth. *Do cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890/1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SIMMEL, Georg. “O indivíduo e a liberdade”. *In*: SOUZA, Jessé; OËLZE, Berthold (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 1998.

______. “Sociabilidade: um estudo de sociologia pura ou formal”. *In*: MORAES FILHO, E. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, José Roberto da Silva. “A cidade fala”. *In*: FONSECA, Fernando. *Beirute, bar que inventamos*. Belo Horizonte: Ideal, 2010.

SINDICATO de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Distrito Federal (Sindhobar). Disponível em: <http://www.sindhobar.com.br>. Acesso em: 28 mar. 2014.

WOLFF, Cristina S. “Escrevendo a história no feminino”. *Revista de Estudos Femininos*, v. 13, n. 3, Florianópolis, set.-dez. 2005.

ZANELLA, Eduardo. “Não dá para sair do morro: pertencimento e sociabilidade no consumo de bebidas alcoólicas em um bar popular de Porto Alegre”. *Plural* – Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 18, 2011.

Histórias feministas, história do possível

Tania Navarro Swain[1]

Sou uma historiadora feminista, logo, iconoclasta. Gosto dos desafios, das descobertas, do novo que aparece sob a poeira deixada pelo tempo. Meu trabalho é problematizar o passado, é desfazer as narrativas mestras que ignoram aquilo que não interessa aos poderes e aos regimes de verdade do presente.

O que proponho é a história do possível, daquilo que ficou oculto pela ideologia patriarcal que nos faz crer em uma diferença sexual hierárquica existente desde o princípio dos tempos. A história do possível é aquela do que aconteceu, deixou vestígios materiais e simbólicos, no entanto foi ignorada, foi considerada impossível. Os historiadores, enclausurados em um imaginário androcêntrico, não conseguem pensar e nem ver aquilo que se abre à pesquisa, um mundo onde o feminino atuava como sujeito político e de ação.

Esta representação é muito assustadora para o sistema patriarcal, pois quebra a naturalização das relações de força e dominação estabelecida pelo masculino. Veja-se o caso das amazonas. Se no século XVI e XVII eram seres plausíveis, logo porém, foram relegadas ao mito, pois é *impossível* existirem mulheres guerreiras!![2].

A história do possível é aquela que busca o desconhecido: nos milênios de existência humana, e a multiplicidade é premissa básica. O tempo é a matéria da história e sua característica principal é o dinamismo. As questões de Foucault aqui têm toda sua pertinência: do que estou falando, para quem, de quê lugar. Ou seja, a pesquisa histórica está viciada desde seus pressupostos, pois deixa de lado a metade da humanidade e fala dos homens, para os homens, sobre os homens.

As narrativas históricas tradicionais não me convencem nem me instigam. São eternas repetições do Mesmo: contam intrigas, lutas pelo poder, guerras, sempre conjugadas no masculino. Mesmo quando adentramos as mentalidades, é a história do viril que se perfila. É

[1] Doutora em Sociétés Latino-Américaines pela Université Sorbonne Nouvelle (Paris 3), França. Professora (aposentada) da Universidade de Brasília (UnB).

[2] Ver: <http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/amazonas%20brasileiras.htm>.

"o homem" que pensa, que cria, que inventa, que descobre. Nenhum espaço é dado às mulheres, metade da humanidade enterrada nas lacunas e dobras do discurso histórico.

A própria divisão temporal de períodos arbitrários já deveria ter sido abolida há muito tempo das escolas e da academia, pois demonstra apenas o etnocentrismo e o sexismo/racismo contidos nessas narrativas. Antes dos gregos, nada. Mil anos de Idade Média como se fossem dez, sem levar em conta as particularidades temporais e espaciais. E assim por diante...

A história androcêntrica é uma história do baixo ventre: tudo se passa em torno do sexo, sexualidade e do poder que lhes dá a importância conferida ao masculino: dominação, submissão, força, conquista, assujeitamento de outrem, principalmente das mulheres e são nesta perspectiva, direitos imprescritíveis.

De fato, para contarem sua história, os homens precisaram reduzir as mulheres, oposto sem o qual não existiriam enquanto tal, a duas funções: a maternidade e a disponibilidade de seus corpos em toda ocasião. E assim conseguiram apagá-las da cena política e da memória social.

Este tipo de história é anacrônico, pois desde suas pretensões de ciência, instalando-se como disciplina acadêmica no século XIX, até os dias de hoje, só vemos desfilar nas narrativas os atos e feitos dos homens, como os únicos construtores do social.

Mesmo com a interferência da história das mulheres, o que se tem mais feito é a introdução do feminino nos eventos e situações já descritas; a aparição da categoria gênero não inovou neste sentido, pois mantém inquestionável, ao longo de milênios, uma divisão do humano baseada na genitália. Ou seja, o sexo permaneceu o eixo primário da percepção e da elaboração do tecido histórico.

A percepção de Judith Butler (1997), para quem o gênero construía o sexo, em sua valoração e práticas, parece não ter vingado em história.

Ora, a história, assim como todas as ciências, é elaborada a partir de suas condições de produção, ou seja, condições de possibilidade e de imaginação para a investigação. Toda narrativa histórica compreende os valores e significações de quem a está elaborando. Que perguntas fazer? Que temas abordar? Que sujeitos escolher, que problematizações levantar? O importante hoje é que haja a explicitação da escolha e da metodologia na análise dos vestígios, abandonando todos os preconceitos, como por exemplo, a divisão binária da sociedade "desde o início dos tempos".

O que se tem visto, porém, é uma universalização das relações do presente ou de um passado recente em relação a toda a humanidade, não só no tempo, como no espaço. Ou seja,

uma eterna repetição da superioridade masculina em todos os domínios e da expulsão das mulheres da história e da memória social.

Tudo se passa como se antes da Grécia de Péricles nada houvesse acontecido. Mesmo quando se trata da Grécia, quem fala das Tesmoforias (festival das Tesmoforias, uma celebração anual dedicada à fertilidade e a Deméter) dos Grandes Mistérios de Eleusis, celebrados pelas mulheres, ou Haloa, festa feminina também em honra de Demeter, celebrada unicamente por mulheres? (FOUCAURT, 1914). Quem ousa falar das amazonas na Trácia e na Lídia, de Artemísia, rainha das amazonas, que combateu os gregos ao lado de Dario? Dario é personagem histórico, Artemísia é mito.

A história esconde assim, em suas narrativas, aquilo que poderia perturbar a ordem patriarcal, ou seja, a dominação das mulheres pelo conjunto dos homens, por "natureza".

Na organização intrincada de fatos que compõem as narrativas históricas, podemos encontrar quatro momentos:

a - o acontecimental, aleatório, que deixa, porém,vestígios esparsos;

b- o de elaboração discursiva sob formas diversas (imagens, documentos, relatórios etc.);

c- o da leitura e seleção destes últimos para dar corpo à sua narração interpretativa, dita "histórica";

d- o de uma história cujo lócus de enunciação se expõe, assim como suas condições de produção e de imaginação, isto é, uma história que não busca a verdade, mas tenta decodificar em sua análise, o regime de verdade em que se inserem os enunciados, com seus valores, normas e significados.

O primeiro momento concerne à explosão dos eventos, o fortuito onde se produzem os fatos humanos: uma infinita diversidade, fragmentos impossíveis a apreender em sua pluralidade social e suas maleáveis significações temporais. É onde os seres humanos adquirem suas faces e contornos, habitados por sentidos e valores cuja marca é a historicidade.

Assim, nada pode justificar o universal de relações binárias e hierárquicas em toda parte e desde sempre; não há nenhuma razão plausível para que os papéis sociais sejam sempre idênticos, de maneira a-temporal. Sobretudo para a narrativa histórica, cujo fundamento é a temporalidade e a dinâmica do social.

É neste nível que se podem encontrar os vestígios e o sabor do novo, distante da monótona narrativa do Mesmo, da divisão binária, da diferença, da reprodução como vórtice das relações humanas. O gosto da história do possível, da descoberta.

Mas a comunidade discursiva, o "nós" patriarcal comanda e enclausura em uma visão única os incontáveis arranjos sociais a partir da dominância representacional do sexo e da heterossexualidade reprodutiva. Assim, deste nível primário do acontecimental, no domínio da educação e da divulgação, surge apenas "o homem" como sinônimo de humano e sujeito de ação. Toda significação é, portanto, criada em função do masculino; e para a memória social, as mulheres não teriam participado dos acontecimentos humanos senão como espectadoras ou moeda de troca.

É deste modo que a ação político-social das mulheres é obscurecida pelo etnofalocentrismo da narrativa histórica que se ocupa apenas dos fatos e gestos masculinos. Entretanto, os intrincados acontecimentos sociais, ilimitados e infinitamente complexos deixaram uma profusão de pistas, traços, monumentos, pinturas, grafismos que exprimem os mistérios de mundos inesperados.

É a partir destes que se encontra o segundo momento da história, o da seleção dos vestígios, das obras e dos registros, que expõem um possível inventário contingente dos acontecimentos. Assim se em uma dada época, os fatos são consignados sob formas diversas, os registros serão escolhidos para compor um *corpu*s discursivo que, no terceiro momento, abre espaço para a interpretação, segundo as condições de possibilidade da época em que é elaborada.

É este último que forma a narrativa histórica cuja principal característica é a parcialidade e a exclusão, apesar da alegação de veracidade com a qual se reveste. Com efeito, são as representações sociais e os valores do narrador que ordenam este discurso com foros de verdade. São estas narrativas sobre o humano, chamadas "história" e todos seus derivados, como a história da arte, da literatura, da linguagem, da política que compõem a memória social e as representações "verdadeiras" das relações sociais. Os sentidos e verdades que circulam no presente são derramados sobre um passado obscuro do qual quase nada sabemos. As mulheres aparecem na história como figurantes de segunda classe, passivas, inativas, ocupadas com suas rendas e sua esfera de domesticidade.

Assim, sob o domínio do patriarcado, quando se proclama "o homem descobriu, o homem criou", não está se falando do humano, mas sim dos seres conjugados no masculino.

É uma premissa que paira no ar e investe o imaginário social: por exemplo, a instituição que se ocupa de preservar as pinturas parietais da Serra da Capivara, Piauí, se chama "Fundação do Homem Americano"[3], o que sustenta o pressuposto do masculino universal.

Mas as imagens que lá se encontram são vestígios brutos da história do Brasil. Quem pode assegurar que esses magníficos desenhos datados de milhares de anos é obra masculina? De que realidade falamos, que relações emergem destas imagens?

Na Serra da Capivara, a imensa maioria das pinturas não apresenta marcas sexuais: o sexo aí não teria a mesma importância que no presente? Na narrativa interpretativa sobre essas imagens, Anne Marie de Pessis, que trabalhou nas escavações, estima que,

> considerando a natureza das atividades representadas pelas figuras sem diferenciador sexual, pode-se pensar que se trata de uma sociedade em que a divisão sexual do trabalho inexiste e, portanto, em que a mulher participaria de todas as atividades que em outras sociedades são reservadas aos homens (2003, p. 236).

Entretanto, "as sociedades primitivas", igualitárias, que se oporiam ao patriarcal "civilizado" e hierárquico são remetidas à sua condição inferior. É assim que a igualdade naufraga face à diferença. O que diz a história a respeito das milhares de figurações femininas que aparecem na Europa, Ásia, África e dos povos que durante milênios reverenciavam o feminino? Nada. Ou apenas falam de um "matriarcado", lócus de desordem e de caos.

Os colonizadores portugueses, em sua época (século XVI) afirmavam, em seus relatos, o espanto diante da liberdade e da atividade feminina em todos os setores das sociedades indígenas encontradas no Brasil, que escapam das dobras discursivas dos pressupostos androcêntricos. A sexualidade era livre, as mulheres escolhiam seus parceiros e deles se separavam segundo sua própria vontade. A história do Brasil ensinada e repetida nas escolas leva em conta estes testemunhos?

Os vestígios deixados pelas atividades humanas revelam a pluralidade das formações sociais e suas divisões de trabalho e funções. Como eram as relações sociais nessas épocas? É evidente que as significações sociais das denominações "mulheres" e "homens" eram outras, bem diversas do sentido hierárquico que se lhes atribui o sistema patriarcal. Como Rosi Braidotti (2002), poderíamos talvez chamá-las de "figurações do humano".

Enfim, quando passam a existir nas narrativas históricas, as mulheres são remetidas ao sexo, ao ventre, a uma especificidade "feminina" para melhor desacreditá-las em seu lugar de

[3] Para mais detalhes sobre as imagens da Serra da Capivara, ver Swain (2011; 2012).

poder. Dentre os maoris, os iroqueses, os celtas, os germanos, os pictos, os “bárbaros”, as mulheres detinham um alto *status* social de sujeitos políticos: seria esta a razão para serem chamados de “bárbaros”?

O silêncio dos historiadores é sistemático quando as fontes se referem aos atos e realizações das mulheres. Entretanto, a presença destas tanto na cena artística quanto política aparece em inumeráveis vestígios discursivos e imagéticos quando não foram destruídos de propósito, como a obra poética de Safo, considerada em sua época uma das maravilhas do mundo, da qual nos restaram alguns versos truncados.

É claro que o primeiro momento histórico, aquele dos acontecimentos está perdido para sempre em sua totalidade. Mas em seus vestígios podemos cartografar o humano sob aspectos que a história silenciou e ocultou à memória social. Tudo se passa como se o discurso interpretativo fosse o espelho dos fatos para a memória social, amputada de suas condições de produção e de sua historicidade.

Em consequência, a história narrada no masculino aparece como a descrição “verdadeira” das relações societais nas quais as mulheres teriam contribuído apenas com o produto de seus ventres, relegadas a um sexo utilitário, a um “natural”, cuja construção se oculta. São as feministas que começaram a revelar a presença ativa das mulheres, sujeitos políticos em todas as épocas e a questionar a construção cultural dos papéis históricos femininos e masculinos.

As historiadoras feministas, assim, inauguram outro momento – o quarto – para a pesquisa e a escrita da história: a decodificação das possibilidades sociais submersas pelas três outras. É a ocasião da descoberta de uma humanidade que não teria sido regida pelos genitais, pela sexualidade, pelas formas do corpo, da cor da pele: é uma outra narrativa a partir de um olhar feminista sobre os documentos históricos e sua historiografia enviesada pelo sexo. É a descoberta de faces diversas, inusitadas, que povoaram o caminhar humano, ocultas à pesquisa pelos moldes interpretativos do patriarcado.

Desta forma, a dissolução das narrativas históricas masculinas, universalistas e binárias, contribui para a construção de uma nova memória social, de um novo sujeito feminino, político, filosófico, artístico, que não é mais o “outro”, nem o “diferente”, mas que esboça no espaço exterior, um espaço de movimento e criatividade.

De fato, para as feministas, o corpo das mulheres não é mais uma prisão identitária mas uma superfície de transformações do pensamento e da apreensão do mundo, fora do

esquema binário sexuado. Quando se recusa a "natureza" dos seres, se lhes confere uma plasticidade " impossível" nas condições de imaginação patriarcais.

Este quarto movimento é assim uma pesquisa sobre a diversidade das relações humanas que se desfaz dos estereótipos e das premissas androcêntricas e binárias. Desta maneira, pode-se pensar uma história que nos mostre as possibilidades de um mundo outro.

As feministas são os arautos de uma nova memória social que abre às meninas o presente e lhes confere um passado, no qual podem encontrar modelos de ação. Desta maneira, uma história "fora" das perspectivas sexuadas mostra as possibilidades de um mundo outro. Somos, feministas, "forasteiras de dentro", como quer Linda Hutcheon (1991), aventureiras do novo.

A história mata simbolicamente as mulheres ao condená-las aos limites de um corpo reprodutor. A filosofia, por sua vez, transborda de ódio e de medo das mulheres, em seus rompantes misóginos que mal escondem o desejo de aniquilação de outrem para melhor reforçar o "nós" da classe dos homens.

A história criou um imaginário social tão arraigado que temos ainda que argumentar, explicar, mostrar que a narrativa não corresponde aos fatos e que se mulheres e homens são figurações atuais do social, mas que podem ter sido totalmente outras, onde o sexo não é rei e onde o binário pode ter sido múltiplo. Uma história do possível.

Referências bibliográficas

BRAIDOTTI, Rosi. "Diferença, diversidade e subjetividade nômade". *Labrys, estudos feministas*, n. 1-2, jul.-dez. 2002. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys1_2/rosi1.html>. Acesso em: 17 fev. 2013.

BUTLER, Judith. *Against proper objects*: feminism meets queer theory. Elisabeth Weed and Naomi Chaor (Ed.). Indiana/Bloomington: Indiana University Press, 1997.

FOUCAURT, Paul. *Les mystères d'Eleusis*. Paris: Auguste Picar Editeur, 1914. Disponível em: <https://archive.org/details/lesmystresdl00foucuoft. Acesso em: 17 fev. 2013.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

PESSIS, Anne Marie de. *Images de la pré-histoire*. Fundham; Petrobrás, 2003.

SWAIN, Tânia Navarro. "Amazonas brasileiras? Os discursos do possível e do impossível". Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/amazonas%20brasileiras.htm>. Acesso em: 17 fev. 2013.

______. *Labrys, estudos feministas*, n. 20-21, jul.-dez. 2011/jan.-jun. 2012.